



município
tavira

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'S' and several names.

**CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA
(Mandato 2021-2025)**

ATA EM MINUTA

N.º 11/2022

Reunião Ordinária Pública, de 18 de abril de 2022

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidência

EURICO MANUEL DOMINGOS DA PALMA

Vereadores

DINIS MANUEL DA PALMA FAÍSCA

SÓNIA JORGE COSTA PIRES

LUÍS FILIPE ROSADO VICENTE BEATO

NARCISO DOS REIS MARTINS BARRADAS

MARIA INÊS MENDONÇA FALEIRO

SILVIA ALEXANDRA SANCHES SOARES

Faltas justificadas:

ANA PAULA FERNANDES MARTINS

--- No dia 18 de abril de 2022, no edifício Paços do Concelho, reuniu pelas 09:30 horas, a Câmara Municipal de Tavira sob a Presidência de Eurico Manuel Domingos da Palma, Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

--- Declarada aberta a reunião pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, foi lida a ata da reunião anterior, previamente facultada aos Vereadores, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

--- As Vereadoras Maria Inês Faleiro e Sílvia Soares não participaram na votação da referida ata, pelo facto de não terem estado presentes nessa reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro.-----

JUSTIFICAÇÃO DA FALTA -----

--- A Presidente da Câmara Municipal apresentou o pedido de justificação de falta, e em sua substituição presidiu a reunião o Vice-Presidente Eurico Manuel Domingos da Palma e nessa sequência esteve presente na reunião a cidadã Sílvia Alexandra Sanches Soares, que assumiu as funções de vereadora. A falta foi justificada e será anexa a esta ata como documento número um. ---

INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

--- Iniciado o período antes da ordem do dia o Vice-Presidente informou que, no dia 13 de abril tinha sido comunicado ao município a interdição do campo de jogos do Ginásio Clube de Tavira, para realização de jogos federados, referindo que em alternativa os mesmos iriam realizar-se em Monte Gordo, sendo que a presente época estaria comprometida em Tavira, no entanto estavam a trabalhar para que na próxima época se pudesse ultrapassar essa questão. -----

--- O Vereador Dinis Faísca, iniciou a intervenção lendo uma mensagem relacionada com esse assunto e nessa sequência questionou quem seria atualmente o detentor do direito de superfície do campo de jogos e por quantos anos, ao que o Vice-Presidente esclareceu que o detentor do direito de superfície era o Município de Tavira, até 2032. -----

--- O Vice-Presidente esclareceu ainda relativamente a esse assunto que o município se encontrava em processo de negociação com o Ginásio Clube de Tavira, referindo as datas, os conteúdos das comunicações e das reuniões ocorridas. Mencionou ainda que o Ginásio Clube de Tavira, na sequência da realização de uma sessão de Assembleia, iria apresentar uma contraproposta ao município. No decorrer desse processo de negociações, foi no passado dia 10 de abril, interdito o campo de jogos do Ginásio Clube de Tavira, por comunicação do árbitro, não tendo o município conhecimento por escrito dessa interdição, motivo pelo qual não foi possível efetuar qualquer declaração sobre esse assunto.-----

--- Esclareceu ainda que, o executivo estava aberto ao diálogo e que importaria resolver a situação do campo de relvado, que tem cerca 20 anos e há largos anos que não se investia dignamente

naquele local, fruto do desentendimento entre o município de Tavira e o Ginásio Clube de Tavira. Referiu ainda que numa das propostas apresentadas foi proposto um investimento com um valor superior a 3 milhões de euros para o qual ainda aguardavam contraproposta, não havendo entendimento, o município terá de encontrar uma solução definitiva, uma vez que seria o único concelho que não tinha um campo de futebol e tornava-se premente criar condições para o desenvolvimento desse desporto no concelho de Tavira, por forma a não ficar refém dessa situação.-

--- O Vereador Dinis Faisca questionou, quantas propostas por escrito teriam sido apresentadas pelo Município ao Ginásio Clube de Tavira nos últimos 12 anos, com vista à resolução deste diferendo, uma vez que só tiveram conhecimento do envio de uma proposta em 17 de Janeiro de 2022.-----

--- O Vice-Presidente mencionou que não podia precisar o número de propostas apresentadas, no entanto realçou que o atual executivo desde que tomou posse, tinha realizado várias reuniões e tinha tido a preocupação de tentar encontrar soluções para resolver o desentendimento crasso, apresentando uma proposta concreta, contudo se não resultasse o executivo teria que avançar para outra solução. -----

--- O Vereador Dinis Faisca referiu que a proposta de protocolo apresentada era idêntica ao protocolo existente, com a diferença da extensão do prazo proposto para o direito de superfície e o facto das receitas de publicidade no recinto passarem para a esfera do município, e questionou quais as garantias de que o Município iria agora cumprir o que não foi feito em 22 anos, referindo ainda que nesse espaço de tempo não teriam sido efetuadas quaisquer obras de manutenção bem como tinha sido prometido que a pista de ciclismo passasse a pista de atletismo, o que não acontecera.-----

--- O Vice-Presidente enumerou as várias contrapartidas existentes na proposta de protocolo, referindo ainda que existia desde há muito tempo divergências entre o Ginásio Clube de Tavira e o Município, mencionando que continuavam no momento de negociação, referindo ainda que como acabaram os financiamentos do PRODEP e FEDER para aquele equipamento, todo o investimento previsto para aquele espaço não se tinha concretizado, levando a 20 anos de inércia de investimento, tendo sido feito apenas o relvado. -----

--- O Vereador Dinis Faisca questionou em que rubrica do orçamento de 2022 tinha sido inscrita a verba para a substituição do relvado sintético e torres de iluminação e qual o seu valor, ao que o Vice-Presidente esclareceu que à data não havia verba inscrita no orçamento de 2022, no entanto estaria a ser efetuada uma avaliação precisa sobre as intervenções urgentes e prioritárias referindo ainda que a interdição do campo tinha surgido no momento em que decorriam as negociações, o que não tinha sido muito simpático.-----

- Referiu ainda que o importante era a prática desportiva e não havendo acordo com o Ginásio Clube de Tavira não havia alternativa para a prática do futebol.-----
- A Vereadora Sónia Pires interveio no sentido de esclarecer que a mensagem que o Vereador Dinis Faisca tinha lido, tinha sido divulgada num grupo restrito de militantes socialistas, onde tinha sido colocada uma questão específica, a qual a Presidente da Câmara Municipal tinha esclarecido, que lida a mensagem sem a pergunta a mesma estaria descontextualizada, mencionou ainda que partilhava da opinião que deveria haver um esclarecimento público sobre o assunto, mas dado que as conversações estariam a decorrer ainda não tinha sido feito.-----
- O Vice-Presidente disse que fazer declarações públicas sobre o processo não abonaria em nada a negociação, uma vez que se aguardavam uma contraproposta pelo que não queria alimentar polémicas, referindo ainda que mais importante do que uma questão política seria resolver a situação.-----
- O Vereador Dinis Faisca referiu que em vinte anos, para além do relvado e da iluminação, não tinha havido investimento para a melhoria do espaço, nem na manutenção básica do mesmo, faltando uma estratégia ou uma alternativa, referindo ainda que se não houver consenso poderá significar a morte da prática do futebol no concelho. -----
- O Vice-Presidente referiu que este executivo irá resolver a situação, efetuando todas as diligências nesse sentido, se não resultar iriam ter que optar pelo plano B que passaria por uma solução do próprio município, num terreno que estaria a ser avaliado, referiu ainda que com ou sem acordo haveria novo relvado e novas luminárias, uma vez que o direito de superfície se mantém até 2032.-----
- O Vereador Dinis Faisca considerou que as soluções já deveriam ter sido pensadas há mais tempo, e que já deveria haver uma maturidade diferente para tratar o assunto, não era agora que os jovens tinham que ir jogar para outro concelho que iriam procurá-las.-----
- O Vereador Filipe Beato referiu que estavam centrados apenas no protocolo com o Ginásio Clube de Tavira em vez de criar alternativas, dando como exemplo o campo de jogos do Inatel na Luz de Tavira, considerando as dimensões que o campo tem seria fácil colocar um campo relvado, o que seria uma alternativa concreta e objetiva e daria resposta aos munícipes e jovens que praticavam esse desporto que seriam os maiores prejudicados, ao que o vice-presidente respondeu que essa alternativa estaria a ser avaliada. -----
- O Vereador Dinis Faisca referiu mais uma vez que a alternativa já tinha sido apresentada e dado não haver verba cabimentada, esta seria uma solução.-----

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

--- O Vereador Narciso referiu que as pessoas se escondiam atrás das redes sociais para resolver problemas e para especular, referindo ainda que estando em causa uma proposta, a mesma não deveria ser divulgada enquanto não fosse efetiva, mencionando ainda que em vinte anos não foi possível um entendimento entre as partes independentemente das cores políticas e que considerava lastimável ver o património degradado por questões burocráticas e políticas.-----

--- O Vereador Dinis Fátscia mencionou que o órgão executivo deveria funcionar de uma forma cooperante e colaborante e não apresentar factos consumados, referindo ainda que seria interessante se a proposta tivesse tido a colaboração de todos, a mesma teria o aval e a responsabilidade de todos e seria uma proposta trabalhada pelo executivo e não apenas por um gabinete.-----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR LUIS FILIPE BEATO-----

--- O Vereador Luis Filipe Beato usou da palavra para manifestar preocupação relativamente ao elevado estado de degradação em que se encontrava a Igreja do Convento de S. Francisco, a mesma encontrava-se interdita pela Proteção Civil, impossibilitando a realização de culto ou outras atividades associadas. Ressalvou a sua apreensão e referiu que Tavira se promove também através da valorização do Património Histórico e Religioso preservado e que já tinha tido oportunidade de mencionar essa preocupação noutras ocasiões. Realçou ainda que a Torre sineira também se encontraria degradada.-----

--- Mencionou que embora o Município não seja proprietário do imóvel e que deveria ser a Ordem Terceira a tentar arranjar uma solução, através de financiamentos ou candidaturas, considerava que o Município deveria chamar a resolução do problema a si, como parte interessada em tentar devolver à cidade aquele imóvel de importância histórica e que se encontrava em fase de imóvel em vias de classificação.-----

--- O Vice-Presidente, referiu que foi elaborado há alguns anos um projeto da Arquiteta Célia Anica e que tinha uma equipa a efetuar um relatório de avaliação dos danos.-----

--- O Vereador Narciso esclareceu que o relatório já estava feito, o edifício estava fechado pois não reunia condições para realização do culto ou visitas e estavam a tentar contactar o órgão máximo da entidade a quem pertencia o edifício para tentar reabilitá-lo. Estavam a analisar projetos e apoios, o edifício apresentava um grande défice estrutural, nomeadamente o escoamento de águas, efetuada por tubos sem condições que estragou a estrutura do telhado, inclusive a cúpula também apresentava um grande défice estrutural e iriam tentar aproveitar o trabalho já realizado pelo gabinete da Arquiteta Célia Anica.-----

--- A Vereadora Inês Faleiro referiu que o templo estava em elevado estado de degradação pela falta de obras ao longo dos anos, e que a Câmara Municipal teria que chamar a Ordem Terceira à razão, realçando que uma grande intervenção teria um custo muito elevado e enquanto não se efetuassem obras profundas ir saneando pequenas coisas, eventualmente através da realização de um protocolo com a Ordem Terceira. -----

--- O Vereador Narciso referiu ainda que a prioridade seria recuperar o telhado por fora, para tentar parar as infiltrações. -----

RELATÓRIO E CONTAS 2021 - TAVIRAVERDE EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M. -----

--- Foi a conhecimento da presente reunião de câmara municipal o Relatório e Contas 2021 - Taviraverde Empresa Municipal de Ambiente, E.M., que se anexa cópia a esta ata como documento número dois e dela faz parte integrante. -----

RELATÓRIO E CONTAS 2021 - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BAIXA DE TAVIRA - UAC TAVIRA -----

--- Foi a conhecimento da presente reunião de câmara municipal o Relatório e Contas 2021 - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC Tavira, que se anexa cópia a esta ata como documento número três e dela faz parte integrante. -----

PROPOSTA N.º 116/ 2022/CM - 03-EMP/22 - CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE CACHOPO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS-----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a 03-Emp/22 - Centro de Meios Aéreos de Cachopo - Ratificação do despacho de prorrogação de prazo de entrega das propostas, que se anexa a esta ata como documento número quatro e dela faz parte integrante.-----

--- O Vereador Dinis Faisca questionou se já tinham sido rececionadas propostas ao que o Vice-Presidente esclareceu que existiam duas empresas que tinham vindo solicitar esclarecimentos e pedido de prorrogação de prazo, pelo que eventualmente iriam apresentar propostas. -----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma. -----

PROPOSTA N.º 117/ 2022/CM - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT) -----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a Aprovação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT), que se anexa a esta ata como documento número cinco e dela faz parte integrante. -----

--- A Vereadora Inês Faleiro referiu que nas várias sugestões rececionadas pela Câmara durante o período de discussão pública, incluíam o cadastro, e considerava que embora o Município não fosse

responsável pela execução do cadastro, poderia envidar esforços junto da Direção Geral do Território para que o processo fosse retomado, uma vez que tinha sido realizado pelo Município um trabalho ímpar que não tinha chegado ao final, sendo o cadastro fundamental para o Ordenamento do Território e uma informação importante na realização do PDM.-----

--- Outra situação que considerava muito grave era o REOT refletir o resultado dos censos de 2011 em vez de 2021, neste lapso de tempo o concelho era outro, apresentava valores diferentes, considerava que o PDM deveria refletir estes dados, caso contrário apresentaria dados muito desatualizados com uma realidade temporal de 20 anos.-----

--- Realçou ainda que considerava pertinente, relativamente ao Projeto do Centro de Meios Aéreos de Cachopo que a planta de implantação do Plano de Pormenor de Cachopo não mencionasse a área de intervenção, onde se localizava ou qual a área, referindo ainda que a sua revisão deveria ser devidamente ponderada, pelo que questionou o seu enquadramento.-----

--- Após apreciação da referida proposta, a Câmara Municipal deliberou por maioria aprovar a mesma, com quatro votos a favor do Vice-Presidente, dos Vereadores Sónia Pires, Narciso Barradas, Sílvia Soares e três abstenções dos Vereadores Dinis Faísca, Luís Filipe Beato e Maria Inês Faleiro.-----

PROPOSTA N.º 118/ 2022/CM - 04-EMP/17 - "REABILITAÇÃO DO CINE TEATRO ANTÓNIO PINHEIRO" - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a 04-Emp/17 - "Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro" - Ratificação de despacho, que se anexa a esta ata como documento número seis e dela faz parte integrante.-----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma.-----

PROPOSTA N.º 119/ 2022/CM - APOIO EM ESPÉCIE - FUNDAÇÃO IRENE ROLO | ARRAIAL MULTICULTURAL-----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a Apoio em espécie - Fundação Irene Rolo | Arraial Multicultural, que se anexa a esta ata como documento número sete e dela faz parte integrante.-----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma.-----

PROPOSTA N.º 120/ 2022/CM - 01/2021/124 - LARS CHRISTER KJELLSTROM - DISPENSA DA DOTAÇÃO DOS LUGARES DE ESTACIONAMENTO, NOS TERMOS DAS ALÍNEAS A) E D) DO N.º 4 DO ARTIGO 61.º DO REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE TAVIRA-----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a 01/2021/124 - Lars Christer Kjellstrom - Dispensa da dotação dos lugares de estacionamento, nos termos das alíneas a) e d) do

n.º 4 do artigo 61.º do regulamento do Plano de Urbanização de Tavira, que se anexa a esta ata como documento número oito e dela faz parte integrante. -----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma. -----

PROPOSTA N.º 121/ 2022/CM - CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INTEGRADOS NO PARQUE DE CAMPISMO DA ILHA DE TAVIRA -DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO E DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO -----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente ao Concurso Público para a concessão de exploração dos estabelecimentos integrados no Parque de Campismo da Ilha de Tavira - Decisão de Adjudicação, Aprovação de Minuta de Contrato e Designação do Gestor do Contrato, que se anexa a esta ata como documento número nove e dela faz parte integrante. -----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma. -----

PROPOSTA N.º 122/ 2022/CM - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA A CI-AMAL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA (PART - 2022) -----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a Transferência financeira para a CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART – 2022), que se anexa a esta ata como documento número dez e dela faz parte integrante. -----

--- O Vereador Dinis Faisca referiu que, o acordo inicialmente celebrado com a CI-AMAL não previa comparticipação pelos municípios, tinha sido celebrado com o objetivo de fomentar o uso dos transportes públicos a jovens e adultos e que inicialmente funcionou, no entanto estas faixas etárias começaram a adquirir passes para todo o território, dado que o valor era igual na distância de Vila Real de Santo António a Lagos, o que representou um acréscimo de despesa para as entidades, porque tinham que assumir esse transporte, o que levou a uma diminuição da receita e à necessidade de gerar as comparticipações pelos municípios para manterem esse tipo de proposta. ---

--- Referiu que os critérios estariam a ser revistos, o que levava a um acordo de comparticipação mensal por seis meses. -----

--- O Vice-Presidente mencionou que iriam continuar a aplicar o desconto de 50%, ainda que os valores dos passes continuassem a aumentar consideravelmente. -----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma. -----

PROPOSTA N.º 123/ 2022/CM - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021 -----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a Prestação de contas de 2021, que se anexa a esta ata como documento número onze e dela faz parte integrante. -----

--- O Vereador Dinis Faisca felicitou quem preparou o documento pelo detalhe e rigor do mesmo. ----

--- Mencionou que lhe tinham surgido algumas dúvidas, questionou a ausência de referência do impacto da EMPET no documento, questão também colocada pelo ROC e a não inclusão no Património das obras já concluídas, que se mantinham em imobilizado em curso. -----

--- A Chefe da Divisão Financeira, Ana Roque esclareceu quanto à situação da EMPET, que a mesma iria sempre constar nas contas e no orçamento enquanto a situação da dissolução não estivesse resolvida, a EMPET ainda não tinha apresentado contas e continuava-se dependente dessa resolução, com o constrangimento dos valores dos ativos e dos passivos, quanto ao imobilizado referiu que a nota prendia-se com questões técnicas, um problema interno de recursos humanos, tinha vindo a ser efetuado um esforço ao longo dos anos para regularizar o património, mas não havia capacidade. Foi realizado um levantamento muito exaustivo com a entrada em vigor do POCAL e a partir daí não tinha conseguido fazer a sua regularização, mencionou que era um trabalho muito exaustivo e minucioso a realizar nos próximos anos. -----

--- O Vereador Dinis Faisca referiu-se à EMPET mencionando que era uma questão política e era um processo de arrastamento de uma decisão e o facto de não saber qual o impacto que teria nas contas do Município era preocupante, quanto mais rápida fosse a sua resolução mais rápido saberia qual o impacto para o município e quanto mais tempo se arrastasse a decisão pior. Em 2013-2017 tinha sido iniciado um processo de liquidação da EMPET, a lei previa três anos, pelo que já teria sido excedido o tempo limite para extinguir a empresa municipal, existia um processo em tribunal mas não saberia qual o caminho a seguir e isso era preocupante. -----

--- O Vereador Filipe Beato colocou a questão quanto à implementação de uma contabilidade de gestão, que permitisse o apuramento e divulgação de gastos e rendimentos das suas atividades, explanada na certificação do ROC. -----

--- A Chefe da Divisão Financeira Ana Roque esclareceu que a contabilidade de gestão tinha sido aplicada no município desde 2009, sendo uma das primeiras autarquias a aplica-la, inicialmente apenas com os custos, mas depois também com a reconciliação dos proveitos. Com a entrada do SNC AP, tornou-se necessário a apresentação de determinados relatórios, mas a legislação não especifica o quê em concreto. A chefe da Divisão Financeira informou ainda que o município tinha uma contabilidade de gestão em pleno funcionamento, reconciliando os custos e proveitos em centros de custo, através dos quais era apreciada a parte da despesa que se encontrava refletida no relatório de contas, já tinha questionado os revisores sobre que relatórios pretendiam porque poderia ser

necessário adquirir um sistema informático que pudesse refletir essa informação de outra forma, porque os dados existiam, faltava apenas um relatório que os refletisse. -----

--- O Vereador Dinis Faisca referiu que no momento político que se vivia os centros de custos seriam muito importantes, nomeadamente com as transferências de competências, extraíndo daí os dados necessários para efetuar uma análise, para que o município pudesse reivindicar junto do governo central o valor atribuído no envelope financeiro. -----

--- A Chefe da Divisão Financeira Ana Roque esclareceu que a contabilidade de custos não refletia os gastos com o pessoal, apenas dos funcionários que praticavam mão-de-obra direta, no entanto no entanto tentava afetar esses valores para aferir os salários dos funcionários presentes e futuros, referiu ainda que todas as despesas com edifícios era quantificada em centros de custo o que iria facilitar esse apuramento, existindo algumas competências com custos mais difíceis de imputar, como era o caso das multas de estacionamento. -----

--- O Vereador Dinis Faisca questionou se tinha sido feita uma avaliação patrimonial prévia aos edifícios que passaram para a posse do município através da delegação de competências ao que a Dra. Ana Roque esclareceu que teria que ser efetuada uma avaliação aos edifícios transferidos no âmbito da delegação de competências, pois o valor patrimonial poderia não estar atualizado, poderia não estar registado, mas que essa informação ainda não tinha sido disponibilizada. -----

--- O Vereador Filipe Beato colocou a questão ao nível da execução da despesa de 63,5% o que revelava uma incapacidade de investimento no concelho, com alguma engenharia financeira poder-se-ia optar por outras soluções para o desenvolvimento socioeconómico do nosso concelho. -----

--- O Vereador Dinis Faisca mencionou que considerava preocupante ao nível da receita, uma execução na ordem dos 90% de execução, o IMT tinha um peso considerável, no entanto era uma receita variável e dependia das transações, era um dado que flutuava, que tinha a ver com a dinâmica económica e sugeriu que houvesse mais celeridade no processo de licenciamento no urbanismo por forma a captar a atenção dos investidores, o município era atrativo no setor imobiliário, no entanto deveria criar riqueza para ter sustentabilidade. Referiu ainda que todos os meses o número de processos que entravam no urbanismo eram superiores ao número de processos que saíam, o que significava que ficavam processos pendentes e a acumular trabalho, o que se refletia na receita do IMT. -----

--- Após apreciação da referida proposta, a Câmara Municipal deliberou por maioria aprovar a mesma, com quatro votos a favor do Vice-Presidente, dos Vereadores Sónia Pires, Narciso Barradas, Sílvia Soares e três votos contra dos Vereadores Dinis Faisca, Luís Filipe Beato e Maria Inês Faleiro, cuja declaração de voto se anexa. -----

PROPOSTA N.º 124/ 2022/CM - 01/2021/167 - EAMON MARK JOHN O'CONNOR - DISPENSA DA DOTAÇÃO DOS LUGARES DE ESTACIONAMENTO, NOS TERMOS DAS ALÍNEAS A) E E) DO N.º 4 DO ARTIGO 61.º DO REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE TAVIRA -----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a 01/2021/167 - Eamon Mark John O'Connor - Dispensa da dotação dos lugares de estacionamento, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 4 do artigo 61.º do regulamento do Plano de Urbanização de Tavira, que se anexa a esta ata como documento número doze e dela faz parte integrante. -----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma. -----

PROPOSTA N.º 127/ 2022/CM - ATRIBUIÇÃO DE APOIO NO ÂMBITO DO RMAAD 2022 - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL - PORTUGAL (ANDDI - PORTUGAL) -----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a Atribuição de apoio no âmbito do RMAAD 2022 - Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual - Portugal (ANDDI - PORTUGAL), que se anexa a esta ata como documento número treze e dela faz parte integrante. -----

--- O Vereador Filipe Beato questionou quais os critérios subjacentes à atribuição concreta do valor ao que o vice-Presidente esclareceu que o valor atribuído foi de encontro ao solicitado para a participação do atleta e do treinador. -----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma. -----

PROPOSTA N.º 128/ 2022/CM - INÍCIO DE PROCEDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL - REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE TAVIRA -----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a Início de procedimento e participação procedimental - Regulamento do Arquivo Municipal de Tavira, que se anexa a esta ata como documento número catorze e dela faz parte integrante. -----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma. -----

PROPOSTA N.º 129/ 2022/CM - ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAVIRA E O ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P., PROJETO-PILOTO "INTEGRAR VALORIZA" -----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a Adenda ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Tavira e o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., Projeto-piloto "Integrar Valoriza, que se anexa a esta ata como documento número quinze e dela faz parte integrante. -----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma.-----

PROPOSTA N.º 130/ 2022/CM - PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO 2º PERÍODO - RENOVAÇÃO-----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento 2º Período – Renovação, que se anexa a esta ata como documento número dezasseis e dela faz parte integrante.-----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma.-----

PROPOSTA N.º 131/ 2022/CM - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAVIRA E A ANIMAL AID - ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS-----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a Protocolo de Colaboração entre o Município de Tavira e a Animal AID - Associação Protetora dos Animais, que se anexa a esta ata como documento número dezassete e dela faz parte integrante.-----

--- O vereador Dinis Faisca questionou se a captura dos animais ficará a cargo da Associação ao que a vereadora Sónia Pires esclareceu, que será a Associação a fazê-lo e quais os valores inerentes de acordo com o género do animal, macho ou fêmea.-----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma.-----

PROPOSTA N.º 132/ 2022/CM - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO CASA ÁLVARO DE CAMPOS, NO ÂMBITO DO EVENTO "POEMUS - POESIA E MÚSICA"-----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a Atribuição de apoio à Associação Casa Álvaro de Campos, no âmbito do evento "Poemus - Poesia e Música", que se anexa a esta ata como documento número dezoito e dela faz parte integrante.-----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma.-----

PROPOSTA N.º 133/ 2022/CM - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL "VIVA A PRIMAVERA" 2022-----

--- O Vice-Presidente apresentou a proposta em apreço, referente a Atribuição de apoios no âmbito do Programa Municipal "Viva a Primavera" 2022, que se anexa a esta ata como documento número dezanove e dela faz parte integrante.-----

--- O Vereador Luis Filipe Beato declarou-se impedido de participar na discussão e votação da presente proposta, ao abrigo do n.º 6 do artigo 55.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, por pertencer aos órgãos sociais do Clube de Tavira.-----

--- Após apreciação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a mesma.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO NOS TERMOS DO N.º1 DO ARTIGO 16.º DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- Não houve público presente a fim de intervir.-----

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS A ESTA ATA-----

DOCUMENTO 1 – Justificação da falta da Presidente;-----

DOCUMENTO 2 – Relatório e Contas 2021 - Taviraverde Empresa Municipal de Ambiente, E.M.;-----

DOCUMENTO 3 - Relatório e Contas 2021 - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC Tavira;-----

DOCUMENTO 4 - Proposta n.º 116/ 2022/CM - 03-Emp/22 - Centro de Meios Aéreos de Cachopo - Ratificação do despacho de prorrogação de prazo de entrega das propostas;-----

DOCUMENTO 5 - Proposta n.º 117/ 2022/CM - Aprovação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT);-----

DOCUMENTO 6 - Proposta n.º 118/ 2022/CM - 04-Emp/17 - "Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro" - Ratificação de despacho;-----

DOCUMENTO 7 - Proposta n.º 119/ 2022/CM - Apoio em espécie - Fundação Irene Rolo | Arraial Multicultural;-----

DOCUMENTO 8 - Proposta n.º 120/ 2022/CM - 01/2021/124 - Lars Christer Kjellstrom - Dispensa da dotação dos lugares de estacionamento, nos termos das alíneas a) e d) do n.º 4 do artigo 61.º do regulamento do Plano de Urbanização de Tavira;-----

DOCUMENTO 9 - Proposta n.º 121/ 2022/CM - Concurso Público para a concessão de exploração dos estabelecimentos integrados no Parque de Campismo da Ilha de Tavira - Decisão de Adjudicação, Aprovação de Minuta de Contrato e Designação do Gestor do Contrato;-----

DOCUMENTO 10 - Proposta n.º 122/ 2022/CM - Transferência financeira para a CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART – 2022);-----

DOCUMENTO 11 - Proposta n.º 123/ 2022/CM - Prestação de contas de 2021;-----

DOCUMENTO 12 - Proposta n.º 124/ 2022/CM - 01/2021/167 - Eamon Mark John O'Connor - Dispensa da dotação dos lugares de estacionamento, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 4 do artigo 61.º do regulamento do Plano de Urbanização de Tavira;-----

DOCUMENTO 13 - Proposta n.º 127/ 2022/CM - Atribuição de apoio no âmbito do RMAAD 2022 - Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual - Portugal (ANDDI - PORTUGAL);-

DOCUMENTO 14 - Proposta n.º 128/ 2022/CM - Início de procedimento e participação procedimental
- Regulamento do Arquivo Municipal de Tavira;-----

DOCUMENTO 15 - Proposta n.º 129/ 2022/CM - Adenda ao Protocolo de Cooperação entre o
Município de Tavira e o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., Projeto-piloto "Integrar Valoriza";-

DOCUMENTO 16 - Proposta n.º 130/ 2022/CM - Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento 2º
Período – Renovação;-----

DOCUMENTO 17 - Proposta n.º 131/ 2022/CM - Protocolo de Colaboração entre o Município de
Tavira e a Animal AID - Associação Protetora dos Animais;-----

DOCUMENTO 18 - Proposta n.º 132/ 2022/CM - Atribuição de apoio à Associação Casa Álvaro de
Campos, no âmbito do evento "Poemus - Poesia e Música";-----

DOCUMENTO 19 - Proposta n.º 133/ 2022/CM - Atribuição de apoios no âmbito do Programa
Municipal "Viva a Primavera" 2022;-----

DOCUMENTO 20 – Ata em minuta.-----

FINANÇAS MUNICIPAIS-----

Foram presentes os seguintes dados financeiros, respeitante ao dia 14 de abril de 2022:-----

Balancete

Saldo – 20.220.813,56€

Em cofre – 7.463,55€

Instituições bancárias – 20.213.350,01€

ASSISTIRAM À REUNIÃO

--- Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus, Chefe de Divisão de Administração;-----

--- Ana Lúcia de Anastácio e Ferro Roque, Chefe da Divisão Financeira;-----

--- Ana Luisa Viegas Palhinha Botelho, Assistente técnica.-----

ENCERRAMENTO-----

--- Finalmente e não havendo mais nada a tratar, o Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou
encerrada a reunião, quando eram 12:30 horas.-----

--- Para constar e legais efeitos se lavrou a presente ata cujos textos das deliberações na mesma
mencionados foram aprovados em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 e para efeitos do
preceituado no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de
lida e aprovada vai ser assinada pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal e Vereadores presentes, e
por mim, Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus, Chefe de Divisão de Administração, que
secretariei a reunião.-----

Sandrina Gonçalves

De: Divisão Administração <divisaoadministracao@cm-tavira.pt>
Enviado: 12 de abril de 2022 23:48
Para: expediente@cm-tavira.pt
Assunto: FW: Reunião da Câmara Municipal de 18 de abril de 2022

Dar entrada.

Entidade: Ana Paula Fernandes Martins

De: Ana Paula Martins [mailto:amartins@cm-tavira.pt]
Enviada: 12 de abril de 2022 23:43
Para: Divisão Administrativa
Assunto: Re: Reunião da Câmara Municipal de 18 de abril de 2022

Dra Margarida,

Estarei de férias no próximo dia 18 pelo que solicito a minha substituição na reunião.
A mesma será presidida pelo Vice-Presidente.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Martins

No dia 12/04/2022, às 19:17, Divisão Administrativa <divisaoadministracao@cm-tavira.pt> escreveu:

Exmos(as). Senhores(as),

Nos termos do artigo n.º 53 do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, serve o presente para comunicar a ordem do dia que se anexa, para a reunião ordinária do órgão executivo, a ter lugar no dia **18 de abril** do ano **2022**, pelas **09:30** horas, a realizar-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Mais se informa que, para aceder à documentação a partir do exterior devem recorrer ao link:
https://portal.cm-tavira.pt/airc_sta/

Com os melhores cumprimentos,

Ana Luisa Botelho
Assistente Técnica
Secção Administrativa
Telefone: 281320550 Ext: 2402

Relatório de Gestão e Contas

2021

1,
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Tavira verde

Empresa Municipal de Ambiente, E.M.

Índice

Mensagem da Presidente Conselho de Administração.....	1
A Taviraverde.....	3
1. A empresa	3
2. Missão, Visão e Valores.....	3
3. Política, Objetivos e Estratégia	4
4. Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	5
Principais Acontecimentos.....	8
Atividade Desenvolvida.....	11
Abastecimento de Água.....	11
• Programa de controlo de perdas na rede de abastecimento.....	11
• Gestão Patrimonial de Infraestruturas e Gestão de Contadores.....	13
• Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento (EEAA) e restantes reabilitações.....	13
• Aquisição de equipamentos para setor de Águas de Abastecimento	15
• Controlo de Qualidade da Água de Abastecimento	16
Saneamento de Águas Residuais	20
• Diminuição das afluências indevidas.....	20
• Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR) e restantes reabilitações.....	22
• Aquisição de viatura para setor de Águas de Residuais.....	23
Resíduos Urbanos.....	24
• Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (RU)	24
• Gestão e qualidade do serviço	25
• Recolha Porta-a-Porta ao comércio local.....	26
• Manutenção dos equipamentos de recolha.....	27
• Aquisição de equipamentos de recolha	28
Limpeza Pública	29
• Contrato-programa para a Limpeza Pública do concelho de Tavira.....	29
• Aquisição de equipamentos para a Limpeza Pública.....	29
Limpeza de Praias	31
• Contrato-programa para a Limpeza de Praias do concelho de Tavira.....	31
• Manutenção dos equipamentos para a Limpeza das Praias.....	32
• Aquisição de equipamentos para a Limpeza das Praias	32
• Sensibilização Ambiental nas praias.....	32
Manutenção de Espaços Verdes Públicos.....	38
• Contrato-programa de Gestão e Manutenção de Espaços Verdes do concelho de Tavira	38

13
Handwritten signatures and initials in blue ink.

• Sistema de gestão e monitorização centralizada e remota de rega	38
• Aplicação de produtos fitofarmacêuticos	39
• Tratamento de pragas de plantas e jardins	39
• Reabilitação e manutenção de instalações	40
Apoio ao Cliente	42
• Área de Clientes	42
• Área de Contadores	45
• Área de Fiscalização	45
• Medidas tomadas e efeitos decorrentes da situação pandémica	45
Sensibilização Ambiental	47
Sistema de Gestão da Qualidade	55
• Gestão de Reclamações e Sugestões	56
• Gestão de auditorias	57
• Ações de melhoria.....	58
• Avaliação da Satisfação de Clientes.....	58
Sistema de Gestão da Segurança no Trabalho.....	60
• Organização e gestão da emergência.....	60
• Formação e informação aos trabalhadores e trabalhadoras na área da segurança.....	61
• Avaliação de agentes físicos e ergonómicos	62
• Gestão dos equipamentos de proteção coletiva e individual.....	64
• Promoção da saúde.....	65
• Gestão dos acidentes de trabalho.....	65
Recursos Humanos	67
• Evolução do quadro de pessoal.....	67
• Distribuição dos colaboradores por nível de habilitação.....	68
• Distribuição dos colaboradores por idade.....	69
• Formação Profissional	69
• Absentismo	70
Plano de Investimentos.....	72
Comunicação	76
Litígios e Contingências.....	78
• Cobranças	78
• Contencioso Águas do Algarve, S.A. – Valores mínimos garantidos.....	78
• Outras Informações.....	78
Situação Económico-financeira.....	80

• Resultado Líquido.....	80
• Rendimentos Totais	80
• Gastos Totais.....	81
• Posição Financeira.....	82
Perspetivas Futuras.....	84
Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício	87
Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores.....	89
Proposta de Aplicação de Resultados	91
Agradecimentos.....	93
Demonstrações Financeiras.....	95
Anexo.....	102
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	131

13

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



MENSAGEM DA PRESIDENTE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na sequência do último ato eleitoral, no qual foi eleito o presente executivo municipal, assumi, em janeiro deste ano, funções como Presidente do Conselho de Administração desta Empresa Municipal.

Este é um cargo que muito me honra e que pretendo exercer com todo o rigor, pautando a minha ação pelos mais exigentes princípios da ética e transparência e de uma efetiva prestação de contas.

Também pretendo contribuir, dentro das minhas atribuições, para a melhoria contínua do serviço prestado, elevando, se possível, a sua qualidade e, conseqüentemente, a satisfação dos clientes.

Estes objetivos só serão possíveis concretizar com a colaboração e o empenho de toda a equipa. Neste sentido, agradeço toda a dedicação dos trabalhadores e trabalhadoras desta empresa, que tanto contribuem para que a nossa cidade se mantenha limpa, amiga do Ambiente e seja cada vez mais um local apazível não só para quem aqui reside, mas também para todos aqueles que nos visitam.

Reconheço, igualmente, a forma exemplar como esta empresa respondeu aos desafios impostos pela pandemia que ainda estamos a viver e que levou a um acréscimo significativo do volume de trabalho e à necessidade de adaptação às atuais exigências.

A toda esta equipa, o meu bem-haja.

Juntos construímos uma Tavira melhor!

Ana Paula Martins

13
d
no.
Jis
han



A TAVIRAVERDE

1. A empresa

A Taviraverde é uma pessoa coletiva de direito público, rege-se pelo disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do estado, e pelos seus Estatutos.

Trata-se de uma empresa do setor empresarial local de gestão de serviços de interesse geral, de capitais maioritariamente públicos, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e independência orçamental.

2. Missão, Visão e Valores

MISSÃO

Satisfazer as necessidades de abastecimento de água, de recolha de águas residuais e de resíduos urbanos e os demais interesses gerais da população do Município de Tavira que lhe sejam confiados, 365 dias por ano, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

VISÃO

Queremos ser uma empresa de referência regional, pela eficiência dos processos, pela qualidade dos serviços e pelo valor acrescentado dos resultados entregues a todas as partes interessadas.

VALORES

A Taviraverde pauta a sua atuação pelo seguinte conjunto de valores:

➤ Serviço

Mobilizamos todos os nossos recursos técnicos, humanos e materiais para satisfazer as necessidades da população do Município de Tavira.

➤ Confiança

Tendo sempre como referência os interesses gerais que nos foram cometidos e as legítimas expectativas da comunidade em que estamos inseridos, tomamos decisões transparentes, equitativas e objetivas, fundadas no respeito da lei e das melhores práticas de gestão.

➤ **Excelência**

Fazemos da excelência uma ambição e um padrão de referência para os serviços que prestamos, para os desempenhos profissionais individuais e coletivos que os concretizam e para a construção de soluções com todos os nossos parceiros e interlocutores institucionais.

➤ **Respeito pelo Ambiente**

Contribuímos, na medida das nossas opções estratégicas, decisões de gestão e ações diárias, para o desenvolvimento sustentável do planeta, procurando minimizar os efeitos adversos da nossa atividade e incrementar o bem-estar da comunidade envolvente.

3. Política, Objetivos e Estratégia

A Tavraverde adotou uma estratégia organizacional assente no desenvolvimento sustentável da atividade e dos recursos que lhe são inerentes, permitindo alcançar os objetivos empresariais orientados para a satisfação dos clientes, acionistas e outras partes interessadas e na valorização e realização profissional dos colaboradores.

Assim, foram estabelecidos como fatores de sucesso:

- Cumprimento dos requisitos dos clientes, legais e estatutários, normativos aplicáveis, plano de negócios e outros que a empresa subscreva;
- Dotar a empresa de infraestruturas e meios tecnológicos adequados ao desenvolvimento da atividade que possibilitem minimizar alterações ao quotidiano dos munícipes e empresas da área de intervenção da organização;
- Desenvolvimento da atividade tendo por base uma atitude proactiva na procura e adoção das melhores práticas e conseqüentemente a melhoria contínua do sistema de gestão da empresa;
- Focalização no desenvolvimento das competências individuais e no trabalho em equipa para permitir, ao conjunto, atingir níveis elevados de desempenho;
- Alcançar os resultados de exploração previstos no plano de negócios de modo a garantir a taxa de rentabilidade do projeto;
- Sensibilizar e trabalhar preferencialmente com fornecedores que atribuam importância às boas práticas de um sistema de gestão;
- Divulgar e promover a compreensão da Política da Qualidade a todas as partes interessadas.

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente:

João Carlos de Almeida Vidal

Secretário:

Maria Virgínia Dias Chaves Ramos

Conselho de Administração

Presidente:

Ana Paula Fernandes Martins

Vogais:

António Manuel Dias Chaves Ramos

Jaime Luís Fernandes Costa

Revisor Oficial de Contas

Efetivo:

Isabel Paiva, Miguel Galvão e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Suplente:

Johnny Viegas Laurencia

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'S' and the name 'J. Carlos'.

Handwritten signature and scribbles in blue ink, including a stylized mark at the top and the name "Juis" written vertically.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the text "ms. Juis".

No ano 2021, devido aos constrangimentos do agravamento da situação pandémica COVID -19, a Taviraverde deu continuidade a um vasto conjunto de medidas que permitiram proteger os seus trabalhadores e as suas trabalhadoras, e simultaneamente garantir a continuidade da sua atividade.

O plano de contingência da Taviraverde foi atualizado de acordo com as orientações das entidades oficiais e da legislação aplicada de forma a minimizar os impactos da pandemia na organização, evitar a propagação da doença e garantir a segurança e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, assegurar o desempenho das atividades críticas essenciais e o cumprimento da missão da empresa.

As principais medidas implementadas pela Taviraverde para garantir a eficaz gestão da situação pandémica foram as seguintes:

- Alteração do regime de trabalho, tendo sido adotado o regime de trabalho à distância e o desfasamento dos horários de entrada e de saída dos trabalhadores/as, sendo que as funções e atividades o permitiam;
- Reorganização das equipas de trabalho com vista a garantir o adequado distanciamento físico, para assegurar a realização das atividades técnicas e operacionais;
- Distribuição de equipamentos de proteção individual, reestruturação dos espaços e locais de trabalho para promover o distanciamento físico entre os trabalhadores/as, e reforço dos planos de limpeza e higienização dos espaços para reduzir o risco de contaminação nos locais de trabalho;
- Disponibilização de equipamentos e ferramentas informáticas para permitir a realização das atividades em trabalho remoto e promover a realização de reuniões virtuais.

Ao nível económico o ano 2021 apresentou um desempenho económico/financeiro bastante positivo, embora se tenha verificado uma redução do resultado líquido da empresa relativamente

aos anos anteriores. Estes resultados devem-se, sobretudo, à redução da atividade turística do concelho de Tavira em consequência da situação pandémica.

Em 2021, como medidas sociais e de acordo com a legislação em vigor, não foram emitidos os pré-avisos de corte e a suspensão de fornecimento de água aos clientes em incumprimento.

Ainda como medida de apoio a agentes económicos e grupos sociais mais desfavorecidos, por indicação do Município de Tavira, foram isentadas, nos meses de fevereiro e março, a totalidade do pagamento das tarifas de disponibilidade de Águas de Abastecimento, Saneamento e Resíduos Urbanos, com exceção dos contadores para jardins e piscinas, para:

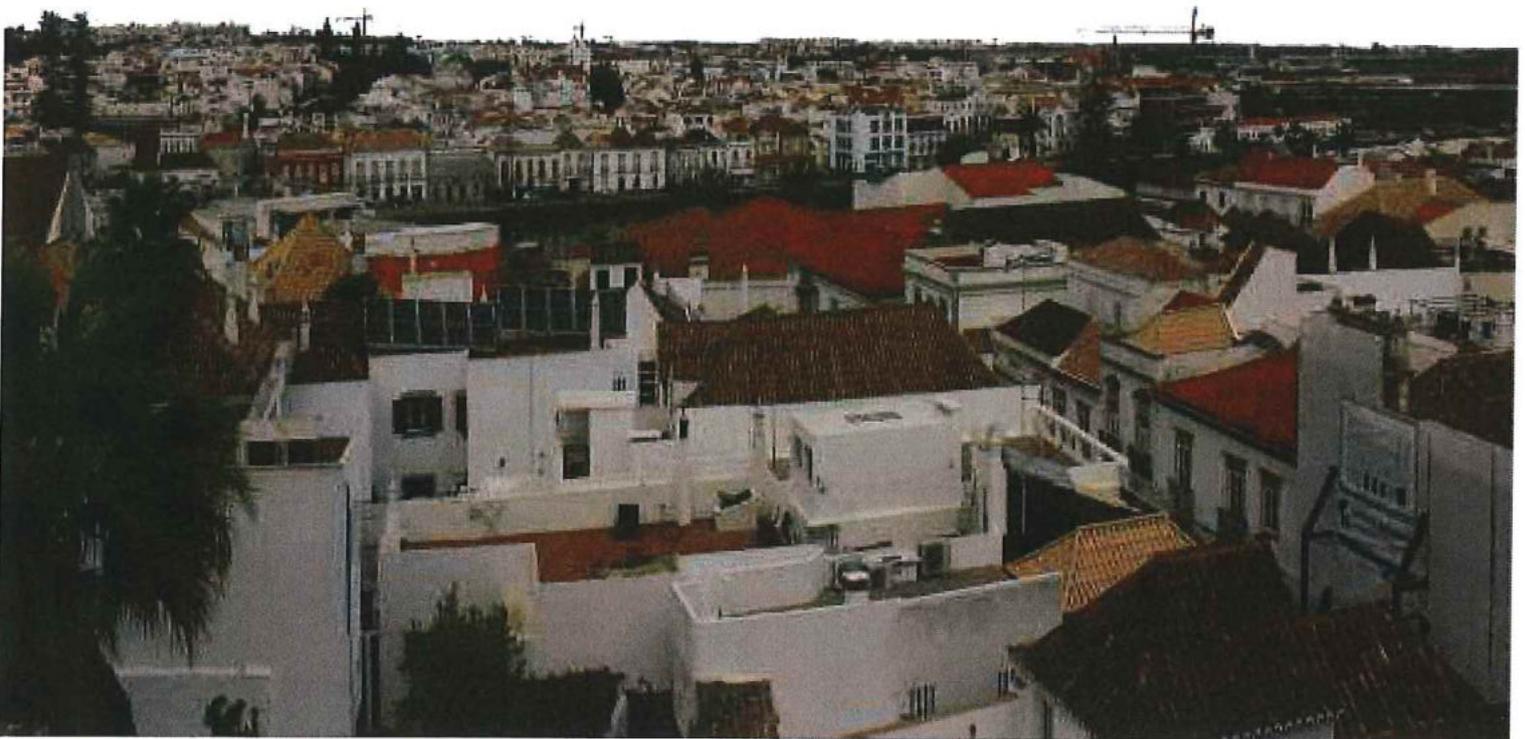
- Clientes “Não domésticos”, sem qualquer formalidade;
- Clientes “Não domésticos especiais” (IPSS’s, ONG’s sem fins lucrativos e Organismos de Utilidade Pública) sem qualquer formalidade.

No ano 2021, verificou-se uma grande dificuldade em recrutar pessoal tanto para a área técnica como para a área operacional, pelo que foi necessário, rever os processos de recursos humanos para se ajustar a nova realidade do mercado de trabalho.

Durante 2021 a Taviraverde deu continuidade aos seus projetos:

- Projeto – “PENSA – programa para a sustentabilidade dos serviços de águas e gestão eficiente de ativos”;
- Projeto – “Controlo e redução de perdas de água no sistema de abastecimento do concelho de Tavira”;
- Projeto – “Gestão Operacional – AQUAWorks”;
- Projeto – “Renovação e desenvolvimento do novo site da empresa”;
- Projeto – “Avaliação de desempenho 360”;
- Projeto – “Reorganização estrutural e diretório funcional”.

1
1992
vs.
Jin
New



ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Abastecimento de Água

No quadro abaixo apresentamos os resultados dos principais indicadores de desempenho da atividade de Abastecimento de Água, tendo sido cumpridos todos os objetivos definidos.

A. Abastecimento de Água				
Objetivo Geral	Objetivo Setorial	Meta	dez/21	Situação PO
Redução das perdas de água	Controlo de perdas de água	≤16,50%	13,68%	OK
	Controlo de substituição de contadores	≥98%	99,09%	OK
Cumprimento das obrigações legais relativas a qualidade da água de abastecimento	Controlo da qualidade da água de abastecimento	≥99%	99,76%	OK
		100%	100,39%	OK
Melhoria da qualidade do serviço (satisfação do cliente)	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	≥95%	100,00%	OK
	Controlo do tempo para execução de ramais	≥95%	100,00%	OK
	Controlo do tempo para colocação de contadores	≥95%	99,86%	OK
	Controlo do tempo para desligação de contadores	≥95%	100,00%	OK
	Controlo das falhas de abastecimento de água com impacto no cliente	≤1,0	0,09	OK
		sem meta	0,00	-
Controlo da manutenção de equipamentos de AA	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das infraestruturas verticais de abastecimento de água	≥90%	100,00%	OK
	Manutenção e gestão de equipamentos das ETA e EEAA	≥95%	100,00%	OK

Fig. 1 - Quadro de indicadores de desempenho

- Programa de controlo de perdas na rede de abastecimento

O programa de controlo de perdas na rede de abastecimento continua a ser um dos mais relevantes na atividade da empresa. Este programa obteve na última década valores abaixo dos 20%, o que permite classificar a Taviraverde E.M como uma empresa de referência a nível nacional e consequentemente as medidas implementadas para a sua redução um sucesso. No final do ano 2021 atingiu-se o valor mínimo de 13.68%, superando o objetivo para o ano.

Prosseguiu-se com a melhoria da qualidade do serviço e a criação de novos pontos de monitorização e controlo, visando uma resposta mais eficaz na pesquisa ativa e controlo de perdas, realçando-se os seguintes melhoramentos:

- Entrada em exploração do novo sistema de adução ao Reservatório do Bengado a partir do limite poente da rede de Santa Catarina, o que traduz uma melhoria significativa na qualidade da água servida aos clientes, cujo sistema passa a pertencer às zonas abastecidas pelas Águas do Algarve.

Para monitorização e controlo de perdas da nova infraestrutura, foi instalado um medidor à saída da estação elevatória, bem como o sistema de monitorização em tempo real;

- Entrada em exploração do novo sistema de distribuição da Bodega\Picota a partir de São Marcos, dispondo assim de infraestruturas integradas de abastecimento de água aos núcleos populacionais, com o objetivo de garantir os níveis de serviço adequados.

Para monitorização e controlo de perdas da nova infraestrutura, foram instalados medidores nas saídas e entradas dos reservatórios e sistema de monitorização;

- Entrada em exploração do novo sistema de adução à rede de distribuição de Santa Luzia, o que traduz uma melhoria na redundância nos sistemas de adução.

Para monitorização e controlo de perdas da nova infraestrutura, foi instalado um medidor no ponto de ligação;

- Reabilitação das infraestruturas do Reservatório da Campina e inclusão dos pontos de monitorização em tempo real;
- Implementação de novos pontos de medição e controlo, com registos de leituras no Livramento e em Santo Estevão.

Continuou-se com a transição progressiva da monitorização de antigos pontos de controlo para o software de telegestão Zeus.

No final do ano, o sistema dispunha de um total de 218 pontos de medição, entre caudalímetros e contadores / totalizadores para suporte às atividades de controlo de perdas. Deste conjunto, 129 estão atualmente associados a diversos sistemas de telegestão e outros sistemas SCADA (Zeus, PMAC, ISOFT, S_MONITOR), estando a ser monitorizados em permanência 41 ZMC's e 162 Setores de Abastecimento.

- **Gestão Patrimonial de Infraestruturas e Gestão de Contadores**

Deu-se continuidade ao Projeto Colaborativo – “PENSA 2– Programa para a sustentabilidade dos serviços de águas e gestão eficiente de ativos”, destacando-se temas como a Cibersegurança e “AquaRating – Um padrão internacional para avaliar os serviços de água e saneamento”, que consiste num produto de conhecimento destinado a apoiar os processos de transformação para melhoria das empresas prestadoras de serviços de água e saneamento, desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a colaboração da International Water Association (IWA). A Tavraverde iniciou o preenchimento do AquaRating, em formato de inquérito, em 2021.

Foi submetida, à AMAL, uma candidatura ao PRR – Medida – SM1 – Reduzir Perdas de Água no Setor Urbano, no valor de 2.361.000 €, para substituição de condutas com perdas significativas (8,6 km), instalação de órgãos de controlo e redução de perdas (setorização) e o aumento da operacionalidade de sistemas (melhoria do Layout, através da inversão da ligação entre os sistemas de Faz-Fato Alfarrobeira e Corte António Martins).

- **Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento (EAA) e restantes reabilitações**

Dando continuidade aos planos de manutenção e reabilitação, em 2021 foram reabilitadas as seguintes instalações de abastecimento de água: Reservatório do Porto Carvalhoso e Reservatório de Santa Catarina da Fonte do Bispo.

Requalificação do Reservatório do Porto Carvalhoso

A reabilitação do Reservatório do Porto Carvalhoso teve como principal ação a substituição do antigo reservatório em chapa, por dois novos reservatórios de 30 m³ de capacidade individual.



Fig. 2 -Reservatório do Porto Carvalhoso (antes e depois)

Estes novos reservatórios além de garantirem uma melhor qualidade da água armazenada, apresentam ao nível de segurança na operação, melhorias significativas, com a inclusão de uma escada fixa com guarda-corpos para acesso ao topo, e com os varandins de proteção e passadiço de interligação entre reservatórios.

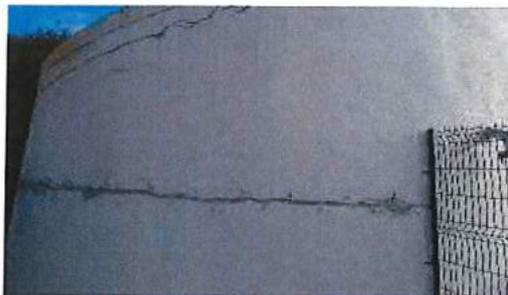
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Requalificação do Reservatório de Santa Catarina

A reabilitação do Reservatório de Santa Catarina da Fonte do Bispo, teve como principais ações a recuperação da viga de suporte da laje de cobertura e a reparação de uma fissura com cerca de 5m de comprimento ao longo da faixa perimetral do reservatório.



Fig. 3 - Reservatório de Santa Catarina - manutenção



No decorrer desta requalificação em colaboração com o DAS (Departamento de Água e Saneamento) foi aumentada a capacidade de armazenamento do reservatório em cerca de 20%, garantindo desta forma uma reserva extra, que pode fazer a diferença principalmente nos meses do Verão em que os consumos são mais elevados.

Foi colocada uma escada fixa com guarda-corpos, de forma a garantir um acesso seguro ao seu interior.



Fig. 4 - Reservatório de Santa Catarina

Handwritten signature and notes in blue ink, including the name "Júlio" and other illegible scribbles.

Outras intervenções nas instalações de Águas de Abastecimento

Foi dada continuidade à parametrização e configuração dos alarmes no sistema de telegestão ZEUS, pelo que, além dos alarmes de níveis e bombas já existentes nesta fase foram incluídos os parâmetros da qualidade da água permitindo em tempo real a visualização dos valores de cloro e pH.

Entre as instalações destacamos:

- Estações de Tratamento de Água de Cachopo, Feiteira, Mealha e Bengado
- Reservatórios de Perogil, Boavista e Cumeada
- Posto de cloração de Porto Carvalhoso

Manutenções preventivas das instalações de Abastecimento de Água

À semelhança dos últimos anos foi cumprido na totalidade o planeamento de manutenção preventiva nas diversas instalações de Abastecimento de Água, tendo sido executadas um total de 48 ações, sendo estas essenciais para garantir a continuidade funcionamento eficiente e eficaz das instalações.

- Aquisição de equipamentos para setor de Águas de Abastecimento

De forma a colmatar as necessidades identificadas nas intervenções efetuadas dentro da cidade de forma mais rápida e eficaz foi adquirida uma mini giratória, equipada com balde, pá raspadora e lagartas de borracha, para permitir a deslocação na via pública com o mínimo de danos possível.

Para apoio à limpeza e desinfeção de reservatórios foi adquirido um pulverizador de alta pressão, com depósito de 500 litros.



Fig. 5 - mini giratória e pulverizador

- Controlo de Qualidade da Água de Abastecimento

O Sistema Municipal de Águas de Abastecimento público no Concelho de Tavira é fornecido em 99% pela empresa Águas do Algarve, S.A. a partir da ETA de Tavira, para 7 pontos de entrega (PE) pertencentes à Taviraverde (Reservatórios de Perogil, Cruz do Areal, Cumeada, Santo Estevão, Malhão, Fonte do Bispo e Zona Industrial) e também pela empresa Águas de Vila Real de Santo António, a partir do PE do Pocinho, para o PE da Corte António Martins. Este último, servindo as localidades de Corte António Martins, Faz-Fato, Carrapateira e Estorninhos.

Estas Zonas de Abastecimento (ZA), ZA1 – Águas do Algarve e ZA2 – PE Corte António Martins, são abastecidas maioritariamente por águas de superfície, provenientes das albufeiras de Beliche e Odeleite.

O restante Sistema é constituído por 4 ZA (ZA4 – Cachopo, ZA8 – Feiteira, ZA9 – Mealha e ZA12 - Relvais), onde a captação e tratamento são da responsabilidade da Taviraverde. Nestas pequenas instalações de tratamento de água efetuam-se processos de tratamento de forma a ajustar a água captada às exigências da legislação, processos esses que variam entre pré-oxidação, filtração multimédia e por carvão ativado, decantação e afinação de pH e de cloro livre.

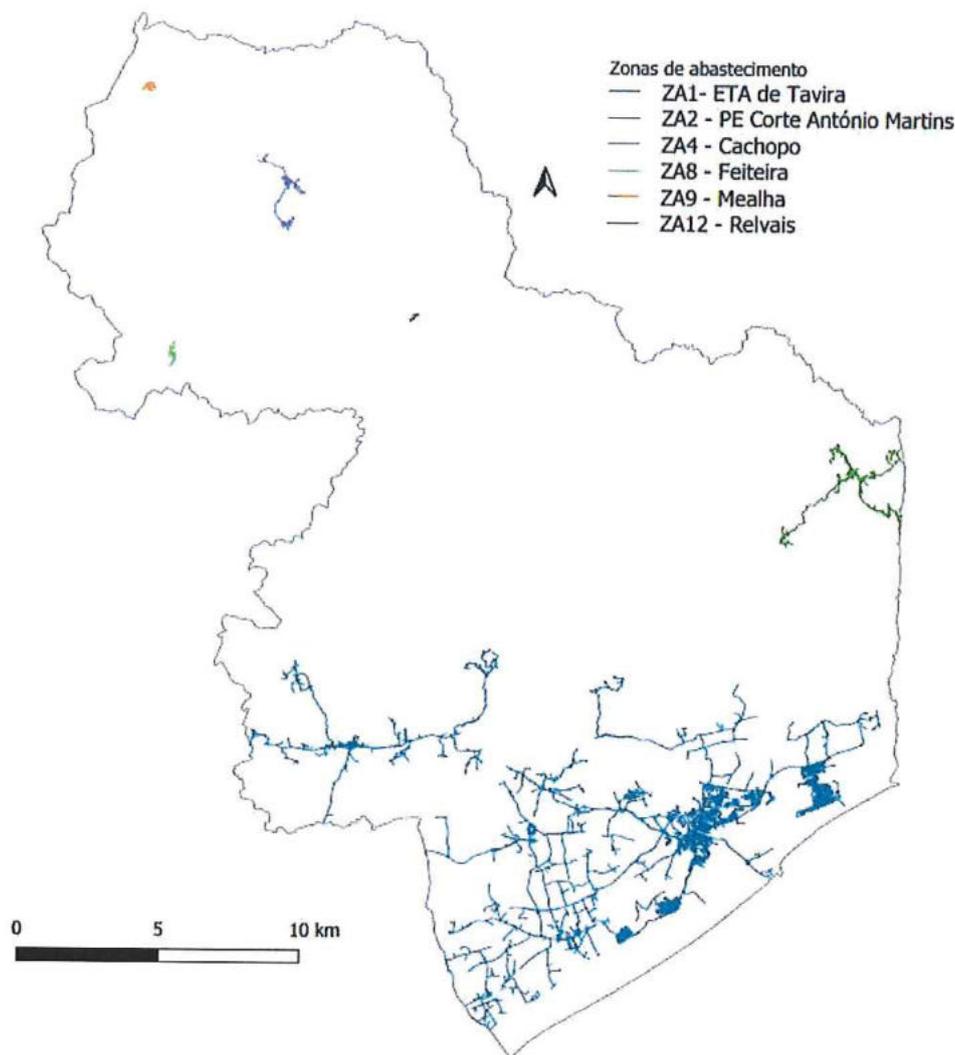


Fig. 6 - Mapa com a localização das ZA.

Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA)

Anualmente é elaborado o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), dando cumprimento ao DL306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo DL152/2017, de 7 de dezembro. Este Plano, realizado semanalmente, abrange todas as ZA existentes.

No ano de 2021, à semelhança dos anos anteriores, a frequência de amostragem das análises previstas foi cumprida integralmente, tendo sido efetuadas mais de 1000 análises no ano. Em relação ao cumprimento dos valores paramétricos (VP), verifica-se que a percentagem de cumprimento em 2021 foi de 99,8%.

O indicador "Água Segura", que resulta do produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos VP fixados na legislação, continua a evoluir num patamar de elevada qualidade, com valores sempre acima dos 99% (Fig.7).

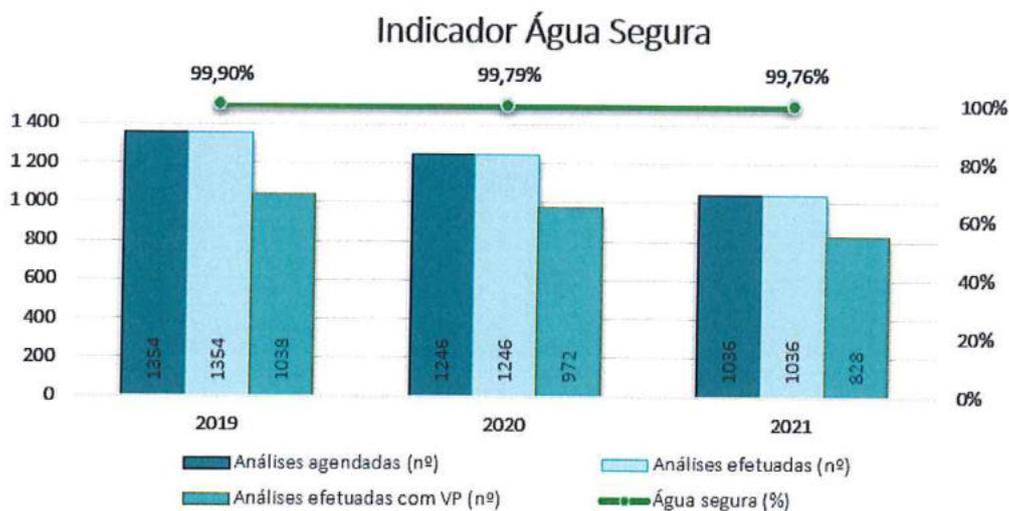


Fig. 7 - Evolução do indicador Água Segura.

Planos de Controlo Operacional (PCO) e de Legionella (PCLeg)

O Plano de Controlo Operacional (PCO) constitui uma monitorização adicional às ZA, especialmente às que têm origens próprias (águas subterrâneas - Cachopo, Feiteira, Mealha e Relvais). Nestas zonas a monitorização é efetuada à saída das captações e na rede de abastecimento, o que permite averiguar não só a potabilidade da água de origem, como também a eficiência do tratamento aplicado. Neste controlo são ainda verificadas todas as captações de reserva, tanto em termos de qualidade como em termos operacionais.

No decurso do ano foram realizadas cerca de 4100 análises (das quais 74% correspondem a água tratada), distribuídas por cada um dos CO. Das análises realizadas com VP, verificou-se 99,5% de conformidade para as amostras de água tratada (Fig.8).

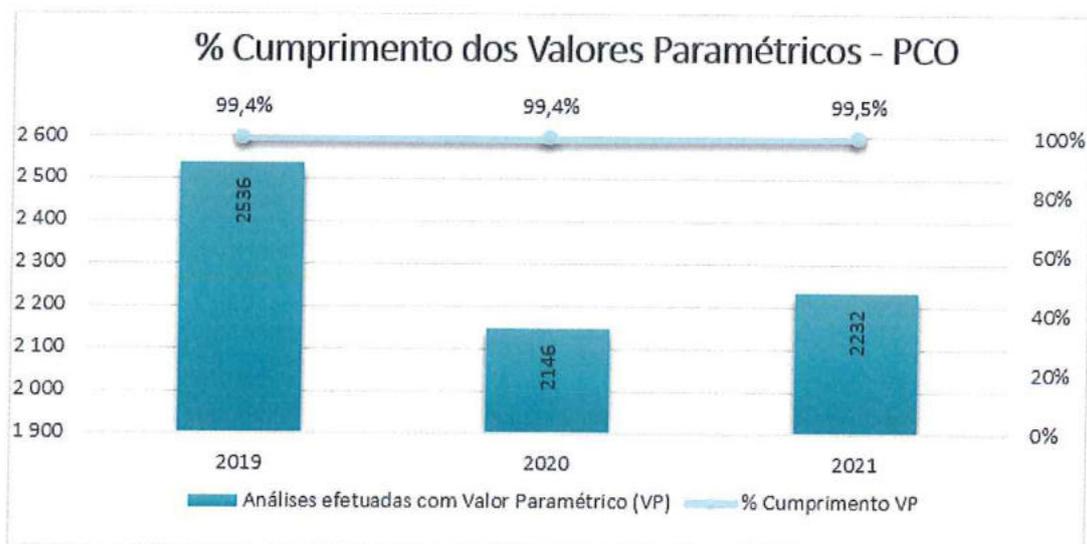


Fig. 8 - Percentagem de cumprimento dos valores paramétricos das análises realizadas no âmbito do PCO.

O Plano de Controlo da *Legionella* (PCLeg) constitui um controlo trimestral, realizado em todos os reservatórios de abastecimento e em alguns pontos da rede de distribuição, de forma a despistar a presença desta bactéria no sistema de abastecimento. Para além dessa vertente, também foi incluído neste plano o controlo da *Legionella* nas águas para rega (monitorização efetuada em jardins considerados de risco, por estarem situados nas proximidades de locais de lazer) e nos balneários da empresa.

Para além dos planos já referidos, a Taviraverde tem ainda implementado o Plano de Segurança da Água (PSA), desde final de 2016. Trata-se de um instrumento com abordagem preventiva, que permite identificar e priorizar os perigos e riscos no Sistema de Abastecimento de Água, desde a sua origem/ponto de entrega até ao consumidor final e, assim, definir e sistematizar as ações e procedimentos necessários, de forma a eliminar riscos e minimizar o seu impacto.

O PSA para além de prever as situações normais de risco, também contempla as situações de emergência excecionais, juntamente com um plano de comunicação que engloba todas as entidades com intervenção nesta matéria.

Saneamento de Águas Residuais

No quadro abaixo apresentamos os resultados dos principais indicadores de desempenho da atividade de Saneamento de Águas Residuais, tendo sido cumpridos, maioritariamente, os objetivos definidos.

B. Águas Residuais					
Objetivo Geral	Objetivo Setorial	Meta	dez/21	Situação	
Controlo da manutenção de equipamentos de AR	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das infraestruturas verticais de saneamento	≥90%	100,00%	OK	
	Manutenção e gestão de equipamentos das EEAR	≥95%	100,00%	OK	
Melhoria da qualidade do serviço (satisfação do cliente)	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	≥95%	100,00%	OK	
	Controlo do tempo para execução de ramais	≥95%	100,00%	OK	
	Controlo do estado da infraestrutura com impacto no cliente ou na via pública		0	0,00	OK
			<0,25	0,35	NOK

Fig. 9 - Quadro dos indicadores de desempenho Saneamento e Águas Residuais

- Diminuição das afluições indevidas

No ano de 2021, foram efetuadas diversas atividades tendo como objetivo a contínua e sustentável diminuição das afluições indevidas nos sistemas de drenagem de águas residuais domésticas, nomeadamente:

- Foram reabilitadas/impermeabilizadas duas dezenas de caixas de visita das redes de drenagem de águas residuais domésticas, que apresentavam alguma degradação, nomeadamente nas paredes, juntas, fundos e principalmente ligações coletores/betão. As caixas apresentavam infiltrações de águas das marés ou freáticas, principalmente nas zonas ribeirinhas em Tavira, Santa Luzia e Cabanas;
- Foram niveladas com o pavimento adjacente, cerca de quarenta caixas de visita das redes de drenagem de águas residuais domésticas, as quais estavam enterradas, fruto de

pavimentações efetuadas pelo Município, situação que condicionava a realização das ações de limpeza e manutenção desta infraestrutura;

- Foram reabilitadas e niveladas com o pavimento adjacente, cerca de setenta caixas de ramais das redes de drenagem de águas residuais domésticas, que apresentavam degradação e infiltrações;
- Foram construídos na margem direita de Tavira, 440 ml de rede gravítica de drenagem de águas residuais domésticas;
- Foram ainda efetuadas vinte reparações pontuais, em coletores da rede de drenagem de águas residuais domésticas, maioritariamente em coletores de fibrocimento.

No que respeita às aflúncias indevidas nas redes drenagem de águas residuais domésticas, e para combater este fenómeno, deveremos intervir de forma contínua e preventiva, na reabilitação dos troços, constituídos por fibrocimento e grés, os quais de uma forma geral, constituem as tubagens mais suscetíveis de sofrerem com este fenómeno. Assim, o principal objetivo nesta área, para os próximos anos, consistirá em tornar os sistemas de drenagem de águas residuais domésticas mais eficazes e sustentáveis, ambiental e financeiramente.

Para este fim, a monitorização persistente da rede drenagem de águas residuais domésticas, é efetuada em pontos estratégicos, através do registo e observação da altura da lâmina líquida, nas caixas de visita. Esta observação, permite-nos obter o conhecimento dos diferentes sistemas de drenagem de águas residuais domésticas, percebendo o comportamento das infraestruturas perante chuvas intensas, o que pode preconizar a inspeção mais cuidada nesses locais e a montante, tanto ao nível de infiltrações nas infraestruturas como na procura ativa de ligações indevidas.

Ainda no âmbito da procura ativa de infiltrações e aflúncias indevidas nos sistemas de drenagem de águas residuais domésticas, foram alvo de inspeção CCTV (Closed Circuit Television ou Circuito Fechado de Televisão), Santa Luzia, Cabanas e grande parte da rede ribeirinha em Tavira, nas margens direita e esquerda.

Quanto às origens das aflúncias indevidas, sabe-se que o problema principal resulta na inexistência de redes prediais separativas em habitações e prédios envelhecidos, assim como em urbanizações mais antigas, o que em caso de precipitação acentuada, aumenta significativamente a aflúncia à rede de drenagem de águas residuais domésticas.

Para dar resposta a esta problemática, foram criadas no sistema de drenagem de águas residuais domésticas de Cabanas e Santa Luzia, ligações das EEAR's (Estações Elevatórias de Águas

Residuais) às saídas de emergência, o que perante ocorrências de precipitações intensas ou em caso de invasões da água do rio nas redes de drenagem de águas residuais domésticas, permitirá a rejeição e devolução do efluente ao meio recetor natural.

- Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR) e restantes reabilitações

Dando continuidade aos planos de manutenção e reabilitação, durante o ano de 2021, foram requalificadas duas estações elevatórias de águas residuais: EEAR Nora Velha e EEAR Santa Luzia I.

Requalificação da EEAR da Nora Velha

A reabilitação da EEAR da Nora Velha, teve como principal objetivo o aumento da capacidade de bombagem da instalação. Através da substituição das eletrobombas, conseguiu-se duplicar o caudal instantâneo bombado.

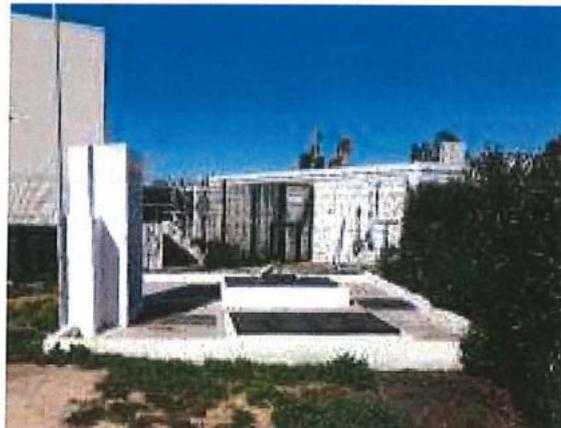


Fig. 10 - EEAR da Nora Velha

Requalificação da EEAR de Santa Luzia I (marginal)



Fig. 11 – Sistema de bombagem para a EEAR de Santa Luzia I

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature that appears to be 'Jus' and another 'Rosa'.

No decorrer do ano de 2021 foi adjudicado um novo sistema de bombagem para a EEAR de Santa Luzia I. Trata-se de um sistema de bombagem em linha (semelhante ao da Fig. 11 à direita), que é um sistema de bombagem diferente e inovador, visto que permite não haver um contacto direto com as águas residuais, tratando-se de um sistema mais “limpo”, ao invés do sistema tradicional com poço de bombagem e bombas submersíveis (Fig. 11 à esquerda). Neste novo sistema também deixam de existir os gases que causam mau odor e que consequentemente causam o desconforto da população que passa no local.

Este sistema ainda aguarda a sua execução, uma vez que o prazo de entrega dos equipamentos, principalmente eletrónicos, sofreu atrasos significativos devido à situação pandémica.



Fig. 12 - EEAR de Santa Luzia I

- Aquisição de viatura para setor de Águas de Residuais

Foi adquirida uma viatura de 19 toneladas para desobstrução e limpeza de coletores de águas residuais com o objetivo de reforçar o serviço.



Fig. 13 - Viatura para o setor das AR

Resíduos Urbanos

No quadro abaixo apresentamos os resultados dos principais indicadores de desempenho da atividade de Resíduos Urbanos, tendo sido cumpridos todos os objetivos definidos.

C. Recolha de Resíduos Urbanos				
Objetivo Geral	Objetivo Setorial	Meta	dez/21	Situação
Controlo de execução dos serviços	Avaliação do sistema de controlo dos circuitos	≥95%	99,84%	OK
	Controlo das frequências de lavagem dos equipamentos de contentorização referentes ao serviço de deposição indiferenciada de resíduos urbanos	≥6,0 a <24,0	6,63	OK
Melhoria dos indicadores de gestão	Controlo da recolha de recicláveis (ALGAR e Taviraverde)	≥20%	22,03%	OK

Fig. 14 - Quadro dos indicadores de desempenho Resíduos Urbanos

- Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (RU)

Representa-se no gráfico abaixo a evolução da produção de resíduos urbanos recolhidos pela Taviraverde, E.M., no concelho de Tavira no último triénio.

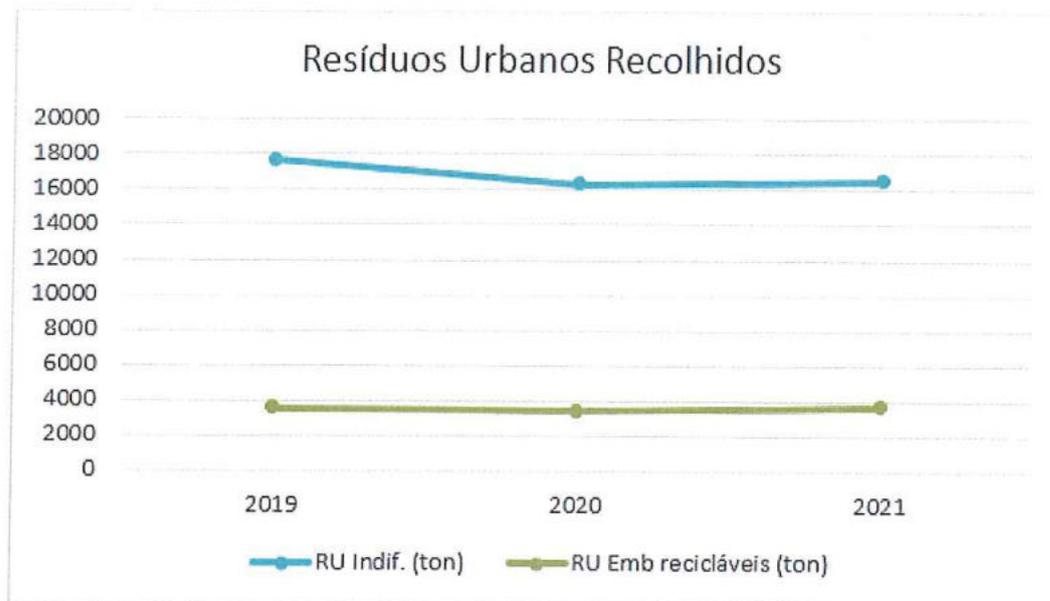


Fig. 15 - Gráfico Resíduos Urbanos Recolhidos

- Gestão e qualidade do serviço

Os programas de controlo da qualidade do serviço, com a efetivação de inspeções semanais aleatórias aos diversos circuitos, mantiveram-se durante todo o ano de 2021. Estes programas cumpriram a meta prevista, com uma taxa de 99,84%, relativamente ao planeado.

No âmbito do planeamento do Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) indiferenciados, foram efetivados:

- Ajustes aos circuitos de recolha visando a sua otimização;
- Face à obtenção dos resultados esperados em 2019 e 2020, com a implementação de um circuito extra na época alta (redução de horas extraordinárias, agilização do planeamento e organização da operação), manteve-se esta estrutura em 2021.

No que concerne à adequação da interface com o utilizador do SGRU, destaca-se a higienização em estaleiro, com uma média de 970 contentores por mês, cumprindo, desta forma, a avaliação de qualidade de serviço da Entidade Reguladora (ERSAR) com a apreciação "boa".

Relativamente aos sistemas subterrâneos, foi igualmente cumprido o planeamento da higienização das envolventes e dos marcos dos equipamentos de deposição (RU Indiferenciados e Recicláveis), com a periodicidade definida de acordo com a época do ano, ou seja: janeiro a abril, novembro e dezembro - mensal; maio, junho, setembro e outubro - 1ª e 3ª semana de cada mês; julho e agosto - semanal durante todo o mês.

Relativamente à gestão e controlo do SGRU, consolidou-se durante 2021, a utilização do sistema informático georreferenciado de controlo e registo da higienização de equipamentos de deposição.



Fig. 16 - Mapa de geo localização dos contentores

Em resposta à mitigação da pandemia COVID-19 e em estrita colaboração e coordenação com o Município de Tavira e Autoridades de Saúde locais e nacionais, deu-se continuidade aos serviços de reforço de limpeza e desinfeção de equipamentos de deposição de resíduos urbanos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- Recolha Porta-a-Porta ao comércio local

Em 2021 realizou-se a renovação do protocolo com a Algar, S.A., dando continuidade à execução do serviço porta à porta de recolha de embalagens ao comércio do concelho, pela Taviraverde, E.M..

Nos quadros abaixo, apresentam-se os principais dados de evolução desta atividade.

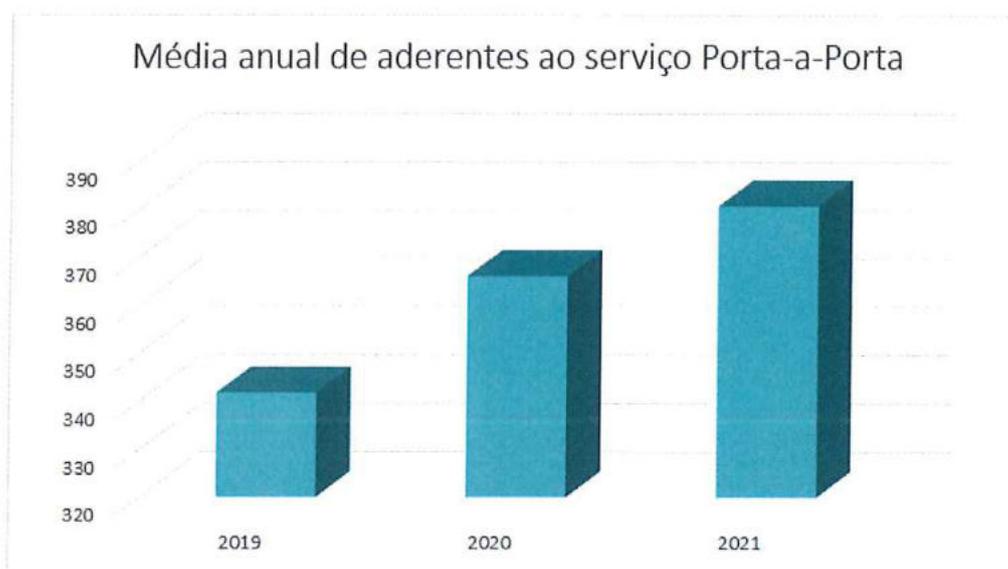


Fig. 17 - Gráfico de aderentes por ano

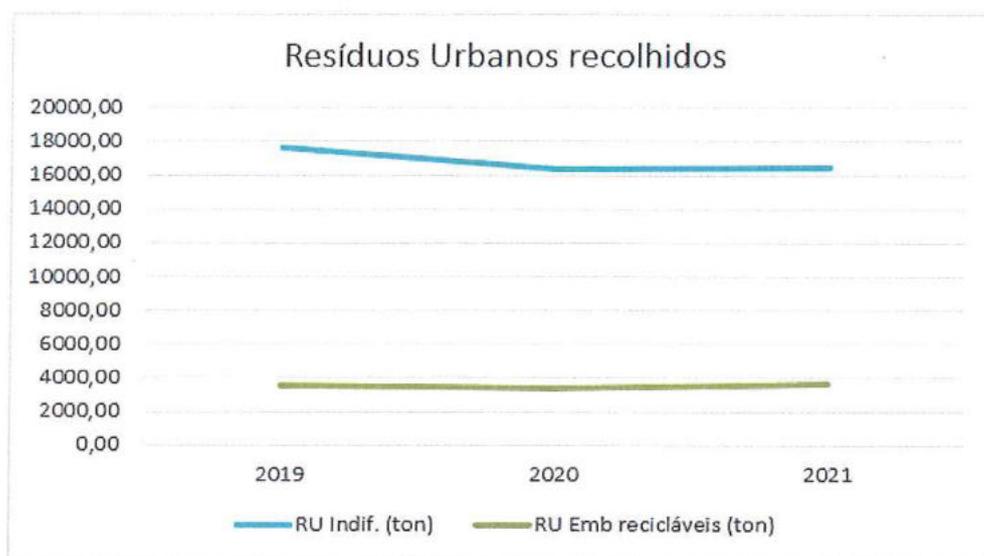


Fig. 18 - Gráfico de Resíduos Urbanos Indiferenciados e Recicláveis

No ano de 2021, no serviço “Recolha Porta-a-Porta ao comércio local”, o transporte dos recicláveis (Embalagens, Metais, Papel e Vidro) foi totalmente assegurado pela Taviraverde, E.M., para a estação de transferência da Algar, S.A..

- Manutenção dos equipamentos de recolha

Reabilitação de viaturas de Recolha de Resíduos Urbanos

Durante o ano 2021, para garantir a operacionalidade das viaturas do setor Recolha Urbana procedeu-se a reabilitação das superestruturas, onde foram reparadas as caixas compactadoras.

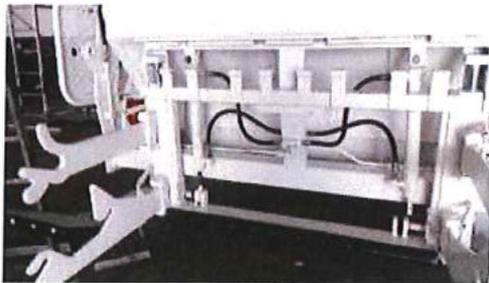


Fig. 19 - Viaturas reparadas

Reparação e reabilitação de contentorização enterrada

Procedeu-se durante todo o ano a diversas manutenções de âmbito preventivo e curativo a todo o sistema de contentorização de superfície e subterrâneo, salientando-se a continuidade da melhoria da eficácia do sistema de deposição enterrado.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Fig. 20 - Reparação de contentores

- Aquisição de equipamentos de recolha

Aquisição de viatura para setor de Recolha de Resíduos Urbanos

Em 2021, procedeu-se à aquisição de uma nova viatura pesada, com capacidade para recolha de 20m³ de RU indiferenciados. Esta viatura, com chassi e cabine rebaixadas, tem a particularidade de melhorar as condições de trabalho das equipas.

Aquisição/substituição de contentores enterrados para o setor de Recolha de Resíduos Urbanos

A obra de requalificação/reconversão dos sistemas de contentorização subterrânea de RU indiferenciados e recicláveis das ruas: Rua Borda D'Água da Asseca, Rua Almirante Cândido dos Reis e Rua da Porta Nova, iniciadas em 2020 e concluídas no início de 2021.

Ainda no âmbito do processo de melhoria dos sistemas subterrâneos, procedeu-se à aquisição e instalação de 30 novos marcos de deposição de resíduos (substituição de obsoletos/degradados).

Limpeza Pública

No quadro abaixo apresentamos os resultados dos principais indicadores de desempenho da atividade de Limpeza Pública, tendo sido cumpridos todos os objetivos definidos.

D. Limpeza Urbana				
Objetivo Geral	Objetivo Setorial	Meta	dez/21	Situação
Controlo de execução dos serviços	Avaliação do sistema de controlo dos circuitos	≥95%	100,00%	OK
		≥95%	97,95%	OK

Fig. 21- Quadro dos indicadores de desempenho Limpeza Pública

- Contrato-programa para a Limpeza Pública do concelho de Tavira

Em 2019 procedeu-se à formalização do contrato-programa para a Limpeza Pública no concelho de Tavira. Os principais objetivos foram assegurar a limpeza pública de forma eficiente, promover a boa utilização e qualidade das zonas públicas do concelho e sensibilização da comunidade em geral para a participação ativa na preservação da limpeza dos espaços públicos.

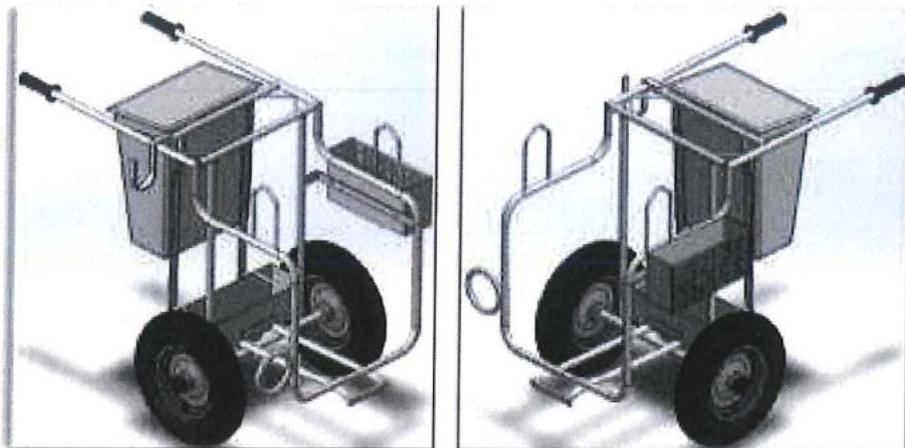
Em resposta à mitigação da pandemia COVID-19 e em estrita colaboração e coordenação com o Município de Tavira e Autoridades de Saúde locais e nacionais, deu-se continuidade aos planos e serviços de reforço de limpeza e desinfeção de equipamentos de deposição de resíduos urbanos, instalações sanitárias públicas e zonas exteriores de edifícios de utilização pública.

- Aquisição de equipamentos para a Limpeza Pública

Aquisição de equipamentos para setor de Limpeza Pública

Conforme previsto no contrato, em 2021, procedeu-se à aquisição de:

- Dezasseis carrinhos de limpeza, desenvolvendo-se, em parceria com a empresa fornecedora, à conceção de um modelo específico e adaptado às novas necessidades do serviço de varredura, nomeadamente a inserção de suporte para sopradores elétricos e compartimento para colocação de sacos plásticos;



Handwritten notes in blue ink, including a signature and the name "Mrs. Jris".

Fig. 22 - Modelo para o carrinho de limpeza

- A aquisição de oito sopradores elétricos;
- A aquisição de duas moto-roçadoras elétricas.



Fig. 23 - Equipamentos adquiridos

Limpeza de Praias

- Contrato-programa para a Limpeza de Praias do concelho de Tavira

A continuação da atividade de manutenção da Limpeza das Praias do concelho de Tavira, foi desenvolvida no âmbito do contrato-programa celebrado com o Município de Tavira, em vigor.

Os serviços de limpeza do areal, acessos/passadeiras e respetivas envolventes, foram efetuados conforme planeado e previsto no contrato de gestão para a limpeza das praias, celebrado entre a Câmara Municipal de Tavira e a Taviraverde E.M., com exceção do período em que foi declarado o estado de emergência, relacionado com a pandemia COVID-19.

Em estrita colaboração e coordenação com o Município de Tavira e autoridades de saúde locais e nacionais, deu-se continuidade aos planos e serviços de reforço de limpeza e desinfeção de instalações sanitárias públicas, posto de socorros, equipamentos de deposição de resíduos urbanos, bem como o reforço de frequências de recolha e do número de equipamentos de deposição nas praias e respetivas envolventes e estacionamento.

A rede de ecopontos da Ilha de Tavira foi reorganizada, com a colocação de novas sinaléticas alusivas ao material a depositar, assim como informação relativa às recomendações e procedimentos de mitigação à COVID-19, adaptação de localizações e aumento da capacidade de deposição.

Efetuuou-se a reparação e/ou substituição de passadeiras degradadas e o respetivo reperfilamento tendo sido colocadas novas, fornecidas pela Município.

Foi dada colaboração, às diferentes ações efetuadas e/ou apoiadas pela Município, ao longo deste período, nomeadamente às do âmbito das bandeiras azuis, a colocação de sinalética, bombeiros municipais e ainda colaboração com Associações e Entidades de índole Ambiental, em ações de limpeza de praias, com cedência de sacos, recolha e transporte a destino final dos resíduos recolhidos.

Foi igualmente prestada colaboração às obras efetuadas nas zonas balneares, nomeadamente, Wc's públicos, concessões da Ilha de Tavira, Terra Estreita, Barril e Cabanas e apoio no transporte de equipamentos para a ilha de Cabanas.

Neste período foram arrojados um golfinho, duas baleias, dois peixes de grande porte e duas tartarugas.

Relativamente ao controlo e gestão deste contrato, deu-se continuidade ao registo das operações / serviços realizados (bem como o volume de resíduos movimentados) através do registo e arquivo em base de dados informática.

- Manutenção dos equipamentos para a Limpeza das Praias

Foi efetuada, antes do início da época balnear, a manutenção/revisão geral da embarcação Estrela da Ilha, das gruas do “cais do lixo” da Ilha e do cais junto ao Pingo Doce, em Tavira, (assim como a passagem de certificados anuais de conformidade e qualidade que foram apresentados na Capitania do Porto de Tavira), permitindo operar de forma mais eficaz e em melhores condições de segurança.

- Aquisição de equipamentos para a Limpeza das Praias

Aquisição de Máquina de limpeza de Praia

Foi adquirida uma máquina de limpeza de praia com o objetivo de aumentar a eficiência e qualidade do serviço realizado.



Fig. 24 - Máquina de limpeza de Praia

- Sensibilização Ambiental nas praias

Ao longo do ano de 2021, devido às condicionantes da pandemia de COVID-19, foi necessário reformular as atividades de sensibilização ambiental previstas, optando-se maioritariamente por atividades em regime não presencial e com recurso a plataformas digitais ou redes sociais. As atividades dinamizadas incidiram essencialmente na campanha *Bandeira Azul 2021* que a empresa realiza anualmente no âmbito do contrato de gestão das praias.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature and the name "Ms. J. S. de A.".

Arranque da Época Balnear – 02/06/2021

No dia 2 de junho, foi publicada uma notícia sobre o arranque da época balnear realçando as atividades de sensibilização ambiental a realizar pela empresa ao longo da Época Balnear, que foram de encontro ao tema dado pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), “Recuperação de Ecossistemas”.

No arranque da Época Balnear foi colocada a estrutura do peixe metálico – O Papão de Plástico em três das quatro praias (Ilha de Tavira, Terra Estreita e Barril), ação designada por “PROTEJA O PLANETA – Não deixe que o seu plástico faça parte do oceano” e a primeira parte da exposição permanente alusiva à proteção dos ecossistemas que se intitulou de “Proteja-nos = Proteger-se”. Estas atividades, contemplaram o alerta para a não deposição de resíduos no areal, para uma ida à praia “amiga do ambiente” e para a utilização preferencial de materiais mais ecológicos e sustentáveis nas atividades diárias.



Fig. 25 – Notícia publicada na página de Facebook da empresa sobre a o início da Época Balnear as atividades de sensibilização ambiental a desenvolver durante a mesma.

Dia Mundial dos Oceanos – 08/06/2021

No Dia Mundial dos Oceanos, foi publicada uma notícia na página da empresa no Facebook salientando a importância do ecossistema marítimo para todos os seres vivos e lembrando os vários problemas que têm afetado o mesmo. Como o Dia Mundial dos Oceanos coincide com o arranque da Época Balnear lembrou-se na notícia a importância de iras à praia conscientes e a importância da correta deposição dos resíduos.



[Handwritten signatures and scribbles in blue ink]

Fig. 26 – Notícia publicada na página de Facebook da empresa sobre a o Dia Mundial dos Oceanos.

A Reciclagem – 05/07/2021

A publicação do vídeo “A Reciclagem” estava enquadrada no programa de atividades de sensibilização ambiental para Bandeira Azul. Este vídeo consistiu em relembrar a todos os cidadãos a forma correta de separação dos seus resíduos.



Fig. 27 – Vídeo publicado na página de Facebook da empresa sobre a reciclagem.

Divulgação do Peddy-paper das praias - atividade para a BA – 30/07/2021

No dia 30 de julho, foi publicado na página de Facebook da empresa um cartaz de divulgação da atividade, “O Peddy-paper das praias”, desenvolvida para a Bandeira Azul com o objetivo de promover a participação do público-alvo na mesma.



Fig. 28 – Publicação na página de Facebook da empresa o cartaz de divulgação da atividade de sensibilização ambiental nas praias “O Peddy-paper das praias”.

2ª Parte da Exposição “Proteja-nos = Proteger-se” – 2/08/2021

No dia 2 de agosto, foi publicada uma notícia na página de Facebook da empresa a divulgar a colocação da segunda parte da exposição “Proteja-nos = Proteger-se” nas quatro praias galardoadas com Bandeira Azul. A segunda parte da exposição contava com dois painéis, um continha informação sobre a proteção das dunas e outro sobre as plantas autóctones vs plantas invasoras. Os painéis explicavam a importância do ecossistema dunar e das espécies autóctones para o mesmo, a problemática das espécies invasoras. Esta segunda parte da exposição teve como objetivo dar a conhecer estas vertentes aos veraneantes e ir de encontro ao tema proposto pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), “Recuperação de Ecossistemas”.

Na notícia ainda se salientou a não deposição de resíduos em locais inapropriados e consciencializou-se para que os mesmos sejam depositados nos contentores adequados.



[Handwritten signatures and notes in blue ink]

Fig. 29 – Notícia publicada na página de Facebook da empresa a divulgar a colocação da 2ª parte da exposição “Proteja-nos = Proteger-se”

Espécies autóctones vs. Espécies exóticas – 3, 5, 9, 11 e 17 de agosto

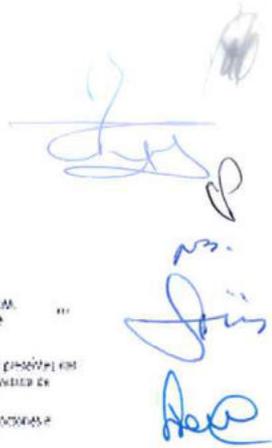
Nos dias 3, 5, 9, 11 e 17 de agosto, foram divulgadas na página do Facebook da empresa apresentações sobre algumas espécies de fauna e flora representativas de grupos: espécies de fauna, flora autóctones e flora exótica. Cada publicação tinha associado um link que ia dar ao grupo específico. Esta atividade foi de encontro ao tema proposto pela ABAE e tinha como objetivo dar a conhecer as espécies autóctones e invasoras das praias do concelho de Tavira e explicar a importância das plantas autóctones e os problemas que advêm das espécies invasoras.



Fig. 30 - - Divulgação dos grupos de espécies de fauna e flora na página de Facebook da empresa.

Atividade presencial nas praias – Peddy-paper das Praias – 09/08/2021

No dia 9 de agosto, foi publicada uma notícia na página de Facebook da empresa que mostrou a presença da Taviraverde nas praias do Barril e da Ilha de Tavira, com a atividade Peddy-paper das praias. Esta atividade teve como objetivo sensibilizar todos veraneantes (de todas as faixas etárias) para a importância das espécies autóctones e dar a conhecer aos mesmos as espécies existentes nas quatro praias do concelho de Tavira. Na atividade também esteve presente um técnico da Almargem, que ajudou com a informação mais técnica. Todos os veraneantes que participaram acharam a atividade bastante interessante. Nesta notícia ainda foram divulgados as datas e os locais dos próximos dias da atividade.



Taviraverde - Empresa Municipal de Turismo EM.
Atividades nas praias do Barril e Ilha de Tavira
Na semana passada, aos dias 1 e 9 de agosto, estivemos presentes em duas praias do município de Tavira a desenvolver uma atividade de educação ambiental no âmbito da Bandeira Azul.
Durante este período, Peddy-Paper sobre as espécies autóctones e invasoras das praias do concelho de Tavira.
Para além do Peddy-Paper, também foi desenvolvido trabalho de sensibilização sobre a importância das espécies autóctones e das áreas costeiras e o seu contributo para a conservação da biodiversidade.
Este trabalho tem como objetivo sensibilizar todos os veraneantes para a importância das espécies autóctones e das áreas costeiras e o seu contributo para a conservação da biodiversidade.
A atividade foi realizada em duas praias, a Praia de Cabanas e a Praia de Ilha de Tavira, a 9 de agosto e a Praia de Barril a 1 de agosto.
Neste trabalho foram distribuídos materiais de divulgação e foram realizadas atividades de sensibilização para a conservação da biodiversidade.



Fig. 31 – Notícia publicada na página de Facebook da empresa sobre as atividades presenciais desenvolvidas nas praias do Barril e da Ilha de Tavira.

Caça à Beata – 23/08/2021

Divulgação da atividade “Caça à Beata” nas praias galardoadas com Bandeira Azul. Esta atividade teve como objetivo a apanha de pontas de beatas ou pequenos resíduos do areal e a consciencialização dos veraneantes para a não deposição de beatas e outros resíduos no areal. A Taviraverde participou na ação de sensibilização nas quatro praias e contribuiu com sacos para colocar os resíduos e brindes.

Houve alguns veraneantes a participar na atividade.



Fig. 32 – Publicação na página de Facebook da empresa o cartaz de divulgação da atividade “Caça à Beata”.

Manutenção de Espaços Verdes Públicos

No quadro abaixo apresentamos os resultados dos principais indicadores de desempenho da atividade de Resíduos Urbanos, tendo sido cumpridos todos os objetivos definidos.

E. Jardins				
Objetivo Geral	Objetivo Setorial	Meta	dez/21	Situação
Controlo de execução dos serviços	Monitorização das manutenções de espaços verdes	≥95%	99,04%	OK
	Monitorização das manutenções de sistemas de rega	≥98%	100,79%	OK

Fig. 33 - Quadro dos indicadores de desempenho Espaços Verdes

- Contrato-programa de Gestão e Manutenção de Espaços Verdes do concelho de Tavira

Em 2021 deu-se continuidade à atividade de Manutenção Espaços Verdes de acordo com o contrato programa celebrado com o Município de Tavira. Em março de 2021 procedeu-se à renovação do contrato para esta atividade onde ficaram definidos 235 espaços a manter, contemplando 18 novos espaços verdes.

A renovação do contrato implicou o reforço da equipa de jardineiros e conseqüentemente a necessidade de pequena requalificação das instalações.

- Sistema de gestão e monitorização centralizada e remota de rega

Com vista à otimização do sistema de rega dos espaços verdes, tendo como objetivo a redução das perdas e controle dos consumos de água, concretizou-se todo o processo de adjudicação do concurso público de aquisição de sistema de gestão e monitorização centralizada e remota de rega.

Este projeto foi desenvolvido em parceria com o Município, no âmbito da candidatura que realizou à medida de apoio do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, desenvolvido pela Agência Portuguesa do Ambiente.

- Aplicação de produtos fitofarmacêuticos

De acordo com a lei n.º 26/2013 de 11 de abril, na sua redação atual, em 2014 foi constituído o processo de autorização para o exercício da atividade de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação, que culminou com a autorização n.º 022-AT-ZU/ZL/VC, emitida pelo DGAV em 27 de janeiro de 2015, a qual teve a sua continuidade.

- Tratamento de pragas de plantas e jardins

Foram identificadas diversas pragas em plantas (árvores, arbustos e herbáceas) em espaços públicos que mereceram a maior atenção com a realização de diversos tratamentos fitossanitários, com produtos homologados.

Durante algumas épocas do ano, nomeadamente na primavera/verão, é frequente surgirem as pragas, principalmente de afídios, ácaros, cochonilhas e processionária, o que provoca algum desconforto/conflito na população, nomeadamente ao nível de produção de meladas, provocando sujidade/danos em ruas, viaturas, etc.

Estas pragas são difíceis de controlar, contudo a Taviraverde faz um planeamento de intervenções preventivas, nomeadamente a nível de podas e tratamento por endoterapia para minimizar o problema e evitar a insatisfação dos cidadãos.

Neste âmbito, demos continuidade ao tratamento da praga de processionária (*Thaumetopoea pityocampa*) nos pinheiros, por se ter verificado uma boa eficácia nos anos anteriores.

No que concerne à praga do escaravelho da palmeira (*Rhynchophorus ferrugineus*), foi dada continuidade ao planeamento e respetivos tratamentos (preventivos/curativos) nas 53 palmeiras, mais emblemáticas do Concelho, inseridas no contrato-programa de gestão.

- Reabilitação e manutenção de instalações

Manutenção de Fontes e Lagos

De acordo com o estipulado no contrato deu-se continuidade ao programa de manutenção das fontes e lagos da cidade.



Fig. 34 - Manutenção de lagos

Reabilitação do abrigo do jardim de S. Francisco

Procedeu-se, no decorrer deste ano, à obra de recuperação e melhoria das instalações de apoio à manutenção do jardim de S. Francisco.



Fig. 35 - Abrigo do jardim de S. Francisco

Execução de fossa de compostagem, novo refeitório e pequeno espaço de armazenagem nas instalações dos Viveiros

Foi necessário fazer a reorganização das instalações, dado o aumento da equipa de trabalho, através da deslocação da área de compostagem para instalação de um novo refeitório e sala de arrumos.

Handwritten signature and notes in blue ink.



Fig. 36 - Fossa de compostagem

Foi criada uma laje e alugado um contentor para criação do novo refeitório para essa instalação. Ao lado foi criado um pequeno abrigo para armazenamento de ferramentas e pequenos equipamentos.

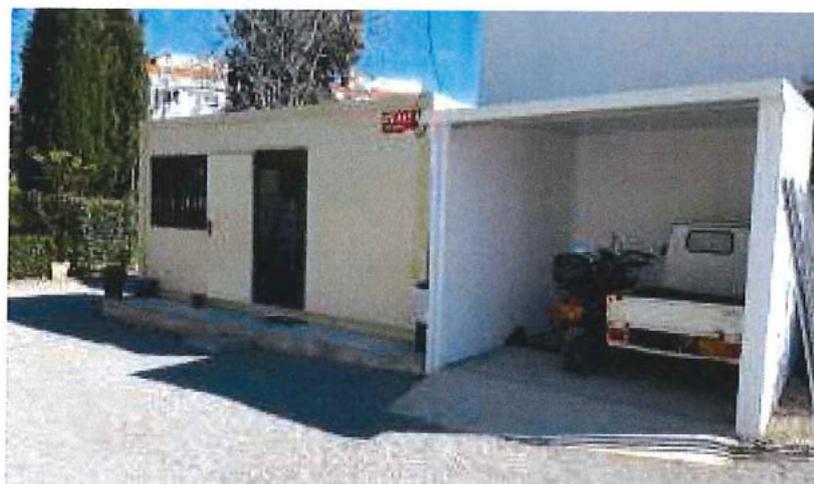


Fig. 37 - Refeitório dos Viveiros

Apoio ao Cliente

No quadro abaixo apresentamos os resultados dos principais indicadores de desempenho da atividade de Apoio ao Cliente, tendo sido cumpridos todos os objetivos definidos.

F. Administrativo Comercial e Geral		Meta	Período Referênci	dez/21	Situação
Objetivo Geral	Objetivo Setorial				
Melhoria das condições de funcionamento e operacionalidade	Leitura mensal de contadores	≤50	Acumulado	22	OK
Diminuição dos montantes em dívida pelos clientes e outros devedores	Prazo de realização de cortes de fornecimento de água	≥97%	Acumulado	98,43%	OK
	Diminuição do nº de processos de cobrança duvidosa	≥98%	Acumulado	99,75%	OK
		≥85%	Acumulado	90,97%	OK

Fig. 38 - Quadro dos indicadores de desempenho Apoio ao Cliente

A atividade da Direção de Apoio ao Cliente divide-se em 3 áreas: clientes, contadores e fiscalização.

- Área de Clientes

A Área de Clientes é responsável por todo o atendimento presencial e telefónico, bem como pelo BackOffice e os serviços de leitura de contadores.

Nesta área são tratados todos os assuntos relacionados com contratação dos serviços (contratos novos, desligações e alterações a contratos), recebimentos de pagamentos (faturas mensais e faturas diversas) e atendimento geral ao cliente (recebimento de reclamações e sugestões, pedidos de clientes e esclarecimentos). Em BackOffice é ainda realizada toda a gestão de contas correntes de clientes e emissão das faturas.

Nos quadros abaixo apresentamos a evolução de alguns dos nossos indicadores de desempenho desta área.

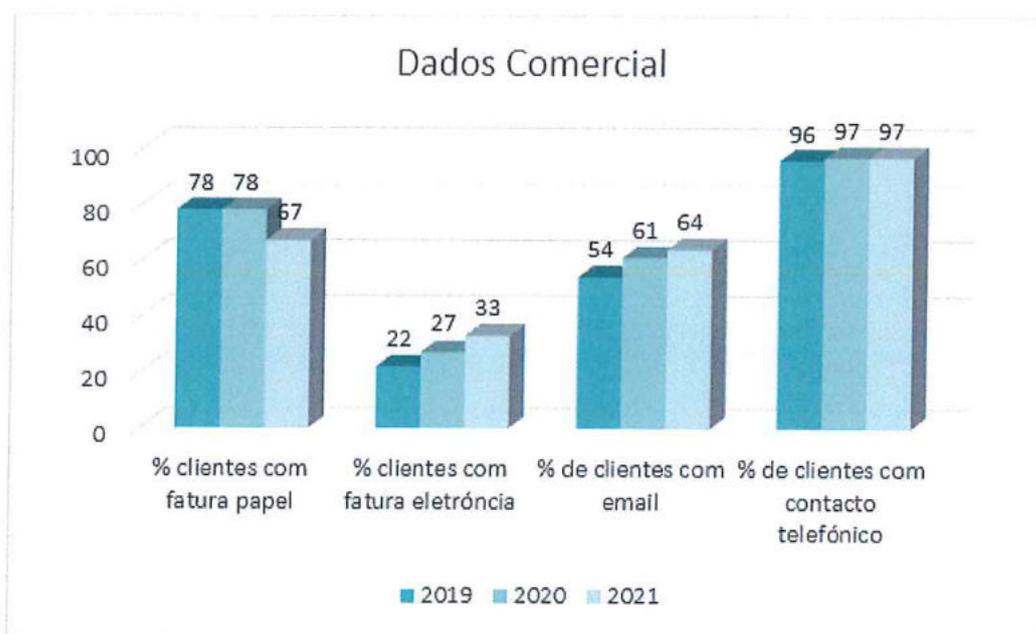


Fig. 39 - Evolução dos principais indicadores de desempenho em %

	2019	2020	2021
Nº de clientes	23.213	23.414	23.818
Nº de contratos com colocação contador	880	686	746
Nº de contratos sem colocação contador	1.077	760	917
Desligações	1.546	1.373	1.437
Nº de Ordens de Serviço	12.315	12.532	11.338

Fig. 40 - Evolução dos principais indicadores de desempenho em número

O serviço de leituras é responsável pela leitura de todos os contadores instalados, tendo terminado o ano de 2021 com uma média mensal de 22 casas fechadas (< 0,1% do total de contadores). Para além das leituras este serviço tem como função a prevenção, nomeadamente na deteção precoce de roturas em rede predial e contadores avariados, e fiscalização relativamente a deteção de ligações ilícitas, contadores viciados, instalações não conformes, introdução de água de outras fontes na rede de abastecimento, entre outros. Em 2021 o serviço de leituras foi responsável pela emissão de 51 % dos Ordens de Serviço de verificação.

Apresentam-se abaixo dados referentes à evolução das Ordens de Serviço, por tipologia e número.

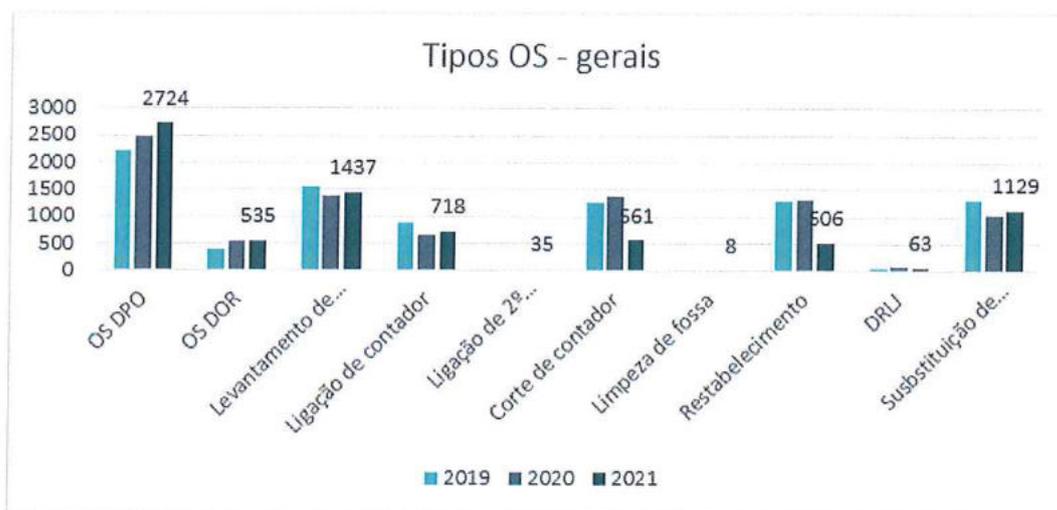


Fig. 41 - Gráfico por Tipo de Ordens de Serviço Gerais

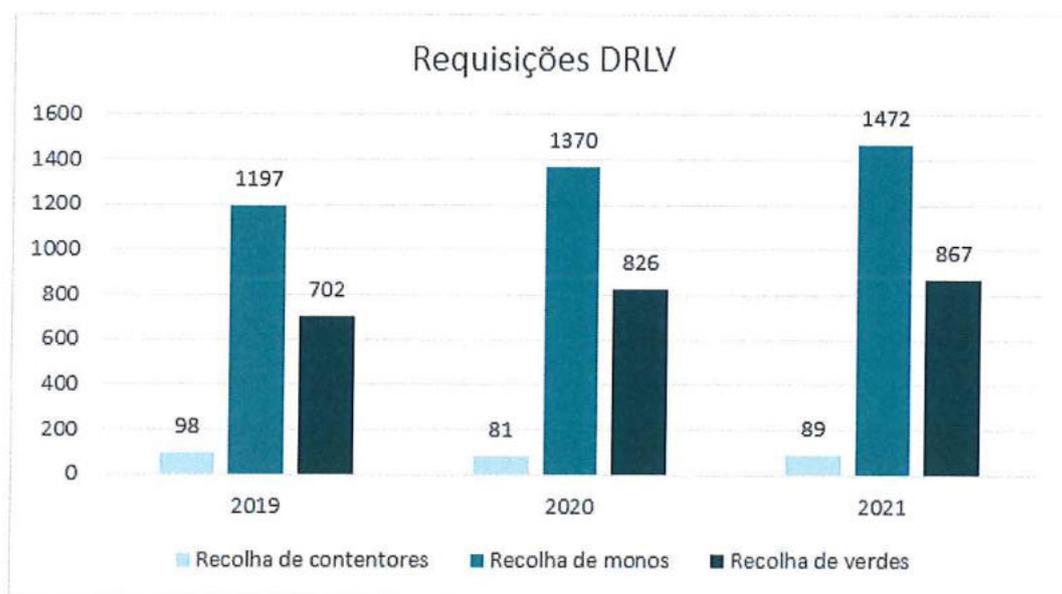


Fig. 42 - Gráfico por tipo de Requisições DRLV

O Sistema de faturação utilizado pela Taviraverde é a aplicação SGA – Sistema de Gestão de Águas, através da qual é feita toda a gestão de clientes e emissão de faturas mensais e faturação de outros serviços. A Taviraverde tem contribuído para a evolução e melhoria da aplicação, nomeadamente no desenvolvimento de um sistema de identificação e caracterização de ramais com representação no SIG, criação de campos essenciais à gestão de clientes e da rede de distribuição e drenagem (ZMC – Zona de medição de controlo, Sub sistema de saneamento, EJR – extremidade jusante do ramal), etc.), faturação de serviços diversos a partir da aplicação (inclusão destas faturas na conta corrente do

cliente), inclusão de planos de prestações na faturação mensal e desenvolvimento de mapas para indicadores comerciais e financeiros.

- Área de Contadores

Esta área é responsável:

1. Pela colocação dos contadores dos contratos novos e restabelecimentos;
2. Pela desligação de contratos e cortes por falta de pagamento;
3. Pela substituição de contadores;
4. Pela resolução de ordens de serviço relacionadas com esta área.

- Área de Fiscalização

Esta área é responsável pela fiscalização de ilícitos e desconformidades nas atividades de Águas de Abastecimento, Saneamento e Resíduos.

- Medidas tomadas e efeitos decorrentes da situação pandémica

Funcionamento dos serviços

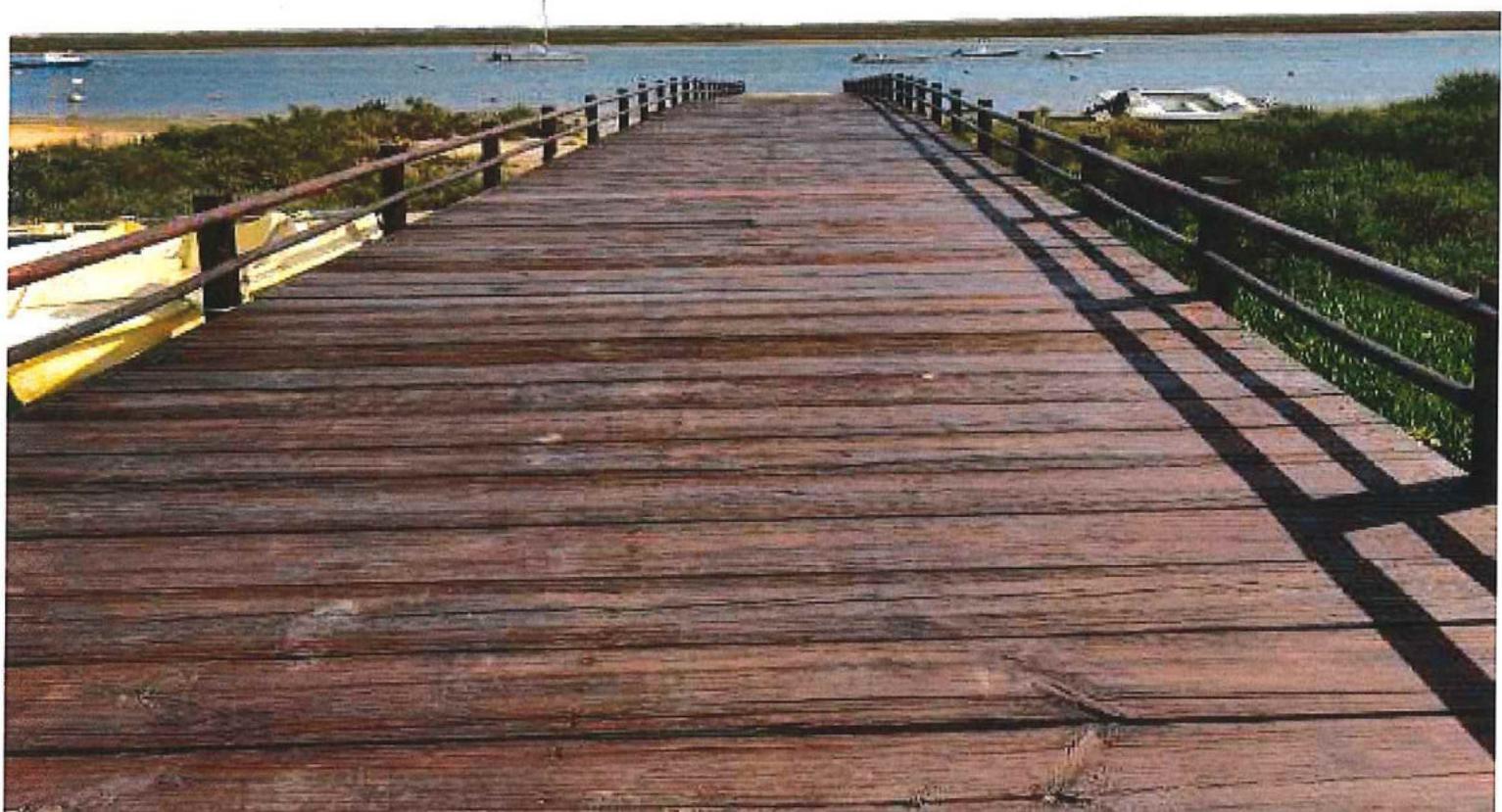
No âmbito do plano de contingência da Taviraverde relativo à Covid -19 foram adotadas medidas ao nível do funcionamento do atendimento presencial, tendo sido instaurada a regra de atendimento limitado a 2 clientes no interior do espaço da Loja de atendimento e obrigatoriedade de utilização de máscara e desinfeção das mãos.

Medidas de apoio aos consumidores

Como medida de apoio aos consumidores, foram interrompidas as suspensões de fornecimento de serviços por incumprimento até outubro 2021.

Para além desta medida foram ajustados os planos prestacionais de acordo com as necessidades do cliente. Desta forma foram registados 64 planos de prestações, em 2019, 120 em 2020 e 77 em 2021.

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the name "Jus".



SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Jus' and another 'Aur' below it.

A Taviraverde, como empresa de revelo na área do ambiente, tem também como missão a construção de valores, de conhecimento, de consciencialização e de tomada de atitude face aos problemas relacionados com o meio ambiente. Desta forma, durante o decorrer do ano, foram organizadas algumas atividades, maioritariamente em regime não presencial, através dos canais de comunicação existentes, nomeadamente website www.taviraverde.pt e página de Facebook da empresa.

Também foram realizadas outras atividades, inseridas no âmbito da Bandeira Azul 2021, que se encontram descritas em capítulo próprio.

Dia Mundial da Árvore e Dia Internacional da Floresta – 21/03/2021

No dia 21 de março, foi publicada uma notícia na página de Facebook da empresa e no site, sobre o Dia Mundial da Árvore e o Dia Internacional da Floresta relembrando a sua importância para a sustentabilidade do planeta, através da apresentação de medidas de consciencialização/proteção das florestas.



Fig. 43 - Notícia publicada na página de Facebook da empresa sobre a o Dia Mundial da Árvores e Dia Internacional da Floresta.

Foi, ainda, divulgada a iniciativa do ICNF (Instituto de Conservação Nacional das Florestas) que disponibilizou gratuitamente 50.000 árvores autóctones aos cidadãos e proprietários rurais que desejassem fazer plantação nas suas propriedades.

Dia Mundial da Água – 22/03/2021

No dia 22 de março, foi publicada uma notícia na página de Facebook da empresa e no site, sobre o Dia Mundial da Água, com o tema “Valoriza a Água”, lembrando a importância da água e a escassez da mesma na zona do Algarve. Salientou-se a importância de adotar medidas de uso eficiente da água e enumeraram-se algumas de forma a consciencializar o público-alvo.

Salientou-se ainda que a Tavraverde contribuiu para o uso eficiente de água e a sua valorização, tendo um controlo ativo das perdas de água na rede de abastecimento de modo a atuar o mais rápido possível em caso de rotura da conduta.

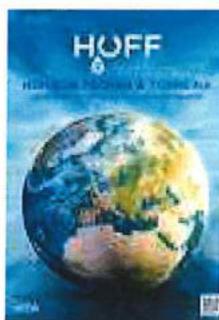


Fig. 44 - Notícia publicada na página de Facebook da empresa sobre a o Dia Mundial da Água.

A Tavraverde divulgou a iniciativa da APDA (Associação Portuguesa de Drenagem de Águas) que consistia em fechar as torneiras das nossas casas entre as 22h e 23h no dia 22 de março. A Tavraverde lançou este desafio a todos o que quisessem participar.

Ação de recolha de resíduos – 13/04/2021

Esta ação, iniciativa do Centro de Ciência Viva de Tavira, visou a recolha e monitorização (tipo e quantidades) de resíduos em quatro praias do Concelho, por crianças do 1º ciclo. A Tavraverde apoiou esta iniciativa através de cedência do material (sacos, luvas, etc) e encaminhamento adequado dos resíduos recolhidos.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and two smaller ones below it.

Fig. 45 – Divulgação da atividade “ACÇÃO LIXO MARINHO!” na página de Facebook da empresa.

Dia da Terra – 22/04/2021

No dia 22 de abril, foi publicada na página de Facebook da empresa e no site, uma notícia sobre o Dia da Terra, informando o público-alvo que este foi criado para alertar para os problemas ambientais que já se faziam sentir em 1970 e lembrar que atualmente os mesmos se fazem sentir e que se deve “Restaurar a nossa Terra”.



Fig. 46 – Divulgação do Dia da Terra na página de Facebook da empresa.

Água da torneira.PT – A bebida preferida! – 25/05/2021

A informação publicada a 25 de maio na página de Facebook e site da empresa tem como objetivo sensibilizar os cidadãos ao consumo da água da torneira, salientando que a mesma é segura, mais barata e mais ecológica, portanto, a opção lógica.



Handwritten notes in blue ink, including a signature and the name 'Júlia'.

Fig. 47 – Informação sobre “Água da Torneira.PT” publicada na página de Facebook da empresa.

Dia Mundial do Ambiente – 05/06/2021

No dia 5 de junho, foi publicada uma notícia no site e página da empresa de Facebook, sobre o tema promovido pela ONU para o Dia Mundial do Ambiente “Recuperação de Ecossistemas”. Nas notícias foram elucidadas as diferentes formas como os ecossistemas têm sido afetados de forma a consciencializar os cidadãos para esses problemas e adotarem medidas preventivas.

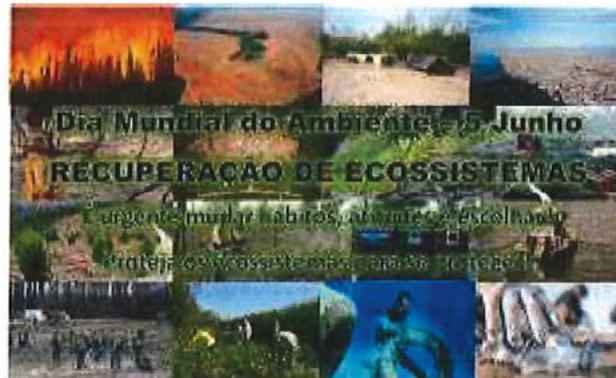


Fig. 48 – Cartaz sobre o Dia Mundial do Ambiente.

Também se salientou o lançamento, por parte da ONU, da “Década para a Restauração dos Ecossistemas, 2021-2030”, que acolhe o dever de contribuição de todos para a recuperação e restauração dos Ecossistemas.

A participação em campanhas de reflorestação, limpeza de praias, remoção de espécies invasoras e outro tipo de iniciativas é primordial, pelo que a Taviraverde se encontra empenhada no desenvolvimento deste tipo de atividades.

Dia Mundial dos Oceanos – 08/06/2021

No Dia Mundial dos Oceanos, foi publicada uma notícia na página de Facebook na empresa salientando a importância do ecossistema marítimo para todos os seres vivos e lembrando os vários problemas que têm afetado o mesmo. Como Dia Mundial dos Oceanos coincide com o arranque da Época Balnear lembrou-se na notícia a importância de ir à praia conscientes e a importância da correta deposição dos resíduos.

19/06
17
no. Jins
Joa



Fig. 49 – Notícia publicada na página de Facebook da empresa sobre a o Dia Mundial dos Oceanos.

A correta deposição de equipamentos de proteção individual – 15/07/2021

No dia 15 de julho, fez -se uma publicação na página do Facebook da empresa a lembrar os cidadãos para não largarem o seu equipamento de proteção individual (máscara, luvas, etc) para o chão e que o mesmo deve ser depositado em contentor adequado após a sua utilização.



Fig. 50 – Informação publicada na página de Facebook da empresa sobre a correta deposição de equipamentos de proteção individual.

Dia Mundial Sem Carros – 22/09/2021

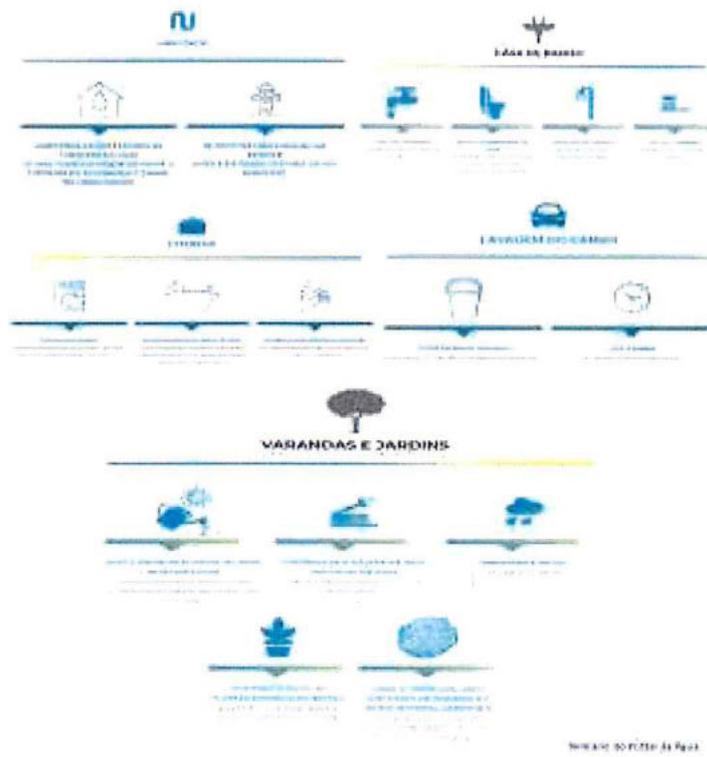
No dia 22 de setembro, foi publicada uma notícia da Página do Facebook da empresa sobre o dia Mundial Sem Carros.



Fig. 51 – Notícia publicada na página de Facebook da empresa sobre a o Dia Mundial Sem Carro.

Dia Nacional da água – 01/10/2021

Neste dia, foi lembrada a importância de um uso eficiente da água, e de quais as medidas que podemos tomar por forma a proteger este recurso escasso. Foi divulgada uma notícia sobre a temática na página de *Facebook* da empresa.



Handwritten notes in blue ink, including a signature and the name "Bruno de Oliveira".

Fig. 52 – Notícia publicada na página de Facebook da empresa sobre a temática do uso eficiente da água.

170
14 no. 10
Jin
Dun



SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), implementado na Tavraverde baseia-se numa abordagem por processos. A correta e sistemática gestão de cada um dos processos assegura a contribuição para um desempenho e performance sustentável.



Fig. 53 - Mapa de processos do SGQ da Tavraverde.

O processo de melhoria visa garantir o estabelecimento e implementação de práticas de monitorização, medição e melhoria contínua do SGQ. Este processo contempla os seguintes inputs:

- Avaliação da satisfação do cliente;
- Gestão de reclamações e sugestões;
- Avaliação de fornecedores;
- Gestão de auditorias;
- Ações de melhoria.

- **Gestão de Reclamações e Sugestões**

No total do ano de 2021, foram recebidas 93 reclamações, uma diminuição em relação aos 2 últimos anos.

Relativamente ao cumprimento do prazo de resposta às reclamações em 10 dias úteis (indicador interno), verifica-se que todas as respostas se encontram dentro do prazo, o que corresponde a uma taxa de cumprimento de 100% (Fig.55).

100
[Handwritten signatures and initials]

Reclamações registadas e respondidas no prazo de 10 dias úteis

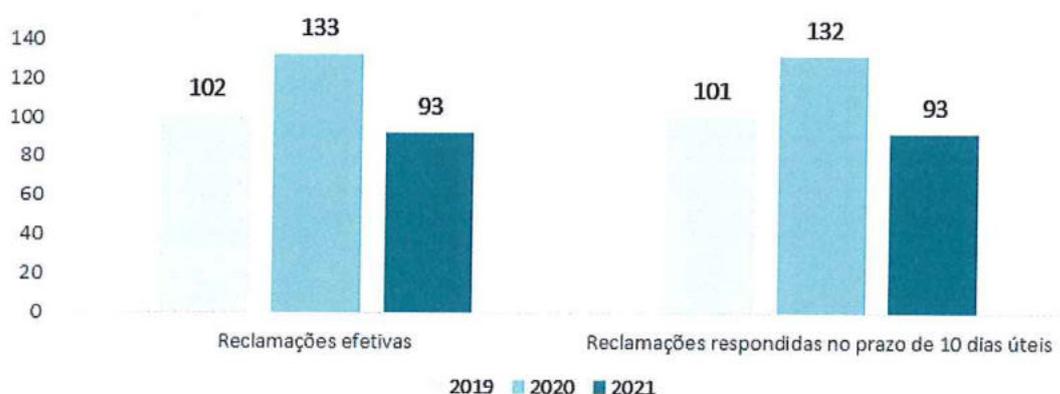


Fig. 54 – Número de reclamações registadas e respondidas no prazo de 10 dias úteis (indicador interno).

No que respeita ao cumprimento do prazo legal para respostas escritas a reclamações e sugestões escritas (indicador ERSAR), à semelhança dos anos anteriores, verifica-se o seu cumprimento integral para as três áreas, AA, AR e RU (Fig. 56).

Respostas a reclamações/sugestões escritas (%)



Fig. 55 – Percentagem de respostas a reclamações/sugestões escritas por áreas: AA – Águas de abastecimento; AR – Águas residuais; RU – Resíduos Urbanos (indicador ERSAR)

- Gestão de auditorias

O plano de auditorias, relativo ao ano de 2021, foi cumprido integralmente, tendo sido realizadas duas auditorias durante o ano.

Foi efetuada uma auditoria interna, entre os dias 10 e 13 de maio, cujo âmbito incluiu todo o sistema de gestão da qualidade da empresa. A apreciação geral, efetuada pela equipa auditora, menciona que o Sistema de Gestão se encontra definido e bem implementado, quer do ponto de vista das suas áreas de prestação de serviços, quer em termos das áreas de suporte e atividades associadas. Os registos observados e as evidências recolhidas, no decurso da auditoria, permitiram afirmar com segurança que o sistema produz resultados consistentes com os requisitos que o mesmo visa responder, sejam eles decorrentes da norma de referência, da legislação ou dos clientes.

Foi também efetuada uma auditoria de Renovação da norma de referência NP EN ISO 9001:2015, realizada pela APCER, entre os dias 19 e 22 de julho de 2021. Com base nas constatações desta auditoria, a Equipa Auditora considera que o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da Tavraverde, apresenta um grau de desenvolvimento e implementação já bastante maduro, cumprindo globalmente com a norma de referência.

Nesta última auditoria foram constatadas dez oportunidades de melhoria, não se tendo constatado não conformidades (Fig. 56).



Fig. 56 – Evolução do número de ocorrências registadas em auditorias externas.

- Ações de melhoria

Durante o ano de 2021, foram constatadas 42 ocorrências, entre não conformidades (NC) e oportunidades de melhoria (OM).

Em relação às suas causas, estas foram maioritariamente devidas a atividades mal concebidas ou programadas, definidas de outra forma ou não definidas e a falhas no controlo da atividade, entre outros (Fig. 57).



Fig. 57 – Número de reclamações registadas e respondidas no prazo de 10 dias úteis (indicador interno).

- Avaliação da Satisfação de Clientes

O inquérito da satisfação do cliente relativo aos serviços prestados em 2021, foi disponibilizado em fevereiro de 2022, durante 21 dias. O formato do inquérito foi revisto para o corrente triénio (2021-2023). A alteração mais relevante foi a introdução de uma questão exclusivamente para a avaliação da satisfação global com os serviços prestados pela empresa (numa escala de avaliação de 1 a 10), sendo o resultado da média destas respostas, a taxa de satisfação do cliente. Desta forma, foram obtidas 1249 respostas, com uma taxa de satisfação média de 76,6%.

Esta metodologia não permite a comparação direta com os anos transatos, uma vez que a fórmula de cálculo foi alterada (a anterior considerava a soma dos inquiridos satisfeitos e muito satisfeitos sobre o total de inquiridos, enquanto a atual soma todas as classificações sobre o total de inquiridos). No entanto, fazendo a avaliação pela fórmula de cálculo anterior, o resultado em 2021 seria de 88%, similar aos anos anteriores, o que evidência uma estabilização da satisfação em níveis considerados excelentes.

SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA NO TRABALHO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Em 2021 foi dada prossecução ao Sistema de Gestão de Segurança no Trabalho, materializando o mesmo através da revisão dos documentos existentes e implementação de outros.

No âmbito do planeamento das atividades da Segurança no Trabalho deu-se continuidade ao trabalho realizado nos anos anteriores, tendo como pilar a identificação, análise e avaliação de riscos das diversas tarefas executadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras.

Foi feito um acompanhamento das atividades, com o objetivo de corrigir de imediato algumas lacunas e esclarecer dúvidas que surgem aquando da realização das tarefas.

Com a periodicidade estipulada no plano de monitorização foram realizadas visitas aos locais de trabalho, tendo sido verificados aspetos como a limpeza, arrumação e sinalização destes locais, entre outros aspetos.

- **Organização e gestão da emergência**

Em 2021, a situação pandémica que teve início em 2020, deu origem a nova revisão do Plano de Contingência (PC), regulando o mesmo às diretrizes da Direção Geral de Saúde (DGS).

No PC atualizaram-se os procedimentos e regras para minimização das condições de propagação do agente infeccioso, garantindo a disponibilidade permanente dos serviços mínimos.

Nesse seguimento, nos locais de trabalho foram difundidas, através de cartazes, as informações relativas ao comportamento a adotar pelos colaboradores no que respeita à proteção individual, etiqueta respiratória e higiene das mãos. Foi ainda divulgado pelos colaboradores o fluxo de comunicação a seguir em caso de infeção, assim como o PC revisto.

Aquando do acolhimento de novos colaboradores, as medidas de prevenção estabelecidas no PC, foram divulgadas aos mesmos.

Até à data, a empresa conseguiu garantir a continuidade de todos os seus serviços.

No que respeita à gestão da emergência procedeu-se à verificação dos meios de primeira intervenção, extintores e sistemas de deteção de incêndios, por entidades certificadas para o efeito.

Foram ainda providas de material em falta e substituição de outro fora de validade, as caixas de primeiros socorros localizadas, tanto nos edifícios como nas viaturas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- **Formação e informação aos trabalhadores e trabalhadoras na área da segurança**

No seguimento da identificação da necessidade de formação nesta área, foram ministradas duas das ações previstas.

Em maio, através de entidade certificada, decorreu a ação de formação sob o tema “Segurança em Espaços Confinados”, na qual participaram os trabalhadores da Direção de Águas e Saneamento (DAS) com o objetivo de implementar métodos de trabalho seguros aquando da limpeza e desinfeção de reservatórios e rede de saneamento.

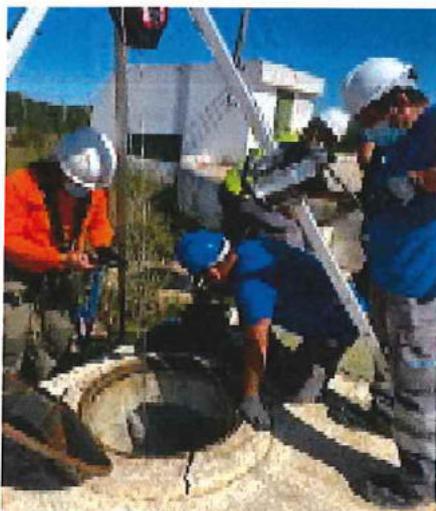


Fig. 58 – Ação de formação “Segurança em Espaços Confinados”.

No mesmo mês decorreu ainda a ação de formação intitulada “Trabalhos em altura”, destinada a todos aqueles que poderão exercer tarefas nesse contexto. A ação teve como destinatários os trabalhadores/as da Direção de Recolha, Limpeza e Verdes (DRLV), Direção de Manutenção e Logística (DML) e Direção de Águas e Saneamento (DAS).

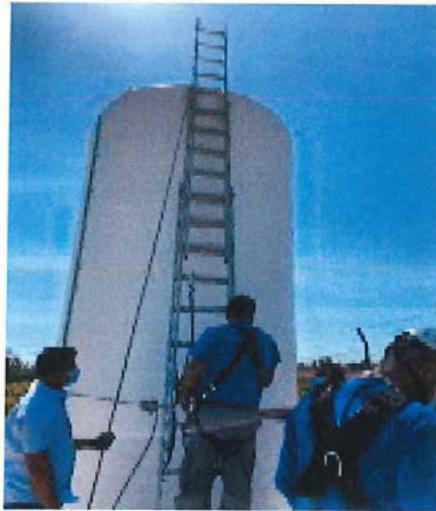


Fig. 59 – Ação de formação “Trabalhos em altura”.

Promovendo as boas práticas laborais foi ministrada internamente, em março, a ação sob o tema “Normas para uso dos equipamentos de proteção coletiva e individual”, tendo a mesma sido destinada aos trabalhadores e trabalhadoras dos Espaços Verdes.

- Avaliação de agentes físicos e ergonómicos

Com o objetivo de fornecer ferramentas para tomadas de decisão em matéria de segurança no trabalho, contribuindo para uma diminuição da sinistralidade laboral, foram realizados estudos aos agentes físicos e ergonómicos, nos diversos setores.

Em julho, procedeu-se à avaliação dos potenciais riscos ergonómicos resultantes das tarefas no âmbito da atividade laboral dos operacionais dos diversos setores. Foram registadas as diferentes posturas adotadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras durante o desenvolvimento das tarefas e identificadas as posturas consideradas mais significativas ou perigosas. Os riscos identificados no estudo permitem identificar as medidas a implementar de forma a promover a diminuição da sinistralidade.

19/06
4 no-
fin
deu

Handwritten notes in blue ink, including a small drawing of a person and several lines of text, possibly initials or a signature.



Fig. 60 – Avaliação de risco ergonómico.

A avaliação de ambiente térmico permitiu adequar as condições de trabalho a níveis de conforto próximos do ótimo, o que resultará num aumento da produtividade. A avaliação decorreu em dezembro e abrangeu diversos postos de trabalho administrativos.

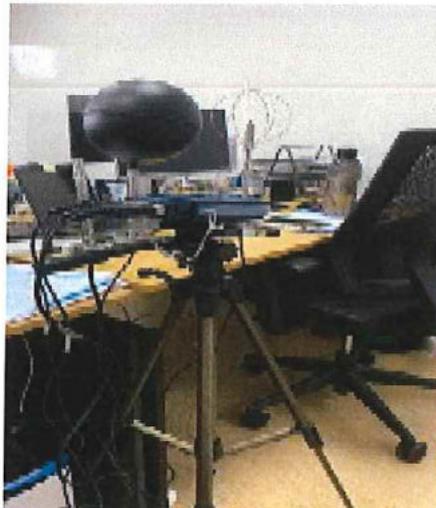


Fig. 61 – Avaliação de ambiente térmico.

Em novembro, foi realizada a avaliação da exposição ocupacional aos riscos devidos a vibrações mecânicas dos trabalhadores/as da empresa. Foram efetuadas medições de vibrações em equipamentos, das Direções da DAS, DRLV, DML, tendo como objetivo, a proteção da saúde e segurança dos trabalhadores/as em caso de exposição a estes riscos.



Fig. 62 – Avaliação da exposição a vibrações.

170
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Após análise dos resultados, os mesmos foram incluídos na avaliação de riscos, tendo os relatórios sido divulgados no portal da qualidade.

- Gestão dos equipamentos de proteção coletiva e individual

Em 2021 e no seguimento das ações de formação ministradas, foi possível equipar os trabalhadores e as trabalhadoras, dos setores referidos com equipamentos de proteção individual adequados aos trabalhos em altura e espaços confinados. Foram entregues arneses e cabos de amarração, assim como retrátil anti queda.

Aos trabalhadores e às trabalhadoras dos Espaços Verdes, que estejam capacitados de utilizar a motosserra, foram entregues equipamentos de proteção anti corte e anti projeção.

Nos reservatórios cujo acesso é dificultado pelas dimensões do mesmo (altura) e promovendo a segurança dos trabalhadores que acedem ao seu interior para limpeza dos mesmos, foram instalados no topo pontos de ancoragem certificados, para acesso através de retrátil e arnês.

À semelhança dos anos anteriores, os equipamentos utilizados para trabalhos em altura e espaços confinados foram inspecionados, de acordo com as instruções do fabricante, por entidade certificada para o efeito.

- Promoção da saúde

O consumo do álcool contribui, decisivamente, para a ocorrência de acidentes laborais e de condução de automóveis, máquinas ou qualquer outro equipamento motorizado, bem como para a incapacidade prematura e morte, sendo responsável por induzir efeitos negativos ao nível do absentismo, da produtividade no trabalho, conflito laboral e por afetar a capacidade de reação e de coordenação motora, bem como a capacidade de decisão, o discernimento e o comportamento.

Assim, sendo o consumo de bebidas alcoólicas um problema social que importa não descurar, por forma a reduzir e, tanto quanto possível, a aproximar do valor zero a taxa de alcoolémia de todos os trabalhadores e trabalhadoras, sempre que estejam no seu local de trabalho, foram realizados 269 testes para determinação da taxa de álcool no sangue, sob orientação do serviço de saúde ocupacional.

- Gestão dos acidentes de trabalho

No ano de 2021 foram participados 16 acidentes de trabalho e verificou-se um aumento das ocorrências registadas relativamente ao ano anterior.

A ação que conduziu a um maior número de acidentes foi o manuseamento manual de cargas, com 31% das ocorrências. Registou-se ainda, um acidente no percurso casa/trabalho (*in itinierie*).



Fig. 63 – Ação vs número de acidentes.

Foram promovidas ações de divulgação das ocorrências registadas através de cartazes afixados nos locais de trabalho e por email, a todos os trabalhadores da empresa.

10/16
Stu
P
no.
Jin
Lee



RECURSOS HUMANOS

13
ms.
Jin
Bee

A cultura organizacional da Taviraverde assume o compromisso de aliar uma conduta de ética e de rigor profissional à valorização do trabalho de equipa. Temos como princípios orientadores da Gestão de Recursos Humanos a igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens, rejeição de qualquer tipo de discriminação, promoção e valorização profissional, respeito pela vida pessoal e familiar, cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e Conduta e cumprimento da lei e regulamentação interna da empresa em vigor.

- Evolução do quadro de pessoal

No final de dezembro de 2021 a Taviraverde contava com um total de 248 colaboradores. Destes 18 em cedência de interesse público e 230 do quadro da empresa.



Fig. 64 - Gráfico da evolução do número de trabalhadores

No gráfico seguinte apresentamos a distribuição dos colaboradores por género. Em todos os processos de recrutamento e seleção desenvolvidos, a Taviraverde empenha-se em garantir igualdade de oportunidades entre Homens e Mulheres.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature and the name 'Jus'.

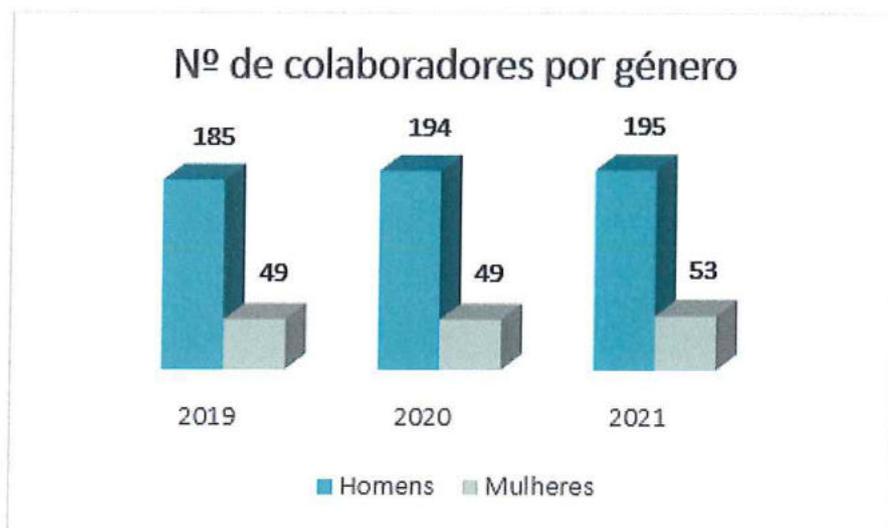


Fig. 65 - Gráfico de trabalhadores por género

- Distribuição dos colaboradores por nível de habilitação

Na distribuição dos colaboradores por nível de habilitação, verifica-se para os colaboradores do sexo masculino a predominância ao nível do 3º ciclo do ensino básico (9º ano), conforme se pode verificar no gráfico abaixo, enquanto no grupo de colaboradores do sexo feminino se encontram, predominantemente, no ensino secundário (12º ano) e superior (Licenciatura, mestrado e doutoramento).

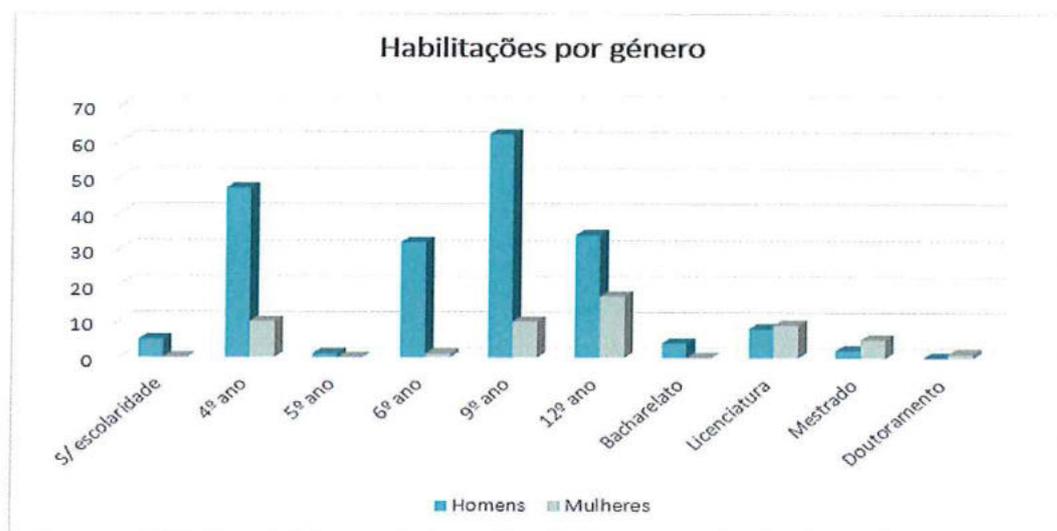


Fig. 66 - Gráfico por habilitações literárias

- Distribuição dos colaboradores por idade

Na distribuição dos colaboradores por idade, verifica-se uma predominância no intervalo etário dos 40 aos 44 anos com 16,53% dos colaboradores seguido do intervalo 55 aos 59 anos com 15,73%. Relativamente à distribuição por idade e sexo, verifica-se para os colaboradores do sexo masculino a predominância no escalão etário dos 55 aos 59 anos, enquanto no grupo de colaboradores do sexo feminino se encontram, predominantemente, no escalão etário dos 40 aos 44 anos, conforme gráfico a baixo.

[Handwritten signature]
13
vs.
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

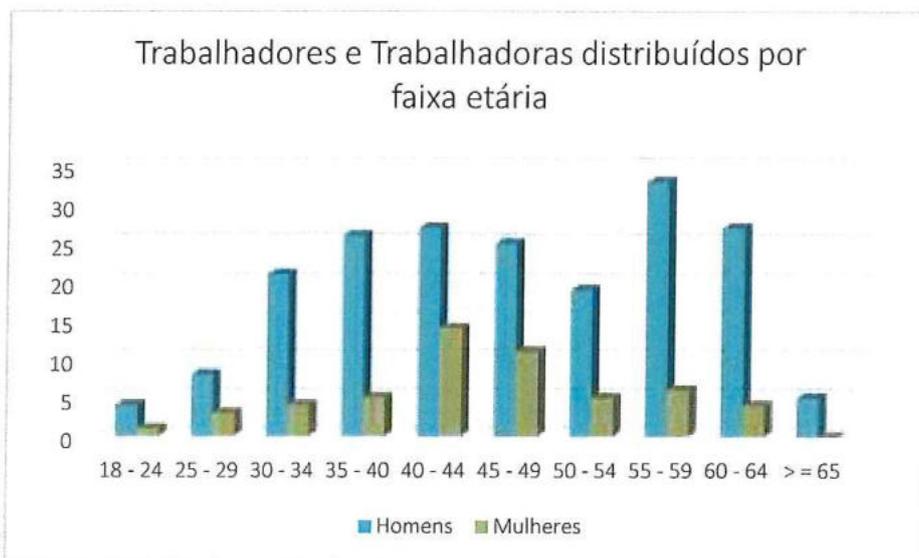


Fig. 67 - Gráfico por faixa etária

- Formação Profissional

A Taviraverde à semelhança dos anos anteriores, desenvolveu um conjunto de ações de formação de forma a dotar os seus trabalhadores e trabalhadoras com mais competências e contribuir para uma melhoria no seu desempenho.

Em 2021, a Taviraverde realizou 41 ações de formação, gerando um volume total de formação de 5.295 horas, envolvendo 119 colaboradores.

- Absentismo

O número total de faltas dadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da Taviraverde durante o ano de 2021, foi de 4832 dias. Comparativamente ao ano anterior, o total de ausências ao trabalho foi superior em 1.41%. As faltas que mais contribuíram para a taxa de absentismo foram as por baixa médica (56%) e baixa por acidentes de trabalho (16%).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Absentismo	2019	2020	2021
Dias de ausência	3560	3995	4832
Baixas médicas	2162	1985	2695
Baixas por acidente de trabalho	570	415	771
Parentalidade	373	283	375
Faltas Injustificadas	79	110	261
Isolamento Profilático/Dispensa Temporária Plano de Contingência	0	790	355
Outras	376	412	375

Fig. 69- Tabela absentismo por tipo de ausência

Assim a taxa de absentismo atingiu o valor 7.41%, a mais elevada do triénio.

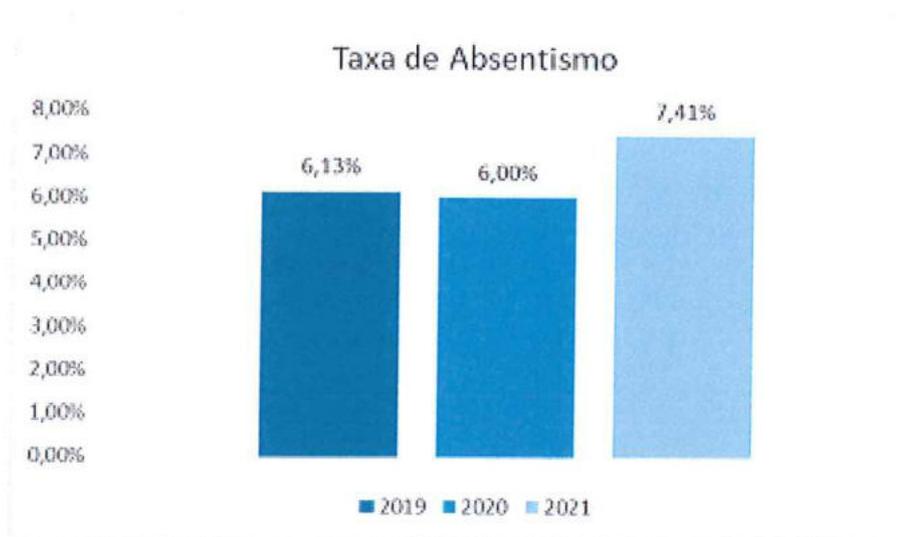


Fig. 68 - Gráfico da taxa de absentismo

1990

John
W. Jones
Haw



PLANO DE INVESTIMENTOS

Em 2021, a Tavraverde efetuou um investimento líquido de 1.083.266,61 euros. O que representa cerca de 28% do orçamento do ano, o desvio é justificado pelo atraso na execução das obras e na entrega de fornecimentos, em grande parte devido à situação pandémica.

TAVRAVERDE - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.			
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2019	2020	2021
Redes	479 501,41 €	209 303,80 €	83 143,48 €
Conduções adutoras (€)	224 519,58 €	43 741,35 €	13 275,18 €
Conduções adutoras (metros)	0	0	0
Redes de abastecimento (€)	254 981,83 €	145 394,95 €	23 764,73 €
Redes de abastecimento (metros)	0	0	0
Conduções elevatórias (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Conduções elevatórias (metros)	0	0	0
Rede de combate a incêndios (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Rede de combate a incêndios (metros)	0	0	0
Remodelação/substituição de redes (€)	0,00 €	20 167,50 €	46 103,57 €
Remodelação/substituição de redes (metros)	0	0	0
Construção Civil	66 658,47 €	87 887,09 €	53 642,93 €
Furos de captação de água	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservatórios	13 775,55 €	11 601,97 €	8 341,20 €
Estações elevatórias	28 746,33 €	18 360,53 €	17 995,78 €
Estações de tratamento de água	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sistema de extração de lamas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Soluções alternativas de captação e adução de água	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Segurança	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Benfeitorias	24 136,59 €	57 924,59 €	27 305,95 €
Equipamentos	153 827,51 €	289 970,18 €	212 005,33 €
Furos de captação de água	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservatórios	38 736,27 €	57 609,87 €	29 873,09 €
Estações elevatórias	67 514,15 €	82 817,67 €	4 602,92 €
Estações de tratamento de água	0,00 €	17 737,52 €	742,20 €
Sistema de extração de lamas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Soluções alternativas de captação e adução de água	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Segurança	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Benfeitorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contadores	25 145,25 €	66 264,13 €	58 918,55 €
Laboratório	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Telegestão	0,00 €	0,00 €	0,00 €
SIG - Sistema de Informação Geográfica	0,00 €	-4 882,00 €	0,00 €
Equipamento eletromecânico	9 184,58 €	6 090,40 €	6 187,50 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	35 550,00 €
Equipamento informático	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ferramentas	13 247,26 €	64 332,59 €	76 131,07 €
Outros	137,87 €	0,00 €	0,00 €
Outros	137,87 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL INVESTIMENTO EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA	700 125,26 €	587 161,07 €	348 791,74 €

SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	2019	2020	2021
Redes	-56 931,05 €	1 472,68 €	69 844,41 €
Conduitas elevatórias (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Conduitas elevatórias (metros)	0	0	0
Emissários (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Emissários (metros)	0	0	0
Redes de água residual (€)	-73 949,45 €	0,00 €	49 197,16 €
Redes de água residual (metros)	0	0	0
Remodelação/substituição de redes (€)	17 018,40 €	1 472,68 €	20 647,25 €
Remodelação/substituição de redes (metros)	0	0	0
Construção Civil	-200 138,48 €	54 013,41 €	2 029,50 €
Estações elevatórias	-38 374,32 €	8 727,61 €	0,00 €
Estações de tratamento de águas residuais	-217 105,88 €	0,00 €	0,00 €
Sistema de extração de lamas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fossas sépticas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Macrófitas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Segurança	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Benfeitorias	55 341,72 €	45 285,80 €	2 029,50 €
Equipamentos	-106 442,91 €	39 941,70 €	276 462,97 €
Estações elevatórias	-35 828,80 €	0,00 €	69 162,12 €
Estações de tratamento de águas residuais	-155 853,80 €	0,00 €	0,00 €
Sistema de extração de lamas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fossas sépticas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Macrófitas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Segurança	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Benfeitorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Laboratório	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Telegestão	0,00 €	0,00 €	0,00 €
SIG - Sistema de Informação Geográfica	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento eletromecânico	5 181,99 €	8 301,78 €	0,00 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	257 008,50 €
Equipamento informático	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ferramentas	80 057,70 €	31 639,92 €	-49 707,65 €
Outros	56,53 €	-627,37 €	0,00 €
Outros	56,53 €	-627,37 €	0,00 €
TOTAL INVESTIMENTO EM SANEAMENTO	-363 455,91 €	94 800,42 €	348 336,88 €

de
 SP
 1/2
 J. S.
 J. S.
 de

RESÍDUOS URBANOS	2019	2020	2020
Equipamentos	108 522,22 €	9 048,30 €	84 645,71 €
Segurança	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Benfeitorias	6 031,24 €	0,00 €	0,00 €
Contentores de superfície para deposição indiferenciada	15 898,98 €	9 548,70 €	8 191,80 €
Contentores subterrâneos para deposição seletiva	46 387,00 €	-29 835,90 €	3 198,06 €
Contentores subterrâneos para deposição indiferenciada	35 916,00 €	0,00 €	49 630,50 €
Equipamento eletromecânico	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento de transporte	0,00 €	29 335,50 €	23 625,35 €
Equipamento informático	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ferramentas	5 289,00 €	0,00 €	0,00 €
Sistema de monitorização	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	153,44 €	0,00 €	2 223,96 €
Outros	153,44 €	0,00 €	2 223,96 €
TOTAL INVESTIMENTO EM RESÍDUOS URBANOS	108 675,66 €	9 048,30 €	86 869,67 €

OUTROS INVESTIMENTOS GERAIS	2019	2020	2020
Outros	183 766,10 €	495 251,24 €	299 268,32 €
Estudos e projetos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fiscalização de obras	17 981,14 €	22 051,54 €	0,00 €
Terrenos	-36 738,50 €	0,00 €	5 000,00 €
Capitalização de encargos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	202 523,46 €	473 199,70 €	294 268,32 €
TOTAL OUTROS INVESTIMENTOS	183 766,10 €	495 251,24 €	299 268,32 €


 y no.



10/10
13/10
Jis
bea



COMUNICAÇÃO

No âmbito da área de comunicação e imagem, a empresa continua a criar/renovar os meios de comunicação com os clientes/partes interessadas. Desta forma, no ano de 2021, destacam-se as seguintes mudanças:

- ✓ Página de facebook: a funcionar desde 2020, a página de Facebook da Tavraverde tem sido o canal preferencial de divulgação de comunicados importantes, notícias relacionadas com as atividades da empresa (<http://m.facebook.com/tavraverde/>) avisos de interrupção programada de abastecimento de água, entre outros de carácter mais genérico;
- ✓ Novo website: o Website da Tavraverde foi totalmente renovado, desde a imagem à plataforma de suporte, mais moderna e intuitiva, já com um conjunto de funcionalidades que irão permitir uma relação mais direta com o cliente; está em fase final de renovação de conteúdos, prevendo-se para muito breve a sua disponibilização online;
- ✓ Balcão único eletrónico: a remodelação do novo website irá ser acompanhada da implementação de Serviços Online (área de cliente), onde os clientes poderão aceder de forma cómoda à sua conta-cliente, consultar consumos, enviar leituras, efetuar contratos e solicitar diretamente um vasto leque de serviços.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

190
City
by
Jin
Lee



LITÍGIOS E CONTINGÊNCIAS

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top right and smaller initials below it.

- Cobranças

O ano de 2021 foi marcado pela continuação da Pandemia de Vírus COVID-19 e da aplicação das medidas restritivas de contenção. Em consequência, voltaram a ser suspensos os prazos legais de prescrição e caducidade e a proibição de interrupção dos serviços essenciais que a Tavraverde presta - Água, Saneamento e Recolha de Resíduos – por efeito de falta de pagamento.

A atividade de cobranças foi retomada em pleno, a partir de 1 de novembro, mês em que se verificava já uma acumulação substancial da dívida mensal dos clientes. Apesar disso, foi possível cumprir as metas estabelecidas para o ano em causa.

- Contencioso Águas do Algarve, S.A. – Valores mínimos garantidos

O contencioso com a empresa Águas do Algarve, S.A. relacionado com o pagamento dos volumes mínimos garantidos de recolha de águas residuais dos anos de 2007 a 2011, continua pendente nos Tribunais, encontrando-se ambos os processos em Tribunal de recurso; os processos encontram-se a aguardar a decisão/impulso do Tribunal há mais de doze meses.

- Outras Informações

REGULAMENTO DE SERVIÇO

No ano de 2021, foi possível concluir uma proposta de Regulamento de Serviço, da qual foi dado conhecimento ao ERSAR e aguarda agora demais procedimentos para verificação e aprovação.

190
John
1900
John
Reed



SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os resultados do ano de 2021 da Taviraverde, foram afetados pelos efeitos decorrentes do surto pandémico que assolou Portugal e o resto do mundo, contudo conseguiu superar o orçamento do ano.

- **Resultado Líquido**

O resultado líquido de 2021 foi de 933.555,01€, registando uma diminuição de 95.117,36€ face ao resultado do ano anterior, correspondente a uma variação de - 9,25%. Esta variação deve-se essencialmente ao acréscimos de gastos.

	2019	2020	2021	Varição 2021/2019
Rendimentos Totais	13 810 614,91 €	12 990 054,36 €	13 766 010,85 €	5,97%
Gastos Totais	11 620 119,95 €	11 639 907,13 €	12 564 027,10 €	7,94%
ICR/ID	535 893,34 €	321 474,86 €	268 428,74 €	-16,50%
Resultado Líquido	1 654 601,62 €	1 028 672,37 €	933 555,01 €	-9,25%

- **Rendimentos Totais**

Os rendimentos totais foram de 13.766.010,85€, registando um acréscimo de 5.97% face ao ano anterior.

	2019	2020	2021	Varição 2021/2019
Vendas	2 762 378,40 €	2 390 468,24 €	2 574 259,99 €	7,69%
Prestações de Serviços	7 839 135,98 €	7 089 090,20 €	7 367 733,19 €	3,93%
Subsídios à Exploração	2 984 374,45 €	3 331 944,75 €	3 503 768,66 €	5,16%
Reversões	6 573,22 €	7 027,86 €	16 046,93 €	128,33%
Ganhos por Aumentos de Justo Valor	8,11 €	0,28 €	25,09 €	8860,71%
Outros Rendimentos	218 144,75 €	171 523,03 €	304 176,99 €	77,34%
Rendimentos Totais	13 810 614,91 €	12 990 054,36 €	13 766 010,85 €	5,97%

O volume de negócio apresenta um acréscimo de 462.434,74€ (4,88%) face ao ano anterior. Este acréscimo deve-se ao aumento dos consumos (água, saneamento e resíduos) e também ao aumento das tarifas de ligação pelo crescimento da atividade económica na área da construção civil.

Neste exercício, e conforme mencionado em capítulo anterior, e na sequência da pandemia da COVID-19, a Taviraverde aprovou um pacote de medidas de apoio aos agentes económicos de acordo com as indicações do Município. Este pacote afetou a performance do volume de negócios, que sofreu um decréscimo de 184.075€, que representa 1,85% do mesmo. E ainda que teve um impacto direto no resultado líquido do exercício no valor de 145.420€.

O acréscimo nos subsídios à exploração referem-se às atualizações dos contratos-programa celebrados com o Município de Tavira.

Relativamente aos outros rendimentos a acréscimo deve-se essencialmente à imputação de subsídios ao investimento das candidaturas do POSEUR.

- **Gastos Totais**

Os gastos totais foram de 12.564.037,10€, registado um acréscimo de 7.94% face ao ano anterior.

	2019	2020	2021	Varição 2021/2019
CMVMC	1 408 422,06 €	1 299 113,07 €	1 327 592,28 €	2,19%
FSE	4 323 841,71 €	4 276 375,82 €	4 656 045,27 €	8,88%
G. Pessoal	4 777 769,16 €	4 893 480,66 €	5 272 988,15 €	7,76%
G. Depreciações	601 702,33 €	641 924,16 €	735 664,74 €	14,60%
Perdas de Imparidade	31 541,37 €	38 115,38 €	31 542,39 €	-17,24%
Perdas por reduções de justo valor	- €	0,15 €	- €	-100,00%
Provisões do Período	- €	- €	- €	
Outros gastos e perdas	337 488,63 €	311 835,17 €	364 584,12 €	16,92%
Gastos e perdas de financiamento	139 354,69 €	179 062,72 €	175 610,15 €	-1,93%
Gastos Totais	11 620 119,95 €	11 639 907,13 €	12 564 027,10 €	7,94%

Regista-se na rubrica de custos de mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) um aumento de cerca de 2,19% do valor face ao ano anterior. Este acréscimo refere-se essencialmente a gastos com desinfetantes utilizados para prevenção dos efeitos da pandemia.

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos (FSE) regista-se um aumento de 379.669,45€ face ao valor no ano anterior, sendo que cerca de 42% (158.647,91€) devem-se ao aumento da tarifa de resíduos urbanos e 41% referente aos gastos com energia, combustíveis e água para os espaços verdes.

Os gastos com pessoal apresentam um acréscimo de 7,76% relativamente ao ano anterior. Este acréscimo deve-se essencialmente à atualização da remuneração mensal base e também ao acréscimo do quadro de pessoal de acordo com o previsto nos contratos-programa.

A rubrica outros gastos e perdas apresenta um acréscimo de 16,92%, justificada essencialmente pelo aumento da taxa de gestão de resíduos que passou de 11€/ton para 22€/ton.

Os gastos com as entidades em alta representam cerca de 25% dos gastos operacionais totais da empresa e cerca de 30% do volume de negócios.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Jus' and a signature.

- Posição Financeira

No final de 2021, o ativo da Tavorverde, ascendia a 20,72 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 5,93 e 14,79 milhões de euros, respetivamente. A liquidez geral é de 0,85, a autonomia financeira é de 29%.

Balço	2019	2020	2021
Ativo não corrente	15 906 922,74 €	16 521 404,79 €	16 938 598,19 €
Ativo corrente	3 788 040,16 €	4 438 763,46 €	3 779 161,20 €
Total Ativo	19 694 962,90 €	20 960 168,25 €	20 717 759,39 €
Capital Próprio	5 625 087,00 €	5 787 903,39 €	5 927 621,85 €
Passivo não corrente	6 792 799,21 €	10 686 040,40 €	10 350 610,86 €
Passivo corrente	7 277 076,69 €	4 486 224,46 €	4 439 526,68 €
Total do Capital Próprio e Passivo	19 694 962,90 €	20 960 168,25 €	20 717 759,39 €

O endividamento de médio e longo prazo sofreu um aumento face ao ano transato de 47 mil euros, atingindo no final do exercício, o montante de 10,02 milhões de euros, dos quais 51% têm vencimento a mais de três anos, uma vez que a empresa tem tido a preocupação de contratar empréstimos de longo prazo (entre 10 a 15 anos), adequando-os à natureza dos ativos que são financiados.

Em 2021 o prazo médio de pagamento foi de 40 dias e o prazo médio de recebimentos foi de 26 dias.

Os indicadores de rentabilidade sofreram um decréscimo, essencialmente motivado pela situação pandémica dos últimos dois anos.



10/10
John
&
Jim
Lee



PERSPETIVAS FUTURAS

A administração da Tavraverde pretende dar continuidade ao plano estratégico da empresa, tendo definido para 2022, os seguintes objetivos operacionais:

Área	Objetivos	Meta
Águas de Abastecimento	Controlo de perdas de água	≤16,00%
Águas Residuais	Controlo de estanquidade de redes de drenagem	≤100%
Resíduos Sólidos	Controlo da recolha de recicláveis total	≥20 %
Obras	Cumprimento do plano de obras	≥90 %
Administrativo e Comercial	Taxa de cobrança efetiva dos valores em dívida (inclui a dívida não vencida)	≥98%
Qualidade	Redução do tempo de resposta a reclamações	≥98%

A administração da Tavraverde também pretende dar continuidade ao plano de investimentos, nomeadamente:

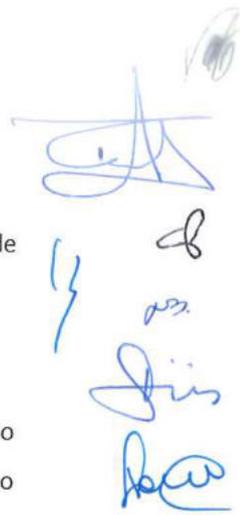
- Obras nas redes de abastecimento de água, com o apoio das candidaturas ao POSEUR;
- Obras nas redes de recolha de águas residuais, com o apoio das candidaturas ao POSEUR;
- Obras de reabilitação do edifício da sede;
- Aquisição de uma viatura pesada para a recolha de resíduos;
- Aquisição de uma varredoura;
- Projeto para controlo e redução de perdas de água no sistema de abastecimento;
- Disponibilização do novo site;
- Disponibilização do Portal do Colaborador;
- Disponibilização do Sistema de avaliação de desempenho integrado (360, comportamental e KPI);
- Implementação do Sistema de registo de tempos de trabalho digital;
- Implementação do Sistema de Gestão Documental;
- Implementação do Software de Gestão Operacional – “AQUAWork”;
- Reforço do parque informático e da cibersegurança.

A empresa em 2022 prevê a renovação dos contratos-programa celebrados com o Município de Tavira, para limpeza de praias, para a limpeza pública e para a manutenção dos espaços verdes.

Prevê-se ainda a assinatura do contrato de gestão delegada.

A situação de pandemia provocada pelo vírus COVID-19 afetou a economia local, essencialmente o setor do comércio e do turismo. Espera-se a retoma normal das atividades económicas com o levantamento das restrições por parte das entidades oficiais, contudo não é possível quantificar o impacto na rentabilidade da empresa no ano 2022.

O conselho de administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da empresa.



Handwritten signature and text in blue ink, including a large stylized signature, the word "Mrs.", and the name "Jin".



FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento das contas, deu-se o conflito entre a Rússia e a Ucrânia o que poderá provocar um impacto negativo na economia.

À presente data prevê-se um agravamento nos preços da energia e dos combustíveis o que poderá gerar um aumento nos Fornecimentos e Serviços Externos relativamente ao que foi orçamentado.

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia também poderá ter efeitos negativos no Turismo, devido ao aumento dos preços e também pela instabilidade provocada por uma guerra na Europa.

Apesar da atual incerteza quanto ao potencial impacto e duração do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e da pandemia Covid-19, reiteramos que não está em causa a operacionalidade e continuidade da atividade da Taviraverde.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller initials below it.

[Handwritten signature]
d
no.
Jus
[unclear]



AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Não foram concedidas autorizações nos termos do artigo 397º do código das sociedades comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do seu nº 2, alínea e) do artigo 66º.

10
Cuba
9
no.
his
Daw



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

As contas, respeitantes ao exercício de 2021, conduziram a um resultado positivo de 933.555,01€ (novecentos e trinta e três mil quinhentos e cinquenta e um euros e um cêntimo).

De acordo com alínea c) do nº 1 do artigo 29º dos estatutos da Taviraverde, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício e parte dos resultados transitados, no montante respetivamente, de 933.555,01€ e 262.595,38€, num total de 1.196.150,39€ (um milhão, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta euros e trinta e nove cêntimos) sejam para distribuição de dividendos aos acionistas.

Handwritten text in blue ink, possibly a signature or name, located in the top right corner of the page.



AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Taviraverde quer agradecer a todos os que contribuíram para os bons resultados da empresa no ano de 2021, designadamente:

Aos Clientes;
Aos Trabalhadores e Trabalhadoras;
Aos Acionistas;
Aos Fornecedores;
Às Entidades Bancárias;
Às Entidades Reguladoras.

Tavira, 22 de março de 2022

O Conselho de Administração

Ana Paula Fernandes Martins
(Presidente)

Assinado por: **ANA PAULA FERNANDES MARTINS**
Num. de Identificação: 10268081
Data: 2022.04.04 15:36:34+01'00'

António Manuel Dias Chaves Ramos
(Administrador)

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL DIAS CHAVES RAMOS**
Num. de Identificação: 01121959
Data: 2022.03.31 13:16:21+01'00'

Jaime Luís Fernandes Costa
(Administrador)

Assinado por: **JAIME LUÍS FERNANDES COSTA**
Num. de Identificação: 05367269
Data: 2022.03.31 12:19:39+01'00'

1900
L
J
S
S
S



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

BALANÇO

Período findo a: 31 de dezembro de 2021

RÚBRICAS	Notas	Períodos	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	3, 8, 9	16 708 615,14	16 316 442,90
Propriedades de Investimento			
Goodwill			
Ativos Intangíveis	3, 7	197 737,32	181 199,38
Ativos Biológicos			
Partes Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial			
Partes Financeiras - Outros Métodos			
Acionistas/Sócios			
Outros Ativos Financeiros	3	32 245,73	23 762,51
Ativos por Impostos Diferidos			
		16 938 598,19	16 521 404,79
Ativo Corrente			
Inventários	3, 11	134 668,25	153 070,96
Ativos Biológicos			
Clientes	3, 6, 17	584 867,52	621 602,26
Adiantamentos a Fornecedores			
Estado e Outros Entes Públicos	3, 19	281 091,00	494 566,37
Acionistas/Sócios			
Outras Contas a Receber	3	27 373,74	27 081,24
Diferimentos	19	78 555,96	320 167,52
Ativos Financeiros detidos para negociação			
Outros Ativos Financeiros			
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda			
Caixa e Depósitos Bancários	3, 4, 17	2 672 604,73	2 822 275,11
		3 779 161,20	4 438 763,46
TOTAL DO ATIVO		20 717 759,39	20 960 168,25

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

BALANÇO

Período findo a: 31 de dezembro de 2021

Rúbricas	Notas	Períodos	
		2021	2020
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	3, 17	50 000,00	50 000,00
Ações (quotas) Próprias			
Outros Instrumentos de Capital Próprio		246 103,50	246 103,50
Prémios de Emissão			
Reservas Legais	3	10 000,00	10 000,00
Outras Reservas			
Resultados Transitados	3	762 595,38	733 923,01
Ajustamentos em Ativos Financeiros			
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações no Capital Próprio	3, 16	3 925 367,96	3 719 204,51
Resultado Líquido do Exercício		933 555,01	1 028 672,37
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		5 927 621,85	5 787 903,39
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	13	1 371 006,50	1 371 006,50
Financiamentos Obtidos	3, 10	8 785 848,13	9 315 033,90
Responsabilidades Pós-Emprego			
Passivos por Imposto Diferidos			
Outras Contas a Pagar		193 756,23	
		10 350 610,86	10 686 040,40
Passivo Corrente			
Fornecedores	3, 6, 17	581 785,89	924 992,46
Adiantamento de Clientes			
Estado e Outros Entes Públicos	3, 16, 19	500 711,60	557 629,79
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	3, 9, 10, 17	1 233 493,64	657 634,26
Outras Contas a Pagar	3, 6, 17	2 120 159,69	2 342 933,09
Diferimentos	3	3 375,86	3 034,86
Passivos Financeiros detidos para negociação			
Outros Passivos Financeiros			
Passivos Não Correntes Detidos para Venda			
		4 439 526,68	4 486 224,46
TOTAL DO PASSIVO		14 790 137,54	15 172 264,86
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		20 717 759,39	20 960 168,25

Técnica Oficial de Contas

Cecília Maria Mendonça Barros

Assinado por: **CECÍLIA MARIA MENDONÇA BARROS**

Num. de Identificação: 09499659

Conselho de Administração

Presidente – Ana Paula Fernandes Martins

Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos

Vogal – Jaime Luís Fernandes Costa

Assinado por: **JAIME LUÍS FERNANDES COSTA**

Num. de Identificação: 05367269

Data: 2022.03.31 12:18:24+01'00'

Assinado por: **ANA PAULA FERNANDES MARTINS**

Num. de Identificação: 10268081

Data: 2022.04.04 15:35:03+01'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL DIAS CHAVES RAMOS**

Num. de Identificação: 01121959

Data: 2022.03.31 13:15:08+01'00'



TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo a: 31 de dezembro de 2021

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2021	2020
Vendas e Serviços Prestados	3,6,12,19	9 941 993,18	9 479 558,44
Subsídios à Exploração	14	3 503 768,66	3 331 944,75
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos			
Variação de Inventários na Produção			
Trabalhos Para a Própria Empresa			
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias consumidas	11	-1 327 592,28	-1 299 113,07
Fornecimentos e Serviços Externos	3, 6, 19	-4 656 045,27	-4 276 375,82
Gastos com o Pessoal	6	-5 272 988,15	-4 893 480,66
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	-15 495,46	-31 087,52
Provisões (aumentos / reduções)	13		
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos / Reduções de Justo Valor		25,09	0,13
Outros Rendimentos	17, 19	304 176,99	171 523,03
Outros Gastos	19	-364 584,12	-311 835,17
Resultado antes de Depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 113 258,64	2 171 134,11
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	7, 8, 9	-735 664,74	-641 924,16
Imparidade de Investimento depreciables/amortizações (perdas/reversões)			0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 377 593,90	1 529 209,95
Juros e rendimentos similares obtidos	12		0,00
Juros e rendimentos similares suportados	3, 9, 10	-175 610,15	-179 062,72
Resultado antes de impostos		1 201 983,75	1 350 147,23
Imposto sobre o rendimento do período	3, 16	-268 428,74	-321 474,86
Resultado Líquido do Exercício		933 555,01	1 028 672,37

Técnica Oficial de Contas

Conselho de Administração

Cecília Maria Mendonça Barros

Presidente – Ana Paula Fernandes Martins

Assinado por: **CECÍLIA MARIA MENDONÇA BARROS**
Num. de Identificação: 09499659

Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos

Vogal – Jaime Luís Fernandes Costa

Assinado por: **JAIME LUÍS FERNANDES COSTA**
Num. de Identificação: 05367269
Data: 2022.03.31 12:16:46+01'00'

Assinado por: **ANA PAULA FERNANDES MARTINS**
Num. de Identificação: 10268081
Data: 2022.04.04 15:33:43+01'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL DIAS CHAVES RAMOS**
Num. de Identificação: 01121959
Data: 2022.03.31 13:13:12+01'00'

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo a: 31 de dezembro de 2021

RÚBRICAS	Períodos	
	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO		
Recebimentos de Clientes	13 384 043,53	12 742 035,90
Pagamento a Fornecedores	-6 309 513,33	-5 850 203,15
Pagamento ao Pessoal	-4 358 140,84	-4 066 460,89
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	2 716 389,36	2 825 371,86
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	-25 757,85	-849 840,33
Outros Recebimentos/Pagamentos	-788 014,40	-556 228,66
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	1 902 617,11	1 419 302,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1 017 921,55	-992 601,68
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiro	0,00	0,00
Outros Ativos	0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiro	0,00	0,00
Outros Ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	361 469,86	251 202,86
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	-656 451,69	-741 398,82
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	500 000,00	4 500 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	-646 961,52	-1 548 229,81
Juros e gastos similares	-248 874,28	-208 761,56
Dividendos	-1 000 000,00	-3 000 000,00
Redução de capital e outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	-1 395 835,80	-256 991,37
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)	-149 670,38	420 912,68
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO	0,00	0,00
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	2 822 275,11	2 401 362,43
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	2 672 604,73	2 822 275,11

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ana Paula', 'Jaime', and 'Antonio'.

Técnica Oficial de Contas

Conselho de Administração

Cecília Maria Mendonça Barros

Presidente – Ana Paula Fernandes Martins

Assinado por: **CECÍLIA MARIA MENDONÇA BARROS**

Num. de Identificação: 09499659

Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos

Vogal – Jaime Luís Fernandes Costa

Assinado por: **JAIME LUÍS FERNANDES COSTA**

Num. de Identificação: 05367269

Data: 2022.03.31 12:15:05+01'00'

Assinado por: **ANA PAULA FERNANDES MARTINS**

Num. de Identificação: 10268081

Data: 2022.04.04 15:32:37+01'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL DIAS CHAVES RAMOS**

Num. de Identificação: 01121959

Data: 2022.03.31 13:11:43+01'00'



Entidade: TAVIRAVEDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2021

DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total		Interesses minoritários
6 ALTERAÇÕES NO PERÍODO		50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	3 719 204,51	733 923,01	1 028 672,37	5 787 903,39	0,00	5 787 903,39
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													0,00
Alterações de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente de revalorização													0,00
Excedentes de revalorização													0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206 163,46	1 028 672,37	1 028 672,37	-1 028 672,37	206 163,46	0,00	206 163,46
7													
8	16												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
8													
RESULTADO INTEGRAL	5=7+8												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													0,00
Realizações de prémios de emissão													0,00
Distribuições	19								-1 000 000,00				-1 000 000,00
Entradas para cobertura de perdas													0,00
Outras operações													0,00
9=7+8+9+10		50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	3 925 367,96	762 595,38	933 555,01	933 555,01	5 927 621,85	0,00	5 927 621,85
10													
6=7+8+9+10													

Técnica Oficial de Contas
Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração
Presidente – Ana Paula Fernandes Martins
Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos
Vogal – Jaime Luís Fernandes Costa

Assinado por: **CECÍLIA MARIA MENDONÇA BARROS**
Cartão de Cidadão
Num. de identificação: 09499659

Assinado por: **JAIME LUÍS FERNANDES COSTA**
Num. de identificação: 05367269
Data: 2022.03.31 12:13:35+01'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL DIAS CHAVES RAMOS**
Num. de identificação: 01121959
Data: 2022.03.31 13:09:31+01'00'

Assinado por: **ANA PAULA FERNANDES MARTINS**
Num. de identificação: 026690810
Data: 2022.04.04 15:31:03+01'00'



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Entidade: TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2020

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio				
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitoriados	Resultado Líquido do período	Total		Interesses minoritários			
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020 ALTERAÇÕES NO PERÍODO		50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79 321,39	1 654 601,62	5 625 087,00	0,00	5 625 087,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas														0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														0,00		0,00
Reajuste do excedente de revalorização														0,00		0,00
Excedentes de revalorização														0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos														0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3	0,00		1 000 000,00								134 144,02	-1 654 601,62	134 144,02		134 144,02
2		0,00	0,00	0,00	1 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	654 601,62	-1 654 601,62	134 144,02		134 144,02
3	16												1 028 672,37	1 028 672,37		1 028 672,37
4=2+3													-425 923,25	1 162 816,39	0,00	1 162 816,39
5	19				-1 000 000,00											0,00
6=1+2+3+4+5		50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	733 923,01	1 028 672,37	5 787 903,39	0,00	5 787 903,39

Técnica Oficial de Contas
Cecília Maria Mendonça Barros

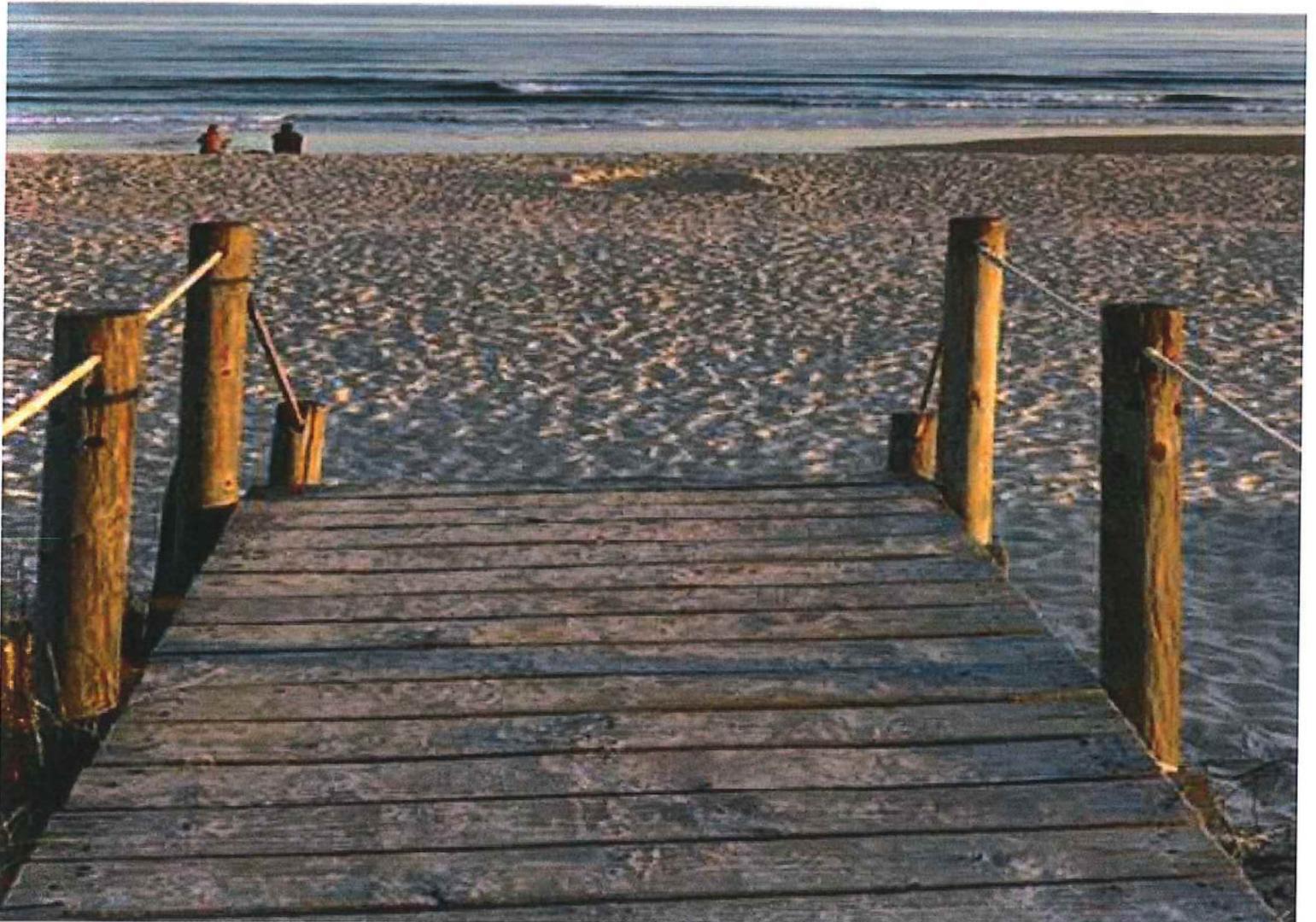
Conselho de Administração
Presidente – Ana Paula Fernandes Martins
Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos
Vogal – Jaime Luís Fernandes Costa

Assinado por: CECÍLIA MARIA MENDONÇA
BARROS
CARTÃO DE CIDADÃO
Num. de identificação: 09499659

Assinado por: JAIME LUÍS FERNANDES COSTA
RAMOS
Num. de identificação: 01121959
Data: 2022.03.31 12:12:22+01'00'

Assinado por: ANA PAULA FERNANDES MARTINS
Num. de identificação: 02698010
Data: 2022.04.04 10:29:58+01'00'

19
17
2
no
Jis
Dawn



ANEXO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que se aplicam à Empresa, em referência ao exercício de 2021.

1. Identificação da entidade

Designação da sociedade

A empresa foi constituída em 28 de fevereiro de 2005 com a denominação Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.

Sede da empresa

A empresa tem a sua sede no Largo Tabira de Pernambuco, nº 1 – 8800-456 Tavira

Natureza da atividade

A 1 de março de 2005 a Empresa iniciou a sua atividade de gestão, exploração, manutenção e conservação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público, recolha e rejeição de águas residuais domésticas, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e higiene e limpeza pública, manutenção construção e gestão de espaços públicos no concelho de Tavira.

Designação da empresa-mãe

A Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente E.M. é uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos e é detida em 51% pelo Município de Tavira .

Sede da empresa-mãe

A empresa-mãe tem a sua sede na Praça da República , 8800-951 Tavira.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Sistema de Normalização Contabilística

Em 31 de dezembro de 2021, a preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilista (SNC).

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As bases de preparação das demonstrações financeiras constantes dos anexos da Portaria nº 220/2015, de 24 de julho que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados na produção, prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método duodécimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis correspondem aos programas informáticos, com contrato de continuidade, e são registados ao custo de aquisição.

Os contratos de manutenção dos referidos ativos são contabilizados em gastos no exercício em que ocorrem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização.

c) Subsídios ao Investimento

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de ativos tangíveis, estão registados no balanço na rubrica: outras variações no capital próprio.

Mensalmente é calculada e transferida para a conta de outros rendimentos e ganhos do exercício, a quota parte do montante do subsídio através do processo da amortização durante a vida útil do ativo.

d) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

i) Passivos por Impostos Diferidos

Os passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos passivos da empresa.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço;
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

ii) Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de imposto sobre o rendimento à taxa de 21 %.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

f) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo justo valor da retribuição a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

A imparidade é determinada com base nos critérios económicos tendo em conta a legislação em vigor.

g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rúbrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo.

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rúbrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rúbricas dos Capitais Próprios

i) Capital Realizado

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

ii) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rúbrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas, em espécie, pelo acionista de direito público, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 32 do CSC).

iii) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

iv) Resultados Transitados

Esta rúbrica inclui resultados transitados apurados de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA) anteriores a 2010 e ajustamentos efetuados de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

v) Outras variações no capital próprio

Esta rúbrica inclui os passivos por impostos diferidos de acordo com a alínea d) e os subsídios do governo de acordo com a alínea c).

k) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo nominal.

Estão registados os empréstimos bancários e as locações financeiras.

l) Outras Contas a Pagar

As restantes contas a pagar não vencem juros, nem têm implícitos quaisquer juros, pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

m) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

n) Vendas e Prestação de Serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição, recebida ou a receber, deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

o) Trabalhos para a Própria Entidade

É contabilizada nesta rúbrica a capitalização dos gastos de financiamento ocorridos durante a construção dos ativos.

p) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em fornecimentos e serviços externos todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

q) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

[Handwritten signature]
13
13.
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

- o Juros bancários;
- o Juros de financiamentos em locação financeira;

Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas de relevo para além das mencionadas no ponto 3.1.

Juízos de valor (excetando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

- **Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.

Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

r) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and initials 'P', 'rs.', 'Jus', and 'kau' below it.]

4. Fluxos de Caixa

Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e Bancos	2021	2020
Caixa	2 450,00 €	2 450,00 €
Depósitos à Ordem	2 670 154,73 €	2 819 825,11 €
	2 672 604,73 €	2 822 275,11 €

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram, durante o ano, alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores, conforme o preceituado na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros.

6. Partes Relacionadas

Relacionamentos com empresas-mãe

- a) Nome da empresa-mãe imediata

Município de Tavira

- b) Nome da empresa-mãe controladora final

Município de Tavira

Remunerações do pessoal chave da gestão:

- a) Total de remunerações;
- b) Total de benefícios de curto prazo dos empregados;
- c) Total de benefícios pós-emprego;
- d) Total de outros benefícios de longo prazo;
- e) Total de benefícios por cessação de emprego;

f) Total de pagamentos com base em ações;

Remunerações dos Órgãos de Gestão	2021	2020
Total de remunerações	109 876,03 €	106 075,26 €
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	- €	- €
Total de benefícios pós-emprego	- €	- €
Total de outros benefícios de longo prazo	- €	- €
Total de benefícios de longo prazo	- €	- €
Total de benefícios por cessação de emprego	- €	- €
Total de pagamentos com base em ações	- €	- €
Total de remunerações do pessoal chave de gestão	109 876,03 €	106 075,26 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Transações entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Natureza do relacionamento		
Partes Relacionadas	Serviços que prestam/Transações que faz	Serviços que recebem/Transações que recebe
Município Tavira	Fornecimento de Águas de Abastecimento, recolha de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos Manutenção dos Espaços Verdes Limpeza das Praias Limpeza Espaços Públicos	Assistência Técnica Taxa Ocupação Lojas do Mercado
AGS		Assistência Técnica Software - Flowise Software - Meterwise Prestação de Serviços de Apoio para a melhoria da Eficácia e Eficiência na Gestão Operacional da Taviraverde Sistemas de Telemetria Fornecimento e montagem de equipamentos

b) Transações e saldos pendentes:

i) Quantia das transações:

Quantias das Transações						
Partes Relacionadas	Anos	Vendas / Prestação de serviços	Compra de Bens, Serviços e outros	Compra de Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	Subsídios à Exploração	Taxas
Município Tavira	2021	207 286,44	287 362,29	0,00	3 502 449,16	460,44
	2020	178 017,20	273 999,76	0,00	3 315 889,02	1 377,06
	2019	284 216,79	304 964,49	0,00	2 971 700,88	7 321,32
AGS	2021	0,00	344 180,21	6 257,70	0,00	0,00
	2020	0,00	331 233,30	108 715,44	0,00	0,00
	2019	0,00	386 122,26	23 051,86	0,00	0,00

j) Quantia dos saldos pendentes:

Saldos Pendentes			
Partes Relacionadas	Anos	Contas a Receber	Contas a Pagar
Município Tavira	2021	196 897,34	460,44
	2020	291 685,51	51 448,44
	2019	320 120,94	33 835,77
AGS	2021	0,00	4 938,45
	2020	0,00	53 958,92
	2019	0,00	44 641,12

iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:

Não existem quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionadas com a quantia de saldos pendentes.

iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

Não existem gastos reconhecidos durante o período respeitantes a dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

7. Ativos Intangíveis

No Ativo Intangível estão registrados os programas informáticos com contratos de continuidade.

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita, de acordo com o contrato de continuidade do software.

- b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

- c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro da alínea e) do presente parágrafo.

- d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

- e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

Ativos Intangíveis											
	01.01.2020	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2020	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2021
Programas de Computadores	297 498,68	157 577,54				455 076,22	62 786,11				517 862,33
Em curso	0,00					0,00					0,00
	297 498,68	157 577,54	0,00	0,00	0,00	455 076,22	62 786,11	0,00	0,00	0,00	517 862,33
Amortizações / Imparidade	247 608,43	26 268,41				273 876,84	46 248,17				320 125,01
	247 608,43	26 268,41	0,00	0,00	0,00	273 876,84	46 248,17	0,00	0,00	0,00	320 125,01
Ativos Intangíveis	49 890,25	131 309,13	0,00	0,00	0,00	181 199,38	16 537,94	0,00	0,00	0,00	197 737,32

Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8. Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

- a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta;

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do ponto 3.

- b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do ponto 3.

- c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do ponto 3.

- d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontram-se apresentadas no Quadro da alínea e) do presente item.

- e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Ativos Tangíveis											
	01.01.2020	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2020	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2021
Terrenos e Recursos Naturais	250 541,88	0,00	0,00	0,00	0,00	250 541,88	5 000,00	70 000,00			325 541,88
Edifícios e Outras Construções	15 526 353,48	76 261,61	1 518 398,07	54 789,59	20 440,92	17 045 782,65	34 620,35	38 757,36	15 251,94		17 103 908,42
Equipamento Básico	1 891 024,31	245 148,38	0,00	0,00	8 317,20	2 127 855,49	225 605,83	27 433,00	55 990,58		2 324 903,74
Equipamento Transporte	2 083 555,33	95 935,40	0,00	0,00	1 728,00	2 177 762,73	318 133,85		1 950,00		2 493 946,58
Equipamento Administrativo	691 640,17	167 660,29	0,00	0,00	33 096,75	826 203,71	78 840,35		4 773,22		900 270,84
Outros Ativos Fixos Tangíveis	510 510,95	51 280,74	0,00	0,00	2 055,74	559 735,95	108 369,56		3 956,98		664 148,53
Em curso	2 004 238,39	505 347,66	-1 518 398,07	0,00	0,00	991 187,98	323 350,06	-136 190,36			1 178 347,68
	22 957 864,51	1 141 634,08	0,00	54 789,59	65 638,61	23 979 070,39	1 093 920,00	0,00	81 922,72	0,00	24 991 067,67
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	3 773 152,18	348 356,46	0,00	24 304,97	6 230,94	4 090 972,73	367 446,48		6 860,44		4 451 558,77
Equipamento Básico	1 165 642,72	98 211,53	0,00	0,00	5 639,00	1 258 215,25	101 525,57		52 060,52		1 307 680,30
Equipamento Transporte	1 532 694,32	83 378,80	0,00	0,00	136,80	1 615 936,32	110 454,30		1 950,00		1 724 440,62
Equipamento Administrativo	403 509,21	55 859,18	0,00	2 083,34	29 887,17	427 397,88	73 276,59		4 763,59		495 910,88
Outros Ativos Fixos Tangíveis	242 118,49	29 849,78	0,00	0,00	1 862,96	270 105,31	36 713,63		3 956,98		302 861,96
	7 117 116,92	615 655,75	0,00	26 388,31	43 756,87	7 662 627,49	689 416,57	0,00	69 591,53	0,00	8 282 452,53
Ativos tangíveis	15 840 747,59	525 978,33	0,00	28 401,28	21 881,74	16 316 442,90	404 503,43	0,00	12 331,19	0,00	16 708 615,14

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Existem dois ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

- Prédio Urbano sob o artigo 4912 no valor de 201.400 €, referente ao empréstimo bancário de médio longo prazo na C. C. Agrícola;
- Prédio urbano sob o artigo 3167 no valor de 280.000 €, referente ao empréstimo bancário de médio longo prazo no Banco Comercial Português.

Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.

As depreciações não foram incluídas como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rúbrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.

9. Locações

Locações financeiras — locatários:

A Taviraverde, à data de 31 de dezembro de 2021, tem dois contratos de locação financeira.

- a) Quantia escriturada líquida à data do balanço para cada categoria de ativo
- b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente
- c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos
 - i) Não mais de um ano;
 - ii) Mais de um ano e não mais de cinco anos;
 - iii) Mais do que cinco anos
- d) Rendas contingentes reconhecidas no resultado do período
- e) Descrição geral dos acordos de locação significativos incluindo (pelo menos) o seguinte
 - i) Base pela qual é determinada a renda contingente a pagar
 - ii) Existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento
 - iii) Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, dívida adicional, e posterior locação

Locações Financeiras											
Contratos	Bens	Data do contrato	Prazo Contrato	Tipo Investimento	Valor Bem	Amortizações Acumuladas	Valor Contabilístico	Valor em dívida a 31-12-2021	Rendas Pagas 2021	Opção de Compra	base de calculo das rendas
Contrato Nº 100124398	Matura LP Mat: AA-69-FV	16/03/2020	49 meses	Equipamento de Transporte	48 030,68	10 056,72	37 973,96	28 991,26	11 450,98	sim	taxa juro fixa e de 0,7500%/ano
Contrato Nº 100129073	Matura Pesada MAT-AE-01-VH	15/01/2021	48 meses	Equipamento de Transporte	257 008,50	23 559,11	233 449,39	205 086,05	51 922,45	sim	taxa juro fixa e de 0,7000%/ano
					305 039,18	33 615,83	271 423,35	234 077,31	63 373,43		

10. Custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se descrita na alínea k) do ponto 3.

Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período

Durante o período não foram capitalizados custos dos empréstimos.

11. Inventários

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respetivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea e) do ponto 3.

Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

Quantia Total de Inventários		
Inventários	2021	2020
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-Primas	134 668,25	153 070,96
	134 668,25	153 070,96

Quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender (no caso de corretores/ negociantes)

Não aplicável

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Quantia de Inventários Reconhecida como Gasto			
	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Existências em 01-01-2020	120,00	158 738,93	158 858,93
Compras	1 117 397,29	175 912,44	1 293 309,73
Regularização Existências	0,00	15,37	15,37
Existências em 31-12-2020	0,00	153 070,96	153 070,96
Gasto do Exercício	1 117 517,29	181 595,78	1 299 113,07
Existências em 01-01-2021	0,00	153 070,96	153 070,96
Compras	1 144 628,01	175 932,95	1 320 560,96
Regularização Existências	-2 390,46	-8 980,93	-11 371,39
Existências em 31-12-2021	0,00	134 668,25	134 668,25
Gasto do Exercício	1 142 237,55	185 354,73	1 327 592,28

12. Rédito

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea n) do ponto 3.1.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda de bens

Venda de Bens		
	2021	2020
Venda de água	2 574 259,99	2 390 468,24
	2 574 259,99	2 390 468,24

b) Prestação de serviços

Prestação de Serviços		
	2021	2020
Águas de Abastecimento	1 380 587,38	1 353 339,11
Águas Residuais	2 996 883,34	2 854 474,26
Recolha de Resíduos Urbanos	2 990 262,47	2 881 276,83
	7 367 733,19	7 089 090,20

13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Divulgações para cada classe de previsão:

a) Quantia escriturada no começo e no fim do período:

Contas	Provisões			Saldo Final
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	
Provisões para processos judiciais em curso	1 371 006,50	0,00	0,00	1 371 006,50
	1 371 006,50	0,00	0	1 371 006,50

Os valores provisionados referem-se ao contencioso existente com a entidade Águas do Algarve, relativo ao pagamento de Valores Mínimos Garantidos no âmbito do Contrato de Recolha de Saneamento.

- a) Ação relativa aos valores dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 (2.497.412,08€): na sequência do recurso apresentado pela Taviraverde e por decisão do Tribunal Central Administrativo Sul de 30 de maio de 2018, a procedência parcial do pedido decidida em julho de 2017, relativa ao valor de 1.332.205,03€ foi revogada; o processo está novamente pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé a aguardar a continuação da audiência prévia; o valor provisionado mantém-se de acordo com a decisão proferida em julho de 2017, por não existir, por ora, outra decisão ou orientação para a sua determinação.
- b) Relativamente ao processo nº 126/14.2BELLE (relativo ao ano de 2011) foi proferida decisão a favor da Taviraverde com o Tribunal a considerar prescrita a dívida. Houve, entretanto, interposição de recurso extraordinário pela autora Águas do Algarve. De acordo com o entender do Departamento Jurídico da Taviraverde, existe fraca probabilidade de sucesso quanto a este recurso, pelo que entendeu-se constituir apenas uma provisão de 39 mil euros, por mera prudência.

14. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras:

As políticas contabilísticas adotadas para os subsídios do governo encontram-se descritos na alínea c) do ponto 3.

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecido nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Subsídios à exploração atribuídos pelo Município de Tavira, no âmbito dos contratos de gestão de limpeza pública do concelho de Tavira, contrato de gestão de limpeza de praias e contrato-programa para a gestão e manutenção dos espaços verdes públicos do concelho de Tavira:

Contratos-Programa		
	2021	2020
Espaços Verdes	1 936 903,60	1 750 787,54
Limpeza de Praias	356 294,16	355 850,08
Limpeza Pública	1 209 251,40	1 209 251,40
	3 502 449,16	3 315 889,02

- Subsídios à exploração para a área dos recursos humanos conforme quadro abaixo:

Estágios, Estímulos à Contratação e Formação		
	2021	2020
Instituto de Emprego e Formação Profissional	1 319,50	16 055,73
	1 319,50	16 055,73

15. Acontecimentos após a data do balanço

Autorização para emissão

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

As demonstrações financeiras foram aprovadas a 02 de fevereiro de 2022 pelo Conselho de Administração da empresa.

- b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que originassem atualizações quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

Após o encerramento das contas, deu-se o conflito entre a Rússia e a Ucrânia o que poderá provocar um impacto negativo na economia mundial e em particular em algumas economias da zona Euro, tais como Portugal. A empresa considera ainda prematuro estimar eventuais impactos.

Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacentes à elaboração das demonstrações financeiras.

16. Imposto sobre o rendimento

Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

O Gasto (rendimento) por Impostos correntes		
	2021	2020
IRC do ano	-268 428,74	-321 474,86
	-268 428,74	-321 474,86

Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

O Gasto (rendimento) por Impostos correntes			
	Base de Imposto		Taxa de Imposto
	2021	2020	2021
Resultado antes de impostos	1 201 983,75	1 350 147,23	
Variações patrimoniais			
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	21,0%	
	252 416,59 €	283 530,92 €	21,00%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais			
IRC			
Multas, coimas, juros compensatórios	1 036,11 €	421,75 €	
Correções Relativas a exercícios anteriores	24 112,70 €	19 605,35 €	
Menos-valias contabilísticas	10 881,99 €	45 435,44 €	
Outros	110,72 €		
	36 141,52 €	65 462,54 €	3,01%
Proveitos não tributáveis			
Mais-valias contabilísticas	154,41 €	0,00 €	
Correções Relativas a exercícios anteriores	82 758,36 €	6 647,70 €	
Redução de provisões tributadas	0,00 €	0,00 €	
Excesso da estimativa para impostos	0,00 €	0,00 €	
	82 912,77 €	6 647,70 €	6,90%
Lucro tributável	1 155 212,51 €	1 408 964,23 €	
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	21,0%	
Imposto calculado	242 594,63 €	295 882,49 €	20,18%
Derrama Estadual	0,00 €	0,00 €	0,0%
Tributação autónoma	25 834,11 €	25 592,37 €	2,1%
Imposto sobre o rendimento	268 428,74 €	321 474,86 €	22,33%

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável (eis) é (são) calculada (s);

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável

Explicação de alterações na taxa (s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Ao IRC não foi acrescida Derrama Municipal pelo facto do Município de Tavira, em 2021, não ter fixado qualquer taxa de derrama.

17. Instrumentos financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do ponto 3:

- ✓ Alínea f) – Clientes
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea l) – Contas a Pagar
- ✓ Alínea m) – Fornecedores

Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

- a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros		
	2021	2020
Clientes	584 867,52	621 602,26
Caixa e depósitos bancários	2 672 604,73	2 672 604,73
	3 257 472,25	3 294 206,99

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes		
Clientes	2021	2020
Clientes gerais	786 134,96	724 932,38
Estado	16 279,29	14 637,10
Clientes Caução	-439 260,63	-430 499,45
Clientes por acréscimo	6 470,94	1 368,14
Clientes partes relacionadas Acionista Público	196 897,34	291 685,51
Clientes em imparidade	299 080,74	285 456,41
Clientes perdas imparidade acumuladas	-280 735,12	-265 977,83
	584 867,52	621 602,26

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top and the name 'João' at the bottom.

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

Imparidades				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Imparidade de dívidas a receber	265 977,83	31 542,39	16 785,10	280 735,12
	265 977,83	31 542,39	16785,1	280 735,12

b) Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo

Não aplicável

c) Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade

Não aplicável

d) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados

Não aplicável

e) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros		
	2021	2020
Financiamento Obtidos	8 785 848,13	9 315 033,90
Outras contas a pagar	193 756,23	0,00
Passivos não correntes	8 979 604,36	9 315 033,90
Financiamento Obtidos	1 233 493,64	657 634,26
Fornecedores	581 785,89	924 992,46
Acionistas	0,00	0,00
Outras contas a pagar	2 120 159,69	2 342 933,09
Passivos correntes	3 935 439,22	3 925 559,81
	12 915 043,58	13 240 593,71

O detalhe dos financiamentos correntes e não correntes e respetivas condições são os indicados no quadro seguinte:

Detalhe dos Financiamentos		
	2021	2020
Não correntes		
Empréstimo Bancário BCP	2 002 490,13	2 498 321,97
Condições	Euribor 6m+2,25%	Euribor 6m+2,25%
Empréstimo Bancário CA	74 455,43	85 537,96
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Empréstimo Bancário Santander	549 026,14	702 182,72
Condições	Euribor 12m+2,25%	Euribor 12m+2,25%
Empréstimo Bancário BPI	4 153 845,60	4 000 000,00
Condições	Euribor 12m+1,45%	Euribor 12m+1,45%
Empréstimo Bancário BPI	1 846 153,44	2 000 000,00
Condições	Euribor 12m+1,45%	Euribor 12m+1,45%
Locação Financeira CGD	17 454,07	28 991,25
Condições	Taxa Fixa 0,7500%	Taxa Fixa 0,7500%
Locação Financeira CGD	142 423,32	
Condições	Taxa Fixa 0,7000%	
Correntes		
Empréstimo Bancário BCP	495 831,74	485 294,56
Condições	Euribor 6m+2,25%	Euribor 6m+2,25%
Empréstimo Bancário CA	11 082,70	11 012,42
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Empréstimo Bancário Santander	152 378,32	149 876,29
Condições	Euribor 12m+2,25%	Euribor 12m+2,25%
Empréstimo Bancário BPI	346 154,40	
Condições	Euribor 12m+1,45%	
Empréstimo Bancário BPI	153 846,56	
Condições	Euribor 12m+1,45%	
Locação Financeira CGD	11 537,19	11 450,99
Condições	Taxa Fixa 0,7500%	Taxa Fixa 0,7500%
Locação Financeira CGD	62 662,73	
Condições	Taxa Fixa 0,7000%	

- f) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são os constantes no quadro da alínea a) deste ponto.

Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento		
	2021	2020
Juros obtidos	0,00	0,00
Juros de mora	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Ganhos	0,00	0,00
Juros de financiamento obtidos	-166 698,41	-164 696,07
Juros de derivados financeiros	0,00	0,00
Juros de mora	0,00	0,00
Comissões e despesas com financiamento	-8 911,74	-14 366,65
Outros	0,00	0,00
Perdas	-175 610,15	-179 062,72

Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 17.

Instrumentos de capital próprio:

Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 50.000€ e encontra-se totalmente realizado.

Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 10.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço

Não foram emitidos outros instrumentos de capital no período.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

Divulgação exigida pelo nº 1 do artº 66 – A do CSC

Natureza e o objetivo comercial das operações não incluídas no balanço e o respetivo impacto financeiro, quando os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes e na medida em que a divulgação de tais riscos ou benefícios seja necessária para efeitos de avaliação da situação financeira da sociedade;

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Divulgação exigida pelo nº 2 do artº 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

Honorários		
	2021	2020
Honorários pela Revisão Legal de Contas	9 571,80	9 571,80
	9 571,80	9 571,80

19. Outras informações

Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos		
	2021	2020
Impostos sobre Rendimento Coletivo	281 091,00	483 111,00
Imposto sobre Valor Acrescentado		11 455,37
Taxa de Recursos Hídricos e Gestão RSU		0,00
Saldos a Receber	281 091,00	494 566,37
Impostos sobre Rendimento Coletivo	-268 428,74	-321 474,86
Retenção Imposto sobre Rendimento	-74 726,60	-83 264,78
Imposto sobre Valor Acrescentado	-14 019,48	-5 316,00
Imposto de Selo	0,00	0,00
Segurança Social/CGA/ADSE/FCT/FGCT	-143 536,78	-147 574,15
Saldos a Pagar	-500 711,60	-557 629,79

Diferimentos

A rúbrica de gastos e rendimentos a reconhecer discrimina-se da seguinte forma:

Diferimentos		
	2021	2020
Seguros	10 396,10	267 238,69
Manuten�o e Assistência	34 384,29	17 719,55
Stocks	27 549,57	29 094,77
Outros	6 226,00	6 114,51
Diferimentos Ativos	78 555,96	320 167,52
Subsídios � Explora�o - IEFP	1 715,36	9 556,89
Outros	1 660,50	0,00
Diferimentos Passivos	3 375,86	9 556,89

Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rúbrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos		
	2021	2020
Subcontratos	1 794 370,29	1 640 113,76
Trabalhos Especializados	1 518 283,32	1 464 971,33
Materiais	43 144,00	31 185,98
Energia e Fluidos	804 922,39	645 607,94
Desloca�es Estadas e Transporte	11 134,34	10 276,45
Serviços Diversos	484 190,93	484 220,36
	4 656 045,27	4 276 375,82

Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rúbrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos		
	2021	2020
Rendimentos Suplementares	79 657,27	70 033,51
Descontos de ponto pagamento obtidos	127,83	0,00
Rendimentos e Ganhos em investimentos	154,41	15,00
Outros Rendimentos e Ganhos	224 237,48	101 474,52
	304 176,99	171 523,03

Outros Gastos e Perdas

Esta rúbrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas		
	2021	2020
Impostos	35 873,01	110 589,16
Quebras	22 998,28	0,00
Gastos e perdas em investimentos	10 881,99	45 435,44
Outros	294 830,84	155 810,57
	364 584,12	311 835,17

Resultados

A Taviraverde EM, realizou no exercício económico findo a 31 de dezembro de 2021, um resultado líquido de 933.555.05€.

Nos e termos legais estatutários, o Conselho de Administração propõe para distribuição de dividendos aos acionistas, os resultados líquidos do exercício de 2021 e parte dos resultados transitados de exercícios anteriores, no valor de 1.196.150,39€ (um milhão, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta euros e trinta e nove cêntimos).

Tavira, 22 de março de 2022

O Técnico de Contas:

Cecília Maria Mendonça Barros

Assinado por: **CECÍLIA MARIA MENDONÇA BARROS**
Num. de Identificação: 09499659

Assinado por: **ANA PAULA FERNANDES MARTINS**
Num. de Identificação: 10268081
Data: 2022.04.04 15:28:40+01'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL DIAS CHAVES RAMOS**
Num. de Identificação: 01121959
Data: 2022.03.31 13:04:31+01'00'

Assinado por: **JAIME LUÍS FERNANDES COSTA**
Num. de Identificação: 05367269
Data: 2022.03.31 12:10:26+01'00'

O Conselho de Administração

Ana Paula Fernandes Martins
(Presidente)

António Manuel Dias Chaves Ramos
(Administrador)

Jaime Luís Fernandes Costa
(Administrador)

1990
J
8
10
Jin
Jae



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

[Handwritten signature]
8
133-
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anabela Peres
José Luís Nunes
Nuno Tavares
Johnny Laurência

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 20.717.759 euros e um total de capital próprio de 5.927.622 euros, incluindo um resultado líquido de 933.555 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

Sede: Largo Alberto Sampaio, 3 A – 2795-007 Lindo-a-Velha – Tel. 214 146 210 – Fax 214 146 219
Delegação Algarve: Rua Dr. José de Matos, n.º 19 – 8000-903 Faro – Tel. 289 894 949 – Fax 289 894 946
Delegação Alentejo: Rua 5 de Outubro, n.º 43 – 2.º – 7300 – 133 Pomalvoe – Tel. 245 609 358 – Fax 245 309 030
Delegação Açores: Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 – 9900 – 037 Horta – Tel. 292 392 601 – Fax 292 392 601
SROC n.º 14 – CS 7.000 euros – C.R.C. Casado – Marinha 7897 n.º 902 215 399 – Inscrição n.º 20184400 na CNMV – www.ipmg.pt



Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados
Sociedade de Revistas e Oficinas de Contas, Lda.

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anabela Pires
José Luís Nunes
Hugo Tavares
Johnny Laurência

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

us
Sede: Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha - Tel. 214 146 210 - Fax 214 146 219
Delegação Algarve: Rua Dr. José de Menezes, n.º 19 - 8000-503 Faro - Tel. 289 894 949 - Fax 289 894 946
Delegação Alentejo: Rua 5 de Outubro, n.º 43 - 2.º - 7100 - 133 Tomalogue - Tel. 245 609 358 - Fax 245 309 030
Delegação Açores: Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9000 - 037 Horta - Tel. 292 392 601 - Fax 292 392 601
SOFISA, n.º 95 - IS 0080 Faro - C.R.C. - Casais - Matricula NIF n.º 502 215 999 - Inscrição n.º 2034109 na C.M.V.M. - www.ipmg.pt



Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anaêta Peves
José Luís Nunes
Ruiro Tavares
Johnny Laurinda

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Faro, 29 de março de 2022

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

(João Miguel Pinto Galvão, ROC nº 587)

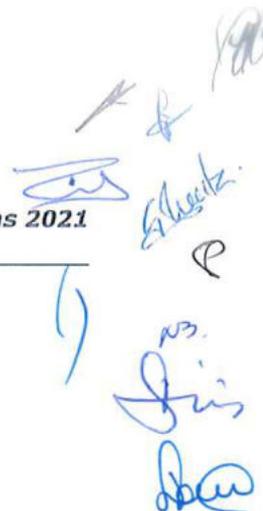
Sede: Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha - Tel. 214 146 210 - Fax 214 146 219
Delegação Algarve: Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro - Tel. 289 894 949 - Fax 289 894 946
Delegação Alentejo: Rua 5 de Outubro, n.º 43 - 2.º - 7200 - 133 Portalegre - Tel. 245 609 358 - Fax 245 309 000
Delegação Açores: Rua Conselheiro Terra Pinhal, n.º 16 - 9900 - 037 Horta - Tel. 292 392 601 - Fax 292 392 601
MROC n.º 64 - IS 7000 Faro - EUC - Cascais - Matosinhos n.º 301 215 991 - Inscrição n.º 2018100 no CPMVM - www.ipmg.pt



Relatório de Atividades e Contas

2021

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a signature that appears to be 'J. Silva' and other illegible marks.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right, a smaller one below it, and several initials and marks on the right side of the page.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS ANO 2021

1. INTRODUÇÃO

A UAC – Tavira foi criada em janeiro de 2007, assumindo a denominação de “Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira – UAC Tavira”, sob a forma jurídica de Pessoa Coletiva de Direito Privado, sem fins lucrativos. Os seus sócios honorários são o Município de Tavira e a Associação do Comércio e Serviços do Algarve – ACRAL.

Esta associação tem uma importante função no que concerne à modernização e revitalização da atividade comercial, uma vez que desenvolve uma estratégia de gestão integrada da Baixa de Tavira, enquanto âncora comercial do concelho e num cenário concorrencial com outros centros urbanos e áreas comerciais do Algarve.

O presente relatório compreende uma referência às iniciativas desenvolvidas pela associação durante o ano 2021, bem como as contas do exercício económico.

Alguns eventos considerados no Plano de Atividades de 2021 não puderam ser realizados devido à pandemia COVID 19, pois as iniciativas que implicavam aglomerados de pessoas não puderam ocorrer como é o caso da feira de noivos e da feira de stocks (no seu formato original).

2. ASSOCIADOS

A 31 de dezembro de 2021 a Associação Baixa de Tavira contava com os seguintes associados:

* Vestuário e Acessórios

Arco-Iris
Cantinho Mágico
Carlos Ferreirinha Joalheiros
Escadinha da Moda
Kozii (2 Lojas)
Multiópticas Tavira
Portas do Castelo
Sapataria Económica
Vestidos & Tiaras

* Artesanato, Casa e Lar

Aroma Cerâmica (3 lojas)
Artina
Atoalhados da Alagoa
Casa Caravela
Casa da Bli
Casa das Portas
Casa Matias
I oficina de Arte
Ozadi Concept Store
Rosa Amor

* Restauração

A Casa di Carlo e Franco
Água Salgada Marisqueira
À Mesa
Avenida
A Ver Tavira
Cais do Gilão
Daya Cocktail & Sushi
Garrafeira Tavira Romana
Marazul
Nó de Gosto
O Castelo
Pastelaria Tavirense
Pastelaria Veneza
Petisqueira Donna Olinda
Pizzaria Di Romma
The Black Anchor Irish Bar Grill
Zeca da Bica

* Alojamento Local

Alojamento Local Lagoas
Discovery Tavira Guest House
Formosa Guest House

* Imobiliárias

Central – Real Estate

Remax Tavira

***Saúde e Beleza**

Cocoon – Instituto Holístico
Salão de Cabeleireiro Lucrécia

***Lazer e Cultura**

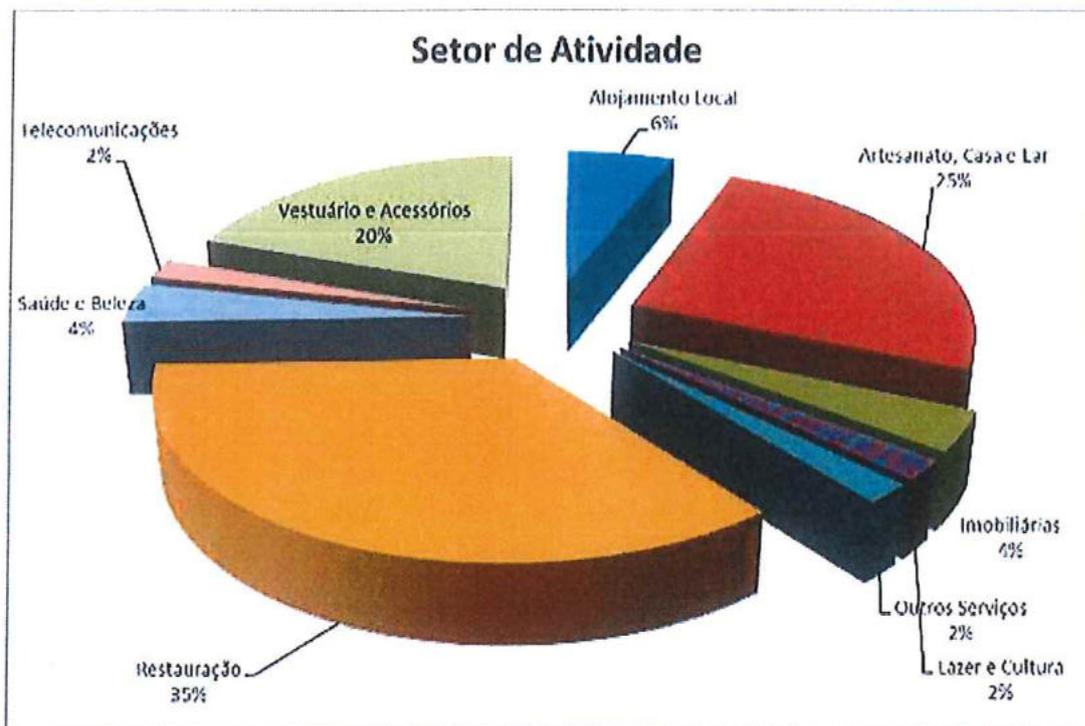
Papelaria Neto

***Telecomunicações**

Multifrequência – Agente MEO

***Outros Serviços**

Letras Gregas (Design, Impressão)



3. ATIVIDADES REALIZADAS

- Fundo de Apoio aos Empresários de Tavira (FAET)

O Fundo de Apoio aos Empresários de Tavira foi criado com o objetivo de revitalizar o tecido empresarial do concelho atenuando os efeitos nefastos da grave crise económica, permitindo o reforço de tesouraria das empresas bem como a manutenção dos postos de trabalho, no montante total de 450.000,00€ (quatrocentos e cinquenta mil euros).

Foram rececionadas 219 candidaturas, das quais 78 foram analisadas e 71 foram apoiadas.

A análise dos processos de candidatura desenvolveu-se em 3 fases:

1.ª fase

Na primeira fase foram analisadas 35 candidaturas, das quais 30 aprovadas, 4 reprovadas por não preencherem as condições de elegibilidade e 1 transitou para a 2ª fase porque foram solicitados elementos adicionais que não foram enviados atempadamente.

As 30 candidaturas aprovadas representaram um montante total de apoio de 209.250,00 € (duzentos e nove mil e duzentos e cinquenta euros), o que correspondeu a 46,5% do FAET.

2.ª Fase

Na segunda fase foram analisadas 40 candidaturas, das quais 38 aprovadas e 2 reprovadas por não preencherem as condições de elegibilidade. A candidatura que transitou da 1ª fase transitou para a 3ª fase de análise dado que se aguardava parecer jurídico quanto à elegibilidade da localização "sede".

As 38 candidaturas aprovadas representaram um montante total de apoio de 218.612,50€ (duzentos e dezoito mil, seiscentos e doze euros e cinquenta cêntimos), o que corresponde a 48,58% do FAET.

3ª Fase

Na última fase do Fundo de Apoio aos Empresários de Tavira foram analisadas 4 candidaturas (uma das quais transitada da primeira fase), tendo sido 3 aprovadas e 1 reprovada por não preencher as condições de elegibilidade.

As 3 candidaturas aprovadas representaram um montante total de apoio de 22.000,00€ (vinte e dois mil euros), o que correspondeu a 4,89% do FAET.

[Handwritten signatures and initials]

Revitalização da economia local

• **Entregas ao domicílio**

Durante o período de confinamento foi adjudicado uma prestação de serviços “Táxis”, relativa a entregas ao domicílio, dos estabelecimentos de restauração de Tavira em regime de takeaway para os municípios de Tavira, de modo a atenuar os efeitos nefastos da crise na economia local.

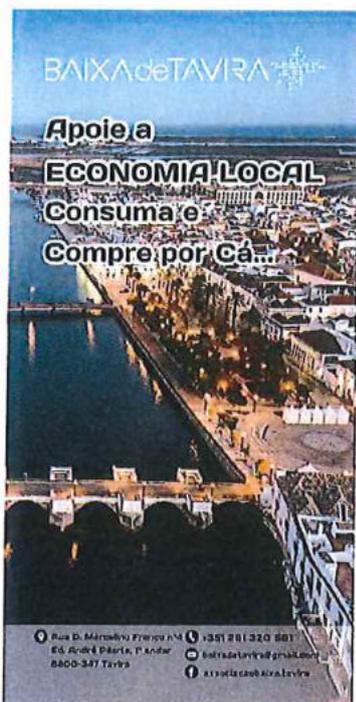
[Handwritten notes: "Shush", "fis", "heo"]

• **Flyers e outdoors de promoção da revitalização da economia local**

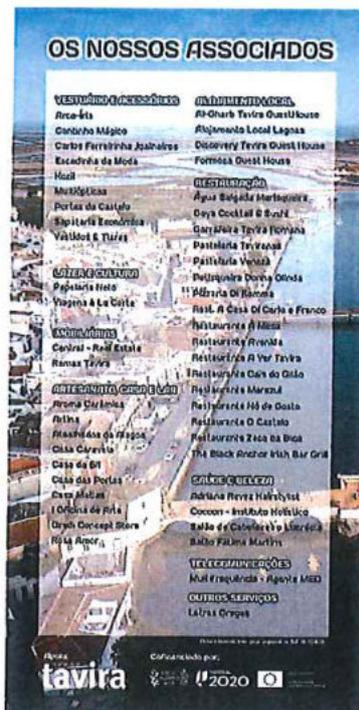
Após o período de confinamento derivado da situação pandémica, surgiu a necessidade de se criar uma estratégia de marketing com o objetivo de promover a revitalização da economia local, apelando ao consumo.

Para o efeito foram produzidos flyers e outdoors com uma imagem da cidade de Tavira e com a mensagem publicitária “Apoie a economia local, consuma e compre por cá...”

Os outdoors encontram-se localizados em duas entradas da cidade (perto do centro comercial Gran Plaza e antes de chegar à rotunda da Vela ao Vento).



Flyer (frente)



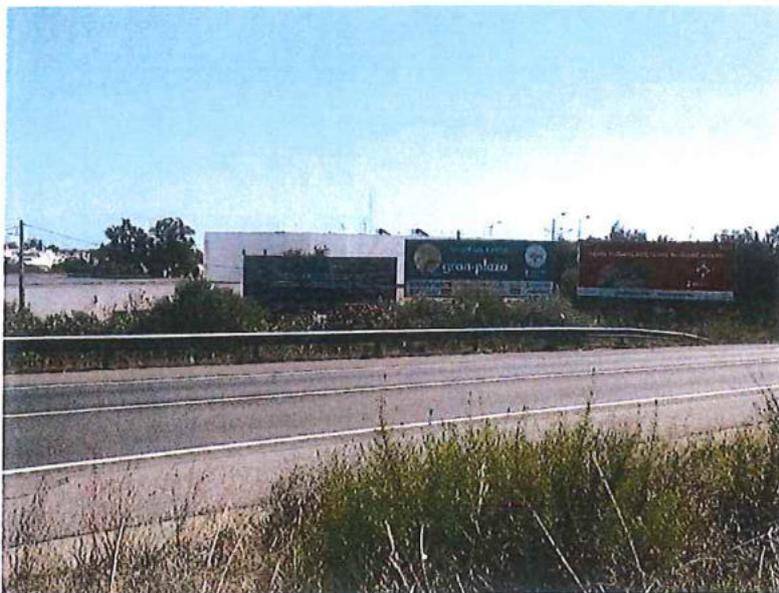
Flyer (verso)

[Handwritten signature]
K
de
Shute.

as.
Jus
Ara



Outdoor (perto do centro comercial Gran Plaza)



Outdoor (Entrada da cidade – Via do Infante em direção à rotunda da Vela ao Vento)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- Dia da Mãe

Para comemorar esta data a associação produziu um cartaz a apelar ao consumo no comércio local, tendo sido entregue aos estabelecimentos associados e publicitado nas redes sociais.



- Saldos de Verão é na Baixa de Tavira

Pelo segundo ano consecutivo, devido à pandemia, não foi possível realizar a Feira de Stocks na Rua do Cais, iniciativa que decorria desde 2009.

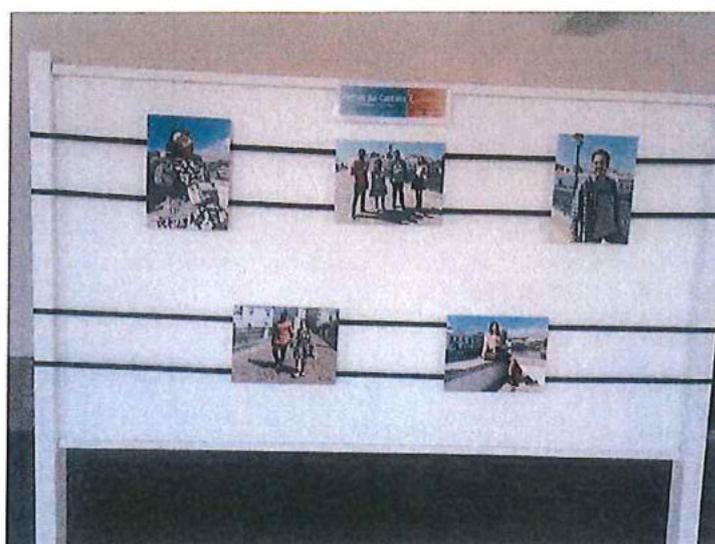
Nesse sentido, à semelhança do que fizemos em 2020, organizou-se uma semana de “Saldos de Verão na Baixa de Tavira”, de 23 a 28 de agosto, que decorreu no interior dos vinte estabelecimentos aderentes, sendo que a cargo da associação ficou a publicitação do evento através de cartazes, flyers, spot de rádio e publicitação nas redes sociais.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jus' and 'Baix']

• Exposição Fotográfica “Pontes para a Inclusão”

A Associação Baixa de Tavira e a Fundação Irene Rolo promoveram no mês de setembro uma produção fotográfica sobre moda inclusiva, da qual resultou uma exposição fotográfica “Pontes para a Inclusão”, que esteve patente ao público de 18 a 25 de outubro, nas arcadas do Município de Tavira.

Esta produção contou com diversos estabelecimentos associados da Baixa de Tavira, teve a participação de modelos com e sem deficiência, fomentando a inclusão social e visando a atenuação de imagens negativas associadas às pessoas com deficiência.



• Dinamização da economia local na Quadra Natalícia

No sentido de dinamizar e promover a economia local na Quadra Natalícia a associação desenvolveu as seguintes iniciativas:

- **Passatempo de Natal**, que decorreu entre 4 de dezembro de 2021 e 6 de janeiro de 2022 e consistiu na realização de 4 sorteios semanais (dias 10, 17, 24 e 31 de dezembro, pelas 10H30). Os clientes que fizeram compras a partir de 10€ habilitaram-se a vales de compras para utilizar nos estabelecimentos associados, nos seguintes valores:

- 1.º Prémio – 200€
- 2.º Prémio – 100€
- 3.º Prémio – 50€

Houve ainda lugar a um prémio final, no montante de 500€, cujo sorteio se realizou no dia 10 de janeiro.

O montante global dos prémios atribuídos foi de 1.900€, que contribuíram diretamente para um reforço da economia local.

- **Animação de rua:**

Dia 4 de dezembro (11H) – Chegada do Pai à Baixa de Tavira

Dias 11, 18 e 24 de dezembro (10H-13H) – Animação Natalícia na Baixa de Tavira

Dia 23 de dezembro (14H30-17H30) - Animação Natalícia na Baixa de Tavira

De 4 a 30 de dezembro – Pista de Gelo e Casinha do Pai Natal (Frentes Ribeirinhas / Junto ao Mercado da Ribeira). A associação cobrou o valor simbólico de 1€ aos clientes da Pista de Gelo, sendo que o valor (957€) reverteu a favor da Conferência Virgem Santíssima - Vicentinos Tavira

De 8 de dezembro a 6 de janeiro – Presépio de Figuras (Mercado da Ribeira)

Estava também programada para os dias 20, 21 e 22 de dezembro a “Hora do Conto”, na Galeria André Pilarte, mas devido à evolução da situação pandémica a associação teve que cancelar este evento.

A campanha publicitária destas iniciativas decorreu com o recurso a flyers e cartazes promocionais, roll up na Galeria André Pilarte, spot de rádio, notas de imprensa, site do Município de Tavira e redes sociais da associação e do Município.

A par destas ações oferecemos ainda a cada associado duas plantas “Estrelas de Natal” e uma alcatifa vermelha para colocarem no exterior dos estabelecimentos por forma a embelezar as ruas da cidade na época natalícia e foi também colocado em algumas ruas da baixa música (som de linha).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signature and initials in blue ink]



Cartaz promocional



Flyer (frente)

[Handwritten signatures and initials]

ms. Jús Bauer



Flyer (verso)



Chegada do Pai Natal

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Casinha do Pai Natal/Animação de Rua



Pista de gelo/Animação de rua

[Handwritten signatures and initials]



Animação Natalícia na Baixa de Tavira



Presépio de figuras

- **Participação nas Redes Sociais**

Atualização constante da página do *facebook* através da divulgação das iniciativas da associação e de outras informações relevantes para os comerciantes.

- **Atualização e divulgação constante das medidas implementadas pelo governo para apoiar a economia**

Tornou-se extremamente necessário transmitir regularmente aos associados as diversas medidas de apoio implementadas pelo governo, por forma a colmatar a grave crise económica que o país atravessa.

A associação assumiu também um papel informativo na publicitação de medidas excecionais e temporárias que têm vindo a ser adotadas pelos estabelecimentos com o intuito de mitigar a transmissão do vírus.

- **Atualização do SIG (Sistema de Informação Geográfica) do Município de Tavira**

Atualização constante de todos os estabelecimentos da cidade no SIG do Município de Tavira.

Esta ferramenta permite a publicitação do comércio e serviços da cidade no site do Município de Tavira.

4. PROVEITOS

As principais fontes de receita da associação:

Proveitos	2020	2021
Quotas dos sócios	2 458,23	3 424,98
Venda Bilhetes Pista Gelo	0,00	957,00
PO Cresc Algarve 2020	0,00	13 387,08
Inst Seg Social	897,92	0,00
Subsídio Anual Município de Tavira	130 000,00	50 000,00
FAET - Município de Tavira	0,00	450 000,00
Outros	9,70	11 118,71

5. CUSTOS

Os principais custos da Associação estiveram relacionados com:

- O vencimento da Gestora do Centro urbano;
- Custos inerentes às iniciativas realizadas: Trabalhos especializados, honorários, material promocional produzido, vigilância e segurança.

As principais despesas na rubrica de Fornecimento e Serviços Externos apresentaram os seguintes montantes:

Fornecimentos e Serviços Externos	2021	2020	Variação	Desvio 2021/2020
Material de escritório	80,85	45,92	34,93	76,07%
Artigos para Oferta	2 067,00	36 726,60	-34 659,60	-94,37%
Limpeza, Higiene e Conforto	0,00	1 526,55	-1 526,55	-100,00%
Comunicação	8,15	0,00	8,15	#DIV/0!
Artigos decoração	1 363,25	0,00	1 363,25	#DIV/0!
Honorários	511,68	0,00	511,68	#DIV/0!
Publicidade e Propaganda	4 529,78	3 440,73	1 089,05	31,65%
Rendas e Alugueres	22 865,70	0,00	22 865,70	#DIV/0!
Vigilância e Segurança	6 200,00	5 960,00	240,00	4,03%
Trabalhos especializados	5 576,30	2 395,44	3 180,86	132,79%
Subcontratos	3 936,00	1 651,10	2 284,90	138,39%
Outros	448,87	1 133,81	-684,94	-60,41%
TOTAL dos FSE	47 587,58	52 880,15	-5 292,57	-10,01%

6. MAPAS FINANCEIROS – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

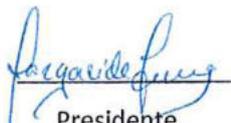
Demonstração de Resultados

Rendimentos e Gastos	2021	2020
Vendas e Serviços Prestados	4 381,98	2 458,23
Subsídios à exploração	513 387,08	130 897,99
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-47 587,58	-52 880,15
Gastos com o Pessoal	-24 284,14	-22 745,36
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00
Provisões (Aumentos/Reduções)	0,00	0,00
Imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	11 118,71	9,70
Outros gastos e perdas	-452 764,36	-46,19
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4 251,69	57 694,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0,00	0,00
Imparidade de investimentos dep/amort (perdas/reversões)	0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 251,69	57 694,15
Gasto de financiamento (líquidos)	0,00	-119,54
Resultado antes de impostos	4 251,69	5 774,61
Impostos sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Resultado líquido do período	4 251,69	57 574,61

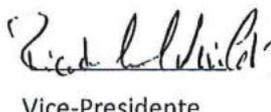
Balanço

Ativo	2021	2020
Ativo não corrente	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Accionistas / sócios	0,00	0,00
Ativo corrente	80 361,40	111 399,53
Inventários	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	4 589,41	4 589,41
Diferimentos	21,60	20,11
Outros ativos correntes	10 101,46	599,98
Caixa de depósitos bancários	65 648,93	106 190,03
Total do Ativo	80 361,40	111 399,53
Capital Próprio e Passivo		
Capital Próprio	79 216,11	74 964,42
Capital Realizado	4 251,69	17 389,81
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00
Resultados transitados	0,00	0,00
Outras variações do capital próprio	0,00	0,00
Resultado líquido do período	74 964,42	57 574,61
Total do capital próprio	79 216,11	74 964,42
Passivo		
Passivo não corrente	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Passivo corrente	1 145,29	36 435,11
Fornecedores	80,00	1 645,05
Estado e outros entes públicos	990,29	1 095,07
Diferimentos	75,00	49,99
Outros passivos correntes	0,00	33 645,00
Total do Passivo	1 145,29	36 435,11
Total do Capital Próprio e do Passivo	80 361,40	111 399,53

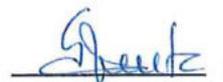
A Direção,


Presidente

Margarida Jesus


Vice-Presidente

Ricardo Calé



Secretária

Gilda Horta

ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

NIF: 513108688

Período findo em 31 de Dezembro

Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes	13	4 381,98	2 458,23
Pagamentos a Fornecedores	13	49 154,12	20 600,83
Pagamentos ao Pessoal		15 153,43	14 514,47
Caixa gerada pelas operações		-59 925,57	-32 657,07
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-	0,00	0,00
Outros Recebimentos / Pagamentos	-	-38 178,49	145 627,72
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-98 104,06	112 970,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	-	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	57 574,61	0,00
Cobertura de prejuízos	-	0,00	0,00
Doações	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	0,00	0,00
Juros e gastos similares		11,65	119,54
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos do capital próprio	-	0,00	19 499,85
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		57 562,96	-19 619,39
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-40 541,10	93 351,26
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		106 190,03	12 838,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período		65 648,93	106 190,03

O Contabilista Certificado

FERNANDO HORTA
 NIF 107 647 88 89
 TOC 38350
 Contabilista certificado

Direcção
 Presidente
 Augusto de Jesus

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Anexo às Demonstrações Financeiras

31 Dezembro de 2021

ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC

Elaborado por CC 38359 – Fernando Belles Santos Horta

[Handwritten signatures and initials]

ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC
Balanço

NIF: 513108688

Período findo em 31 de Dezembro

RUBRICAS	Notas	Euros	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo Corrente			
Estado e outros entes públicos	13.2	4 589,41	4 589,41
Diferimentos	13.5	21,60	20,11
Outros ativos correntes	13	10 101,46	599,98
Caixa e depósitos bancários		65 648,93	106 190,03
		80 361,40	111 399,53
Total do ativo		80 361,40	111 399,53
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	13	74 964,42	17 389,81
Resultado líquido do período	12	4 251,69	57 574,61
Total do capital próprio		79 216,11	74 964,42
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	-	0,00	33 645,00
		0,00	33 645,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	80,00	1 645,05
Estado e outros entes públicos	13.2	990,29	1 095,07
Financiamentos obtidos	-	0,00	0,00
Diferimentos	13.5	75,00	49,99
		1 145,29	2 790,11
Total do passivo		1 145,29	36 435,11
Total do capital próprio e do passivo		80 361,40	111 399,53

[Handwritten signatures and initials]

ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC

NIF: 513108688

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9, 15	4 381,98	2 458,23
Subsídios à exploração	11	513 387,08	130 897,92
Fornecimentos e serviços externos	13.1	-47 587,58	-52 880,15
Gastos com o pessoal		-24 284,14	-22 745,36
Outros rendimentos	13.3	11 118,71	9,70
Outros gastos	13.4	-452 764,36	-46,19
Resultado antes de depreciações, gastos de fin. e impostos	-	4 251,69	57 694,15
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	4 251,69	57 694,15
Gasto líquido de financiamento	-	0,00	-119,54
Resultado antes de impostos	-	4 251,69	57 574,61
Resultado líquido do período	-	4 251,69	57 574,61

1 - Identificação da entidade

A Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira- UAC é uma Associação com sede na Rua da Liberdade, nº 1, no concelho de Tavira.

Esta associação prossegue atividades associativas e tem por objetivo a promoção e modernização do comércio e serviços da zona de intervenção na cidade onde está sediada.

Para a realização dos seus objetivos esta associação propõe-se, entre outras a desenvolver as seguintes ações:

- Colaborar com as autoridades locais na manutenção e melhoramento dos espaços públicos,
- Promover o desenvolvimento económico e social de todos os seus associados,
- Cooperar com outras entidades, promovendo todo o tipo de iniciativas conducentes à modernização, reabilitação e revitalização económica e cultural, prosseguindo uma política de desenvolvimento integrado.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1- A Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC utiliza o sistema de Normalização Contabilístico das Microentidades (NCM) para preparação das suas Demonstrações Financeiras anexas, instituído pelo Decreto – Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de março, tendo optado supletivamente este modelo.

A Normalização Contabilística para as Microentidades é regulada pelos seguintes diplomas legais:

- Aviso nº8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria nº 218/2015, de 9 de julho (Código de contas);
- Aviso nº 8256/2015, de 7 de setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);

2.2 - No presente exercício não foram derogadas qualquer disposição do NC-ME.

3 - Políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

A informação financeira apresentada em euros, é preparada no pressuposto do acréscimo, sendo o efeito das operações reconhecido quando ocorre, independente do seu recebimento ou pagamento.

3.2 - Outras políticas contabilísticas

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos em caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, normalmente vencíveis a menos de seis meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração insignificante.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilístico em regime de acréscimo.

O rédito compreende os montantes faturados na prestação de serviços, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

As restantes receitas e despesas foram registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que foram reconhecidas à medida que foram geradas independentemente do momento em que foram recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, foram registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

Não existiu nenhum indício de alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, não sendo por isso necessária a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro:

A entidade não está exposta a riscos relevantes.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

As normas de contabilidade e relato financeiro requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

A Direcção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício de 2021 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

5 - Ativos intangíveis (Não aplicável)**6 - ativos fixos tangíveis**

Descrição	Saldo em 1-Jan-2020	Aquisições / Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020	Aquisições / Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Custo:					
Equipamento básico	3 677,26 €	-3 677,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	3 677,26 €	-3 677,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depreciações acumuladas					
Equipamento básico	3 677,25 €	-3 677,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	3 677,26 €	-3 677,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

7 - Locações (Não aplicável)

8 - Inventários (Não aplicável)**9 - Rédito**

Descrição	2021			2020		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Saldo em 31-Dez-2021	Mercado Interno	Mercado Externo	Saldo em 31-Dez-2020
Vendas de mercadorias	957,00 €	0,00 €	957,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Prestação de serviços	3 424,98 €	0,00 €	3 424,98 €	2 458,23 €	0,00 €	2 458,23 €
	4 381,98 €	0,00 €	4 381,98 €	2 458,23 €	0,00 €	2 458,23 €

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo.

O rédito compreende os montantes faturados na prestação de serviços, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando os riscos e vantagens significativas decorrentes da posse do ativo transacionado são transferidos para o comprador e o seu montante possa ser estimado com fiabilidade. As restantes receitas e despesas foram registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que foram reconhecidas à medida que foram geradas independentemente do momento em que foram recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, foram registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

10 - Provisões (Não aplicável)

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões.

11 - Subsídios do governo e apoios do investimento

Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	Estado outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
2021				
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	644 285,00 €	513 387,08 €	0,00 €	0,00 €
	644 285,00 €	513 387,08 €	0,00 €	0,00 €

12 - Imposto sobre o rendimento

Descrição	Valor em 31-Dez-2021	Valor em 31-Dez-2020
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	4 251,69 €	57 574,61 €
Impostos sobre o rendimento do período	0,00 €	0,00 €

13 - Instrumentos financeiros

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

Nos termos da NCRF 27 utilizou-se o método do custo para mensurar as contas de clientes

Fornecedores	Valor em 31-Dez-2021	Valor em 31-Dez-2020
Passivo		
Fornecedores	80,00 €	1 645,05 €
	<u>80,00 €</u>	<u>1 645,05 €</u>

13.2 - Outras contas receber e a pagar

Nos termos da NCRF 27 utilizou-se o método custo para mensurar os empréstimos e as contas apagar registados no passivo.

Outras contas receber e a pagar	Valor em 31-Dez-2021	Valor em 31-Dez-2020
Ativo		
Outros devedores	10 101,46 €	599,98 €
	<u>10 101,46 €</u>	<u>599,98 €</u>
Passivo		
Outros credores	0,00 €	33 645,00 €
	<u>0,00 €</u>	<u>33 645,00 €</u>

14 – Capital social

Capital próprio	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
2021				
Capital	17 389,81 €	0,00 €	57 574,61 €	74 964,42 €
Resultado líquido do período	57 574,61 €	57 574,61 €	4 251,69 €	4 251,69 €
	<u>74 964,42 €</u>	<u>57 574,61 €</u>	<u>61 826,30 €</u>	<u>79 216,11 €</u>
2020				
Capital	36 889,66 €	19 499,85 €	0,00 €	17 389,81 €
Resultado líquido do período	-19 499,85 €	0,00 €	77 074,46 €	57 574,61 €
	<u>17 389,81 €</u>	<u>19 499,85 €</u>	<u>77 074,46 €</u>	<u>74 964,42 €</u>

15 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Informação por mercados geográficos	Mercados geográficos			Total
	Interno	Comunitário	Extra comunitários	
2021				
Vendas	957,00 €	0,00 €	0,00 €	957,00 €
Prestações de serviços	3 424,98 €	0,00 €	0,00 €	3 424,98 €
Fornecimentos e serviços externos	47 587,58 €	0,00 €	0,00 €	47 587,58 €
2020				
Prestações de serviços	2 458,23 €	0,00 €	0,00 €	2 458,23 €
Fornecimentos e serviços externos	52 880,15 €	0,00 €	0,00 €	52 880,15 €

16 - Outras Informações

16.1 - Fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor em 31-Dez-2021	Valor em 31-Dez-2020
Rendas e alugueres	22 865,70 €	0,00 €
Vigilância e segurança - Serviços	6 200,00 €	5 960,00 €
Trabalhos especializados	5 576,30 €	2 395,44 €
Publicidade e propaganda	4 529,78 €	3 440,73 €
Subcontratos	3 936,00 €	1 651,10 €
Outros FSE	4 479,80 €	39 432,88 €
	47 587,58 €	52 880,15 €

16.2 - Estado e outros entes públicos

Descrição	Valor em 31-Dez-2021	Valor em 31-Dez-2020
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4 589,41 €	4 589,41 €
	4 589,41 €	4 589,41 €
Passivo		
Retenções em Imposto sobre o rendimento	290,00 €	296,00 €
Segurança Social	700,29 €	700,29 €
Em mora	0,00 €	98,78 €
	990,29 €	1 095,07 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

16.3 - Outros rendimentos e ganhos

Descrição	Valor em 31-Dez-2021	Valor em 31-Dez-2020
Rendimentos:		
Outros rendimentos e ganhos	11 118,71 €	8,00 €
	<u>11 118,71 €</u>	<u>9,70 €</u>

16.4 - Outros gastos e perdas

Descrição	2021	2020
Gastos:		
Impostos	2 575,96 €	3,02 €
Outros	450 188,40 €	43,17 €
	<u>452 764,36 €</u>	<u>46,19 €</u>

16.5 - Diferimentos

Descrição	Valor em 31-Dez-2021	Valor em 31-Dez-2020
Gastos a reconhecer (Ativo)		
Seguros diferidos	21,60 €	20,11 €
	<u>21,60 €</u>	<u>20,11 €</u>
Rendimentos a reconhecer (Passivo)		
Dif. Cambios fav	75,00 €	49,99 €
	<u>75,00 €</u>	<u>49,99 €</u>

[Handwritten signature]
FERNANDO HORTA
 NIF 107 647 885
 TOG 38359
 Contabilista certificado
 Contabilista Certificado nº38359

[Handwritten signature]
A PRESIDENTE
 Direcção

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RUBRICAS	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Créditos e outros ativos não correntes		0,00	0,00
		0,00	0,00
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		4 589,41	4 589,41
Capital subscrito e não realizado		0,00	0,00
Diferimentos		21,60	20,11
Outros ativos correntes		10 101,46	599,98
Caixa de depósitos bancários		65 648,93	106 190,03
		80 361,40	111 399,53
Total do ativo		80 361,40	111 399,53
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		74 964,42	17 389,81
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Outras variações do capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		4 251,69	57 574,61
Total do capital próprio		79 216,11	74 964,42
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		80,00	1 645,05
Estado e outros entes públicos		990,29	1 095,07
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		75,00	49,99
Outros passivos correntes		0,00	33 645,00
		1 145,29	36 435,11
Total do passivo		1 145,29	36 435,11
Total do capital próprio e do passivo		80 361,40	111 399,53
(1)- Euros	Período Findo em 31 de Dezembro de	2021	

[Handwritten notes in blue ink: "Voto", "Ang", "Jus", "Rosa"]

A Directo [Handwritten signature]

[Handwritten signature]

FERNANDO PORTA
NIF 107 847 885
TOC 28359
Contabilista certificado

[Handwritten signatures and initials at the top right of the page]

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		4 381,98	2 458,23
Subsídios à exploração		513 387,08	130 897,92
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-47 587,58	-52 880,15
Gastos com o pessoal		-24 284,14	-22 745,36
Imparidades (perdas / reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Outros rendimentos		11 118,71	9,70
Outros gastos		-452 764,36	-46,19
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 251,69	57 694,15
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 251,69	57 694,15
Gasto de financiamento (líquidos)		0,00	-119,54
Resultado antes de impostos		4 251,69	57 574,61
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		4 251,69	57 574,61
Período findo em 31 de Dezembro de	2021		
Unidade monetária EURO			

[Handwritten notes and signatures on the right margin: 'Arig', 'Fin', 'Aba']

A Directo
Farganda Fernandes

[Handwritten signature]

Código: 659A

Nome: ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC

NIF: 513108688

Data: 25/03/2022

Pag: 1 de 8

Plano Base

BALANCETE ANALITICO

Lançamentos de fecho / 2021

Conta	Descrição	Debito Mes	Credito Mes	Debito Ano	Credito Ano	Saldo	
						Devedor	Credor
11	CAIXA	0,00	0,00	3 448,10	2 380,40	1 067,70	0,00
111	Caixa A	0,00	0,00	3 448,10	2 380,40	1 067,70	0,00
12	DEPOSITOS Á ORDEM	0,00	0,00	614 292,85	549 711,62	64 581,23	0,00
1203	CCAM	0,00	0,00	614 292,85	549 711,62	64 581,23	0,00
12031	CCAM Conta n.º 40209391642	0,00	0,00	614 292,85	549 711,62	64 581,23	0,00
21	CLIENTES	0,00	0,00	957,00	957,00	0,00	0,00
211	CLIENTES C/C	0,00	0,00	957,00	957,00	0,00	0,00
2111	CLIENTES GERAIS	0,00	0,00	957,00	957,00	0,00	0,00
21111	CLIENTES C/C - M.NAC	0,00	0,00	957,00	957,00	0,00	0,00
21111999	Clientes Diversos	0,00	0,00	957,00	957,00	0,00	0,00
22	FORNECEDORES	0,00	0,00	74 591,91	74 671,91	0,00	80,00
221	FORNECEDORES C/C	0,00	0,00	74 591,91	74 671,91	0,00	80,00
2211	FORNECEDORES GERAIS	0,00	0,00	74 591,91	74 671,91	0,00	80,00
22111	FORNECEDORES GERAIS C/C - M.NAC	0,00	0,00	74 500,71	74 580,71	0,00	80,00
22111001	Belles Milcontas, Lda	0,00	0,00	2 398,50	2 398,50	0,00	0,00
22111004	Companhia Seguros Allianz Portugal	0,00	0,00	376,51	376,51	0,00	0,00
22111015	Vitorino Dias Pereira	0,00	0,00	6 600,00	6 600,00	0,00	0,00
22111022	SPAutores - Soc. Portuguesa Autores	0,00	0,00	260,00	260,00	0,00	0,00
22111024	Radio Gilao	0,00	0,00	984,98	984,98	0,00	0,00
22111029	Letras Gregas - Centro Impressao	0,00	0,00	4 368,10	4 368,10	0,00	0,00
22111035	My Dinantic	0,00	0,00	16 605,00	16 605,00	0,00	0,00
22111043	CTT-Correios Portugal, S.A.	0,00	0,00	8,15	8,15	0,00	0,00
22111046	Zhou Qi	0,00	0,00	5,75	5,75	0,00	0,00
22111047	Tapel, Lda.	0,00	0,00	77,10	77,10	0,00	0,00
22111050	Dia Portugal, Lda.	0,00	0,00	1,68	1,68	0,00	0,00
22111055	Dstore Reail (HOMA). S.A.	0,00	0,00	99,83	99,83	0,00	0,00
22111058	Alfredo Calvino da Silva	0,00	0,00	2,50	2,50	0,00	0,00
22111107	Sons da Fortuna, Lda.	0,00	0,00	2 619,90	2 619,90	0,00	0,00
22111108	DF Exclusive Consultoria, Unipessoal, Lda.	0,00	0,00	750,30	750,30	0,00	0,00
22111168	Artina, Lda.	0,00	0,00	283,45	283,45	0,00	0,00
22111171	Isabel Maria Bruno Talharim	0,00	0,00	325,00	325,00	0,00	0,00
22111172	Coccon - Inst. Holístico, Lda.	0,00	0,00	387,50	387,50	0,00	0,00
22111176	Manuel Símao Silvestre	0,00	0,00	570,00	570,00	0,00	0,00
22111179	Antonio Raiado, Lda.	0,00	0,00	62,90	62,90	0,00	0,00
22111180	Cafe Arcada de Tavira	0,00	0,00	450,00	450,00	0,00	0,00
22111184	Mundo Oportunidade, Lda.	0,00	0,00	10,30	10,30	0,00	0,00
22111215	A Ver Tavira - Expl. Hoteleira, Lda.	0,00	0,00	700,00	700,00	0,00	0,00
22111234	Manuel Alberto de Jesus	0,00	0,00	1 355,00	1 415,00	0,00	60,00
22111235	Portas de Tavira, Lda.	0,00	0,00	85,00	85,00	0,00	0,00
22111259	Audiogest - Ass. Gestao Distribuicao Direitos	0,00	0,00	1 239,04	1 239,04	0,00	0,00
22111264	Deodato e Saboia, Lda.	0,00	0,00	3 595,00	3 595,00	0,00	0,00
22111266	Blimport, Lda.	0,00	0,00	193,57	193,57	0,00	0,00
22111267	Fatima Pereira de Jesus Fonseca	0,00	0,00	65,00	65,00	0,00	0,00
22111296	Coordenadas do Lazer, Unip., Lda.	0,00	0,00	1 476,00	1 476,00	0,00	0,00
22111297	Viveiros Monterosa, Lda.	0,00	0,00	513,12	513,12	0,00	0,00
22111299	Claudia Sofia Coelho da Silva Marcos	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
22111303	Balburdiatenta, Lda.	0,00	0,00	6 100,80	6 100,80	0,00	0,00
22111306	Caracol Radical, Lda.	0,00	0,00	1 600,00	1 600,00	0,00	0,00
22111307	Paula Alexandra Matias da Costa	0,00	0,00	307,50	307,50	0,00	0,00
22111308	Travessa Rebelde, Unip., Lda.	0,00	0,00	1 195,30	1 195,30	0,00	0,00
22111309	Codigo Equipa - Tavira Romana	0,00	0,00	3 785,00	3 785,00	0,00	0,00
22111310	Tiago FRCS Guerreiro Delgado, Lda.	0,00	0,00	130,00	130,00	0,00	0,00

Código: 659A

Nome: ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC

NIF: 613108688

Data: 25/03/2022

Pag: 2 de 8

BALANCETE ANALITICO

Plano Base

Lançamentos de fecho / 2021

Conta	Descrição	Debito Mes	Credito Mes	Debito Ano	Credito Ano	Saldo	
						Devedor	Credor
22111311	Ingredienteuforia, Unip., Lda.	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00
22111312	Aroma Wild, Lda.	0,00	0,00	272,04	272,04	0,00	0,00
22111313	Cais do Gilao, Lda.	0,00	0,00	454,40	454,40	0,00	0,00
22111314	Conversa Apetecivel, Unip., Lda.	0,00	0,00	150,00	150,00	0,00	0,00
22111315	Vitorino & Santos, Lda.	0,00	0,00	1 258,70	1 258,70	0,00	0,00
22111316	Rotaxi Radio Taxis Faro	0,00	0,00	3 104,00	3 104,00	0,00	0,00
22111317	Pausa-Boemia, Lda.	0,00	0,00	2 840,00	2 840,00	0,00	0,00
22111318	Jorge Manuel Mendes Guerreiro Matias	0,00	0,00	205,00	225,00	0,00	20,00
22111319	Coma na Gaveta, Unipessoal, Lda.	0,00	0,00	541,50	541,50	0,00	0,00
22111320	Carlos Ferreirinha Joalheiros, Lda.	0,00	0,00	777,50	777,50	0,00	0,00
22111321	Maria Aline Silvestre	0,00	0,00	130,00	130,00	0,00	0,00
22111322	Vania Isabel Palma Pereira	0,00	0,00	387,50	387,50	0,00	0,00
22111323	Joao Jose Bernardo Pereira	0,00	0,00	780,00	780,00	0,00	0,00
22111324	Margarita Rachkova Koseva	0,00	0,00	26,20	26,20	0,00	0,00
22111325	Kalessa Mariscos Vivos, Unip., Lda.	0,00	0,00	648,15	648,15	0,00	0,00
22111326	Mixologia dos Sabores, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
22111327	Ana Catarina Monteiro Marcal	0,00	0,00	80,00	80,00	0,00	0,00
22111328	Embrulhar Verdades, Unipessoal, Lda.	0,00	0,00	260,07	260,07	0,00	0,00
22111329	Leandro Micael Almeida Custodio	0,00	0,00	511,68	511,68	0,00	0,00
22111330	Desiderio Monteiro, Unipessoal, Lda.	0,00	0,00	70,00	70,00	0,00	0,00
22111331	Sonia Maria Madeira Viegas	0,00	0,00	35,00	35,00	0,00	0,00
22111332	Nomadflavours, Lda.	0,00	0,00	560,00	560,00	0,00	0,00
22111333	HC - Hagmit Chaar, Soc. Unip., Lda.	0,00	0,00	10,00	10,00	0,00	0,00
22111334	Casa Caravela, Lda.	0,00	0,00	420,00	420,00	0,00	0,00
22111335	No de 2 - Agr. Com. Rest.e Hot., Unip., Lda.	0,00	0,00	805,00	805,00	0,00	0,00
22111336	Maria Lucrecia Fernandes	0,00	0,00	215,50	215,50	0,00	0,00
22111337	T & T - Relomatica e Tecnolog. Inform., Unip., Lda	0,00	0,00	73,80	73,80	0,00	0,00
22111338	Pastelaria Padaria Venezuela, Lda.	0,00	0,00	36,89	36,89	0,00	0,00
22112	FORNECEDORES GERAIS C/C - P,UE	0,00	0,00	91,20	91,20	0,00	0,00
22112042	Hiper Arcos	0,00	0,00	91,20	91,20	0,00	0,00
23	PESSOAL	0,00	0,00	15 153,43	15 153,43	0,00	0,00
231	REMUNERAÇÕES A PAGAR	0,00	0,00	15 153,43	15 153,43	0,00	0,00
2312	Ao pessoal	0,00	0,00	15 153,43	15 153,43	0,00	0,00
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0,00	0,00	51 333,66	47 734,54	4 589,41	990,29
242	RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS	0,00	0,00	2 566,00	2 856,00	0,00	290,00
24211	Trabalho Dependente	0,00	0,00	2 566,00	2 856,00	0,00	290,00
243	IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	0,00	0,00	41 304,69	36 715,28	4 589,41	0,00
2435	IVA - APURAMENTO	0,00	0,00	18 357,64	18 357,64	0,00	0,00
24351	IVA - Apuramento	0,00	0,00	18 357,64	18 357,64	0,00	0,00
2437	IVA - A RECUPERAR	0,00	0,00	22 947,05	18 357,64	4 589,41	0,00
24371	IVA - A recuperar-D.P.Mod.A/B	0,00	0,00	22 947,05	18 357,64	4 589,41	0,00
244	OUTROS IMPOSTOS	0,00	0,00	1 076,92	1 076,92	0,00	0,00
2441	IMPOSTO SELO LIQUIDADO	0,00	0,00	1 076,92	1 076,92	0,00	0,00
244111	Jogo	0,00	0,00	1 076,92	1 076,92	0,00	0,00
245	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00	6 386,05	7 086,34	0,00	700,29
2451	CONTRIB.P/SEGURANÇA SOCIAL-CORRENTE	0,00	0,00	6 386,05	7 086,34	0,00	700,29
245101	Faro	0,00	0,00	6 386,05	7 086,34	0,00	700,29
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	20 388,13	0,00	1 007 957,62	997 856,16	10 101,46	0,00

Código: 659A

Nome: ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC

NIF: 513108688

Data: 25/03/2022

Pag: 3 de 8

Plano Base

BALANCETE ANALITICO

Lançamentos de fecho / 2021

Conta	Descrição	Debito Mes	Credito Mes	Debito Ano	Credito Ano	Saldo	
						Devedor	Credor
272	DEVEDORES E CREDITORES POR ACRÉSC.(P.ECON.)	10 870,00	0,00	33 610,00	33 610,00	0,00	0,00
2722	CREDITORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	10 870,00	0,00	33 610,00	33 610,00	0,00	0,00
27229	OUTROS ACRÉSCIMOS DE GASTOS	10 870,00	0,00	33 610,00	33 610,00	0,00	0,00
272299	Outros Acréscimos Gastos-Al	10 870,00	0,00	33 610,00	33 610,00	0,00	0,00
278	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	9 518,13	0,00	974 347,62	964 246,16	10 101,46	0,00
2781	OUTROS DEVEDORES	9 518,13	0,00	523 985,12	513 883,66	10 101,46	0,00
27811	DEVEDORES-CORRENTE	9 518,13	0,00	523 985,12	513 883,66	10 101,46	0,00
2781198	DEVEDORES DIVERSOS	9 518,13	0,00	523 985,12	513 883,66	10 101,46	0,00
2781198003	Município Tavira	0,00	0,00	500 000,00	500 000,00	0,00	0,00
2781198020	ALG-04-2316-FEDER-000028	9 518,13	0,00	18 768,49	9 250,36	9 518,13	0,00
27811982	QUOTIZAÇÕES	0,00	0,00	5 216,63	4 633,30	583,33	0,00
278119820102	Cocoon - Instituto Holístico	0,00	0,00	125,00	125,00	0,00	0,00
278119820107	Isabel Maria Bruno Talharim	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820113	Blimport, Lda.	0,00	0,00	100,00	25,00	75,00	0,00
278119820116	Vitorio & Santos, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820122	Mindreflexion, Unipessoal, Lda.	0,00	0,00	116,66	116,66	0,00	0,00
278119820131	Carmo Saude	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820133	Jorge Matias	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820135	Kosiishop, Lda.	0,00	0,00	108,33	108,33	0,00	0,00
278119820140	Casa Caravela, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820144	No de 2, Unipessoal, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820152	Vania Pereira	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820153	Sandra Raquel Andrade Ferreira	0,00	0,00	125,00	125,00	0,00	0,00
278119820154	Gracer, S.A.	0,00	0,00	125,00	125,00	0,00	0,00
27811982017	Comercio Textil Atlantic Sud	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00
278119820182	Ana Catarina Monteiro Marcal	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820183	Aroma Wild, Lda.	0,00	0,00	150,00	25,00	125,00	0,00
278119820187	Miguel Serrano	0,00	0,00	125,00	125,00	0,00	0,00
278119820189	Carlos Ferreirinha Joalheiros, Lda.	0,00	0,00	125,00	125,00	0,00	0,00
278119820190	Cherry Travel, Lda.	0,00	0,00	158,33	0,00	158,33	0,00
278119820191	Caracol Radical, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820192	Ingredienteufonia, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820193	Deodato & Saboia, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820194	Nomadflavours, Lda.	0,00	0,00	108,33	108,33	0,00	0,00
278119820195	Cais do Gilao, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820196	Pausa Boémia, Lda.	0,00	0,00	108,33	33,33	75,00	0,00
278119820197	Azul de Tavira, Lda.	0,00	0,00	108,33	108,33	0,00	0,00
278119820198	Travessa Rebelde, Lda.	0,00	0,00	108,33	108,33	0,00	0,00
278119820199	Decision Direct - Med. Imobiliária, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820200	Joao Jose Bernardo Pereira	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820201	Kalessa Mariscos Vivos, Unipessoal, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820202	Paula Alexandra matias da Costa	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820203	Assunto Nomada, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820204	Fatima Martins	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00
278119820205	Adriana revez	0,00	0,00	25,00	25,00	0,00	0,00
278119820206	Valc Viagens e Turismo, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
278119820207	Lua Artesa - Unip., Lda.	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00
27811982033	Artina, Lda	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
27811982045	Multifrequencia, Lda	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
27811982050	Manuel Alberto Jesus	0,00	0,00	75,00	75,00	0,00	0,00
27811982054	Cafe Arcada de Tavira, Lda	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
27811982062	Maxloja, Lda	0,00	0,00	125,00	125,00	0,00	0,00
27811982064	Letras Gregas Unipessoal	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
27811982067	Fatima Fonseca	0,00	0,00	308,33	158,33	150,00	0,00

Código: 659A

Nome: ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC

NIF: 513108688

Data: 25/03/2022

Pag: 4 de 8

Plano Base

BALANCETE ANALITICO

Lançamentos de fecho / 2021

Conta	Descrição	Debito Mes	Credito Mes	Debito Ano	Credito Ano	Saldo	
						Devedor	Credor
27811982070	Grandvision Portugal, Lda.	0,00	0,00	116,66	116,66	0,00	0,00
27811982072	Manuel Simão Silvestre	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
27811982073	Gama Fina	0,00	0,00	125,00	125,00	0,00	0,00
27811982085	Antonio Raiado, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
27811982087	Maria Lucrecia Fernandes	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
27811982088	Portas de Tavira, Lda.	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00
2782	OUTROS CREDORES	0,00	0,00	450 362,50	450 362,50	0,00	0,00
27821	OUTROS CREDORES-CORRENTE	0,00	0,00	450 362,50	450 362,50	0,00	0,00
278213001	Leguas Curiosas, Unipessoal, Lda	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213002	Idalecio Catarino Marreiros	0,00	0,00	8 000,00	8 000,00	0,00	0,00
278213003	Gilberto Assuncao Gomes Viegas	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213004	Vitalino Goncalves Fernandes	0,00	0,00	3 000,00	3 000,00	0,00	0,00
278213005	Luis Carlos Correia Tomas	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213006	Cafe Arcada de Tavira - Expl. Hoteleira, Lda.	0,00	0,00	11 275,00	11 275,00	0,00	0,00
278213007	Alvaro Manuel Santos Regueira	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00	0,00
278213008	Maria de Jesus Sares dos Santos	0,00	0,00	2 000,00	2 000,00	0,00	0,00
278213009	Jorge Manuel Mendes Guerreiro Malias	0,00	0,00	4 100,00	4 100,00	0,00	0,00
278213010	Carisma Decimal, Lda.	0,00	0,00	6 000,00	6 000,00	0,00	0,00
278213011	Luis Manuel Duarte de Brito	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213012	Vera Alexandra Marques Pereira	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213013	Miguel Angelo Santos Sacadura N.Martins	0,00	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00
278213014	Mesa Garantida, Lda.	0,00	0,00	12 000,00	12 000,00	0,00	0,00
278213015	Anke Johanna Maria Geven	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213016	Sandrine Geraldine Jeanne Moulinat King	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213017	Miguel Duarte Serrano	0,00	0,00	8 000,00	8 000,00	0,00	0,00
278213018	Maria do Carmo Palma dos Santos, Unip., Lda.	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00
278213019	Acacio Antonio Sousa Guerreiro Dempster	0,00	0,00	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
278213020	Basboy Publishing and Design, Unip., Lda.	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213021	Sergio Paulo Santos Borges	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213022	Eduardo Emanuel de Jesus Reis	0,00	0,00	6 000,00	6 000,00	0,00	0,00
278213023	Sandra Maria Fernandes Lopes dos Santos	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213024	Tiago FRCS Guerreiro, Unip., Lda.	0,00	0,00	11 000,00	11 000,00	0,00	0,00
278213025	Clinica da Dor e Reabilitacao de Tavira, Lda.	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213026	Christopher John Herd	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213027	Maria da Graca Fernandes Pereira	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213028	Minutos Saborosos, Lda.	0,00	0,00	7 000,00	7 000,00	0,00	0,00
278213029	Soraia Isabel Ramos Pacheco Martins	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213030	Falima Pereira de Jesus Fonseca	0,00	0,00	3 500,00	3 500,00	0,00	0,00
278213031	Fugitive Summer - Restauracao, Unip., Lda.	0,00	0,00	8 000,00	8 000,00	0,00	0,00
278213032	Azul de Tavira, Lda.	0,00	0,00	1 537,50	1 537,50	0,00	0,00
278213033	Bastavira, Lda.	0,00	0,00	1 500,00	1 500,00	0,00	0,00
278213034	P.M.Santos-Com.e Rep. Automovel, Unip., Lda.	0,00	0,00	11 000,00	11 000,00	0,00	0,00
278213035	Renato & Domingos, Lda.	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213036	Silva e Mendonca dos Santos, Lda.	0,00	0,00	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
278213037	Porto Di Mare, Lda.	0,00	0,00	8 000,00	8 000,00	0,00	0,00
278213038	Cais do Gilao, Lda.	0,00	0,00	8 200,00	8 200,00	0,00	0,00
278213039	Turicaracol - Turismo de Habitacao, Lda.	0,00	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00
278213040	Lua Artesa, Unipessoal, Lda.	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213041	O Grelha Peixe - Restaurante, Unip., Lda.	0,00	0,00	11 000,00	11 000,00	0,00	0,00
278213042	HC-HAGMIT CHAAR, Soc. Unip., Lda.	0,00	0,00	11 000,00	11 000,00	0,00	0,00

Código: 659A

Nome: ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC

NIF: 513108688

Data: 25/03/2022

Pag: 5 de 8

Plano Base

BALANCETE ANALITICO

Lançamentos de fecho / 2021

Conta	Descrição	Debito Mes	Credito Mes	Debito Ano	Credito Ano	Saldo	
						Devedor	Credor
278213043	Runa & Rodrigues, Lda.	0,00	0,00	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
278213044	Nuno Miguel Correia Carujo	0,00	0,00	8 000,00	8 000,00	0,00	0,00
278213045	Tropikalblue, Unipessoal, Lda.	0,00	0,00	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
278213046	Mixologia dos Sabores, Lda.	0,00	0,00	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
278213047	European Parks & Leisure Homas Portugal, Lda.	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213048	Vitor Fernandes Andre	0,00	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00
278213049	Sofia Cristina Bravo Capelo	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213050	Ritmo Local, Lda.	0,00	0,00	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
278213051	Taskadiverte, Lda.	0,00	0,00	6 000,00	6 000,00	0,00	0,00
278213052	No de 2, Limitada.	0,00	0,00	10 250,00	10 250,00	0,00	0,00
278213053	Natalia de Jesus Goncalves Pereira de Sousa	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213054	Joao Sotero, Unip., Lda.	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00
278213055	Maria do Carmo Figueira Silva Petreques	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213056	Trilha do Caracol, Lda.	0,00	0,00	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
278213057	Wespo Algarve, Lda.	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213058	C.N.I.T., Lda.	0,00	0,00	11 000,00	11 000,00	0,00	0,00
278213059	Colina da Rosa, Lda.	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213060	Rui Filipe Afonso Silva	0,00	0,00	7 000,00	7 000,00	0,00	0,00
278213061	Gertrudes Felicidade Espirito Santo	0,00	0,00	6 000,00	6 000,00	0,00	0,00
278213062	Sul topo-Topografia, Engenharia e Planeamento, Lda.	0,00	0,00	6 000,00	6 000,00	0,00	0,00
278213063	Mafalda Neto Pires Faleiro	0,00	0,00	7 000,00	7 000,00	0,00	0,00
278213064	Binede-Representacao, Importacao e Exportacao, Lda	0,00	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00
278213065	Volume Divertido, Lda.	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213066	Paula Cristina Vieira Jacinto Afonso	0,00	0,00	3 000,00	3 000,00	0,00	0,00
278213067	Gisequa - Actividades Hoteleiras, Lda.	0,00	0,00	11 000,00	11 000,00	0,00	0,00
278213068	Al-Tentico Destao de Alojamento Local, Unip., Lda.	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00
278213069	Homekeys, Lda.	0,00	0,00	8 000,00	8 000,00	0,00	0,00
278213070	Maria da Paz de Jesus Gomes	0,00	0,00	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00
278213071	Antoinette Van Den Berg	0,00	0,00	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00
28	DIFERIMENTOS	9 518,13	9 518,13	13 498,89	13 552,29	21,60	75,00
281	GASTOS A RECONHECER	0,00	0,00	61,82	40,22	21,60	0,00
2812	SEGUROS DIFERIDOS	0,00	0,00	61,82	40,22	21,60	0,00
28121	SEGUROS- M.NAC	0,00	0,00	61,82	40,22	21,60	0,00
281219	SEGUROS- OUTROS - M.NAC	0,00	0,00	61,82	40,22	21,60	0,00
2812196	SEG.ACIDENTES PESSOAIS E VIDA	0,00	0,00	61,82	40,22	21,60	0,00
28121961	SEG.ACID.PESS./VIDA-ACEITE FISCALMENTE(M22)	0,00	0,00	61,82	40,22	21,60	0,00
281219615	Seg.Ac.Trab./Pessoais Iva Ist	0,00	0,00	41,71	20,11	21,60	0,00
281219619	Transf. (28)	0,00	0,00	20,11	20,11	0,00	0,00
282	RENDIMENTOS A RECONHECER	9 518,13	9 518,13	13 437,07	13 512,07	0,00	75,00
2824	SUBSIDIOS OUTROS INSTITUTOS	9 518,13	9 518,13	13 387,08	13 387,08	0,00	0,00
28241	ALG-04-2316-FEDER-000028	9 518,13	9 518,13	13 387,08	13 387,08	0,00	0,00
2828	DIFERENÇA CAMBIOS FAVORÁVEIS	0,00	0,00	49,99	124,99	0,00	75,00
28282	OUTRAS	0,00	0,00	49,99	124,99	0,00	75,00
282821	Quotas a Reconhecer Ano Seguinte	0,00	0,00	49,99	124,99	0,00	75,00
51	CAPITAL SUBSCRITO	0,00	0,00	0,00	74 964,42	0,00	74 964,42
511	CAPITAL ORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	74 964,42	0,00	74 964,42
5111	CAPITAL SUBSCRITO	0,00	0,00	0,00	74 964,42	0,00	74 964,42
51111	Fundo Social	0,00	0,00	0,00	74 964,42	0,00	74 964,42

Código: 659A

Nome: ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC

NIF: 513108688

Data: 25/03/2022

Pag: 6 de 8

Plano Base

BALANCETE ANALITICO

Lançamentos de fecho / 2021

Conta	Descrição	Debito Mes	Credito Mes	Debito Ano	Credito Ano	Saldo	
						Devedor	Credor
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	0,00	0,00	47 587,58	0,00	47 587,58	0,00
621	SUBCONTRATOS	0,00	0,00	3 936,00	0,00	3 936,00	0,00
6211	SUBCONTRATOS-M.NAC	0,00	0,00	3 936,00	0,00	3 936,00	0,00
62119	SUBCONTRATOS-M.NAC AI	0,00	0,00	3 936,00	0,00	3 936,00	0,00
621195	Subcont.Serviços Ist.-AI	0,00	0,00	3 936,00	0,00	3 936,00	0,00
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	0,00	0,00	16 817,76	0,00	16 817,76	0,00
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	0,00	0,00	5 576,30	0,00	5 576,30	0,00
62211	TRABALHOS ESPECIALIZ.-M.NAC	0,00	0,00	5 576,30	0,00	5 576,30	0,00
622119	Trabalhos Especializ.-M.Nac AI - Transf.28	0,00	0,00	5 576,30	0,00	5 576,30	0,00
6222	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0,00	0,00	4 529,78	0,00	4 529,78	0,00
62221	PUBLICIDADE E PROPAG.-M.NAC	0,00	0,00	4 529,78	0,00	4 529,78	0,00
622211	PUBLIC. PROPAG.-MAT-M.NAC	0,00	0,00	3 544,80	0,00	3 544,80	0,00
6222119	Public.Propag.-MAT-M.Nac AI - Transf.28	0,00	0,00	3 544,80	0,00	3 544,80	0,00
622212	PUBLIC. PROPAG.-SERV-M.NAC	0,00	0,00	984,98	0,00	984,98	0,00
6222129	Public.Propag.-SERV-M.Nac AI - Transf.28	0,00	0,00	984,98	0,00	984,98	0,00
6223	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	0,00	0,00	6 200,00	0,00	6 200,00	0,00
62231	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA-M.NAC	0,00	0,00	6 200,00	0,00	6 200,00	0,00
622319	Vigilância e Segurança-AI - Transf.28	0,00	0,00	6 200,00	0,00	6 200,00	0,00
6224	HONORÁRIOS	0,00	0,00	511,68	0,00	511,68	0,00
62241	HONORÁRIOS - M.NAC	0,00	0,00	511,68	0,00	511,68	0,00
622419	Honorários - M.Nac-AI - Transf.28	0,00	0,00	511,68	0,00	511,68	0,00
623	MATERIAIS	0,00	0,00	3 938,97	0,00	3 938,97	0,00
6233	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	0,00	0,00	80,85	0,00	80,85	0,00
62331	MATERIAL DE ESCRITÓRIO-M.NAC	0,00	0,00	80,85	0,00	80,85	0,00
623319	Material de Escritório- AI	0,00	0,00	80,85	0,00	80,85	0,00
6234	ARTIGOS PARA OFERTA	0,00	0,00	2 067,00	0,00	2 067,00	0,00
62341	ARTIGOS PARA OFERTA-M.NAC	0,00	0,00	2 067,00	0,00	2 067,00	0,00
623419	Artigos p/ Oferta-M.Nac AI	0,00	0,00	2 067,00	0,00	2 067,00	0,00
6238	OUTROS	0,00	0,00	1 791,12	0,00	1 791,12	0,00
62382	ARTIGOS DE DECORAÇÃO	0,00	0,00	1 363,25	0,00	1 363,25	0,00
623821	ARTIGOS DE DECORAÇÃO-M.NAC	0,00	0,00	1 363,25	0,00	1 363,25	0,00
6238219	Artigos de Decoração-M.Nac AI - Transf.28	0,00	0,00	1 363,25	0,00	1 363,25	0,00
62388	OUTROS MATERIAIS	0,00	0,00	427,87	0,00	427,87	0,00
623881	OUTROS MATERIAIS-M.NAC	0,00	0,00	336,67	0,00	336,67	0,00
6238819	Outros Materiais-M.Nac A.Ist - Transf.28	0,00	0,00	336,67	0,00	336,67	0,00
623882	OUTROS MATERIAIS-P.UE	0,00	0,00	91,20	0,00	91,20	0,00
6238829	Outros Materiais-P.UE AI	0,00	0,00	91,20	0,00	91,20	0,00
626	SERVIÇOS DIVERSOS	0,00	0,00	22 894,85	0,00	22 894,85	0,00
6261	RENDAS E ALUGUERES	0,00	0,00	22 865,70	0,00	22 865,70	0,00
62611	RENDAS E ALUGUERES-M.NAC	0,00	0,00	22 865,70	0,00	22 865,70	0,00
626111	RENDAS COMERCIAIS	0,00	0,00	22 865,70	0,00	22 865,70	0,00
6261119	Rendas Comerciais - AI - Transf.28	0,00	0,00	22 865,70	0,00	22 865,70	0,00
6262	COMUNICAÇÃO	0,00	0,00	8,15	0,00	8,15	0,00

Código: 659A

Nome: ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC

NIF: 513108688

Data: 25/03/2022

Pag: 7 de 8

Plano Base

BALANCETE ANALITICO

Lançamentos de fecho / 2021

Conta	Descrição	Debito Mes	Credito Mes	Debito Ano	Credito Ano	Saldo	
						Devedor	Credor
62621	COMUNICAÇÃO-M.NAC	0,00	0,00	8,15	0,00	8,15	0,00
626219	Comunicação - M.Nac AI	0,00	0,00	8,15	0,00	8,15	0,00
6268	OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	21,00	0,00	21,00	0,00
62681	OUTROS SERVIÇOS-M.NAC	0,00	0,00	21,00	0,00	21,00	0,00
626819	Outros Serviços-M.Nac AI-Transf.28	0,00	0,00	21,00	0,00	21,00	0,00
63	GASTOS COM O PESSOAL	0,00	0,00	24 284,14	0,00	24 284,14	0,00
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	0,00	0,00	19 760,04	0,00	19 760,04	0,00
6322	REMUNERAÇÕES PESSOAL OUT.SECT	0,00	0,00	19 760,04	0,00	19 760,04	0,00
632201	Vencimentos (Suj.IRS)	0,00	0,00	15 900,00	0,00	15 900,00	0,00
632202	Subsídio de Natal (Suj.IRS)	0,00	0,00	1 269,81	0,00	1 269,81	0,00
632203	Férias/Subsídio Férias(Suj.IRS)	0,00	0,00	1 325,02	0,00	1 325,02	0,00
632204	Subs. Alimentação (Suj.IRS)	0,00	0,00	110,87	0,00	110,87	0,00
632224	Subs.Alimentação	0,00	0,00	1 154,34	0,00	1 154,34	0,00
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	0,00	0,00	4 149,08	0,00	4 149,08	0,00
6352	PESSOAL	0,00	0,00	4 149,08	0,00	4 149,08	0,00
63522	De Outros Setores	0,00	0,00	4 149,08	0,00	4 149,08	0,00
636	SEGUR.DE ACID.NO TRAB.E DOENÇAS PROFIS.	0,00	0,00	375,02	0,00	375,02	0,00
6361	Seguro Acidentes de Trabalho	0,00	0,00	375,02	0,00	375,02	0,00
68	OUTROS GASTOS	0,00	0,00	452 752,71	0,00	452 752,71	0,00
681	IMPOSTOS	0,00	0,00	2 575,96	0,00	2 575,96	0,00
6812	IMPOSTOS INDIRETOS	0,00	0,00	1 076,92	0,00	1 076,92	0,00
68123	IMPOSTO DO SELO	0,00	0,00	1 076,92	0,00	1 076,92	0,00
6812311	Jogo	0,00	0,00	1 076,92	0,00	1 076,92	0,00
6813	TAXAS	0,00	0,00	1 499,04	0,00	1 499,04	0,00
68139	Taxas - AI - Transf.28	0,00	0,00	1 499,04	0,00	1 499,04	0,00
688	OUTROS	0,00	0,00	450 176,75	0,00	450 176,75	0,00
6888	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	0,00	0,00	450 176,75	0,00	450 176,75	0,00
68882	NÃO ACEITE FISCALMENTE(M22)	0,00	0,00	314,25	0,00	314,25	0,00
6888204	Outras diferenças não especificadas	0,00	0,00	212,93	0,00	212,93	0,00
6888298	OUTRAS PENALIDADES N ACEITE	0,00	0,00	101,32	0,00	101,32	0,00
68882985	Outras Penalidades Ist	0,00	0,00	101,32	0,00	101,32	0,00
68888	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	0,00	0,00	449 862,50	0,00	449 862,50	0,00
688883	OUT.NAO ESPECIF.-SUBS. ATRIB.CONTRATO PROGR2021MUN	0,00	0,00	449 862,50	0,00	449 862,50	0,00
6888831	OUT.NAO ESPECIF - MERC NAC	0,00	0,00	449 862,50	0,00	449 862,50	0,00
68888315	Out.nao especif.-IS-Contrato Programa 2021	0,00	0,00	449 862,50	0,00	449 862,50	0,00
69	GASTOS DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	11,65	0,00	11,65	0,00
691	JUROS SUPORTADOS	0,00	0,00	11,65	0,00	11,65	0,00
6915	JUROS MORA E COMPENSATORIOS	0,00	0,00	11,65	0,00	11,65	0,00
69151	Juros de Mora	0,00	0,00	11,65	0,00	11,65	0,00
71	VENDAS	0,00	0,00	0,00	957,00	0,00	957,00
711	MERCADORIAS	0,00	0,00	0,00	957,00	0,00	957,00
7111	VENDAS DE MERCADORIAS-M.NAC	0,00	0,00	0,00	957,00	0,00	957,00
71119	Vendas BILHETES-PISTA GELO	0,00	0,00	0,00	957,00	0,00	957,00
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	1 100,00	4 524,98	1 100,00	4 524,98

Código: 659A

Nome: ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC

NIF: 513108688

Data: 25/03/2022

Pag: 8 de 8

Plano Base

BALANÇETE ANALITICO

Lançamentos de fecho / 2021

Conta	Descrição	Debito Mes	Credito Mes	Debito Ano	Credito Ano	Saldo	
						Devedor	Credor
721	PRESTAÇÕES SERVIÇOS -GERAIS	0,00	0,00	0,00	4 524,98	0,00	4 524,98
7211	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS-M.NAC	0,00	0,00	0,00	4 524,98	0,00	4 524,98
721191	Quotas associados	0,00	0,00	0,00	4 524,98	0,00	4 524,98
728	DESCONTOS E ABATIMENTOS - OUT.PREST.SERV.	0,00	0,00	1 100,00	0,00	1 100,00	0,00
7281	DESC.ABAT.SERVIÇOS OUT.PREST.SERV-GERAIS - M.NAC	0,00	0,00	1 100,00	0,00	1 100,00	0,00
72816	Desc.Abat.Serviços - Gerais - M.Nac.S/va Reg.	0,00	0,00	1 100,00	0,00	1 100,00	0,00
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	0,00	9 518,13	0,00	513 387,08	0,00	513 387,08
751	SUBSÍDIOS DAS ENTIDADES PUBLICAS	0,00	9 518,13	0,00	513 387,08	0,00	513 387,08
7511	SUBSÍDIOS OUT. ENTES PUBLICOS	0,00	9 518,13	0,00	513 387,08	0,00	513 387,08
75112	Município de Tavira	0,00	0,00	0,00	500 000,00	0,00	500 000,00
751121	Município Tavira (Subsidio Anual)	0,00	0,00	0,00	50 000,00	0,00	50 000,00
751126	Município Tavira (Programa 2021)	0,00	0,00	0,00	450 000,00	0,00	450 000,00
75116	ALG-04-2316-FEDER-000028	0,00	9 518,13	0,00	13 387,08	0,00	13 387,08
78	OUTROS RENDIMENTOS	0,00	10 870,00	0,00	11 118,71	0,00	11 118,71
788	OUTROS	0,00	10 870,00	0,00	11 118,71	0,00	11 118,71
7888	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	0,00	10 870,00	0,00	11 118,71	0,00	11 118,71
78886	NÃO ESPECIF.ALHEIOS AO VALOR ACRESCENTADO	0,00	10 870,00	0,00	11 118,71	0,00	11 118,71
788865	Outras Diferenças n.especific.	0,00	10 870,00	0,00	11 118,71	0,00	11 118,71
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	57 574,61	57 574,61	0,00	0,00
818	RESULTADO LÍQUIDO	0,00	0,00	57 574,61	57 574,61	0,00	0,00
8181	Resultado Líquido do periodo	0,00	0,00	57 574,61	57 574,61	0,00	0,00
Totais do balancete		29 906,26	29 906,26	2 364 544,15	2 364 544,15	606 097,48	606 097,48

A Directo

Fernando Horta

Presidente

Assente

FERNANDO HORTA
N.º 107 647 885
T.º 38359
Contabilista certificado

Conta	Débito mes	Crédito mes	Débito ano	Crédito ano	Saldo
C 1 - CENTROS DE CUSTO - PROJECTOS SUBSIDIOS	0,00	20 388,13	464 717,55	474 503,91	-9 786,36
C 104 - ALG.04-2316-FEDER-000028	0,00	9 518,13	14 643,27	13 387,08	1 256,19
C 1046 - CUSTOS	0,00	0,00	14 643,27	0,00	14 643,27
C 10461 - SUBCONTRATOS	0,00	0,00	3 936,00	0,00	3 936,00
C 104619 - Sub. Outras	0,00	0,00	3 936,00	0,00	3 936,00
P 621195 - Subcont.Serviços Ist.-AI	0,00	0,00	3 936,00	0,00	3 936,00
C 10462 - F.S.E.	0,00	0,00	10 707,27	0,00	10 707,27
P 6222119 - Public.Propag.-MAT-M.Nac AI - Transf.28	0,00	0,00	2 452,99	0,00	2 452,99
P 6222129 - Public.Propag.-SERV-M.Nac AI - Transf.28	0,00	0,00	984,98	0,00	984,98
P 6238219 - Artigos de Decoração-M.Nac AI - Transf.28	0,00	0,00	750,30	0,00	750,30
P 6238819 - Outros Materiais-M.Nac A.Ist - Transf.28	0,00	0,00	258,30	0,00	258,30
P 6261119 - Rendas Comerciais - AI - Transf.28	0,00	0,00	6 260,70	0,00	6 260,70
C 1047 - PROVEITOS	0,00	9 518,13	0,00	13 387,08	-13 387,08
C 10475 - Subsídio ALG-04-2316-FEDER	0,00	9 518,13	0,00	13 387,08	-13 387,08
P 75116 - ALG-04-2316-FEDER-000028	0,00	9 518,13	0,00	13 387,08	-13 387,08
C 105 - PASSATEMPO NATAL2020 - APOIO ECONOMIA LOCAL	0,00	10 870,00	211,78	11 116,83	-10 905,05
C 1056 - CUSTOS	0,00	0,00	211,78	0,00	211,78
C 10568 - Outros Gastos e Perdas	0,00	0,00	211,78	0,00	211,78
P 6888204 - Outras diferenças não especificadas	0,00	0,00	211,78	0,00	211,78
C 1057 - PROVEITOS	0,00	10 870,00	0,00	11 116,83	-11 116,83
C 10578 - Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	10 870,00	0,00	11 116,83	-11 116,83
P 788865 - Outras Diferenças n.especific.	0,00	10 870,00	0,00	11 116,83	-11 116,83
C 106 - PROGRAMA 2021 (Município Tavira)	0,00	0,00	449 862,50	450 000,00	-137,50
C 1066 - CUSTOS	0,00	0,00	449 862,50	0,00	449 862,50
C 10668 - Outros Gastos e Perdas	0,00	0,00	449 862,50	0,00	449 862,50
P 68888315 - Out.nao especific.-IS-Contrato Programa 2021	0,00	0,00	449 862,50	0,00	449 862,50
C 1067 - PROVEITOS	0,00	0,00	0,00	450 000,00	-450 000,00
C 10675 - Subsídios a Exploracao	0,00	0,00	0,00	450 000,00	-450 000,00
P 751126 - Município Tavira (Programa 2021)	0,00	0,00	0,00	450 000,00	-450 000,00
C 110 - CUSTOS GERAIS	0,00	0,00	61 018,53	55 483,86	5 534,67
C 1106 - CUSTOS	0,00	0,00	59 918,53	0,00	59 918,53
C 11062 - F.S.E.	0,00	0,00	32 944,31	0,00	32 944,31
P 622119 - Trabalhos Especializ.-M.Nac AI - Transf.28	0,00	0,00	5 576,30	0,00	5 576,30
P 6222119 - Public.Propag.-MAT-M.Nac AI - Transf.28	0,00	0,00	1 091,81	0,00	1 091,81
P 622319 - Vigilância e Segurança-AI - Transf.28	0,00	0,00	6 200,00	0,00	6 200,00
P 622419 - Honorários - M.Nac-AI - Transf.28	0,00	0,00	511,68	0,00	511,68
P 623319 - Material de Escritório- AI	0,00	0,00	80,85	0,00	80,85
P 623419 - Artigos p/ Oferta-M.Nac AI	0,00	0,00	2 067,00	0,00	2 067,00
P 6238219 - Artigos de Decoração-M.Nac AI - Transf.28	0,00	0,00	612,95	0,00	612,95
P 6238819 - Outros Materiais-M.Nac A.Ist - Transf.28	0,00	0,00	78,37	0,00	78,37
P 6238829 - Outros Materiais-P.UE AI	0,00	0,00	91,20	0,00	91,20
P 6261119 - Rendas Comerciais - AI - Transf.28	0,00	0,00	16 605,00	0,00	16 605,00
P 626219 - Comunicação - M.Nac AI	0,00	0,00	8,15	0,00	8,15
P 626819 - Outros Serviços-M.Nac AI-Transf.28	0,00	0,00	21,00	0,00	21,00
C 11063 - Gastos com o Pessoal	0,00	0,00	24 284,14	0,00	24 284,14
P 632201 - Vencimentos (Suj.IRS)	0,00	0,00	15 900,00	0,00	15 900,00
P 632202 - Subsídio de Natal (Suj.IRS)	0,00	0,00	1 269,81	0,00	1 269,81
P 632203 - Férias/Subsídio Férias(Suj.IRS)	0,00	0,00	1 325,02	0,00	1 325,02
P 632204 - Subs. Alimentação (Suj.IRS)	0,00	0,00	110,87	0,00	110,87
P 632224 - Subs.Alimentação	0,00	0,00	1 154,34	0,00	1 154,34
P 63522 - De Outros Setores	0,00	0,00	4 149,08	0,00	4 149,08
P 6361 - Seguro Acidentes de Trabalho	0,00	0,00	375,02	0,00	375,02
C 11068 - Outros Gastos e Perdas	0,00	0,00	2 678,43	0,00	2 678,43
P 6812311 - Jogo	0,00	0,00	1 076,92	0,00	1 076,92
P 68139 - Taxas - AI - Transf.28	0,00	0,00	1 499,04	0,00	1 499,04
P 6888204 - Outras diferenças não especificadas	0,00	0,00	1,15	0,00	1,15
P 68882985 - Outras Penalidades Ist	0,00	0,00	101,32	0,00	101,32

BALANCETE ANALITICO - CONTAS POR CENTRO DE CUSTO

Plano Base

Lançamentos de fecho / 2021

Conta	Débito mes	Crédito mes	Débito ano	Crédito ano	Saldo
C 11069 - Gastos e Perdas de Financiamento	0,00	0,00	11,65	0,00	11,65
P 69151 - Juros de Mora	0,00	0,00	11,65	0,00	11,65
C 1107 - PROVEITOS	0,00	0,00	0,00	50 000,00	-50 000,00
C 11075 - Subsídios a Exploracao	0,00	0,00	0,00	50 000,00	-50 000,00
P 751121 - Municipio Tavira (Subsidio Anual)	0,00	0,00	0,00	50 000,00	-50 000,00
C 11071 - Vendas	0,00	0,00	0,00	957,00	-957,00
P 71119 - Vendas BILHETES-PISTA GELO	0,00	0,00	0,00	957,00	-957,00
C 11072 - Prestação de Serviços	0,00	0,00	1 100,00	4 524,98	-3 424,98
P 721191 - Quotas associados	0,00	0,00	0,00	4 524,98	-4 524,98
P 72816 - Desc.Abat.Serviços - Gerais - M.Nac.Silva Reg.	0,00	0,00	1 100,00	0,00	1 100,00
C 11078 - Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	0,00	0,00	1,88	-1,88
P 788865 - Outras Diferenças n.especif.	0,00	0,00	0,00	1,88	-1,88
	0,00	20 388,13	525 736,08	529 987,77	-4 251,69

FERNANDO HORTA
 NIF 107 647 885
 TOC 38358
 Contabilista certificado

Extracto de Conta

751121 Municipio Tavira (Subsidio Anual)

Data [dd/mm]	Diario	Num Interno	Descricao	Documento	Valor Debito	Valor Credito	Saldo
16/02	03	45	7 N/ Factura nº Outr.Iniciativas	60/86		25 000,00	25 000,00 C
06/05	03	133	7 N/ Factura nº Outr. Iniciativa	60/130		25 000,00	50 000,00 C
00/14	8	3	T88 Apuramento de Resultados		50 000,00		0,00 C
Totais no periodo					50 000,00	50 000,00	0,00 D
Totais					50 000,00	50 000,00	0,00 D

FERNANDO HORTA
 NIF 107-6471885
 TOC 38359
 Contabilista Certificado

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F. Horta' and 'A. R. S.']

Extracto de Conta

751126 Municipio Tavira (Programa 2021)

Data [dd/mm]	Diario	Num Interno	Descricao	Documento	Valor Debito	Valor Credito	Saldo
16/02	03	45	7 N/Ft.nº 1º Prest.Programa 2021	60/86		225 000,00	225 000,00 C
06/05	03	133	7 N/Ft.nº 2º Prest.Programa 2021	60/130		225 000,00	450 000,00 C
00/14	8	3	T88 Apuramento de Resultados		450 000,00		0,00 C
Totais no periodo					450 000,00	450 000,00	0,00 D
Totais					450 000,00	450 000,00	0,00 D

FERNANDO HORTA
 NIF 107 647 889
 TOC 38359
 Contabilista certificado

659A - ASSOC.DESENV.INTEGRADO BAIXA TAVIRA- UAC

NIF: 513108688

De 01/00 a 14/99 de 2021

Pag: 1 de 1

Extracto de Conta

75116

ALG-04-2316-FEDER-000028

Data [dd/mm]	Diario	Num Interno	Descricao	Documento	Valor Debito	Valor Credito	Saldo
23/07	03	183	7 N/ Ft. n° Candidatura ALG-04-F	60/179		3 868,95	3 868,95 C
00/13	8	2	ReconhSubsAlg 042316-8ºpedido	2021		9 518,13	13 387,08 C
00/14	8	3	T88 Apuramento de Resultados		13 387,08		0,00 D
Totais no periodo					13 387,08	13 387,08	0,00 D
Totais					13 387,08	13 387,08	0,00 D

FERNANDO HORTA
NIF 107 647 885
TOC 38359
Contabilista certificado

bauc



Assunto: 03-Emp/22 – Centro de Meios Aéreos de Cachopo – Ratificação do despacho de prorrogação de prazo de entrega das propostas

Considerando:

- A abertura do procedimento para execução da empreitada "Centro de Meios Aéreos de Cachopo", por concurso público simplificado nos termos da alínea a) do artigo 2º da Lei n.º 30/2021, de 21/05, regendo-se pelo disposto nos artigos 9.º a 20º da mesma norma legal, sendo-lhes supletivamente aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2/10, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64 -B/2011, de 30/12, pelos Decretos-Leis n.os 149/2012, de 12/07, 214 -G/2015, de 2/10 e 111-B/2017, de 31/08 e pela referida Lei n.º 30, de 21/05; com o valor contratual estimado inferior a 2.500.466,36 € (dois milhões, quinhentos mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal; um prazo de execução de 180 dias e com despesa e respetivos encargos previstos no orçamento municipal para 2022.
- Que, detetando-se uma desconformidade no Programa do Procedimento, foi a mesma substituída, daí resultando prorrogação de prazo de entrega das propostas, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão, com a respetiva publicação de anúncio retificativo em Diário da República.
- Que, por razões de urgência, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, foram aprovadas, por meu despacho de 22/03/2022 e nos termos da informação n.º 2266/2022, a prorrogação de prazo de entrega das propostas e a minuta do anúncio retificativo do concurso público.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1. Ratificar o meu despacho de 22/03/2022, o qual recaiu sobre o documento interno - informação n.º 2266/2022, de 25/02, em anexo e integrado no Processo n.º 2022/300.10.001/11.

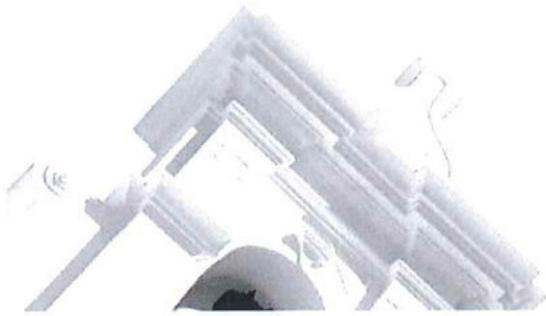
2. Aprovar a deliberação que recair sobre a presente proposta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 e para efeitos do preceituado no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Concelho, 08 de abril de 2022

A Presidente da Câmara Municipal,



Ana Paula Martins



município
tavira

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Informação n.º 2266/2022

Processo n.º 2022/300.10.001/11

Assunto: 03-Emp/22 - "Centro de Meios Aéreos de Cachopo - Abertura de Procedimento

1. Enquadramento

Pretende este Município proceder à empreitada de execução do "Centro de Meios Aéreos de Cachopo.

2. Consulta preliminar ao mercado

Na preparação do presente procedimento, não foi realizada qualquer consulta informal ao mercado, designadamente, através de solicitação de informações ou pareceres de peritos, autoridades independentes ou agentes económicos.

3. Preço Base

Com base nos custos médios unitários equiparados aos do mercado em trabalhos da mesma natureza e em anteriores procedimentos, estima-se que o preço contratual não exceda **2.500.466,36 € (dois milhões, quinhentos mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

4. Classificação orçamental

As despesas respeitantes aos trabalhos deverão estar previstas, em orçamento, para o corrente ano.

5. Tipo de Procedimento

Face ao exposto, propõe-se a abertura de um procedimento por concurso público simplificado nos termos das alíneas a) do artigo 2º da Lei n.º 30/2021, de 21/05, e rege-se pelo disposto nos artigos 9.º a 20º da mesma norma legal, sendo-lhes supletivamente aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11/09, pelo Decreto -Lei n.º 278/2009, de 2/10, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto -Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64 -B/2011, de 30/12, pelos Decretos- Leis n.os 149/2012, de 12/07, 214 -G/2015, de 2/10 e 111-B/2017, de 31/08 e pela referida Lei n.º 30, de 21/05.

6. Peças do Procedimento

Este procedimento é composto pelo anúncio, programa do procedimento, caderno de encargos, plano de segurança e saúde e compilação técnica, de acordo com a alínea c), do n.º 1 do artigo 40.º, do diploma supra referido, os quais se anexam para aprovação.

7. Propostas com variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

8. Critérios ambientais

No presente procedimento não serão utilizados critérios ambientais.

9. Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

10. Prazo

O prazo de execução é de **180 dias**.

11. Caução

Será exigida a prestação de caução no valor de 5 % do preço contratual, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 88.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 89.º, ambos, do CCP, por qualquer dos modos de prestação previstos no artigo 90.º do CCP.

12. Júri do Procedimento

De acordo com o artigo 67.º do diploma supra referido, propõe-se que o procedimento seja conduzido pelo seguinte júri:

- Eng.ª Teresa Pereira (Presidente)
- Eng.ª Sónia Saraiva
- Eng.ª Ana Carla Sares
- Arq.º Carlos Palmeira (Suplente)
- Eng.ª Graça Fialho Jesus (Suplente)

13. Gestor do contrato

Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução, será definido antes da adjudicação.

14. Declarações de inexistência de conflitos de interesses

Para cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 67.º do CCP, constam em anexo, as declarações de inexistência de conflitos de interesses, em conformidade com o Anexo XIII do CCP.

Paços do Concelho, 25 de fevereiro de 2022

A Técnica Superior

TERESA MARIA
NUNES COLAÇO
PEREIRA

Digitally signed by TERESA
MÁRIA NUNES COLAÇO
PEREIRA
Date: 2022.02.25 18:59:50
+00:00

Teresa Maria Nunes Colaço Pereira

Relatório do Documento interno n.º 2266 de 25/02/2022

DOCUMENTO N.º: **REMETENTE:**SERV: DIVISÃO DE PROJETOS, ENERGIA E OBRAS MUNICIPAIS
DATA DOC.: 00/00/0000 **TIPO DE DOCUMENTO:** INFORMAÇÃO
REF. DOC.: **LIVRO DE REGISTO:**LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA
REGISTADO: teresape
ATUALIZADO: mjesus

ASSUNTO
03-Emp/22 - "Centro de Meios Aéreos de Cachopo - Abertura de Procedimento

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: Divisão de Administração

PROCESSO N.º 2022/300.10.001/11
CLASSIFICAÇÃO 300.10.001 - Contratação de empreitadas de obras públicas de natureza não crítica
OBSERVAÇÕES

Movimentos

(51) Movimentado no dia 07/04/2022 10:01 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 769 - Elizabete Maria Farias Coelho(ecoelho)
Motivo: Rascunho da proposta no processo

(50) Movimentado no dia 06/04/2022 16:24 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 3057 - Susana Isabel Machado Martins Parra(sparra)
Motivo: Elaborada proposta em rascunho no processo.

(49) Movimentado no dia 06/04/2022 11:26 para Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra

Efetuada por Func.: 841 - Teresa Maria Nunes Colaço Pereira(teresape)
Motivo: Para elaborar proposta no sistema para ratificação da decisão de aprovação do programa de procedimento alterado e do anúncio retificativo.

(48) Movimentado no dia 25/03/2022 16:50 para Func.: Teresa Maria Nunes Colaço Pereira

Efetuada por Func.: 769 - Elizabete Maria Farias Coelho(ecoelho)
Motivo: Para acompanhar a evolução do processo

(47) Movimentado no dia 25/03/2022 11:32 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 708 - Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus(mjesus)
Motivo: Para conhecimento e atos subseqüentes.

(46) Movimentado no dia 25/03/2022 11:18 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 1098 - Elsa Cristina de Jesus Clemente(eclemente)
Motivo: Em articulação direta com o presidente do júri do procedimento, foi acautelada na plataforma a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas e a disponibilização da nova versão do Programa de Procedimento.

O prazo para a receção das propostas termina assim às 17:00 h. do dia 08/04/2022.

O ato de abertura das propostas na plataforma encontra-se estabelecido para o dia 11/04/2022, pelas 10 h.

Todos os documentos carregados na plataforma deverão ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

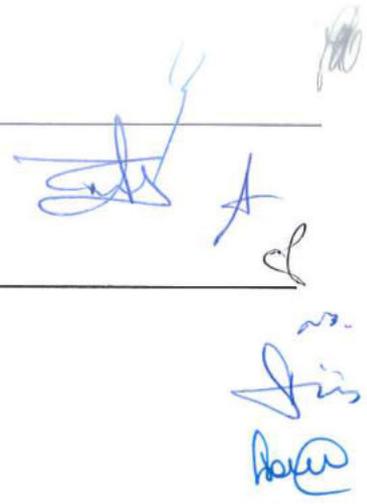
Foi dado conhecimento a todos os elementos do júri, pelo que será de remeter ao presidente do júri - Teresa Pereira (DPEOM) para evolução do processo por esta via.

À consideração superior.

(45) Movimentado no dia 25/03/2022 10:21 para Serv: Secção de Contratação Pública

Efetuada por Func.: 49 - Maria Micaela Raposo Gomes Martins de Castro Sousa(micaela)
Motivo: Foi superiormente decidido e providenciado anúncio no Diário da República para prorrogação do prazo para entrega de propostas. Em articulação com o júri do procedimento procedeu-se à comunicação na plataforma eletrónica, aguarda-se a apresentação das propostas até ao dia 8/4/2022. Foi igualmente, na plataforma, anexado programa de procedimento revisto.

Relatório do Documento interno n.º 2266 de 25/02/2022



Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: Divisão de Administração

PROCESSO N.º 2022/300.10.001/11

CLASSIFICAÇÃO 300.10.001 - Contratação de empreitadas de obras públicas de natureza não crítica

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(44) Movimentado no dia 25/03/2022 09:40 para Func.: Maria Micaela Raposo Gomes Martins de Castro Sousa

Efetuada por Func.: 1098 - Elsa Cristina de Jesus Clemente(eclemente)

Motivo: Para evolução do processo

(43) Movimentado no dia 24/03/2022 12:03 para Serv: Secção de Contratação Pública

Efetuada por Func.: 708 - Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus(mjesus)

Motivo: Junto se remete para evolução do procedimento.

(42) Movimentado no dia 24/03/2022 10:04 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 3024 - Maria Esmeralda Viegas Gracias(egracias)

Motivo: Despesa processada e paga na OP n.º 1239 a 24/03/2022

(41) Movimentado no dia 23/03/2022 16:55 para Serv: Secção de Contabilidade

Efetuada por Func.: 662 - Ana Lúcia de Anastácio e Ferro Roque(aroque)

Motivo: Para o devido processamento.

(40) Movimentado no dia 23/03/2022 14:32 para Serv: Divisão Financeira

Efetuada por Func.: 708 - Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus(mjesus)

Motivo: Para processamento do pagamento da publicação no valor de € 33,24, referente ao anúncio da prorrogação do prazo para a apresentação de propostas do concurso público CMAC.

(39) Movimentado no dia 23/03/2022 13:47 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 1098 - Elsa Cristina de Jesus Clemente(eclemente)

Motivo: Consta em anexo a documentação relativa ao pagamento do anúncio referente à prorrogação do prazo para a apresentação de propostas do concurso público em apreço, para publicação no Diário da República.

Torna-se necessário remeter à DF/Secção de Contabilidade para processamento em conformidade com a informação n.º 31/2022, por forma a assegurar o pagamento da publicação, no valor de € 33,24.

À consideração superior.

(38) Movimentado no dia 23/03/2022 11:41 para Serv: Secção de Contratação Pública

Efetuada por Func.: 49 - Maria Micaela Raposo Gomes Martins de Castro Sousa(micaela)

Motivo: Foi providenciado o aviso no DRE, referente à prorrogação do prazo para apresentação de propostas, pelo que se aguarda o respetivo pagamento, conforme docs. em anexo.

(37) Movimentado no dia 23/03/2022 10:19 para Func.: Maria Micaela Raposo Gomes Martins de Castro Sousa

Efetuada por Func.: 1098 - Elsa Cristina de Jesus Clemente(eclemente)

Motivo: Para prosseguimento do processo

(36) Movimentado no dia 23/03/2022 09:47 para Serv: Secção de Contratação Pública

Efetuada por Func.: 708 - Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus(mjesus)

Motivo: Para análise do informado anteriormente e atos subseqüentes

(35) Movimentado no dia 23/03/2022 09:41 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 769 - Elizabete Maria Farias Coelho(ecolho)

Motivo: Para os atos subseqüentes

(34) Movimentado no dia 23/03/2022 09:11 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 841 - Teresa Maria Nunes Colaço Pereira(teresape)

Motivo: Foi comunicado na plataforma AcinGov, a intenção de substituir o programa de procedimento e prorrogar o prazo de apresentação das propostas.

Relatório do Documento interno n.º 2266 de 25/02/2022

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: Divisão de Administração

PROCESSO N.º 2022/300.10.001/11

CLASSIFICAÇÃO 300.10.001 - Contratação de empreitadas de obras públicas de natureza não crítica

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(33) Movimentado no dia 23/03/2022 08:58 para Func.: Teresa Maria Nunes Colaço Pereira

Efetuada por Func.: 769 - Elizabete Maria Farias Coelho(ecoelho)

Motivo: Para os atos subsequentes

(32) Movimentado no dia 22/03/2022 21:41 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Presidente da Câmara Municipal: 889 - Ana Paula Fernandes Martins(amartins)

Despacho: Aprovo como proposto.

Autor do despacho: Ana Paula Fernandes Martins

Categoria: Presidente Camara

Data de despacho: 22/03/2022

(31) Movimentado no dia 22/03/2022 13:59 para Serv: Presidente da Câmara Municipal

Efetuada por Func.: 769 - Elizabete Maria Farias Coelho(ecoelho)

Motivo: Face ao exposto e considerando que a desconformidade detetada poderá dar lugar a recusa de visto do TC, deverá o programa de procedimento ser substituído pelo programa de procedimento alterado, em anexo. Nesse sentido, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão.

Face ao exposto, propõe-se que a decisão de prorrogação de prazo autorizada no movimento (28) fique sem efeito e se proceda à publicação de novo anúncio retificativo cuja minuta se anexa.

A aprovação do programa de procedimento alterado e do anúncio retificativo é competência da Câmara Municipal, pelo que deverá ser elaborada proposta a submeter ao órgão competente ou, face à urgência da decisão, pode a Presidente praticar o ato, ficando o mesmo sujeito a ratificação na primeira reunião da Câmara Municipal realizada após a sua prática.

À consideração superior

(30) Movimentado no dia 22/03/2022 11:23 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 841 - Teresa Maria Nunes Colaço Pereira(teresape)

Motivo: Tendo-se detetado uma desconformidade no Programa do Procedimento (que inclusivamente poderá dar lugar a recusa de visto) sugere-se a sua substituição pelo novo programa em anexo.

Do exposto, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão.

Assim, propõe-se que as prorrogações de prazo pedidas fiquem sem efeito e se proceda à publicação de novo anúncio retificativo cuja minuta se anexa.

À Consideração Superior.

(29) Movimentado no dia 18/03/2022 15:05 para Serv: Secção de Contratação Pública

Efetuada por Func.: 769 - Elizabete Maria Farias Coelho(ecoelho)

Motivo: Para conhecimento e atos subsequentes

(28) Movimentado no dia 18/03/2022 14:55 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Presidente da Câmara Municipal: 889 - Ana Paula Fernandes Martins(amartins)

Despacho: Atendendo ao informado e sem prejudicar em muito a urgência da conclusão do procedimento por força da candidatura, mas tendo em atenção a situação atual no que toca ao fornecimento e preço de algumas matérias primas concedo um prazo de cinco dias.

Por os motivos já referidos deverá ser dado andamento ao procedimento informando o prazo concedido na plataforma sendo o ato depois ratificado na reunião do órgão executivo.

Autor do despacho: Ana Paula Fernandes Martins

Categoria: Presidente Camara

Data de despacho: 18/03/2022

Relatório do Documento interno n.º 2266 de 25/02/2022

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: Divisão de Administração

PROCESSO N.º 2022/300.10.001/11

CLASSIFICAÇÃO 300.10.001 - Contratação de empreitadas de obras públicas de natureza não crítica

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(27) Movimentado no dia 18/03/2022 11:34 para Serv: Presidente da Câmara Municipal

Efetuada por Func.: 769 - Elizabete Maria Farias Coelho(ecoelho)

Motivo: Após prestação dos esclarecimentos e interpretação das peças do concurso, nos termos do relatório de análise que se anexa, vem a empresa Rolear.ON – Soluções de Engenharia, S.A. solicitar a prorrogação do prazo de entrega das propostas, por não ter recebido atempadamente resposta aos pedidos de cotação. Também a empresa Teixeira, Pinto & Soares, S.A. vem solicitar a prorrogação do prazo em pelo menos 2 semanas, por forma a obter as cotações necessárias.

Relativamente ao pretendido, refere o nº 4 do artigo 64º do CCP que a pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

Refere o nº 5 do mesmo artigo, que a decisão de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados, publicandose imediatamente aviso daquela decisão.

Sobre a pretensão de prorrogar o prazo para apresentação de propostas por um período de 2 semanas, período idêntico ao do concurso, importa referir que contraria o pressuposto que esteve na base da escolha do procedimento por concurso público simplificado, ao abrigo da alínea a) do nº 2 da Lei 30/2021, de 21 de maio, ou seja, a celeridade do procedimento face aos prazos da candidatura.

Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a pretensão apresentada pelos interessados.

A decisão é competência da Câmara Municipal, pelo que deverá ser elaborada proposta a submeter ao órgão competente ou, face à urgência da decisão, pode a Presidente praticar o ato, ficando o mesmo sujeito a ratificação na primeira reunião da Câmara Municipal realizada após a sua prática.

(26) Movimentado no dia 17/03/2022 17:17 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 841 - Teresa Maria Nunes Colaço Pereira(teresape)

Motivo: Procedeu-se nesta data a esclarecimentos e interpretação das peças do concurso, na plataforma AcinGov, nos termos do relatório de análise que se anexa.

Informa-se ainda que a empresa a RolearOn – Soluções de Engenharia, S.A. vem solicitar a prorrogação do prazo de entrega das propostas, uma vez que não têm recebido respostas aos pedidos de cotação.

À consideração superior.

(25) Movimentado no dia 11/03/2022 17:01 para Func.: Teresa Maria Nunes Colaço Pereira

Efetuada por Func.: 769 - Elizabete Maria Farias Coelho(ecoelho)

Motivo: Para acompanhar

(24) Movimentado no dia 11/03/2022 11:40 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 708 - Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus(mjesus)

Motivo: Remete-se para evolução do procedimento.

(23) Movimentado no dia 11/03/2022 11:25 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 1098 - Elsa Cristina de Jesus Clemente(eclemente)

Motivo: 1. Procedeu-se à abertura do procedimento na plataforma com a referência 2022/300.10.001/11.

2. O prazo para a receção das propostas termina às 23:59 h do dia 25/03/2022.

3. O ato de abertura das propostas na plataforma encontra-se estabelecido para o dia 26/03/2022, pelas 10 h.

4. O prazo para os interessados solicitarem esclarecimentos e invocarem erros e omissões termina às 17:00 h do dia 15/03/2022

5. O prazo para prestar esclarecimentos e responder a erros e omissões termina às 17:00 h do dia 20/03/2022.

Todos os documentos carregados na plataforma deverão ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

Foi dado conhecimento a todos os elementos do júri, pelo que será de remeter à DPEOM – Técnica Superior Teresa Pereira (presidente do júri do procedimento) para evolução do processo por esta via.

À consideração superior.

Relatório do Documento interno n.º 2266 de 25/02/2022

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: Divisão de Administração

PROCESSO N.º 2022/300.10.001/11

CLASSIFICAÇÃO 300.10.001 - Contratação de empreitadas de obras públicas de natureza não crítica

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(22) Movimentado no dia 11/03/2022 10:51 para Serv: Secção de Contratação Pública

Efetuada por Func.: 49 - Maria Micaela Raposo Gomes Martins de Castro Sousa(micaela)

Motivo: Foi criado processo 2022/300.10.001/11 na plataforma eletrónica. Aguarda-se a apresentação de propostas até ao dia 25/3/2022.

(21) Movimentado no dia 11/03/2022 09:08 para Func.: Maria Micaela Raposo Gomes Martins de Castro Sousa

Efetuada por Func.: 1098 - Elsa Cristina de Jesus Clemente(eclemente)

Motivo: Para evolução do procedimento

(20) Movimentado no dia 10/03/2022 22:41 para Serv: Secção de Contratação Pública

Efetuada por Func.: 708 - Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus(mjesus)

Motivo: Remeto para evolução do procedimento.

(19) Movimentado no dia 10/03/2022 16:45 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 3024 - Maria Esmeralda Viegas Gracias(egracias)

Motivo: Despesa processada e paga na OP n.º 1033 a 10/03/2022

(18) Movimentado no dia 10/03/2022 10:57 para Serv: Secção de Contabilidade

Efetuada por Func.: 662 - Ana Lúcia de Anastácio e Ferro Roque(aroque)

Motivo: Para o devido processamento.

(17) Movimentado no dia 10/03/2022 10:55 para Serv: Divisão Financeira

Efetuada por Func.: 708 - Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus(mjesus)

Motivo: Para os devidos efeitos.

(16) Movimentado no dia 10/03/2022 10:07 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 610 - Eduardo Manuel das Dores Botelho(ebotelho)

Motivo: Consta em anexo a documentação relativa ao pagamento do anúncio de abertura do concurso público em apreço, para publicação no Diário da República.

Torna-se necessário remeter à DF/Secção de Contabilidade para processamento em conformidade com a informação n.º 31/2022, por forma a assegurar o pagamento da publicação, no valor de € 164,51.

À consideração superior.

(15) Movimentado no dia 10/03/2022 10:00 para Serv: Secção de Contratação Pública

Efetuada por Func.: 49 - Maria Micaela Raposo Gomes Martins de Castro Sousa(micaela)

Motivo: Foi providenciado o anúncio no DR, pelo que se aguarda o respetivo pagamento, conforme docs. em anexo.

(14) Movimentado no dia 08/03/2022 14:41 para Func.: Maria Micaela Raposo Gomes Martins de Castro Sousa

Efetuada por Func.: 610 - Eduardo Manuel das Dores Botelho(ebotelho)

Motivo: Para prosseguimento do processo.

(13) Movimentado no dia 08/03/2022 14:35 para Serv: Secção de Contratação Pública

Efetuada por Func.: 708 - Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus(mjesus)

Motivo: Junto se remete a informação solicitada para evolução do procedimento.

(12) Movimentado no dia 08/03/2022 14:28 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 769 - Elizabete Maria Farias Coelho(ecoelho)

Motivo: Segue a informação solicitada

Relatório do Documento interno n.º 2266 de 25/02/2022

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: Divisão de Administração

PROCESSO N.º 2022/300.10.001/11

CLASSIFICAÇÃO 300.10.001 - Contratação de empreitadas de obras públicas de natureza não crítica

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(11) Movimentado no dia 08/03/2022 11:58 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 841 - Teresa Maria Nunes Colaço Pereira(teresape)

Motivo: Seguem os dados para o procedimento do CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE CACHOPO:

Financiamento: 0753_CILIFO_5_E - CENTRO IBÉRICO PARA A INVESTIGAÇÃO E LUTA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS; FINANCIADO POR INTERREG V A ESPANHA PORTUGAL (POCTEP)

Código CPV e respetivo valor: 45235110-7 - 960.800,52 €; 45210000-2 - 1.091.854,66€; 45231300-8 - 263.141,94 €; 45232451-8 - 184.669,24 €.

(10) Movimentado no dia 08/03/2022 11:25 para Func.: Teresa Maria Nunes Colaço Pereira

Efetuada por Func.: 769 - Elizabeth Maria Farias Coelho(ecoelho)

Motivo: Para informar o solicitado.

(9) Movimentado no dia 08/03/2022 10:47 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 708 - Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus(mjesus)

Motivo: Solicita-se a vossa melhor colaboração no sentido de efetuarem a distribuição do preço base, pelo vários códigos CPV a considerar.

(8) Movimentado no dia 08/03/2022 10:05 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 610 - Eduardo Manuel das Dores Botelho(ebolho)

Motivo: Em sede de registo do procedimento na plataforma da AcinGov e dada a existência de vários códigos CPV, importará que o serviço proponente indique a distribuição do preço base, pelo vários códigos CPV a considerar.

Por outro lado, tratando-se de procedimento com enquadramento na alínea a) do artigo 2.º da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio - Procedimentos pré-contratuais relativos à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, importará que seja identificado o projeto em causa, igualmente para efeitos de registo na plataforma.

Face ao exposto, solicito orientações.

(7) Movimentado no dia 08/03/2022 09:46 para Serv: Secção de Contratação Pública

Efetuada por Func.: 49 - Maria Micaela Raposo Gomes Martins de Castro Sousa(micaela)

Motivo: Devolvo conforme acordado.

(6) Movimentado no dia 07/03/2022 16:14 para Func.: Maria Micaela Raposo Gomes Martins de Castro Sousa

Efetuada por Func.: 610 - Eduardo Manuel das Dores Botelho(ebolho)

Motivo: Para providenciar em conformidade, uma vez verificados os requisitos devidos.

(5) Movimentado no dia 02/03/2022 18:48 para Serv: Secção de Contratação Pública

Efetuada por Func.: 708 - Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus(mjesus)

Motivo: Para evolução do procedimento, uma vez verificado o cumprimento das formalidades.

(4) Movimentado no dia 02/03/2022 14:14 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 662 - Ana Lúcia de Anastácio e Ferro Roque(aroque)

Motivo: Despesa cabimentada na GOP 5 502 2020/103 (02/07010301), no montante de €2.650.494,34, conforme informação de cabimento em anexo.

(3) Movimentado no dia 28/02/2022 19:10 para Serv: Divisão Financeira

Efetuada por Presidente da Câmara Municipal: 889 - Ana Paula Fernandes Martins(amartins)

Despacho: Aprovo a abertura do procedimento nos termos propostos, atendendo à urgência no seu lançamento por força da candidatura existente para a sua construção. PARA CABIMENTO

Autor do despacho: Ana Paula Fernandes Martins

Categoria: Presidente Camara

Data de despacho: 28/02/2022

Relatório do Documento interno n.º 2266 de 25/02/2022

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: Divisão de Administração

PROCESSO N.º 2022/300.10.001/11

CLASSIFICAÇÃO 300.10.001 - Contratação de empreitadas de obras públicas de natureza não crítica

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(2) Movimentado no dia 25/02/2022 19:36 para Serv: Presidente da Câmara Municipal

Efetuado por Func.: 769 - Elizabeth Maria Farias Coelho(ecoelho)

Motivo: Submete-se à Consideração Superior para efeitos de aprovação:

• a abertura do procedimento para execução da empreitada "Centro de Meios Aéreos de Cachopo", nos termos da informação nº 2266/2022, por concurso público simplificado nos termos da alínea a) do artigo 2º da Lei n.º 30/2021, de 21/05, regendo-se pelo disposto nos artigos 9.º a 20º da mesma norma legal, sendo-lhes supletivamente aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto- Lei n.º 18/2008, de 29/01, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, pelo Decreto- Lei n.º 223/2009, de 11/09, pelo Decreto -Lei n.º 278/2009, de 2/10, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto -Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64 -B/2011, de 30/12, pelos Decretos- Leis n.os 149/2012, de 12/07, 214 -G/2015, de 2/10 e 111-B/2017, de 31/08 e pela referida Lei n.º 30, de 21/05;

- a aprovação das peças do procedimento, em anexo;
- a aprovação do júri do procedimento;
- a aprovação do Anúncio, em anexo.

A aprovação é competência da Câmara Municipal, pelo que deverá ser elaborada proposta a submeter ao órgão competente ou, face à urgência na abertura do procedimento, pode a Presidente praticar o ato, ficando o mesmo sujeito a ratificação na primeira reunião da Câmara Municipal realizada após a sua prática. Carece de cabimento.

(1) Movimentado no dia 25/02/2022 19:10 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuado por Func.: 841 - Teresa Maria Nunes Colaço Pereira(teresape)

Motivo: Coloca-se à Consideração Superior a abertura de procedimento, nos termos da informação 2266/2022.

Anexos do documento

- Tipo doc.: Anexo - Caderno de encargos | Data: 25/02/2022
- Tipo doc.: Anexo - Caderno de encargos | Data: 25/02/2022 | Observações: Peças Desenhadas
- Tipo doc.: Anexo - Declaração | Data: 25/02/2022
- Tipo doc.: Anexo - Programa de procedimento | Data: 25/02/2022
- Tipo doc.: Anexo - Mapa | Data: 25/02/2022 | Observações: Formulário da Proposta
- Tipo doc.: Anexo - Anuncios | Data: 25/02/2022 | Observações: Minuta de Anuncio
- Tipo doc.: Anexo - Doc. Financeiro - Cabimento | Data: 02/03/2022 | Observações: Inf. de cabimento n.º 19883 - assinada
- Tipo doc.: Anexo - Outros | Data: 10/03/2022 | Observações: Dados para pagamento
- Tipo doc.: Anexo - Outros | Data: 10/03/2022 | Observações: Modelo de anúncio - DRE
- Tipo doc.: Anexo - Outros | Data: 10/03/2022 | Observações: Ofício
- Tipo doc.: Anexo - Anuncios | Data: 11/03/2022 | Observações: Anúncio publicado no DRE
- Tipo doc.: Anexo - Relatório | Data: 17/03/2022 | Observações: Relatório de Análise aos Pedidos de Esclarecimentos
- Tipo doc.: Anexo - Anuncios | Data: 22/03/2022 | Observações: Anúncio retificativo
- Tipo doc.: Anexo - Programa de procedimento | Data: 22/03/2022 | Observações: Programa de Procedimento_2
- Tipo doc.: Anexo - Outros | Data: 23/03/2022 | Observações: Dados para pagamento
- Tipo doc.: Anexo - Outros | Data: 23/03/2022 | Observações: Modelo de Anúncio-DRE
- Tipo doc.: Anexo - Outros | Data: 23/03/2022 | Observações: Ofício
- Tipo doc.: Anexo - Outros | Data: 24/03/2022 | Observações: Anuncio DRE Prorrogação

Conhecimentos do documento

Enviado para o Func. 730 - Sónia Cristina Marques Gomes Saraiva, no dia 25/02/2022 18:58, por teresape

Enviado para o Func. 805 - Ana Carla Rodrigues Cavaco Sares, no dia 25/02/2022 18:58, por teresape

Relatório do Documento interno n.º 2266 de 25/02/2022

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'Jis']

Documentos do Processo

Entrada n.º 9554 do dia 11/03/2022

Remetente: Ext.: Areassociativa-Comunicação e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda. NIF: 501875735
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Email

Interno n.º 62 do dia 02/03/2022

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM

Interno n.º 2266 do dia 25/02/2022

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 116 do dia 08/04/2022

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM



município
tavira

Proposta n.º 117/ 2022/CM

Processo n.º 2021/150.10.400/12

Assunto: Aprovação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT)

Considerando que:

- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, a Câmara Municipal elabora, de quatro em quatro anos, um Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT);
- O anterior REOT foi aprovado pela Assembleia Municipal de Tavira, por deliberação tomada, em sessão ordinária realizada no dia 27 de abril de 2017;
- Dando cumprimento do disposto no artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, foi elaborado um novo REOT;
- A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada a 27 de dezembro de 2021, deliberou dar início ao procedimento de discussão pública do REOT;
- O período de discussão pública decorreu entre os dias 7 de fevereiro e 21 de março de 2022, no âmbito do qual foram recebidas 2 participações escritas, cuja ponderação está consubstanciada no *Relatório da Discussão Pública* que constitui anexo da presente proposta.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar o REOT em anexo, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação.
2. Submeter o REOT à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação.
3. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre a presente proposta à CCDR-Algarve.
4. Aprovar a deliberação que recair sobre a presente proposta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 e para efeitos do preceituado no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Concelho, 08 de abril de 2022

A Presidente da Câmara Municipal,

Ana Paula Martins

[Handwritten signature]

ns.
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

2022 REOT

RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

TAVIRA

MARÇO 2022

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Relatório do Estado do Ordenamento do Território

DESCRIÇÃO: Relatório que pretende apresentar a avaliação das transformações do território.

PRODUÇÃO: Município de Tavira

DATA DE PRODUÇÃO: Março de 2022

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	13
METODOLOGIA E INDICADORES.....	14
ESTADO DO TERRITÓRIO.....	17
SOCIO-ECONOMIA.....	17
POPULAÇÃO.....	17
População residente.....	17
População estrangeira residente.....	21
Estrutura etária da população.....	23
Índice de envelhecimento.....	27
Índice de dependência.....	27
Saldo natural e Saldo migratório.....	30
FAMÍLIAS.....	30
Famílias clássicas.....	30
Dimensão média.....	31
EMPREGO.....	32
População empregada.....	32
População empregada por nível de escolaridade.....	33
População empregada por setores de atividade.....	34
AGRICULTURA.....	35
EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS.....	36
Tecido empresarial.....	36
Volume de negócios.....	36
Parque empresarial de Tavira.....	36
TURISMO.....	38
Empreendimentos turísticos.....	38
Hóspedes.....	39
Estadia média.....	41
CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO.....	42
EDIFÍCIOS.....	42
Evolução do número de edifícios.....	42
Idade do Parque edificado.....	42
Estado de conservação dos edifícios.....	43
ALOJAMENTOS.....	44
Famíliares.....	44
Uso do parque edificado.....	46
LICENCIAMENTOS.....	48
Alvarás de obras de edificação.....	48
Alvarás de loteamento.....	50
PARQUE HABITACIONAL MUNICIPAL.....	55
Número de fogos.....	55
Regime de ocupação.....	56
Candidaturas.....	56
EQUIPAMENTOS.....	57
CULTURA.....	57
DESPORTO.....	59
EDUCAÇÃO.....	60
Pré-escolar.....	62
Ensino básico – 1.º Ciclo.....	63
Ensino básico – 2.º e 3.º Ciclos.....	64
Ensino secundário.....	64
SAÚDE.....	65
SOCIAIS.....	66
Infância e juventude.....	67
Equipamentos de apoio à Infância Creche.....	67
Estabelecimento de Educação Pré-escolar.....	67
Crianças e jovens em risco.....	69

Centro de acolhimento temporário.....	69
Pessoas Idosas.....	70
Serviço de Apoio Domiciliário.....	70
Centro de Dia.....	70
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	71
Centro de Convívio.....	72
MOBILIDADE E TRANSPORTES.....	73
REDE VIÁRIA.....	73
Classificação/extensão.....	73
Densidade.....	75
ESTACIONAMENTO.....	77
Núcleo urbano da cidade de Tavira.....	78
Zona de estacionamento sujeito ao pagamento de uma taxa.....	79
Parques públicos de estacionamento.....	80
Núcleo urbano de Santa Luzia.....	81
Núcleo urbano da Conceição e Cabanas de Tavira.....	82
FLUXOS.....	83
Entrada e saída.....	83
TRANSPORTE URBANO.....	85
CICLOVIAS.....	86
INFRAESTRUTURAS.....	87
RESÍDUOS URBANOS.....	87
ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	92
AMBIENTE.....	92
CONSUMOS.....	92
Água.....	92
Energia elétrica.....	94
Resíduos.....	95
Diferenciados.....	97
ESPAÇOS VERDES.....	99
Capitação.....	99
Padrões definidos para a EVU.....	99
Diagnóstico.....	101
ESTADO DO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO MUNICIPAL.....	103
PLANOS TERRITORIAIS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	103
PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	106
Dinâmica recente.....	106
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.....	109
Avaliação da Execução.....	110
PLANOS DE URBANIZAÇÃO.....	113
Plano de Urbanização de Tavira.....	114
Plano de Urbanização da Luz de Tavira.....	115
Plano de Urbanização de Santa Catarina da Fonte do Bispo.....	116
Plano de Urbanização de Santo Estêvão.....	117
Plano de Urbanização de Arroiteia/Livramento.....	118
Plano de Urbanização de Santa Margarida.....	119
Plano de Urbanização de Amaro Gonçalves.....	121
Plano de Urbanização de Conceição/Cabanas – Revogação.....	123
PLANOS DE PORMENOR.....	123
Plano de Pormenor da Área Industrial de Santa Margarida.....	123
Plano de Pormenor de Pêro Gil.....	125
Plano de Pormenor de Cachopo.....	126
Núcleos de Desenvolvimento Turístico.....	127
Plano de Pormenor do NDT da Quinta da Atalaia.....	128

Plano de Pormenor do NDT da Boavista.....	129
ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE TAVIRA.....	130
SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.....	132
LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A REVISÃO DO PDM EM CURSO.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137

ÍNDICE FIGURAS

FIGURA 1 População residente nos concelhos que integram a NUT II Algarve, em 2011.....	17
FIGURA 2 Variação da população residente nos concelhos que integram a NUT II Algarve, de 2001 e 2011.....	18
FIGURA 3 População residente por freguesia no concelho de Tavira, em 2011.....	19
FIGURA 4 Variação da população residente nas freguesias do concelho de Tavira, de 2001 e 2011.....	20
FIGURA 5 População residente por subsecção na cidade de Tavira, em 2011.....	21
FIGURA 6 População residente estrangeira no concelho de Tavira, em 2011.....	22
FIGURA 7 Pirâmide etária da população residente no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.....	24
FIGURA 8 Pirâmide etária da população residente na freguesia de Tavira, de 2001 e 2011.....	25
FIGURA 9 Pirâmide etária população residente na freguesia de Cachopo, de 2001 e 2011.....	26
FIGURA 10 População empregada por setor de atividade.....	35
FIGURA 11 Número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), em 2011.....	45
FIGURA 12 Número de alojamentos em residência habitual nas freguesias do concelho de Tavira, em 2011.....	47
FIGURA 13 Número de alojamentos em residência secundária, em 2011.....	47
FIGURA 14 Número de alojamentos vagos, em 2011.....	48
FIGURA 15 Distribuição dos alvarás de loteamento emitidos no concelho de Tavira, de 1997 a 2020.....	54
FIGURA 16 Distribuição dos edifícios de habitação social segundo o número de alojamentos.....	55
FIGURA 17 Distribuição dos equipamentos culturais no concelho de Tavira.....	59
FIGURA 18 Distribuição dos equipamentos desportivos no concelho de Tavira, em 2021.....	60
FIGURA 19 Distribuição dos estabelecimentos de ensino (rede pública e privada).....	61
FIGURA 20 Distribuição de equipamentos sociais, no concelho de Tavira, em 2021.....	66
FIGURA 21 Principal rede viária no concelho de Tavira.....	75
FIGURA 22 Densidade de vias por freguesia (área).....	76
FIGURA 23 Densidade de vias por freguesia/população residente.....	77
FIGURA 24 Estacionamento na cidade de Tavira.....	79
FIGURA 25 Estacionamento tarifado na cidade de Tavira.....	80
FIGURA 26 Parques de estacionamento.....	81
FIGURA 27 Estacionamento em Santa Luzia e Pedras D'El Rei.....	82
FIGURA 28 Estacionamento em Conceição e Cabanas de Tavira.....	83
FIGURA 29 População residente em Tavira que trabalha/estuda noutros concelhos.....	84
FIGURA 30 População residente noutros concelhos que trabalham ou estudam em Tavira.....	85
FIGURA 31 Rede/cobertura do transporte urbano "Sobe e Desce".....	86
FIGURA 32 Ciclovias no concelho de Tavira.....	87
FIGURA 33 Distribuição do sistema de contentorização de RU no concelho de Tavira.....	89
FIGURA 34 Distribuição dos Ecopontos no concelho de Tavira.....	91
FIGURA 35 EVU da cidade de Tavira.....	102
FIGURA 36 Distribuição territorial dos planos territoriais de âmbito municipal em vigor no concelho de Tavira.....	105
FIGURA 37 Alteração à delimitação da ren concelhia decorrente do RERAE.....	107
FIGURA 38 Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Tavira e estabelecimento de medidas preventivas – cemitério de Luz de Tavira.....	108
FIGURA 39 Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Tavira e estabelecimento de medidas preventivas – cemitério de Tavira.....	108
FIGURA 40 Plantas elaboradas no âmbito da alteração por adaptação, constituindo desdobramentos da Planta de ordenamento do PDM de Tavira.....	109
FIGURA 41 Planta 24.A – Planta de Zonamento – classificação e Qualificação do Solo.....	114
FIGURA 42 Planta de Zonamento do PU da Luz de Tavira.....	115
FIGURA 43 Planta de Zonamento do PU de Santa Catarina da Fonte do Bispo.....	116
FIGURA 44 Planta de Zonamento do PU de Santo Estêvão.....	117
FIGURA 45 Planta de Zonamento do PU do Arroiteia/Livramento.....	119
FIGURA 46 Planta de Zonamento do PU de Santa Margarida.....	120
FIGURA 47 Planta de Zonamento do PU de Amaro Gonçalves.....	122
FIGURA 48 Planta de Implantação do PP da Área Industrial de Santa Margarida.....	124
FIGURA 49 Planta de Implantação do PP de Pêro Gil.....	126
FIGURA 50 Planta de Implantação do PP de Cachopo.....	127
FIGURA 51 Planta de Implantação do PP do NDT da Quinta da Atalaia.....	128
FIGURA 52 Planta de Implantação do PP do NDT da Boavista.....	129
FIGURA 53 Área de Intervenção da Área de Reabilitação Urbana da cidade de Tavira.....	130

ÍNDICE QUADROS

QUADRO 1	Indicadores-chave de avaliação do Estado do Ordenamento do Território.	14
QUADRO 2	Variação da População residente a vários níveis territoriais, de 2001 e 2011.	17
QUADRO 3	Variação da população residente, no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	19
QUADRO 4	População residente estrangeira no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	22
QUADRO 5	Estrutura etária da população residente na NUT II Algarve e no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	24
QUADRO 6	Estrutura etária e variação da população residente no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	24
QUADRO 7	População residente estrangeira segundo a estrutura etária, no concelho de Tavira, em 2011.	26
QUADRO 8	Índice de dependência de idosos, de 2001 e 2011.	28
QUADRO 9	Índice de dependência de jovens, de 2001 e 2011.	28
QUADRO 10	Índice de dependência total, de 2001 e 2011.	29
QUADRO 11	Famílias clássicas no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	30
QUADRO 12	Núcleos familiares segundo o número de filhos, por freguesia, de 2001 e 2011.	31
QUADRO 13	Variação da dimensão das famílias clássicas no concelho de Tavira, entre 2001 e 2011.	32
QUADRO 14	População empregada, de 2001 e 2011.	32
QUADRO 15	População empregada por nível de escolaridade, em 2011.	33
QUADRO 16	População empregada segundo o setor de atividade, em 2011.	34
QUADRO 17	Superfície agrícola utilizada, no concelho de Tavira, de 1999 e 2009.	35
QUADRO 18	Empresas segundo a forma jurídica, em 2011.	36
QUADRO 19	Volume de negócios das empresas, no concelho de Tavira, em 2011.	36
QUADRO 20	Síntese das áreas, usos e índices dos lotes do Parque Empresarial de Tavira.	36
QUADRO 21	Situação imobiliária dos lotes do Parque Empresarial de Tavira.	37
QUADRO 22	Oferta de empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira.	38
QUADRO 23	Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2019.	40
QUADRO 24	Variação do número de edifícios por freguesia, de 2001 e 2011.	42
QUADRO 25	Estado de conservação de edifícios, em 2011.	43
QUADRO 26	Variação do número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), em 2001 e 2011.	44
QUADRO 27	Formas e ocupação dos alojamentos clássicos nas freguesias, em 2011.	46
QUADRO 28	Variação do número de alvarás por freguesia, de 2001 e 2011.	50
QUADRO 29	Alvarás e áreas de intervenção dos loteamentos, de 1997 a 2020.	51
QUADRO 30	Alvarás emitidos por freguesia, de 1997 a 2020.	52
QUADRO 31	Número de edifícios e fogos de habitação social.	55
QUADRO 32	listagem de equipamentos culturais.	57
QUADRO 33	Oferta de equipamentos desportivos de base formativos, domínio público, em 2021.	60
QUADRO 34	Taxas de ocupação (pré-escolar, creche e berçário), 2020/2021.	62
QUADRO 35	Equipamentos de apoio à infância (público e privado), 2020/2021.	62
QUADRO 36	Estabelecimentos de ensino - 1.º ciclo, 2020/2021.	64
QUADRO 37	Estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo, em 2020/2021.	64
QUADRO 38	Estabelecimentos de ensino secundário, em 2020/2021.	65
QUADRO 39	Creche/equipamentos no concelho de Tavira, em 2020.	67
QUADRO 40	Rede pública/equipamentos pré-escolar no concelho de Tavira, em 2020.	68
QUADRO 41	Rede privada/equipamentos pré-escolar no concelho de Tavira, em 2020.	68
QUADRO 42	Resposta social, centro de acolhimento temporário/equipamento no concelho de Tavira, em 2015.	69
QUADRO 43	Resposta social, serviço de apoio domiciliário, no concelho de Tavira.	70
QUADRO 44	Resposta social de centro de dia no concelho de Tavira, em 2021.	71
QUADRO 45	Resposta social, estrutura residencial, rede solidária e privada, no concelho de Tavira, em 2021.	71
QUADRO 46	Extensão da rede viária classificada existente.	74
QUADRO 47	Número de lugares de estacionamento.	78
QUADRO 48	Tipologia e quantidade de contentores.	88
QUADRO 49	Número de contentores de deposição seletiva.	90
QUADRO 50	Total de contentores por freguesia.	90
QUADRO 51	Número total de ecopontos.	90
QUADRO 52	Valores aduzidos para os reservatórios/redes abastecimento da Taviraverde no ano de 2020.	93

QUADRO 53 Dimensionamento do sistema de abastecimento de água.....	94
QUADRO 54 Evolução do número total de consumidores de energia elétrica no concelho de Tavira, entre 2009 e 2019.	95
QUADRO 55 Valores totais de consumo de energia elétrica no concelho de Tavira, entre 2009 e 2019.	95
QUADRO 56 Total de resíduos recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020, e respetivas taxas de crescimento.....	96
QUADRO 57 Total de resíduos diferenciados recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020, e respetivas taxas de crescimento.	98
QUADRO 58 Estruturas, sistemas e tipologias da EVU.....	100
QUADRO 59 Planos territoriais de âmbito municipal em vigor no concelho de Tavira.....	103
QUADRO 60 Avaliação da execução das ações constantes do Programa de Execução do PDM de Tavira em vigor.....	111
QUADRO 61 Classificação e qualificação do solo do PDM de Tavira.....	112
QUADRO 62 Hierarquia urbana estipulada no PDM de Tavira em vigor.....	115
QUADRO 63 Listagem das Servidões e Restrições de Utilidade Pública presentes no concelho de Tavira.....	132

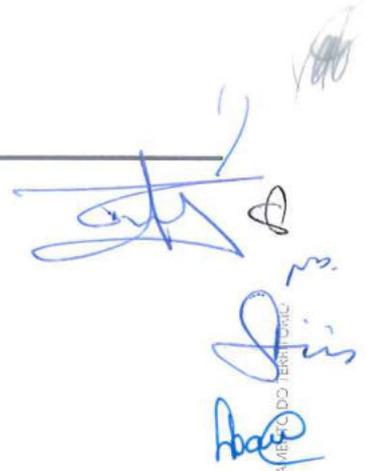
ÍNDICE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 População residente estrangeira no concelho de Tavira, por nacionalidade, em 2011.	23
GRÁFICO 2 Índice de envelhecimento populacional, de 2001 e 2011.	27
GRÁFICO 3 Índice de dependência de jovens e idosos, em 2011.	29
GRÁFICO 4 Evolução do saldo natural, saldo migratório e crescimento efetivo, em Tavira, de 2001 a 2013.	30
GRÁFICO 5 Famílias clássicas no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.	31
GRÁFICO 6 Evolução da situação imobiliária dos lotes do Parque Empresarial de Tavira entre 2015 e 2021.	38
GRÁFICO 7 Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2019.	40
GRÁFICO 8 Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2019.	41
GRÁFICO 9 Estada média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2019.	41
GRÁFICO 10 Idade do parque habitacional, em 2011.	42
GRÁFICO 11 Estado de conservação de edifícios, em 2011.	43
GRÁFICO 12 Edifícios existentes segundo o estado de conservação, em 2011.	44
GRÁFICO 13 Variação do número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), entre 2001 e 2011.	45
GRÁFICO 14 Evolução da forma de ocupação dos alojamentos clássicos, em 2001 e 2011.	46
GRÁFICO 15 Evolução do número de alvarás de obras de edificação e admissão de Comunicação Prévia, de 2000 a 2020.	49
GRÁFICO 16 Evolução do número de autorizações de utilização, de 2000 a 2020.	49
GRÁFICO 17 Proporção do número de alvarás de obras de edificação, admissão de Comunicação Prévia e autorizações de utilização emitidas, nas últimas 2 décadas	50
GRÁFICO 18 Emissão de alvarás de loteamento por freguesia, de 2001 e 2011.	51
GRÁFICO 19 Alvarás de loteamento emitidos, de 1997 a 2020.	52
GRÁFICO 20 Evolução dos alvarás por freguesia, de 1997 a 2020.	53
GRÁFICO 21 Alojamentos de acordo com o índice ocupacional (%).	59
GRÁFICO 22 Evolução das candidaturas para acesso à habitação em regime de arrendamento apoiado (N.º)	59
GRÁFICO 23 Estado das candidaturas para acesso a habitação.	57
GRÁFICO 24 Volume de água aduzido de 2018 a 2020.	93
GRÁFICO 25 Volume de água faturado pela Tavraverde, de 2018 a 2020.	93
GRÁFICO 26 Diferencial entre água aduzida e água faturada entre 2018 a 2020.	94
GRÁFICO 27 Consumidores de energia elétrica por tipo de atividade no concelho de Tavira, em 2019.	95
GRÁFICO 28 Total de resíduos urbanos recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.	96
GRÁFICO 29 Total de monstros e verdes recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.	97
GRÁFICO 30 Total de pneus usados, REEE e outros recicláveis recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.	97
GRÁFICO 31 Resíduos de embalagens recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020	98
GRÁFICO 32 Resíduos de madeira recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.	98
GRÁFICO 33 Pilhas recolhidas no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.	99

ÍNDICE DE ACRÓNIMOS/SIGLAS

AdA	Águas do Algarve, S.A.
AHSA	Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio
ALGAR	ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
ARU	Área de Reabilitação Urbana
AT	Alta Tensão
BT	Baixa Tensão
CM	Caminho Municipal
CMT	Câmara Municipal de Tavira
EM	Estrada Municipal
EN	Estrada Nacional
ER	Estrada Regional
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
EVP	Estrutura Verde Principal
EVS	Estrutura Verde Secundária
EVU	Estrutura Verde Urbana
IC	Itinerário Complementar
IDE	Infraestrutura de Dados Espaciais
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGT	Instrumentos de Gestão do Território
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
IP	Infraestruturas de Portugal, S.A.
IP	Iluminação Pública
Km	Quilómetros
LBPPSOTU	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
MT	Média Tensão
NDT	Núcleo de Desenvolvimento Turístico
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
PDM	Plano Diretor Municipal
PGU	Plano Geral de Urbanização de Tavira
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POPNR	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa
PP	Plano de Pormenor
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PT	Posto de Transformação
PU	Plano de Urbanização
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REN	Reserva Ecológica Nacional
REOT	Relatório de Estado do Ordenamento do Território
RJGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRU	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
RPDM	Revisão do Plano Diretor Municipal de Tavira
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SAU	Superfície Agrícola Útil
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SIGREEE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
SMAAA	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve

Taviraverde	Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente, E. M.
TERRAFORMA	TERRAFORMA - Sociedade de Estudos e Projetos, Lda.
ULDM	Unidades de Longa Duração e Manutenção
UMDR	Unidade de Média Duração e Reabilitação
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
VRSA	Vila Real de Santo António



NOTA: Algumas entidades representadas através de acrónimos constantes desta listagem, e por sua vez referidas ao longo do presente documento, encontram-se designadas de formas distintas respeitando a designação à data a que se reporta.

INTRODUÇÃO

O presente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) enquadra-se na obrigatoriedade legal, estabelecida na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

As entidades responsáveis pela concretização da política de ordenamento do território e de urbanismo, no âmbito da LBPPSOTU (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e do RJIGT (Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio), devem promover a permanente avaliação da política de ordenamento do território, o que origina, a nível municipal, a necessidade de elaboração de um REOT de quatro em quatro anos, ou quando se verifique a necessidade de promover a revisão de planos municipais, decorrente de adequação à evolução, a médio e longo prazo das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração.

O município de Tavira já teve o primeiro REOT aprovado pela Assembleia Municipal de Tavira, por deliberação tomada em sessão ordinária realizada no dia 27 de abril de 2017.

Decorridos os 4 anos desde a aprovação do REOT anterior, o Município de Tavira procedeu à elaboração de um novo REOT por forma a facultar uma monitorização contínua de informação em matéria do ordenamento do território, com o objetivo de promover uma efetiva dinâmica de planeamento tendo por base o conhecimento da situação do Município no que se refere ao território, da performance dos planos territoriais de âmbito municipal (PTAM) e das políticas municipais de desenvolvimento territorial.

De salientar que, desde março de 2020 até à data atual, Portugal é marcado de forma muito expressiva pela pandemia mundial motivada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2) que, através da doença COVID-19, condiciona profundamente a atividade sanitária, económica, social e cultural. Trata-se assim de um período atípico que obviamente teve repercussões na atividade do setor autárquico, das empresas e dos particulares, ficando, conseqüentemente, a execução de muitos projetos comprometida com conseqüências graves ao nível do desenvolvimento económico e social.

METODOLOGIA E INDICADORES

Constituindo uma atividade relativamente recente em Portugal, particularmente no âmbito do ordenamento do território, a avaliação das políticas públicas tem ainda um longo caminho a percorrer até se afirmar como uma prática sistemática de monitorização das dinâmicas territoriais e dos respetivos mecanismos de intervenção, envolvendo processos de deliberação amplamente participados. Porque o ordenamento do território resulta, inevitavelmente, do sistema de planeamento e do sistema territorial sobre o qual o primeiro atua, a elaboração do REOT Távira estrutura-se em dois grandes capítulos: o primeiro referente ao Estado do Território e o segundo ao Estado do Ordenamento e Planeamento Municipal.

Em termos metodológicos, a elaboração deste REOT segue a mesma estrutura do anterior. Atendendo que em termos estatísticos, entre o REOT anterior e o presente não ocorreu nova publicação de Censos, todas as temáticas cuja fonte seja os Censos estará, inevitavelmente, igual à do documento anterior, aprovado em 2017.

O primeiro capítulo procura apresentar a sistematização de informação de base relativa aos principais eixos do sistema territorial: Socioeconómico, Construção e Habitação, Equipamentos, Mobilidade e Transportes, Infraestruturas e Ambiente. Para cada eixo foram selecionados domínios ou temas, sobre os quais se definiram e selecionaram diversos indicadores, responsáveis pela informação real e quantificada para efetuar a análise sumária das diferentes temáticas ao longo do tempo. Tentou-se, sempre que possível, obter valores para mais do que uma unidade geográfica e temporal (possibilitando análises comparativas e evoluções). Neste relatório, são apresentados essencialmente os indicadores base, que deverão ser o mais possível discriminados e aprofundados no futuro, cujos temas incidem nas suas diferentes áreas de especialização.

QUADRO 1 | Indicadores-chave de avaliação do Estado do Ordenamento do Território.

DOMÍNIO	TEMÁTICA	INDICADOR
SOCIO-ECONOMIA	População	População residente
		População estrangeira residente
		Estrutura etária
		Índice envelhecimento
		Índice de dependência
		Saldo natural e Saldo migratório
	Famílias	Famílias clássicas
		Dimensão média
	Emprego	População empregada
		População empregada por nível de escolaridade
		População empregada por sectores de atividade
	Agricultura	SAU
	Empresas e estabelecimentos	Tecido empresarial
		Volume de negócios
		Parque Empresarial de Távira
	Turismo	Empreendimentos turísticos
Agentes de animação turística		
Hóspedes		
Estadia média		
CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO	Edifícios	Número
		Idade
		Conservação
	Alojamentos	Familiares
		Residência habitual

Cabanas de Tavira muito por força do desenvolvimento turístico ali verificado. Contudo e, não desvirtuando o anteriormente referido, esta variação não é homogénea na área das referidas freguesias, evidenciando-se uma polarização no litoral em torno dos núcleos urbanos de Tavira, Conceição e Cabanas de Tavira.

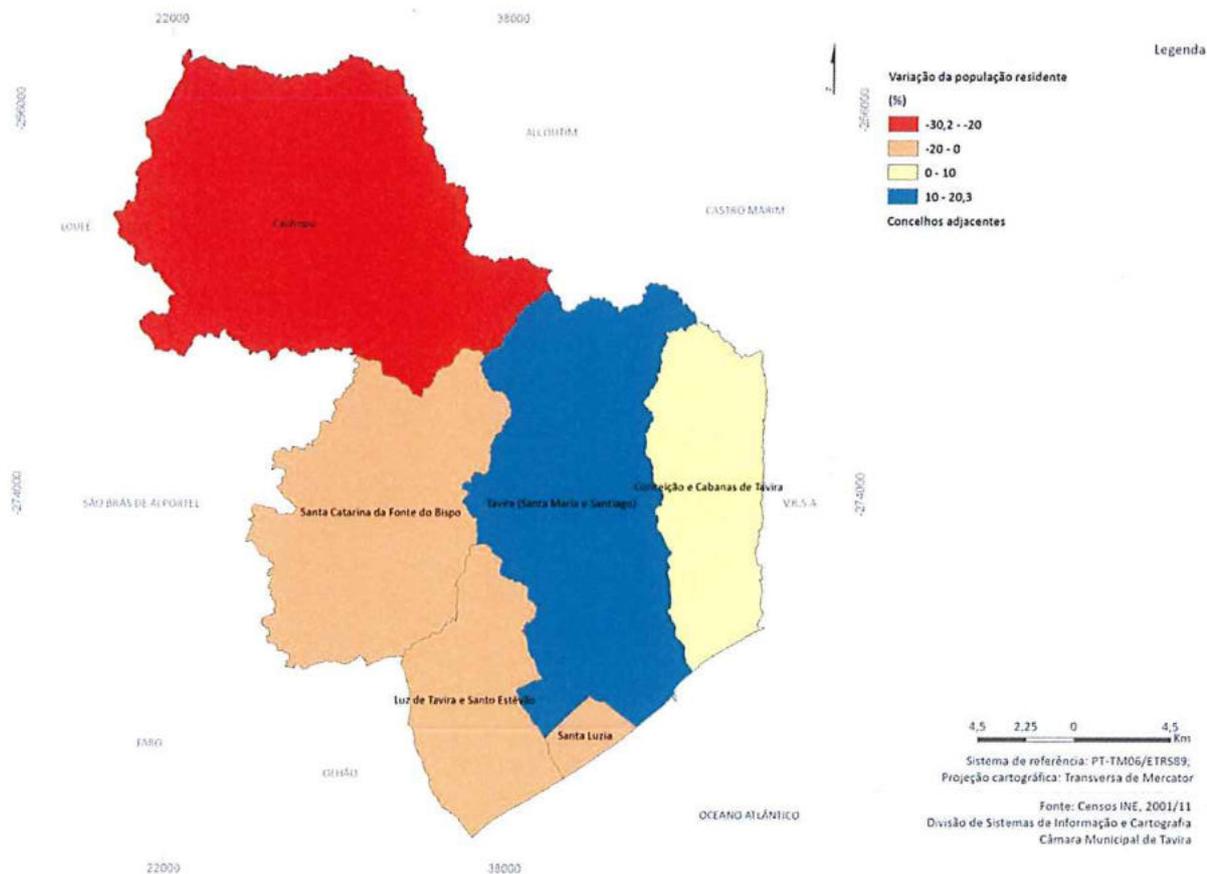


FIGURA 4 | Variação da população residente nas freguesias do concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

A análise das subsecções estatísticas permite constatar dinâmicas e tendências existentes no atual padrão urbano da cidade de Tavira. A população residente sofreu uma variação positiva de 27,58%, entre os anos de 2001 e 2011, passando de 10 434 indivíduos para 13 312, respetivamente.

De acordo com a figura 5 conclui-se que, relativamente à cidade de Tavira, em 2011, eram as zonas da Atalaia à antiga zona das Pardinhas, do Quartel Militar à Estação da CP e a zona da Porta Nova, as três zonas que apresentavam um maior número de população residente cujos valores se situam entre os 201 e os 469 habitantes por subsecção.

As subsecções estatísticas mais centrais da cidade apresentam valores de população reduzidos, já que se trata de uma zona que, pela sua função de centralidade, se destina predominantemente a usos como comércio e serviços, ou mais recentemente, a edifícios ocupados com atividades ligadas ao setor turístico. Um outro motivo que poderá ajudar a explicar esta situação deve-se ao facto de muitos dos imóveis existentes necessitarem de ser reabilitados e adaptados em função das novas necessidades do século XXI.

As áreas de expansão da cidade assumem assimetrias evidentes quanto à população residente. Embora sejam zonas bastante edificadas, a sua ocupação é heterogénea, pelo que podemos diferenciar três padrões distintos:

- A expansão efetuada entre a linha de caminho-de-ferro e a ER125 a noroeste da cidade (urbanizações: Caminhos de Santiago, Assêca, Horta da Torre, Santa Rita e Quinta do Caracol) e a expansão a este (urbanizações: Quinta da Foz e Urbicruz) caracteriza-se por forte ocupação de população residente;

- A norte da ER125 verifica-se um número elevado de população residente na urbanização Mato Santo Espírito (com subsecções a atingir entre 101 e 200 habitantes) e alguma relevância nas urbanizações Miramar, Quinta da Pegada, Pézinhos, Quinta da Barra, Miraflores e Nascimento & Pereira;
- Por outro lado, e na mesma a norte da ER125 distingue-se um outro padrão de urbanizações bastante edificadas com baixos valores de população residente o que pressupõe que a sua ocupação/uso esteja ligada ao setor turístico ou habitação secundária/população não residente (urbanizações: Nora Velha, Tavira Garden, Perogil e Marlin).

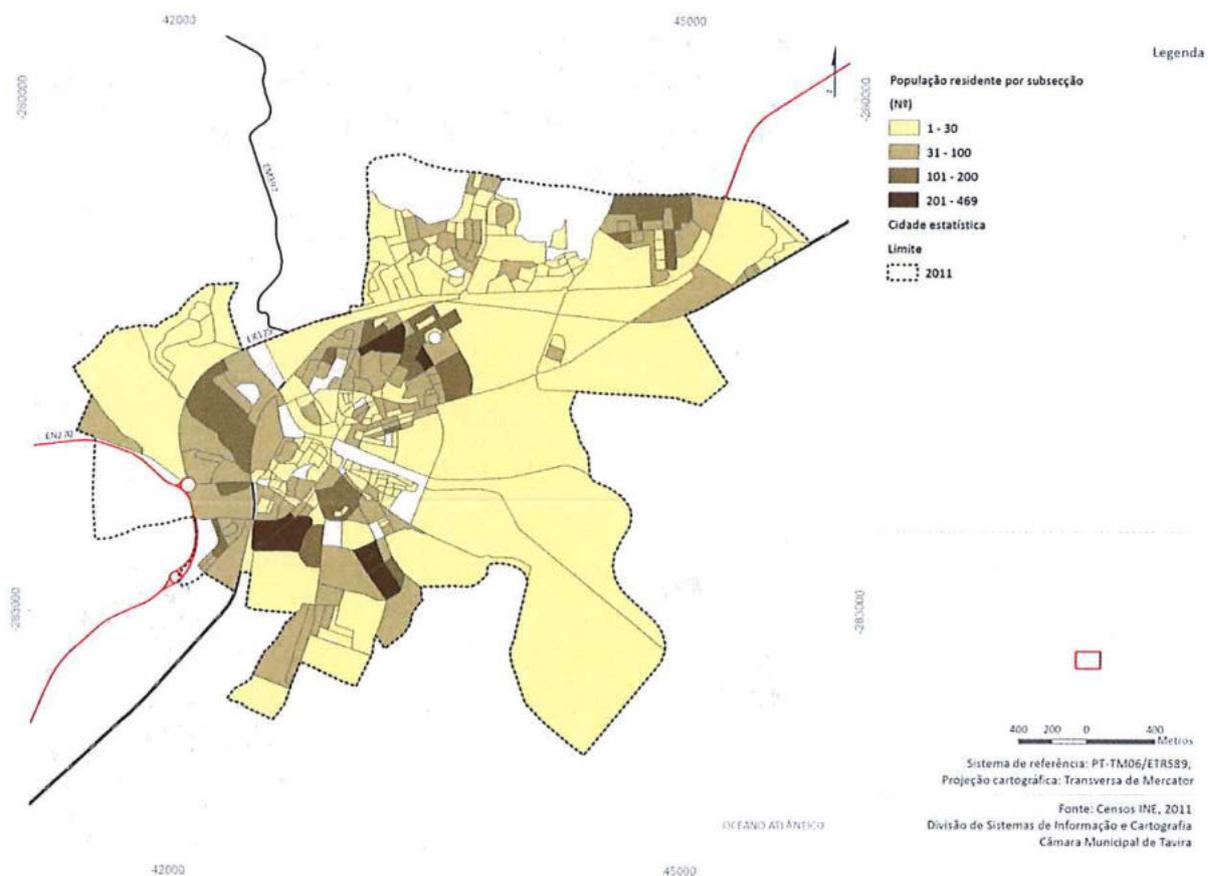


FIGURA 5 | População residente por subsecção na cidade de Távira, em 2011.

População

População estrangeira residente

Na década em análise, a população estrangeira cresceu 79,37% no concelho de Távira, o que, constituindo um valor elevado, fica aquém dos 101,90% registados na NUT II ALGARVE.

Segundo os Censos 2011 residiam no concelho de Távira 2 269 estrangeiros, representando 8,67% do total de residentes, o que significa um acréscimo de 3,61% face ao ano de 2001.

Em termos de distribuição geográfica, a freguesia de Távira (Santa Maria e Santiago) concentra mais de metade dos estrangeiros residentes no concelho (59,32%), seguindo-se as freguesias da Luz de Távira e Santo Estêvão (15,51%) e da Conceição e Cabanas de Távira (11,02%). É, à semelhança da população total residente, a freguesia de Cachopo que concentra um menor número de estrangeiros residentes, apenas 0,44% (Quadro 4 e Figura 6).

QUADRO 4 | População residente estrangeira no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	POPULAÇÃO RESIDENTE ES-TRANGEIRA (N.º)		TOTAL DA POP. RESID. ES-TRANG. FACE À TOTAL (%)		VARIÇÃO DA POPULAÇÃO RESI-DENTE 2001/2011	
	2001	2011	2001	2011	Nº	%
Algarve	23.990	48.435	6,07	10,74	24.445	101,90
Concelho de Tavira	1.265	2.269	5,06	8,67	1.004	79,37
Cachopo	4	10	0,39	1,40	6	150,00
Conceição e Cabanas de Tavira	198	250	7,87	9,92	52	26,26
Santa Catarina da Fonte do Bispo	175	233	8,39	12,88	58	33,14
Tavira (Santa Maria e Santiago)	516	1.346	4,1	8,89	830	160,85
Luz de Tavira e Santo Estêvão	311	352	6,14	7,76	41	13,18
Santa Luzia	61	78	3,53	5,36	17	27,87

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

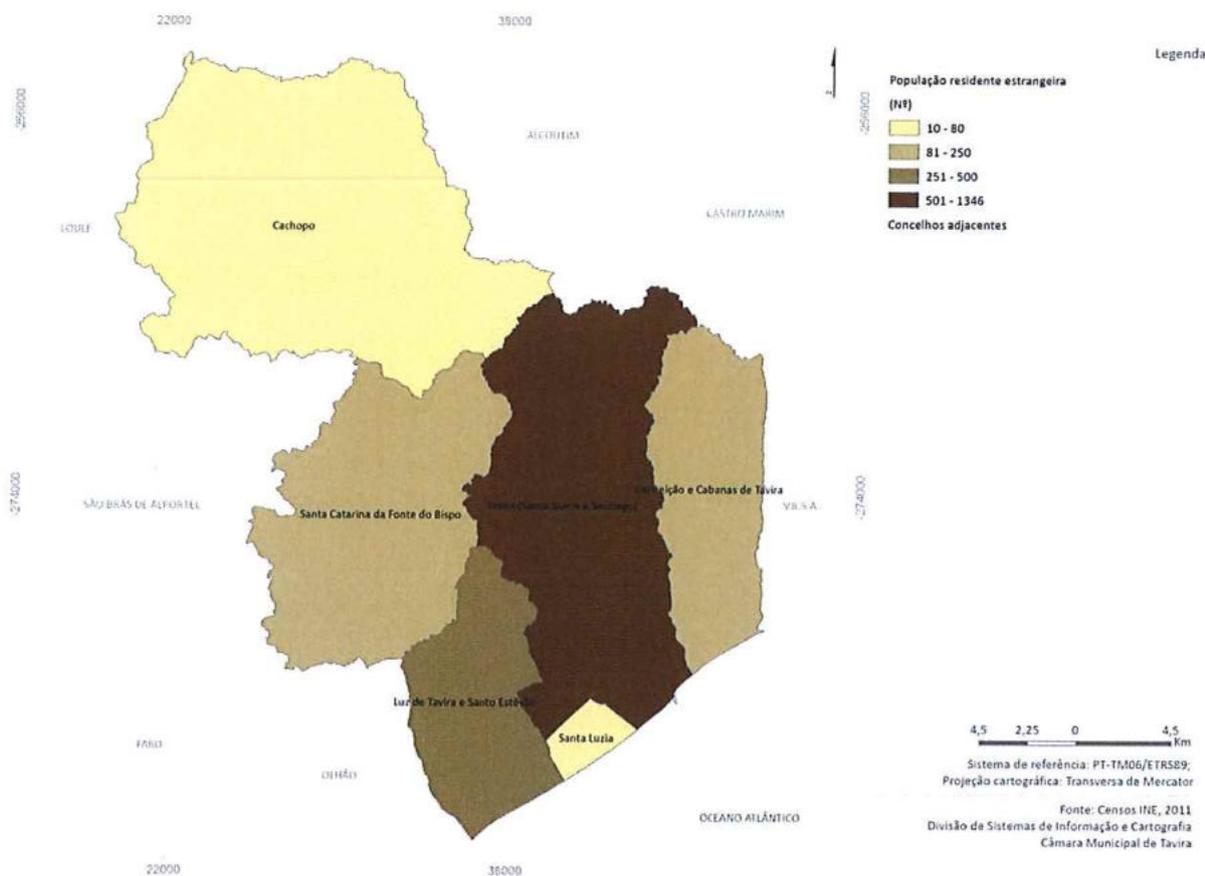
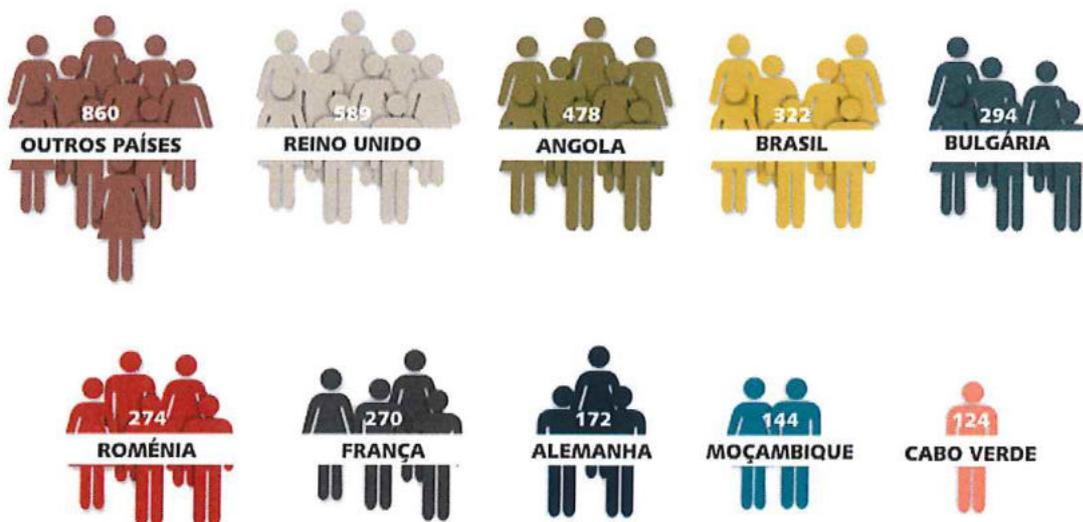


FIGURA 6 | População residente estrangeira no concelho de Tavira, em 2011.

Numa análise mais fina em relação à proveniência da população estrangeira no concelho de Tavira, em 2011, constata-se que os provenientes do Reino Unido representam, de forma individualizada, o maior grupo imediatamente seguido de Angola e do Brasil. Depois verifica-se um conjunto de proveniências bastante diversificado, com maior ou menor representatividade (Gráfico 1).

(N.º)



Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 1 | População residente estrangeira no concelho de Tavira, por nacionalidade, em 2011.

Se agruparmos a população estrangeira por grupos de nacionalidade, no concelho de Tavira, o grupo dos países europeus é o mais representativo, com 76,29%, basicamente pela importância do Reino Unido. Segue-se o grupo dos países americanos com 13,62% e dos países africanos (6,87%), nomeadamente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

População

Estrutura etária da população

A análise da evolução da população deve contemplar, também, o estudo das pirâmides etárias. Estas representações gráficas traduzem não apenas a imagem da população num dado momento, mas permitem uma leitura da perspetiva histórica dos acontecimentos que marcam a população representada ao longo de décadas de vida das gerações mais antigas. Consideram-se, para efeitos de análise, as pirâmides etárias de 2001 e 2011 para as situações mais marcadas no concelho de Tavira, centrando a atenção nos perfis populacionais das pirâmides. Em paralelo, apresentam-se alguns índices que resumem o comportamento da estrutura etária da população.

A evolução da estrutura etária da população residente no concelho de Tavira, ao longo da última década, reflete uma fraca dinâmica. Todavia, verifica-se um ligeiro aumento na taxa percentual da primeira faixa etária (0 aos 14 anos), de 12,48% para 13,43% indiciando um maior número de nascimentos, ao contrário da tendência registada na NUT II Algarve cuja variação, nesta faixa etária, não foi superior a 0,24%.

Analisando os números relativos ao grupo etário entre os 15 e 24 anos, salienta-se uma alteração na tendência, já que é a população jovem que reflete um maior decréscimo, passando de 12,52% para 9,11%, em termos representativos da população do concelho.

Seguindo a tendência verificada ao nível da NUT II Algarve, é a população entre os 25 e 64 anos que representa o maior volume demográfico, tendo o seu peso aumentado ligeiramente na última década, tanto a nível do Concelho, como da Região (Quadro 5 e Gráfico 2).

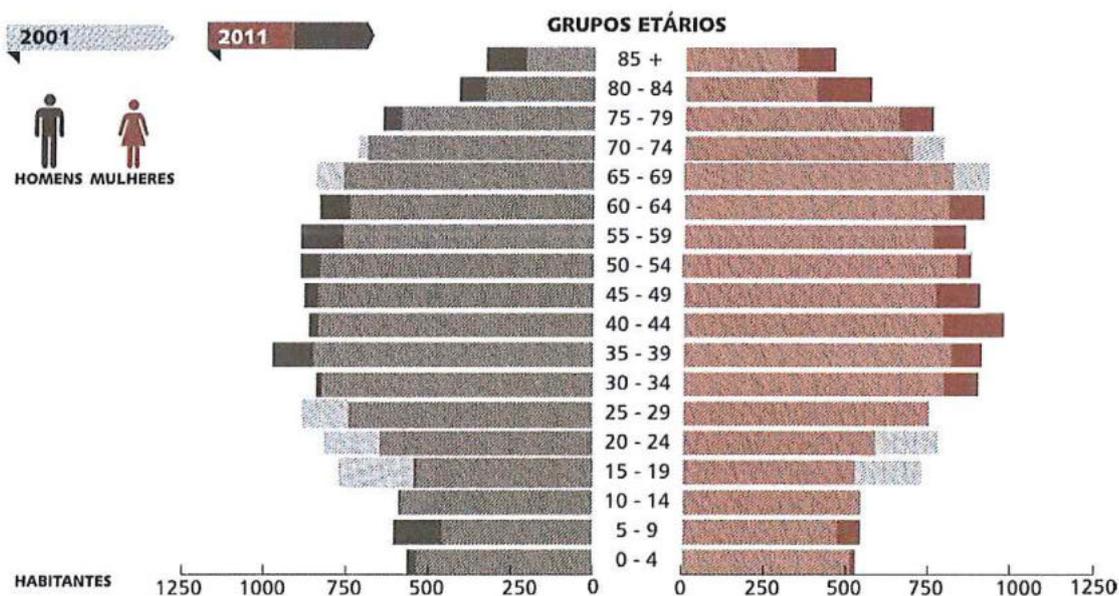
QUADRO 5 | Estrutura etária da população residente na NUT II Algarve e no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

	ALGARVE		CONCELHO DE TAVIRA	
	2001 (%)	2011 (%)	2001 (%)	2011 (%)
0 a 14	14,61	14,85	12,48	13,43
15 a 24	13,14	10,09	12,52	9,11
25 a 64	53,63	55,46	51,61	53,51
65 e mais	18,62	19,6	23,39	23,95

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Ao analisarmos a pirâmide etária do concelho de Tavira verificamos que estamos perante um “envelhecimento duplo”, dado que temos um estreitamento na base da pirâmide e, ao mesmo tempo, um alargamento no topo com um elevado número de idosos. A atual estrutura da população no concelho de Tavira continua, tal como há uma década, a ter na população idosa o seu segundo maior grupo populacional tendo, inclusivamente, aumentado ligeiramente (7,20 %) relativamente a 2001 (Figura 7 e Quadro 6).

(N.º)



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

FIGURA 7 | Pirâmide etária da população residente no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

QUADRO 6 | Estrutura etária e variação da população residente no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

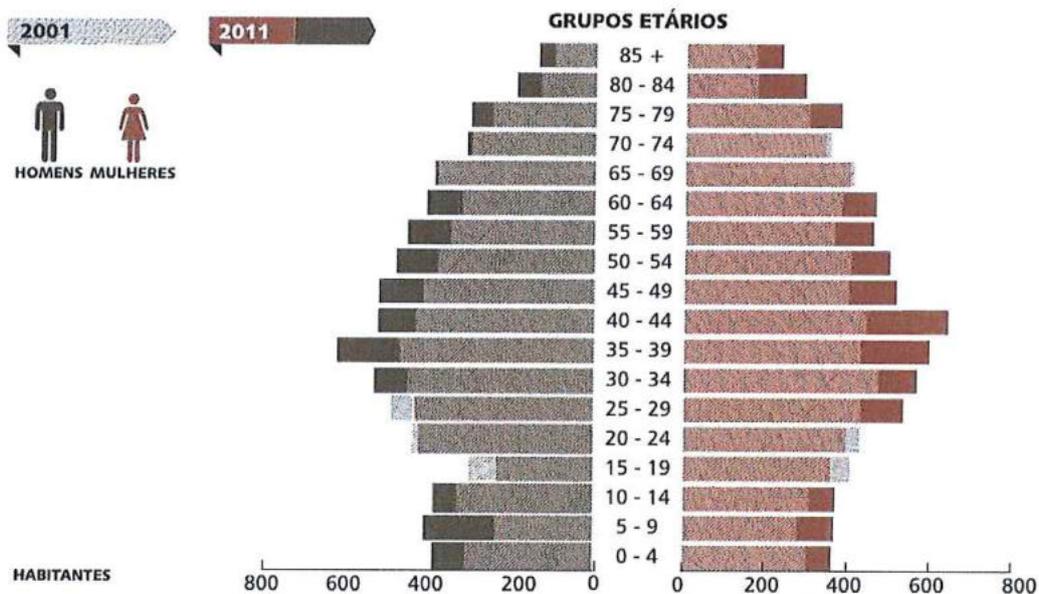
Unidade Territorial	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação
	N.º	N.º	2001/ 2011%	N.º	N.º	2001/ 2011%	N.º	N.º	2001/ 2011%	N.º	N.º	2001/ 2011%
	0-14			15-24			25-64			65 ou mais		
Concelho de Tavira	3.121	3.514	12,59	3.130	2.384	-23,83	12.900	14.002	8,54	5.846	6.267	7,20
Cachopo	50	28	-44,00	66	28	-57,58	392	223	-43,11	518	437	-15,64
Conceição e Cabanas de Tavira	285	269	-5,61	299	207	-30,77	1.382	1.416	2,46	550	627	14,00

Santa Catarina da Fonte do Bispo	174	163	-6,32	216	135	-37,50	1.005	893	-11,14	690	618	-10,43
Tavira (Santa Maria e Santiago)	1.758	2.324	32,20	1.651	1.512	-8,42	6.589	8.268	25,48	2.578	3.029	17,49
Luz de Tavira e Santo Estêvão	628	546	-13,06	629	379	-39,75	2.611	2.379	-8,89	1.197	1.231	2,84
Santa Luzia	226	184	-18,58	269	123	-54,28	921	823	-10,64	313	325	3,83

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Por forma a evidenciar as discrepâncias existentes no concelho analisa-se de seguida duas freguesias com dinâmicas semelhantes, mas resultados opostos. Por um lado, temos a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) em que existe um aumento de população nos vários grupos etários em relação a 2001, excetuando os grupos etários dos 15 aos 24 anos, em homens e mulheres, e dos 65 aos 74 anos. Esta situação justifica-se pelo aumento da população na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), contudo, é notório o envelhecimento da estrutura comparativamente a 2001 (Figura 8).

(N.º)

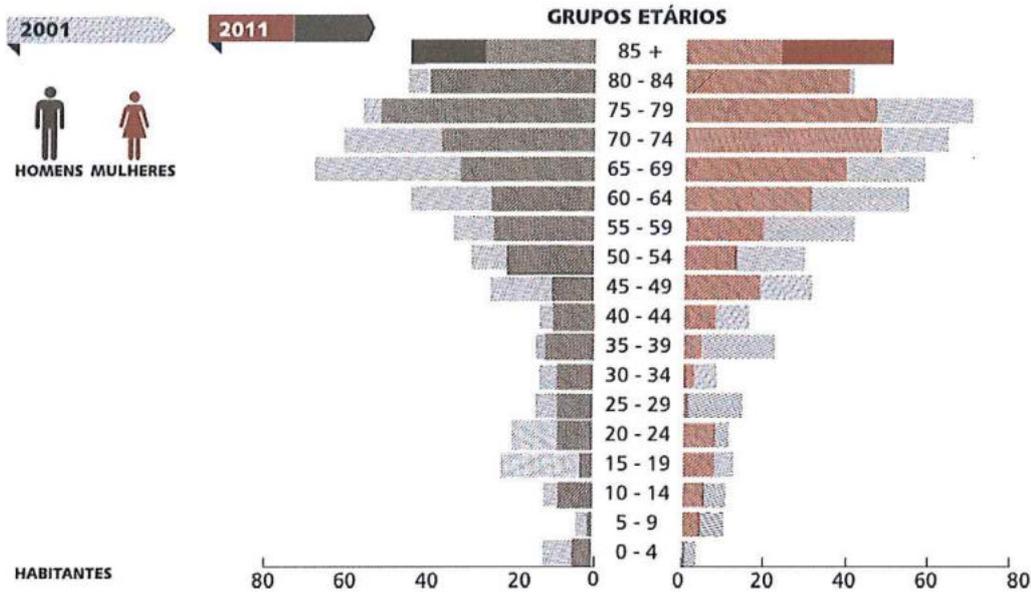


Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

FIGURA 8 | Pirâmide etária da população residente na freguesia de Tavira, de 2001 e 2011.

Por outro lado, ao analisar a pirâmide etária de Cachopo verificamos o mesmo processo de envelhecimento evidenciado na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), no entanto, bastante mais pronunciado pelo decréscimo acentuado de população visível, em que apenas o grupo etário dos 85 ou mais anos cresceu comparativamente com 2001 (Figura 9).

(N.º)



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

FIGURA 9 | Pirâmide etária população residente na freguesia de Cachopo, de 2001 e 2011.

Face à relevância da população estrangeira residente torna-se igualmente importante analisar a sua estrutura etária. Em 2011 esta demonstra que é mais jovem do que a portuguesa, concentrando-se sobretudo nas idades entre os 15 e os 44 anos, tendo, nestas idades, percentagens mais significativas que a população portuguesa. A média da idade da população estrangeira em 2011 é inferior à da população portuguesa sendo 45,5 anos na população estrangeira face aos 46,4 anos na população portuguesa.

Particularizando esta análise para as nacionalidades mais representativas, verifica-se que os estrangeiros com idade mais elevada são de nacionalidade inglesa com uma idade média de 45,3 anos. Os estrangeiros mais “jovens” são os provenientes do grupo de nacionalidades africanas com uma média de 40,8 anos (Quadro 7).

QUADRO 7 | População residente estrangeira segundo a estrutura etária, no concelho de Tavira, em 2011.

(N.º)

	TOTAL	PORTUGUESA	ESTRANGEIRA	INGLESES	AFRICANOS
Total	26167	23258	2269	551	156
0 - 4 anos	1121	1014	57	6	3
5 - 9 anos	1203	1107	61	8	0
10 - 14 anos	1189	1044	103	5	7
15 - 19 anos	1121	961	117	8	14
20 - 24 anos	1269	1103	132	8	11
25 - 29 anos	1498	1284	165	5	15
30 - 34 anos	1731	1508	173	11	10
35 - 39 anos	1886	1637	187	15	14
40 - 44 anos	1861	1593	204	19	17
45 - 49 anos	1770	1551	181	36	17

50 - 54 anos	1757	1539	173	45	20
55 - 59 anos	1751	1544	177	79	11
60 - 64 anos	1778	1553	197	127	6
65 - 69 anos	1575	1400	153	88	4
70 - 74 anos	1436	1308	109	64	4
75 - 79 anos	1410	1345	49	26	3
80 - 84 anos	1008	977	23	12	0
85 e mais anos	803	790	8	5	0

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

População

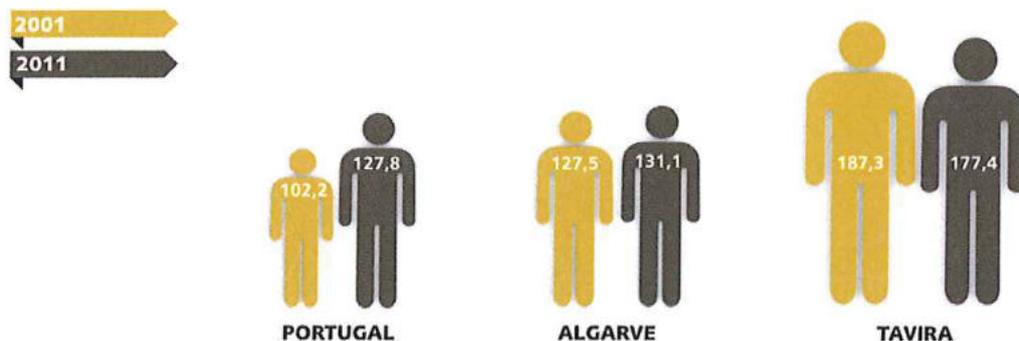
Índice de envelhecimento

O "índice de envelhecimento populacional" estabelece a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

A população residente em Tavira apresenta, em 2011, um índice de envelhecimento bastante significativo (177,4 idosos por cada 100 jovens), sendo, todavia, ligeiramente inferior ao índice verificado no concelho de Tavira em 2001, que se cifrava nos 187,3 idosos (Gráfico 2).

A população residente na NUT II Algarve apresenta, em 2011, uma estrutura etária ligeiramente mais envelhecida do que a registada em Portugal, pois enquanto, em Portugal, existia 127,8 idosos por cada 100 jovens, na NUT II Algarve essa relação situava-se nos 131,1. O concelho de Tavira demonstra um grande envelhecimento da sua população, face ao maior peso deste grupo relativamente à generalidade do País e da Região. Esta tendência para o envelhecimento demográfico em Tavira é fruto da baixa da natalidade, conjugado com outros fatores, como por exemplo o aumento da esperança média de vida.

Rácio - %



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 2 | Índice de envelhecimento populacional, de 2001 e 2011.

População

Índice de dependência

O "índice de dependência de idosos" dá-nos a relação entre o número de idosos e a população em idade ativa, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 ou mais anos e a população com 15-64 anos.

Neste sentido, verificamos que o concelho de Tavira apresentava, em 2011, 38 idosos por cada 100 habitantes em idade ativa. O índice de dependência de idosos agravou-se em 1,6 idosos por cada 100 habitantes em idade ativa, entre os anos em análise: 2001 e 2011. A freguesia mais envelhecida do concelho é Cachopo com 174,1 idosos por cada 100 habitantes em idade ativa e a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), com cerca de 30 idosos por cada 100 habitantes, é a menos envelhecida. Pela análise do índice de dependência de idosos verificamos que a população idosa em Tavira tem um peso mais significativo do que na generalidade do País, ou mesmo da Região (Quadro 8).

QUADRO 8 | Índice de dependência de idosos, de 2001 e 2011.

Rácio - %

	2001	2011
Portugal	24,10	28,80
Algarve	27,80	29,60
Concelho de Tavira	36,40	38,00
Cachopo	113,10	174,10
Conceição e Cabanas de Tavira	32,72	38,63
Santa Catarina Fonte do Bispo	56,50	60,00
Tavira (Santa Maria e Santiago)	31,29	30,97
Luz de Tavira e Santo Estêvão	36,94	44,63
Santa Luzia	26,30	34,20

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

O “índice de dependência de jovens” estabelece a relação entre o número de jovens e a população em idade ativa, sendo definido habitualmente como a relação entre a população com 0-14 anos e a população com 15-64 anos.

Em 2011, verificamos que a NUT II Algarve tinha um valor semelhante ao de Portugal, com cerca de 22,5 jovens por cada 100 habitantes em idade ativa. O índice de dependência de jovens em Portugal teve, entre 2001 e 2011, uma ligeira diminuição. Situação contrária verifica o concelho de Tavira, em que o número de jovens por cada 100 habitantes em idade ativa aumentou de 19,40 para 21,40 (Quadro 9).

QUADRO 9 | Índice de dependência de jovens, de 2001 e 2011.

Rácio - %

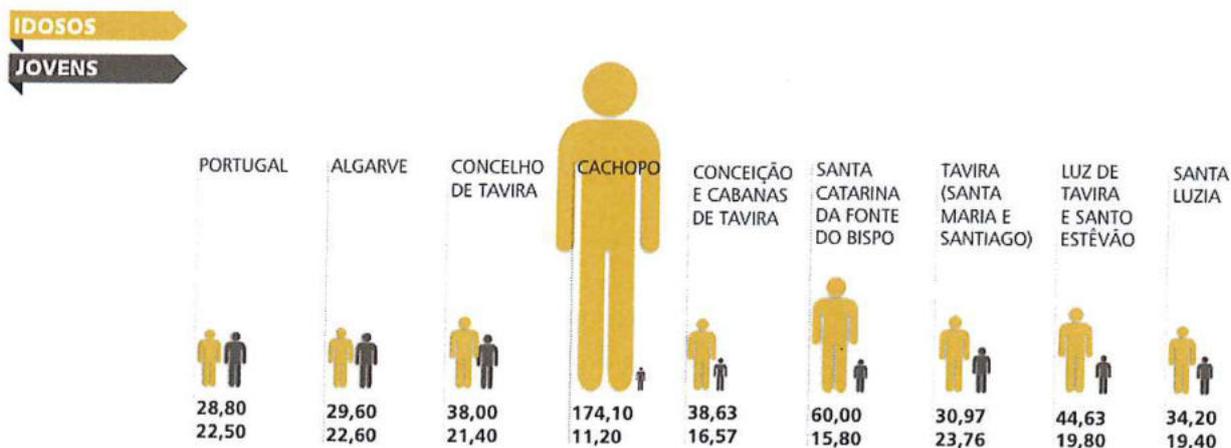
	2001	2011
Portugal	23,60	22,50
Algarve	21,80	22,60
Concelho de Tavira	19,40	21,40
Cachopo	10,90	11,20
Conceição e Cabanas de Tavira	16,95	16,57
Santa Catarina Fonte do Bispo	14,20	15,80
Tavira (Santa Maria e Santiago)	21,33	23,76
Luz de Tavira e Santo Estêvão	19,38	19,80
Santa Luzia	18,90	19,40

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Em relação ao “índice de dependência de jovens e idosos”, em 2011, a freguesia de Cachopo apresenta um baixo índice de dependência de jovens, e cumulativamente, é a freguesia com o mais elevado índice de dependência de idosos,

situação que decorre do envelhecimento populacional verificado na mesma. A freguesia com um maior índice de dependência de jovens é Tavira (Santa Maria e Santiago), contudo a dependência superior de idosos prevalece como nas demais freguesias, ainda que de forma mais atenuada (Gráfico 3).

Rácio - %



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 3 | Índice de dependência de jovens e idosos, em 2011.

O "índice de dependência total" é um indicador que permite uma percepção sobre o esforço que a sociedade exerce sobre a população ativa. O índice de dependência total efetua a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa. Assim é definido como a relação entre a população dos 0-14 anos conjuntamente com a população com 65 ou mais, que relaciona com a população entre os 15-64 anos.

Para Portugal, o índice de dependência total aumentou de 48, em 2001, para 51,3, em 2011. Este agravamento do índice de dependência total é resultado do aumento do índice de dependência de idosos que foi significativo na última década (Quadro 10).

Os resultados dos Censos 2011 permitem verificar que o esforço da sociedade sobre a população ativa agravou-se na última década, verificando-se num acréscimo de 3,3 para Tavira. O índice de dependência total para Tavira é bastante superior a Portugal e também à NUT II Algarve, ainda que na última década a sua progressão tenha sido semelhante e, a menos que se verifique uma inversão da diminuição da natalidade, este indicador tenderá a agravar-se.

QUADRO 10 | Índice de dependência total, de 2001 e 2011.

Rácio - %

	2001	2011
Portugal	48,00	51,30
Algarve	50,00	52,20
Concelho de Tavira	56,00	59,30
Cachopo	124,00	185,30
Conceição e Cabanas de Tavira	49,67	55,21
Santa Catarina Fonte do Bispo	70,76	75,97
Tavira (Santa Maria e Santiago)	52,62	54,73
Luz de Tavira e Santo Estêvão	56,33	64,43
Santa Luzia	45,29	53,81

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

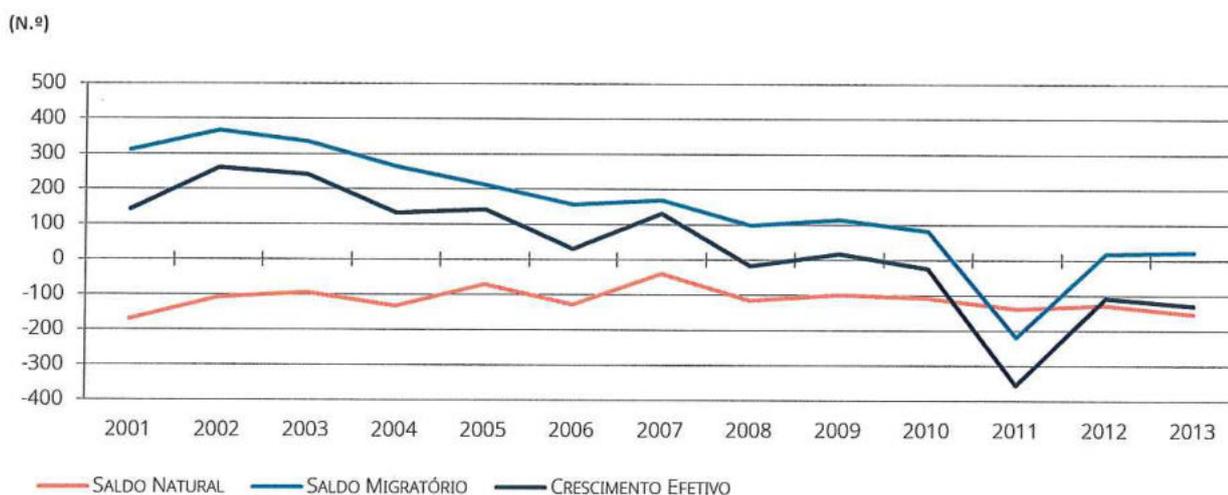
Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.

População

Saldo natural e Saldo migratório

O saldo natural, também denominado crescimento fisiológico, mede a diferença entre os nascimentos e os óbitos. O saldo migratório, por sua vez, é o resultado do movimento de saídas e entradas de população do concelho. O crescimento efetivo ou real de uma população resulta da diferença entre o saldo natural e o saldo migratório.

Analisando os dados do INE relativos ao período 2001-2013, observa-se que o ténue crescimento demográfico resultou de um sustentado saldo migratório positivo até 2010, suficiente para compensar o saldo natural negativo, apesar de se ter verificado uma forte quebra em 2011, com tendência a estabilizar nos anos seguintes. Embora se verifique um decréscimo do saldo migratório face aos primeiros anos de análise este manteve-se tendencialmente positivo ao contrário do saldo natural que, no atual século, nunca alcançou níveis positivos (Gráfico 4).



Fonte: INE, 2001-2013

GRÁFICO 4 | Evolução do saldo natural, saldo migratório e crescimento efetivo, em Tavira, de 2001 a 2013.

SOCIO-ECONOMIA

FAMÍLIAS

Famílias clássicas

Tendo como base os números apurados pelo INE, em termos comparativos, na década 2001-2011, o concelho de Tavira sofreu um acréscimo de 1 237 famílias, o que representa 13,21%, ligeiramente abaixo da percentagem apurada relativamente à NUT II Algarve, cujo número de famílias clássicas sofreu um acréscimo de 17,93% (Quadro 11 e Gráfico 5).

Em termos de número de famílias verifica-se que a tendência a nível das freguesias no concelho de Tavira é semelhante à abordagem concelhia e regional, tendo-se verificado um acréscimo apenas nas freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e Conceição e Cabanas de Tavira.

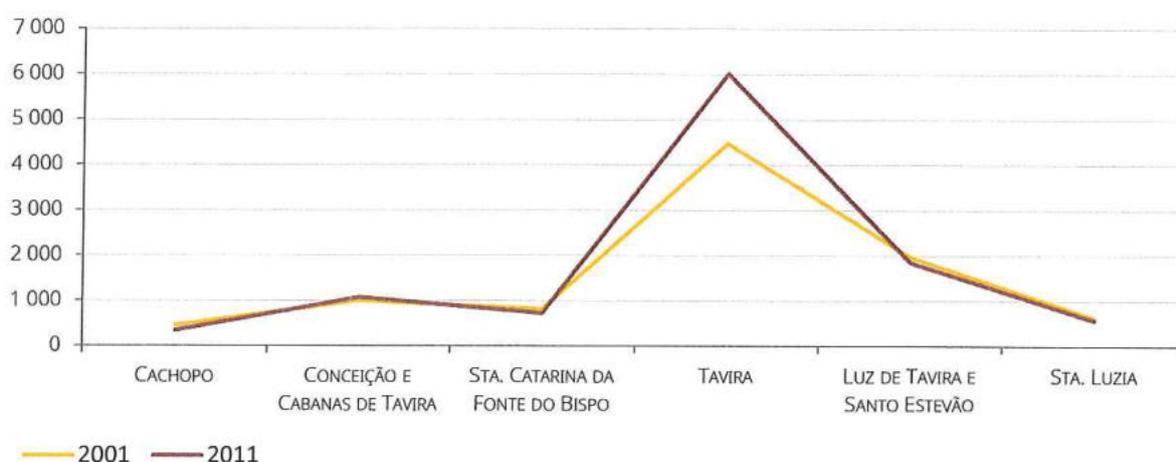
QUADRO 11 | Famílias clássicas no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

Unidade Territorial	Famílias Clássicas			Indivíduos nas famílias clássicas		
	2001	2011	Variação 2001/2011	2001	2011	Variação 2001/2011
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%
Concelho de Tavira	9.366	10.603	13,21	24.679	25.894	4,92

Cachopo	462	347	-24,89	1.026	686	-33,14
Conceição e Cabanas de Tavira	1.017	1.082	6,39	2.463	2.518	2,23
Sta. Catarina da Fonte do Bispo	818	732	-10,51	2.047	1.772	-13,43
Tavira (Santa Maria e Santiago)	4.474	6.013	34,40	12.361	14.950	20,94
Luz de Tavira e Santo Estêvão	1.966	1.847	-6,05	5.053	4.513	-10,69
Sta. Luzia	629	582	-7,47	1.729	1.455	-15,85

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

(N.º)



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 5 | Famílias clássicas no concelho de Tavira, de 2001 e 2011.

Famílias

Dimensão média

Contudo, nota-se que, apesar do aumento do número de famílias, o número de filhos sofreu um decréscimo de 2,63 para 2,44 relevando a tendência para a constituição de famílias cada vez menos numerosas, fator comum à década 2001-2011, em que se verifica que 34,37% em 2001 e 33,52% em 2011 das famílias, não têm filhos. As famílias com 3 ou mais filhos representavam, em 2001, 3,3% e, em 2011, apenas 2,8% do total de famílias do Concelho, refletindo a diminuição na totalidade das freguesias, sejam estas rurais ou não (Quadro 12).

QUADRO 12 | Núcleos familiares segundo o número de filhos, por freguesia, de 2001 e 2011.

Unidade Territorial	SEM FILHOS			1 FILHO			2 FILHOS			3 FILHOS OU MAIS		
	2001 N.º	2011 N.º	Variação 2001/ 2011 %	2001 N.º	2011 N.º	Variação 2001/ 2011 %	2001 N.º	2011 N.º	Variação 2001/ 2011 %	2001 N.º	2011 N.º	Variação 2001/ 2011 %
Concelho de Tavira	3.219	3.544	10,10	2.613	2.911	11,40	1.563	1.546	-1,09	355	293	-17,46

Cachopo	234	148	-36,75	73	56	-23,29	35	15	-57,14	3	3	0,00
Conceição e Cabanas de Tavira	308	366	18,83	276	284	2,90	153	132	-13,73	34	24	-29,41
Sta. Catarina da Fonte do Bispo	344	291	-15,41	205	191	-6,83	107	93	-13,08	18	9	-50,00
Tavira (Sta. Maria e Santiago)	1.415	1.869	32,08	1.346	1.695	25,93	826	972	17,68	215	204	-5,12
Luz de Tavira e Santo Estêvão	745	692	-7,11	508	517	1,77	316	237	-25,00	57	37	-35,09
Santa Luzia	173	178	2,89	205	168	-18,05	126	97	-23,02	28	16	-42,86

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Embora como o quadro anterior nos mostre uma trajetória de evolução das famílias esta tem vindo a ser marcada por uma tendencial diminuição da sua dimensão face à evolução registada, o que pode ser explicado pelos mais variados fatores, tais como o divórcio, o aumento de famílias monoparentais, a situação face ao emprego e o estilo de vida “moderno” (Quadro 13).

QUADRO 13 | Variação da dimensão das famílias clássicas no concelho de Tavira, entre 2001 e 2011.

	2001		2011		Variação 2001/2011	
	N.º		N.º		N.º	%
Com 1 pessoa	1.816		2.460		644	35,46
Com 2 pessoas	3.163		3.815		652	20,61
Com 3 pessoas	2.129		2.259		130	6,1
Com 4 pessoas	1.503		1.532		29	1,9
Com 5 ou mais pessoas	755		537		-218	-28,87

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

SOCIO-ECONOMIA

EMPREGO

População empregada

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto INE (Quadro 14), por comparação na década 2001 - 2011, o número de pessoas empregadas em Portugal reflete uma evolução negativa (-6,10%) cuja tendência também, embora com menor expressão (-1,11%), se verifica no concelho de Tavira, contrariamente ao ocorrido na NUT II Algarve, que sofreu uma evolução positiva de 3,21%. A freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), que integra a cidade sede do Concelho, é a única onde se verificou um acréscimo de cerca de 15,17% no número de pessoas empregadas (818). De facto, na década de 2001 a 2011, a população empregada nas restantes freguesias do Concelho variou de - 30,90% em Cachopo, -24,61% na Luz de Tavira e Santo Estêvão, - 23,36% em Santa Luzia, - 16,08% em Santa Catarina da Fonte do Bispo e - 4,99% em Conceição e Cabanas de Tavira.

QUADRO 14 | População empregada, de 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	População empregada –		Variação (%)
	2001	2011	
	N.º	N.º	
Portugal	4.650.947	4.367.187	-6,10
Algarve	180.395	186.191	3,21

Concelho de Tavira	10.221	10.108	-1,11
Cachopo	233	161	-30,90
Conceição e Cabanas de Tavira	1.022	971	-4,99
Luz de Tavira e Santo Estevão	2.109	1.590	-24,61
Santa Catarina da Fonte do Bispo	734	616	-16,08
Tavira (Santa Maria e Santiago)	5.391	6.209	15,17
Santa Luzia	732	561	-23,36

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Emprego

População empregada por nível de escolaridade

Relativamente ao nível de escolaridade da população empregada a tendência verificada no concelho de Tavira reflete que os grupos maioritários se situam nas pessoas que completaram o ensino básico, representando 47,74% do total, seguido das que completaram o ensino secundário com 27,91%. Esta situação também se verifica ao nível regional, contrariando o que é verificado a nível nacional, dado que o grupo de pessoas com o ensino superior representa o segundo maior grupo de pessoas empregadas, ligeiramente superior aos que possuem o ensino secundário. A população empregada com habilitações superiores representa 21,47% dos empregados do Concelho. São os grupos sem qualquer nível de escolaridade (1,42%) e os que possuem grau de ensino pós-secundário (1,45%) os menos representativos ao nível concelhio, contudo este facto deve-se essencialmente à sua baixa representatividade (Quadro 15).

Ao analisar as freguesias verifica-se que, na generalidade, seguem a mesma tendência do Concelho mas existem alguns valores relevantes a ser destacados: na freguesia de Cachopo uma grande maioria da população empregada possui o nível de escolaridade de ensino básico (80,75%), por outro lado, a população empregada com ensino superior é bastante diminuta face à média das outras freguesias com apenas 3,11% do total; outro valor que merece ser referenciado e que se destaca claramente do padrão é a população com nível de ensino superior na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) com 25,96%.

QUADRO 15 | População empregada por nível de escolaridade, em 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	Total	Nenhum nível de escolar.		Ens. básico		Ens. secundário		Ens. pós-secundário		Ens. superior	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	4.361.187	45.428	1,04	2.061.496	47,26	1.070.989	24,56	60.442	1,39	1.122.832	25,75
Algarve	186.191	2.984	1,60	84.316	45,28	54.751	29,41	3.070	1,65	41.070	22,06
Concelho de Tavira	10.108	144	1,42	4.826	47,74	2.821	27,91	147	1,45	2.170	21,47
Cachopo	161	2	1,24	130	80,75	24	14,91	0	0,00	5	3,11
Conceição e Cabanas de Tavira	0	0	0,72	0	55,61	0	25,44	0	1,54	0	16,68
Luz de Tavira e Santo Estevão	1590	29	1,82	953	59,94	357	22,45	21	1,32	230	14,47
Santa Catarina da Fonte do Bispo	616	5	0,81	384	62,34	146	23,70	9	1,46	72	11,69
Tavira (Santa Maria e Santiago)	0	0	1,55	0	40,65	0	30,44	0	1,40	0	25,96
Santa Luzia	561	5	0,89	295	52,58	157	27,99	15	2,67	89	15,86

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

Emprego

População empregada por setores de atividade

Por último, na análise efetuada à população empregada vamos referir o seu comportamento em relação à distribuição pelos setores de atividade. Assim, como poderemos observar no quadro 10 embora existindo similitude quanto ao dimensionamento dos setores, existem discrepâncias quanto ao peso de cada um.

No concelho de Tavira, o setor primário apresenta percentagens mais elevadas que o verificado a nível nacional e regional. Por seu turno, o setor secundário evidencia um padrão regional e concelhio diferente do nacional, com valores bastante inferiores ao nacional. O setor terciário apresenta valores mais elevados a nível regional e concelhio do que nacional, no entanto, o concelho de Tavira apresenta valores inferiores à região. Grande parte da população empregada é absorvida por este setor, o que em termos práticos revela uma especialização da economia concelhia e regional na área dos bens e serviços, com maior incidência no turismo. Em Tavira, o setor terciário reúne, no seu conjunto, 75,40% da população empregada, seguindo-se o setor secundário com 17,72% sendo que apenas 6,89% das pessoas empregadas integram o setor primário.

Numa análise às freguesias conclui-se que é a freguesia de Cachopo a que se destaca por uma maior concentração de ativos no setor primário (18,63%), como consequência da sua interioridade, níveis de instrução mais baixos e da perda de população mais jovem. Também as freguesias de Santa Luzia e Luz de Tavira e Santo Estevão apresentam valores consideráveis de população a trabalhar no setor primário, o que se explica pela atividade piscatória e agricultura, respetivamente. A freguesia que se destaca pela predominância do setor secundário (35,55%) é a de Santa Catarina da Fonte do Bispo, pois é nela que está concentrada a maior parte da pequena indústria existente no concelho, nomeadamente telheiros, lagares e destilarias. Na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), onde se encontra o núcleo citadino, o setor terciário é predominante, representando 81,01% da concentração da população empregada (Quadro 16 e Figura 10).

QUADRO 16 | População empregada segundo o setor de atividade, em 2011.

	População empregada (N.º) por Setor de atividade económica									
	Total		Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário (Social)		Setor Terciário (Económico)	
	N.º		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	4.361.187		133.386	3,06	1.154.709	26,48	1.254.273	28,76	1.818.819	41,70
Algarve	186.191		6.142	3,30	29.992	16,11	52.243	28,06	97.814	52,53
Concelho de Tavira	10.108		696	6,89	1.791	17,72	2.900	28,69	4.721	46,71
Cachopo	161		30	18,63	38	23,60	55	34,16	38	23,60
Conceição e Cabanas de Tavira	971		93	9,58	165	16,99	184	18,95	529	54,48
Luz de Tavira e Santo Estevão	1.590		191	12,01	361	22,70	368	23,14	670	42,14
Santa Catarina da Fonte do Bispo	616		45	7,31	219	35,55	133	21,59	219	35,55
Tavira	6.209		251	4,04	928	14,95	2.037	32,81	2.993	48,20
Santa Luzia	561		86	15,33	80	14,26	123	21,93	272	48,48

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

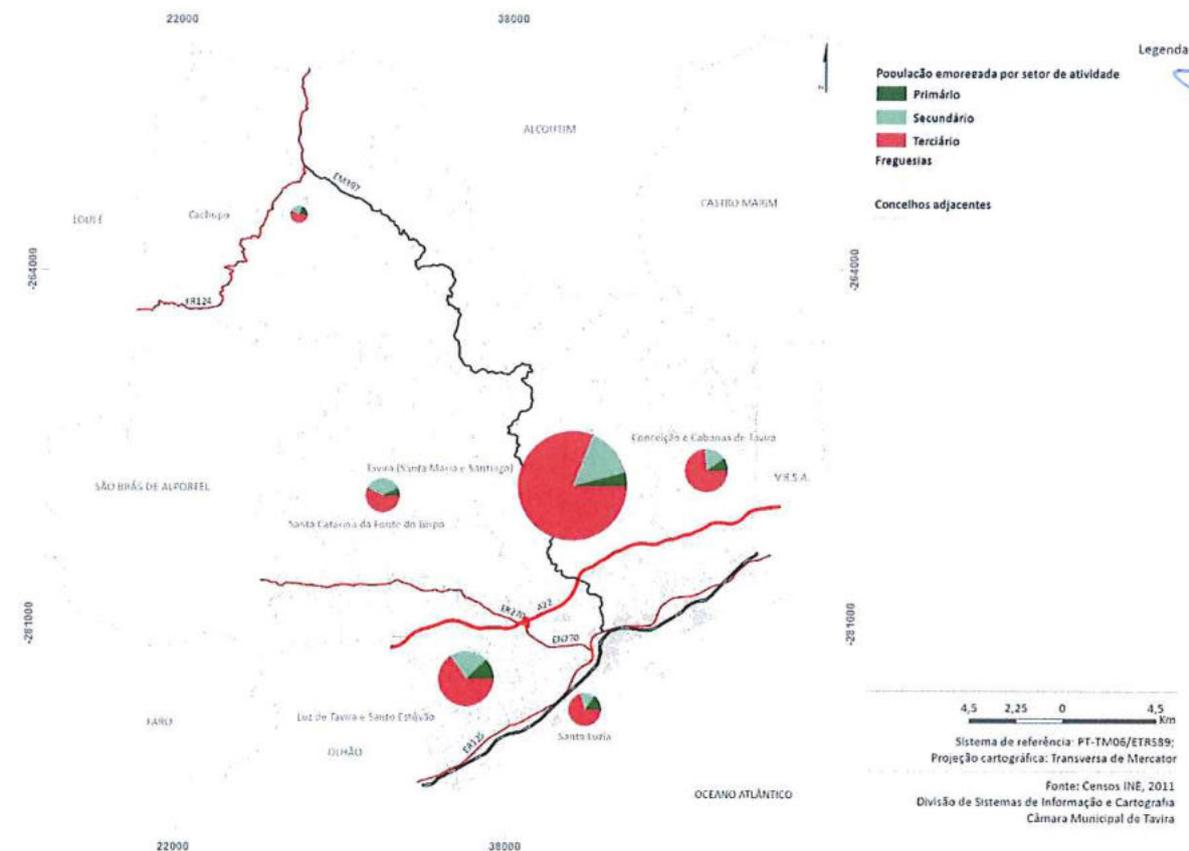


FIGURA 10 | População empregada por setor de atividade.

SOCIO-ECONOMIA

AGRICULTURA

Tendo por base os resultados obtidos no último Recenseamento Agrícola elaborado pelo INE, verifica-se que o concelho de Tavira possuía, em 2009, uma Superfície Agrícola Útil (SAU) de 11 032ha, o que demonstra uma diminuição de 10,02% relativamente aos dados apurados no ano de 1999. Todavia, realça-se uma variação positiva de 20,51% de hectares de SAU utilizada na freguesia de Cachopo e 10,39% na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo e, por outro lado, uma variação negativa mais importante na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) e Santa Luzia com 37,05% e 30%, respetivamente (Quadro 17).

QUADRO 17 | Superfície agrícola utilizada, no concelho de Tavira, de 1999 e 2009.

Unidade Territorial	1999 (ha)	2009 (ha)	Varição (%)
Concelho de Tavira	12.260	11.032	-10,02
Cachopo	2.476	2.984	20,51
Conceição e Cabanas de Tavira	1.713	1.432	-16,40
Luz de Tavira e Santo Estevão	2.581	2.189	-15,19
Santa Catarina da Fonte do Bispo	2.020	2.230	10,39
Tavira (Santa Maria e Santiago)	3.290	2.071	-37,05
Santa Luzia	180	126	-30,00

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola de 1999 e 2009, Lisboa

SOCIO-ECONOMIA

EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS

Tecido empresarial

No concelho de Tavira, em 2011, cerca de 74,25% das empresas assumem a forma jurídica de empresas individuais, valor ligeiramente superior ao registado na NUT II Algarve, 69,70% (Quadro 18).

QUADRO 18 | Empresas segundo a forma jurídica, em 2011.

Unidades territoriais	Total	Empresa Individual		Sociedade	
	N.º	N.º	%	N.º	%
Portugal	1 112 000	751 412	67,57	360 588	32,43
Algarve	58 333	40 656	69,70	17 677	30,30
Tavira	3 130	2 324	74,25	806	25,75

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

Empresas e estabelecimentos

Volume de negócios

Quanto ao volume de negócios, em 2011 Tavira registou 238 657 512€ sendo 39,23% provenientes do “Comércio por grosso e retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos” (93 621 647€) que representa o setor principal. São as atividades de “Informação e comunicação” e o setor da “Educação” (3 042 998€) os setores que menos contribuíram para o volume de negócios do concelho de Tavira representando apenas 1,28% (Quadro 19).

QUADRO 19 | Volume de negócios das empresas, no concelho de Tavira, em 2011.

Total	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos		Atividades de informação e de comunicação		Educação	Total	
	€	%			€		%
238.657.512	93 621 647	39,23	2 039 393	1 003 605	3 042 998		1,28

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

Empresas e estabelecimentos

Parque empresarial de Tavira

O Parque Empresarial de Tavira, situado em Santa Margarida, entre a cidade de Tavira e o nó da A22, com uma área total de 94 908,64m², constitui-se como uma plataforma de apoio à indústria, armazenagem, comércio e serviços, sendo a primeira unidade industrial inaugurada no ano de 2012. Encontra-se servido por um conjunto de infraestruturas que lhe garantem a adequação aos usos previstos, como seja, água para fins industriais, rede de gás propano, rede de fibra ótica e possibilidade de instalação de ETAR (Quadro 20).

QUADRO 20 | Síntese dos lotes e usos do Parque Empresarial de Tavira.

N.º de lotes	Uso
78	Comércio/Serviços/Equipamentos/Indústria/Armazenagem
46	Instalações Industriais/Armazenagem

8	Edifício de Comércio/Serviços/Equipamentos/Estabelecimentos de Restauração
2	EcoCentro/Comércio/Serviços/Equipamentos/ Indústria/Armazenagem
1	E.T.A.R.
1	Instalações de Gás - Reservatórios
1	Estação de Serviço

137

Fonte: CMT, 2021

Estes 137 lotes apresentam uma área total de 94 908,64m², com uma área de implantação de 58 605,58m² e uma área de construção de 116 312,75 m².

O Plano de Pormenor da Área Industrial de Santa Margarida foi objeto de uma alteração, aprovada pela Assembleia Municipal em 03.10.2016 (Aviso n.º 14853/2016, publicada em Diário da República de 25 de novembro, 2.ª série, n.º 227) e Declaração de Retificação n.º 1251/2016 publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 242, de 20 de dezembro.

Na sequência da alteração do plano também o alvará de loteamento sofreu alteração. Considerando as descrições do último alvará de loteamento, existe uma diferença do número de lotes constantes da primeira versão do plano porque nesta análise não foram considerados os lotes que não se encontram executados nem registados no loteamento.

A situação imobiliária dos lotes demonstra uma considerável dinâmica face aos dados constantes do REOT de 2017, encontrando-se presentemente apenas 30 lotes para venda (Quadro 21).

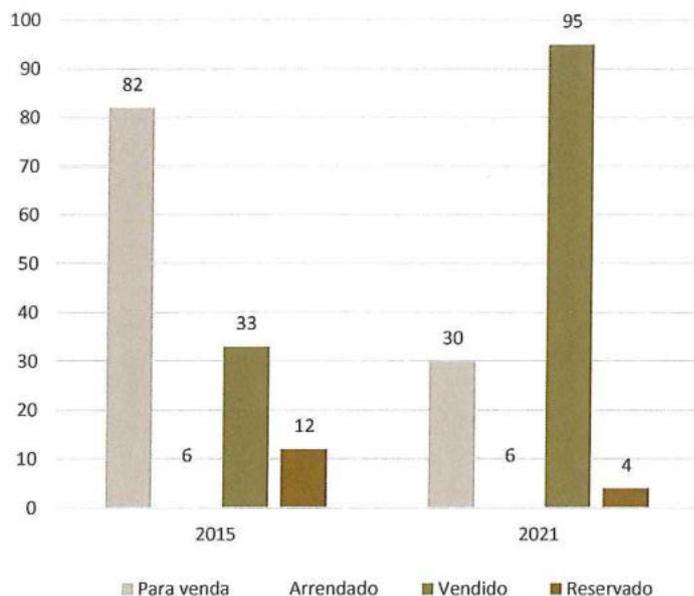
QUADRO 21 | Situação imobiliária dos lotes do Parque Empresarial de Tavira.

(N.º)

Tipo de Uso	Equipamento	Para venda	Arrendado	Vendido	Reservado	Total
Comércio/Serviços/Equipamentos/Indústria/Armazenagem		19		57	1	77
Instalações industriais/Armazenagem		6	6	34	1	47
Edif.de Comércio/Serviços/Equipamentos/Estabelecimento de Restauração		3		3	2	8
Ecocentro/Comércio/Serviços/Equipam./Indústria/Armazenagem		2				2
Estação de Serviço				1		1
E.T.A.R.	1					1
Instalações de Gás - Reservatórios	1					1
Total	2	30	6	95	4	137

Fonte: CMT, 2021

Atendendo ao facto de 69,34% dos lotes se estarem neste momento vendidos, verifica-se assim uma forte dinamização do Parque Empresarial de Tavira nestes últimos 6 anos (Gráfico 6).



Fonte: CMT, 2021

GRÁFICO 6 | Evolução da situação imobiliária dos lotes do Parque Empresarial de Tavira entre 2015 e 2021.

SOCIO-ECONOMIA

TURISMO

Empreendimentos turísticos

Constituindo um fator dinamizador da procura turística, a oferta de serviços de alojamento constitui só por si, um recurso turístico, razão pela qual se apresenta de seguida a sua caracterização no concelho de Tavira. A oferta de alojamento é distribuída segundo as seguintes tipologias de estabelecimentos de diversas categorias: Hotéis, Hotéis Apartamentos, TER – Agro-Turismo, Casas de Campo, Turismo de Habitação. Em outubro de 2021, o concelho de Tavira dispunha de 37 empreendimentos turísticos com uma capacidade de 6 155 camas (Quadro 22).

QUADRO 22 | Oferta de empreendimentos turísticos, no concelho de Tavira.

EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	TIPOLOGIA	CAPACIDADE
Pousada do Convento da Graça	Pousada	72
Hotel Don Rodrigues	Hotel 1*	34
Hotel Vila Galé Tavira	Hotel 4*	536
Hotel Vila Galé Albacora	Hotel 4*	322
Hotel Ozadi	Hotel 4*	149
Hotel Maria Nova Lounge	Hotel 4*	274
Hotel Authentic Tavira	Hotel 2*	24
Hotel Apartamento Golden Duna	Hotel – Apartamento 3*	292
Pedras da Rainha	Aldeamento Turístico 3*	1124
Pedras D' El Rei	Apartamentos Turísticos 3*	146
Cabanas Park Resort	Apartamentos Turísticos 4*	196
Apartamentos Turísticos Monte da Eira 1	Apartamentos Turísticos 3*	56
Tavira House	Turismo de Habitação	18
Forte de São João da Barra	Turismo de Habitação	20
Quinta do Marco	Hotel Rural 4*	48

Casa da Paz do Barrocal	Casa de campo	19
Casa Manor Pedras de Cima	Casa de campo	20
Casa Branca	Casa de campo	36
Herdade da Corte – Monte da Beleza	Casa de campo	10
Tavira Monte	Casa de campo	20
Herdade da Corte - Monte do Lavrador	Casa de campo	14
Quinta do Açude	Casa de campo	8
Quinta dos Perdígões	Casa de campo	11
Quinta da Colina - Casa Felisia	Casa de campo	2
Quinta da Colina - Casa Nova	Casa de campo	4
Fazenda Nova Country House	Casa de campo	20
Campina de Noor	Casa de campo	4
O Castelo	Turismo de Habitação	48
Pensão Agrícola	Casa de campo	6
Monte Oliva	Agro-turismo	14
Monte do Álamo	Agro-turismo	10
Quinta dos Perfumes	Agro-turismo	30
Colégio Charm House	Turismo de Habitação	44
Abacatus Farmhouse	Agro-turismo	5
Hospedaria	Casa de campo	10
Parque de Campismo e Caravanismo Ria Formosa	Parque de campismo e caravanismo	961
Parque de Campismo da Ilha de Tavira	Parque de campismo	1550
Totais	37 Empreendimentos	6 155

Fonte: Turismo de Portugal, I.P. – RNET, outubro de 2021

Nos dados que constam do site do Turismo de Portugal, I.P. (<https://registos.turismodeportugal.pt/HomePage.aspx>) não se encontra o Parque de Campismo PSP (capacidade =18) nem a Pousada da Juventude de Tavira (capacidade =60). Esta última é uma entidade de alojamento com oferta de camas para um tipo de mercado específico (turismo juvenil/ alberguistas).

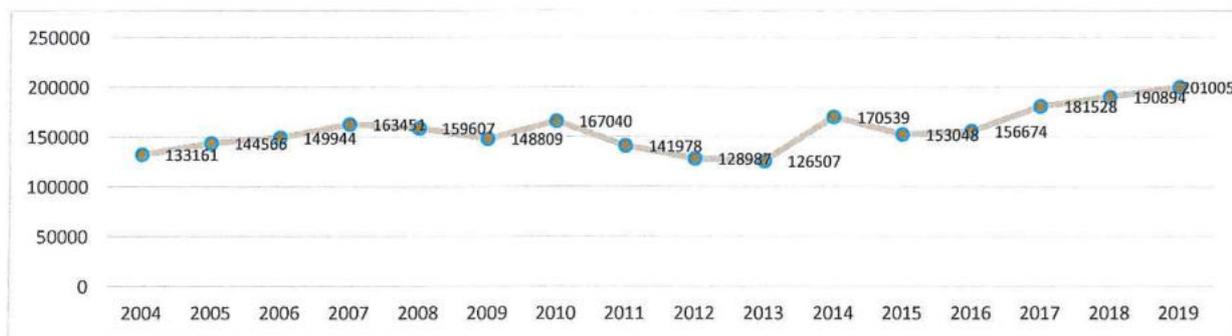
Alguns dos empreendimentos turísticos mencionados, possuem, além da componente de alojamento, outros serviços complementares (*facilities e amenities*), tais como SPA, estacionamento, campos de ténis, zonas ajardinadas, bicicletas, barco para aluguer, salas de conferências, entre outros.

Turismo

Hóspedes

É determinante conhecermos a realidade turística do concelho de Tavira, pelo que, através dos dados apresentados, verifica-se que o número de hóspedes em Tavira cresceu até 2007, tendo os anos seguintes sido de queda, que apenas foi interrompida por um pontual crescimento no ano de 2010. Em 2014 ocorreu o maior aumento verificado, que no ano seguinte voltou a descer e, desde então, nos últimos quatro anos, ocorreu um crescimento progressivo, atingindo-se, em 2019, um total de 201 005 hóspedes registados nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira (Gráfico 7).

(N.º)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2020

GRÁFICO 7 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2019.

Em termos de país de residência, a maioria dos turistas que se hospeda em Tavira, tendo por base os últimos anos em análise, é oriunda de Portugal, seguindo-se os oriundos de Espanha, Reino Unido, Alemanha e França. Em 2019, os turistas portugueses representaram 49% do total dos hóspedes.

Os residentes em Espanha, após terem registado um crescimento contínuo no número de hóspedes até 2007, registaram uma diminuição significativa nos anos seguintes. Desde 2016 os hóspedes espanhóis tiveram um comportamento crescente representando estes, em 2019, 20% dos hóspedes presentes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira.

Os mercados relativos aos residentes no Reino Unido, Alemanha e França não tiveram um comportamento linear, apresentando oscilações ao longo dos anos, representando estas nacionalidades, em 2019, 15%, 8% e 7% do total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, respetivamente (Quadro 23 e Gráfico 8).

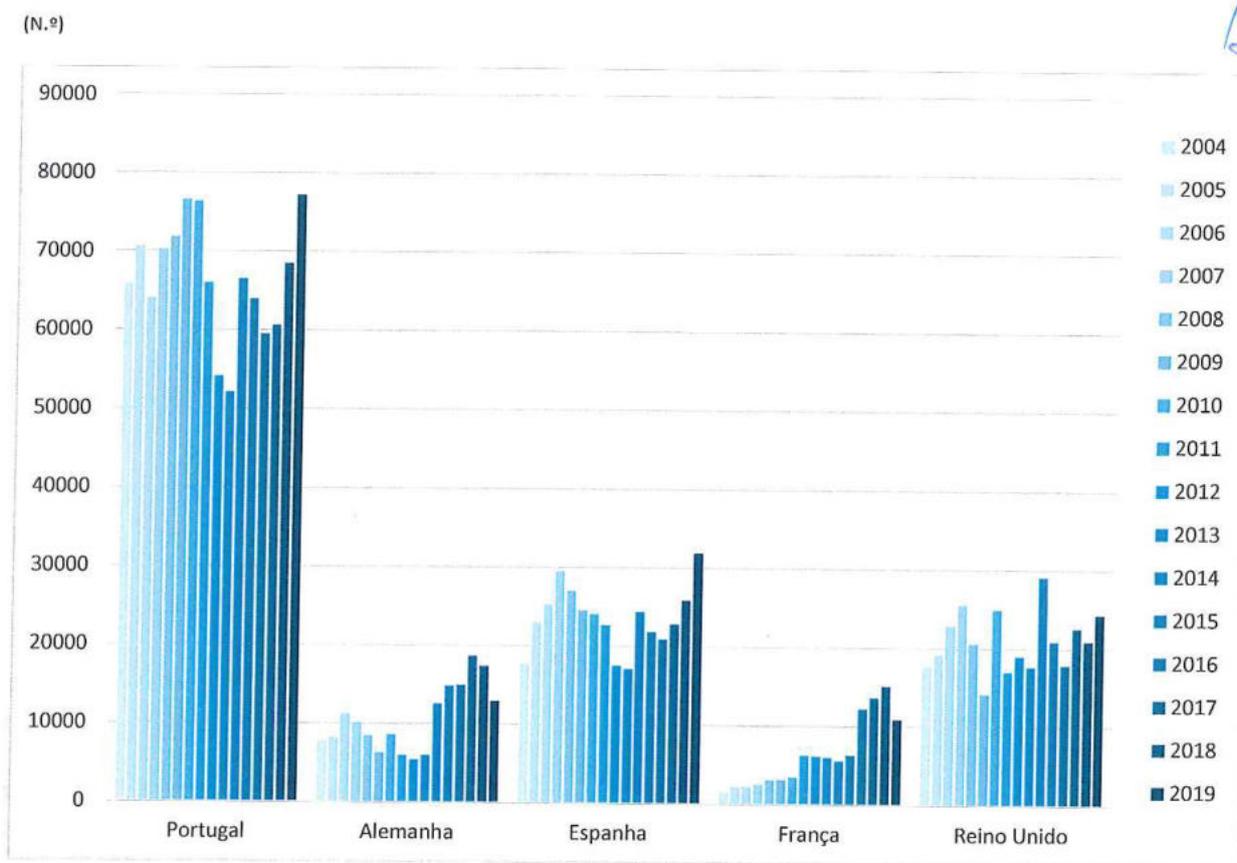
QUADRO 23 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2019.

(N.º)

	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Reino Unido
2004	65 946	7 872	17 755	1 549	17 803
2005	70 699	8 257	23 022	2 234	19 247
2006	64 153	11 250	25 392	2 253	22 900
2007	70 373	10 177	29 563	2 548	25 556
2008	71 869	8 488	27 071	3 133	20 629
2009	76 653	6 343	24 607	3 157	14 212
2010	76 450	8 690	24 141	3 483	24 947
2011	66 064	6 030	22 727	6 304	17 048
2012	54 220	5 463	17 590	6 176	19 042
2013	52 197	6 083	17 168	6 083	17 725
2014	66 606	12 644	24 474	5 591	29 113
2015	64 027	14 914	21 911	6 358	20 928
2016	59 568	14 999	20 939	12 225	17 914
2017	60 651	18 725	22 885	13 700	22 589
2018	68 547	17 444	25 873	15 120	20 964
2019	77 258	12 970	31 950	10 917	24 301

Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2020

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.



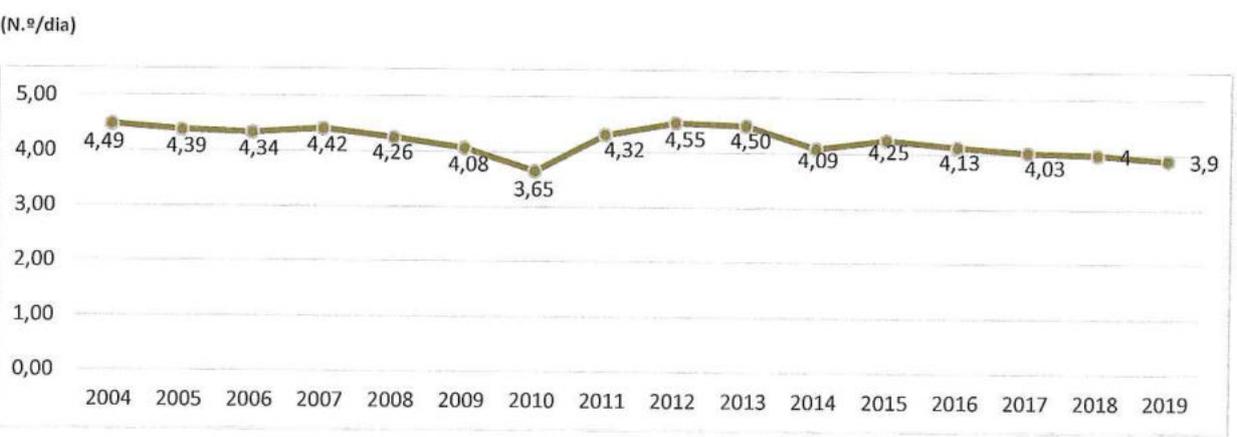
Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2020

GRÁFICO 8 | Total de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, segundo o país de residência habitual, de 2004 a 2019.

Turismo

Estadia média

A estadia média em Tavira, até 2010, teve um comportamento decrescente, tendo atingido o valor mínimo (3,65 noites) nesse ano. Desde 2015 que a estadia média tem vindo sempre a baixar, sendo que em 2019 rondava as 3,9 noites (Gráfico 9).



Fonte: Anuários Estatísticos da Região do Algarve, INE, de 2005 a 2020

GRÁFICO 9 | Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros em Tavira, de 2004 a 2019.

ESTADO DO TERRITÓRIO

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

EDIFÍCIOS

Evolução do número de edifícios

A dinâmica construtiva pode ser observada também através da variação do número de edifícios. Entre 2001 e 2011, o concelho de Tavira registou um crescimento do edificado na ordem dos 25,30%, o que representa, em termos absolutos, um aumento de 3 058 edifícios. Assim, enquanto em 2001 o parque edificado de Tavira era composto por 12 086 edifícios, em 2011, esse valor sobe para os 15 144 edifícios (Quadro 24). Ainda que este crescimento registado a nível concelhio, tenha sido generalizável a todas as freguesias, as que mais viram crescer o seu parque edificado foram as freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e de Conceição e Cabanas de Tavira, com mais 55,6% e 22,27%, respetivamente.

QUADRO 24 | Variação do número de edifícios por freguesia, de 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	2001		2011		VARIÇÃO (2001-2011)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cachopo	741	6,13%	840	5,55%	99	3,24%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	1236	10,23%	1396	9,22%	160	5,23%
Luz de Tavira e Santo Estevão	2687	22,23%	3036	20,05%	349	11,41%
Tavira (Santa Maria e Santiago)	4157	34,40%	5859	38,69%	1702	55,66%
Santa Luzia	1162	9,61%	1229	8,12%	67	2,19%
Conceição e Cabanas de Tavira	2103	17,40%	2784	18,38%	681	22,27%
Total	12086		15144		3058	

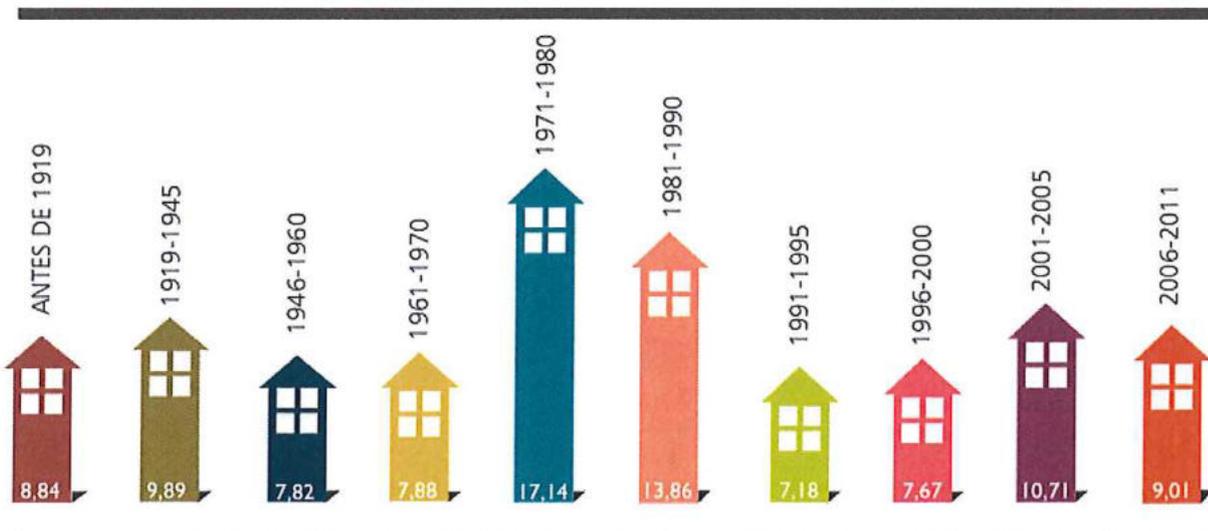
Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Edifícios

Idade do Parque edificado

Em relação à época de construção dos edifícios existentes, regista-se a relativa juventude do parque edificado, já que mais de metade dos edifícios, 65,58% foi construída posteriormente a 1971. Destes, 19,72% datam dos últimos 10 anos, pelo que os restantes 45,85% apresentam já uma idade compreendida entre os 10 e os 40 anos (Gráfico 10).

(%)



Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 10 | Idade do parque habitacional, em 2011.

Edifícios

Estado de conservação dos edifícios

Dada a relativa juventude do parque habitacional, a maioria das freguesias apresenta edifícios sem necessidades de reparação, sendo que entre os edifícios que carecem de reparações, predominam as pequenas reparações. Apenas na freguesia de Cachopo se verifica que a maioria dos seus edifícios tem necessidade de pequenas reparações (Quadro 25).

QUADRO 25 | Estado de conservação de edifícios, em 2011.

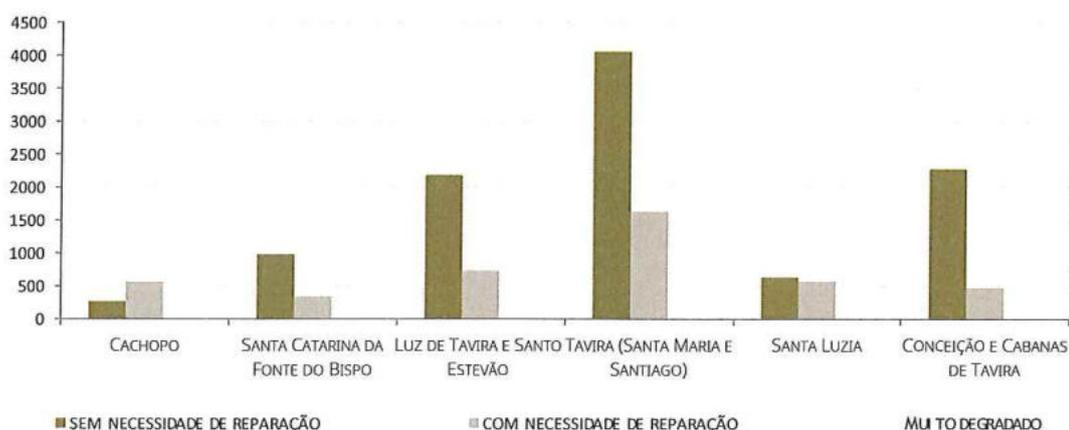
(N.º)

Unidade territorial	Sem neces. reparação	Com necessidade de reparação			Muito degradado	Total
		Pequenas reparações	Reparações médias	Grandes reparações		
Cachopo	272	416	125	24	3	840
Santa Catarina da F. Bispo	988	180	121	37	70	1396
Luz de Tavira e Sto. Estevão	2186	494	171	73	112	3036
Tavira (Santa Maria e Santiago)	4068	963	445	227	156	5859
Santa Luzia	639	433	81	62	14	1229
Conceição e Cabanas de Tavira	2280	386	79	16	23	2784
Total	10433	2872	1022	439	378	15144

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

Em termos de presença de fogos muito degradados, estes assumem alguma expressão nas freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e na freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão, onde representam cerca de 41% e 30%, respetivamente, da globalidade do parque edificado muito degradado (Gráfico 11).

(N.º)

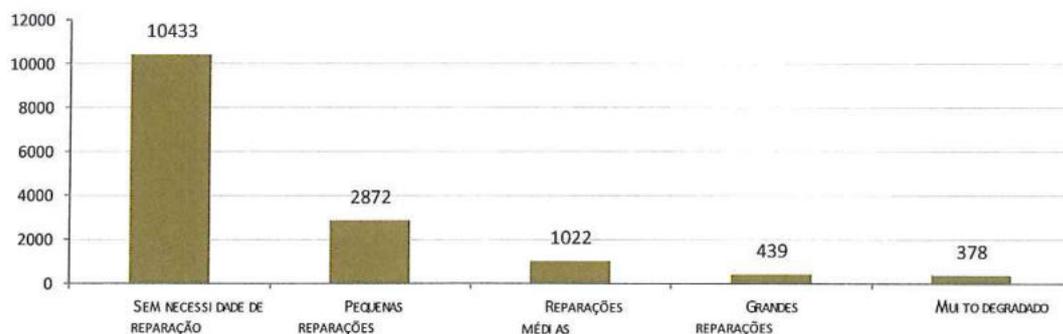


Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 11 | Estado de conservação de edifícios, em 2011.

Verifica-se ainda que o Concelho, em 2011, possui 378 edifícios muito degradados, num universo de 15 144 edifícios (Gráfico 12).

(N.º)



Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 12 | Edifícios existentes segundo o estado de conservação, em 2011.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

ALOJAMENTOS

Familiares

No período 2001-2011, verifica-se que o parque habitacional passou para 25 313 alojamentos familiares, correspondendo a um aumento de 51,2%. (Quadro 26 e Gráfico 13).

Este aumento do número de alojamentos familiares estendeu-se à totalidade das freguesias reforçando-se a tendência de crescimento verificada anteriormente. Manteve-se uma maior dinâmica do parque habitacional na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) e consolidou-se a dinâmica construtiva na freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira. No período 2001-2011, constatou-se, contudo, uma desaceleração do ritmo de crescimento do número de alojamentos familiares clássicos na freguesia de Luz de Tavira e Santo Estevão e, de forma mais acentuada, na freguesia Santa Luzia. O número efetivo de alojamentos familiares não clássicos reduziu para 21 unidades na totalidade do território concelhio, valor que se tornou inexpressivo como objeto de estudo.

QUADRO 26 | Variação do número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), em 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	2001		2011		VARIACÃO (2001-2011)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cachopo	744	4,44%	842	3,33%	98	1,14%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	1281	7,65%	1429	5,65%	148	1,73%
Luz de Tavira e Santo Estevão	2981	17,81%	3359	13,27%	378	4,41%
Tavira (Santa Maria e Santiago)	7244	43,27%	11541	45,59%	4297	50,13%
Santa Luzia	1688	10,08%	2274	8,98%	586	6,84%
Conceição e Cabanas de Tavira	2804	16,75%	5868	23,18%	3064	35,75%
Total	16742		25313		8571	

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

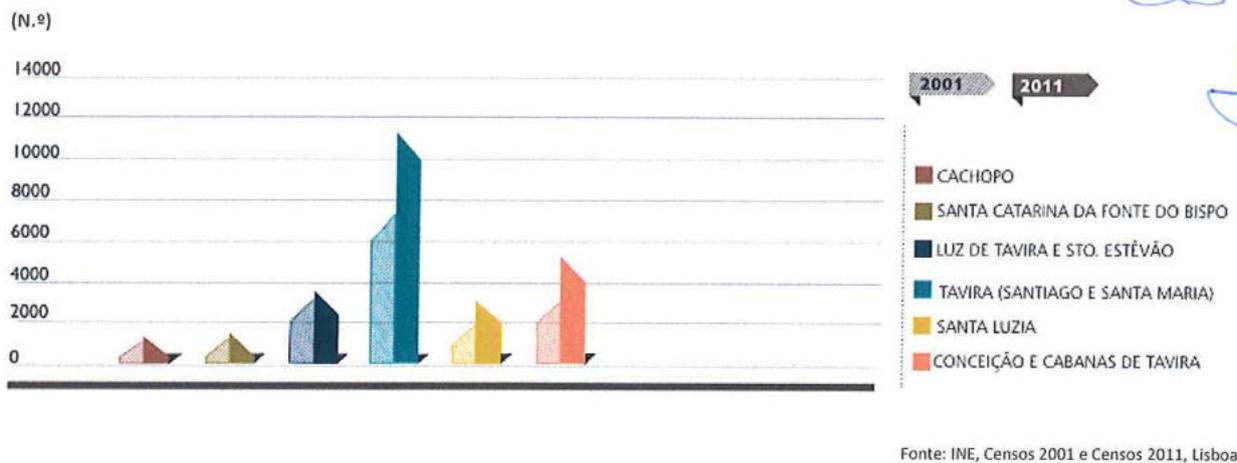


GRÁFICO 13 | Variação do número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), entre 2001 e 2011.

Conforme a figura 11 é possível observar-se que, em 2011, é na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) que existe o maior número de alojamentos familiares, seguida da freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira. Esta situação é o reflexo da área de maior densidade populacional e turística, respetivamente.

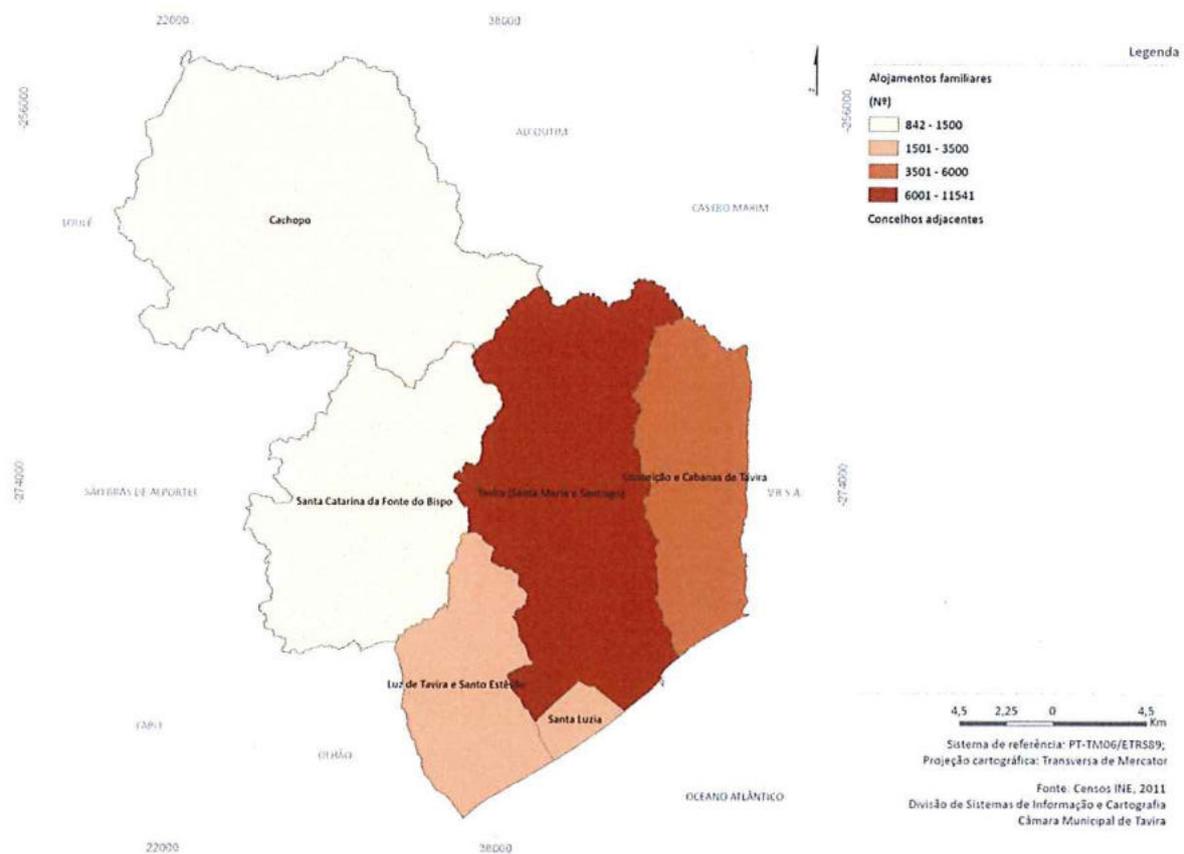


FIGURA 11 | Número de alojamentos familiares (incluindo os não clássicos/barracas e outros), em 2011.

45 RECT | RELATÓRIO DO ESTADO DO ORÇAMENTO DO TERRITÓRIO

Alojamento

Uso do parque edificado

A redução da dimensão média das famílias e a pressão urbanística a que está sujeito o Algarve ao nível dos alojamentos tem implicações no uso do parque edificado. Comparativamente com os dados de 2001, onde o parque de alojamentos clássicos de Tavira apresentava 55,17% de alojamentos ocupados como residência habitual, 34,67% destinados a residência secundária e 10,15% dos alojamentos vagos/uso sazonal, salienta-se um decréscimo na residência habitual em relação a 2011 contrariando das restantes formas de alojamento clássico (Quadro 27, Gráfico 14 e Figuras 12, 13 e 14).

A distribuição das formas de ocupação, permite identificar os seguintes padrões por freguesia:

- As freguesias da Luz de Tavira e Santo Estevão, Santa Catarina de Fonte do Bispo e Tavira (Santa Maria e Santiago) apresentam um peso superior de alojamentos ocupados em residência habitual.
- A freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira é a que apresenta um peso superior de alojamentos ocupados em residência secundária.
- As freguesias de Cachopo e Santa Luzia são as que tem um peso superior de fogos vagos/ uso sazonal.

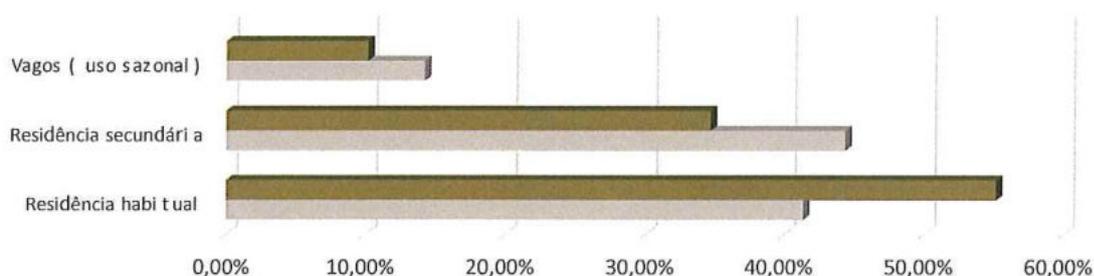
Salienta-se ainda que no contexto do concelho, a freguesia que apresenta um valor mais significativo de residência habitual é a de Tavira (Santa Maria e Santiago). Relativamente a residência secundária constata-se que as freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e de Conceição e Cabanas de Tavira representam 73,27% do valor total.

A freguesia de Santa Luzia apresenta-se como a terceira freguesia que detêm o maior de residência secundária. Quando à ocupação em alojamento sazonal e vagos a tendência mantém a forma de ocupação secundária, apenas aparecendo a freguesia de Luz de Tavira e Santo Estevão com terceira freguesia.

QUADRO 27 | Formas e ocupação dos alojamentos clássicos nas freguesias, em 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	RESIDÊNCIA HABITUAL		RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA		VAGOS (USO SAZONAL)		TOTAL N.º
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Cachopo	347	3,32%	304	2,71%	191	5,30%	842
Santa Catarina da Fonte do Bispo	731	6,99%	489	4,36%	209	5,80%	1429
Luz de Tavira e Santo Estevão	1829	17,48%	951	8,47%	572	15,87%	3352
Tavira (Santa Maria e Santiago)	5938	56,75%	4325	38,54%	1269	35,20%	11532
Santa Luzia	551	5,27%	1256	11,19%	464	12,87%	2271
Conceição e Cabanas de Tavira	1068	10,21%	3898	34,73%	900	24,97%	5866
Total	10464	41,37%	11223	44,37%	3605	14,25%	25292

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa



■ 2001 ■ 2011

Fonte: INE, Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 14 | Evolução da forma de ocupação dos alojamentos clássicos, em 2001 e 2011.

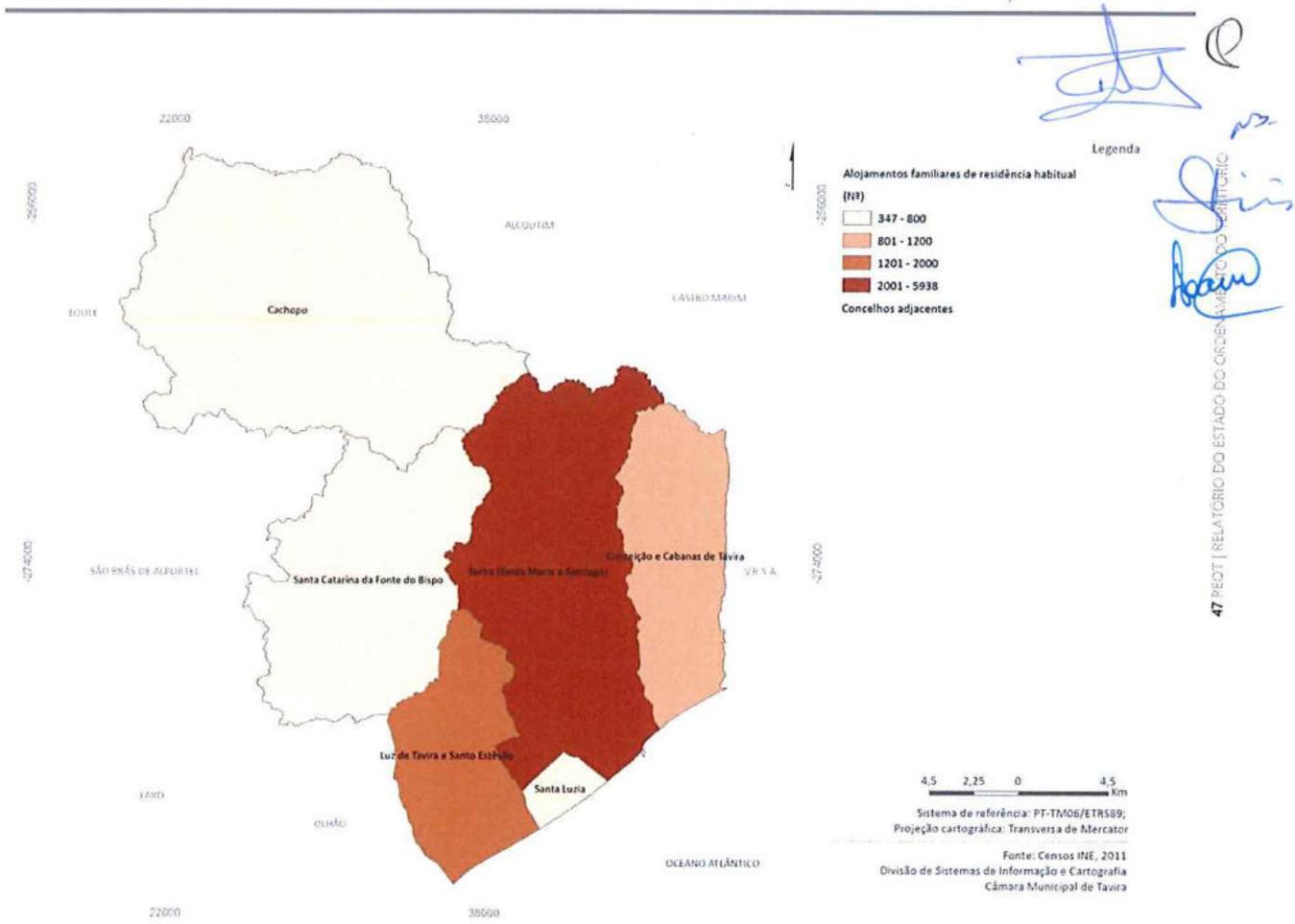


FIGURA 12 | Número de alojamentos em residência habitual nas freguesias do concelho de Tavira, em 2011.

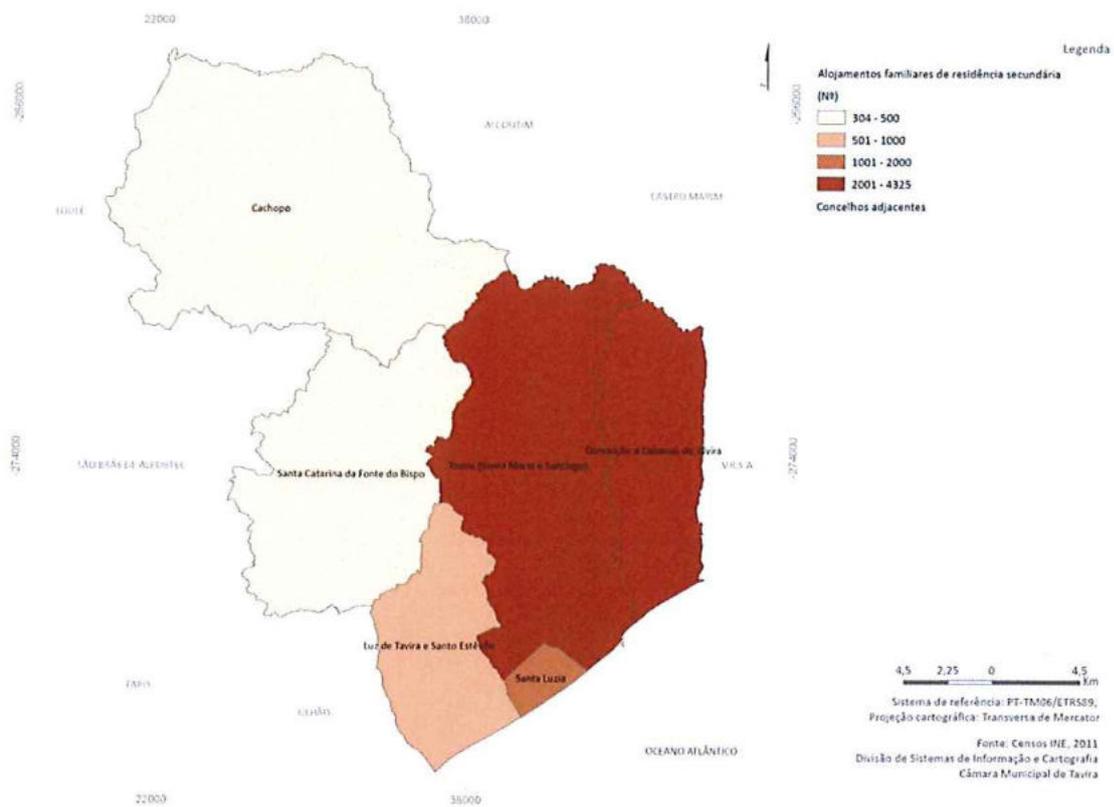
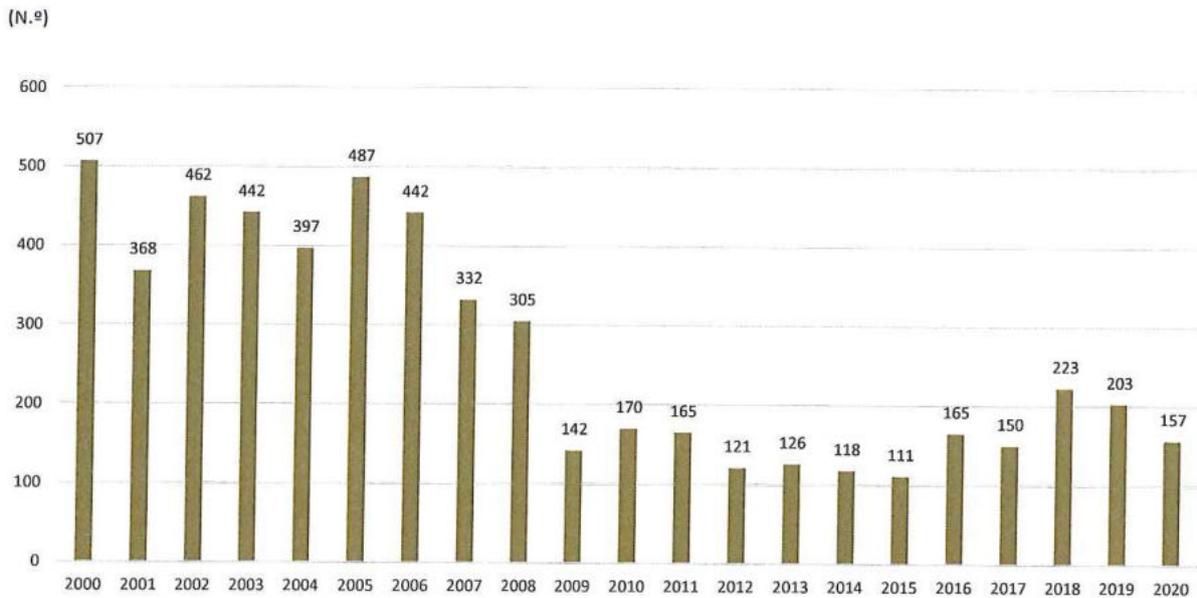


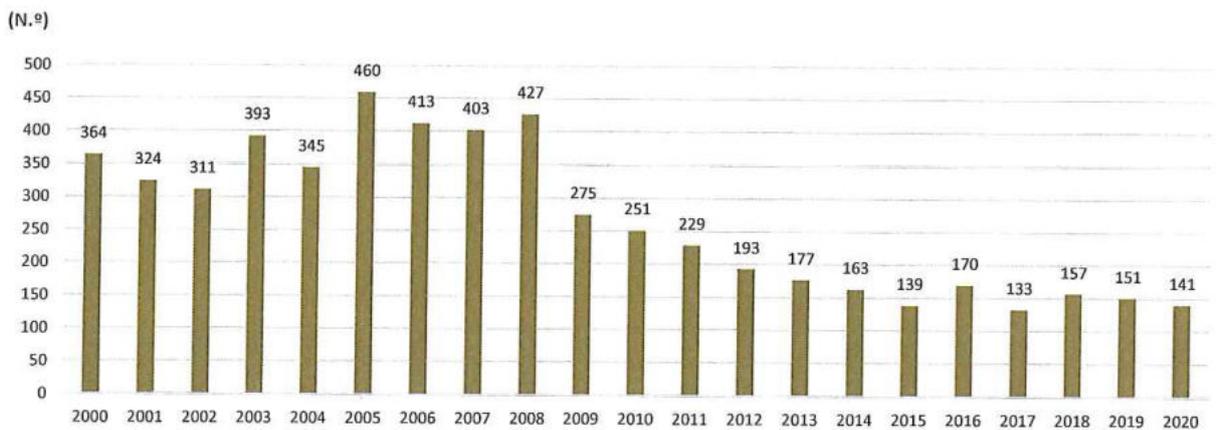
FIGURA 13 | Número de alojamentos em residência secundária, em 2011.



Fonte: CMT, 2021

GRÁFICO 15 | Evolução do número de alvarás de obras de edificação e admissão de Comunicação Prévia, de 2000 a 2020.

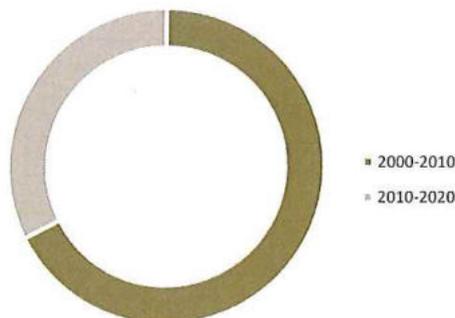
Em termos de autorizações de utilização, verifica-se uma divergência com o número de alvarás de obras emitidos. Existem vários anos em que se verificou um valor superior de emissão de autorização de utilização em relação à emissão de alvarás de obras. De 2008 a 2015 ocorreu um decréscimo progressivo do número de autorizações de utilização, se posteriormente oscilante (Gráfico 16).



Fonte: CMT, 2021

GRÁFICO 16 | Evolução do número de autorizações de utilização, de 2000 a 2020.

Comparando as duas décadas conclui-se que, na década 2000-2010, foi emitida uma proporção superior a 60% do total de alvarás de obras de edificação emitidos, admissão de Comunicação Prévia e autorizações de utilização emitidas nos últimos 20 anos, sendo claramente o período de maior dinâmica urbanística no concelho (Gráfico 17).



Fonte: CMT, 2021

GRÁFICO 17 | Proporção do número de alvarás de obras de edificação, admissão de Comunicação Prévia e autorizações de utilização emitidas, nas últimas 2 décadas.

Licenciamentos

Alvarás de loteamento

Configurando desde sempre uma das mais importantes formas de intervenção nos solos, os loteamentos urbanos constituem, quer pela abrangência da área de intervenção, quer pela visibilidade das marcas que operam no território, um dos principais indicadores urbanísticos dos níveis de ocupação do solo, com repercussões ao nível do ordenamento do território, ambiente, recursos naturais e qualidade de vida do cidadão.

Elaborou-se o levantamento de todos os processos administrativos relativos ao licenciamento de operações de loteamento com alvará emitido, de 1997 a 2020.

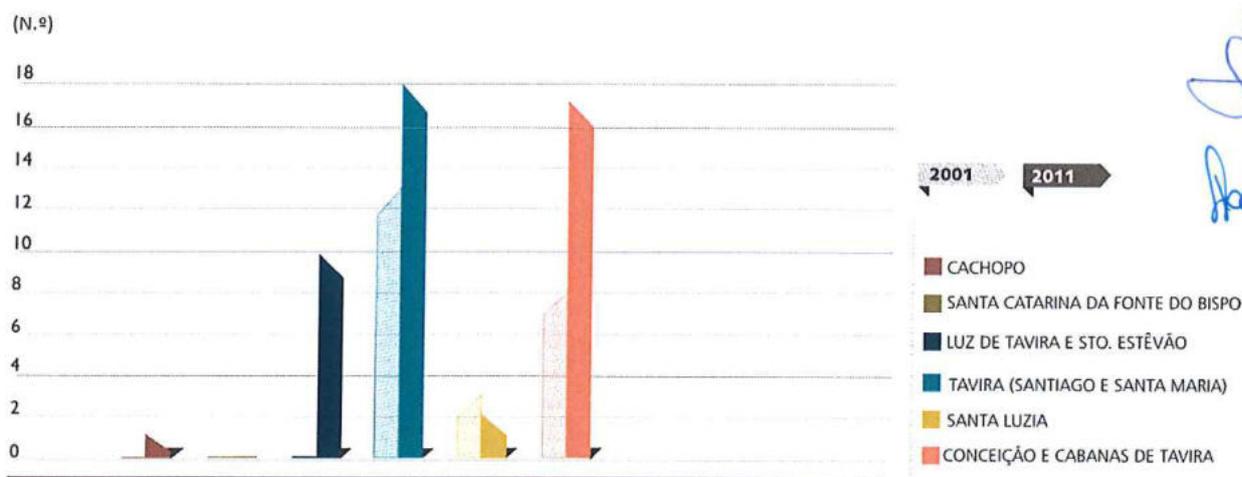
Aproveitando os dados disponíveis sobre os alvarás emitidos por freguesia, e tendo em conta a análise feita ao parque habitacional de Tavira, efetuou-se primeiramente a análise evolutiva num espaço temporal 2001-2011. Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento de alvarás emitidos na ordem das 24 unidades (Quadro 28).

QUADRO 28 | Variação do número de alvarás por freguesia, de 2001 e 2011.

UNIDADE TERRITORIAL	2001		2011		Variação (2001-2011)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cachopo	0	0,00%	1	2,08%	1	4,17%
Santa Catarina da Fonte do Bispo	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Luz de Tavira e Santo Estevão	0	0,00%	10	20,83%	10	41,67%
Tavira (Santa Maria e Santiago)	13	54,17%	18	37,50%	5	20,83%
Santa Luzia	3	12,50%	2	4,17%	-1	-4,17%
Conceição e Cabanas de Tavira	8	33,33%	17	35,42%	9	37,50%
Total	24		48		24	

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

Da análise do gráfico 18 seguinte verifica-se que na década em estudo, as freguesias com maior relevância na emissão de alvarás são as de Tavira (Santa Maria e Santiago) e de Conceição e Cabanas de Tavira.



Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011, Lisboa

GRÁFICO 18 | Emissão de alvarás de loteamento por freguesia, de 2001 e 2011.

Da análise efetuada entre 1997 e 2020 verifica-se que foram emitidos 73 alvarás de loteamento, correspondendo a um total de 2 306 366,60m² de área de intervenção, sendo o uso funcional dominante o habitacional. Relativamente aos fogos gerados a partir das operações de loteamento no período de referência, são da ordem dos 9 131 fogos, correspondendo a uma densidade habitacional média de 39,59 fogos/ha (Quadro 29).

QUADRO 29 | Alvarás e áreas de intervenção dos loteamentos, de 1997 a 2020.

ANOS	N.º DE ALVARÁS	N.º DE FOGOS	ÁREA DE INTERVENÇÃO (m ²)	ÁREA DE CONSTRUÇÃO (m ²)	
				PARA HABITAÇÃO	PARA COMÉRCIO/ SERVIÇOS/OUTROS
1997	1	50	11.528,00	5.776,00	0
1998	3	689	89.492,00	56.482,99	2.212,00
1999	5	628	22.937,58	81.251,17	899,05
2000	2	263	50.185,00	40.064,00	250,00
2001	6	1420	170.824,09	124.300,17	7.910,48
2002	12	1601	720.858,20	178.507,87	10.706,57
2003	9	1206	258.976,50	147.753,18	10.993,19
2004	3	239	31.485,50	20.993,30	160,00
2005	3	192	141.848,00	21.481,40	34.893,19
2006	6	631	117.953,50	72.085,40	1.112,30
2007	7	842	121.589,35	91.682,73	1.481,40
2008	5	249	62.601,14	31.004,02	0,00
2009	2	111	239.139,44	14.314,86	89.554,08
2010	1	152	18.145,00	14.730,00	90,00
2011	2	35	19.349,47	7.916,45	0,00
2012	4	641	156.856,83	73.189,96	8.134,50
2013	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0
2015	0	0	0	0	0
2016	1	151	55.870,00	40.528,00	7.175,00
2017	0	0	0	0	0
2018	1	31	16.727,00	6.610,00	0

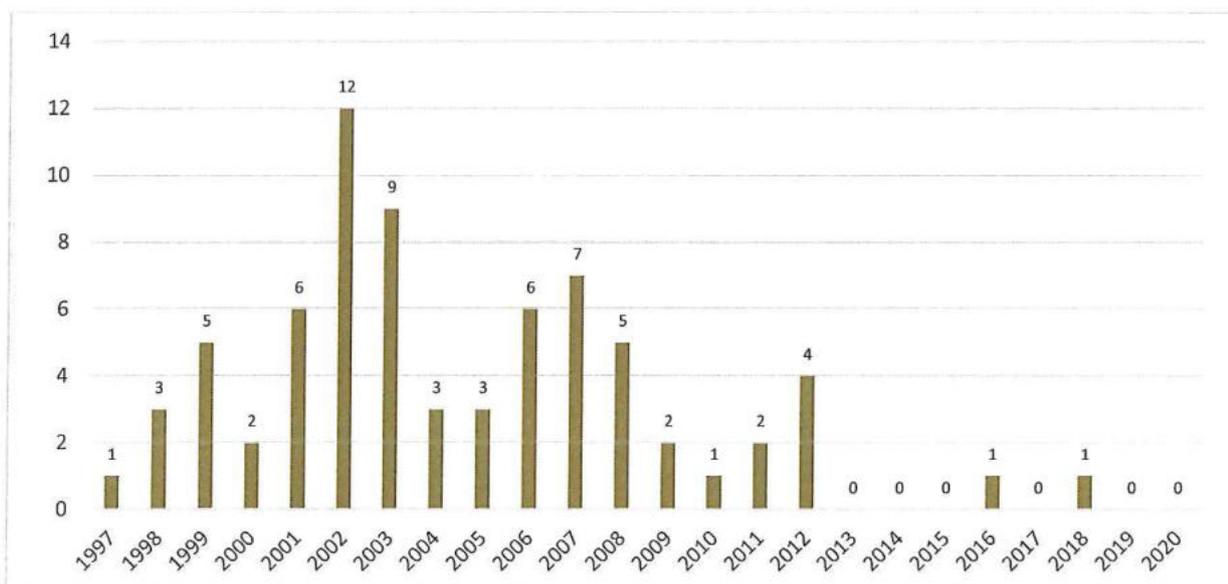
2019	0	0	0	0
2020	0	0	0	0
Totais	73	9 131	2 306 366,60	1 028 671,50

175 571,76

Fonte: CMT, 2021

Na distribuição dos 73 alvarás de loteamento emitidos, verifica-se que o maior número ocorreu em 2002 (12) e 2003 (9). Na última década, portanto, entre 2010 e 2020, ocorreu a emissão de apenas 9 alvarás de loteamento no concelho de Tavira, sendo que neste período de 10 anos surgiram 6 anos em que não foi emitido nenhum alvará de loteamento (Gráfico 19).

(N.º)



Fonte: CMT, 2021

GRÁFICO 19 | Alvarás de loteamento emitidos, de 1997 a 2020.

No sentido de se obter uma leitura da evolução dos alvarás emitidos por freguesia desde a entrada em vigor do PDM de Tavira até à data atual elaborou-se o quadro 30 e gráfico 20 seguintes.

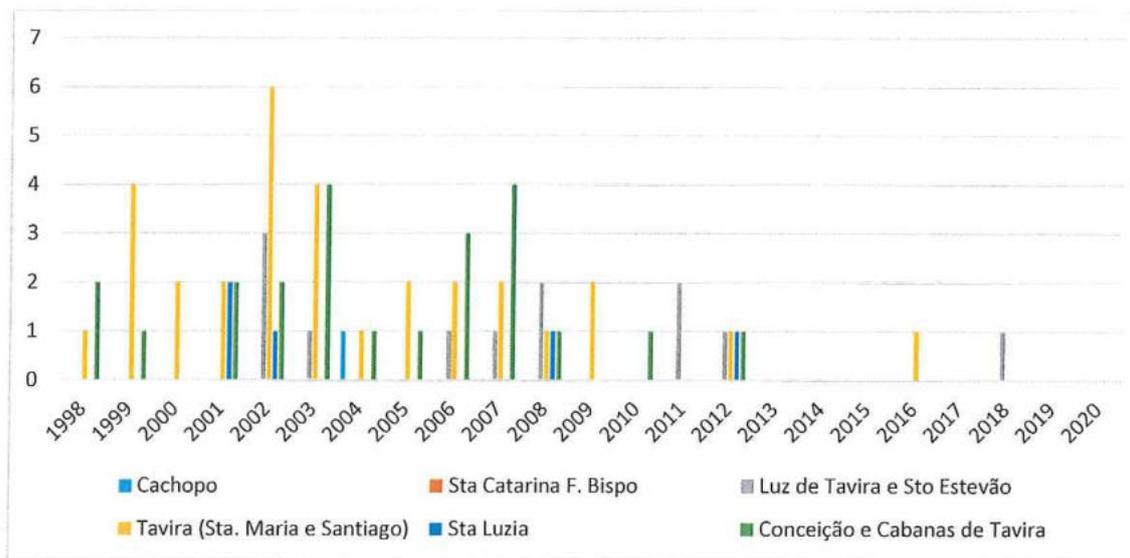
QUADRO 30 | Alvarás emitidos por freguesia, de 1997 a 2020.

(N.º)

Unidade territorial	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cachopo	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sta. Catarina F. Bispo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Luz de Tavira e Sto. Estevão	0	0	0	0	0	3	1	0	0	1	1	2	0	0	2	1	0	0	0	0	0	1	0	
Tavira (Sta. Maria e Santiago)	0	1	4	2	2	6	4	1	2	2	2	1	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	
Sta. Luzia	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Conceição e Cabanas de Tavira	1	2	1	0	2	2	4	1	1	3	4	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Totais	1	3	5	2	6	12	9	3	3	6	7	5	2	1	2	4	0	0	0	1	0	1	0	

Fonte: CMT, 2021

(N.º)

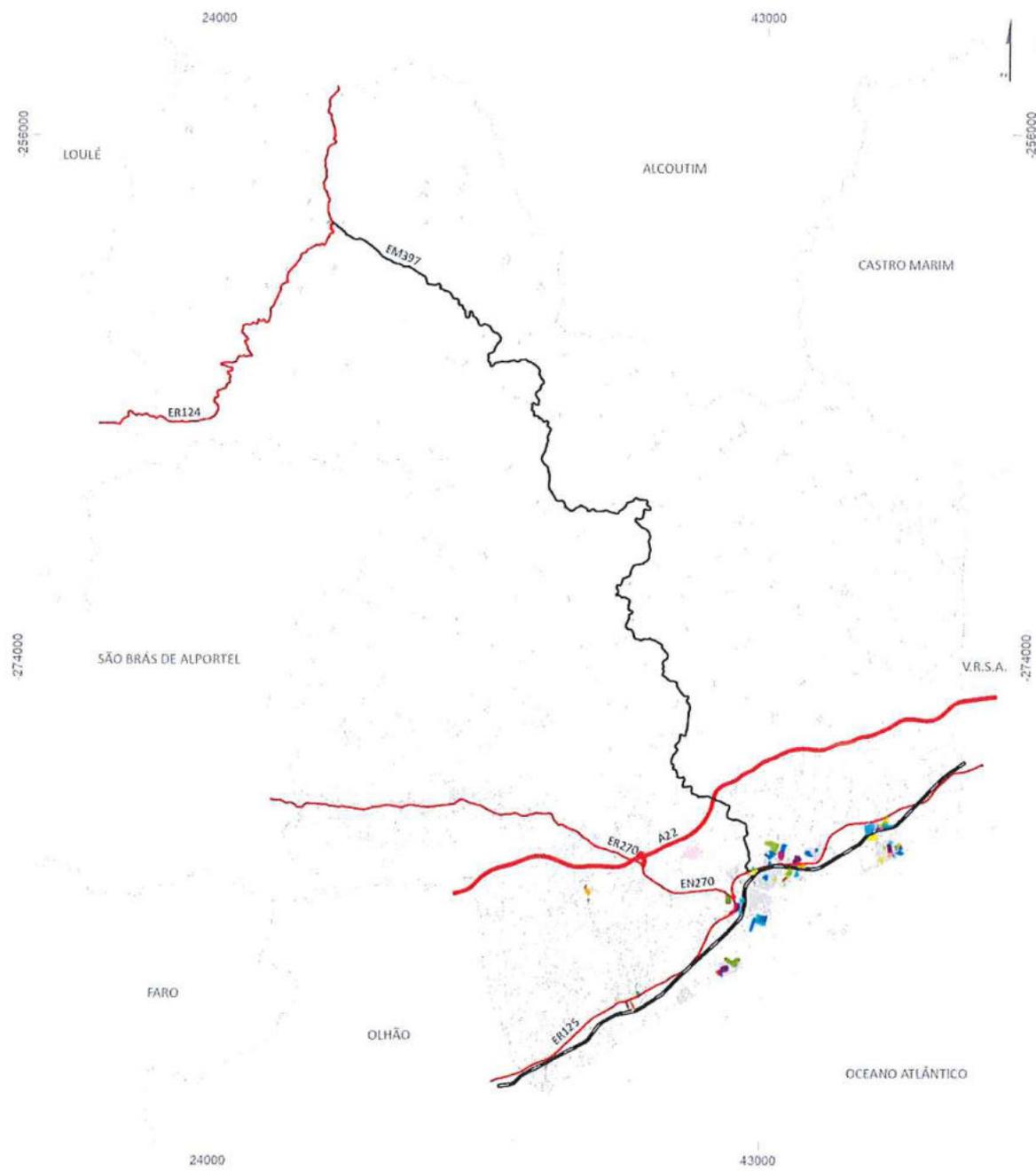


Fonte: CMT, 2021

GRÁFICO 20 | Evolução dos alvarás por freguesia, de 1997 a 2020.

Constata-se que as freguesias com maior número de alvarás emitidos e de certo modo distribuídos ao longo do período em análise foram as de Tavira (Santa Maria e Santiago), de Conceição e Cabanas de Tavira e de Luz de Tavira e Santo Estevão.

A localização das operações de loteamento e as suas características paramétricas permitem conhecer o preenchimento das áreas urbanas e urbanizáveis classificadas no PDM de Tavira, deste modo, por forma a obter uma leitura da distribuição geográfica dos alvarás emitidos, apresentam-se as figuras seguintes. Na figura 15 é possível verificar a distribuição espacial dos alvarás de loteamento emitidos entre 1997 e 2020, sendo evidente a edificação junto à faixa litoral.



Legenda

Ano de emissão do alvará		Concelhos adjacentes	
1997	2003	2009	
1998	2004	2010	
1999	2005	2011	
2000	2006	2012	
2001	2007	2016	
2002	2008	2018	



Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89;
 Projeção cartográfica: Transversa de Mercator

Fonte: CMT, 2021
 Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia
 Câmara Municipal de Távira

54 REGI | RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

FIGURA 15 | Distribuição dos alvarás de loteamento emitidos no concelho de Távira, de 1997 a 2020.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

PARQUE HABITACIONAL MUNICIPAL

Número de fogos

Em 2015 existiam 599 fogos de habitação municipal, no entanto, devido a processos de alienação, em 2019 eram geridos pelo Município 591 alojamentos, o equivalente a 2,3% do parque habitacional do concelho. Estes alojamentos acolhem 1 561 habitantes repartidos por 12 empreendimentos municipais distribuídos pelas 6 freguesias do concelho.

A freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) apresenta a maior proporção de alojamentos (77,3%), seguida pela freguesia de Conceição e cabanas de Tavira, com 10% (Figura 16 e Quadro 31).

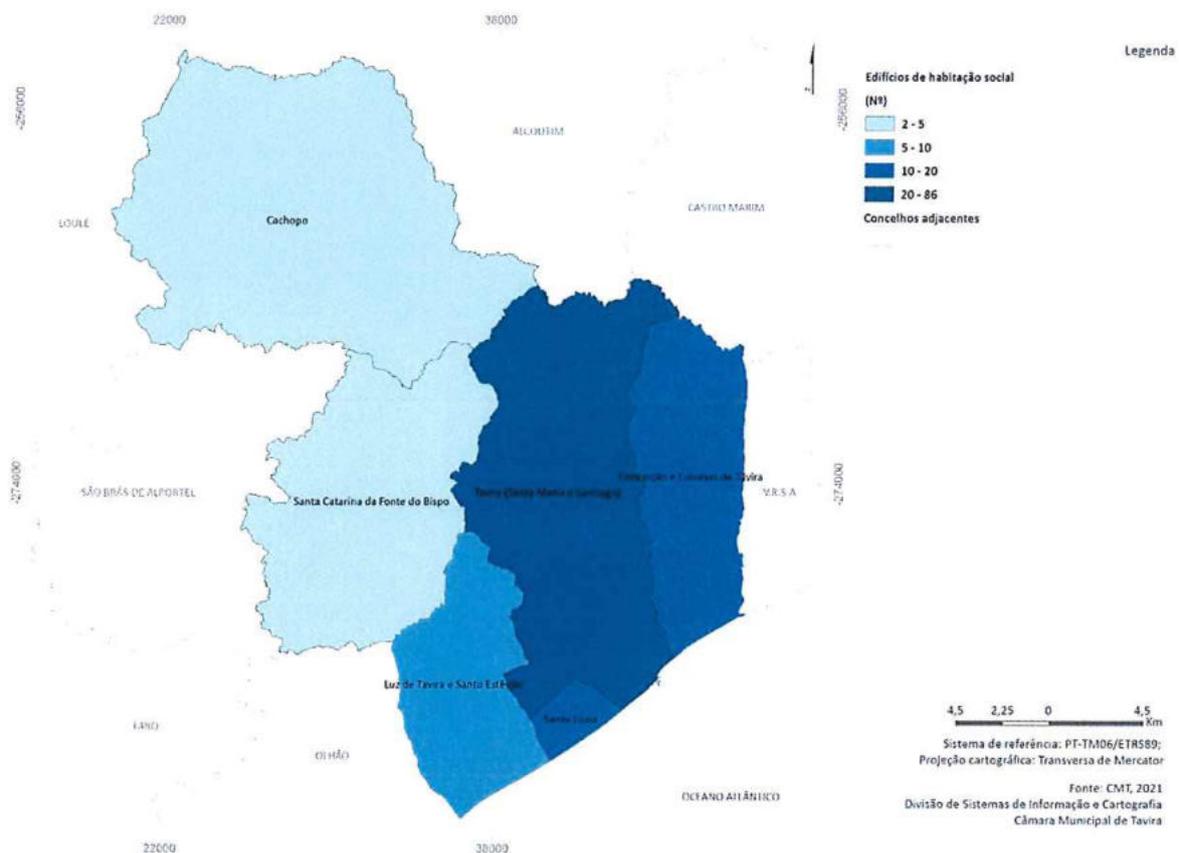


FIGURA 16 | Distribuição dos edifícios de habitação social segundo o número de alojamentos.

QUADRO 31 | Número de edifícios e fogos de habitação social.

UNIDADE TERRITORIAL	N.º TOTAL DE EDIFÍCIOS	N.º TOTAL DE FOGOS	N.º DE FOGOS POR EDIFÍCIO
Concelho de Tavira	127	591	4,7
Cachopo	2	5	2,5
Conceição e Cabanas de Tavira	12	50	4,2
Luz de Tavira e Santo Estêvão	7	19	2,7
Santa Catarina da Fonte do Bispo	4	24	6,0
Santa Luzia	15	36	2,4
Tavira (Santa Maria e Santiago)	87	457	5,3

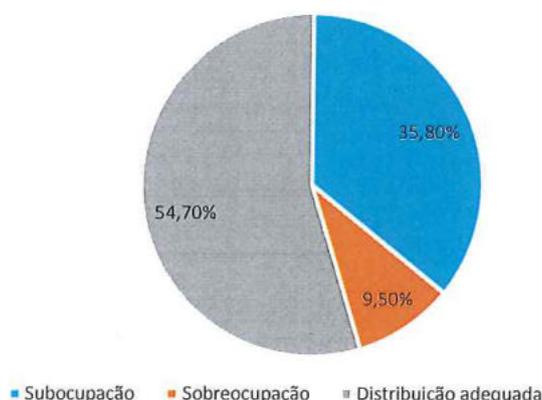
A maioria (71%) dos edifícios possui 2 ou mais alojamentos, conduzindo a um rácio de 4,7 fogos por edifício.

Parque Habitacional Municipal

Regime de ocupação

Os fogos de habitação social encontram-se maioritariamente ocupados sob o regime de arrendamento apoiado (87,1%), seguindo-se o regime de renda apoiada (10,3%).

Ao nível do índice ocupacional verificavam-se 9,5% dos agregados a viverem em situação de sobreocupação habitacional, concomitantemente com 35,8% dos alojamentos que se apresentavam em subocupação (Gráfico 21).



Fonte: CMT, ELH TAVIRA - Estratégia Local de Habitação, 2021

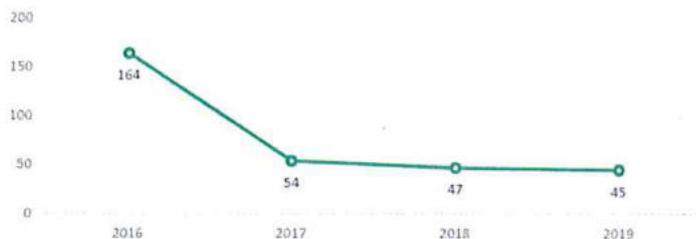
GRÁFICO 21 | Alojamentos de acordo com o índice ocupacional (%).

Parque Habitacional Municipal

Candidaturas

A maioria das candidaturas, registadas até dezembro de 2019, datam de 2016 - ano em que se instituiu o procedimento concursal por inscrição que tem por objeto a oferta das habitações que são identificadas, em cada momento, para atribuição aos/as candidatos/as que, de entre os/as que se encontram, a altura, inscritos/as em listagem própria, estejam melhor classificados/as, em função dos critérios de hierarquização e de ponderação estabelecidos para o efeito.

A apresentação de novas candidaturas tem registado uma relativa estabilização nos últimos anos (Gráfico 22).



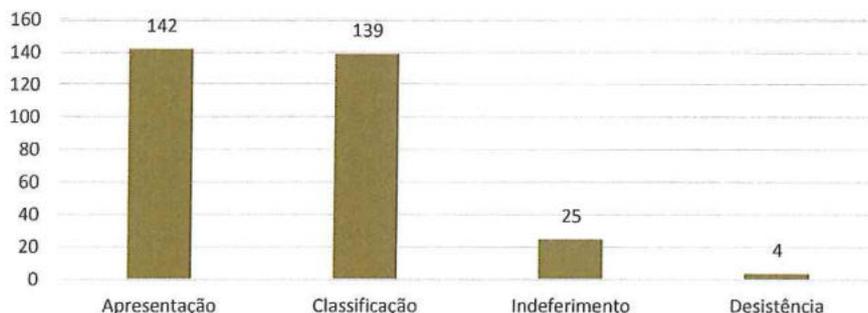
Fonte: CMT, ELH TAVIRA - Estratégia Local de Habitação, 2021

GRÁFICO 22 | Evolução das candidaturas para acesso a habitação em regime de arrendamento apoiado (N.º)

O número de candidaturas classificadas compreende 44,8% do total de requerimentos entrados, sendo que 45,8% encontram-se consideradas não classificadas (perante a não verificação de subsequente procedimento de concurso), 8,1% indeferidas e 1,3% foram alvo de desistência.

Perante 139 candidaturas classificadas, cumprindo os requisitos para aceder a uma habitação municipal, a disponibilidade de fogos existentes é manifestamente insuficiente para satisfazer a procura (Gráfico 23).

(N.º)



Fonte: CMT, ELH TAVIRA - Estratégia Local de Habitação, 2021

GRÁFICO 23 | Estado das candidaturas para acesso a habitação.

ESTADO DO TERRITÓRIO

EQUIPAMENTOS CULTURA

Os equipamentos culturais constituem importantes estruturas físicas para a promoção do território, de socialização e garantia da qualidade de vida das populações, nomeadamente de acesso dos cidadãos aos bens culturais.

Ao longo de década e meia o Município recuperou inúmeros edifícios que permitiram que Tavira pudesse ter instalações condignas para atividades fundamentais ao desenvolvimento cultural e educativo, como biblioteca pública, museu municipal com rede polinucleada, arquivo histórico e centro de ciência.

O concelho de Tavira possui hoje um conjunto valorizado de equipamentos que contribuem para a dinamização divulgação e fomento de múltiplas atividades culturais, identificando-se **29 espaços/equipamentos** culturais (Quadro 32).

QUADRO 32 | Listagem de equipamentos culturais.

N.º	Designação
1	Núcleo museológico da Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo
2	Centro interpretativo do abastecimento de água a Tavira
3	Núcleo museológico de Cachopo
4	Casa André Pilarte
5	Arquivo Municipal
6	Núcleo Arqueológico do Bairro Almóada da Pousada do Convento de Nossa Senhora da Graça

-
- 7 Núcleo museológico da pesca do atum
 - 8 Torre de Tavira - Câmara obscura
 - 9 Palácio da Galeria
 - 10 Casa das Artes de Tavira
 - 11 Cineteatro António Pinheiro*
 - 12 Biblioteca Municipal Álvaro de Campos
 - 13 Coreto
 - 14 Casa do Povo de Santo Estêvão
 - 15 Casa do Povo da Conceição de Tavira
 - 16 Clube de Tavira
 - 17 Ermida de Santa Ana
 - 18 Ermida de São Sebastião
 - 19 Espaço da Corredoura
 - 20 Igreja da Misericórdia
 - 21 Igreja do Carmo
 - 22 Centro Ciência Viva de Tavira
 - 23 Mercado da Ribeira
 - 24 Praça da República
 - 25 Sociedade Recreativa Musical Luzense
 - 26 Núcleo Museológico Islâmico
 - 27 Casa do Povo de Santa Catarina da Fonte do Bispo
 - 28 Espaço expositivo na Igreja Matriz de Santa Maria
 - 29 Espaço expositivo da "Casa Fotografia Andrade"

*Encontra-se a decorrer a obra de reabilitação deste equipamento.

Fonte: CMT, 2021

Em termos de distribuição geográfica, verifica-se uma concentração na área urbana da freguesia de Tavira (Santiago e Santa Maria), que concentra 79% do total de equipamentos culturais. A sede do concelho desempenha papel fundamental na atividade cultural, e com a maioria dos equipamentos implantados na margem sul do rio Gilão (Figura 17).

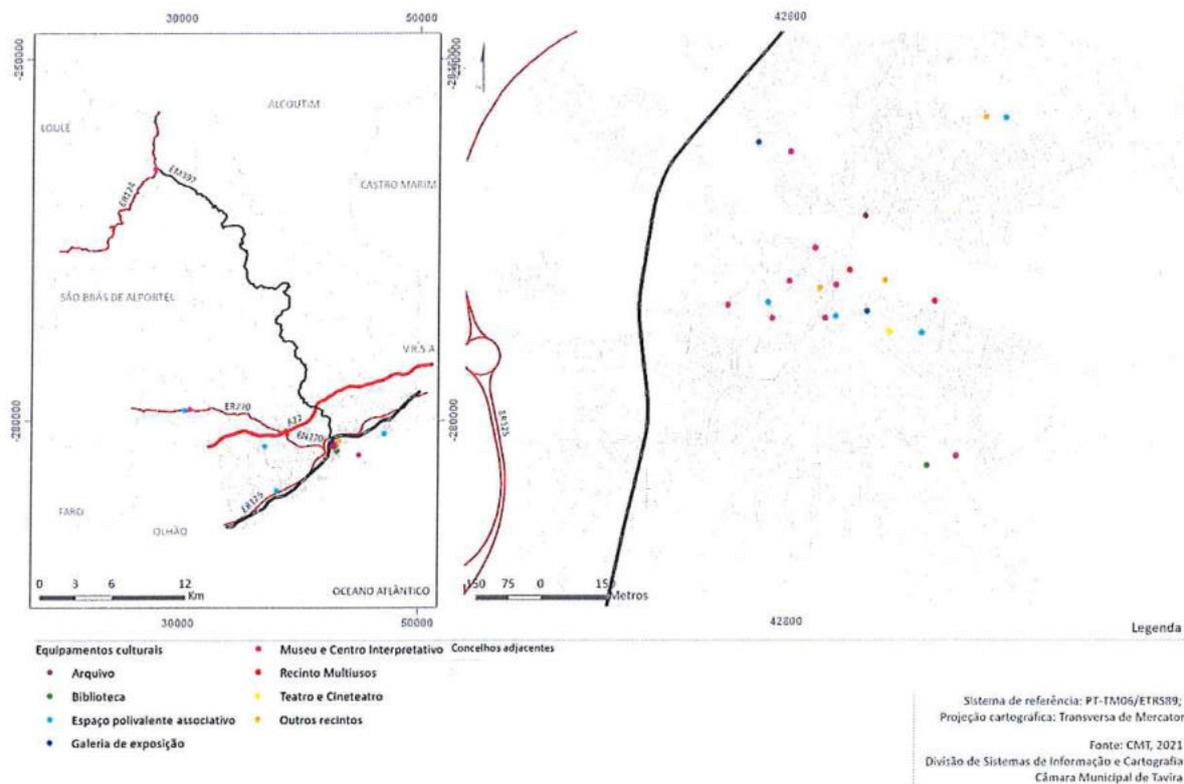


FIGURA 17 | Distribuição dos equipamentos culturais no concelho de Tavira.

Salienta-se ainda a existência de espaços que, apesar de terem outras funções, recebem espetáculos: Ermida de São Roque, Ermida de S. Sebastião, Ermida de Santana, Igreja das Ondas e Claustros do Convento do Carmo.

Equipamentos

DESPORTO

Os espaços onde se realizam as atividades desportivas podem ser agrupados em espaços naturais ou espaços adaptados e espaços artificiais.

Dada a variedade de tipologias dos equipamentos desportivos, usualmente, estes encontram-se agrupados em desportivos de base, desportivos especializados ou monodisciplinares e em desportivos especiais para o espetáculo desportivo.

Para efeitos deste estudo apenas se caracterizam os equipamentos fundamentais da rede, neste caso, os equipamentos de base, que se encontram classificados como equipamentos formativos.

Segundo recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), o critério que se tem vindo a adotar, mas obviamente sem carácter estanque, baseia-se na atribuição de uma quota global de 4m² de superfície desportiva útil por habitante, que se reparte pelas tipologias consideradas como equipamentos base.

De acordo com os dados, existem 35 ao nível dos equipamentos de base formativos, que ocupam uma área de 51 251,90m² distribuídos por todas as freguesias do concelho, existindo uma, natural, maior concentração destas estruturas na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) que integra a cidade (Quadro 33 e Figura 18).

QUADRO 33 | Oferta de equipamentos desportivos de base formativos, domínio público, em 2021.

Grupo	N.º	Área (m²)
Grandes Campos de Jogos	5	29345,70
Pequenos Campos de jogos	22	16954,70
Pavilhões Desportivos	5	3867,25
Salas de Desporto	2	666,74
Piscinas Cobertas	1	417,50
TOTAL	35	51251,90

Fonte: CMT, 2021

No conjunto das tipologias oferecidas, como se pode constatar no quadro anterior, destacam-se, o grupo dos pequenos campos de jogos (polidesportivos e campos de ténis), seguido dos pavilhões desportivos e dos grandes campos de jogos, e já a uma considerável distância pelas salas de desporto. Em menor número estão as superfícies aquáticas, existindo apenas um complexo de piscinas.

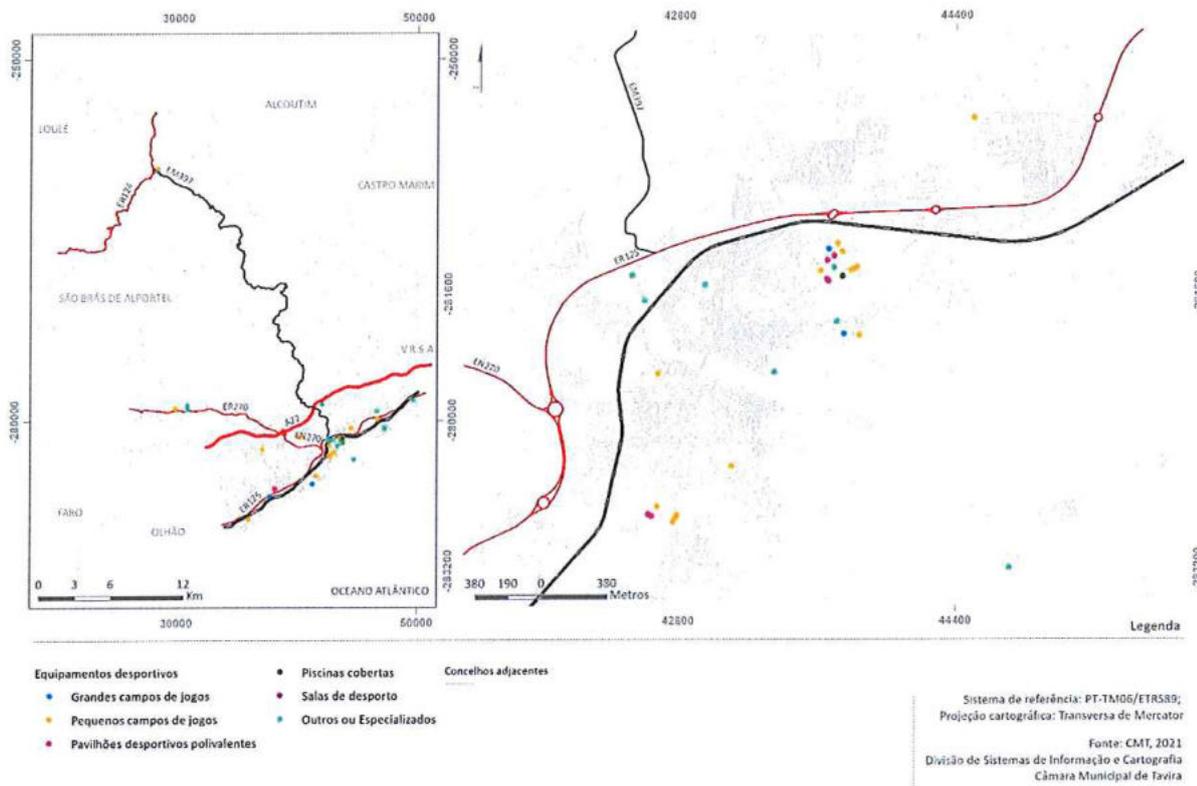


FIGURA 18 | Distribuição dos equipamentos desportivos no concelho de Tavira, em 2021.

Equipamentos

EDUCAÇÃO

A rede escolar do concelho de Tavira é constituída por 26 estabelecimentos de educação, sendo que a **rede pública**, num total de 14 estabelecimentos, conta com os seguintes níveis de ensino: 6 de pré-escolar, 9 escolas do 1º ciclo do ensino básico, 2 escolas do 2º/3º ciclo do ensino básico e uma escola secundária. Dos 12 estabelecimentos da **rede privada**, destacam-se as seguintes valências: 2 estabelecimentos com 1º ciclo do ensino básico, 9 com pré-escolar, 10 com creche e 8 com berçário (Figura 19).

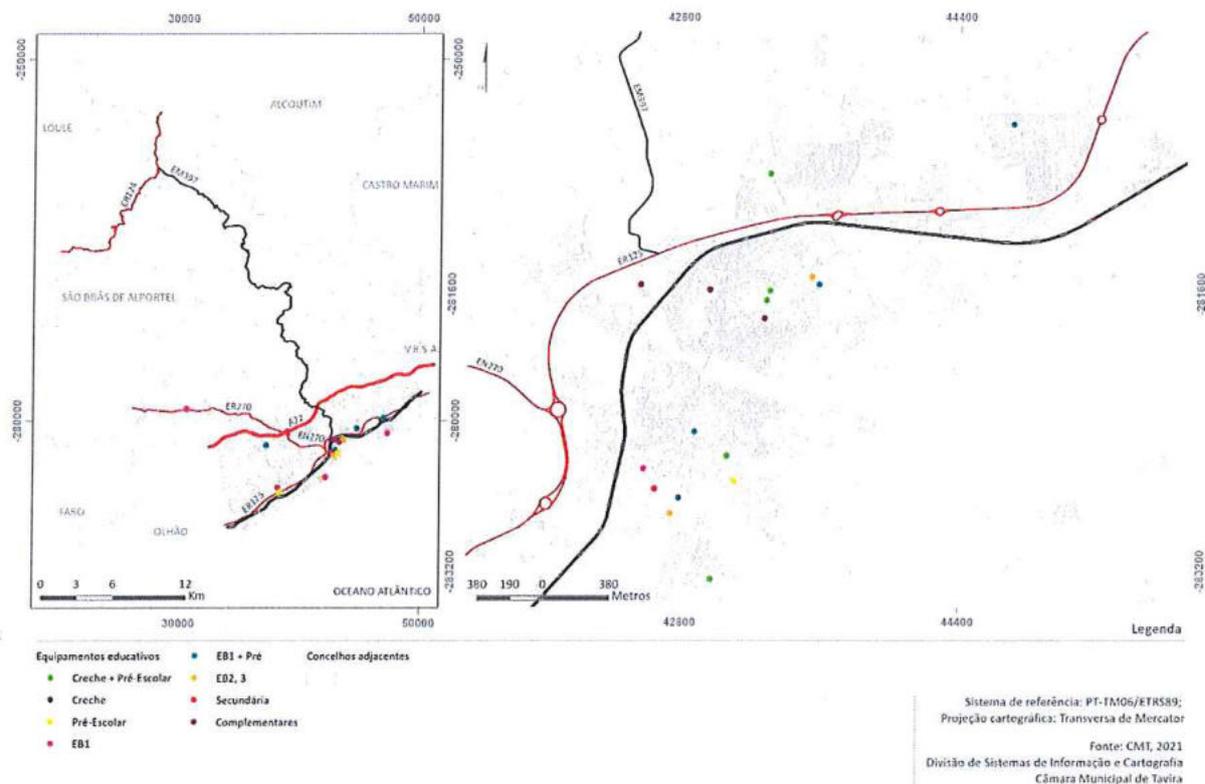


FIGURA 19 | Distribuição dos estabelecimentos de ensino (rede pública e privada).

A rede pública de escolas estrutura-se em dois agrupamentos, o Agrupamento de Escolas D. Manuel I e o Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia, de acordo com a seguinte organização:

a) Agrupamento de Escolas D. Manuel I:

- EB2, 3 D. Manuel I (sede do agrupamento);
- EB1/JI D. Manuel I;
- EB1/JI Santo Estêvão;
- EB1 Luz de Tavira;
- EB1 Santa Luzia;
- EB1 Santa Catarina;
- EB1 n.º 1 de Tavira;
- JI Eco;
- JI Luz de Tavira.

b) Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia:

- Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia (sede do agrupamento);
- Escola EB2, 3 D. Paio Peres Correia;
- EB1/JI Conceição;
- EB1/JI Horta do Carmo;
- EB1 Cabanas.

Educação

Pré-escolar

A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e, no seu aspeto formativo, é complementar e ou supletiva da ação educativa da família. É um sector da educação de regime facultativo que precede a educação escolar obrigatória e é universal para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos de idade. A universalidade prevista implica, para o Estado, o dever de garantir a existência de uma rede que permita a inscrição de todas as crianças, em regime de gratuidade da componente educativa.

O concelho de Tavira, ao nível do ensino pré-escolar (3-5 anos), tem 6 estabelecimentos de ensino da rede pública, correspondendo a uma capacidade de resposta para 244 alunos. A rede privada de equipamentos de apoio à infância é composta por 10 estabelecimentos, com capacidade para 448 crianças a nível do pré-escolar (Quadro 34).

Conforme dados do quadro 35 ao nível da taxa de ocupação dos estabelecimentos de apoio à infância verifica-se que, de uma forma global, quer a rede pública, quer a rede privada, encontram-se dimensionadas face à frequência registada, sendo que:

- no pré-escolar público, a taxa de ocupação mais elevada regista-se na Horta do Carmo (100%) e no JI da Luz de Tavira (100%). A menos elevada é a do J. Inf. D. Manuel I (82%);
- no pré-escolar privado, a taxa de ocupação mais elevada verifica-se no C. Infantil – A Semente (98%), o Centro Nossa Senhora das Dores (88%) e o Jardim de Infância – O Girassol (87,5%). A menos elevada é a do Colégio Internacional Santiago (12%);
- Na valência Creche, alguns estabelecimentos encontram-se a funcionar na sua capacidade máxima (100%): C. Infantil – O Pinóquio; C. Infantil – A Semente; Centro Nossa Senhora das Dores; Associação Centro Comunitário de Santa Luzia e Centro de Apoio Integrado a Crianças – A Gaivota.

QUADRO 34 | Taxas de ocupação (pré-escolar, creche e berçário), 2020/2021.

		Estabelecimentos N.º	Capacidade N.º	Alunos (2020/2021) N.º	Tx. Ocupação (%)
Pré-Escolar	Público	6	244	226	92,6
	Privado	10	448	354	79,0
	Total	16	692	580	83,8
Creche	Privado	10	387	335	86,6
Berçário	Privado	9	110	85	77,3

Fonte: CMT, 2021

QUADRO 35 | Equipamentos de apoio à infância (público e privado), 2020/2021.

Estabelecimento	Domínio	Entidade Gestora	Freguesia	Conservação ¹⁰	Valência [1]	Capacidade N.º	Alunos N.º	Tx. Ocupação (%) ¹¹
J. Inf. Tavira - O ECO			Tavira (Sta. Maria e Santiago)	Bom	Pré	75	70	93,3
J. Inf. Luz de Tavira			Luz de Tavira e Sto. Estêvão	Bom	Pré	25	25	100,0
J. Inf. Conceição	Público	Autarquia	Conceição e Cabanas de Tavira	Muito Bom	Pré	22	21	95,5
J. Inf. D. Manuel I			Tavira (Santa Maria e Santiago)	Bom	Pré	50	41	82,0
J. Inf. Horta do Carmo			Tavira (Sta. Maria e Santiago)	Muito Bom	Pré	50	50	100,0

J. Inf. Santo Estêvão		Luz de Tavira e Sto. Estêvão	Muito Bom	Pré	22	19	86,4
Creche do J. Esc. Inf. João de Deus de Tavira	Ass. de Jardins Escola João de Deus	Tavira (Santa Maria e Santiago)	Muito Bom	Creche	38	31	81,6
				Pré	75	59	78,7
Ass. J. Esc. Infantil de Tavira - O Pimpão	Jardim Escola/Infantário de Tavira - O Pimpão	Tavira (Sta. Maria e Santiago)	Bom	Berçário	10	8	80,0
				Creche	48	45	93,8
C. Infantil - O Pinóquio	Sta. Casa da Misericórdia de Tavira	Tavira (Sta. Maria e Santiago)	Bom	Pré	75	61	81,3
				Berçário	11	8	72,7
				Creche	36	36	100,0
C, Infantil - A Semente	Cruz Vermelha Portuguesa	Tavira (Sta. Maria e Santiago)	Bom	Pré	75	64	85,3
				Berçário	10	10	100,0
				Creche	31	31	100,0
C, Infantil N. Senhora das Dores	C, Social N. Senhora das Dores Santa Catarina	Sta. Catarina da Fonte do Bispo	Bom	Pré	8	8	100,0
				Berçário	16	16	100,0
				Creche	25	22	88,0
J. Infância - O Girassol	Privado Santa Casa da Misericórdia de Tavira	Santa Luzia	Bom	Pré	24	21	87,5
				Berçário	9	9	100,0
Ass. Centro Comunitário de Santa Luzia	Âncora - Centro Comum. de Santa Luzia	Santa Luzia	Bom	Creche	16	16	100,0
				Pré	20	17	85,0
				Berçário	11	3	27,3
J. Infantil - A Boneca	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	Conceição e Cabanas de Tavira	Bom	Creche	34	24	70,6
				Pré	54	39	72,2
				Berçário	19	7	36,8
Centro de Apoio Integrado a Crianças - A Gaivota	Cruz Vermelha Portuguesa	Tavira (Sta. Maria e Santiago)	Muito Bom	Creche	33	33	100,0
				Pré	25	19	76,0
Centro Intergeneracional da Pegada	Centro Social Paroquial de Santa Maria	Tavira (Sta. Maria e Santiago)	Muito Bom	Berçário	16	16	100,0
				Creche	66	41	62,1
Ass. o Pontão - Creche	Ass. Solidariedade Social da Conceição de Tavira	Conceição e Cabanas de Tavira	Muito Bom	Creche	69	62	89,9
				Berçário	16	16	100,0
Colégio Santiago Internacional	Colégio Santiago Internacional	Tavira (Sta. Maria e Santiago)	Muito Bom	Pré	25	3	12,0

Fonte: CMT, 2021

Educação

Ensino básico – 1.º Ciclo

De acordo com a Lei de bases do Sistema Educativo, o ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, com ingresso aos 6 anos de idade, o 2º de dois anos e o 3º de três anos, obedecendo a uma lógica progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior. O ensino secundário tem a duração de três anos, organizado segundo forma diferenciada, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todos eles formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante, ou de índole artística, e de língua e cultura portuguesas.

Para efeitos de escolaridade obrigatória, ensino universal e gratuito, considera-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos. A escolaridade obrigatória cessa com a obtenção de diploma de nível secundário ou, independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos¹ (Quadro 36).

¹ Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto.

QUADRO 36 | Estabelecimentos de ensino - 1.º ciclo, 2020/2021.

Estabelecimento	Domínio	Freguesia	Conservação	Valência	Capacidade N.º	Alunos N.º	Tx. Ocupação (%)
Cabanas		Conceição e Cabanas de Tavira	Bom	EB1	52	39	75,0
Conceição		Conceição e Cabanas de Tavira	Muito Bom	EB1	52	34	65,4
D. Manuel I		Tavira (Santa Maria e Santiago)	Bom	EB1	208	162	77,9
Horta do Carmo	Público	Tavira (Santa Maria e Santiago)	Muito Bom	EB1	312	265	84,9
Luz de Tavira		Luz de Tavira e Santo Estêvão	Bom	EB1	104	45	43,3
N.º 1 Tavira (Estação)		Tavira (Santa Maria e Santiago)	Bom	EB1	208	150	72,1
Santa Catarina		Santa Catarina Fonte do Bispo	Razoável	EB1	78	28	35,9
Santa Luzia		Santa Luzia	Bom	EB1	104	67	64,4
Santo Estêvão		Luz de Tavira e Santo Estêvão	Muito Bom	EB1	52	26	50,0
João de Deus		Tavira (Santa Maria e Santiago)	Muito Bom	EB1	100	63	63,0
Colégio Santiago Internacional	Privado	Tavira (Santa Maria e Santiago)	Muito Bom	1.º ciclo	50	24	48,0

Fonte: CMT, 2021

Educação

Ensino básico – 2.º e 3.º Ciclos

O concelho de Tavira conta com 2 estabelecimentos de 2º e 3º ciclos, a Escola EB2,3 e D. Manuel I e Escolas EB2,3 D. Paio Peres Correia, sendo que na Escola D. Manuel é visível uma taxa de ocupação bastante elevada (Quadro 37).

QUADRO 37 | Estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclo, em 2020/2021.

Estabelecimento	Domínio	Freguesia	Conservação	Valência	Capacidade N.º	Alunos N.º	Tx. Ocup. (%)
EB D. Manuel I	Público	Tavira (Sta Maria e Santiago)	Bom	EB 2,3	850	767	90,2
EB 2,3 D Paio Peres Correia		Tavira (Sta Maria e Santiago)	Razoável	EB 2,3	837	516	61,6

Fonte: CMT, 2021

Educação

Ensino secundário

O ensino secundário, após a conclusão do 3º ciclo, tem a duração de 3 anos e organiza-se de forma diferenciada, abrangendo cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, sendo garantido a permeabilidade entre estes cursos, e contendo todos componentes de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesa, adequadas à natureza dos diversos cursos² (Quadro 38).

² Cf. Lei de Bases do Sistema Educativo.

QUADRO 38 | Estabelecimentos de ensino secundário, em 2020/21.

Estabelecimento	Domínio	Freguesia	Conservação	Valência	Capacidade N.º	Alunos N.º	Tx. Ocupação (%)
E. Dr. Jorge Augusto Correia	Público	Tavira (Santa Maria e Santiago)	Razoável	Secundário	1141	850	74,5

Fonte: CMT 2021

Equipamentos

SAÚDE

O concelho de Tavira é sede do Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve III – Sotavento³, no qual se engloba o Centro de Saúde de Tavira, possuindo oito unidades funcionais associadas (Figura 22):

- Unidade de Saúde Familiar Balsa – Sede Tavira;
- Unidade de Saúde Familiar Balsa – Polo Cabanas/Conceição de Tavira;
- Unidade de Saúde Familiar Balsa - Polo Santa Catarina da Fonte do Bispo;
- Unidade de Saúde Familiar Gilão - Polo de Santo Estevão;
- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Mar - Sede Tavira;
- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Mar - Polo de Cachopo;
- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Mar - Polo da Luz de Tavira;
- Unidade de Cuidados na Comunidade Talábriga.

O Centro de Saúde de Tavira tem ainda a sede da Unidade de Saúde Pública (USP), que possui polos nos outros 3 concelhos, e também a sede da Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP), a qual tem polos em Alcoutim e Vila Real de Santo António.

A população de Tavira, ao nível da urgência básica, pertence ao Centro de Saúde de Vila Real de Santo António, ao nível da urgência hospitalar, depende do Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.. Os equipamentos e meios complementares de diagnóstico, de âmbito privado, clínicas de medicina geral, especialidades, radiologia e hemodiálise, encontram-se concentrados na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago).

No âmbito farmacêutico o concelho possui 10 farmácias, à exceção da freguesia de Cachopo, as restantes freguesias do concelho, possuem no mínimo uma farmácia.

A Rede de Cuidados Continuados Integrados⁴ destina-se a dependências moderadas ou severas, na sequência de um episódio de doença aguda, associado ou não a patologias múltiplas, evolução progressiva variável, com necessidade de cuidados de saúde e/ou sociais, impacto emocional e social na pessoa e no seu meio.

Os grupos alvo são constituídos por pessoas: idosas com dependência funcional; com doenças crónicas evolutivas e dependência funcional grave por doença física ou psíquica progressiva ou permanente; sofrem de uma doença em situação terminal, que sofrem de uma síndrome de demência; com situações transitórias de dependência.

³ Prestadores associados: Unidade de Cuidados na Comunidade Santo António de Arenilha; Centro de Saúde Alcoutim; Centro de Saúde Castro Marim; Centro de Saúde Vila Real de Santo António e Centro de Saúde de Tavira.

⁴ Enquadramento Normativo: Decreto-Lei nº 101/2006, de 6 de junho; Despacho Conjunto nº 19040/2006; resolução do Conselho de Ministros nº168/2006, de 18 de dezembro; Portaria nº 1087 – A/2007, de 5 de setembro.

Atualmente, no concelho encontram-se sedeadas duas tipologias de internamento⁵, administradas pela da Cruz de Vermelha Portuguesa - delegação de Tavira:

- **Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)**⁶, situada na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), contigua ao equipamento do Centro de Saúde e cujo objetivo, é a elaboração de um plano individual de intervenção ao utente, com a sua colaboração, da família e da equipa para que sejam esclarecidas os aspetos relativos ao internamento e ao processo de reabilitação. A unidade possui 20 camas.

- **Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM)**⁷, situada na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, possui 34 camas, destinando-se a utentes com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e graus de complexidade, que não reúnam condições para serem cuidadas em casa ou nouro tipo de resposta. Presta apoio social e cuidados de saúde de manutenção que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida.

Equipamentos

SOCIAIS

A rede de equipamentos existente, no território revela a concentração de valências e respostas sociais no litoral, na freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), principalmente na área compreendida pela cidade, onde se concentra mais de 50% da população do concelho (Figura 20).

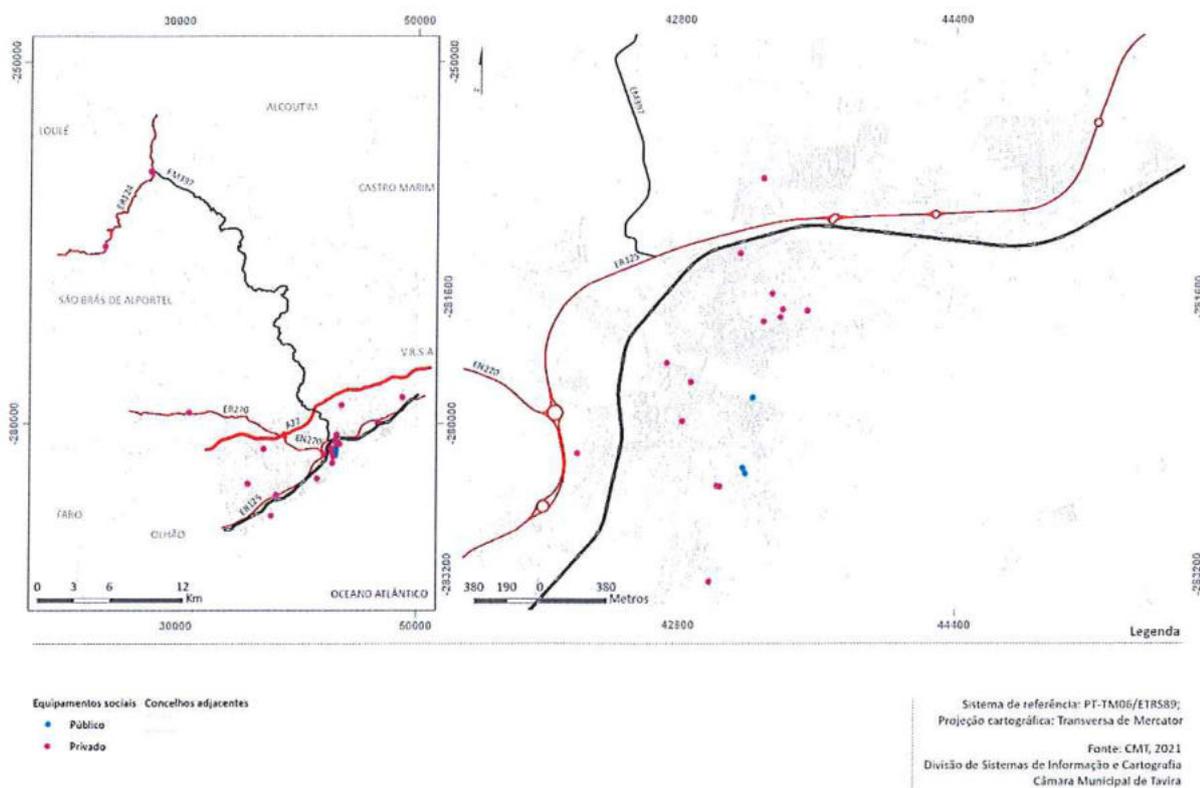


FIGURA 20 | Distribuição de equipamentos sociais, no concelho de Tavira, em 2021.

⁵ Podem ser entidades promotoras e gestoras, as entidades públicas dotadas de autonomia administrativa e financeira, com ou sem autonomia patrimonial; instituições particulares de solidariedade social e equiparadas, ou que prossigam fins idênticos; entidades privadas com fins lucrativos, e Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde.

⁶ Sempre que o doente esteja estável, mas sem indicação para reabilitação e cuidados de enfermagem que devam ser prestados durante as 24 horas, mas sem indicação para acompanhamento médico permanente (internamento até 90 dias).

⁷ Sempre que o doente necessite de ajuda para a realização das atividades da vida diária e de cuidados médicos planeados, mas não diários, e de enfermagem permanentes e não existam condições que permitam a permanência no domicílio. (O período de internamento previsto é de indeterminado e superior a 90 dias).

O concelho de Tavira possui 18 equipamentos sociais, os quais são geridos por entidades como, Santa Casa da Misericórdia de Tavira, Delegação de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa, Centro Social Paroquial de Santa Maria, Associação "Âncora", Casa do Povo da Luz de Tavira, Centro Social de Santo Estêvão, Centro Paroquial de Cachopo, Centro Social Nossa Senhora das Dores de Santa Catarina, O Pontão - Associação de Solidariedade Social da Conceição de Tavira, Associação "Uma Porta Amiga" e Fundação Irene Rolo, as quais dinamizam múltiplas respostas sociais na área da infância, juventude, família e comunidade.

Por a forma a caracterizar-se a rede de equipamentos sociais, irá optar-se pela seguinte tipologia:

- Infância e Juventude;
- População Adulta.

Sociais

Infância e juventude

Equipamentos de apoio à Infância Creche

A nível nacional a educação infantil estrutura-se em redes do sistema público, particular e cooperativo. Os equipamentos destinados à primeira infância, para crianças dos 0-3 anos de idade, são simultaneamente estabelecimentos de apoio familiar e educacional, dependendo do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Atualmente existem 8 instituições de solidariedade social, que possuem a valência de creche, com 10 equipamentos e capacidade para 387 crianças, com ocupação de 335 crianças, sendo a taxa de utilização de 89,8% (Quadro 39).

QUADRO 39 | Creche/equipamentos no concelho de Tavira, em 2020.

FREGUESIA	EQUIPAMENTOS	INSTITUIÇÃO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)
Tavira	Associação Jardim Escola - Infantário de Tavira "O Pimpão"	Jardim Escola / Infantário de Tavira "O Pimpão"	48	45	93,8
	Centro Infantil "O Pinóquio"*	Instituto de Segurança Social – ISS – IP	36	36	100
	Centro Intergeracional da Pegada	Centro Social Paroquial de Santa Maria	66	41	62,1
	Centro de Apoio Integrado a Crianças "Gaivota"	Cruz Vermelha Portuguesa	33	33	100
	Centro Infantil "A Semente"	Cruz Vermelha Portuguesa	31	31	100
	Creche do Jardim Escola Infantário João de Deus Tavira	Associação de Jardins -Escolas João de Deus	38	31	81,6
Santa Luzia	Centro Comunitário de Santa Luzia	Âncora – Associação Centro Comunitário de Santa Luzia	16	16	100
Conceição e Cabanas de Tavira	Jardim Infantil A Boneca	Santa Casa Da Misericórdia de Tavira	34	24	70,6
	"O Pontão"	Associação de Solidariedade Social da Conceição de Tavira	69	62	89,9
Sta. Catarina da Fonte do Bispo	Centro Infantil Nossa Senhora das Dores de Santa Catarina	Centro Social Nossa Senhora das Dores de Santa Catarina	16	16	100
Total			387	335	89,8

*O presente equipamento é gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Tavira

Fonte: CMT, 2021

Infância e juventude

Estabelecimento de Educação Pré-escolar

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família. Destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico (5/6 anos).

A frequência da educação pré-escolar é facultativa, cabe, primeiramente, à família a educação das crianças, mas compete ao Estado desenvolver estratégias para a “universalização da oferta da educação pré-escolar”.

Existem duas redes de educação pré-escolar complementares, a rede pública e a rede privada, as quais constituem uma rede nacional.

A rede pública integra os estabelecimentos de educação pré-escolar a funcionar na direta dependência da administração pública central e local, do Ministério da Educação.

No concelho de Tavira, existem 6 equipamentos da rede pública com a valência de pré-escolar, pertencentes aos Agrupamentos D. Manuel I e Dr.º Jorge Augusto Correia, com capacidade total para 244 crianças e cuja utilização é de 223 utentes (Quadro 40).

QUADRO 40 | Rede pública/equipamentos pré-escolar no concelho de Tavira, em 2020.

AGRUPAMENTO	FREGUESIA	ESTABELECIMENTO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)
Agrupamento de Escolas D. Manuel I	Tavira	Jardim de Infância Tavira “ECO”	75	70	93,3
		Jardim de Infância EB D. Manuel I	50	41	82
	Luz de Tavira e Santo Estêvão	Jardim de Infância Luz de Tavira	25	25	100
Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Correia Tavira	Conceição e Cabanas	Jardim de Infância Santo Estêvão	22	19	86,4
		Jardim de Infância Conceição	22	18	81,8
	Tavira	Jardim de Infância “Horta do Carmo”	50	50	100
Total			244	223	90,6

Fonte: CMT, 2021

A rede privada integra os estabelecimentos de educação pré-escolar que funcionem em estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo, em instituições particulares de solidariedade social e em instituições, sem fins lucrativos, que prossigam atividades no domínio da educação e do ensino, depende do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

As iniciativas de alargamento da rede nacional, tem como objetivo consolidar uma política de igualdade de oportunidades de acesso e de frequência de todas as crianças, permitindo apoiar as famílias dos alunos que frequentam o ensino particular e cooperativo, respeitando a escolha efetuada, para o percurso educativo dos seus educados.

Ao nível da rede privada o concelho possui 10 equipamentos com a resposta de pré-escolar, disponibilizando 448 vagas, das quais 354 encontram-se preenchidas (Quadro 41).

QUADRO 41 | Rede privada/equipamentos pré-escolar no concelho de Tavira, em 2020.

FREGUESIA	ESTABELECIMENTO	INSTITUIÇÃO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)
Tavira	Jardim-Escola Infantário João de Deus Tavira	Associação de Jardins -Escolas João de Deus	75	59	78,7
	Associação Jardim Escola - Infantário de Tavira “O Pimpão”	Jardim Escola / Infantário de Tavira “O Pimpão”	75	61	81,3
	Centro Infantil “O Pinóquio”*	Instituto de Segurança Social – ISS – IP	75	64	85,3
	Centro Infantil “A Semente”	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira	50	49	98

	Centro de Apoio Integrado a Crianças "Gaivota"	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira	25	19	76
	Colégio Santiago Internacional	Colégio Santiago Internacional	25	3	12
Santa Catarina	Centro Infantil Nossa Senhora das Dores	Centro Social Nossa Senhora das Dores de Santa Catarina	25	22	88
Santa Luzia	Centro Comunitário de Santa Luzia	Âncora – Associação Centro Comunitário de Santa Luzia	20	17	85
	Jardim infantil "Girassol"	Santa Casa Da Misericórdia de Tavira	24	21	87,5
Conceição e Cabanas	Jardim Infantil "Boneca"	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	54	39	72,2
Total			448	354	76,4

Fonte: CMT, 2021

A freguesia de Cachopo, não possui atualmente em funcionamento equipamentos de apoio à infância, creche ou pré-escolar. O Centro de Animação Infantil e Apoio Comunitário, encontra-se desativado devido ao decréscimo de população infanto-juvenil⁸ verificado na freguesia. Cachopo possui características inerentes ao fenómeno da interioridade e do despovoamento, no âmbito ecológico e social, acentuadas nas últimas décadas.

As crianças residentes na freguesia de Cachopo, encontram resposta à educação pré-escolar⁹, no concelho de Alcoutim, freguesia de Martinlongo, a qual dista a cerca de 16km (ER124). Ao nível do concelho de Tavira, as escolas do 1º ciclo do ensino básico, mais próximas distam a 39km (EM397/Porto Carvalhoso), sita em Santa Catarina da Fonte do Bispo ou 42km (EM397), Agrupamento D. Manuel I, sedado na cidade de Tavira, o qual administrativamente foi responsável pelo funcionamento da Escola de Cachopo até ao seu encerramento.

Infância e juventude

Crianças e jovens em risco

O conceito de crianças e jovens em risco implica um perigo potencial para a concretização dos direitos da criança, nomeadamente situações de pobreza. A prevalência de fatores de risco poderá, em determinadas circunstâncias, conduzir a situações de perigo (*fonte: www.cnpcjr.pt*).

Crianças e jovens em risco

Centro de acolhimento temporário

O Centro de Acolhimento Temporário é uma resposta social, desenvolvida para criação de equipamento, destinado ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

Verifica-se a existência de dois equipamentos de acolhimento, o Centro de Apoio Integrado a Crianças "A Gaivota", destinado a crianças dos 0 aos 12 anos de idade e o Centro de Acolhimento Temporário – "Sítio de São Marcos", destinado a crianças e jovens com idades compreendidas entre os 12 e 18 anos (Quadro 42).

QUADRO 42 | Resposta social, centro de acolhimento temporário/equipamento no concelho de Tavira, em 2021.

FREGUESIA	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)
Tavira	Centro de Apoio Integrado a Crianças "A Gaivota"	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira	20	17	85%
	Centro de Acolhimento Temporário – Sítio de São Marcos	Associação Uma Porta Amiga	20	20	100%
Total			40	37	92,5%

Fonte: Instituto de Segurança Social/Gabinete de estratégia e planeamento, 2021 (www.cartasocial.pt)

⁸ Na freguesia de Cachopo o escalão etário entre 0-14 anos de idade, possui cerca de 28 indivíduos. INE – Censos 2011.

⁹ E níveis de ensino escolar 1º, 2º e 3º ciclo.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas

Serviço de Apoio Domiciliário

O serviço de apoio domiciliário é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas ou as atividades da vida diária.

O serviço de apoio domiciliário é desenvolvido por 7 instituições, Delegação de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa, Centro Social Paroquial de Santa Maria, Centro Social de Santo Estêvão, Centro Social de Santa Catarina, Centro Paroquial de Cachopo, Associação Âncora, Casa do Povo da Luz de Tavira, com capacidade total para 332 utentes e uma taxa de utilização de 57,5% (Quadro 43).

QUADRO 43 | Resposta social, serviço de apoio domiciliário, no concelho de Tavira.

FREGUESIA	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZA- ÇÃO (%)
Tavira	Centro Social Paroquial de Santa Maria	Centro Social Paroquial de Santa Maria	25	9	36
	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira	Cruz Vermelha Portuguesa	84	65	77,4
Luz de Tavira e Santo Estêvão	Centro Social de Santo Estêvão	Centro Social de Santo Estêvão	40	34	85
	Casa do Povo da Luz de Tavira		15	15	100
Santa Luzia	Centro Comunitário de Santa Luzia	Âncora – Associação Centro Comunitário de Santa Luzia	50	12	24
Santa Catarina	Centro Social Nossa Senhora das Dores	Centro Social Nossa Senhora das Dores	18	15	77,7
Cachopo	Complexo Social D. Manuel Madureira Dias	Centro Paroquial de Cachopo	100	41	41
Total			332	191	57,5

Fonte: Instituto de Segurança Social/Gabinete de estratégia e planeamento, 2021 (www.cartasocial.pt)

O serviço prestado pela Cruz Vermelha de Tavira, abrange em termos territoriais todas as freguesias do concelho, com exceção da freguesia de Cachopo.

Pessoas Idosas

Centro de Dia

O Centro de Dia consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio familiar. A presente valência apresenta fragilidades, sobretudo quando os idosos não possuem suporte familiar no período da noite. Existem 7 entidades no concelho a dinamizarem a resposta social de Centro de Dia, com capacidade total para 243 utentes e uma lotação de 105 utentes, verifica-se que a utilização da resposta é diminuta em relação à oferta (Quadro 44).

QUADRO 44 | Resposta social de centro de dia no concelho de Tavira, em 2021.

FREGUESIA	EQUIPAMENTO	INSTITUIÇÃO	CAPACIDADE N.º	UTENTES N.º	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)
Tavira	Centro Social Paroquial de Santa Maria	Centro Social Paroquial de Santa Maria	10	2	20
	Lar Major Castro Sousa	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	80	13	16,3
Conceição e Cabanas de Tavira	“O Pontão” Associação de Solidariedade Social da Conceição de Tavira	“O Pontão” Associação de Solidariedade Social da Conceição de Tavira	30	20	66,7
Luz de Tavira e Santo Estêvão	Centro Social de Santo Estêvão	Centro Social de Santo Estêvão	30	25	83,3
	Casa Do Povo da Luz de Tavira	Casa Do Povo da Luz de Tavira	18	18	100
Santa Luzia	Centro Comunitário de Santa Luzia	Âncora – Associação Centro Comunitário de Santa Luzia	50	15	30
Santa Catarina	Centro Social Nossa Senhora das Dores	Centro Social Nossa Senhora das Dores	25	12	48
Total			243	105	43,2

Fonte: Instituto de Segurança Social/Gabinete de estratégia e planeamento, 2021 (www.cartasocial.pt)

De salientar que, desde março de 2020 até à data atual, Portugal é marcado de forma muito expressiva pela pandemia motivada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2) que, através da doença COVID-19, veio condicionar profundamente a atividade social até então desenvolvida ao nível da resposta social de centro de dia.

Pessoas Idosas

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Considera-se “estrutura residencial para pessoas idosas a resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia”.

Ao nível social, o envelhecimento e a perda de autonomia dos idosos não encontra resposta na construção de equipamentos residenciais, mas na revalorização do papel dos idosos em termos sociais e familiares. A promoção do internamento da população idosa deverá acontecer em situações de ausência de familiares e doença grave, aquando necessitem de cuidados especializados.

A resposta social existente no concelho em matéria de estrutura residencial apresenta 8 unidades, com uma capacidade para 364 utentes. A taxa de utilização da estrutura residencial (rede solidária e privada), em 2020, estava nos 90,4% (Quadro 45).

QUADRO 45 | Resposta social, estrutura residencial, rede solidária e privada, no concelho de Tavira, em 2021.

Freguesia	Equipamento	Instituição	Capacidade n.º	Utentes n.º	Taxa de utilização (%)
Tavira	Centro de Idosos S. Casa da Misericórdia de Tavira	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	43	43	100
	Lar de São José	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	25	25	100
	Centro Social Paroquial de Sta. Maria	Centro Social Paroquial de Santa Maria	60	60	100
	Centro Intergeracional da Pegada	Centro Social Paroquial de Santa Maria	40	39	97,5
Luz de Tavira e Santo Estêvão	A Casa dos Avós*	Horas d' Afeto, Lda.	19	19	100
Conceição e Cabanas de Tavira	Residência Sol e Mar*	Sol e Mar Residência Sénior, Lda.	111	79	71,2

Santa Catarina da Fonte do Bispo	C. Social Nossa Senhora das Dores Complexo Social D.	Centro Social Nossa Senhora das Dores	36	36	100
Cachopo	Manuel Madureira Dias	Centro Paroquial de Cachopo	30	28	93,3
Total			364	329	90,4

*Equipamentos com fins lucrativos

Fonte: Instituto de Segurança Social/Gabinete de estratégia e planeamento, 2021 (www.cartasocial.pt)

Deverá equacionar-se a projeção de respostas sociais, como Centro de Noite, em meio serrano, cujo objetivo é o acolhimento noturno, prioritariamente de pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

Pessoas Idosas

Centro de Convívio

O Centro Paroquial de Cachopo dinamizava o Centro de Convívio da Feiteira, localizado em território serrano, desenvolvendo atividades sócio recreativas e culturais, organizadas com participação ativa das pessoas idosas residentes na comunidade, no entanto, presentemente este centro não se encontra a funcionar.

ESTADO DO TERRITÓRIO

MOBILIDADE E TRANSPORTES

REDE VIÁRIA

Classificação/extensão

As vias rodoviárias do concelho distinguem-se entre:

- Rede Nacional
 - Rede Nacional Fundamental
 - Rede Nacional Complementar
- Rede Regional
- Rede Municipal

Na carta da rede rodoviária, identificam-se as principais vias existentes no concelho, destacando-se as vias de âmbito nacional e regional classificadas no PRN.

Rede Nacional Fundamental:

O IP1/A22 como via de grande capacidade, com perfil de autoestrada, que assegura as principais ligações de âmbito suprarregional; percorre o concelho, com direção este-oeste, atravessando as freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão, de Tavira (Santa Maria e Santiago) e de Conceição e Cabanas de Tavira, numa extensão de cerca de 19,18 km. Esta via está integrada na concessão Algarve.

Rede Nacional Complementar:

EN270, esta via assegura a ligação de Tavira (entroncamento da ER125) e o IP1/A22, integrada na subconcessão Algarve Litoral.

Estradas Regionais:

A ER125, classificada como estrada regional e que complementa o papel do IP1/A22 a nível regional, ao assegurar a ligação entre os principais aglomerados do litoral algarvio. É a principal ligação das freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão e de Conceição e Cabanas de Tavira à sede do município, integrada na subconcessão Algarve Litoral.

ER270, estrada regional que atravessa as freguesias de Santa Catarina da Fonte do Bispo e de Luz de Tavira e Santo Estêvão. Principal via de ligação entre Tavira e a freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP).

A ER124, atravessa a freguesia de Cachopo e permite a ligação deste aglomerado com os concelhos limítrofes (Alcoutim, São Brás de Alportel e Loulé), sob jurisdição municipal.

Para além das vias de âmbito nacional e regional classificadas no PRN, a rede rodoviária do concelho de Tavira é constituída por um conjunto de estradas municipais que embora possuam um nível de serviço inferior às de âmbito nacional e regional, desempenham uma função essencial na acessibilidade intra-concelhia, assegurando a ligação dos aglomerados de menor dimensão à sede de concelho. Existe uma correlação entre a sua classificação e o seu papel na hierarquia viária municipal.

Rede Municipal:

A EM397, esta via liga a cidade de Tavira à freguesia de Cachopo, na zona norte do concelho, articulando a ER124 com a ER125 e constituindo, deste modo, um dos poucos eixos transversais de ligação entre o interior e o litoral do Algarve, complementando o papel do IC27/EN122, a nascente, e da EN2, a poente.

A EM514 que liga Santo Estêvão à sede do concelho (Tavira); para oeste permite a ligação a alguns aglomerados, por ex. Butoque e Estiramanténs, prolongando-se em direção à zona norte do concelho de Olhão; a EM516 que liga Moncarapacho, no concelho de Olhão, a Tavira, passando pelos aglomerados de Amaro Gonçalves e Luz de Tavira, até à ER125; a EM508 que se prolonga para nordeste da cidade de Tavira servindo um conjunto de pequenos lugares, dos quais se destacam, pela sua maior dimensão, Fonte Salgada, Estorninhos e Faz Fato; e a EM515 que assegura a ligação de Santa

Luzia a Tavira. A EM514-1 e a EM514-2/514-3 destacam-se por promoverem o fecho de malhas entre as vias longitudinais, ligando o litoral ao barrocal. Na zona norte do concelho destacam-se a EM505 e a EM 504, as quais asseguram as ligações aos concelhos vizinhos de Alcoutim e Loulé e servem, respetivamente, os lugares de Amoreira e Mealha.

▪ Outras vias

A cidade de Tavira, a sul da ER125, é servida por um conjunto de vias possibilitando uma circulação interna, que atravessa o interior do perímetro urbano desde a ER125, da rotunda da Nora Velha, Rua Almirante Cândido dos Reis, Avenida D. Manuel I/Ponte dos Descobrimentos, Rua Arquiteto Eduardo Souto Moura, Rua da Atalaia/Rua da Atalaia Pequena, Rua Dr. Fausto Cansado, Rua Luís de Camões, Rua Maria da Piedade Vaz Baganha e Rua de Santo Estêvão, ligando novamente à ER125.

Os caminhos municipais, os quais asseguram fundamentalmente ligações de âmbito local, ligando pequenos aglomerados à rede viária de nível superior. Dos vários caminhos assinalados, destaca-se o caminho do Porto Carvalhoso que liga a ER270, perto de Santa Catarina, à EM397, junto à Alcaria do Cume. Para oriente da EM397, na zona de Alcaria do Cume, prolonga-se os CM1123 e o CM1122 (estrada de Tafe).

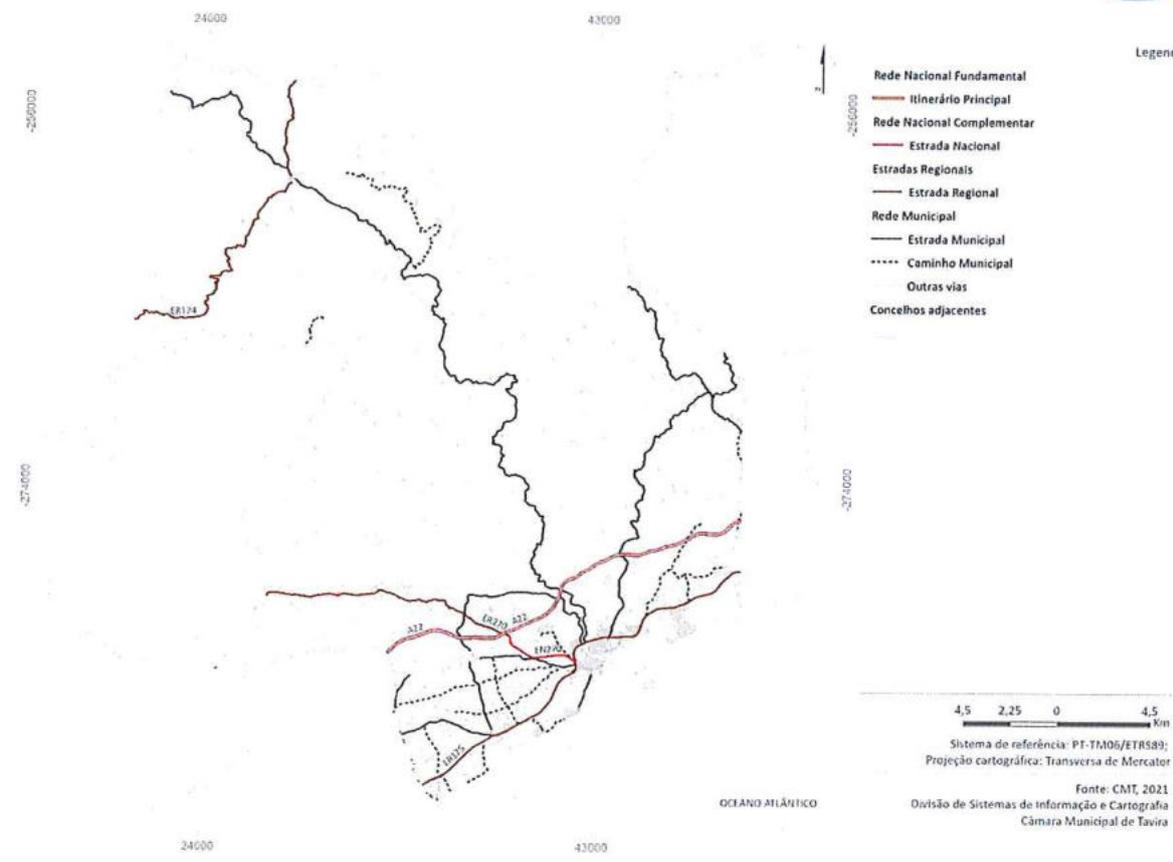
Outras vias não classificadas, as quais correspondem, fundamentalmente, a caminhos vicinais que asseguram o acesso das povoações às áreas rurais e florestais, apresentando, na generalidade dos casos, ausência de pavimentação.

No seu total a rede viária municipal do concelho de Tavira apresenta uma extensão na ordem dos 920km, 66% dos quais correspondem a vias não classificadas. As vias municipais classificadas, corresponde a cerca de 310km, ou seja 34%, do total da rede viária do concelho (Quadro 46 e Figura 21).

QUADRO 46 | Extensão da rede viária classificada existente.

CLASSIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EXISTENTE		KM	
Rede Nacional Fundamental	Itinerário Principal	19,175	
Rede Nacional Complementar	Estrada Nacional	3,59	
Estradas Regionais	Estrada Regional	54,13	
Rede Municipal	Estrada Municipal	128,07	
	Caminho Municipal	105,06	
	Outras vias não classificadas	Cidade	96,35
		Exterior	513,51
TOTAL		919,885	

Fonte: CMT, 2021



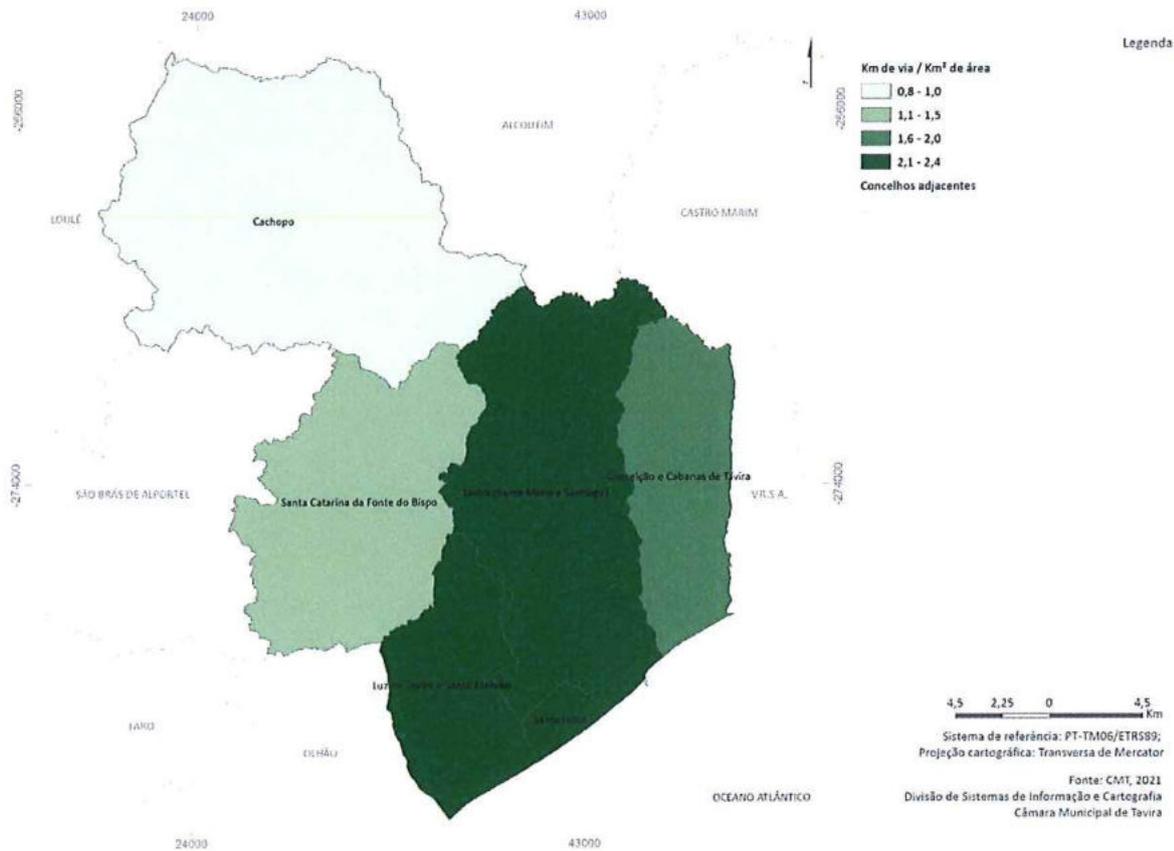
Handwritten signatures and notes in blue ink, including the word 'Legenda' and some illegible scribbles.

FIGURA 21 | Principal rede viária no concelho de Tavira.

REDE VIÁRIA

Densidade

A distribuição territorial das vias existentes no concelho, evidência as disparidades geográficas e de povoamento existentes entre o litoral e o interior. Na figura 22, onde se ilustra a densidade da rede viária por área e população residente na freguesia, é possível verificar que as freguesias mais interiores de Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo são as que apresentam menores densidades de km de via por km² de área, por outro lado, e apesar da dimensão em área a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) apresenta elevada densidade de vias, explicável pelo facto de esta integrar a cidade.



76 REPT | RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERITÓRIO

FIGURA 22 | Densidade de vias por freguesia (área).

Todavia, quando se analisa o indicador de km de via em relação à população, a situação inverte-se, correspondendo as maiores densidades à freguesia de Cachopo, com valor de 22,2km de via/100 habitantes, seguindo-se a freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira e Santa Catarina da Fonte do Bispo, com valores entre 3,3 e 7,1km de via por cada 100 hab. Com as menores densidades temos a freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) e Santa Luzia (Figura 23).

Observa-se pois uma menor densidade de vias por freguesia no litoral, facto explicável não pelo menor número de km de via, mas sim pela elevada concentração de população.

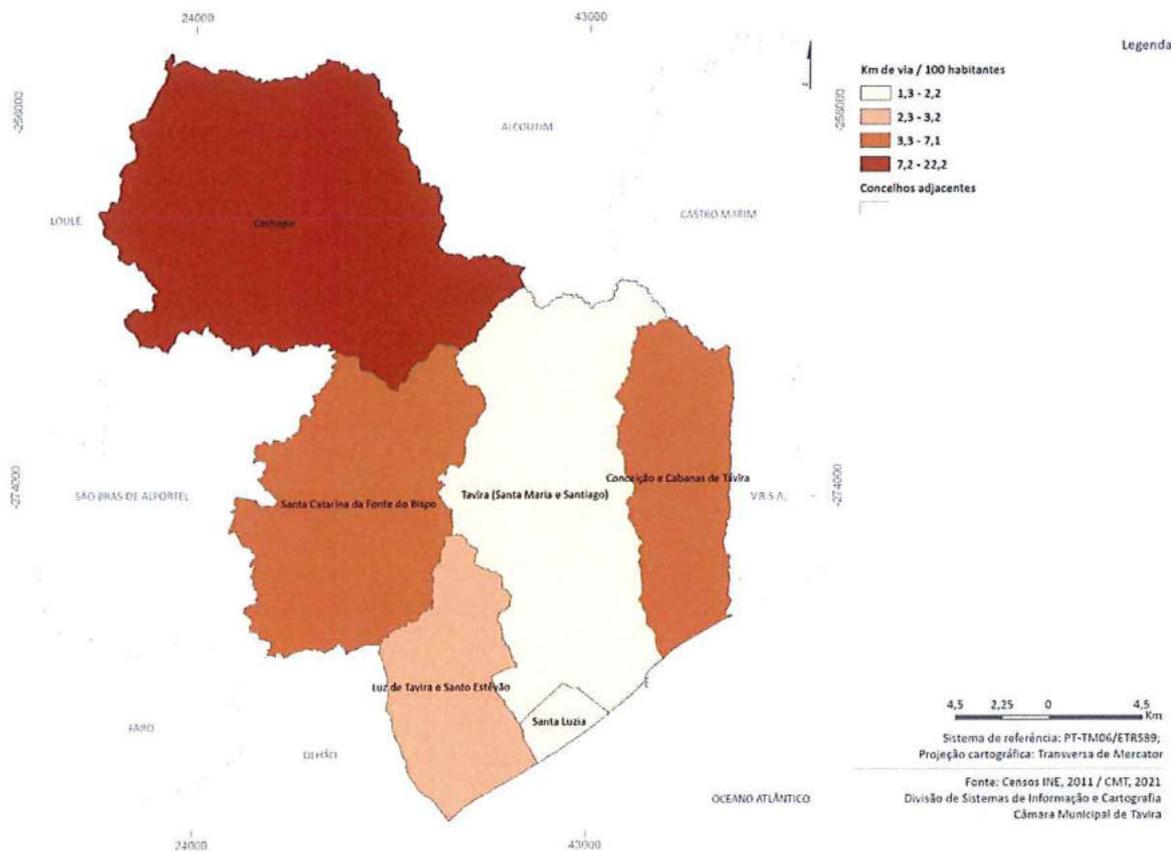


FIGURA 23 | Densidade de vias por freguesia/população residente.

Rede viária

ESTACIONAMENTO

O estudo do estacionamento deve contemplar uma perspetiva global do seu enquadramento com as problemáticas associadas a interfaces intermodais, à gestão da circulação e à geração/atração de tráfegos (peões e veículos).

A maior parte dos lugares delimitados existentes são de estacionamento gratuito e ao longo da via. As grandes bolsas de estacionamento/ parques de estacionamento apenas em Tavira têm relevância. Em ambos os casos anteriores existem lugares delimitados para operações de carga e descarga, deficientes, reservados a entidades/serviços, táxis ou outros.

Segundo o regulamento de trânsito do concelho de Tavira as operações de cargas e descargas apenas podem ser realizadas nos locais assinalados para o efeito, e, no período compreendido entre as 9:00 e as 19:00 horas, nos dias úteis, e entre as 9:00 e as 14:00 horas dos sábados. Excetuam-se os veículos pesados de mercadorias (com mais de 6,40 metros de comprimento), os quais podem carregar ou descarregar a qualquer hora mas apenas em local específico. Nas ruas pedonais só são permitidas operações de carga e descarga entre as 7:00 e as 9:00 horas da manhã.

Em todos os aglomerados urbanos do concelho de Tavira, o estacionamento só é permitido na forma e nos locais expressamente destinados para esse efeito, devidamente sinalizados, ou nas ruas com largura suficiente para permitir o normal escoamento do trânsito, na faixa de rodagem, paralelamente, e o mais perto possível do seu bordo do lado direito, salvo se, por meio de sinalização especial, se mostre determinado o contrário (regulamento de trânsito).

De forma sucinta, os lugares de estacionamento no concelho de Tavira (excetuando lugares de cargas e descargas, deficientes, táxis e entidades oficiais/ serviços) representam 14 869 lugares, dos quais 910 são tarifados na zona central da cidade, 1 486 são em parques de estacionamento públicos e 513 em parques de estacionamento privado (Quadro 47).

O estacionamento é um importante instrumento de gestão da mobilidade, uma vez que é uma variável que permite influenciar as escolhas modais de pessoas, desde que sejam introduzidas restrições à sua utilização, as quais podem ser de natureza diversa, destacando-se entre estas, a limitação da quantidade de estacionamento, do tempo de permanência ou a introdução de uma tarifa horária.

QUADRO 47| Número de lugares de estacionamento.

(N.º)

Núcleo urbano	LUGARES DE ESTACIONAMENTO								
	Longo da via	Tarifado	Cargas e descargas	Entidades oficiais/ Serviços	Deficientes	Táxis	Parque público	Parque privado	Vila a Dentro
Tavira	6632	910	140	238	98	29	1357/12 ₁ /25 ₂		44
Santa Luzia	908		13	13	7			513	
Conceição e Cabanas de Tavira	2797		26	6	19		35		
Luz de Tavira e Santo Estêvão	504		12	12	5		94		
Santa Catarina F. do Bispo	138		1	2					
Cachopo	64								
Total	11043	910	192	271	129	29	1486/12₁/25₂	513	44

Fonte: CMT, 2021

Nota: ¹Operações de carga e descarga em lugares de estacionamento público; ²Lugares reservados a deficientes.

Por outro lado, o estacionamento é uma questão eminentemente urbana e, portanto, apenas relevante nos núcleos populacionais com alguma dimensão.

As áreas urbanas do concelho de Tavira classificam-se em três níveis: no primeiro está a cidade de Tavira (nível I); no nível II encontram-se as áreas urbanas de Conceição e Cabanas de Tavira, Santa Luzia, Luz de Tavira e Santo Estêvão, Santa Catarina da Fonte do Bispo e Cachopo. O nível III corresponde a aglomerados de pequena dimensão, pelo que não foram considerados relevantes, para efeitos deste estudo. Assim, e após uma análise mais cuidada da atração de cada um dos núcleos vamos debruçar-nos sobre três em especial, a cidade de Tavira, a vila de Santa Luzia, a aldeia de Conceição e a vila de Cabanas de Tavira. Dada a sua localização junto ao litoral, são áreas de grande dinamismo, seja pela dimensão dos seus aglomerados urbanos ou pela forte capacidade de atração turística e, como tal, mais geradoras de tráfego e, subsequentemente, de pressão sobre o estacionamento.

ESTACIONAMENTO

Núcleo urbano da cidade de Tavira

A oferta de estacionamento na cidade de Tavira centra-se nos parques de estacionamento periféricos e nas zonas de estacionamento tarifado na área central da cidade, enquanto soluções indutoras da redução da circulação automóvel no interior da malha urbana, incentivadoras da circulação pedonal e promotoras do ordenamento do trânsito.

É ainda de referir que existe no centro da cidade de Tavira, na zona mais antiga, onde as ruas são estreitas e o estacionamento escasso, a prática de estacionamento reservado a residentes. Este tipo de estacionamento permite a salvaguarda de estacionamento para os habitantes, locais que, na sua maioria não possuem estacionamento privado.

O número de lugares de estacionamento na cidade (excetuando lugares de cargas e descargas, deficientes, táxis e entidades oficiais/ serviços) é de 9 043 lugares (Figura 24).

78 | PÓDITI RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Nalguns pontos da cidade ocorrem esporadicamente alguns conflitos de estacionamento associados a cargas e descargas. Embora não se tivesse procedido a um levantamento da situação, uma auscultação aleatória, em zonas de maior concentração de comércio, permite concluir a ocorrência de alguma problemática.

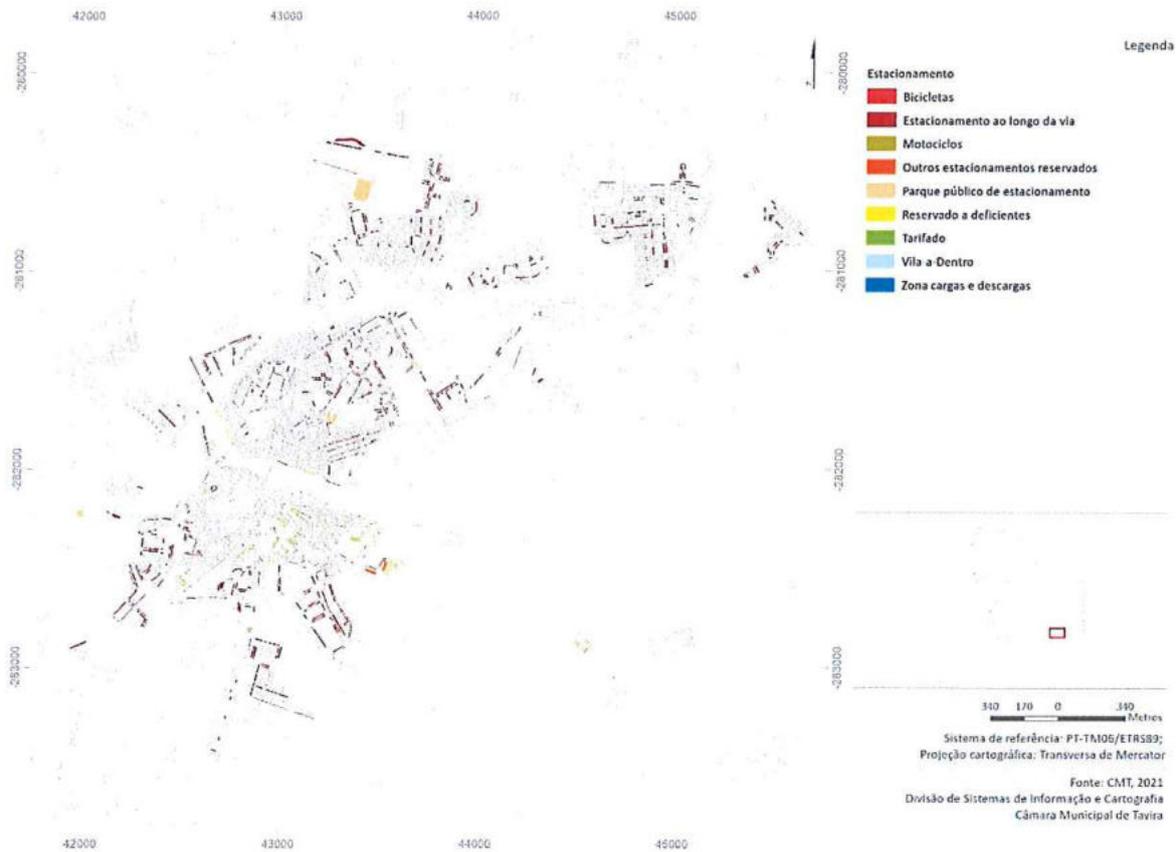


FIGURA 24 | Estacionamento na cidade de Távira.

ESTACIONAMENTO

Zona de estacionamento sujeito ao pagamento de uma taxa

A zona de estacionamento sujeita ao pagamento de uma taxa, localiza-se na área central da cidade de Távira e é constituída por 910 lugares (Figura 25).

A aplicação de taxa em certos períodos do dia, do estacionamento existente nas zonas centrais das cidades, constitui um importante instrumento de gestão do parqueamento e, indiretamente, da gestão da circulação automóvel nas áreas centrais urbanas, visando desincentivar a utilização do transporte individual nessas zonas, durante os períodos de maior movimento do dia e simultaneamente balancear a utilização do estacionamento. A grande rotatividade do estacionamento visa ainda facilitar o acesso ao comércio e serviços, localizados essencialmente nestas zonas.

Segundo o Regulamento de Trânsito (alteração) os locais destinados a estacionamento sujeito ao pagamento de uma taxa são agrupados por zonas, A, B, C, D e E, com uma duração máxima de estacionamento de 4 horas. O período de estacionamento sujeito ao pagamento de uma taxa divide-se em duas fases: nos dias úteis entre as 9:00 horas e as 19:00 horas e aos sábados entre as 9:00 horas e as 14:00 horas.



FIGURA 25 | Estacionamento tarifado na cidade de Távira.

ESTACIONAMENTO

Parques públicos de estacionamento

Foram criados alguns parques de estacionamento na área envolvente ao centro da cidade, por forma a garantir uma boa acessibilidade e evitar a intrusão e circulação na zona histórica. O objetivo primordial dos parques é retirar os veículos da zona central, fomentando a circulação pedonal, uma vez que se trata de uma área com vias estreitas, fortemente turística e histórica.

A oferta de estacionamento em parques públicos é constituída por 1 486 lugares, dos quais 25 são reservados a deficientes e 12 destinados a operações de cargas e descargas (Figura 26).

No que respeita ao modo de utilização, os parques são de utilização gratuita, não existindo limitações quanto à duração do estacionamento, excetuando-se as restrições inerentes ao estacionamento considerado abusivo, tal como referenciado no regulamento de trânsito do concelho de Távira e no Código da Estrada.



FIGURA 26 | Parques de estacionamento.

ESTACIONAMENTO

Núcleo urbano de Santa Luzia

É um núcleo urbano de grande influência sazonal, que pela sua localização tem grande atração turística, pois é servido por dois acessos às praias, daí se verificar grande afluência de tráfego, especialmente na época de verão, em que se verifica grande carência de estacionamento, especialmente na zona central de Santa Luzia.

O número de lugares de estacionamento ao longo da via são de 928, dos quais 13 destinam-se a operações de cargas e descargas e 7 são reservados a deficientes. Apenas existe um parque de estacionamento privado (pago), em Pedras D’El Rei com 513 lugares que serve o acesso à praia do Barril conforme a (Figura 27).

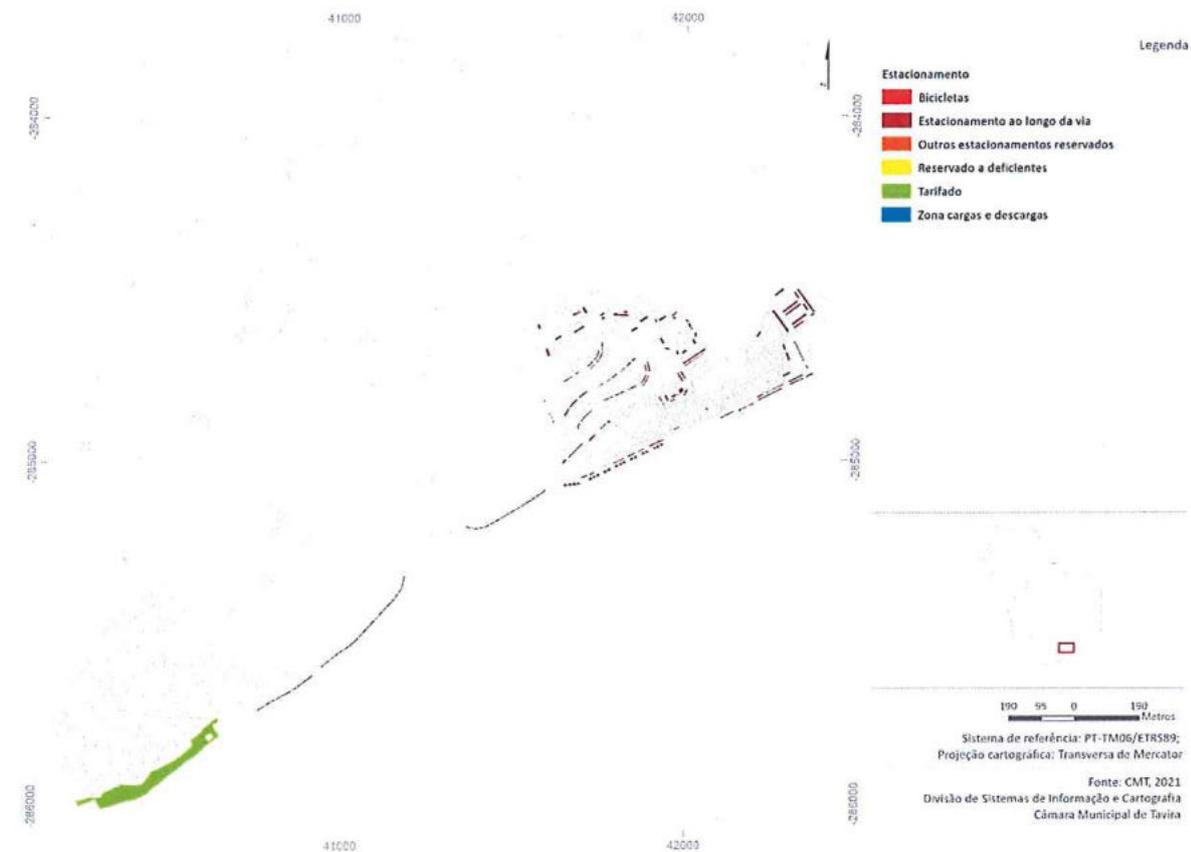


FIGURA 27 | Estacionamento em Santa Luzia e Pedras D'El Rei.

ESTACIONAMENTO

Núcleo urbano da Conceição e Cabanas de Tavira

Trata-se igualmente de uma área que sofre grande influência sazonal, especialmente pela sua localização junto à praia, verificando-se, especialmente na época de verão, um défice de estacionamento.

Esta área é servida por 2 842 lugares de estacionamento ao longo da via, dos quais 26 destinam-se a operações de cargas e descargas e 19 reservados a deficientes. Existem ainda 35 lugares em parques públicos de estacionamento conforme a figura 28.

~~Handwritten signature~~

&

ms.
Jis
Kaw

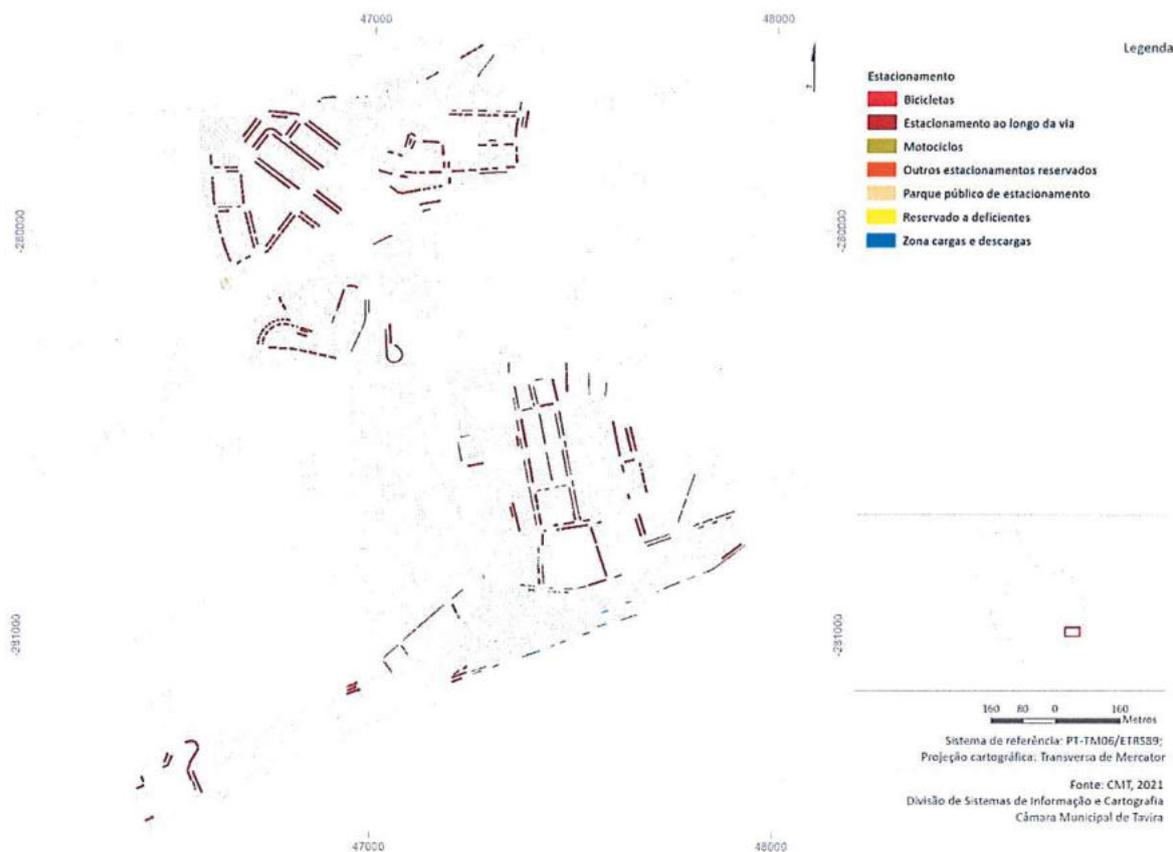


FIGURA 28 | Estacionamento em Conceição e Cabanas de Tavira.

Rede viária

FLUXOS

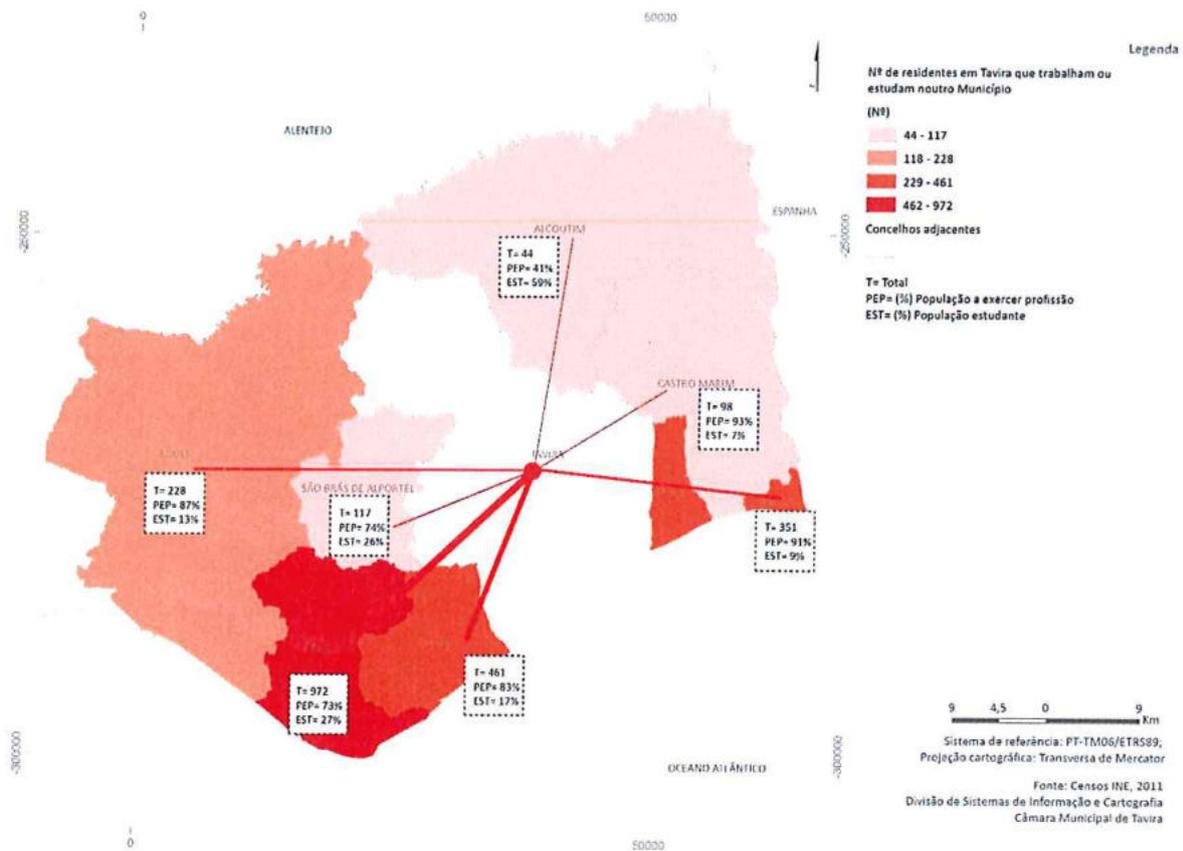
Entrada e saída

Tendo como objetivo a apresentação das práticas de mobilidade que afetam o concelho de Tavira, será fundamental caracterizar o comportamento, em termos de mobilidade, da população ativa que estuda ou trabalha. Para tal, foram escolhidos indicadores que ajudam a compreender as tendências e dinâmicas existentes, nomeadamente a proporção de população residente que trabalha ou estuda noutro concelho, os principais meios de transporte utilizados e o tempo médio gasto nessas deslocações (Figuras 29 e 30).

A análise dos dados relativos, conforme se verifica nas figuras 36 e 37, quer aos residentes no concelho de Tavira, quer aos residentes noutros concelhos que trabalham ou estudam em Tavira, dominam as deslocações intra-concelhias (80,5% do total de residentes), registando-se que cerca de 2 600 residentes (19% do total de residentes) saem para trabalhar ou estudar noutro concelho, enquanto os que entram em Tavira cifram-se em cerca de 1 500 (pouco mais de metade dos residentes que saem).

Relativamente às deslocações intra-concelhias, verifica-se que da população que trabalha no concelho, 55% trabalha na freguesia de residência e 44% noutra freguesia do concelho. Em relação ao universo de estudantes 59% estudam na freguesia de residência e 40% deslocam-se para outra freguesia do concelho.

O desequilíbrio entre entradas e saídas no concelho é mais acentuado nas deslocações dos indivíduos estudantes (entram 181 e saem 532), embora no conjunto estas tenham um peso relativamente reduzido, ou seja, representam 17% do total de deslocações por motivo de trabalho ou estudo.



Handwritten signature and initials in blue ink.

FIGURA 29 | População residente em Távira que trabalha/estuda noutros concelhos.

Conforme se visualiza na figura 36, as deslocções dos residentes para outros concelhos, para trabalho ou estudo, destacam-se as saídas para o concelho de Faro (34% para trabalhar e 49% para estudar), seguido de Olhão e VRSA.

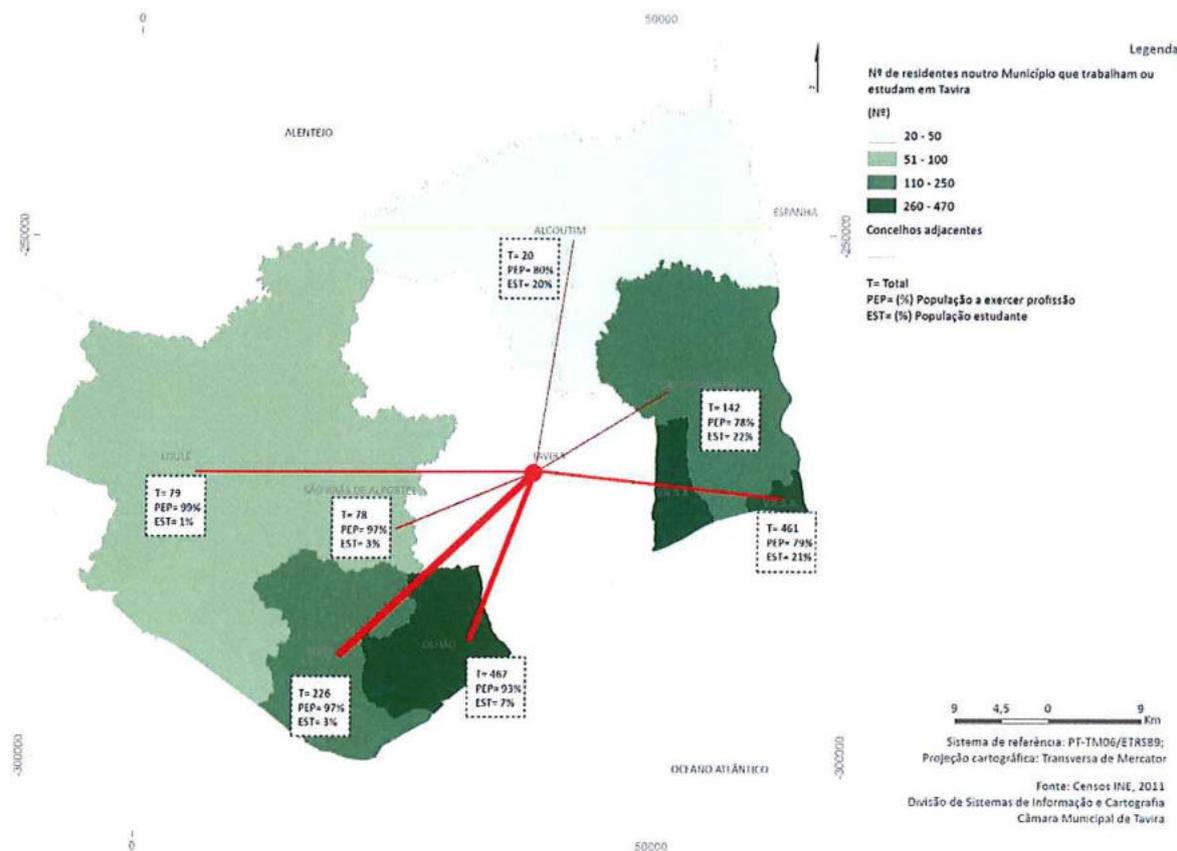


FIGURA 30 | População residente noutros concelhos que trabalham ou estudam em Tavira.

Visualiza-se na figura 30, que, as viagens mais afluentes dos indivíduos residentes nos outros municípios para trabalhar e estudar em Tavira, têm origem nos concelhos de Faro, Olhão e VRSA, no entanto para esta situação destacam-se as deslocações de Olhão e VRSA.

Comparando os dois últimos concelhos - Olhão e VRSA, a população estudantil que se desloca de Olhão é cerca de 30% da de VRSA, em relação à população que se desloca para trabalhar a diferença cifra-se em aproximadamente 10%.

Além das deslocações intra-concelhias, no global, as principais relações de interdependência de trabalho e de estudo ocorrem com os municípios mais próximos. Efetivamente, Faro, Olhão e VRSA representam 41% das deslocações obrigatórias com destino a Tavira e 72% das deslocações de residentes em Tavira para os mesmos concelhos.

Rede viária

TRANSPORTE URBANO

O transporte urbano, designado “sobe e desce”, constituído por dois circuitos urbanos que abrangem o centro e a periferia da cidade (urbanizações), é realizado diariamente, à exceção de domingos e feriados.

Visando a melhoria da qualidade do serviço prestado, os dois circuitos cruzam-se e complementam-se, passando pelos principais núcleos de comércio, serviços e escolas, dispensando a necessidade de utilização de viaturas particulares nas deslocações diárias.

Existe, durante o período escolar, um reforço de um percurso na linha do “sobe” nos horários de mais afluência de alunos, coincidente com os horários de entrada e saída das escolas. Realça-se que o aumento na adesão ao serviço, nomeadamente por parte da população estudante, tem evoluído significativamente. Este serviço concessionado à empresa EVA tem uma área de influência de 4,40km² (Figura 31).

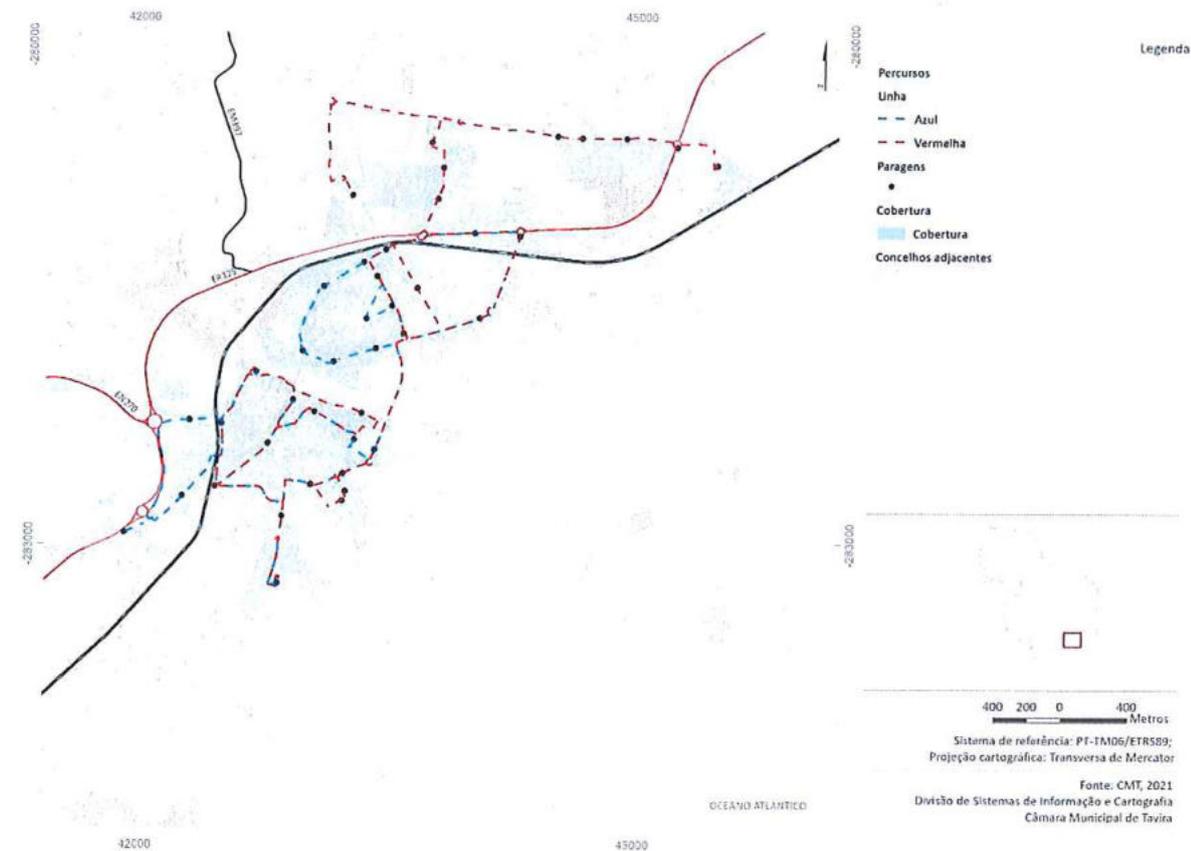


FIGURA 31 | Rede/cobertura do transporte urbano "Sobe e Desce".

Rede viária

CICLOVIAS

O concelho de Tavira é atravessado pela Ecovia do Algarve, uma via ciclável que liga o Cabo de São Vicente a VRSA, com uma extensão de 214km, passando por 12 concelhos. O troço da Ecovia do Algarve que atravessa Tavira tem uma extensão de 23km, ligando o Livramento (na freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão) à freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira (Figura 32). Assume, neste concelho, diferentes características, designadamente: via reservada a veículos exclusivamente não motorizados; percurso em via de utilização mista sem separação física entre veículos motorizados e não motorizados, sendo o trajeto da ecovia indicado por sinalização própria; percursos em caminhos com volume de tráfego muito reduzido. Acresce que, pelas suas características e atendendo ao seu traçado, esta infraestrutura potencia, sobretudo, a utilização da bicicleta para fins de recreio e lazer, bicicleta nestes percursos (casa-escola; casa-trabalho).

Na sequência das melhorias efetuadas ao longo da ecovia, dentro do concelho de Tavira, foi ainda integrado um pequeno troço, em 2018, com uma extensão de 963,28m, que foi devidamente sinalizado, a fim de resolver a circulação que era anteriormente efetuada ao longo da marginal de Cabanas, em sentido contrário, para quem se deslocava de nascente para poente. Encontra-se presentemente a decorrer uma empreitada de beneficiação da Ecovia do Algarve, no concelho de Tavira, com vista à beneficiação do seu troço e renovação da respetiva sinalética.

É intenção do Município estabelecer uma rede ciclável municipal que fomente a utilização da bicicleta nas deslocções urbanas e interurbanas de curta distância, tendo vindo a ser implementadas alguns troços de vias cicláveis, que na sua totalidade perfazem uma extensão de aproximadamente 4Km.

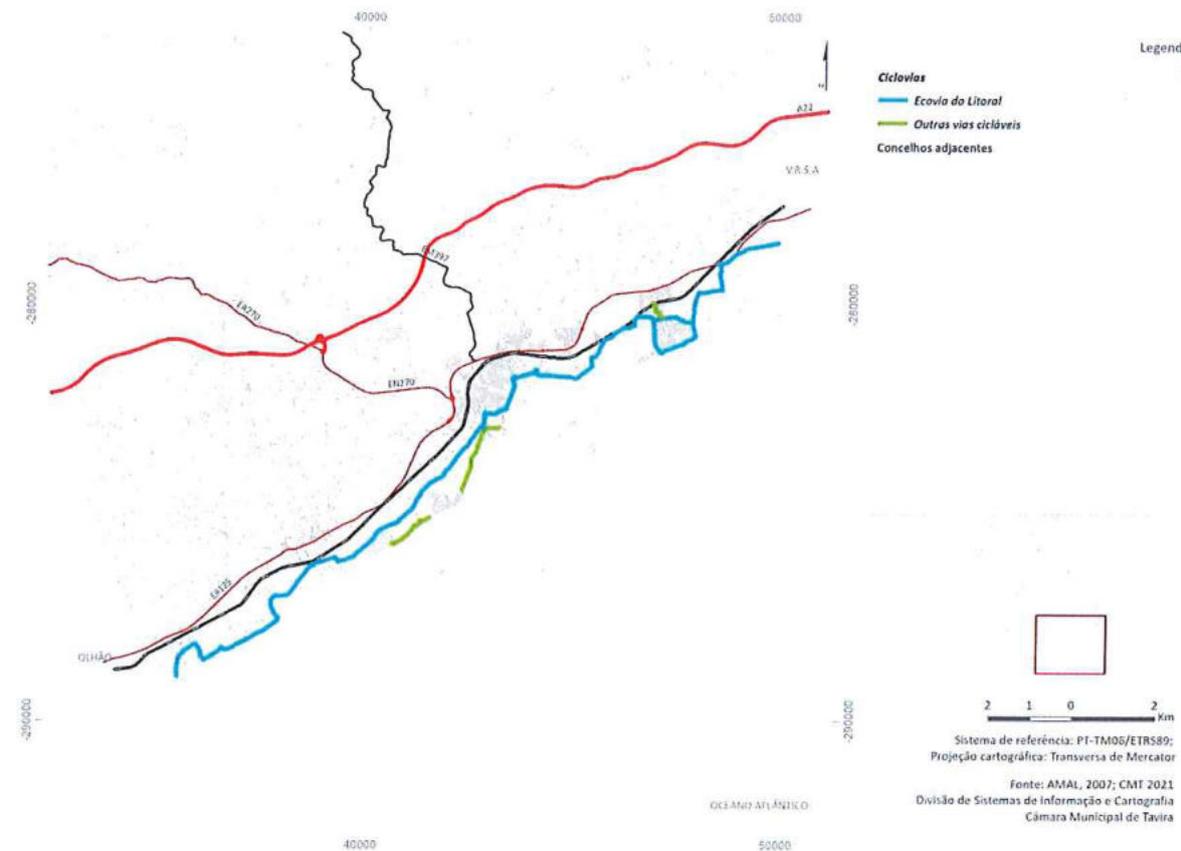


FIGURA 32 | Ciclovias no concelho de Tavira.

ESTADO DO TERRITÓRIO

INFRAESTRUTURAS

RESÍDUOS URBANOS

A Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente, E. M. (Taviraverde) é responsável pela recolha dos Resíduos Urbanos (RU) em toda a área geográfica do concelho de Tavira, procedendo ao seu transporte até à Estação de Transferência de Tavira (instalação da ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (ALGAR) localizada na Senhora da Saúde, Fonte Salgada e que entrou em funcionamento em abril de 1998).

A empresa municipal dotou o concelho de Tavira com uma rede de contentores de várias dimensões, distribuídos pelas várias freguesias (Quadro 48 e Figura 33):

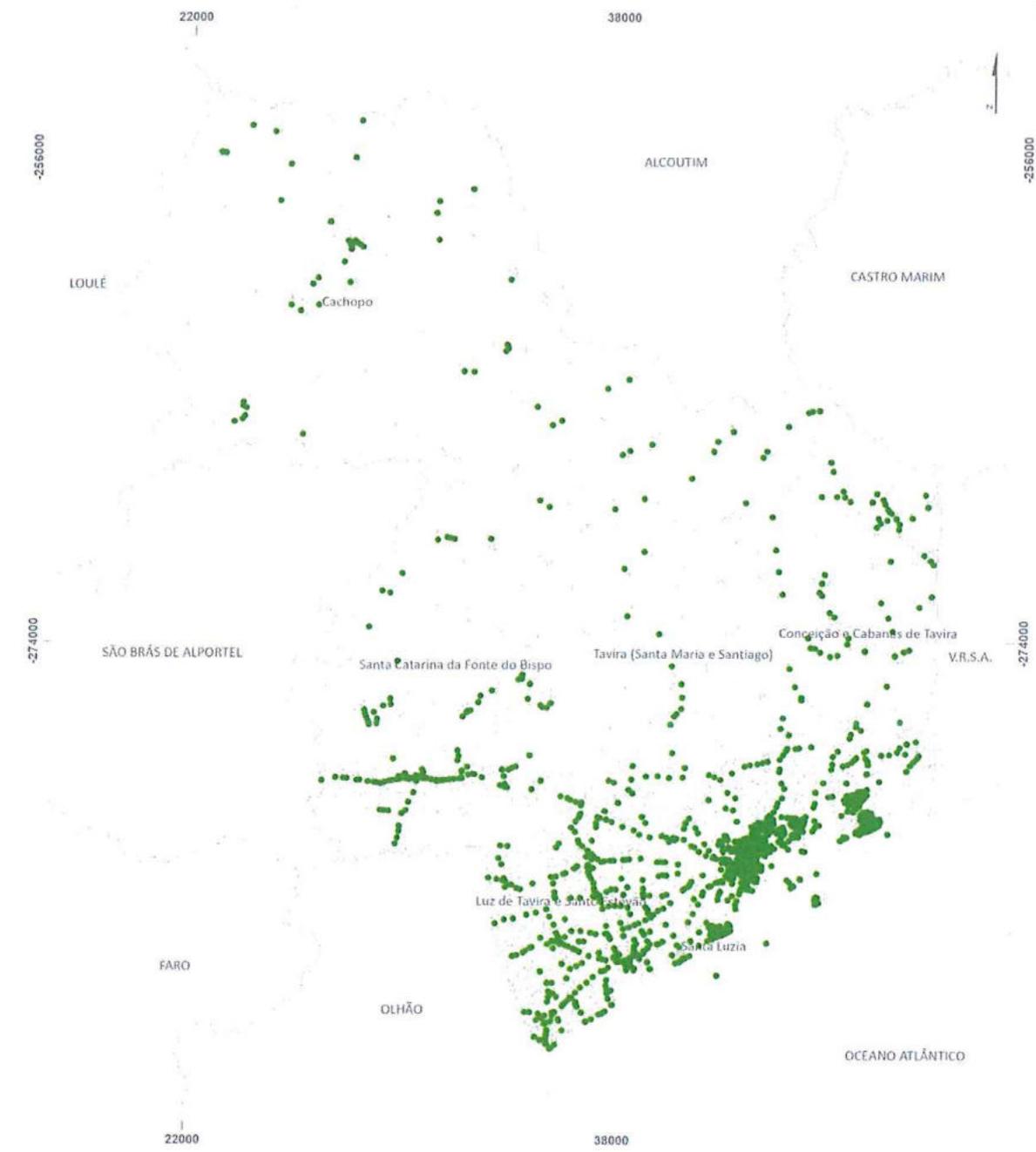
QUADRO 48 | Tipologia e quantidade de contentores.

(N.º)

88 PECT | RELATÓRIO DO ESTADO DO CRESCIMENTO DO TERRITÓRIO

FREGUESIA	CONTENTORES DE SUPERFÍCIE		CONTENTORES ENTERRADOS	
	800 L	3000L	1100L	
Tavira (Santa Maria e Santiago)	484	133	77	
Santa Luzia	86	10	9	
Luz de Tavira e Santo Estevão	336	6	21	
Santa Catarina da Fonte do Bispo	150	-	3	
Cachopo	69	-	-	
Conceição e Cabanas de Tavira	259	27	43	
Total Concelho	1384	176	153	

Fonte: Taviraverde, 2021



Handwritten signatures and initials in blue ink.

89 PECT | RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Legenda

Sistema de contentorização Freguesias

- RU

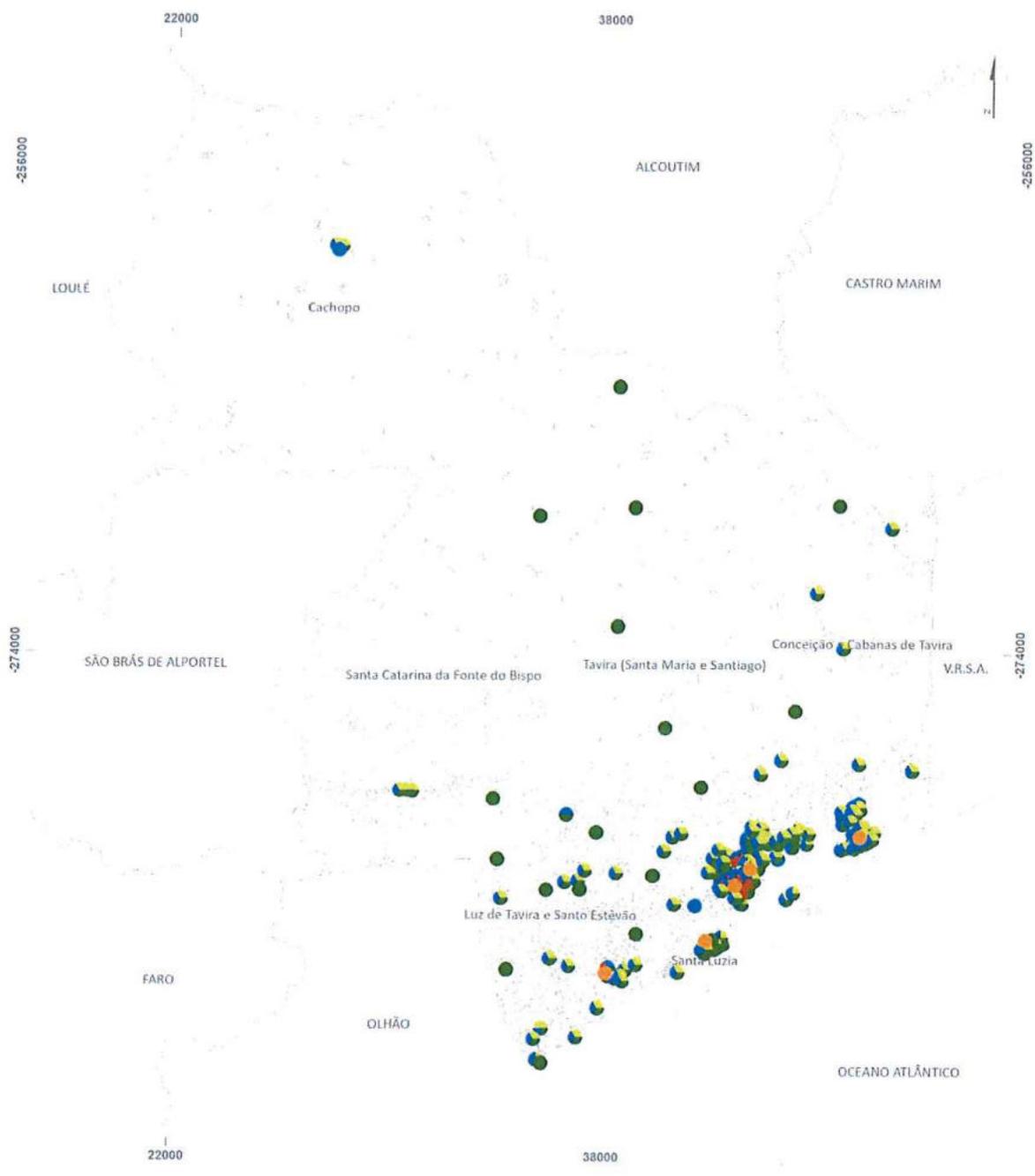
Concelhos adjacentes

3 1,5 0 3 Km

Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89;
 Projeção cartográfica: Transversa de Mercator

Fonte: CMT, 2021
 Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia
 Câmara Municipal de Tavera

FIGURA 33 | Distribuição do sistema de contentorização de RU no concelho de Tavera.



Handwritten signature and initials in blue ink.

91 PECT | RELATÓRIO DO ESTADO DO CRENAMENTO DO TERRITÓRIO

Legenda

Ecopontos	Freguesias
	Embalagens Concelhos adjacentes
	Oleão
	Papel
	Pilhão
	Vidro

Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89;
 Projeção cartográfica: Transversa de Mercator

Fonte: CMT, 2021
 Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia
 Câmara Municipal de Tavira

FIGURA 34 | Distribuição dos ecopontos no concelho de Tavira.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Para além da recolha a partir da rede de ecopontos e contentores, a ALGAR criou um serviço gratuito de apoio exclusivo a comerciantes, pequenos produtores e canal HORECA, denominado “Algarlinha”, para a recolha porta a porta de resíduos de embalagem (vidro, papel/cartão e plástico/metálico). A partir de junho de 2017, este serviço passou a ser realizado, no concelho de Tavira, pela Tavraverde, através de protocolo celebrado com a ALGAR. À data de 31 de dezembro de 2020 existiam no concelho de Tavira, 330 aderentes ao serviço Algarlinha.

Infraestruturas

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A zona Norte do concelho é servida por uma rede elétrica aérea a 15 kV, estruturada em anel abrangendo as freguesias de Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo, interligando com a Subestação de Tavira e desenvolvendo-se para as freguesias - Tavira (Santa Maria – Santiago), Luz de Tavira e Santo Estêvão e Conceição e Cabanas de Tavira. As redes referidas estão, de um modo geral, com uma estrutura e dimensionamento adequados às necessidades do concelho, permitindo o fornecimento de energia elétrica a toda a população praticamente sem qualquer tipo de restrições.

Os 425 Postos de Transformação (PTs) estão distribuídos ao longo desta rede, estando de uma forma geral sobredimensionados para as cargas que servem. Em caso de existência de novas necessidades, quer pelo aparecimento de novos consumidores quer pelo aumento dos consumos dos atuais consumidores, será possível a instalação de novos PTs alimentados em MT a partir dos anéis subterrâneos já referidos ou a partir das linhas aéreas existentes. As redes de distribuição em baixa tensão são na generalidade subterrâneas, existindo, porém, troços aéreos ainda em cobre nu e cabos do tipo torçada apoiados em postes e/ou fixos ao longo dos edifícios em plena zona urbana. De um modo geral pode afirmar-se que a rede de distribuição de energia elétrica no concelho é fiável. A fiabilidade da rede de distribuição passa pela sua automatização, ao nível da MT, a qual está a ser implementada nas redes do concelho, ao nível dos PTs, embora presentemente apenas um pequeno número de PTs estejam dotados deste tipo de equipamentos / tecnologia.

No concelho de Tavira está estabelecida uma rede de AT que alimenta um conjunto de 2 subestações elétricas de transformação (Santa Margarida e Cachopo) de alta para média tensão. Destas subestações deriva uma rede de MT que garante fornecimento de energia a 425 PTs, dos quais 372 são públicos e os restantes 53 particulares.

É a partir destes PTs que se desenvolve a rede de BT que chega às instalações e alimenta a maioria dos consumidores de eletricidade. A acompanhar a rede de BT, existe a rede de Iluminação Pública (IP) sobre a qual estavam, em 2021, instaladas no concelho cerca de 14 500 luminárias.

ESTADO DO TERRITÓRIO

AMBIENTE CONSUMOS

Água

Os volumes de água aduzidos aos sistemas de abastecimento da Tavraverde integram água de diversas origens, sendo a maior percentagem entregue pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA). Para além da água comprada à AdA, parte do volume da água aduzida tem origem nos furos (captações de água subterrânea) geridos pela empresa municipal.

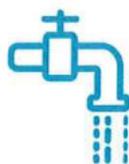
Para o abastecimento de alguns aglomerados muito próximos do limite geográfico do concelho vizinho, a Tavraverde recorre à compra de água ao sistema de abastecimento do Município de VRSA (Quadro 52).

QUADRO 52 | Valores aduzidos para os reservatórios/redes abastecimento da Taviraverde no ano de 2020.

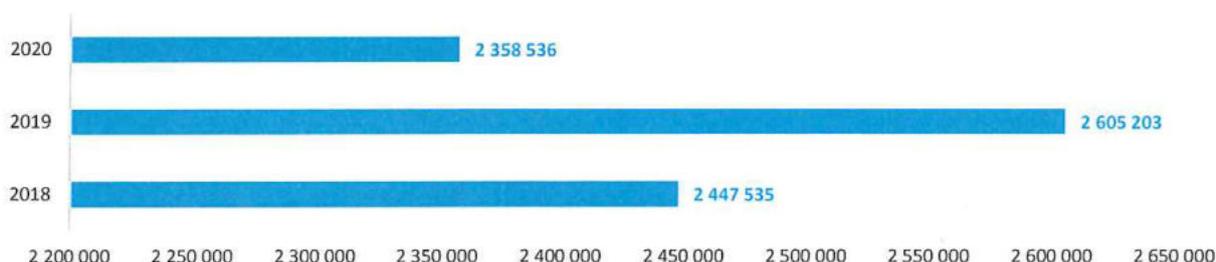
ORIGEM/ENTIDADE GESTORA	VALOR ADUZIDO (m ³)
Águas do Algarve	2 329 414
Furos	19 595
Águas de Vila Real de Santo António	9 527
TOTAL	2 358 536

Fonte: Taviraverde, 2021

No gráfico 24 podem-se observar os volumes totais de água aduzidos ao sistema de abastecimento público nos últimos 3 anos.



VOLUME DE ÁGUA ENTRADA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA TAVIRVERDE, EM. (M³)



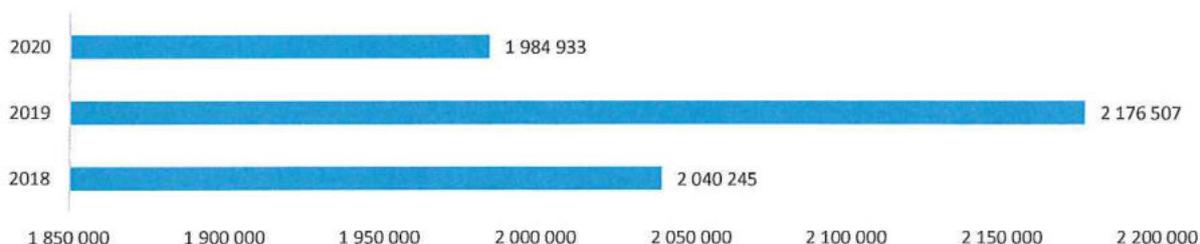
Fonte: Taviraverde, 2021

GRÁFICO 24 | Volume de água aduzido de 2018 a 2020.

No ano de 2020, os meses de maior e menor volume de água aduzida foram agosto (293 253 m³) e abril (130 392 m³), respetivamente. Quanto à água faturada aos clientes, registou-se o maior e menor volume, nos meses de setembro (275 634 m³) e dezembro (117 674 m³). No gráfico 25 é perceptível uma quebra dos volumes de água faturada pela Taviraverde no ano de 2020, na sequência das restrições impostas no país originadas pela situação pandémica, contrariando a tendência de ligeiro crescimento que se vinha a verificar.



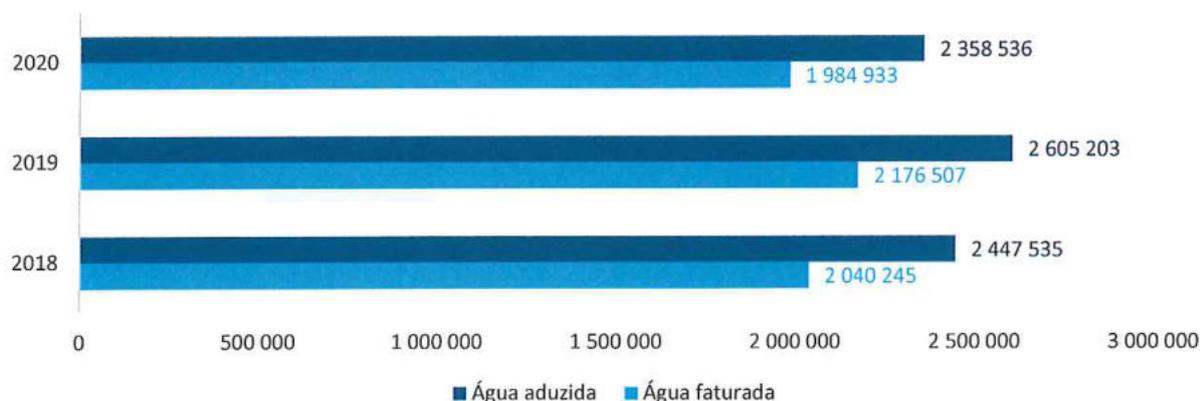
VOLUME DE ÁGUA FATURADA (M³/ANO)



Fonte: Taviraverde, 2021

GRÁFICO 25 | Volume de água faturado pela Taviraverde, de 2018 a 2020.

O diferencial entre os volumes de água entrada no sistema e a água faturada deve-se às perdas de água totais e aos consumos próprios da entidade gestora (Gráfico 26).



Fonte: Taviraverde, 2021

GRÁFICO 26 | Diferencial entre água aduzida e água faturada entre 2018 a 2021.

Dos dados fornecidos pela Taviraverde as perdas reais nas redes sob gestão daquela empresa foram nos anos de 2018, 2019 e 2020, de 13,10%, 12,99% e de 12,33% respetivamente, o que representa para o indicador ERSAR “AA12b - Perdas Reais de Água”, 64 L.ramal/dia, 67 L.ramal/dia e 57 L.ramal/dia, equivalente a uma qualidade de serviço boa (<100 L.ramal/dia).

Estes resultados foram obtidos graças ao esforço desenvolvido pela Taviraverde, ao longo dos anos, na monitorização e controlo das perdas de água nos sistemas de abastecimento, apoiada por um sistema de telegestão, que permite uma resposta em tempo real. Estas medidas incluem: pesquisa ativa de fugas; controlo de pressões na rede; manutenção e gestão de equipamentos (válvulas e outros); substituição programada de contadores.

No quadro 53 é apresentado o dimensionamento do sistema de abastecimento de água no concelho de Tavira.

QUADRO 53 | Dimensionamento do sistema de abastecimento de água.

INFRAESTRUTURAS	UNIDADE
Conduatas	431 Km
Ramais	13978
Zonas de abastecimento	7
Reservatórios	25
Estações elevatórias	23
Instalações de tratamento de água	5
Postos de rechloragem	6

Fonte: Taviraverde, 2021

CONSUMOS

Energia elétrica

No que respeita ao número de consumidores, e recorrendo a dados para os anos de 2009 e 2019, constata-se que ocorreu um aumento de 2 871 consumidores num período de 10 anos (Quadro 54).

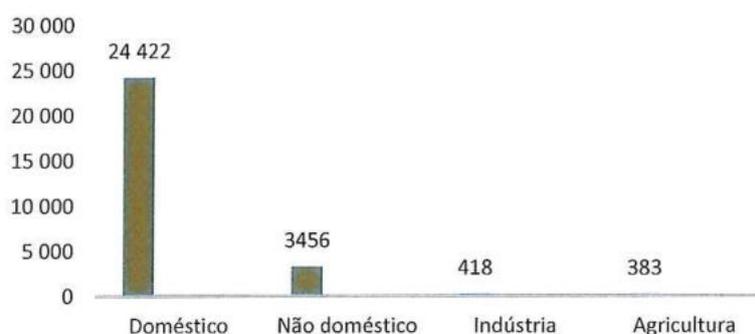
QUADRO 54 | Evolução do número total de consumidores de energia elétrica no concelho de Tavira, entre 2009 e 2019.

TERRITÓRIO		TOTAL DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA	
Âmbito geográfico	Anos	TOTAL (Nº)	
Município	Tavira	2009	2019
		25 808	28 679

Fonte: Pordata, 2021

No que respeita à distribuição do consumo total pelos diferentes tipos de atividade, verifica-se no concelho de Tavira, em 2019, que o consumo de energia tem maior impacto ao nível Doméstico e, por outro lado, é na Agricultura que os consumos têm menor relevância (Gráfico 27).

(N.º)



Fonte: Pordata, 2021

GRÁFICO 27 | Consumidores de energia elétrica por tipo de atividade no concelho de Tavira, em 2019.

O quadro 55 que se segue retrata os valores totais dos consumos de energia elétrica em todo o concelho, nos anos de 2009 e 2019, sendo perceptível um aumento progressivo do consumo, situação que se percebe face ao progressivo aumento da população e respetivas atividades no concelho.

QUADRO 55 | Valores totais de consumo de energia elétrica no concelho de Tavira, entre 2009 e 2019.

KWh (quilowatt-hora)

TERRITÓRIO		CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA	
Âmbito geográfico	Anos	TOTAL	
Município	Tavira	2009	2019
		111 776 762	112 371 406

Fonte: Pordata, 2021

CONSUMOS

Resíduos

No quadro 56 é possível ver os dados relativos à evolução das quantidades em toneladas dos resíduos urbanos recolhidos no concelho de Tavira entre 2017 e 2020.

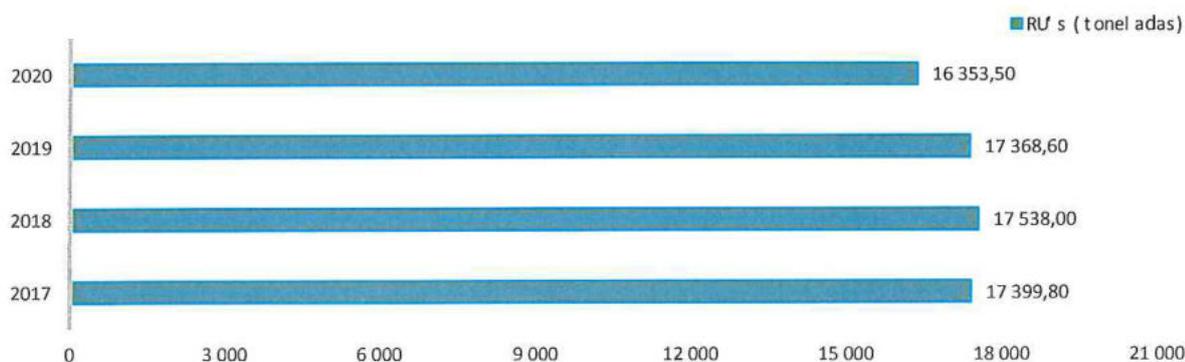
QUADRO 56 | Total de resíduos recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020, e respetivas taxas de crescimento.

Toneladas

	2017	2018	2019	2020
RU	17 399,8	17 538,0	17 368,6	16 353,5
Verdes	659,7	701,3	794,4	807,1
Monstros	3,6	1,6	3,7	1,5
REEE	24,0	29,4	26,0	17,6
Pneus Usados	1,4	0,7	1,3	3,0
Total	18 088	18 271	18 194	17 183
Tx. Cresc. RU	n.a.	1%	-1%	-6%
Tx. Cresc. Verdes	n.a.	6%	13%	2%
Tx. Cresc. Monstros	n.a.	-56%	135%	-58%
Tx. Cresc. REEE	n.a.	23%	-12%	-32%
Tx. Cresc. Pneus usados	n.a.	-54%	94%	133%
Tx. Cresc. Total	n.a.	1%	0%	-6%

Fonte: ALGAR, 2021

Denota-se um ligeiro decréscimo na produção de RU nos últimos dois anos, em resultado da diminuição dos consumos decorrente do confinamento motivado pela pandemia, conseqüentemente ocorreu uma diminuição dos resíduos recolhidos em 2020, em resultado da retração ocorrida nas atividades económicas, nomeadamente no setor turístico (Gráfico 28).



Fonte: ALGAR, 2021

GRÁFICO 28 | Total de resíduos urbanos recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.

Verificou-se um aumento crescente na recolha de resíduos verdes de 2017 para 2020. A entrega de monstros apresentou flutuações entre 2017 e 2020 (Gráfico 29).

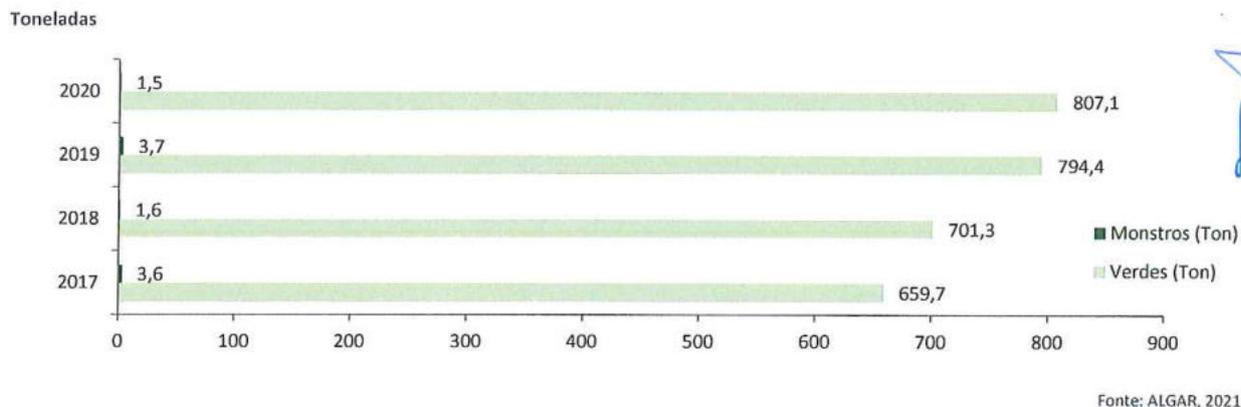


GRÁFICO 29 | Total de monstros e verdes recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.

Relativamente aos pneus verificou-se um aumento nos últimos 2 anos em análise, com taxas de crescimento de 94% e 133% respetivamente (Gráfico 30).

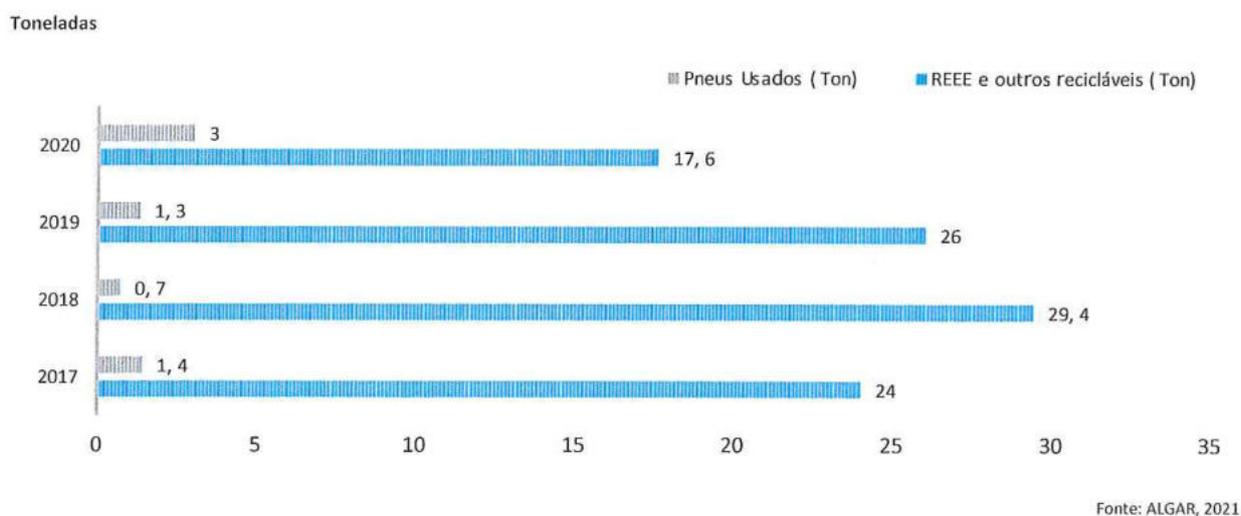


GRÁFICO 30 | Total de pneus usados, REEE e outros recicláveis recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.

Em termos globais verifica-se que ocorreu um decréscimo do total de resíduos recebidos na ALGAR nos últimos anos. A taxa de crescimento da recolha de resíduos urbanos verificou um decréscimo de -6% em 2020.

RESÍDUOS

Diferenciados

No quadro 57 é possível ver os dados relativos à evolução das quantidades em toneladas dos resíduos diferenciados (resíduos de embalagem separados por categorias e depositados nos ecopontos, para serem encaminhados para as estações de triagem e depois para as indústrias recicladoras), recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

98 REPT | RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

QUADRO 57 | Total de resíduos diferenciados recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020, e respetivas taxas de crescimento.

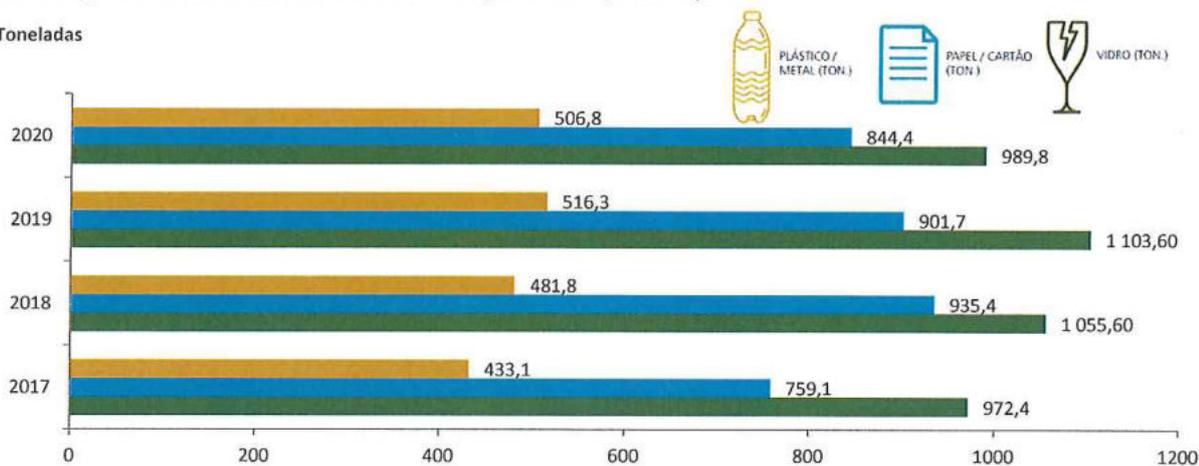
Toneladas

	2017	2018	2019	2020
Plástico/Metal	433,1	481,8	516,3	506,8
Papel/Cartão	759,1	935,4	901,7	844,4
Vidro	972,4	1 055,6	1 103,6	989,8
Madeira	31,6	25,9	18,8	8,5
Pilhas	0,7	0,2	0,3	0,4
Outros Recicláveis (Plásticos Rígidos)	21,1	19,1	37,5	10,7
Outros Recicláveis (Sucata)	0,7	3,4	3,7	4,2
Total	2 219	2 521	2 582	2 365
Tx. Cresc. Plástico/Metal	n.a.	11%	7%	-2%
Tx. Cresc. Papel/Cartão	n.a.	23%	-4%	-6%
Tx. Cresc. Vidro	n.a.	9%	5%	-10%
Tx. Cresc. Madeira	n.a.	-18%	-27%	-55%
Tx. Cresc. Pilhas	n.a.	-75%	67%	27%
Tx. Cresc. Outros Recicláveis (Plásticos Rígidos)	n.a.	-10%	97%	-72%
Tx. Cresc. Outros Recicláveis (Sucata)	n.a.	383%	10%	13%
Tx. Cresc. Total	n.a.	14%	2%	-8%

Fonte: ALGAR, 2021

A produção e recolha de resíduos recicláveis manifestou uma diminuição ao longo dos últimos anos, situação que deve à contração da atividade económica verificada (Gráficos 31, 32 e 33).

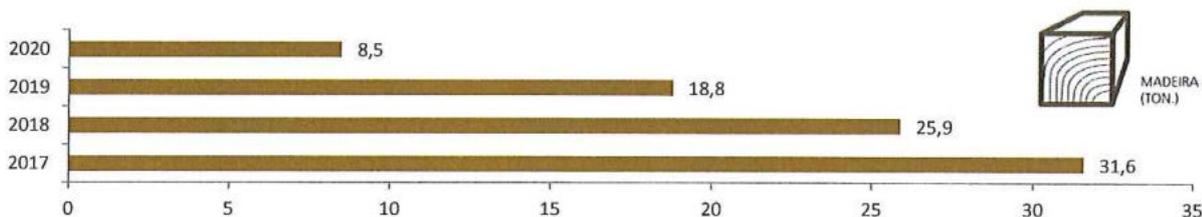
Toneladas



Fonte: ALGAR, 2021

GRÁFICO 31 | Resíduos de embalagens recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.

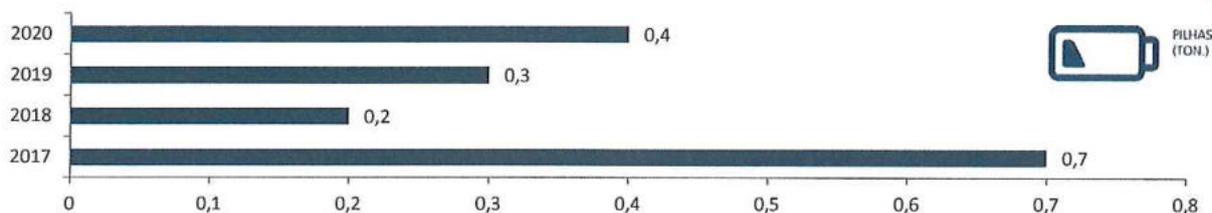
Toneladas



Fonte: ALGAR, 2021

GRÁFICO 32 | Resíduos de madeira recolhidos no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.

Toneladas



Fonte: ALGAR, 2021

GRÁFICO 33 | Pilhas recolhidas no concelho de Tavira, entre 2017 e 2020.

Ambiente

ESPAÇOS VERDES

Capitação

A Estrutura Verde Urbana (EVU) de uma cidade é um dos elementos seus constituintes mais importantes, devido ao seu múltiplo papel no equilíbrio urbano, proporcionando não apenas benefícios ambientais como também sociais e económicos. Possui como base os sistemas naturais e áreas verdes existentes em meio urbano devendo ser tratada conjuntamente, numa estrutura coerente com vista à promoção do equilíbrio, sustentabilidade e qualidade de vida.

Capitação

Padrões definidos para a EVU

Cada ser humano tem necessidade de uma quantidade média de oxigénio igual à que pode ser fornecida por uma superfície foliar de 150m². Tendo por base esta superfície, o valor global considerado desejável para a EVU é de 40m²/habitante.

Esta estrutura deverá ser constituída por duas subestruturas, para as quais se apontam as seguintes dimensões:

- Estrutura Verde Principal (EVP) – 30m²/hab.;
- Estrutura Verde Secundária (EVS) – 10m²/hab..

O que significa que a cidade de Tavira deverá ter no total 532 480m² de EVU, ao considerar 13 312 habitantes de acordo com os censos de 2011. A EVP deve ter a área de 399 360m² e a EVS 133 120m² de ocupação total.

A EVP engloba os espaços verdes localizados nas áreas de maior interesse ecológico ou nas mais importantes para o funcionamento dos sistemas naturais (vegetação, circulação hídrica e climática, património paisagístico, etc.). Com esta estrutura pretende-se assegurar a ligação da paisagem envolvente ao centro da cidade e o enquadramento das redes de circulação viária e pedonal, por integração dos espaços que constituem os equipamentos coletivos verdes de maior dimensão e de conceção mais naturalista. Funciona como que a espinha dorsal da estrutura ecológica da cidade e subdivide-se em:

- Espaços verdes de recreio, lazer e desporto compostos por:
 - Parque urbano: locais amplos ajardinados e arborizados vocacionados para servir as populações urbanas com fins de recreio, de descanso, educativos e desportivos entre outros.
- Espaços verdes de proteção e conservação compostos por:
 - Áreas de risco e proteção: incluem-se nesta categoria espaços como áreas em risco de erosão, ameaçadas pelas cheias e cabeceiras de linhas de água;
 - Eixos viários: infraestruturas viárias (ER125) e Linha Ferroviária definidas por área de proteção “non aedificandi”.

A EVS são áreas de menor relevância ecológica e dimensão que penetram nas zonas edificadas, apresentando portanto um carácter mais urbano e modificando-se ao longo do seu percurso, para constituir espaços de jogo e recreio, praças arborizadas, ruas arborizadas ou pequenos espaços de enquadramento. Subdivide-se em:

- Espaços verdes de recreio e lazer compostos por:
 - Jardim público: semelhante ao parque urbano mas de menor dimensão e sem vocação, normalmente, para atividades desportivas;
 - Praça e Largo ajardinados: praças ajardinadas de pequena dimensão ou pequenos jardins residenciais.
- Espaços verdes de enquadramento compostos por:
 - Arruamentos arborizados: áreas ajardinadas ou arborizadas para efeitos de minimização da intrusão paisagística de infraestruturas como estradas;
 - Estacionamentos arborizados;
 - Espaços adjacentes a zonas residenciais.
- Espaços verdes associados compostos por:
 - Espaços verdes associados a equipamentos e serviços públicos (escolas, polidesportivos, biblioteca, cemitérios, viveiros municipais).
- Espaços verdes de proteção e conservação compostos por:
 - Elementos paisagísticos: elementos pontuais de grande importância como árvores notáveis;
 - Pequenas linhas de água.
- Espaços verdes privados compostos por:
 - Jardins privados;
 - Hortas urbanas;
 - Logradouros.

QUADRO 58 | Estruturas, sistemas e tipologias da EVU.

ESTRUTURAS	SISTEMAS	TIPOLOGIAS	
EVP	E.V. Recreio e Desporto	Parque Urbano	
		Desporto livre	
	E.V. de Proteção e Conservação	Taludes	
		Infraestruturas viárias	
		Linha de água	
EVS	E.V. Recreio e Lazer	Jardim público	
		Praças e Largos ajardinados	
	E.V. Enquadramento	Arruamentos arborizados	
		Estacionamentos arborizados	
		Espaços adjacentes	
	E.V. Associados	Escolas	
		Biblioteca	
		Parque de Feiras e Exposições	
		Cemitério	
		Viveiro Municipal	
	E.V. Proteção e Conservação		Elementos vegetais com interesse
			Pequenas linhas de água
E.V. Privados		Jardins privados	
		Hortas urbanas	
		Logradouros	

Capitação

Diagnóstico

Dos espaços identificados e quantificados, através do recurso a ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), é possível determinar totais para a EVU, cada subestrutura e cada tipologia de espaço:

- Total EVU = 483 836,02m²
- Total EVP = 254 261,11m²
- Total EVS = 229 574,91m²

Tipologia:

EVP:

- Espaços Verdes de Proteção e Conservação = 188 360,33m²
- Espaços Verdes de Recreio, Lazer e Desporto = 65 900,78m²

EVS:

- Espaços Verdes Associados = 68 131,67m²
- Espaços Verdes de Enquadramento = 88 783,76m²
- Espaços Verdes de Recreio e/ou Lazer = 72 659,47m²

Num total de 254 261,11m², a EVP (Espaços Verdes de Proteção e Conservação e Espaços Verdes de Recreio, Lazer e Desporto) na cidade de Tavira define uma área verde de 19,10m²/habitante.

A EVS (Espaços Verdes de Recreio e Lazer, Espaços Verdes de Enquadramento e Espaços Verdes Associados), num total de 229 574,91m², atribui uma área verde de 17,25m²/habitante.

O apuramento de dados permite concluir que a cidade apresenta valores muito enquadrados dentro dos parâmetros definidos como ideais, sendo que, no futuro, deverá ser fomentada a construção e implementação de uma rede de espaços verdes de maior dimensão e que contribuam para o aumento significativo da EVP.



FIGURA 35 | EVU da cidade de Tavira.

[Handwritten signatures and notes in blue ink]

ESTADO DO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO MUNICIPAL

PLANOS TERRITORIAIS DE GESTÃO TERRITORIAL

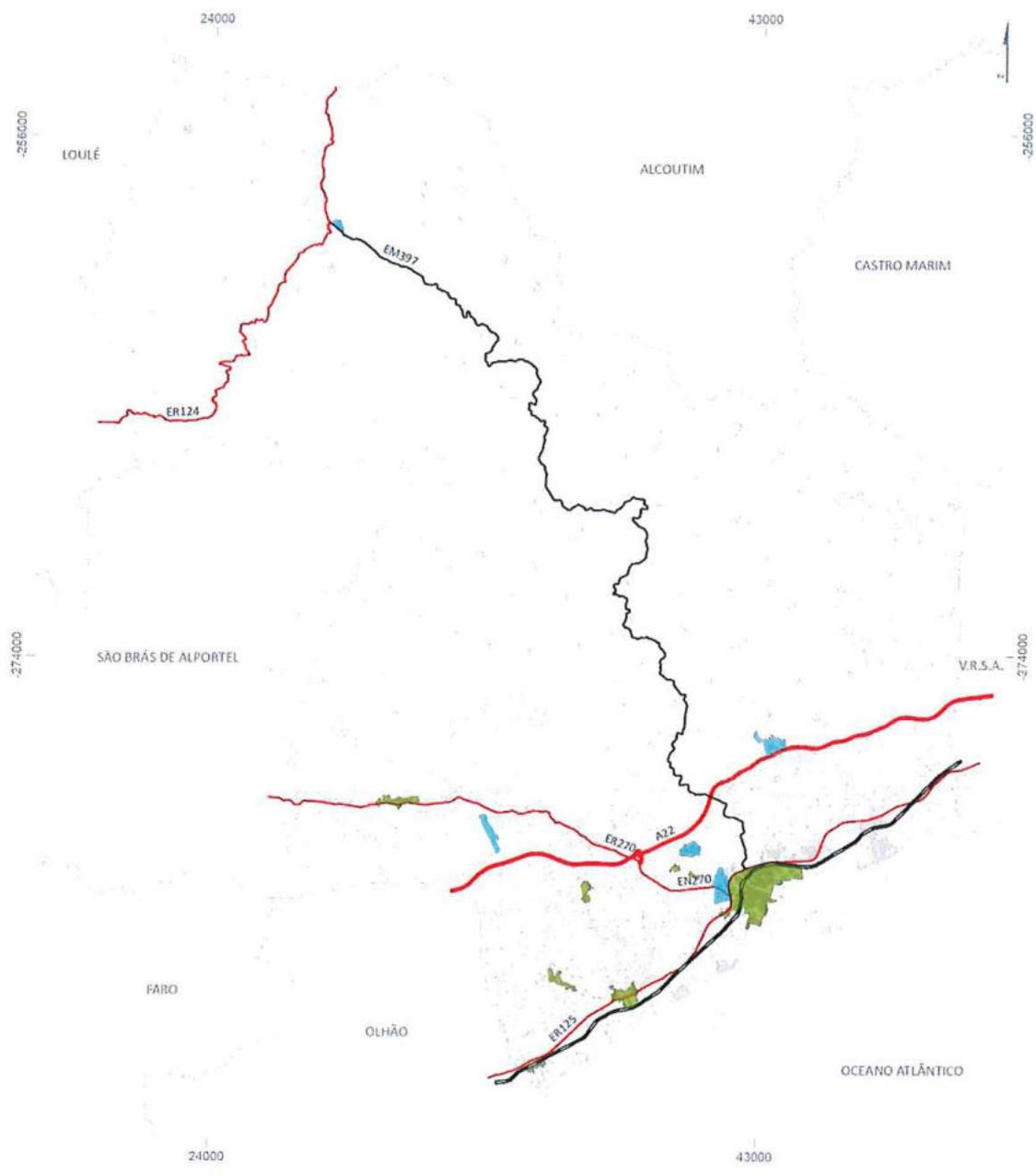
O município de Tavira está abrangido por vários planos territoriais de âmbito municipal (PTAM) que serão identificados e descritos neste capítulo, sendo feita uma síntese dos seus objetivos, o ponto de situação de cada um deles e, por fim, é abordada a perspetiva de dinâmica de cada plano.

QUADRO 59 | Planos territoriais de âmbito municipal em vigor no concelho de Tavira.

PLANOS EM VIGOR			
PDM	Plano Diretor Municipal de Tavira	- Ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/97. - Publicado em <i>Diário da República</i> , I Série B, n.º 139, em 19/06/1997.	
	Alterações e Suspensões Parciais	Alteração Pontual	- Aprovada pela Assembleia Municipal em 27/04/2007. - Publicada em <i>Diário da República</i> , II Série, n.º 238 em 11/12/2007 (Aviso n.º 24377-B/2007).
		Alteração de adaptação ao PROTAL	- Aprovada pela Assembleia Municipal em 03/12/2007. - Publicada em <i>Diário da República</i> , II Série, n.º 248, em 26/12/2007 (Aviso n.º 25861/2007). - Retificação ao texto publicada em <i>Diário da República</i> , II Série, n.º 46, em 05/03/2008 (Retificação n.º 473/2008). - Correção material ao Regulamento publicada em <i>Diário da República</i> , II Série, n.º 202, em 20/10/2011 (Declaração de Retificação n.º 1581/2011).
		Alteração RERAE	- Aprovada pela Assembleia Municipal em 28/02/2019. - Publicada em <i>Diário da República</i> , II Série, n.º 83, em 30/04/2019 (Aviso n.º 7522/2019).
		Suspensão Parcial (cemitério de Luz de Tavira)	- Aprovada pela Assembleia Municipal em 27/02/2020. - Publicada em <i>Diário da República</i> , II Série, n.º 70, em 08/04/2020 (Aviso n.º 5957/2020).
		Suspensão Parcial (cemitério de Tavira)	- Aprovada pela Assembleia Municipal em 29/04/2021. - Publicada em <i>Diário da República</i> , II Série, n.º 119, em 22/06/2021 (Aviso n.º 11564/2021).
		Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Tavira ao POPNRF e ao POOC Vilamoura – Vila Real de Santo António	- Aprovada pela Câmara Municipal em 13/07/2021. - Publicada em <i>Diário da República</i> , II Série, n.º 145, em 28/07/2021 (Aviso n.º 82/2021).
PP	PP de Cachopo	- Aprovado pela Assembleia Municipal em 26/09/2005. - Publicado em <i>Diário da República</i> , I Série B, n.º 120 em 25/06/2007 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2007).	
	PP da Zona Industrial de St.ª Margarida	- Aprovado pela Assembleia Municipal em 25/02/2002. - Publicado em <i>Diário da República</i> , I Série B, n.º 42, em 19/02/2003 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2003). - 1.ª Alteração publicada em <i>Diário da República</i> , II Série, n.º 227, em 25/11/2016 (Aviso n.º 14853/2016). - 1.ª Retificação publicada em <i>Diário da República</i> , II Série, n.º 242, em 20/12/2016 (Declaração de Retificação n.º 1251).	
	PP de Pêro Gil	- Aprovado pela Assembleia Municipal em 19/12/2006. - Publicado em <i>Diário da República</i> , II Série, n.º 242, em 17/12/2007 (Aviso n.º 336/2007).	

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

		<ul style="list-style-type: none"> - Retificação ao Anexo B e C publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 11, em 16/01/2008 (Retificação n.º 101/2008). - 1.ª Alteração publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 222, em 18/11/2016 (Aviso n.º 14489/2016). - 1.ª Correção Material publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 124, em 02/07/2019 (Aviso n.º 10912/2019).
	PP do NDT Quinta da Atalaia	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovado pela Assembleia Municipal em 18/06/2007. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 237, em 10/12/2007 (Regulamento n.º 330/2007). - Correção Material e Retificação nos termos do artigo 97.º-A do RJIGT publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 2, em 05/01/2010 (Declaração n.º 2/2010).
	PP do NDT da Boavista	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovado pela Assembleia Municipal em 19/12/2005. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 237, em 10/12/2007 (Regulamento n.º 331/2007).
PU	PU de Tavira	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovado pela Assembleia Municipal em 17/06/2020. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 164, em 24/08/2020 (Aviso n.º 12282/2020).
	PU de Santa Margarida	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovado pela Assembleia Municipal em 24/09/2007. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 237, em 10/12/2007 (Regulamento n.º 329/2007). - Correção Material e Retificação nos termos do artigo 97.º-A do RJIGT publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 246, em 22/12/2009 (Declaração n.º 436/2009).
	PU de Amaro Gonçalves	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovado pela Assembleia Municipal em 03/12/2007. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 250, em 28/12/2007 (Aviso n.º 26280/2007).
	PU de Luz de Tavira	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovado pela Assembleia Municipal em 03/12/2007. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 248, em 26/12/2007 (Aviso n.º 25858/2007).
	PU de Santo Estêvão	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovado pela Assembleia Municipal em 03/12/2007. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 248, em 26/12/2007 (Aviso n.º 25860/2007). - Correção Material e Retificação nos termos do artigo 97.º-A do RJIGT publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 246, em 22/12/2009 (Declaração n.º 437/2009). - 1.ª Alteração publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 192, em 04/10/2017 (Aviso n.º 11868/2017).
	PU de St.ª Catarina da Fonte do Bispo	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovado pela Assembleia Municipal em 03/12/2007. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 11, em 16/01/2008 (Aviso n.º 1466/2008). - Retificação à Planta de Condicionantes e Planta de Zonamento publicada em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 32, em 14/02/2008 (Retificação n.º 269/2008).
	PU de Arroiteia /Livramento	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovado pela Assembleia Municipal em 03/12/2007. - Publicado em <i>Diário da República</i>, II Série, n.º 248, em 26/12/2007 (Aviso n.º 25859/2007).



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Legenda

Planos de Urbanização e Planos de Pormenor		Concelhos adjacentes
Limites		
	Plano Pormenor	
	Plano Urbanização	

Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89;
 Projeção cartográfica: Transversa de Mercator

Fonte: CMT, 2021
 Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia
 Câmara Municipal de Tavira

FIGURA 36 | Distribuição territorial dos planos territoriais de âmbito municipal em vigor no concelho de Tavira.

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Tavira constitui-se como o principal instrumento de gestão territorial em vigor desde 1997. Este plano representou, à data, um importante avanço no ordenamento do território, contribuindo para planejar e estruturar o desenvolvimento do concelho ao longo dos seus mais de 24 anos de vigência.

O PDM de Tavira tem por área de intervenção a totalidade do território municipal definindo as linhas gerais da política de ordenamento e gestão do território, e tendo como principais objetivos os seguintes:

- a) Concretizar uma política de ordenamento do território que garanta as condições para um desenvolvimento socioeconómico equilibrado;
- b) Definir princípios e regras de uso, ocupação e transformação do solo que consagrem uma utilização racional do espaço;
- c) Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais que assente na salvaguarda dos seus valores e na melhoria da qualidade de vida das populações;
- d) Compatibilizar as diversas intervenções sectoriais;
- e) Fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais ou de planos de carácter sub-regional, regional ou nacional;
- f) Servir de enquadramento à elaboração de planos de atividades do município.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Dinâmica recente

O PDM de Tavira foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/97, de 15 de maio, publicada em Diário da República em 19 de junho, na 1.ª série B, e sujeito a uma alteração pontual, conforme Aviso n.º 24377 -B/2007 publicado em Diário da República de 11 de dezembro, 2.ª série, n.º 238 e objeto duma alteração decorrente da necessidade de adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), conforme Aviso n.º 25861/2007 publicado no Diário da República de 26 de dezembro, 2.ª série, n.º 248, com o objetivo de alterar as disposições do Plano Diretor Municipal nas matérias que a Resolução de Conselho de Ministros que aprovou o PROT Algarve declarou incompatíveis com o regime fixado por este Plano Regional, designadamente em matéria de edificabilidade no solo rural. Em 2011 foi efetuada uma correção material ao Regulamento do PDM de Tavira, conforme Declaração de Retificação n.º 1581/2011 publicitada em Diário da República de 20 de outubro, 2.ª série, n.º 202. Em 2011 foi tramitada uma correção material ao Regulamento publicada em *Diário da República*, II Série, n.º 202, em 20/10/2011 (Declaração de Retificação n.º 1581/2011).

Entre a aprovação do REOT, em 2017, e outubro de 2021 foram realizados 4 procedimentos de alteração ao PDM de Tavira, os quais se apresentam, de forma sucinta, seguidamente:

Alteração ao Plano Diretor Municipal de Tavira e à delimitação da Reserva Ecológica Nacional concelhia decorrente do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas

Na sequência da publicação do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), consubstanciado no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, tramitou um processo enquadrado no RERAE com implicações concretas ao nível do PDM de Tavira e da Reserva Ecológica Nacional (REN) deste Concelho.

Ancorado no disposto no n.º 2 do artigo 12.º do RERAE, o processo de legalização de exploração pecuária sita na Malhada de Peres, cuja Conferência Decisória ocorrida no dia 15 de março de 2017, resultou numa decisão de Deliberação Final Favorável Condicionada emitida ao abrigo do RERAE, a qual estipulava que a Câmara Municipal de Tavira deverá promover os procedimentos necessários de forma a acolher a regularização em causa. Neste quadro e tendo em vista sanar a desconformidade das construções de apoio à atividade económica desenvolvida com o PDM de Tavira, foi tramitado um procedimento de alteração de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 115.º, conjugado com o artigo 118.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) consubstanciado no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, tendo o processo sido tramitado nos termos definidos neste diploma, concretamente o n.º 1 do art.º 119.º e demais artigos conexos, conjugados com o disposto nos artigos 12º e 13.º do RERAE.

Além da alteração ao nível do Regulamento, este procedimento implicou alteração da delimitação da REN do município de Tavira, dado que as instalações a regularizar não se adequavam aos requisitos estabelecidos no Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, tendo-se procedido, na Planta 59.2-A: Reserva Ecológica Nacional à exclusão da área afeta à exploração, com a definição dos 9 polígonos a excluir da REN, com uma área de 997,9m².

A alteração ao PDM de Tavira decorrente do RERAE foi aprovada pela Assembleia Municipal em 28/02/2019 e publicada em Diário da República, II Série, n.º 83, em 30/04/2019 (Aviso n.º 7522/2019). Por sua vez, a alteração à delimitação da REN concelhia foi publicada em Diário da República, II Série, n.º 217, em 12/11/2019 (Aviso n.º 17924/2019), conforme figura 37.



Fonte: CMT, 2021

FIGURA 37 | Alteração à delimitação da REN concelhia decorrente do RERAE.

Suspensões parciais do Plano Diretor Municipal de Tavira e estabelecimento de medidas preventivas – Ampliação dos cemitérios de Tavira e da Luz de Tavira

Os cemitérios de Tavira e da Luz de Tavira estavam sem capacidade de resposta face às necessidades, sendo da máxima urgência proceder-se à sua ampliação, não havendo enquadramento para tal no PDM de Tavira vigente. Face às condicionantes vigentes e às necessidades atuais e perspetivadas, foram as ampliações consideradas adequadas e necessárias dos cemitérios de Tavira e da Luz de Tavira na envolvente dos atuais cemitérios, a sul no caso do de Tavira e a sul e a poente no caso do da Luz de Tavira, fazendo a interligação com os existentes.

Neste contexto recorreu-se a procedimentos de suspensão do plano territorial, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do RJIGT, onde está prevista a possibilidade de suspensão parcial dos planos municipais

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

quando se verificarem circunstâncias excecionais resultantes da alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local ou situações de fragilidade ambiental incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no plano vigente para uma determinada área.

A suspensão com vista à ampliação do cemitério de Luz de Tavira foi aprovada pela Assembleia Municipal em 27/02/2020 e publicada em Diário da República, II Série, n.º 70, em 08/04/2020 (Aviso n.º 5957/2020), e estabelecidas medidas preventivas, conforme o previsto no artigo 134.º do referido regime jurídico para a instalação de edificações afetas a um equipamento com as características próprias do seu uso e funções – cemitério (Figura 38).



Fonte: CMT, 2021

FIGURA 38 | Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Tavira e estabelecimento de medidas preventivas – cemitério de Luz de Tavira.

A suspensão com vista à ampliação do cemitério de Tavira foi aprovada pela Assembleia Municipal em 29/04/2021 e publicada em Diário da República, II Série, n.º 119, em 22/06/2021 (Aviso n.º 11564/2021), e estabelecidas medidas preventivas, conforme o previsto no artigo 134.º do referido regime jurídico para a instalação de edificações afetas a um equipamento com as características próprias do seu uso e funções – cemitério (Figura 39).



Fonte: CMT, 2021

FIGURA 39 | Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Tavira e estabelecimento de medidas preventivas – cemitério de Tavira.

Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Tavira ao POPNRF e ao POOC Vilamoura – Vila Real de Santo António

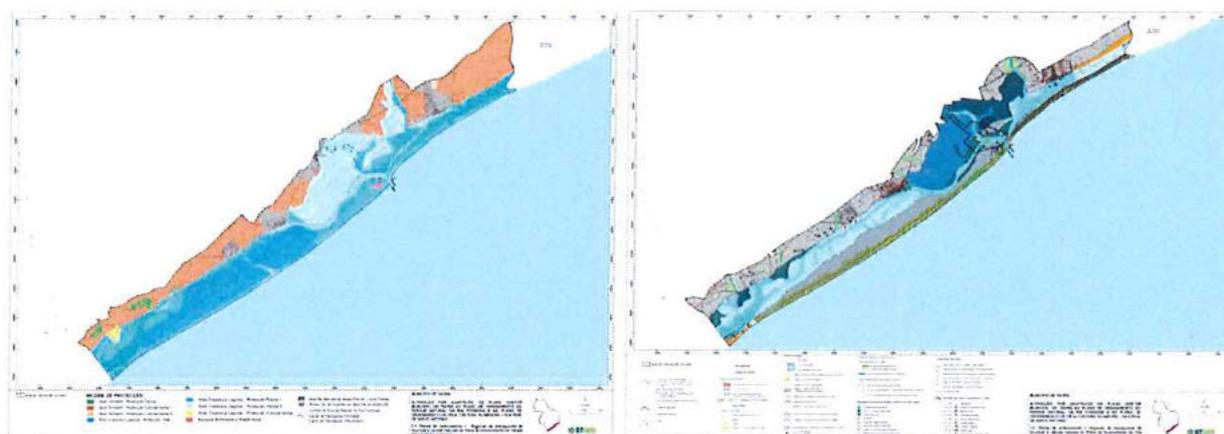
Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que aprovou a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo, na sua atual redação conferida pelo Decreto-

[Handwritten signatures and initials]

Lei n.º 3/2021, de 7 de janeiro, existia a obrigatoriedade de o conteúdo dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) em vigor ser transposto para o PDM, até 13 de julho de 2021. Com incidência no Município de Tavira estavam dois PEOT em vigor: o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa (POPNR) e o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura-Vila Real de Santo António.

A alteração por adaptação do PDM de Tavira ao POPNR e ao POOC Vilamoura – Vila Real de Santo António foi efetuada em conformidade com o previsto na legislação aplicável e tendo em consideração as orientações existentes sobre a matéria em apreço, tendo no regulamento sido introduzidas alterações em quinze artigos e aditado um novo título e elaboradas duas novas plantas que constituem desdobramentos da Planta de Ordenamento do PDM de Tavira em vigor (Figura 40).

A alteração por adaptação foi aprovada pela Câmara Municipal em 13/07/2021 e publicada em Diário da República, II Série, n.º 145, em 28/07/2021 (Aviso n.º 82/2021).



Fonte: CMT, 2021

FIGURA 40 | Plantas elaboradas no âmbito da alteração por adaptação, constituindo desdobramentos da Planta de Ordenamento do PDM de Tavira.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

O PDM identificou ou estabeleceu, decorrente da estratégia implícita no PROT Algarve em vigor à data, um conjunto de Unidades Operativas de Planeamento e de Gestão (UOPG) com o objetivo de ser mais assertivo no planeamento de algumas áreas recorrendo a PMOT mais pormenorizados, nomeadamente:

- Plano Geral de Urbanização de Tavira (PGU de Tavira);
- Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira;
- Plano de Pormenor de Santa Luzia;
- Plano de Pormenor de Conceição e Cabanas;
- Plano de Pormenor da Luz de Tavira;
- Plano de Pormenor da Área Industrial de Santa Margarida;
- Plano de Pormenor de Pêro Gil – Tavira;
- Plano de Pormenor do Livramento e Arroteia;
- Plano de Pormenor de Cachopo;
- Plano de Pormenor de St.º Estêvão;
- Plano de Pormenor de St.ª Catarina da Fonte do Bispo.

109 | RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Das UOPG elencadas anteriormente foram elaborados 9 planos, nem sempre adotando o tipo de PMOT inicialmente previsto. Destes 9 planos salienta-se a revogação do Plano de Urbanização de Conceição e Cabanas encontrando-se assim em vigor 8 planos municipais elaborados no âmbito das UOPG estabelecidas no PDM de Tavira.

No decorrer da vigência do PDM foram ainda elaborados 4 PMOT não previstos, mas que enquadram a estratégia e orientações de planeamento municipal inerentes, nomeadamente:

- Dois PU que concretizam o planeamento mais pormenorizado em dois aglomerados do concelho: o de Santa Margarida e o de Amaro Gonçalves;
- Dois PP que implementam os correspondentes NDT enquadrados nas antigas AAT: o NDT da Quinta da Atalaia e o NDT da Boavista.

Dos planos previstos com as UOPG ficou apenas por elaborar o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira, após a tentativa não conseguida de incluir o mesmo no Plano de Urbanização de Tavira - PUT (em vigor desde 25.08.2020). O PUT incide sobre a zona central da cidade, deste modo proporciona para além de um correto planeamento e ordenamento da cidade de Tavira a valorização do seu núcleo histórico. Cumulativamente, da evolução do quadro jurídico aplicável, em concreto com a entrada em vigor do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) e da posterior aprovação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Tavira, com a inerente estratégia de reabilitação, verifica-se que a salvaguarda do núcleo histórico está acautelada, assegurando a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) os demais objetivos de planeamento para a área em questão.

O PP de Santa Luzia foi iniciado como PU, mas acabou por ficar suspenso, após uma primeira consulta às entidades, no decorrer do início de elaboração do POOC Vilamoura – VRSA e da revisão do POPNRF.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Avaliação da Execução

Tendo subjacentes os referidos objetivos do Plano, o Programa de Execução do PDM de Tavira em vigor, elenca diversas ações setoriais, respetiva priorização e estimativa orçamental. As ações não se encontram parametrizadas quantitativamente nem está temporalizada a sua execução.

As ações materializadas no Programa de Execução resultaram de um conjunto de evidências, critérios e fatores que, à data da sua elaboração, correspondiam às necessidades existentes e à estratégia que se pretendia para o concelho. No entanto, no decurso dos cerca de 24 anos de vigência deste plano ocorreram naturalmente progressos, mudanças e uma natural evolução a diversos níveis, os quais, no seu conjunto, se traduziram em alterações relativamente às necessidades e prioridades sentidas.

Neste contexto e face à inexistência de indicadores quantitativos, a avaliação da execução das ações constantes do Programa de Execução foi efetuada em função da sua total, parcial ou inexistente execução verificada a partir do pressuposto do nível de satisfação das necessidades subjacentes a cada uma das ações. Assim, e do exposto no quadro 60, pode-se concluir que, apesar do tempo decorrido e das mudanças entretanto verificadas, as ações constantes do mesmo apresentam um elevado grau de execução.

QUADRO 60 – Avaliação da execução das ações constantes do Programa de Execução do PDM de Tavira em vigor.

Sector	Domínios	Ações	Avaliação da execução			
			Executado	Parcialmente executado	Não executado	
Saneamento básico	Rede de distribuição de água	ETA – Aumento da capacidade de armazenagem	X			
		Novas redes de distribuição	X			
		Estudo de fugas nas redes existentes	X			
		Nova alimentação da malha de Tavira	X			
		Ampliação das redes existentes	X			
	Redes de coletores de esgotos domésticos e pluviais	Construção das ETAR de Conceição/Cabanas, St.ª Luzia/ Pedras e Ilha de Tavira	X(1)			
		Retificação das redes de águas pluviais	X			
		Execução de novas redes em zonas urbanas	X			
		Ampliação das redes de esgoto e pluviais	X			
		Afinar a qualidade dos efluentes das ETAR	X			
		Transformação do aterro controlado em aterro sanitário	X			
		Sistema de resíduos sólidos	Aquisição de equipamento para compactar lixo	X(2)		
			Aquisição de novo equipamento de recolha	X		
Elaboração de um estudo dos circuitos de recolha	X					
Transportes	Investimento nos transportes	Públicos rodoviários na zona serrana (minibus)		X(3)		
		Fluviais à Ilha de Tavira		X		
		Táxis zona serrana		X(4)		
	Públicos rodoviários na zona litoral		X			
		Públicos urbanos	X			
Infraestruturas portuárias	Investimento nas infraestruturas portuárias	Marina/Porto de Recreio			X	
		Porto de Pesca no canal de Tavira			X	
		Acessibilidades aos Portos			X	
		Infraestruturas terrestres para as atividades comercial/piscatória		X		
		Prolongamento/recuperação muros-cais		X		
Infraestruturas industriais	Investimento em infraestruturas industriais	Loteamento industrial	X			
Energia elétrica	Investimento na rede de energia elétrica	Rede de média tensão na Serra	X			
		Rede de média tensão na zona de Conceição	X			
		Rede de média tensão na cidade de Tavira	X			
Infraestruturas comerciais	Investimento no mercado retalhista	Mercado Municipal	X			
Infraestruturas viárias	Investimento na rede rodoviária	Melhoria EN270	X			
		Novo acesso a Tavira (Rio Gilão)	X			
		Novo acesso a Cabanas – passagem desnivelada			X	
		Ligação direta a St.ª Luzia – EN125			X	
		Acessibilidade aos centros concelhios de nível 3		X		
		Melhoria da acessibilidade em geral		X		
		Jardim de Infância e Creche na Luz	X			
		Jardim de Infância e Apoio a Deficientes em Tavira	X			
		Centro de Dia em Luz e Santa Luzia	X			
		Lar de Idosos em Tavira	X			
Equipamentos coletivos	Investimento em equipamentos coletivos	Centro de Saúde em Tavira	X			
		Piscinas cobertas (incluindo aprendizagem) em Tavira	X			
		Escola EB (1,2,3) em Tavira	X			
		Escola EB (1,2) em Sta. Catarina da F. do Bispo		X		
		Jardim de Infância e Creche em Conceição	X			
		Parque Urbano em Tavira		X		
		Polidesportivos em Estorninhos e Faz Fato			X	
		Campo de Futebol relvado em Tavira			X	
		Campos de Ténis em Tavira	X			

Urbanístico	Investimento em urbanismo	Polidesportivos em Luz e Livramento	X	
		Plano de Pormenor (PP) Cabanas	X	
		Plano de Pormenor (PP) de Santo Luzia		X
		Plano de Pormenor (PP) da Zona Industrial	X	
		Revisão do Plano de Urbanização de Tavira	X	
		Plano de Pormenor (PP) Luz de Tavira	X	
		Plano de Pormenor (PP) Santo Estêvão	X	
		Plano de Pormenor (PP) Sta Catarina da F. do Bispo	X	
		Plano de Pormenor (PP) Cachopo	X	
		Plano de Pormenor (PP) Pêro Gil-Tavira	X	
	Investimento em património edificado		X	

Fonte: CMT, 2021

- (1) As ETAR foram executadas e posteriormente desativadas com a entrada em funcionamento da ETAR do Almargem.
- (2) Existe resposta ao nível do serviço de transporte social assegurado semanalmente.
- (3) Foram efetuados investimentos, no entanto, a resposta existente ainda não satisfaz todas as necessidades.
- (4) Existem licenças para praça livre, podendo estes táxis operar em todo o concelho.

No PDM de Tavira em vigor o conjunto dos espaços urbanos e urbanizáveis determina o perímetro urbano de cada um dos aglomerados urbanos definidos. A classificação e qualificação do solo do PDM de Tavira em vigor estrutura-se da seguinte forma:

QUADRO 61 | Classificação e qualificação do solo do PDM de Tavira.

CLASSE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA
		Áreas urbanas
		Áreas urbanizáveis
Solo urbano	Espaços urbanos e urbanizáveis	Áreas de edificação dispersa a estruturar
		Zonas de ocupação turística
		Núcleos de desenvolvimento turístico
		Espaços industriais e de serviços
Solo rural	Espaços de indústria extrativa	

Fonte: CMT, 2021

Refere o Regulamento deste plano que as áreas urbanas se caracterizam por um elevado nível de infraestruturização e edificação, onde é permitida a edificação tendente à colmatação e consolidação do espaço urbano e, por sua vez, que as áreas urbanizáveis se destinam à expansão dos aglomerados urbanos, onde a estrutura urbana é ainda incipiente ou inexistente. Neste contexto, a hierarquia urbana foi definida de acordo com a densidade populacional, concentração, diversificação e especialização de equipamentos coletivos e atividades económicas dos aglomerados, encontrando-se desagregada em 3 níveis, conforme consta do quadro 62.

QUADRO 62 | Hierarquia urbana estipulada no PDM de Tavira em vigor.

Nível	Descrição	Aglomerados
C1	Centro sub-regional e concelhio principal, cuja área de influência se estende além dos limites concelhios.	Tavira
C2	Centros concelhios de nível 2, com uma área de influência que se reporta à população residente nas respetivas freguesias e em alguns casos às freguesias vizinhas.	Cachopo, Conceição-Cabanas, Luz, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santa Luzia, Santo Estêvão
C3	Pequenos aglomerados, centros concelhios de nível 3, com uma área de influência que se reporta ao lugar, estabelecendo relações	Currais, Feiteira, Garrobo, Graíño, Mealha, Vale João Farto, Amoreira, Casas Baixas, Vale do Odre, Cabeça Gorda, Almargem, Carrapateira, Carapeto, Estorninhos,

de dependência funcional com centros de ordem superior, do concelho ou de concelhos limítrofes.

Faz Fato, Eirõeis, Vale de Ebros, Nora, Arroiteia/Livramento, Amaro Gonçalves, Alcária do Cume, Alcária Fria, Bengado, Carvalhal, Fonte do Bispo, Hortas, Montes e Lagares, Porto Carvalhoso, Espartosa, Marco, Alcarias, Várzea do Vinagre, Umbria, Morenos, Pedras d'EL Rei, Carricos, Cintados, Curral Boeiros, Fonte Salgada, Mato Santo Espírito, Tafe, Umbrías de Camacho, Beliche, Picota, Vale da Murta, Borracheira, Vale Covo, Bernardinheiro, Santa Margarida, Estiramantens, Malhão, Poço do Vale, Monte Agudo e Sinagoga.

Fonte: CMT, 2021

A avaliação da execução dos Espaços Urbanos, efetuada em 2015, no âmbito do REOT aprovado em 2017, mostrou-nos que, dos perímetros identificados, três se destacavam pela sua elevada taxa de execução: Tavira, Conceição/Cabanas e Santa Luzia, em contrapartida, os níveis mais baixos de execução situavam-se especialmente na zona norte do concelho. Por sua vez, a análise da execução dos Espaços Urbanizáveis demonstrou que estes apresentam uma percentagem reduzida de área executada.

Os Espaços Industriais e de Serviços que correspondem às áreas para a implantação de estabelecimentos industriais e de serviços complementares, estão localizados no perímetro urbano de Santa Catarina da Fonte do Bispo e na área industrial de Santa Margarida e, a análise efetuada em 2015 mostrou que, àquela data, a área executada correspondia a 40,75%, essencialmente devido ao estado de desenvolvimento da área industrial de Santa Margarida, a qual tem vindo a aumentar até à presente data.

Em 2021 é possível avaliar que a percentagem de área executada de NDT's é nula, pois nem o NDT da Quinta da Boavista nem o NDT da Quinta da Atalaia tiveram qualquer execução, facto que será justificado pelo estado atual da economia nos diferentes sectores conexos ao turismo.

No que respeita ao solo rural, nesta categoria apenas foram avaliados os Espaços de Indústria Extrativa, atendendo à sua natureza de atividade económica que pressupõe a exploração de um recurso finito. Na avaliação da execução desta categoria assumiu-se, em 2015, que a área afeta ao uso em questão apenas indicou menos de metade da área em fase de intervenção, não tendo sido possível determinar se da área avaliada como não executada constam áreas já repostas/requalificadas após extração.

Os níveis de execução nos diferentes perímetros urbanos apresentam bastantes discrepâncias, sendo que os perímetros mais relevantes e localizados no litoral têm valores elevados de execução, pelo contrário, os localizados a norte do concelho, especialmente os de nível C3, possuem baixos valores. Um outro fator relevante de se realçar são os perímetros urbanos de origem não tradicional, que assumem baixos valores de execução.

Em suma, os níveis de execução são díspares no concelho, por um lado, a faixa litoral, que integra o C1 e os C2 mais relevantes, apresentam elevados valores de execução e dinâmica urbanística considerável realçada pelos inúmeros compromissos, por sua vez, a zona interior do concelho marcada essencialmente por aglomerados de nível C3 e pelas respetivas sedes de freguesia (C2), apresentam baixos valores de execução e fraca dinâmica urbanística, com escassez de compromissos urbanísticos.

PLANOS TERRITORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL

PLANOS DE URBANIZAÇÃO

No seguimento da avaliação da execução efetuada em 2017, no âmbito do REOT, foi efetuada uma análise e avaliação sobre o melhor procedimento a adotar para cada um dos planos.

PLANOS DE URBANIZAÇÃO

Plano de Urbanização de Tavira

O Plano foi publicado em Diário da República, II Série, n.º 164, em 24/08/2020 (Aviso n.º 12282/2020), apresentando uma grande percentagem da sua área de intervenção já consolidada, visa a estabilização de toda a área de intervenção (304,2ha) através de um reordenamento global, tendo em atenção a reabilitação e a requalificação do parque habitacional e do espaço público (Figura 41). A abordagem estratégica prosseguida para a elaboração deste plano assenta em quatro grandes pilares:

- Qualificar a cidade de Tavira e reforçar as suas funções de centro urbano no contexto municipal e regional;
- Promover operações de reconversão urbanística de elevado impacto na imagem da cidade, na sua funcionalidade e na oferta de melhores equipamentos de utilização coletiva, dando prioridade às operações de maior sustentabilidade económica em parceria com outros agentes públicos ou privados;
- Promover a reabilitação de edifícios e de espaços públicos de estadia e lazer, sobretudo no núcleo urbano mais antigo;
- Adequar as regras de gestão urbanística à realidade do Tecido Urbano existente.

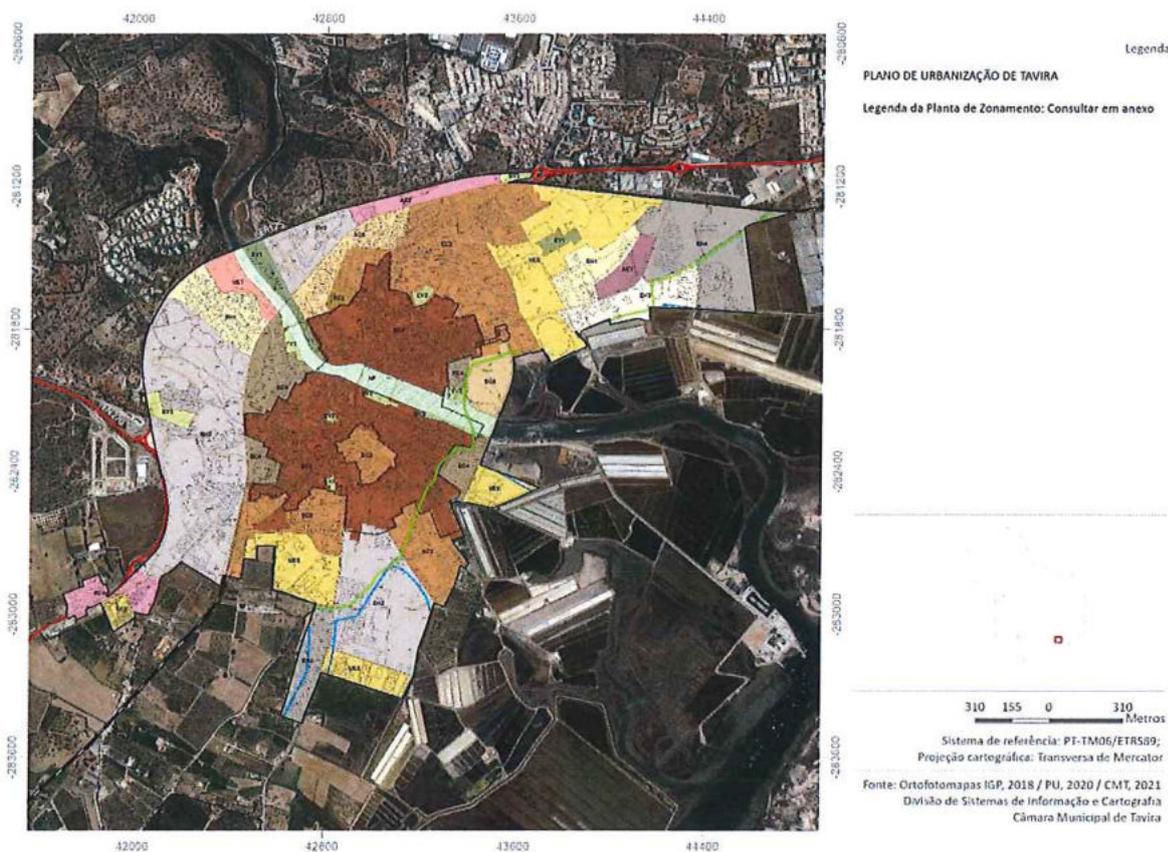


FIGURA 41 | Planta 24.A – Planta de Zonamento – Classificação e Qualificação do Solo.

Tavira é identificada na estrutura e hierarquia urbana do concelho como núcleo urbano de nível 1, que se pretende reestruturar e dotar de condições de desenvolvimento urbano, sede de concelho e polarizador do sistema urbano proposto. Sendo o núcleo urbano de maior dimensão e maior dinâmica urbanística do concelho, tem ainda o papel de lugar central devido à existência de serviços e equipamentos estruturantes que o servem, para além de concentrar cerca de 50% da população total do mesmo. O património histórico-arquitetónico em presença é de uma valia assinalável, quer ao nível dos edifícios inventariados, quer ao nível dos edifícios classificados.

O PUT é recente, está atualizado e adequado à realidade e às necessidades do núcleo urbano de Tavira, pelo que reúne todas as condições para permanecer em vigor.

PLANOS DE URBANIZAÇÃO

Plano de Urbanização da Luz de Tavira

Os princípios gerais da estrutura do Plano são a aposta na qualidade dos espaços construídos e a construir, a consolidação das funções económicas e a diversificação da rede de equipamentos e de serviços, incluindo a criação de áreas verdes de recreio e de lazer (Figura 42).

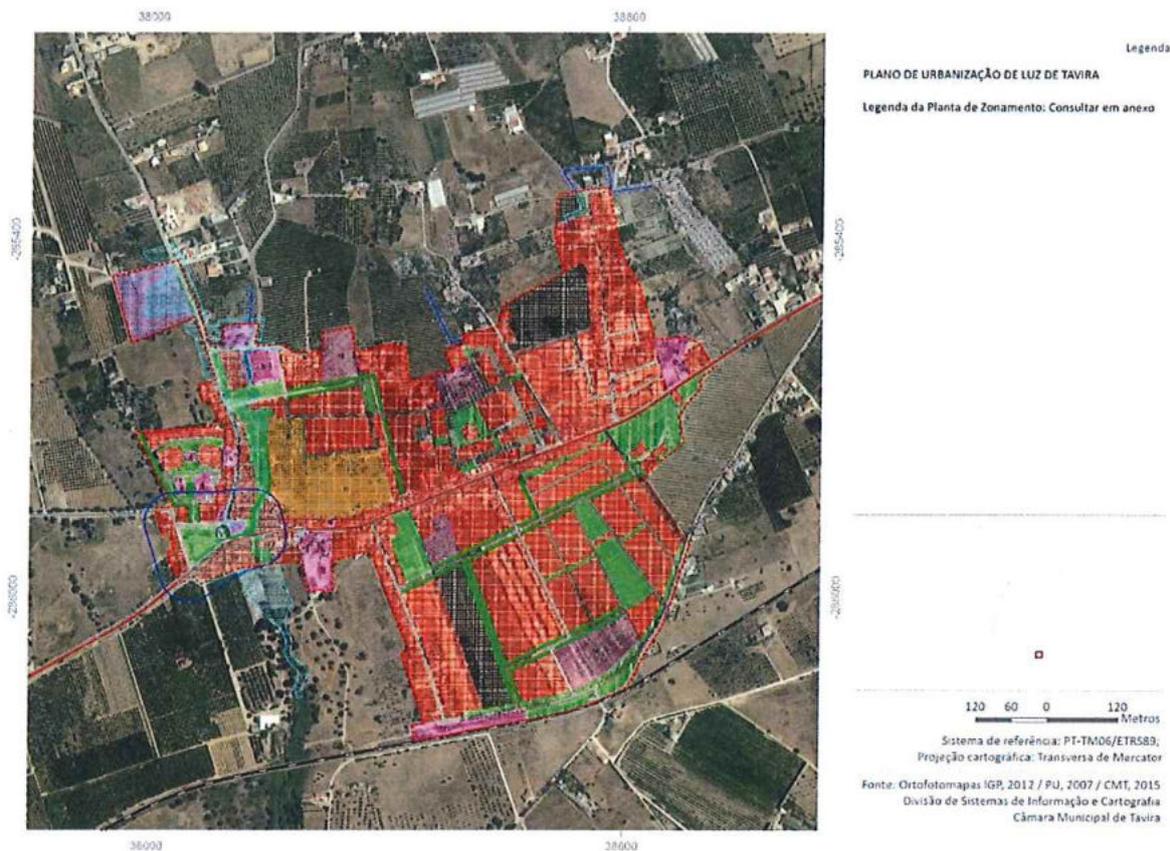


FIGURA 42 | Planta de Zonamento do PU da Luz de Tavira.

O nível de execução do solo urbano deste plano em 2015 situava-se abaixo dos 50% não tendo, entretanto, surgido nos últimos anos novos loteamentos para este aglomerado.

Este aglomerado detém este PU que assenta num conjunto de normas técnicas de ordenamento desatualizados e conflitantes com o atual quadro normativo e regulamentar de ordenamento do território e urbanismo. O plano não define índices a aplicar na área urbana, apenas indica o número de pisos, tendo a autarquia vindo a aplicar os índices que se encontram previstos no PDM em vigor. As definições presentes no regulamento do plano são as já definidas pela lei geral e existe duplicação da definição de obras de conservação que diferem entre as duas. O plano define o conjunto da igreja da Luz de Tavira como imóvel em vias de classificação, porém o mesmo já se encontra classificado como Monumento de Interesse Público.

Considerando que se encontra a decorrer o procedimento da revisão do PDM, não se vislumbra qualquer vantagem em elaborar/rever este plano territorial, até porque as normas de uso e ocupação e a classificação e qualificação do solo que constarão da proposta de plano serão as necessárias e suficientes para fazer uma gestão urbanística esclarecida e sustentada, de forma a que a Luz de Tavira, classificada como um núcleo urbano de nível 2, de importância urbana relevante por ser sede de Freguesia, por integrar equipamentos sociais e serviços de importância concelhia, se reestruture e dote de condições de dinamização.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O Plano estipulou que o zonamento do aglomerado devia seguir a aposta na qualidade dos espaços construídos e a construir, assim como a diversificação da rede de equipamentos e de serviços, incluindo a estrutura ecológica urbana.

A Planta de Zonamento (Figura 43) concretiza os seguintes objetivos:

- Proteção e enquadramento das paisagens e dos recursos naturais existente;
- Estruturação e organização morfológica do crescimento urbano, que permita o alinhavar das áreas urbanas consolidadas (solo urbanizado) com as áreas intersticiais (expansão – solo da urbanização programada).

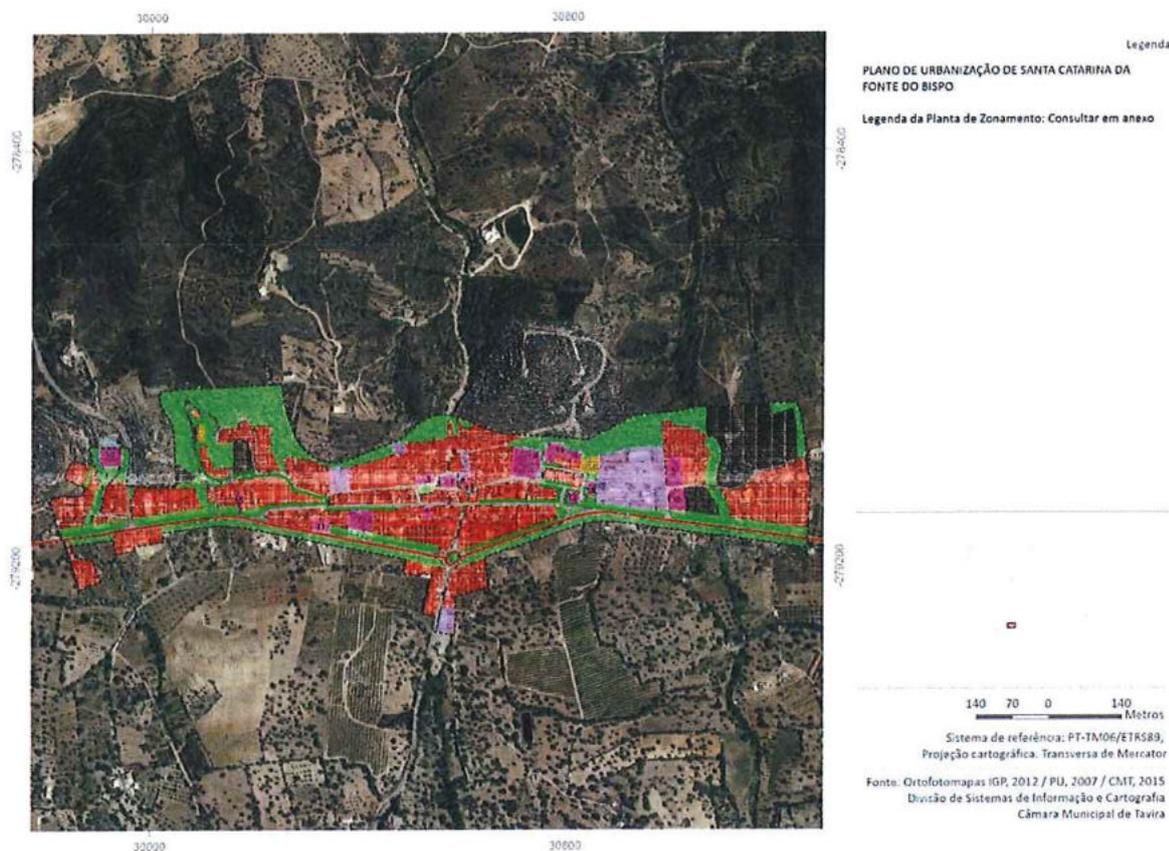


FIGURA 43 | Planta de Zonamento do PU de Santa Catarina da Fonte do Bispo.

O nível de execução do solo urbano do plano em 2015 correspondia a cerca de dois terços da sua área, não tendo, entretanto, surgido nos últimos anos novos loteamentos para este aglomerado.

Este aglomerado detém um PU em vigor desde 2007 e, foi um instrumento de gestão territorial em que os processos de transformação do uso do solo urbano foram pouco significativos. As legislações referidas no regulamento do plano encontram-se desatualizadas. O plano não define índices a aplicar na área urbana, apenas indica o número de pisos, tendo a autarquia vindo a aplicar os índices que se encontram previstos no PDM em vigor, com exceção do número de pisos que difere dos previstos em PDM.

Considerando que se encontra a decorrer o procedimento da revisão do PDM, não se vislumbra qualquer vantagem em elaborar/rever o plano, até porque as normas de uso e ocupação e a classificação e qualificação do solo que constarão

da proposta de plano serão as necessárias e suficientes para fazer uma gestão urbanística esclarecida e sustentada, de forma a que Santa Catarina da Fonte do Bispo, classificada como um núcleo urbano de nível 2, de importância urbana relevante por ser sede de Freguesia, por integrar equipamentos sociais e serviços de importância concelhia, se reestruture e dote de condições de dinamização adequadas à sua realidade e às atividades económicas ali presentes.

PLANOS DE URBANIZAÇÃO

Plano de Urbanização de Santo Estêvão

A estrutura definida para o desenvolvimento do aglomerado de Santo Estêvão (Figura 44), com vista à aplicação do planeamento municipal, segue duas linhas de orientação principais:

- A aposta na qualidade dos espaços construídos e a construir;
- A diversificação da rede de equipamentos e de serviços, aqui se incluindo a criação de áreas verdes de recreio e de lazer.

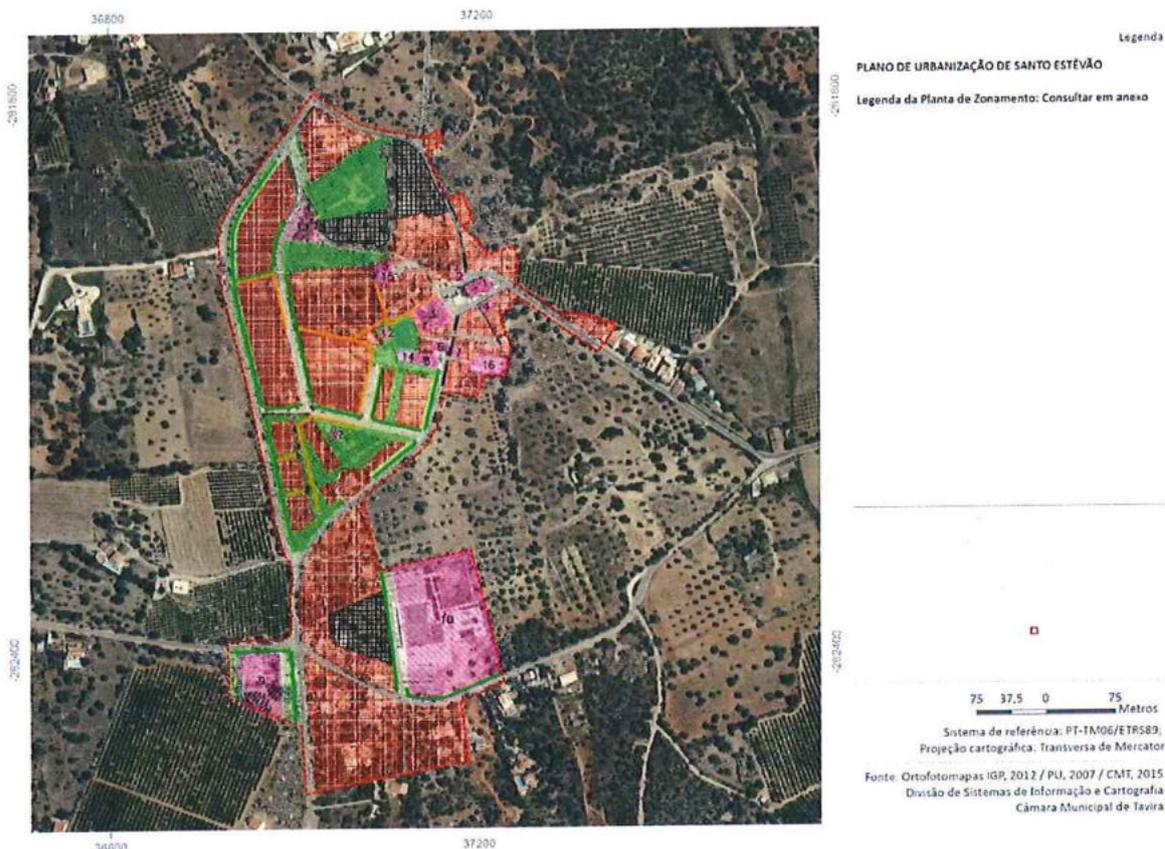
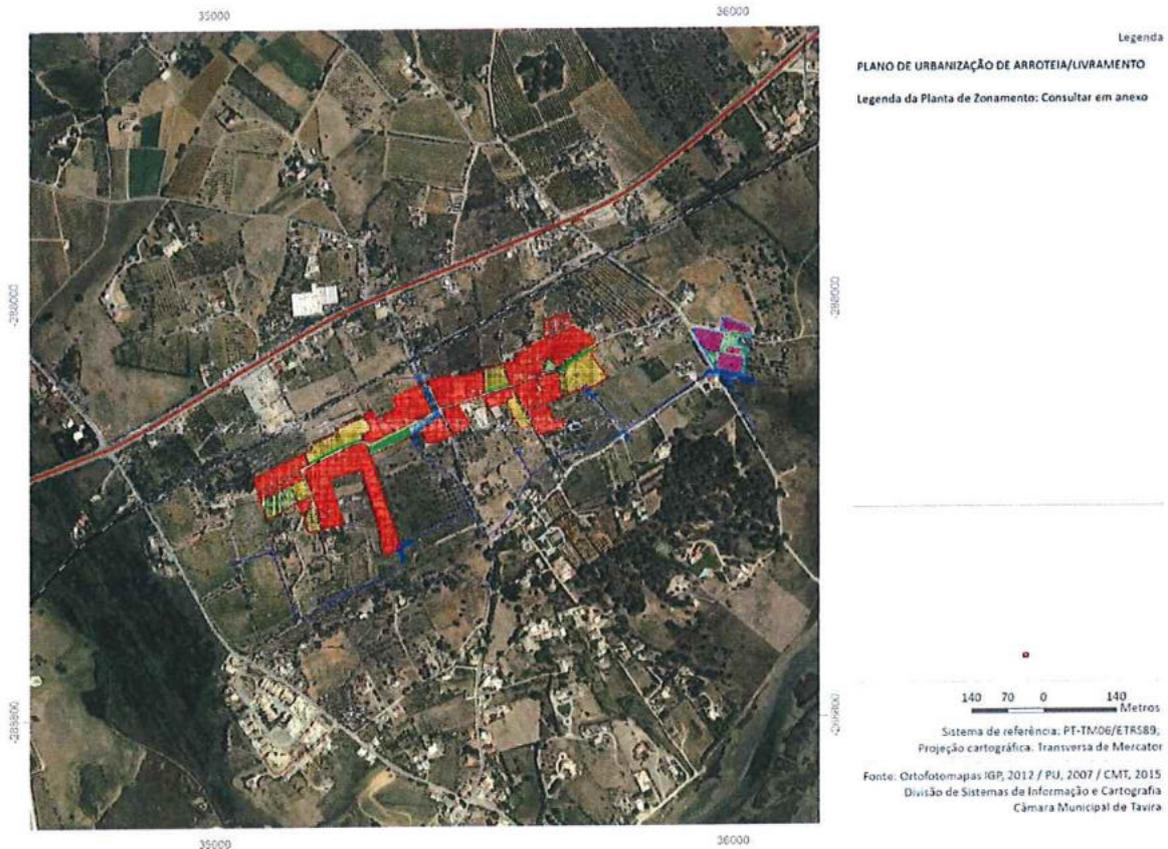


FIGURA 44 | Planta de Zonamento do PU de Santo Estêvão.

A Planta de Zonamento anterior é a tradução dos objetivos a alcançar no desenvolvimento da estratégia e orientações definidas para este aglomerado, que pretendia:

- Valorizar o conjunto urbano mediante o reforço dos espaços verdes, do arranjo dos espaços exteriores e da rede de equipamentos coletivos;
- Valorizar função habitacional no conjunto do aglomerado;
- Enquadrar nova área de habitação social a localizar na continuidade da área central e junto ao futuro museu;
- Valorização da estrutura ecológica urbana.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

FIGURA 45 | Planta de Zonamento do PU do Arroiteia/Livramento.

Em 2015 o nível de execução do aglomerado submetido ao Plano era razoável, correspondendo a cerca de 60%, não tendo, entretanto, surgido nos últimos anos novos loteamentos para este aglomerado.

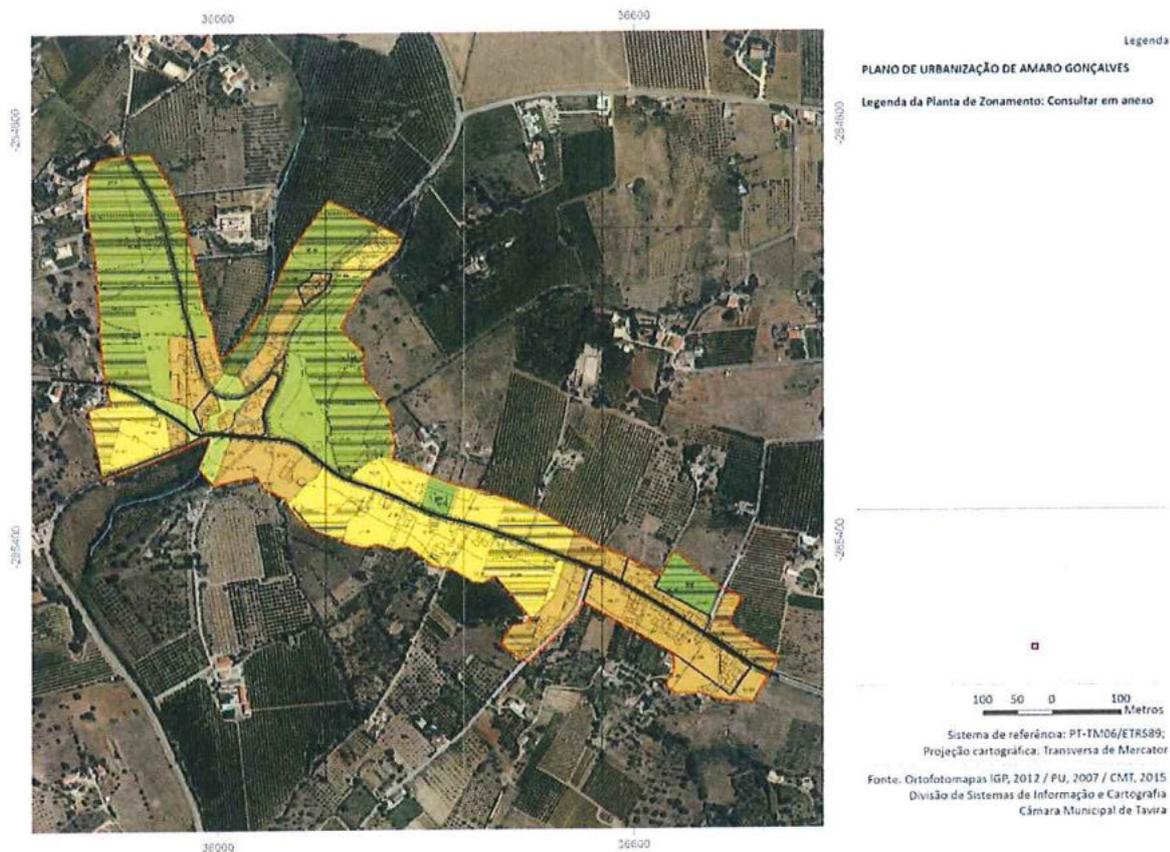
O plano em vigor encontra-se desatualizado e não se afigura suficientemente relevante para serem criadas as devidas condições para a sua continuidade em vigência. As legislações referidas no regulamento do plano encontram-se desatualizadas. O regulamento do plano apenas define índices para planos de pormenor ou loteamento, não estando definidos índices a aplicar nas parcelas livres integradas na área urbana, apenas indica o número de pisos, tendo a autarquia vindo a aplicar os índices que se encontram previstos no PDM em vigor, com exceção do número de pisos que difere dos previstos em PDM. As definições presentes no regulamento do plano são as já definidas pela lei geral e existe duplicação da definição de obras de conservação que diferem entre as duas. O regulamento do plano define nos artigos 17º e 18º, áreas de oficinas e armazéns e respetivas condicionantes, porém a planta de zonamento não identifica essas áreas.

Considerando que se encontra a decorrer o procedimento da revisão do PDM, não se vislumbra qualquer vantagem em elaborar/rever o plano, até porque as normas de uso e ocupação e a classificação e qualificação do solo que constarão da proposta de plano serão as necessárias e suficientes para fazer uma gestão urbanística esclarecida e sustentada, de forma a que Arroiteia/Livramento, classificada como um núcleo urbano de nível 3, se consolide.

PLANOS DE URBANIZAÇÃO

Plano de Urbanização de Santa Margarida

O Plano, na fase de elaboração, identificou os problemas do aglomerado ao nível de estrutura e ocupação do espaço, bem como da qualidade do espaço público. Dessa análise, resultou um conjunto de objetivos que tiveram na base da Planta de Zonamento (Figura 46), nomeadamente:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Júlio' and other illegible marks.

FIGURA 47 | Planta de Zonamento do PU de Amaro Gonçalves.

Considera-se Amaro Gonçalves como um núcleo urbano que se pretende consolidar (Nível 3), sendo de reforçar o desenvolvimento urbano orientado para a consolidação da estrutura urbana, uma vez que comparando o número de edificações atuais com o das existentes no PDM em vigor, se percebe ter havido alguma transformação urbana nos últimos anos. Em 2015 as áreas executadas correspondiam a cerca de 65% do solo urbano.

As legislações referidas no regulamento do plano encontram-se desatualizadas. O regulamento do plano define índices a aplicar às áreas de baixa densidade, nível 1 e nível 2, estando os mesmos definidos como brutos, líquidos ou à parcela, ou ao lote, situação que tem vindo a suscitar algumas dúvidas na sua aplicabilidade.

Relativamente ao número de estacionamento que deverão estar previstos para cada uso, ao dimensionamento das vias e passeios, dimensionamento de muros de vedação, o tipo de materiais não permitidos a utilizar nas edificações ou outras situações similares, julga-se que deverá o regulamento municipal da urbanização e edificação prever regras específicas, por forma a uniformizar essas regras em todos os perímetros urbanos, aglomerados rurais e solo rural.

Considerando que se encontra a decorrer o procedimento da revisão do PDM, não se vislumbra qualquer vantagem em elaborar/rever o plano, até porque as normas de uso e ocupação e a classificação e qualificação do solo que constarão da proposta de plano serão as necessárias e suficientes para fazer uma gestão urbanística esclarecida e sustentada, de forma a que Amaro Gonçalves, classificada como um núcleo urbano de nível 3, se consolide.

PLANOS DE URBANIZAÇÃO

Plano de Urbanização de Conceição/Cabanas - Revogação

O Plano de Urbanização de Conceição/Cabanas (PUCC) aprovado pela Assembleia Municipal a 25 de setembro de 2006 e publicado em Diário da República a 14 de dezembro de 2007 (Aviso n.º 24781/2007) vigorou por um período de cerca de 12 anos, foi um instrumento de gestão territorial de razoável eficácia no controlo e programação dos processos de transformação do uso do solo urbano, bem como no propósito de salvaguardar e ordenar as áreas para infraestruturas, equipamentos e espaços verdes, no entanto, ao longo da sua execução sido detetadas algumas incongruências que resultaram em dificuldades e limitações na gestão urbanística operativa. Por outro lado, o PUCC assentava já num conjunto de normas técnicas de ordenamento desatualizados e conflituantes com o atual quadro normativo e regulamentar de ordenamento do território e urbanismo.

Em virtude de, de acordo com o REOT aprovado em 2017, o plano apresentar um nível de execução de 91,74%, e face à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, entretanto ocorrida neste período ter sido considerável e por se considerar que o PDM de Tavira em vigor dispõe de um quadro normativo adequado à realidade deste espaço geográfico, com uma visão mais sustentável e em consonância com as vocações territoriais, afigurou-se adequada a revogação do plano nos termos do disposto no artigo 127.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, pois a conjugação das condições enunciadas levou a concluir pela desatualização do PU de Conceição/Cabanas e, considerando que se encontra a decorrer o procedimento da revisão do PDM, não se vislumbrava qualquer vantagem em rever este plano.

Assim, a Assembleia Municipal de Tavira, na sua sessão ordinária realizada a 10 de dezembro de 2019 deliberou, por maioria, aprovar a sua revogação do PUCC, publicada em Diário da República, II Série, n.º 21, em 30/01/2020 (Aviso n.º 1653/2020).

Até à entrada em vigor da revisão do PDM de Tavira, em curso, com a revogação do PUCC aplicam-se as regras de uso, ocupação e transformação do solo constantes no PDM vigente, na respetiva área de intervenção do plano territorial revogado.

PLANOS TERRITORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL

PLANOS DE PORMENOR

No seguimento da avaliação da execução efetuada em 2017, no âmbito do REOT, foi efetuada uma análise e avaliação sobre o melhor procedimento a adotar para cada um dos planos de pormenor em vigor no território concelhio.

PLANOS DE PORMENOR

Plano de Pormenor da Área Industrial de Santa Margarida

A Planta de Implantação do Plano em vigor (Figura 48), atualmente já com as infraestruturas essenciais executadas, definiu um total de 137 lotes, sendo dos quais 78 destinados a Comércio/Serviços/Equipamentos/Indústria/Armazenagem e 46 destinados exclusivamente a Instalações Industriais/Armazenagem.

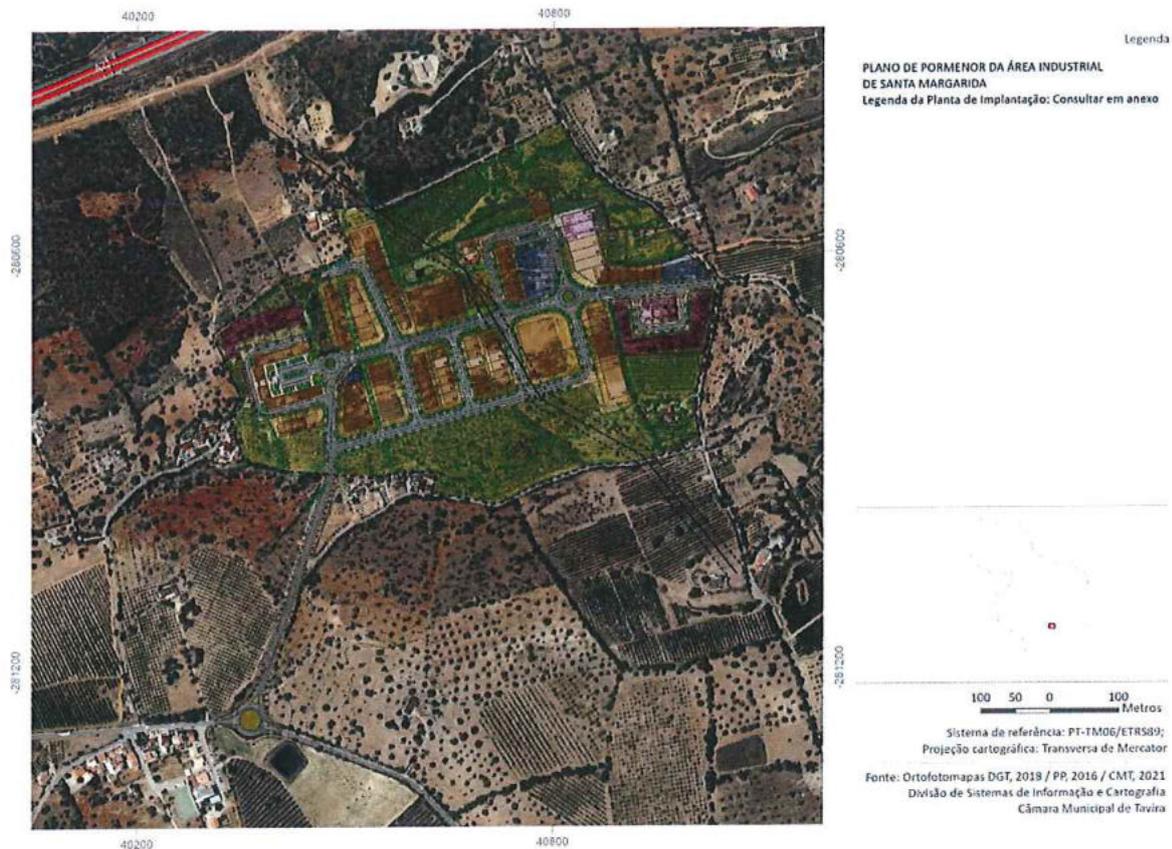


FIGURA 48 | Planta de Implantação do PP da Área Industrial de Santa Margarida.

Tendo sido publicado em *Diário da República*, I Série B, nº 42, em 19/02/2003 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2003), a implementação deste plano, decorrente da evolução das condições socioeconómicas verificadas, encontrou algumas dificuldades, revelando a necessidade de se proceder à introdução de algumas alterações. Neste contexto, procedeu o Município à tramitação de um procedimento de alteração.

A mudança estratégica inerente à necessidade de alteração do PP, e no respeito pela deliberação da Câmara Municipal, iniciou nas opções de implementação do Plano, transformando a área de intervenção num parque empresarial e não exclusivamente industrial, assentando, de acordo com relatório do procedimento em questão, nas seguintes premissas:

- “Assegurar uma maior diversidade e flexibilização de usos permitidos nos lotes ainda não comercializados;
- Remoção de caminhos pedonais que se localizam entre lotes, para permitir a eventual junção dos mesmos e assim facilitar a implantação de empresas que necessitam de espaços com maior dimensão;
- Relocalização dos postes de apoio da linha elétrica de alta tensão que atravessa a área do Plano, para libertar das condicionantes inerentes aos lotes por ela anteriormente atravessados;
- Eliminação do lote 15, destinado a Miradouro, com 40m² de área, e que foi previsto inicialmente como um espaço de valorização paisagística, mas cujo uso não se prevê atrair qualquer investidor, nem se coaduna com os usos da envolvente próxima;
- Redução das áreas de estacionamento privado no interior dos lotes, visto que se tem vindo a verificar que a construção das caves previstas para esse fim não se afigura financeiramente viável, pelo que será necessário adaptar os índices de estacionamento anteriormente previstos à nova realidade;
- Criação de novas bolsas de estacionamento ao longo das vias, como alternativa à redução de estacionamento privado;

- Alteração do uso e divisão do antigo lote 102, destinado a EcoCentro, por forma a facilitar a sua comercialização, no caso de não se afigurar necessária a implementação do EcoCentro no interior da área do Plano.”

A alteração foi publicada em Diário da República, II Série, n.º 227, em 25/11/2016 (Aviso n.º 14853/2016) e objeto de retificação publicada em Diário da República, II Série, n.º 242, em 20/12/2016 (Declaração de Retificação n.º 1251).

O Plano tem um elevado nível de execução, com apenas 30 lotes por vender em 2021 e com 78% dos lotes já numa situação de compromisso (vendidos/reservados/arrendados). Atendendo ao facto do RJIGT e o DR n.º 15/2015, de 19 de agosto não terem implicações neste plano, não carecerá o mesmo de ser revisto, pelo que se julga adequada a sua permanência em vigor.

PLANOS DE PORMENOR

Plano de Pormenor de Pêro Gil

Este plano foi publicado em Diário da República, II Série, n.º 242, em 17/12/2007 (Aviso n.º 336/2007) e objeto de retificação ao Anexo B e C publicada em Diário da República, II Série, n.º 11, em 16/01/2008 (Retificação n.º 101/2008).

Volvidos mais de cinco anos desde a respetiva publicação, concluiu o Município não ter sido possível concretizar na íntegra o programa urbanístico nele previsto, tendo sido identificada a dificuldade de implementação de algumas soluções previstas no mesmo e, paralelamente, ter sido complicado proceder-se aos atos de registo pressupostos pelo Plano (registo das operações de reparcelamento fundiário). Esta situação levou à tramitação de um procedimento de alteração do Plano, com o objetivos de se efetuar os ajustamentos necessários à execução do Plano em vigor, através de pequenas correções, acertos e alterações de alguns dos seus elementos constituintes.

O processo de alteração foi publicado em Diário da República, II Série, n.º 222, em 18/11/2016 (Aviso n.º 14489/2016) e objeto de Correção Material publicada em Diário da República, II Série, n.º 124, em 02/07/2019 (Aviso n.º 10912/2019).

A Planta de Implantação (Figura 49) enquadra o desenho urbanístico de 365 lotes para uso predominantemente habitacional e 9 lotes para equipamentos de utilização coletiva, públicos e privados, dos quais, beneficiando de excelentes condições paisagísticas e ambientais, foi reservado um espaço no limite poente para a instalação de uma unidade hoteleira (com 6 000m² de área de construção e cerca 110 quartos), de uma clínica privada (com 1 500m² de área de construção) e de uma extensa zona verde para enquadramento destes equipamentos, além da manutenção e possível expansão da unidade hoteleira existente.

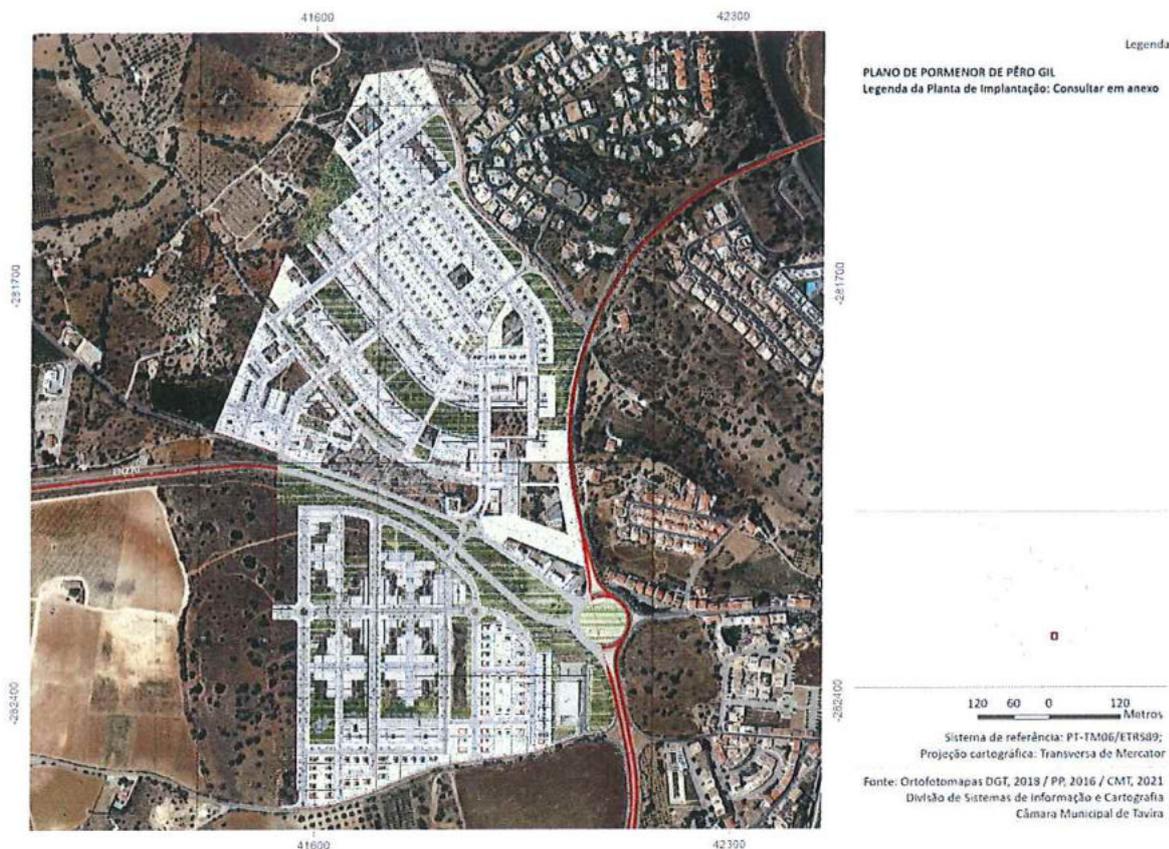


FIGURA 49 | Planta de Implantação do PP de Pêro Gil.

A taxa de execução da área de intervenção do Plano é baixa, o plano só foi executado parcialmente, apenas a parte a poente tem obras de urbanização e alguma edificação, assim como áreas com compromissos urbanísticos válidos, a qual será no PDM em revisão incluída em solo urbano, condicionada à programação da sua execução, não reunindo a restante área do plano condições para ser classificada como solo urbano.

PLANOS DE PORMENOR

Plano de Pormenor de Cachopo

O PP, de forma muito resumida, consiste na área de expansão do aglomerado de Cachopo (Figura 50). Para tal foram definidas as seguintes ideias base para o desenvolvimento e crescimento do aglomerado:

- Fixação de população jovem na povoação - criação de habitação com tipologias pequenas, de baixo e médio custo;
- Implantação da atividade turística – hotel – criando emprego;
- Requalificação e ampliação dos equipamentos desportivos de modo a atrair população jovem e a ter-se um polo desportivo importante – polidesportivo coberto, campo de treinos com balneários, vestiários, instalações sanitárias e bancadas para o público, tanque de aprendizagem e edifício para os clubes desportivos – capaz de atrair determinados eventos;
- Implantação de novos equipamentos e ampliação dos existentes – mercado e cemitério, de modo a completar o que falta no aglomerado;
- Reforço e implantação de indústria / manufatura para criação de emprego;

- Implantação de comércio, cafés e restaurantes para criação de emprego e apoio aos equipamentos propostos;
- Organizar espacialmente todas as ideias base utilizando um método comparativo com a organização do aglomerado de Cachopo e com a cultura das povoações, vilas e cidades;
- Integração funcional de todas as funções da vida urbana, numa estrita separação física entre o aglomerado e o campo;
- Organizar um novo bairro com o seu próprio centro, periferia e limite, onde residir, trabalhar e lazer estejam a uma distância pedonal;
- Organizar os espaços públicos sob a forma de ruas, largos e praças apresentando um carácter permanente e familiar, em que as suas dimensões e proporções sejam obtidas e verificadas a partir da cultura milenária do fazer ruas e praças.

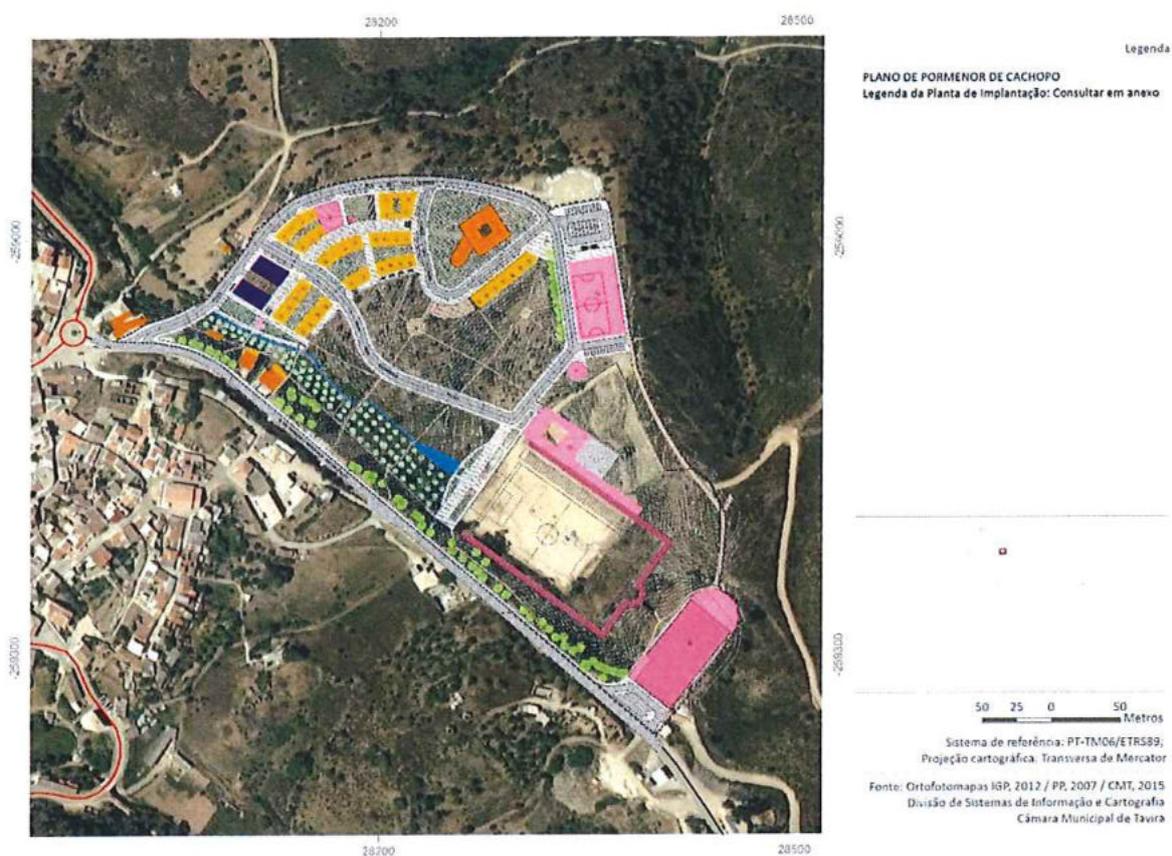


FIGURA 50 | Planta de Implantação do PP de Cachopo.

Assim, para além de uma estrutura verde com uma importância central na área de intervenção do Plano, a Planta de Implantação prevê uma área edificável com um total de 36 fogos, bem como equipamentos coletivos relevantes.

O Plano apresenta uma taxa de execução muito reduzida e não apresenta qualquer área comprometida, pelo que a sua revisão deverá ser devidamente ponderada, nomeadamente face à compatibilidade com os equipamentos ali presentes, com destaque para o Centro de Meios Aéreos de Cachopo.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Os NDT existentes no concelho decorrem da intenção de implementação de novos empreendimentos turísticos, fora dos perímetros urbanos e das zonas de ocupação turística, ao abrigo

127 | RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

de PP com o enquadramento dado pelas AAT, anteriormente reguladas no PDM de Tavira, antes da adaptação deste à revisão do PROT Algarve em vigor, a qual alterou o modelo de desenvolvimento turístico da região.

As AAT foram suprimidas do modelo de desenvolvimento turístico, mas os NDT já previstos em PP em vigor asseguram a sua validade enquanto direito abstrato.

NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Plano de Pormenor do NDT da Quinta da Atalaia

O Plano enquadra a implementação de um aldeamento turístico composto por Áreas Edificáveis e Áreas Não Edificáveis, com manutenção da estrutura verde existente, apostando na revitalização deste elemento, como fator diferenciador (Figura 51).

A proposta de implantação prevê um total de 300 camas, divididas nas seguintes ofertas turísticas:

- Vinte unidades isoladas de tipologias T3 (5 unidades = 30 camas) e T4 (15 unidades=120) com 3 lugares de estacionamento por unidade interiores à parcela, e mais 20% de lugares de uso público ao longo da via adjacente;
- Setenta e cinco apartamentos tipologia T1 (150 camas) com 2 lugares de estacionamento em cave por unidade dentro da parcela, e mais 20% para uso público ao longo da via adjacente.

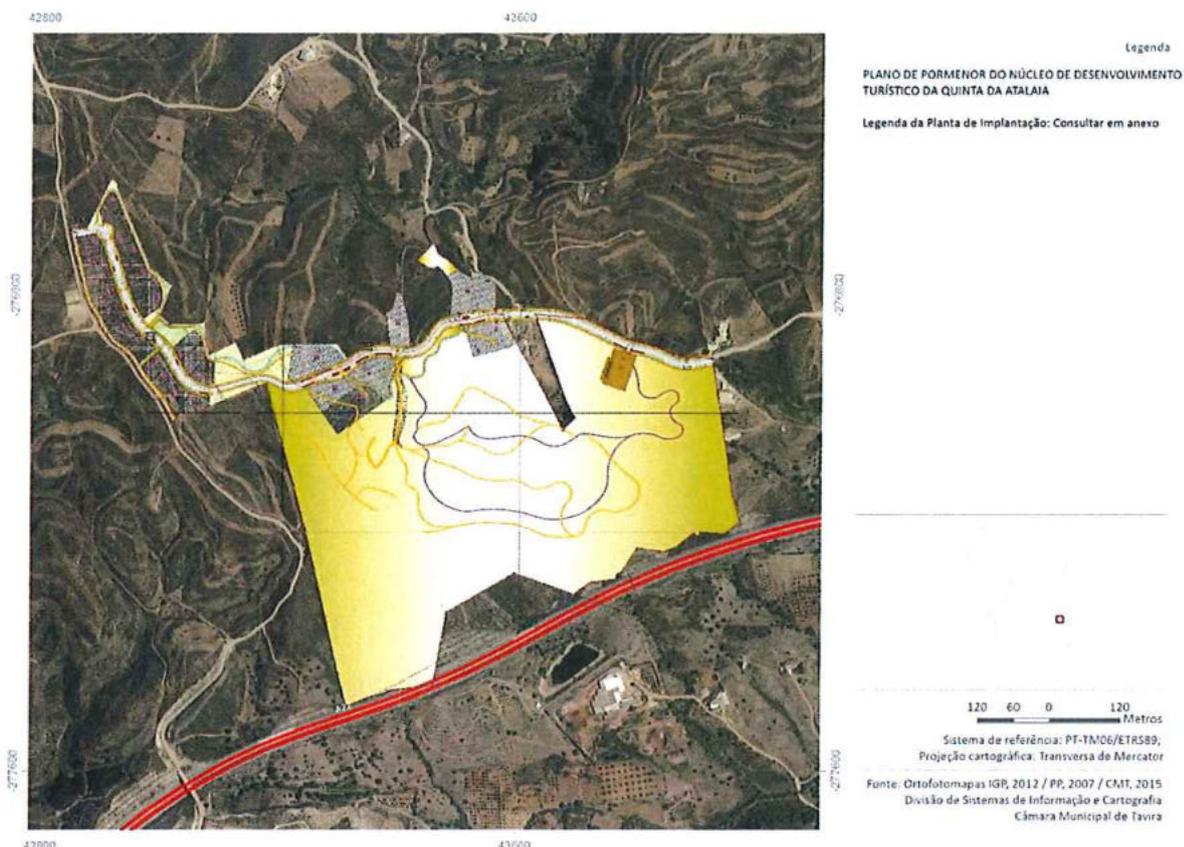


FIGURA 51 | Planta de Implantação do PP do NDT da Quinta da Atalaia.

O Plano atualmente encontra-se por executar passados cerca de 14 anos de vigência. Face à necessidade de adequação ao RJIGT e ao DR n.º 15/2015, de 19 de agosto, e face ao prazo de execução do plano já ter sido largamente ultrapassado, haverá que avaliar a situação do processo de licenciamento, pois caso não constitua um compromisso urbanístico válido, o futuro do plano poderá estar em causa.

NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Plano de Pormenor do NDT da Boavista

As origens deste Plano remontam a um alvará de urbanização de 1990, mas que nunca foi terminado, apesar de ter apresentado a execução parcial de algumas infraestruturas, segundo o histórico no relatório do Plano.

A Planta de Implantação do PP (Figura 52) enquadra um total de 200 camas, distribuídas em 45 fogos, mais especificamente 6 fogos T1 (12 camas), 21 fogos T2 (80 camas), e 18 fogos T3 (108 camas). Um dos fogos (T2) destina-se a habitação da família que explorará o “club house” e que, como tal, não conta como cama turística.



FIGURA 52 | Planta de Implantação do PP do NDT da Boavista.

Desde que entrou em vigor, o Plano não foi implementado em nenhuma das suas componentes. O Plano atualmente encontra-se por executar passados cerca de 16 anos de vigência. Face à necessidade de adequação ao RIJGT e ao DR n.º 15/2015, de 19 de agosto, e face ao prazo de execução do plano já ter sido largamente ultrapassado, haverá que avaliar a situação do processo de loteamento, pois caso não constitua um compromisso urbanístico válido, o futuro do plano poderá estar em causa.

ESTADO DO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO MUNICIPAL

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE TAVIRA

Apesar de não configurarem Instrumentos de Gestão Territorial, as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) tornam-se também importantes instrumentos estratégicos para o desenvolvimento das suas áreas de intervenção.

O património construído em meio urbano é um dos elementos essenciais a considerar na requalificação urbana de áreas com identidade própria e coerência, sendo neste pressuposto e na procura da salvaguarda desta identidade que o Município de Tavira procurou estabelecer regras visando impedir, em sede da realização de obras de reabilitação e alteração do edificado, a descaraterização deste património, minimizando, dentro do possível, o aparecimento de situações dissonantes e salvaguardando as características arquitetónicas.

No concelho de Tavira existe uma ARU, na cidade de Tavira, que foi aprovada pela Assembleia Municipal em 25/02/2003 e publicada no Diário da República em 22.03.2013 (Figura 53). Em 09.06.2014 ocorreu a publicação em Diário da República da aprovação da Estratégia de Reabilitação Urbana da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) simples da cidade de Tavira, que engloba a totalidade da área da ARU, tendo o Município de Tavira assumido a qualidade entidade gestora da mesma.

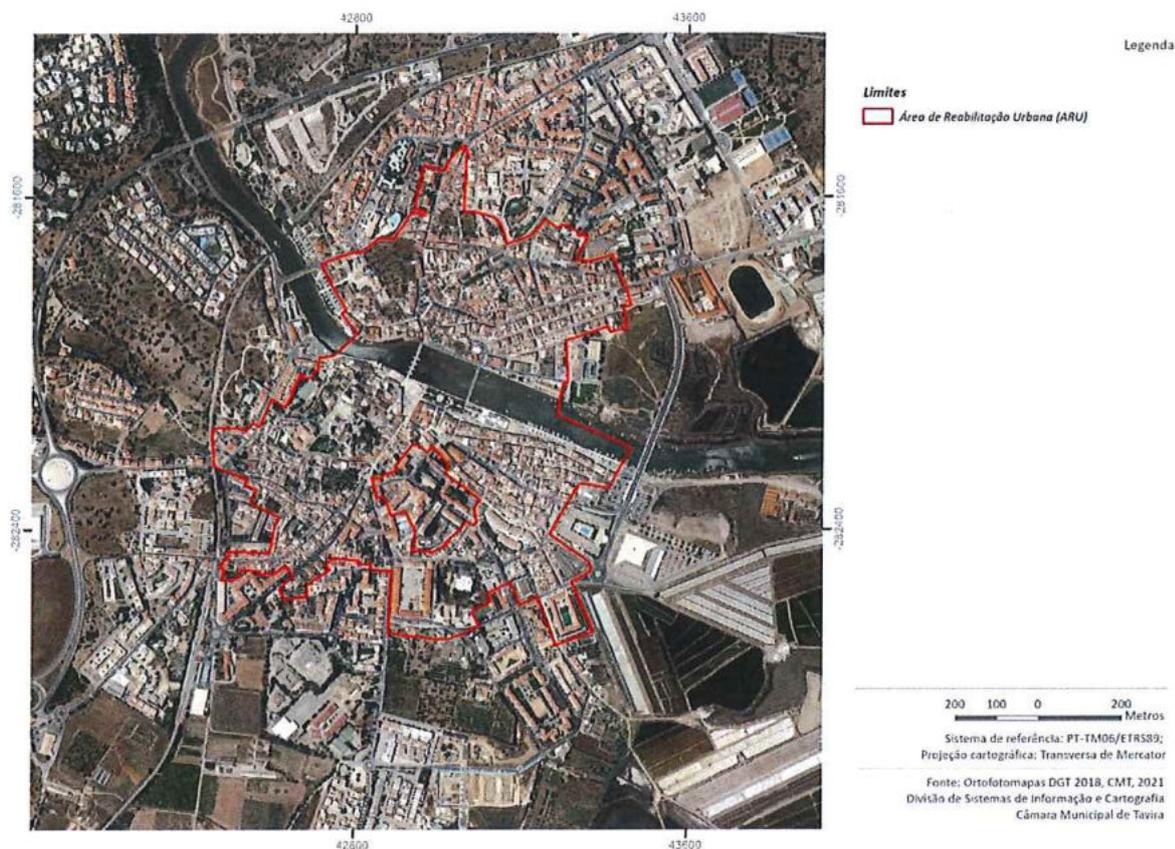


FIGURA 53 | Área de intervenção da ARU de Tavira.

Em 18.07.2017 ocorreu a publicação em Diário da República da 1.ª Alteração à Estratégia de Reabilitação Urbana da ORU simples da cidade de Tavira (Diário da República, II Série, n.º 137, em 18/07/2017 - Aviso n.º 8107/2017).

Foram efetuados Relatórios de Monitorização da ORU, tendo o último sido aprovado pela Assembleia Municipal em 25.06.2021. Face à supervisão efetuada à operação contata-se que, ao longo dos sete anos de vigência, as intervenções de âmbito privado apresentaram um elevado nível de execução tendo já sido reabilitados 33 edifícios, encontrando-se em execução 14 outras obras e a decorrer 15 processos de obras sujeitas a controlo prévio – em projeto. No que respeita às intervenções de âmbito público, o nível de execução atingido foi também elevado, encontrando-se 14 requalificações terminadas e 9 em projeto.

A delimitação da ARU da cidade de Tavira em 2013 e a aprovação da Estratégia de Reabilitação Urbana da cidade de Tavira em 2014 visaram a reabilitação urbana do parque edificado degradado e devoluto, sua recuperação, proteção, conservação, na perspetiva da valorização urbana, paisagística e económica deste espaço de excelência na cidade de Tavira, o qual possui recursos patrimoniais com assinalável dimensão e qualidade. Da experiência adquirida ao longo dos sete anos de execução da ORU foi possível verificar que o programa, só por si, tem condições para criar dinâmicas e estímulos que potenciam a reabilitação, no entanto, o Plano de Urbanização de Tavira, publicado em 2020, veio dar um contributo importante, dando resposta às necessidades atuais no que respeita ao regime de salvaguarda, preservação e valorização dos elementos na área de incidência, em particular, o património, ficando assim o Município dotado de um instrumento de gestão territorial atualizado, compatibilizado com as exigências legais vigentes e com o rigor exigido, consolidando e reforçando desta forma a estratégia de reabilitação urbana encetada com a delimitação da ARU e da ORU.

A reabilitação urbana na cidade de Tavira tem registado uma evolução positiva desde o início da execução da ORU e nos últimos 5 anos o setor cresceu sempre de forma consistente. Face à dinâmica existente, crê-se que a reabilitação urbana continua com forte potencial e, da monitorização da execução efetuada concluiu-se que a Estratégia de Reabilitação Urbana da cidade de Tavira – ORU simples, está devidamente alinhada com a estratégia municipal prosseguida, com vista à reabilitação do núcleo central e histórico da cidade de Tavira, identificado como Espaço Central 1 no âmbito do Plano de Urbanização de Tavira. É evidente o melhoramento do estado de conservação do património, contribuindo para o enriquecimento da imagem e atratividade da cidade, desde 2014 até à presente data, a reabilitação urbana, apesar dos constrangimentos decorrentes da pandemia, esteve sempre a crescer. Hoje, o concelho, a região, país e o mundo estão rodeados de incertezas e o futuro da maior parte das atividades económicas é uma incógnita, no entanto, acredita-se que este setor tenha argumentos, flexibilidade e resiliência suficientes para continuar a vingar e a fazer de Tavira um exemplo do dinamismo e evidentes benefícios decorrentes da aposta na reabilitação urbana.

ESTADO DO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO MUNICIPAL

SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

As novas exigências da vida em sociedade, como sejam o ambiente, a defesa do solo agrícola, a ecologia, os recursos naturais, o património cultural, etc. justificam a imposição de restrições ou limitações aos direitos dos particulares, em defesa dos interesses públicos. Assim, o uso, ocupação e transformação do solo encontram-se atualmente sujeitos a diversos condicionamentos que limitam o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade plena. As servidões e restrições de utilidade pública que podem ser de natureza legal (decorrentes da instituição de servidões e restrições de utilidade pública) e de regimes especiais (como seja o caso das áreas de risco, o regime geral do ruído e a proteção do património).

De acordo com RJIGT, a planta de condicionantes dos instrumentos de gestão territorial “identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento”. Em todo o caso, os condicionamentos considerados, apenas se referem àquelas que podem ser territorializadas, não prejudicando em qualquer caso, a obrigação do cumprimento da lei especial relativa a cada um dos regimes ou servidões em concreto estabelecida para o território municipal. Assim, a restrição de utilidade pública pode ser entendida como qualquer limitação ao direito de propriedade, com incidência sobre o uso, ocupação ou transformação do solo, decorrente diretamente da lei, sem depender de qualquer ato administrativo, visando a proteção de interesses coletivos. Por seu lado, a servidão administrativa incide sobre um bem ou direito específico, dependendo de um ato administrativo.

Ao concelho de Tavira são aplicáveis cerca de 30 servidões e restrições de utilidade pública, conforme consta do quadro 63.

QUADRO 63 | Listagem das Servidões e Restrições de Utilidade Pública presentes no concelho de Tavira.

Recursos Naturais	Recursos Hídricos	Domínio Hídrico
		Zonas vulneráveis à poluição das águas causada ou induzida por nitratos de origem agrícola
		Captações públicas de água subterrânea para abastecimento público
	Recursos Geológicos	Depósitos minerais
	Recursos Agrícolas e Florestais	Reserva Agrícola Nacional
		Obras de Aproveitamento Hidroagrícola
		Espécies Florestais Protegidas (Sobreiro e Azinheira)
		Oliveiras
		Ações de arborização e rearboreização
		Regime Florestal
		Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndio
		Perigosidade de Incêndio
	Recursos Ecológicos	Arvoredo de Interesse Público
Reserva Ecológica Nacional		
Áreas Protegidas		
	Rede Natura 2000	
Património Edificado	Imoveis Classificados ou em Vias de Classificação	
Equipamentos	Defesa Nacional	
Infraestruturas	Rede de Abastecimento de Água	
	Rede de Saneamento	
	Rede Elétrica – Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, RNT	
	Rede Elétrica – Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade, RND	
	Rede Rodoviária Nacional e Estradas Regionais	
	Estradas Nacionais Desclassificadas	

	Estradas e Caminhos Municipais
	Rede Ferroviária
	Telecomunicações
	Faróis e outros Sinais Marítimos
	Marcos Geodésicos e rede de nivelamento de alta precisão
Atividades Perigosas	Estabelecimentos com Produtos Explosivos
	Estabelecimentos com Substancias Perigosas

A **Reserva Ecológica Nacional (REN)** é uma restrição de utilidade pública institucionalizada pelo Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho, com o objetivo de integrar todas as áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização racional dos recursos naturais, tendo em vista o correto ordenamento do território. A REN entrou em vigor com a entrada em vigor dos PDM de 1ª geração. Apesar das alterações que este regime jurídico sofreu desde que entrou em vigor o legislador assinala em 2012 a existência de falta de articulação da REN com outros regimes jurídicos, sobrepondo-se o RJREN a outros regimes jurídicos em vigor no que respeita à salvaguarda de recursos, valores e riscos naturais, determinando frequentes aplicações de regimes de proteção com orientações contraditórias.

Assim, o Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, passou a estabelecer o atual regime jurídico da REN (RJREN), que foi alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, com o intuito de incorporar as atualizações ao regime decorrentes de sucessivas alterações legislativas no ordenamento jurídico nacional. Foram igualmente publicadas as orientações estratégicas, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 71/2012, de 30 de novembro e sujeitas a revisão por via da Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, alteradas depois pela Portaria n.º 264/2020, de 13 de novembro. Neste contexto, a delimitação da nova carta da REN para o concelho de Tavira está a ser efetuada em simultâneo com a revisão do PDM de Tavira, conforme previsto no artigo 15.º do RJREN.

Por sua vez, também a **Reserva Agrícola Nacional (RAN)** do concelho de Tavira está a ser revista no âmbito do processo de revisão do PDM de Tavira. Esta restrição de utilidade pública só se tornou plenamente efetiva na sequência da promulgação do Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de junho (com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 278/95 de 25 de outubro) e passados doze anos, o regime jurídico da RAN (RJLAN) conheceu nova composição imposta pelo Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de março (republicado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015), o qual revogou o diploma precedente e veio estabelecer não só novos critérios de delimitação desta reserva, como ainda preconizar a sua tramitação no âmbito da revisão dos planos territoriais.

No que concerne aos critérios técnicos de delimitação, o novo regime da RAN estipula a inclusão em RAN de solos classificados como pertencentes às classes A1 e A2 de aptidão da terra segundo a metodologia sugerida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, sendo incumbida a Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR) a preparação de tal cartografia. Nas áreas do País para as quais não tiver sido publicada esta informação cartográfica (como é o caso do concelho de Tavira), a delimitação da RAN deverá ser feita recorrendo-se de novo à Carta de Capacidade de Uso do Solo publicada pelo SROA/CNROA, contemplando-se desta vez os solos das categorias A, B e Ch, tanto isoladamente como em mosaico, além das baixas aluvionares e coluviais. Também segundo o atual regime passa a haver inclusão de perímetros de rega, neste caso, do Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio.

ESTADO DO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO MUNICIPAL

LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A REVISÃO DO PDM EM CURSO

Tomando como base a Visão delineada para o concelho de Tavira congregadora da sua diversidade territorial e potenciadora de um desenvolvimento integrado - *Fazer de Tavira um concelho atrativo, identitário, inclusivo e sustentável, que promove o seu património, reforça a sua cultura e tradições, valoriza os seus recursos endógenos e ofertas turísticas, reforçando assim a sua competitividade à escala regional, nacional e internacional*, foram estabelecidas 4 grandes áreas temáticas e duas dimensões transversais de intervenção que traduzem mecanismos para complementar o Modelo Estratégico de Desenvolvimento Territorial.

O concelho encontra-se dotado de valores ambientais e paisagísticos de grande relevo importando pugnar pela sua integridade, proteção e salvaguarda. Paralelamente, a sustentabilidade territorial deverá possuir um enfoque no contexto dos polos urbanos, de maior e/ou menor dimensão, no sentido de promover a sua regeneração e revitalização, potenciando formas de mobilidade sustentáveis e uma gestão eficiente dos recursos energéticos com vista à sustentabilidade ambiental e à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

O turismo como setor estratégico deve constituir-se como alavanca do desenvolvimento de todo um conjunto de outras atividades económicas, promovendo a competitividade e valorização empresarial com recurso à promoção, inovação, valorização e dinamização dos recursos endógenos, procurando-se adotar uma lógica de articulação e complementaridade entre os mesmos. Por sua vez, o património natural, arquitetónico e cultural, constitui um dos recursos de maior importância para o território e para a competitividade, que deve ser valorizado, preservado e potenciado, a par das tradições como garante da afirmação de Tavira e o enraizamento da população ao território.

Para a concretização destas diretrizes é fundamental a valorização das pessoas na sua vertente profissional, formativa e de integração na sociedade. A inclusão e coesão social no concelho de Tavira exige uma atenção especial aos grupos sociais particularmente vulneráveis e desfavorecidos, pelo que importa atacar o desemprego, a exclusão social, o abandono e insucesso escolar e encontrar medidas de promoção do envelhecimento ativo, transformando o concelho num território de proximidade, sustentabilidade e coesão alicerçados em redes e equipamentos potenciadores de melhor qualidade de vida para os seus habitantes.

Face à análise efetuada ao longo do presente relatório é possível avançar com mais algumas linhas de orientação estratégica para serem tidas em consideração no âmbito do processo de revisão do PDM de Tavira em curso, que estão alinhadas com a estratégia prosseguida no referido processo.

À exceção do Plano de Urbanização de Tavira, os **planos de urbanização em vigor** no território concelhio foram elaborados há cerca de 15 anos, pelo que as condicionantes, a classificação e qualificação de solo, a legislação e definições referidas nos respetivos regulamentos, encontram-se desatualizadas e desconformes com o constante da legislação vigente, carecendo ser revistos para adequação ao Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto e demais legislação vigente. A revisão destes planos implica um vasto conjunto de procedimentos, entre os quais a produção e homologação de cartografia, com todos os custos (monetários e temporais) que este tipo de processo compreende. A revogação destes planos pelo novo PDM viria resolver os constrangimentos decorrentes das suas atuais limitações, deficiências e desatualizações. Caso se decida pela sua extinção, as particularidades que cada um destes PU's encerra e que importem assegurar/acautelar para os diferentes aglomerados urbanos, deve-se procurar enquadrar e salvaguardar em sede de revisão do PDM. Assim, avaliando os custos inerentes à revisão (obrigatória) destes PU's, comparativamente às poucas vantagens e mais-valia que os mesmos compreendem atualmente, poderá ser adequado que, no âmbito da revisão do PDM de Tavira em curso, os mesmos sejam revogados (exceto o Plano de Urbanização de Tavira), desde que o novo PDM fique apetrechado dos elementos necessários a um adequado planeamento e gestão dos aglomerados urbanos sobre os quais atualmente incidem.

No que respeita à **classificação e qualificação do solo**, o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, estabelece os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante e de acordo com a expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local, o quadro estratégico definido no programa regional e as leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo. Constituindo uma opção de planeamento territorial a qualificação do solo é que estabelece, com respeito pela sua classificação, o conteúdo do seu aproveitamento tendo por referência as potencialidades de desenvolvimento do território, fundamentadas na análise dos recursos e valores presentes e na previsão dos usos e das atividades do solo adequados à concretização da estratégia de desenvolvimento local e do correspondente modelo de organização do território municipal. A qualificação do solo só pode ser processada em plano territorial de âmbito municipal, através da sua integração nas várias categorias do solo rústico e do solo urbano e desagregado em subcategorias, definindo-se de acordo com os princípios fundamentais da compatibilidade de usos, da graduação, da preferência de usos e da estabilidade, e atendendo ao conceito de utilização dominante de uma categoria de solo e a afetação funcional prevalecente que lhe é atribuída pelo plano. Neste contexto, apresentam-se algumas diretrizes gerais para os principais núcleos urbanos do concelho de Tavira:

- Aglomerado urbano de Tavira: será de avaliar devidamente as unidades tipo-morfológicas urbanas, identificar as condições de reestruturação e determinar as áreas necessárias para uma estratégia coerente de desenvolvimento urbano. Sugerem-se alguns acertos pontuais por forma a possibilitar a colmatação da malha urbana, estruturar e ordenar este aglomerado, pugnando, sempre que possível, pela correção de desfasamentos existentes entre o perímetro urbano atual e a realidade do território, quer em termos de limites físicos identificáveis e/ou cadastro, quer em termos da estrutura urbana existente. A qualificação do solo deve ter em consideração o existente e a necessidade de reorganizar os espaços, dar-lhes um carácter contido e estruturado, para que a proposta procure uniformizar o espaço urbano, definindo com clareza as áreas de acordo com os usos existentes e pretendidos para o futuro, numa perspetiva da qualificação e consolidação urbana.

- Aglomerados urbanos que são sedes de freguesia: Face à inexistência de edificação e de compromissos urbanísticos válidos para algumas áreas atualmente inseridas em perímetros urbanos em vigor, é expectável que a dimensão de alguns perímetros urbanos venha a diminuir. No âmbito da elaboração da proposta urbana deve atender-se à estrutura do aglomerado, à abrangência do mesmo em função da sua localização e papel que desempenha face aos núcleos de menor dimensão existentes na envolvente, às infraestruturas, equipamentos e espaços verdes disponíveis, às suas características e particularidades/identidade, às atividades económicas que acolhe e, em conformidade, definir um ordenamento do uso do solo que permita criar condições para a consolidação da malha existente, de forma coerente, ordenada e sustentada, promovendo a colmatação da malha urbana através do preenchimento dos espaços vazios. Paralelamente, procurar conter a edificação junto a vias e associada a caminhos estrangulados. Ressalvar a necessidade de haver a programação de rodovias de acesso ao núcleo de Cabanas de Tavira, que eliminem os constrangimentos atuais e garantam soluções adequadas de acessibilidade e mobilidade. Também em Cabanas devem ser previstos espaços para a criação de bolsas de estacionamento. De salientar a importância do núcleo urbano de Cachopo, que embora já tenha uma estrutura urbana consolidada, de tipo nuclear, deve reforçar o desenvolvimento urbano orientado para o preenchimento dos vazios e estimulando a recuperação do conjunto edificado existente.

- Outros aglomerados: Para além da delimitação de perímetros urbanos nas áreas que reúnam condições para o efeito e correspondam à estratégia municipal definida, tendo em vista promover a sua regeneração e revitalização, visando potenciar o desenvolvimento integrado do interior e tendo em vista criar condições para a implementação de ações que promovam as potencialidades destes territórios, sugere-se a delimitação de aglomerados rurais. Estes aglomerados devem ocorrer em áreas edificadas, com utilização predominantemente habitacional e de apoio às atividades localizadas em solo rústico, dispendo de infraestruturas e de serviços de proximidade, mas para os quais não se adequa a classificação de solo urbano, devendo ser delimitados na planta de ordenamento e regulamentados com um regime de uso de solo que garanta a sua qualificação como espaços de articulação de funções habitacionais e de desenvolvimento rural e a sua infraestruturização com recursos a soluções apropriadas às suas características.

Ao nível **turístico** deve considerar-se a promoção do combate à sazonalidade, nomeadamente apoiada nas medidas constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento turístico e de Marketing para o concelho de Tavira e criar condições para reforçar o segmento do turismo cultural e sustentável. Prosseguir o trabalho em torno da **Dieta Mediterrânica** por

forma a afirmar o concelho de Tavira como comunidade representativa de Portugal desta classificação como património Imaterial da Humanidade pela UNESCO é outra prioridade.

A **cultura** deve ser encarada como um sector estratégico a potenciar, para tal o **património** natural, arquitetónico e cultural, constitui um dos recursos de maior importância para o território e para a competitividade, que deve ser valorizado, preservado e potenciado, a par das tradições como garante da afirmação de Tavira e o enraizamento da população ao território, devendo criar-se condições para a **reabilitação** urbana e preservação dos vários tipos de património.

Crê-se que, nomeadamente nas atividades ligadas ao turismo e à cultura e, conseqüentemente, ao emprego, seja expectável que este sector venha a continuar a experimentar ao longo de um período de duração indefinida os efeitos do refluxo da procura externa e dos movimentos de capitais nestes sectores, que direta e indiretamente têm influência nos demais setores de atividade.

A valorização e dinamização dos recursos endógenos deve focar-se, entre outros, no **mar** e suas variadas potencialidades. Este recurso deve ser associado às atividades económicas (pesca, o turismo, a náutica de recreio e desportiva), e à investigação científica e inovação, promovendo-se uma economia mais qualificada e diversificada, com recurso à aposta nas indústrias e serviços tecnológicos de base digital.

A **habitação** constitui um elemento-chave para o desenvolvimento do concelho, por forma a permitir a fixação de população jovem, a dinamização de novas atividades económicas, a qualidade e expansão de serviços essenciais de uma sociedade desenvolvida, como sejam a saúde e a educação. A concretização das ações previstas na Estratégia Local de Habitação deve ser prioritária, com vista à minimização dos atuais problemas de acesso à habitação recorrendo, para o efeito, à construção de novos fogos de habitação social e arrendamento acessível em todas as freguesias do concelho. Paralelamente, não poderá ser negligenciada a requalificação do parque habitacional municipal, considerando o arranjo paisagístico e espaços verdes dos seus logradouros.

Por fim, salientar a necessidade do PDM de 2.ª geração prever **equipamentos** desportivos e infraestruturas adequadas que permitam dar resposta às necessidades atuais por forma a formatar a prática desportiva generalizada e, paralelamente, é um imperativo ético que sejam previstos equipamentos sociais de qualidade que permitam assegurar que a população idosa possa disfrutar de uma vida mais ativa e saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução e transformações ocorridas no concelho nos últimos 4 anos (face ao REOT de 2017), ao nível do estado do território, não revelou alterações assinaláveis. Por um lado, o facto de os dados estatísticos dos Censos serem os mesmos, não permitiu avaliar novas evoluções ou tendências ao nível da dinâmica populacional, das famílias, do emprego e das atividades económicas, temáticas que são basilares neste tipo de relatório. Por outro lado, metade do período de análise a que o relatório se reporta foi afetado pela COVID-19.

De acordo com a informação disponível no sítio do INE na internet a disponibilização dos resultados definitivos dos Censos 2021 está prevista para o 4º trimestre de 2022. O INE já disponibilizou os Resultados Preliminares dos Censos 2021, no entanto, estes dados são apurados antes da conclusão de todo o processo de tratamento e validação final da informação, baseando-se nas primeiras contagens das unidades estatísticas provenientes da fase de recolha, pelo que se entendeu por adequado e coerente, nesta fase, para o presente relatório, utilizar os mesmos dados e análise utilizada no REOT de 2017, ou seja, manter os dados relativos aos últimos Censos, de 2011.

No próximo REOT, a elaborar daqui a 4 anos, com acesso aos Censos 2021, já será possível atualizar toda a informação estatística que está na base da caracterização do estado do território. Paralelamente, crê-se que já possamos dispor de mais informação das consequências socioeconómicas da pandemia. É importante ter dados que nos permitam avaliar os impactes dos confinamentos e do posterior (atual) período do regresso progressivo à atividade em todos os setores.

O processo de elaboração da proposta de revisão do PDM de Tavira encontra-se em fase relativamente avançada, estando a ser efetuada, com vista a uma melhoria da tramitação administrativa e agilização de procedimentos, a concertação de posições com algumas das entidades intervenientes, para superar as situações de impasse, em fase final do acompanhamento da elaboração da proposta. É expectável que a breve trecho se prossiga com o envio da proposta à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve com vista à realização das reuniões Comissão Consultiva, que culminam com a elaboração de um único parecer final vinculativo.

Assim, perspetivando-se que o processo de revisão do PDM de Tavira seja concluído neste período (próximos 4 anos), pelo que, estando já em vigor o PDM de Tavira de 2.ª geração, haverá matéria no âmbito da avaliação do ordenamento e planeamento municipal para ser elaborada uma análise mais atualizada e sustentada, que posteriormente facilite a monitorização regular dos planos territoriais.

BIBLIOGRAFIA

ANSR (2013) – *Anuário da Segurança Rodoviária 2013*. Associação Nacional de Segurança Rodoviária. Ministério da Administração Interna. Lisboa.

APA (2008) – *Projeto de Mobilidade Sustentável 2007/2008*. Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa.

DGE (2009) - *Referenciais Técnicos para conceção/construção de Escolas Básicas*. Direcção-Geral da Educação. Rede Escolar. Lisboa.

DGOTDU (2002) - *Normas para Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos*. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa.

DHV, S.A. (2012) – *Relatório de Caracterização e Diagnóstico. Estudo de Mobilidade Interurbana "Algarve Central" – EMI*. Algarve Central. Municípios de Albufeira, Faro, Olhão, São Brás de Alportel, Loulé, Tavira.

INE (2005) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2004*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2006) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2005*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2007) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2006*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2008) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2007*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2009) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2008*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2010) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2009*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2011) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2010*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2012) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2011*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2012) – *Censos 2011- Resultados definitivos Região do Algarve*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2013) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2012*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2014) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2013*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2014) – *Estatísticas do Turismo 2013*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2015) – *Estatísticas da Pesca, 2014*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2015) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2014*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2016) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2015*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2017) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2016*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2018) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2017*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2019) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2018*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

INE (2020) – *Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2019*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

CM Tavira (2017) – *Modelo estratégico de desenvolvimento territorial no âmbito da revisão da PDM de Tavira*. Município de Tavira.

CM Tavira (2017) – *Relatório do Estado do Ordenamento do Território de 2017*. Município de Tavira.

Silva et al. (2014) - *Reflexões sobre a economia do turismo, in Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Território* (vol.I), C. Costa, F.Brandão & Z.Breda (edS). Escolar Editora.

SÍTIOS CONSULTADOS:

ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária: www.ansr.pt

ARSA – Administração Regional de Saúde do Algarve, IP: www.arsalgarve.min-saude.pt

BP – Banco de Portugal: www.bportugal.pt

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve: www.ccdr-alg.pt

CE – Comissão Europeia: ec.europa.eu

CNPCJR – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens: www.cnpcjr.pt

CP – Comboios de Portugal, E.P.E: www.cp.pt/passageiros/pt

DGS – Direção-Geral de Saúde: www.dgs.pt

EMPET – Parques Empresariais de Tavira, E.M: www.ativartavira.pt

EVA – Transportes, S.A.: www.eva-bus.com/

GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento: www.cartasocial.pt

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas: www.icnf.pt

IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional: www.iefp.pt

INE – Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt

IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.: www.estradasdeportugal.pt

ISS – Instituto de Segurança Social, IP: www.seg-social.pt

PE – Parlamento Europeu: www.europarl.europa.eu

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo: www.pordata.pt

REN – Rede Elétrica Nacional, S.A.: www.ren.pt

RNE – Rede Nacional de Expressos, Lda.: www.rede-expressos.pt

RTA – Região de Turismo do Algarve: www.visitalgarve.pt

SNS – Serviço Nacional de Saúde: www2.portaldasaude.pt

TP – Turismo de Portugal, IP: www.turismodeportugal.pt

WTO – World Tourism Organization: cf.cdn.unwto.org

WTTC – World Travel & Tourism Council: www.wttc.org

ENTIDADES:

EDP Distribuição - Energia S.A.

EVA – Transportes, S.A.

Freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago)

Infraestruturas de Portugal, S.A.

ANEXOS

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Plano de Urbanização de Tavira

Legenda da Planta de Zonamento

Planta de Zonamento - Classificação e Qualificação do Solo - 24.A.

ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO

 Limite da Área de Intervenção do Plano

ÁREAS DE INTERVENÇÃO DE OUTROS INSTRUMENTOS OU ENTIDADES

Planos Territoriais

Área de Intervenção de Programa Especial

 Plano de Ordenamento da Orla Costeira -Vilamoura-VRS2

 Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa

Reabilitação ou Revitalização

Área de Reabilitação Urbana (ARU)

 Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Tavira

ÁREAS COM FUNÇÕES ESPECÍFICAS

Espaço Canal

 Rodovia Prevista

Áreas de Jurisdição dos Portos

 Limite da Área de Jurisdição Portuária

CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

Solo Urbano

Espaços Centrais

 EC1 Espaço Central 1

 EC2 Espaço Central 2

 EC3 Espaço Central 3

 EC4 Espaço Central 4

 EC5 Espaço Central 5

 EC6 Espaço Central 6

Espaços Habitacionais

 EH1 Espaço Habitacional 1

 EH2 Espaço Habitacional 2

 EH3 Espaço Habitacional 3

 EH4 Espaço Habitacional 4

Espaços de Atividades Económicas

 AE1 Espaço de Atividades Económicas 1

 AE2 Espaço de Atividades Económicas 2

Espaços de Uso Especial

 LEE Espaço de uso especial – equipamento

 LCT Espaço de uso especial – turístico

Espaços Verdes

 EV1 Espaço Verde 1

 EV2 Espaço Verde 2

 EV3 Espaço Verde 3

Solo Rústico

 NP Espaço Natural e Paisagístico

Plano de Urbanização de Luz de Tavira

Legenda da Planta de Zonamento

DELIMITAÇÃO

 - Perímetro Urbano Proposto

USOS DO SOLO

SOLO URBANIZADO

 - Área Urbana

 - Imóvel em Vies de Classificação e respectiva Zona de Protecção Conjunto da Igreja e Rossio da Luz de Tavira

 - Área Agro-Industrial

SOLO DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADA

 - Área de Expansão Urbana H1 (Isolada, geminada ou em banda) lg = 0,8
Dens = 500/m²
Nº max. pisos=2

 - Área de Expansão Urbana H2 lg = 0,8
Dens = 650/m²
Nº max. pisos=3

ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA

 - Área Verde de Uso Colectivo

 - Área Verde de Protecção e Enquadramento

 - Alinhamentos de Árvores

EQUIPAMENTOS

 - Existente

 - Proposto e/ ou Reserva

- | | |
|-------------------------------|------------------------------------|
| 1 Creche e Jardim de Infância | 9 Casa do Povo |
| 2 Escola EB1 | 10 CTT |
| 3 Desporto | 11 Estação CP |
| 4 Centro do Soubis | 12 Lar de 3ª Idade |
| 5 Mercado | 13 Horta aria |
| 6 Cultura e Recreio | 14 Ensino |
| 7 Junta de Freguesia | 15 Edifícios de Associações Locais |
| 8 Equipamento de Lazer | |

REDE VIÁRIA URBANA

 - Via Urbana Existente/ Proposta

APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO DO SOTAVENTO ALGARVIO (AHSA)

 - Área Beneficiada

 - Conduta e Respectiva Faixa de Protecção

 - ÁREA INUNDÁVEL

Plano de Urbanização de Santa Catarina da Fonte do Bispo

Legenda da Planta de Zonamento

DELIMITAÇÃO

--- - Do Perímetro Urbano Proposto

USO DO SOLO

SOLO URBANIZADO

 - Área Urbana

 - Área de Indústria e Armazenagem

SOLO DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADA

 - Área de Expansão Urbana H₁ $\left\{ \begin{array}{l} i_c = 0,3 \\ i_{dens} = 25\% / ha \\ i_{fr}^{max} = plus-2 \end{array} \right.$
(Isolada, geminada ou em banda)

 - Área de Habitação Social e/ ou Custos Controlados

ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA

 - Área Verde de Uso Colectivo

 - Área Verde de Protecção e Enquadramento

 - Alinhamentos de Árvores

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

 - Existentes

 - Propostos/ Reserva

- 1 Igreja
- 2 Farmácia
- 3 Escola EB 1
- 4 Clube Recreativo e Desportivo
- 5 Centro Social N. S. das Dores
- 6 Sanitários Públicos
- 7 Casa do Povo/ Recinto de Festas
- 8 Junta de Freguesia
- 9 Cemitério
- 10 Campo de Pequenos Jogos / Balneários
- 11 Posto de Abastecimento de Combustível
- 12 Extensão do Centro de Saúde
- 13 Mercado Municipal
- 14 Lar de 3ª Idade
- 15 Parque Infantil
- 15 Creche, Jardim de Infância e ATL

REDE VIÁRIA URBANA

 - Via Urbana Existente/ Proposta

Plano de Urbanização de Arroiteia / Livramento

Legenda da Planta de Zonamento

DELIMITAÇÃO

-  - Perímetro Urbano Proposto
-  - Área de Equipamentos Existentes

USO DO SOLO

SOLO URBANIZADO

-  - Área Urbana

SOLO DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADA

-  - Área de Expansão Urbana H1 (Isolada, geminada ou em banda) | $I_c = 0.6$
Dens = 25/ ha
Nº max. pisos - 2

ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA

-  - Área Verde de Uso Colectivo
-  - Área Verde de Uso Colectivo (estacionamento automóvel arborizado)
-  - Área Verde de Protecção Integral
-  - Alinhamentos de Árvores

SOLO RURAL

-  - Equipamentos Existentes

- 1 Igreja
- 2 Escola EB1
- 3 Campo de Jogos
- 4 Polidesportivo
- 5 Clube de Jogos

REDE VIÁRIA URBANA

-  - Via Urbana Existente/ Proposta

APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO SOTAVENT ALGARVIO (AHSA)

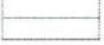
-  - Área Beneficiada

-  - Conduto e Respectiva Faixa de Protecção

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

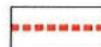
Plano de Urbanização do Aglomerado de Santa Margarida

Legenda da Planta de Zonamento

	limite do Plano de Urbanização (9,0 ha)
	Construção existente a manter
SOLO URBANO	
SOLOS URBANIZADOS	
	Zona urbana a manter/ preservar
	Zona urbana de baixa densidade - nível 1
	Zona urbana de baixa densidade - nível 2
SOLOS AFECTOS À ESTRUTURA ECOLÓGICA	
	Zona verde de produção
	Zona de espaços verdes e de utilização colectiva
	Domínio hídrico - linha de água
ZONAS DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA	
proposto	existente
	
	
	
	
	CULTO E RELIGIÃO
	Igreja
	DESPORTO
	Campo de jogos
	OUTROS
	Não especificado
INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	
ESTRADAS NACIONAIS	
proposto	existente
	
	Via principal - EN270
	Nó a estudar (acesso à AI de Sta Margarida)
ESTRADAS MUNICIPAIS	
proposto	existente
	
	Via distribuidora
	
	Via de acesso local
	Nó a estudar

Plano de Urbanização do Aglomerado de Amaro Gonçalves

Legenda da Planta de Zonamento

 limite do Plano de Urbanização - 22,28 ha

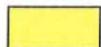
 Construção existente a manter

SOLO URBANO

SOLOS URBANIZADOS

 Zona urbana a manter/ preservar

 Zona urbana de baixa densidade - nível 1

 Zona urbana de baixa densidade - nível 2

SOLOS AFECTOS À ESTRUTURA ECOLÓGICA

 Zona verde de produção

 Zona de espaços verdes e de utilização colectiva

 Zona de quintas a manter/ preservar

 Domínio hídrico - linha de água

ZONAS DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA

proposto

existente





 E01

ENSINO

Escola EB1

 (D01)

DESPORTO

Polidesportivo

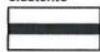
ÁREAS BENEFICIADAS PELO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO SOTAVENTO ALGARVIO

 Áreas Beneficiadas pelo Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio (AHSA)

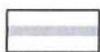
INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES ESTRADAS MUNICIPAIS

proposto

existente

 Via principal - EM516

 Via distribuidora

 Via de acesso local

Plano de Pormenor de Area industrial Santa Margarida

Legenda da Planta de Implantação

Número do Lote	Área do Lote (m ²)	Área de Implantação (m ²)	Área Bruta de Construção (m ²) - Edifício (Linha do Solo)				A.B.C. (N. Solo) (m ²)	Índice de Ocupação do Solo	Área do Logradouro (m ²)	Número de Pisos	Cotas (m)	Altura (m)	Uso	
			Habituação Anexo	Equip./Com./Serv. (Est. Rest. e Beb.)	Indústria/Armações	Est. Rest. e Bebidas								Equipam.
1	1 968,27	1 968,27			600,00		4 164,00		2	1	8,0	10,0	E.T.A.R.	
2	303,82	200,00			600,00		260,00	0,82	100,44	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
3	340,03	260,00			600,00		260,00	0,86	134,78	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
4	338,91	260,00			600,00		260,00	0,85	138,32	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
5	350,05	260,00			600,00		260,00	0,84	142,81	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
6	388,04	260,00			600,00		260,00	0,85	148,08	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
7	443,21	268,66			600,00		268,66	0,82	178,27	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
8	1 308,34	802,60			1 600,00		802,60	0,81	608,84	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
9	887,87	628,19			1 268,58		628,19	0,81	268,68	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
10	960,42	630,00			1 260,00		630,00	0,66	320,42	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
11	1 009,12	630,00			1 260,00		630,00	0,62	379,12	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
12	1 428,41	840,00			1 680,00		840,00	0,59	688,41	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
13	1 408,16	630,00			1 260,00		630,00	0,40	778,16	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
14	994,09	400,00				500,00	400,00	0,29	694,09	2	1	6,5	9,0	Restaurante
15	40,00	40,00					40,00	1,00		1	1	3,5	8,0	Verde
16	3 698,71	3 698,71					7 191,42			2	1	8,0	10,0	Estação de Serviço
17	478,29	238,51			477,82		238,51	0,50	240,18	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
18	450,00	300,00			600,00		300,00	0,67	150,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
19	450,00	300,00			600,00		300,00	0,67	150,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
20	450,00	300,00			600,00		300,00	0,67	150,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
21	450,00	300,00			600,00		300,00	0,67	150,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
22	477,16	240,00			480,00		240,00	0,60	237,16	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
23	260,00	200,00			400,00		200,00	0,80	60,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
24	260,00	200,00			400,00		200,00	0,80	60,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
25	260,00	200,00			400,00		200,00	0,80	60,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
26	260,00	200,00			400,00		200,00	0,80	60,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
27	1 120,00	757,83			1 518,88		757,83	0,68	362,07	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
28	1 400,00	1 000,00			2 000,00		1 000,00	0,71	400,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
29	1 400,00	1 000,00			2 000,00		1 000,00	0,71	400,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
30	1 572,33	1 000,00			2 000,00		1 000,00	0,64	572,33	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
31	667,22	202,83			408,06		202,83	0,36	364,69	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
32	368,24	204,79			409,58		204,79	0,57	164,45	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
33	333,71	208,69			417,38		208,69	0,83	125,02	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
34	337,60	212,58			425,16		212,58	0,63	125,02	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
35	341,49	216,47			432,94		216,47	0,63	125,02	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
36	345,38	220,37			440,74		220,37	0,64	125,01	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
37	344,81	219,39			438,78		219,39	0,61	125,02	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
38	398,68	253,44			508,88		253,44	0,64	148,44	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
39	449,83	277,81			565,82		277,81	0,62	171,82	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
40	1 895,15	1 034,14			2 068,28		1 034,14	0,56	661,01	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
41	736,70	268,18			572,36		268,18	0,39	450,52	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
42	553,70	336,62			671,24		336,62	0,61	218,08	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
43	603,14	360,26			770,10		360,26	0,64	218,09	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
44	653,67	434,48			868,96		434,48	0,67	218,18	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
45	1 068,74	483,00			1 616,00		483,00	0,45	588,74	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
46	768,68	370,12			740,24		370,12	0,48	396,66	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
47	568,12	370,12			740,24		370,12	0,63	228,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
48	568,12	370,12			740,24		370,12	0,63	228,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
49	568,12	370,12			740,24		370,12	0,63	228,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
50	836,69	370,12			740,24		370,12	0,44	468,57	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
51	2 383,99	703,47			1 406,94		703,47	0,30	1 660,52	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
52	2 062,70	714,02			1 428,04		714,02	0,36	1 338,68	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
53	978,60	450,00			900,00		450,00	0,16	526,60	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
54	684,20	450,00			900,00		450,00	0,61	431,20	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
55	792,82	450,00			900,00		450,00	0,57	342,82	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
56	1 228,81	727,08			1 454,12		727,08	0,59	498,75	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
57	581,70	330,00			600,00		330,00	0,57	251,70	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
58	420,00	420,00		840,00			840,00	1,00		2	2	8,58	9,0	Edif. Com./Serv./Equip./Est. Rest. Beb.
59	420,00	420,00		840,00			840,00	1,00		2	2	7,80	9,0	Edif. Com./Serv./Equip./Est. Rest. Beb.
60	420,00	420,00		840,00			840,00	1,00		2	2	7,30	9,0	Edif. Com./Serv./Equip./Est. Rest. Beb.
61	300,00	300,00		600,00			600,00	1,00		2	2	7,13	9,0	Edif. Com./Serv./Equip./Est. Rest. Beb.
62	300,00	300,00		600,00			600,00	1,00		2	2	7,13	9,0	Edif. Com./Serv./Equip./Est. Rest. Beb.
63	420,00	420,00		840,00			840,00	1,00		2	2	7,30	9,0	Edif. Com./Serv./Equip./Est. Rest. Beb.
64	420,00	420,00		840,00			840,00	1,00		2	2	7,80	9,0	Edif. Com./Serv./Equip./Est. Rest. Beb.
65	420,00	420,00		840,00			840,00	1,00		2	2	8,38	9,0	Edif. Com./Serv./Equip./Est. Rest. Beb.
66	598,42	598,42				598,42				2	1	8,0	10,0	Instalações de Gás - Reseratórias
67	705,90	453,99			907,98		453,99	0,64	251,31	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
68	775,32	822,23			1 044,48		822,23	0,87	263,29	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
69	843,78	690,47			1 180,94		690,47	0,70	263,29	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
70	770,92	324,96			649,96		324,96	0,42	446,94	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
71	844,83	333,74			667,48		333,74	0,52	311,09	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
72	1 025,94	428,89			857,78		428,89	0,42	688,75	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
73	843,24	368,74			711,48		368,74	0,66	187,50	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
74	843,24	368,74			711,48		368,74	0,66	187,50	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
75	843,24	368,74			711,48		368,74	0,66	187,50	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
76	843,24	368,74			711,48		368,74	0,66	187,50	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
77	1 012,12	428,89			857,78		428,89	0,42	688,75	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
78	889,09	300,00			600,00		300,00	0,44	399,09	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
79	375,00	260,00			500,00		260,00	0,67	125,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
80	375,00	260,00			500,00		260,00	0,67	125,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armações
81	375,00	260,00			500,00		260,00	0,67	125,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Ar

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

98	375,00	200,00			500,00			250,00	0,87	125,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
99	375,00	200,00			500,00			250,00	0,87	125,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
100	375,00	200,00			500,00			250,00	0,87	125,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
101	689,09	300,00			600,00			300,00	0,44	300,09	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
102	8 181,55	360,00					8 181,55				2	1	8,0	10,0	EcoCentro
103	661,76	337,50			675,00			337,50	0,39	624,26	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
104	652,81	337,50			675,00			337,50	0,63	195,31	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
105	623,95	337,50			675,00			337,50	0,64	186,45	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
106	615,08	337,50			675,00			337,50	0,66	177,59	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
107	606,22	337,50			675,00			337,50	0,67	168,72	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
108	497,36	337,50			675,00			337,50	0,68	159,86	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
109	508,31	337,50			675,00			337,50	0,66	170,81	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
110	2 186,71	1 160,06			2 338,10			1 169,06	0,63	1 017,68	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
111	624,67	278,73			607,46			278,73	0,63	245,84	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
112	503,52	263,62			607,24			263,62	0,72	99,70	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
113	334,88	234,98			469,98			234,98	0,70	99,70	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
114	315,04	216,34			432,68			216,34	0,68	99,70	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
115	833,59	718,69			1 437,38			718,69	0,77	214,90	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
116	395,36	290,00			660,00			290,00	0,71	115,36	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
117	408,73	290,00			660,00			290,00	0,89	128,73	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
118	422,10	290,00			660,00			290,00	0,86	142,10	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
119	436,47	290,00			660,00			290,00	0,64	165,47	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
120	1 068,83	668,90			1 317,80			668,90	0,61	429,93	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
121	366,13	226,47			450,94			226,47	0,63	130,66	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
122	400,39	289,49			638,98			289,49	0,67	130,90	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
123	439,35	313,51			627,02			313,51	0,71	125,84	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
124	794,79	357,53			715,06			357,53	0,47	387,26	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
125	244,83	187,50			375,00			187,50	0,77	57,13	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
126	250,00	187,50			375,00			187,50	0,76	62,50	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
127	290,00	187,50			375,00			187,50	0,76	62,50	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
128	244,83	187,50			375,00			187,50	0,77	57,13	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
129	248,56	187,50			375,00			187,50	0,76	59,06	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
130	250,00	187,50			375,00			187,50	0,76	62,50	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
131	250,00	187,50			375,00			187,50	0,76	62,50	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
132	248,56	187,50			375,00			187,50	0,76	59,06	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
133	848,24	363,67			707,14			363,67	0,42	494,87	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
134	300,00	200,00			400,00			200,00	0,67	100,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
135	300,00	200,00			400,00			200,00	0,67	100,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
136	300,00	200,00			400,00			200,00	0,67	100,00	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem
137	649,39	200,00			400,00			200,00	0,36	349,39	2	1	8,0	10,0	Instalações Industriais/Armazenagem

Subtotal	98	254,54	54	463,81		8	240,00	68	762,82	600,00	20	947,94	51	021,41	0,67
----------	----	--------	----	--------	--	---	--------	----	--------	--------	----	--------	----	--------	------

138	27	041,47	329,06	394,86					0,01			1		3,5	6,8	Habit. Existente
139	674,31	247,34	296,81						0,37			1		3,5	6,5	Habit. Existente
140	11	218,13	337,56	531,71					0,03			2		5,5	8,5	Habit. Existente
141	1	064,74	236,36	282,42					0,21			1		3,5	6,8	Habit. Existente
142	3	649,87	97,98	117,66					0,02			1		3,5	6,5	Habit. Existente

Total	140	286,56	65	711,09	1	623,38	6	240,00	88	762,82	600,00	20	947,94	51	021,41	0,40
-------	-----	--------	----	--------	---	--------	---	--------	----	--------	--------	----	--------	----	--------	------

Área de Intervenção	262 380,00 m2
Área de Construção Proposta (Habit.+Anex.+Com./Serv./Est. Rest. Beb.+Ind./Arm.+Equip.	118 074,14 m2
Índice de Utilização Bruto	0,46

Espaço Verde Equipado	5 530,06 m2
Espaço Verde de Enquadramento	106 418,30 m2
Espaço Exterior de Estádio - Praça	1 791,20 m2
Via Estruturante Proposta	9 930,70 m2
Via Distribuidora Proposta	4 886,57 m2
Via de Acesso Local Proposta	14 125,41 m2
Cominho Pedonal	3 786,62 m2
Passoio	15 332,05 m2
Estacionamento	7 995,93 m2

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

-  *Implantação dos Edifícios Existentes*
-  *Implantação dos Edifícios Propostos - 1º Fase*
-  *Implantação dos Edifícios Propostos - 2º Fase*
-  *Lotes - 1º Fase*
-  *Lotes - 2º Fase*
-  *Lotes Destinados a Serviços de Apoio*
-  *EcoCentro*
-  *Zona Verde de Enquadramento*
-  *Zona Verde Equipada*
-  *Espaço Exterior de Estadia - Praça*
-  *Passeio Proposto*
-  *Caminho Pedonal*
-  *Rede Viária Principal*
-  *Espaço de Permanência de Longa Duração de Reboques e Contentores*
-  *Árvores Existentes*
-  *Árvores Propostas*
-  *Reservatório de Água*
-  *Área de Intervenção*
-  *LI60-122 Estoi Tavira*
-  *Servidões da Rede Eléctrica de Alta Tensão - 60 Ky*



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Handwritten signatures and initials in blue ink.

 LIMITE DO PLANO DE PORMENOR DEFINIDO PELO P.D.M.
Área=539.176,70m²

 UNIDADE DE EXECUÇÃO

 LIMITE DO LOTE

 POLÍGONO DE IMPLANTAÇÃO

 LINHA DE ÁGUA

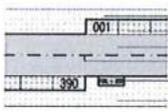
LOTE	Nº DO LOTE
	ÁREA DO LOTE
	COTA DE SOLERA
Alote	
ctsol	

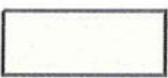
 ACESSO PEDONAL AO LOTE E/OU EDIFÍCIO

 ACESSO DE VIÁRIO

 REVESTIMENTO VEGETAL ARBÓREO

001 LUGARES DE ESTACIONAMENTO EXTERIOR

	PASSEIO
	ESTACIONAMENTO
	VIA DE CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL
	EDIFÍCIO DA VIA
	CONTENEDORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS/ECOPONTO
350	PASSEIO

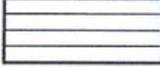
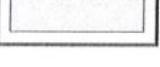
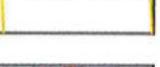
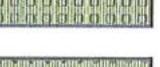
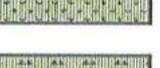
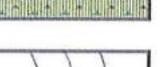
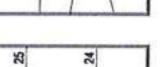
 ÁREA DE EDIFICAÇÃO PROIBIDA

 SERVIDÃO DE USO PÚBLICO

 ESPAÇO HABITACIONAL PROPOSTO 1 (EHP 1)
MÉDIA DENSIDADE - HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR

 ESPAÇO HABITACIONAL PROPOSTO 2 (EHP 2)
BAIXA DENSIDADE - HABITAÇÃO UNI ou BIFAMILIAR

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

-  ESPAÇO HABITACIONAL EXISTENTE (EHE 1)
ZONA CONSOLIDADA (ZC)
-  ESPAÇO HABITACIONAL EXISTENTE (EHE 2)
NÃO CONSOLIDADO
-  ESPAÇO TERCIÁRIO PROPOSTO (ETP)
-  ESPAÇO TERCIÁRIO EXISTENTE (ETE)
-  ESPAÇO MISTO PROPOSTO (EMP)
-  ESPAÇO DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS (EEC)
CEDÊNCIA À CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA
-  USO LOGRADOURO
-  EDIFICADO PROPOSTO
-  EDIFICADO EXISTENTE
-  ALINHAMENTOS DE CONSTRUÇÃO
-  EDIFICADO A DEMOLIR
-  EDIFICADO PROPOSTO -COMPROMISSO MUNICIPAL
-  ESPAÇO VERDE DE RECREIO/LAZER (EVRL)
-  ESPAÇO VERDE DE PROTECÇÃO (EVP)
-  ESPAÇO VERDE DE ENQUADRAMENTO (EVE)
-  TERRENO EXISTENTE
-  MODELAÇÃO DE TERRENO PROPOSTA

Plano de Pormenor de Cachopo Legenda da Planta de Implantação

Nº do lote	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Área do lote	99.28 m ²	99.28 m ²	99.28 m ²	99.28 m ²	99.28 m ²	99.28 m ²	99.28 m ²	99.28 m ²	84.56 m ²	102.5 m ²	91.85 m ²
Uso	Indústria/manufatura	Indústria/manufatura	Indústria/manufatura	Indústria/manufatura	Indústria/manufatura	Indústria/manufatura	Indústria/manufatura	Indústria/manufatura	Habituação	Habituação	Habituação
Nº de Pisos	2	2	2	2	2+cave	2+cave	2+cave	2+cave	2	2	2
Cota de Soleira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Cêrcea	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m
Área de Implantação	71.9 m ²	71.9 m ²	71.9 m ²	71.9 m ²	71.9 m ²	71.9 m ²	71.9 m ²	71.9 m ²	48.74 m ²	54.72 m ²	52.10 m ²
Área de Construção	143.8 m ²	143.8 m ²	143.8 m ²	143.8 m ²	215.7 m ²	215.7 m ²	215.7 m ²	215.7 m ²	104.0 m ²	116.8 m ²	111.2 m ²
Tipologias	—	—	—	—	—	—	—	—	T2	T2	T2
Nº de Fogos	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1

Nº do lote	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
Área do lote	86.50 m ²	89.60 m ²	89.65 m ²	90.40 m ²	321.7 m ²	110.6 m ²	108.1 m ²	123.0 m ²	99.87 m ²	109.7 m ²	86.42 m ²
Uso	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Mercado	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Café	Artesanato
Nº de Pisos	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2	1
Cota de Soleira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Cêrcea	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	10.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	4.5m
Área de Implantação	44.92 m ²	49.35 m ²	44.50 m ²	48.25 m ²	321.7 m ²	63.45 m ²	63.40 m ²	75.85 m ²	58.00 m ²	73.32 m ²	53.00 m ²
Área de Construção	95.90 m ²	105.3 m ²	95.00 m ²	103.0 m ²	432.5 m ²	127 m ²	126 m ²	152 m ²	123 m ²	104.5 m ²	53.00 m ²
Tipologias	T2	T2	T2	T2	—	T3	T3	T4	T3	—	—
Nº de Fogos	1	1	1	1	—	1	1	1	1	—	—

Nº do lote	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
Área do lote	120.1 m ²	121.2 m ²	121.7 m ²	123.9 m ²	132.5 m ²	130.6 m ²	117.0 m ²	166.7 m ²	138.3 m ²	183.6 m ²	131.6 m ²
Uso	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação
Nº de Pisos	2	1	2	1	2	1	2	2	2	1	2
Cota de Soleira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Cêrcea	6.5m	4.5m	6.5m	4.5m	6.5m	4.5m	6.5m	6.5m	6.5m	4.5m	6.5m
Área de Implantação	59.85 m ²	77.35 m ²	59.85 m ²	77.35 m ²	62.92 m ²	78.22 m ²	59.86 m ²	63.80 m ²	63.00 m ²	91.07 m ²	61.15 m ²
Área de Construção	110 m ²	77.35 m ²	110 m ²	77.35 m ²	125.8 m ²	78.22 m ²	119.7 m ²	105 m ²	126 m ²	91.07 m ²	125 m ²
Tipologias	T2	T1	T2	T1	T3	T1	T2	T1	T3	T1	T3
Nº de Fogos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Nº do lote	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44
Área do lote	138.7 m ²	102.6 m ²	102.4 m ²	107.8 m ²	101.7 m ²	103.2 m ²	96.30 m ²	97.10 m ²	89.65 m ²	3448.0 m ²	81.90 m ²
Uso	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Hotel	Restaurante
Nº de Pisos	2	2	2	2	1	2	1	2	1	3+cave	2
Cota de Soleira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Cêrcea	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	4.5m	6.5m	4.5m	6.5m	4.5m	10.5m	6.5m
Área de Implantação	64.00 m ²	47.23 m ²	46.10 m ²	52.10 m ²	66.60 m ²	52.10 m ²	66.15 m ²	51.20 m ²	63.70 m ²	910.6 m ²	57.80 m ²
Área de Construção	128 m ²	95.00 m ²	82.20 m ²	111.9 m ²	66.60 m ²	111.9 m ²	66.15 m ²	110 m ²	63.70 m ²	3207 m ²	115.60 m ²
Tipologias	T3	T2	T1	T2	T1	T2	T1	T2	T1	—	—
Nº de Fogos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	—	—

Nº do lote	45	46	47	48	49	50	51	52	53
Área do lote	108.5 m ²	108.5 m ²	108.5 m ²	108.5 m ²	108.5 m ²	130.3 m ²	1885 m ²	23514 m ²	3038 m ²
Uso	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Habituação	Café	Poli-desportivo coberto	Campo de treinos Banque de aprendizagem Clube Desportivo	Cemitério
Nº de Pisos	2	2	2	2	2	2	2	2+cave	1
Cota de Soleira	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Cêrcea	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	6.5m	4.5m
Área de Implantação	60.50 m ²	60.50 m ²	60.50 m ²	60.50 m ²	60.50 m ²	78.00 m ²	1885 m ²	13700 m ²	3038 m ²
Área de Construção	100 m ²	100 m ²	100 m ²	100 m ²	100 m ²	156 m ²	2570 m ²	4358 m ²	280 m ²
Tipologias	T2	T2	T2	T2	T2	—	—	—	—
Nº de Fogos	1	1	1	1	1	—	—	—	—

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ESPAÇO CUJA URBANIZAÇÃO SEJA POSSIVEL PROGRAMAR



----- LIMITE DO PLANO DE PORMENOR DE CACHOPO
 - - - - - PERIMETRO URBANO

* NO MÁXIMO 30cm ACIMA DA COTA DO LANCIL

ÁREA DE INTERVENÇÃO-86767,04m²;

ÁREA TOTAL DE LOTES-37457,04m²;

ÁREA DE ARRUAMENTOS, ESTACIONAMENTOS E PASSEIOS-19231,8m²;

ÁREA DE ESPAÇOS VERDES DE USO COLECTIVO-1197,2m²;

ÁREA DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO-27110,5m²;

ÁREA DE TERREIRO INCLUIDO NA ANTIGA E.N.397-1770,5m²;

ÁREA DE CONSTRUÇÃO-16454,74m²;

ÍNDICE DE CONSTRUÇÃO-0,18;

DENSIDADE-4,1f/ha;

Nº TOTAL DE FCGOS-36(911,1912,713,114)

E - FONTE/ ESTAÇÃO ELEVATÓRIA

C - CORETO/ ANFITEATRO/ POSTO DE TRANSFORMAÇÃO

M - CIRA/ MIRADOURO

Q - QUIOSQUE

F - FONTE

G - DEPÓSITO DE GAS/ PEÇA ESCULTÓRICA

ESTACIONAMENTOS EM ZONA PÚBLICA - 100lug;

ESTACIONAMENTOS EM CAVE - HOTEL 12lug.

CAMPO DE TREINOS, TANQUE DE APRENDIZAGEM, CLUBES DESPORTIVOS 15lug.

INDÚSTRIA, MANUFATURA 8lug.

ESTACIONAMENTOS NO INTERIOR DOS LOTES - 35lug.

[Handwritten signatures]

Plano de Pormenor de Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Quinta da Atalaia Legenda da Planta de Implantação

ÁREAS EDIFICÁVEIS

-  PARCELAS PARA UNIDADES DE ALOJAMENTO
- MORADIAS (MORADIA)
-  PARCELAS PARA UNIDADES DE ALOJAMENTO
- APARTAMENTOS (APARTAM)
-  PARCELAS PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS *
-  PARCELAS PARA EQUIPAMENTOS
(PICADEIRO EM TERRA BATIDA)

ÁREAS NÃO EDIFICÁVEIS

-  ESTRUTURA VERDE: ESTRUTURA ECOLÓGICA
-  ESTRUTURA VERDE: ESTRUTURA DE ENQUADRAMENTO
-  ZONA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS - WWG
-  REDE VIÁRIA
-  ESTACIONAMENTO PÚBLICO
-  REDE PEDONAL
-  REDE DE CICLOVIAS
-  REDE EQUESTRE
-  ECOPONTOS/ RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
-  LIMITE DAS PARCELAS
-  POLIGONO DE IMPLANTAÇÃO
-  COTA MÁXIMA DE SOLEIRA
-  LIMITE DO PLANO DE PORMENOR DO NDT
QUINTA DA ATALAIA
-  LIMITE DO ALDEAMENTO TURÍSTICO
-  LIMITE DA ÁREA AFECTA À REN
-  PORTARIA

QUADRO SÍNTESE

ESTRUTURA DE ÁREAS EDIFICÁVEIS

PARC.	TIPOLOGIA USO	ÁREA PARC. (m)	COTA SOLEIRA MÁX.	ÁREA MÁX IMPLANT. (m)	ÁREA MÁX IMPERM. (m)	NUM. MÁX PISOS	CÉRCEA MÁX. (m)	ÁREA BRUTA CONST. MÁX. (m)	ÁREA MÁX ABAIXO DO SOLO (m)	NR. FOGOS	NR. CAMAS	LUG. ESTAG. dentro LOTE
A1	T4 MORADIA	1 410	139.5	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A2	T4 MORADIA	1 281	139.0	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A3	T3 MORADIA	1 281	136.0	240	288	cave+2	6.5	300	240	1	6	3
A4	T3 MORADIA	1 256	133.0	240	288	cave+2	6.5	300	240	1	6	3
A5	T3 MORADIA	1 280	131.5	240	288	cave+2	6.5	300	240	1	6	3
A6	T4 MORADIA	1 354	129.0	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A7	T4 MORADIA	1 230	125.0	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A8	T4 MORADIA	1 241	125.0	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A9	T4 MORADIA	1 220	124.5	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A10	T4 MORADIA	1 365	128.5	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A11	T4 MORADIA	1 292	127.0	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A12	T3 MORADIA	1 238	127.0	240	288	cave+2	6.5	300	240	1	6	3
A13	T3 MORADIA	1 224	127.5	240	288	cave+2	6.5	300	240	1	6	3
A14	T4 MORADIA	1 359	127.5	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A15	T4 MORADIA	1 356	129.0	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A16	T4 MORADIA	1 357	129.5	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A17	T4 MORADIA	1 354	131.0	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A18	T4 MORADIA	1 350	132.5	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A19	T4 MORADIA	1 357	134.0	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
A20	T4 MORADIA	1 408	135.0	255	308	cave+2	6.5	320	255	1	8	3
B1	T1 APARTAM.	3 577	128.5	1572	1572	cave+2	6.5	1870	1310	17	34	34
B2	T1 APARTAM.	2 436	127.5	738	738	cave+2	6.5	880	815	8	16	16
B3	COM/SERV *	4 213	128.5	888	888	cave+2	6.5	840	740	0	0	15
B4	T1 APARTAM.	3 181	128.5	924	924	cave+2	6.5	1100	770	10	20	20
B5	T1 APARTAM.	2 586	122.5	924	924	cave+2	6.5	1100	770	10	20	20
B6	T1 APARTAM.	4 705	120.5	2034	2034	cave+2	6.5	2420	1695	22	44	44
B7	T1 APARTAM.	3 544	118.0	738	738	cave+2	6.5	880	615	8	16	16
C1	EQUIP	2 675	109.0	0	0	1	6.5	0	0	0	0	10
TOT	-	53 090	-	12 895	13 848	-	-	15 390	11 540	95	300	235

ÁREA TOTAL DO PLANO DE PORMENOR	38 ha
ÁREA EDIFICÁVEL PARA EFEITOS DE CÁLCULO DE ÍNDICES	7.7 ha
ÁREA OCUPADA POR PARCELAS EDIFICÁVEIS	50 415 m ²
ÁREA A VALORIZAR PAISAGÍSTICAMENTE	31.2 ha
NUMERO TOTAL DE CAMAS/ HABITANTES	300
ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO MÁXIMA TOTAL	15 390 m ²
ÁREA MÁXIMA DE IMPLANTAÇÃO TOTAL	12 895 m ²
ÁREA MÁXIMA IMPERMEABILIZADA TOTAL	13 848 m ²
NUMERO TOTAL DE LUGARES PÚBLICOS DE ESTACIONAMENTO	73
DENSIDADE POPULACIONAL	39 Hab/ha
COEFICIENTE DE OCUPAÇÃO DO SOLO (COS)	0.20
COEFICIENTE DE AFECTAÇÃO DO SOLO (CAS)	0.15
COEFICIENTE DE IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO (CIS)	0.25

* TODOS OS USOS OBRIGATORIOS PARA ALDEAMENTO TURISTICO (RECEPCÃO/PORTARIA, PISCINA-BAR-RESTAURANTE-INSTALAÇÕES SANITÁRIAS-VESTIÁRIOS-PARQUE INFANTIL-ESTACIONAMENTO-ETC.)

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

Plano de Pormenor de Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Boavista Legenda da Planta de Implantação

-  LIMITE DA PROPRIEDADE DA BOAVISTA E DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO – MUROS DE PEDRA EXISTENTES E A CONSTRUIR
-  LIMITE DO ALDEAMENTO TURÍSTICO
-  ESTREMA DA PROPRIEDADE
-  ÁRVORES EXISTENTES A MANTER
-  F. FURO
-  FF FURO/FONTE
-  LINHA DE ÁGUA COM VEGETAÇÃO RIPÍCOLA DE PROTECÇÃO
-  SEBES DE ROMAZEIRAS / LIMITES DOS LOTES
-  MUROS EM PEDRA
-  DESNÍVEL DE TERRENO
-  CRISTA TALUDE
-  BASE TALUDE
-  ALGARES
-  LINHA ELÉCTRICA
-  LINHA TELEFÓNICA
-  CASA EXISTENTE
-  PISCINA DA CASA EXISTENTE
-  PORTÕES DOS LOTES
-  MORADIAS E APARTAMENTOS A CONSTRUIR
-  EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS A CONSTRUIR
-  CAMINHO DE ACESSO IMPERMEÁVEL EXISTENTE
-  ARRUAMENTO PRINCIPAL – REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL–TRÁFEGO AUTOMÓVEL
-  IMPASSES – REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL–TRÁFEGO AUTOMÓVEL
-  ARRUAMENTO SECUNDÁRIO – REVESTIMENTO PERMEÁVEL – TRÁFEGO AUTOMÓVEL CONDICIONADO
-  CAMINHOS PEDONAIS – REVESTIMENTO PERMEÁVEL – PEÕES/BICICLETAS
-  ESPAÇOS VERDES DE USO COMUM
(adjacentes ao arruamento principal)
-  ESPAÇOS VERDES PRIVADOS DE USO COMUM
(protecção e enquadramento paisagístico; coberto vegetal natural a manter)


 163 | RECT | RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

 ESPAÇOS VERDES PRIVADOS DE USO COMUM – LOTES 8, 12, 20, 21 e 24	
 ESPAÇOS VERDES PRIVADOS (jardins dos lotes para alojamento em moradia e apartamento)	
 ESPAÇO AGRÍCOLA EXISTENTE	
CUS1 CATEGORIA DE USO DE SOLO 1 – – ÁREA URBANIZÁVEL	69.046,00m ²
CUS2 CATEGORIA DE USO DE SOLO 2 – – ÁREA NÃO URBANIZÁVEL – REN/RAN/DOMÍNIO HÍDRICO	218.002,00m ²
ÁREA TOTAL DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	287.048,00m ²
ÁREA TOTAL DOS LOTES	55.548,97m ²
ÁREA TOTAL DE ARRUAMENTOS, CAMINHOS, ESTACIONAMENTOS E PASSEIOS	19.213,02m ²
ÁREA TOTAL DE ESPAÇOS VERDES COMUNS (adjacentes ao arruamento principal)	640,99m ²
NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO EM ZONA COMUM	81 lug
NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO NO INTERIOR DOS LOTES EM GARAGENS	88 lug
NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO NO INTERIOR DOS LOTES EM ESPAÇO DESCOBERTO	36 lug
ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO	13.917,45m ²
C.O.S. – COEFICIENTE DE OCUPAÇÃO DO SOLO	0,20
ÁREA TOTAL DE IMPLANTAÇÃO	9.634,95m ²
C.A.S. – COEFICIENTE DE AFECTAÇÃO DO SOLO	0,14
ÁREA TOTAL DE IMPERMEABILIZAÇÃO	13.497,03m ²
C.I.S. – COEFICIENTE DE IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO	0,20
DENSIDADE	6,5f/ha

QUADRO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO												
Lote	Fracção	Áreas dos Lotes	Áreas		Usos	Nº. de Fogos	Tipologias			Nº. de Camas	Estacío-namento	
			Implantação	Construção			T1	T2	T3			
1	-	2.467,40 m ²	235,00 m ²	300,00 m ²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
2	-	2.031,50 m ²	235,00 m ²	300,00 m ²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
3	-	269,40 m ²	192,25 m ²	574,75 m ²	Recepção / Portaria / Escritórios /	-	-	-	-	C+2	-	-
					Instalações Sanitárias Comuns /							
					Bagagens / Serviço de Vigilância							
					Depósito de Água / Bombas /							
					Tratamento de Água							
					Depósito de Gás							
4	-	1.783,00 m ²	235,00 m ²	300,00 m ²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
5*	-	2.647,00 m ²	235,00 m ²	300,00 m ²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
6	-	1.903,38 m ²	235,00 m ²	300,00 m ²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
7	-	2.388,40 m ²	235,00 m ²	300,00 m ²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
8	-	264,90 m ²	20,00 m ²	40,00 m ²	Recolha de lixos/ Monumento	-	-	-	-	2	-	-
	a		70,00 m ²	80,00 m ²	Alojamento em Moradia	1	1	-	-	1	2	
	b		70,00 m ²	80,00 m ²	Alojamento em Moradia	1	1	-	-	1	2	
	c		90,00 m ²	110,00 m ²	Alojamento em Moradia	1	-	1	-	1	4	
	d		90,00 m ²	110,00 m ²	Alojamento em Moradia	1	-	1	-	1	4	
	e		110,00 m ²	110,00 m ²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4	
	f		90,00 m ²	110,00 m ²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4	
	g		90,00 m ²	110,00 m ²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4	
	h		110,00 m ²	110,00 m ²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4	
	i		90,00 m ²	110,00 m ²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4	
	j		110,00 m ²	110,00 m ²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4	

9	k	6.847,70 m²	90,00 m²	110,00 m²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4	40
	l		110,00 m²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4		
	m		90,00 m²	110,00 m²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4	
	n		110,00 m²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4		
	o		90,00 m²	110,00 m²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4	
	p		110,00 m²	Alojamento em Apartamento	1	-	1	-	2	4		
	q		90,00 m²	110,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	1	-	1	4	
	r		90,00 m²	110,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	1	-	1	4	
	s		90,00 m²	110,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	1	-	1	4	
	t		90,00 m²	110,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	1	-	1	4	
	u		70,00 m²	80,00 m²	Alojamento em Moradia	1	1	-	-	1	2	
	v		70,00 m²	80,00 m²	Alojamento em Moradia	1	1	-	-	1	2	
	w		70,00 m²	80,00 m²	Alojamento em Moradia	1	1	-	-	1	2	
	x		90,00 m²	110,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	1	-	1	4	
y	90,00 m²	110,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	1	-	1	4			
aa	70,00 m²	80,00 m²	Alojamento em Moradia	1	1	-	-	1	2			
10	-	2.129,90 m²	235,00 m²	300,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
11	-	2.834,60 m²	235,00 m²	300,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
12	-	3.748,60 m²	1.500,00 m²	3.000,00 m²	Recepção / Portaria / Escritórios / Arrumos / Instalações Sanitárias Comuns	-	-	-	-	C+2	-	30
					Restaurante / Bar / Sala de Estar	-	-	-	-		-	
					Estab. Comercial/Tabacaria/Supermercado	-	-	-	-		-	
					Piscina Coberta / Sauna / Massagem / Ginásio / Jogos / Balcários / Vestiários / Instalações Sanitárias Comuns	-	-	-	-		-	
					Arrumos Gerais / Serv. de Limpeza / Manutenção Instalações / Dependências de Pessoal / Lavandaria / Engomadoria	-	-	-	-		-	
					Posto de Transformação	-	-	-	-		-	
					Habitação do Club-House	1	-	1	-		-	
					Arrecadações Utentes / Estacionamento	-	-	-	-		-	
					Piscina Descoberta / Parque Infantil	-	-	-	-		1	
					13	-	1.020,73 m²	200,00 m²	300,00 m²		Alojamento em Moradia	
14	-	950,00 m²	200,00 m²	300,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
15	-	769,00 m²	200,00 m²	300,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
16	-	707,50 m²	200,00 m²	300,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
17	-	764,90 m²	200,00 m²	300,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
18	-	876,20 m²	200,00 m²	300,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
19	-	3.638,80 m²	235,00 m²	300,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
20	-	1.115,64 m²	390,00 m²	390,00 m²	Campo de Jogos	-	-	-	-	-	-	-
21	-	5.004,66 m²	705,50 m²	705,50 m²	Campo de Tênis	-	-	-	-	-	-	-
22	-	2.677,10 m²	235,00 m²	300,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
23	-	2.876,00 m²	235,00 m²	300,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
24	-	2.633,28 m²	1.127,20 m²	1.127,20 m²	Estação de Tratamento Águas Residuais	-	-	-	-	1	-	-
25	-	3.199,38 m²	235,00 m²	300,00 m²	Alojamento em Moradia	1	-	-	1	2	6	3
Total		55.548,97 m²	9.634,95 m²	13.917,45 m²	-	45	6	21	18	-	200	124

* Prédio urbano existente
 ** Todos os restantes estacionamentos em número de 81 lugares serão em zona comum, sendo o total de lugares de estacionamento de 205 lugares.



Assunto: 04-Emp/17 - Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro” - Ratificação de despacho

Considerando:

- A empreitada “04-Emp/17 - Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro”, adjudicada à empresa Veiga Lopes, S.A., por deliberação do órgão executivo municipal, em reunião realizada em 06 de fevereiro de 2018, cujo contrato foi celebrado em 22 de maio de 2018, com visto do Tribunal de Contas de 11 de julho de 2018, pela importância de 4.695.597,88€ (quatro milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e sete euros e oitenta e oito cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa em vigor, com prazo de execução de 730 dias;
- Que, no decurso da obra foi verificada a necessidade de execução de trabalhos não considerados, detetados ou contabilizados anteriormente, estritamente necessários à conclusão da obra, conforme exposto na informação.º 2634/2022;
- Que os trabalhos a mais, da mesma espécie de outros previstos em contrato (12.610,04 €) e a preços novos (140.826,13 €), no valor total de 153.436,17 € (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e seis euros e dezassete cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa em vigor, correspondem a 3,27 % do valor da adjudicação. Com estes trabalhos, na globalidade da empreitada, a percentagem de trabalhos a mais é de 5,44 % do custo total da obra, montante que se enquadra no limite máximo de 40%, fixado na alínea c) do n.º 2, do art.º 370 do CCP.
- Que os trabalhos a menos, no valor de (-) 86.622,61 € (oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois euros e sessenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor, correspondendo a 1,84 % do valor da adjudicação, enquadráveis no artigo 379º do CCP;
- Que os trabalhos a executar implicam uma prorrogação de prazo de 50 dias;
- Que, por razões de urgência, através do meu despacho datado de 8 de março do corrente ano, aprovei ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os trabalhos a mais no valor de 153.436,17 € (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e seis euros e dezassete cêntimos), os trabalhos a menos, no valor de (-) 86.622,61 € (oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois euros e sessenta e um cêntimos), ambos acrescidos de IVA à taxa em vigor e a prorrogação do prazo de execução de 50 dias.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

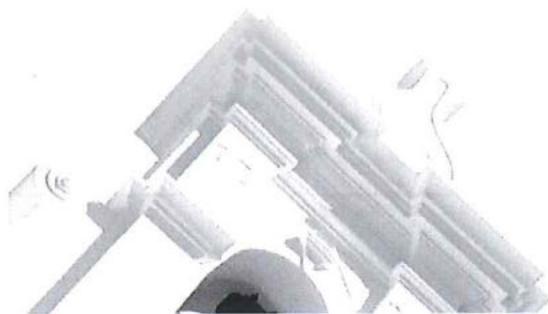
1. Ratificar o meu despacho de 8 de março do corrente ano, o qual recaiu sobre o documento interno - informação n.º 2634, de 08 de março de 2022, em anexo, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
2. Aprovar a deliberação que recair sobre a presente proposta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 e para efeitos do preceituado no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Concelho, 08 de abril de 2022

A Presidente da Câmara Municipal,



Ana Paula Martins



Assunto: 04-Emp/17 - Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro - Trabalhos a mais (2)

A empreitada supra citada foi adjudicada à empresa Veiga Lopes, S.A., por deliberação do órgão executivo municipal em reunião realizada a 06-02-2018, contrato de 22-05-2018 e visto do Tribunal de Contas de 11-07-2018, pela importância de 4.695.597,88 € (quatro milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e sete euros e oitenta e oito cêntimos), num prazo de execução de 730 dias.

A coberto da inf.ª 3196/2019, foram informados trabalhos a mais, no valor de **102.238,79 €** (cento e dois mil, duzentos e trinta e oito euros e setenta e nove cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa em vigor, resultando em 2,18% do custo total da obra. Em 10/04/2019, foram os mesmos aprovados pela Presidente desta Câmara Municipal, posteriormente ratificados pelo órgão executivo, sob a proposta 107/2019/CM e lavrados em contrato escrito em 21/06/2019.

Ainda a decorrer a execução do contrato da empreitada, detetou-se a necessidade de execução de trabalhos não considerados, detetados ou contabilizados anteriormente, nomeadamente:

1. (TM.04) Rede de águas residuais e pluviais

Os efeitos das marés se desenvolvem até às caixas de visita das águas residuais domésticas e pluviais, podendo, inclusive, originar retorno para as redes prediais do cineteatro, solicitou-se ao empreiteiro preço para o fornecimento e colocação de válvulas de maré/anti-retorno;

Preços concurso: 0,00 €

Preços novos: 3.685,72 €

Trabalhos a menos: 0,00 €

2. (TM.05) Instalações eletromecânicas de transportes de pessoas

Após as demolições e confirmações das dimensões reais em obra, disponibilizou-se apenas a altura de 3,08m para a instalação do elevador n.º 2, contrariamente ao preconizado e necessário, 3,40m, necessitando-se assim de proceder à alteração para Elevador com Extra Curso Reduzido, daí resultando acréscimo de custo;

Preços concurso: 0,00 €

Preços novos: 4.800,00 €

Trabalhos a menos: 0,00 €

3. (TM.06) Revisão ao Projeto de ventilação e climatização

No decorrer da empreitada surgiu a necessidade de compatibilizar os sistemas AVAC à compartimentação corta-fogo e alteração da fonte de energia auxiliar da produção de AQS (gás propano para eletricidade), contribuindo desta forma para uma maior segurança geral do edifício;

Preços concurso: 7.303,54 €

Preços novos: 41.740,33 €

Trabalhos a menos: - 20.459,87 €

4. (TM.07) Sala dos dimmers

Para fazer face às novas exigências atuais de luminosidade foi necessário a alteração de 3 para 6 dimmers, com a inerente alteração do quadro elétrico;

Preços concurso: 991,80 €

Preços novos: 7.011,57 €

Trabalhos a menos: - 1.960,81 €

5. (TM.08) Posto de seccionamento e transformação

De acordo com o Manual de Ligações à Rede Elétrica de Serviço Público e com a entrada em vigor da versão 9 (out/2018), a instalação para o Cineteatro careceu de alterações/atualizações, nomeadamente três quadros de média tensão, ao invés de um, conforme estava previsto, para além das necessárias e inerentes ligações, cabos, celas e terminações, e por consequência a respetiva revisão orçamental;

Preços concurso: 0,00 €

Preços novos: 25.570,43 €

Trabalhos a menos: 0,00 €

6. (TM.09) Infraestruturas de cena

Atendendo a que alguns dos trabalhos de iluminação, sonorização e comunicação de cena, com execução prevista a coberto da empreitada em curso, incompatibilizavam com o previsível para a mecânica de cena pretendida (e em fase final de projeto), necessita-se reformular alguns trabalhos,

bem como prescindir da execução de outros;

Preços concurso: 3.493,60 €

Preços novos: 54.974,32 €

Trabalhos a menos: -65.326,10 €

7. (TM.10) **Acesso à cobertura da zona A (nascente)**

Pese embora não ter sido previsto o acesso à cobertura, considera-se pertinente a sua execução nesta fase tanto para efeitos de manutenção do sistema de recolha das águas pluviais como para limpeza, nomeadamente das folhas e troncos da "araucária", atendendo a que se trata de árvore de grande porte;

Preços concurso: 0,00 €

Preços novos: 4.989,11 €

Trabalhos a menos: 0,00 €

Face ao exposto, e:

- considerando que os trabalhos são classificados como da responsabilidade do dono de obra, nos termos do ponto 1, do artigo 378º do CCP;
- garantido o disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 370º, do mesmo diploma legal, uma vez que para o perfeito acabamento da empreitada é necessário a execução das referidas quantidades de trabalhos, tanto que são trabalhos interligados com os em curso e estritamente necessários à integral execução do contrato e não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato;
- os fundamentos para a execução dos trabalhos supra referidos ocorreram antes da entrada em vigor da Lei n.º30/2021, pelo que não se considerou a mesma aplicável;

coloca-se à consideração superior:

- a) a aprovação de **trabalhos a mais**, da mesma espécie de outros previstos em contrato (12.610,04 €) e a preços novos (140.826,13 €), atendendo a que os preços novos/propostos são considerados aceitáveis, uma vez que estão equiparados aos do mercado em trabalhos da mesma natureza, e das respetivas quantidades, no valor total de **153.436,17 €** (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e seis euros e dezassete cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa em vigor, o que corresponde a **3,27 %** do valor da adjudicação. Com estes trabalhos, na globalidade da empreitada, a percentagem de trabalhos a mais é de **5,44 %** do custo total da obra, montante que se enquadra no limite máximo de 40%, fixado na alínea c) do n.º 2, do art.º 370 do CCP.

- b) a aprovação de **trabalhos a menos**, no valor de (-) **86.622,61 €** (oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois euros e sessenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor, correspondendo a **1,84 %** do valor da adjudicação, enquadráveis no artigo 379º do CCP;
- c) a **prorrogação do prazo** de execução em **50 dias**.

Caso mereça aprovação superior, após o respetivo cabimento, deverá o processo seguir para formalização de contrato adicional.

Paços do Concelho, 08 de março de 2022

As Técnicas

TERESA MARIA
NUNES COLAÇO
PEREIRA

Digitally signed by TERESA
MARIA NUNES COLAÇO
PEREIRA
Date: 2022.03.08 15:38:51
+00:00

SÓNIA CRISTINA
MARQUES GOMES
SARAIVA

Digitally signed by SÓNIA
CRISTINA MARQUES GOMES
SARAIVA
Date: 2022.03.08 15:56:36
+00:00

Anexos: Propostas de preços do empreiteiro

Relatório do Documento interno n.º 2634 de 08/03/2022

DOCUMENTO N.º: **REMETENTE: FUNC.:** SÓNIA CRISTINA MARQUES GOMES SARAIVA
DATA DOC.: 00/00/0000 **TIPO DE DOCUMENTO:** INFORMAÇÃO
REF. DOC.: **LIVRO DE REGISTO:** LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA
REGISTADO: teresape
ATUALIZADO: teresape

ASSUNTO

04-Emp/17 - Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro - Trabalhos a mais (2)

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

PROCESSO N.º 2019/300.10.001/7

CLASSIFICAÇÃO 300.10.001 - Contratação de empreitadas de obras públicas de natureza não crítica

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(9) Movimentado no dia 08/04/2022 16:51 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 708 - Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus(mjesus)

Motivo: A proposta integrará a ordem do dia 18/04.

(8) Movimentado no dia 07/04/2022 10:29 para Serv: Divisão de Administração

Efetuada por Func.: 769 - Elizabete Maria Farias Coelho(ecoelho)

Motivo: Proposta de rascunho no processo

(7) Movimentado no dia 06/04/2022 12:22 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 3057 - Susana Isabel Machado Martins Parra(sparra)

Motivo: Elaborada proposta em rascunho no processo.

(6) Movimentado no dia 31/03/2022 15:38 para Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra

Efetuada por Func.: 841 - Teresa Maria Nunes Colaço Pereira(teresape)

Motivo: Inserir proposta no sistema.

(5) Movimentado no dia 17/03/2022 14:41 para Func.: Teresa Maria Nunes Colaço Pereira

Efetuada por Func.: 769 - Elizabete Maria Farias Coelho(ecoelho)

Motivo: Elaborar proposta

(4) Movimentado no dia 17/03/2022 14:35 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 662 - Ana Lúcia de Anastácio e Ferro Roque(aroque)

Motivo: Trabalhos a mais cabimentados e comprometidos com o n.º sequencial 28606. na GOP 2 201 2016/82 no montante de €162.642,34, conforme doc's anexos.

Os trabalhos a menos foram corrigidos no compromisso do contrato inicial.

(3) Movimentado no dia 08/03/2022 17:34 para Serv: Divisão Financeira

Efetuada por Presidente da Câmara Municipal: 889 - Ana Paula Fernandes Martins(amartins)

Despacho: Aprovo como proposto. Assinei.

Autor do despacho: Ana Paula Fernandes Martins

Categoria: Presidente Camara

Data de despacho: 08/03/2022

Relatório do Documento interno n.º 2634 de 08/03/2022

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

PROCESSO N.º 2019/300.10.001/7

CLASSIFICAÇÃO 300.10.001 - Contratação de empreitadas de obras públicas de natureza não crítica

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(2) Movimentado no dia 08/03/2022 17:24 para Serv: Presidente da Câmara Municipal

Efetuada por Func.: 769 - Elizabeth Maria Farias Coelho(ecoelho)

Motivo: Concordo.

Face à necessidade de realizar trabalhos complementares e sendo os mesmos estritamente necessários à conclusão da obra, não podendo ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato, coloca-se à consideração superior a aprovação destes trabalhos, bem como a aprovação dos trabalhos a menos, nos termos da informação nº 2634/2022.

A aprovação é competência da Câmara Municipal, pelo que deverá ser elaborada proposta a submeter ao órgão executivo

Carece de cabimento.

(1) Movimentado no dia 08/03/2022 15:45 para Serv: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Efetuada por Func.: 841 - Teresa Maria Nunes Colaço Pereira(teresape)

Motivo: Para assinatura e devidos efeitos

Anexos do documento

Tipo doc.: Anexo - Propostas | Data: 08/03/2022

Tipo doc.: Anexo - Doc. Financeiro | Data: 17/03/2022 | Observações: Comprovativos compromisso e cabimento

Documentos do Processo

Saída n.º 3520 do dia 17/02/2022

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Ofício

Entrada n.º 12918 do dia 04/06/2019

Remetente: Ext.: Veiga Lopes, S.A NIF: 503079235

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Outros

Entrada n.º 7744 do dia 09/04/2019

Remetente: Ext.: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP NIF: 510928374

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Outros

Entrada n.º 12416 do dia 30/05/2019

Remetente: Ext.: Direcção Regional da Cultura do Algarve NIF: 600083012

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Ofício

Entrada n.º 22554 do dia 12/09/2019

Remetente: Ext.: Veiga Lopes, S.A NIF: 503079235

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Factura

Entrada n.º 8225 do dia 20/03/2020

Remetente: Ext.: Veiga Lopes, S.A NIF: 503079235

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Email

Entrada n.º 15101 do dia 25/06/2020

Remetente: Ext.: Veiga Lopes, S.A NIF: 503079235

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Email

Relatório do Documento interno n.º 2634 de 08/03/2022

Documentos do Processo

Entrada n.º 13310 do dia 06/06/2019

Remetente: Ext.: Veiga Lopes, S.A NIF: 503079235
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Outros

Interno n.º 1254 do dia 28/02/2019

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Entrada n.º 13509 do dia 07/06/2019

Remetente: Ext.: Veiga Lopes, S.A NIF: 503079235
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Outros

Interno n.º 3196 do dia 08/04/2019

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 7486 do dia 25/07/2019

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 8627 do dia 02/09/2019

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 84 do dia 06/01/2020

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 2569 do dia 06/03/2020

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 2577 do dia 06/03/2020

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Entrada n.º 19247 do dia 15/06/2021

Remetente: Ext.: Veiga Lopes, S.A NIF: 503079235
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Email

Interno n.º 104 do dia 01/04/2020

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM

Interno n.º 3805 do dia 28/04/2020

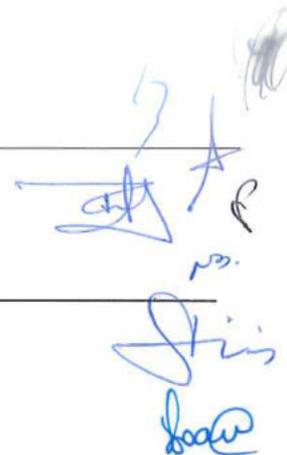
Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 165 do dia 04/06/2020

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Relatório do Documento interno n.º 2634 de 08/03/2022



Documentos do Processo

Interno n.º 6434 do dia 28/07/2020

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 257 do dia 20/08/2020

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM

Interno n.º 309 do dia 22/10/2020

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM

Interno n.º 52 do dia 05/01/2021

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 39 do dia 23/02/2021

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM

Interno n.º 6096 do dia 18/06/2021

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 6442 do dia 30/06/2021

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 221 do dia 07/07/2021

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM

Interno n.º 222 do dia 07/07/2021

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM

Interno n.º 11450 do dia 08/11/2021

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 357 do dia 02/12/2021

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM

Interno n.º 2634 do dia 08/03/2022

Remetente: Func.: Sónia Cristina Marques Gomes Saraiva
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Informação

Interno n.º 118 do dia 08/04/2022

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM

Relatório do Documento interno n.º 2634 de 08/03/2022



Documentos do Processo

Saída n.º 3076 do dia 15/03/2019

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 4092 do dia 04/04/2019

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Interno n.º 93 do dia 26/03/2020

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Propostas CM
Tipo documento: Proposta_CM

Saída n.º 6688 do dia 23/05/2019

Remetente: Serv.: Secção Administrativa
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 8208 do dia 25/06/2019

Remetente: Serv.: Secção Administrativa
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 12578 do dia 28/09/2019

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 5275 do dia 01/05/2020

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 5643 do dia 12/05/2020

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 5644 do dia 12/05/2020

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 6465 do dia 01/06/2020

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 9721 do dia 07/08/2020

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 9722 do dia 07/08/2020

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 9733 do dia 08/08/2020

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Relatório do Documento interno n.º 2634 de 08/03/2022

Documentos do Processo

Saída n.º 11046 do dia 01/09/2020

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 14592 do dia 20/11/2020

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 3606 do dia 10/03/2021

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 4269 do dia 19/03/2021

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 4268 do dia 19/03/2021

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 14946 do dia 15/09/2021

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 16463 do dia 20/10/2021

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 16462 do dia 20/10/2021

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 19334 do dia 17/12/2021

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 3013 do dia 10/02/2022

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 3323 do dia 15/02/2022

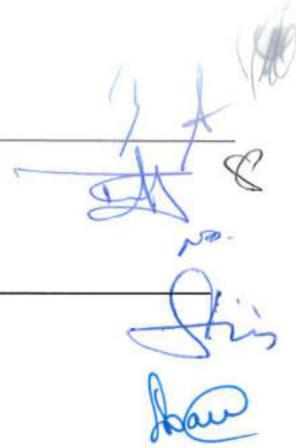
Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 3521 do dia 17/02/2022

Remetente: Func.: Susana Isabel Machado Martins Parra
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício

Saída n.º 4082 do dia 04/04/2019

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Ofício



Relatório do Documento interno n.º 2634 de 08/03/2022

Documentos do Processo

Interno n.º 1798 do dia 13/03/2019

Remetente: Serv.: Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Informação

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Assunto: Apoio em espécie - Fundação Irene Rolo | Arraial Multicultural

Considerando:

- Que compete à Câmara Municipal deliberar sobre apoios a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, em conformidade com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro;
- Que a Fundação Irene Rolo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, a qual detém como missão apoiar pessoas com deficiência e incapacidades e suas famílias, bem como outros públicos vulneráveis;
- Que a entidade incorpora como objetivo a prevenção, acolhimento, reabilitação, formação profissional e inserção social, com vista à promoção da qualidade de vida dos indivíduos;
- A solicitação de apoio logístico para o evento designado “Arraial Multicultural” a ocorrer em junho;
- Que a presente iniciativa representa um custo de 396,18€, relativos à cedência de materiais consumíveis para a realização do evento;
- Que a solicitação efetuada pela Entidade encontra-se patente no documento com o registo de entrada n.º 10778/2022, bem como a Informação n.º 3259/2022, e o parecer constante do processo n.º 2022/300.50.801/101.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar a atribuição do apoio em espécie, o qual consiste na cedência de materiais consumíveis, no valor de 396,18€ (trezentos e noventa e seis euros e dezoito cêntimos), à Fundação Irene Rolo, para apoiar na realização de “Arraial Multicultural”.
2. Aprovar a deliberação que recair sobre a presente proposta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 e para efeitos do preceituado no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Concelho, 08 de abril de 2022

A Presidente da Câmara Municipal,

Ana Paula Martins



Assunto: 01/2021/124 - Lars Christer Kjellstrom - Dispensa da dotação dos lugares de estacionamento, nos termos das alíneas a) e d) do n.º 4 do artigo 61.º do regulamento do Plano de Urbanização de Tavira.

Considerando:

- Que o Plano de Urbanização de Tavira, com entrada em vigor a 25/08/2020, a seguir está identificado como PUT.
- Que a redação do n.º 1 do artigo 61.º - Dotação de estacionamento – do regulamento PUT refere - *As construções a edificar, reconstruir, alterar ou ampliar, ou no âmbito de alteração da sua utilização, não incluída em loteamento urbano, devem ser dotadas de estacionamento privativo e público, nos termos do disposto no RMUE.*
- Que a redação do artigo 43.º - Estacionamento - do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação (RMUE) refere:
 - 1 — *Qualquer nova construção, reconstrução, ampliação ou alteração, não incluída em loteamento urbano, fica sujeita ao cumprimento dos presentes condicionalismos, devendo responder às necessidades de estacionamento estabelecidas nos PMOT's em vigor, sem prejuízo do que vier a ser deliberado pela Câmara Municipal.*
 - 2 — *Nos casos em que os mesmos não se encontrem estabelecidos, deve ficar garantido um lugar e meio por fogo no interior ou no exterior da edificação.*
 - 3 — *A dotação de estacionamento em edifícios, dimensionada de acordo com o estabelecido nos números anteriores, deve ser satisfeita no interior do prédio ou prédios objeto da intervenção, à superfície ou em cave.*
- Que o determinado no n.º 4 do artigo 61.º do Regulamento do PUT refere - *Sem prejuízo da legislação específica aplicável, a Câmara Municipal, na categoria de solo Espaços Centrais, pode definir a dispensa total ou parcial do cumprimento das dotações de estacionamento a que se refere os pontos anteriores, quando se verifique uma das condições descritas nas alíneas a) a e).*
- Que o procedimento apresentado define a reabilitação, alteração e ampliação do edifício existente, destinado a habitação, e construção de uma piscina, situado em Espaço Central 1 (EC1) e Área de Reabilitação Urbana (ARU), sem definição de lugar de estacionamento privativo, conforme plantas de localização e plantas (existente, alteração e proposto) que se anexam.
- A solução apresentada não define estacionamento privativo com a dotação exigida, conforme RMUE, pelo facto de se tratar de intervenção em imóvel com valor arquitetónico próprio, e devido à sua localização, que

impossibilita o acesso de viaturas ao seu interior, conforme descrito sob informação técnica n.º 3435/2022 e n.º 1502/2022, parecer de 25/03/2022 e despacho de 27/03/2022, que se anexam.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar a dispensa da dotação dos lugares de estacionamento, conforme previsto no n.º 4 do artigo 61.º do Plano de Urbanização de Tavira e nos termos das alíneas a) e d) que referem:
 - a) *O seu cumprimento implique a alteração da arquitetura original de edifícios ou outras construções que, pelo seu valor arquitetónico próprio e integração nos imóveis inventariados, devam ser preservados;*
 - d) *A nova edificação se localize em prédio sem possibilidade de acesso de viaturas ao seu interior, seja por razões de topografia, das características do arruamento, ou por razões de inconveniência da localização do acesso ao interior do prédio do ponto de vista dos sistemas de circulação públicos.*
2. Aprovar a deliberação que recair sobre a presente proposta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 e para efeitos do preceituado no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Concelho, 11 de Abril de 2022

A Presidente da Câmara Municipal,

Ana Paula Martins



Assunto: Reabilitação / Ampliação de edifício multifamiliar e construção de piscina.

Requerente: Lars Christer Kjellstrom

Local: rua 31 de Janeiro, 39 - - União das freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)

INFORMAÇÃO TÉCNICA

À consideração Superior.

1. Pretensão:

1.1. Trata-se de um pedido de licença, nos termos do n.º 2 do artigo 4º do DL 555/99 de 16/12 com a redação dada pelo DL 136/2014 de 9/9, relativa a **Reabilitação/Alteração e Ampliação** de edifício de habitação e construção de uma piscina, na Rua 31 de Janeiro, n.º39 na U.F. de Tavira.

1.2. Prazo previsto: 24 meses

2. Enquadramento urbanístico:

2.1. O edifício insere-se na cidade de Tavira, centro concelhio de nível 1 (C1) conforme PDM e em área abrangida pelo Plano de Urbanização de Tavira (PUT), nomeadamente:

2.2. Na Planta de Ordenamento em zona definida como:

2.2.1. Espaço Central 1 (EC1), com os parâmetros de edificabilidade definidos no artigo 20.º;

2.2.2. Zona Mista ao Ruído;

2.2.3. Área de Sensibilidade Arqueológica – Área urbana de valor arqueológico potencial;

2.2.4. Área de Reabilitação Urbana (ARU) – Imóvel de Intervenção Simples – Nível 1;

2.2.5. A intervenção nesta parcela está sujeita às disposições em vigor do nos artigos 13.º, 16.º, 19.º, 20.º, 21.º a 32.º, 61.º e 84.º.

3. Existente:

3.1. Do processo consta certidão de registo do prédio urbano descrito na CRP Sob o n.º 7949/20160419, matriz urbana n.º 2940 com a área total de 302m² e a área coberta 208,29m², composto por edifício de rés-do-chão com logradouro, destinado à habitação, sendo **o requerente titular na proporção de 67% do prédio**. Anexa caderneta predial, artigo matricial n.º 2940, de Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente, com afetação: Habitação, ano de inscrição 1972.

3.2. Anexa cópia de Alvará de Licença de Utilização n.º 43/1971, para Habitação ou Ocupação;

3.3. Sobre o prédio incidiu o Processo de obras n.º 160/2019.

4. Proposto:

- 4.1. Pretende, no piso térreo, alterar a compartimentação interior e ampliar a habitação tipo T3 existente (com o encerramento do atual pátio tardo coberto) para uma tipologia T2, demolir um anexo e aproveitar a sua localização para construir uma piscina e reabilitar o anexo (cozinha e arrumos) existente na parte sul do logradouro para instalar uma zona de apoio à piscina.
- 4.2. No piso superior, pretende reestruturar o espaço e a cobertura existentes e aumentar a cêrcea para criar um fogo de tipologia T1, com acesso através do terraço e pelas escadas existentes no logradouro e prevê, ainda, demolir a instalação sanitária exterior e criar uma zona de *barbecue* na parte sul do terraço, modificar a chaminé existente que serve a cozinha do piso térreo e, em substituição, instalar **duas novas chaminés**.
- 4.3. Pretende, a remoção de todos os azulejos existentes e dos arcos no pátio coberto na fachada principal do edifício que será pintado de branco.
- 4.4. Propõe a constituição do edifício em 2 frações autónomas: Fração A (Rês-do-Chão) com 149,11m², destinada a habitação de tipologia T2 e Fração B (1.º Andar e correspondente terraço) com 73,03m², destinada a habitação de tipologia T1, sendo a piscina e respetiva zona de apoio e logradouro/terraço no piso térreo, espaços de uso comum a ambas as frações.

5. Análise:

- 5.1. A pretensão cumpre os índices urbanísticos constantes no regulamento do PUT, relativamente ao Espaço Central 1 (EC1):

Descrição	Proposta	Permitido/ PU
*Área total do terreno (m2)	306	
Área de implantação (m2)	187,18	244,8 (IO:0,8)
Área de construção (m2) R\C	187,18	612 (IU:2,0)
Área de construção (m2) 1.º A	73,03	
Área de Terraço (1.º A)	79,35	—
N.º de Pisos	2 + sotão	2 ou 3 consuante a envolvente
N.º de Fogos / Tipologia/ Divisões	1T2 e 1T1	—
Piscina	24,88	—

*Refere que o levantamento topográfico contabilizou 306m² para a área total do prédio.

- 5.2. Relativamente ao cumprimento do regulamento do PUT deve considerar:

- 5.2.1. "Conforme exposto nos n.ºs 2.1 e 2.2 do artigo 28.º, as caixilharias, portas e portadas deverão ser em madeira pintada ou em ferro pintado, e é interdito o uso de estores, quer metálicos, quer em pvc, devendo o sistema de obscurecimento ser através da utilização de portadas.
- 5.2.2. De acordo com o nº 2.3 do artigo 29º, as cores a utilizar nas portas, portões, janelas e portadas terão de ser branco, castanho, vermelho, sangue de boi, verde ou azul. Estas devem ser estudadas e justificadas de acordo com a paleta de cores existentes na envolvente."

- 5.3. Para cumprimento do artigo 61º do PUT e do artigo 43º do RMUE, a pretensão deve garantir um lugar e meio de estacionamento por fogo, no interior ou exterior da edificação, à superfície ou em cave.
- 5.3.1. Alerta-se que os estacionamentos em edifícios, a integrar no regime de propriedade horizontal, não poderão constituir frações autónomas comercializáveis separadamente das restantes frações, às quais ficarão adstritos individualmente ou em condomínio, não podendo, em caso algum, ser alvo de alteração ao uso para outros fins.
- 5.3.2. Deverá a proposta garantir o definido nos artigos 61º do PUT e do artigo 43º do RMUE, ou solicitar a dispensa do cumprimento da dotação de estacionamento exigidos nos termos do n.º 4 do artigo 61.º do regulamento do PUT.
- 5.4. Prevê a criação de uma zona de barbecue no terraço, modificar a chaminé existente e instalar duas chaminés em substituição, conforme descrito no nº 4.2 supra.
- 5.4.1. As novas chaminés deverão dar cumprimento ao definido no capítulo IV do RGEU sobre evacuação dos fumos e gases. *“As condutas de fumo elevar-se-ão, em regra, pelo menos, 0,50 m acima da parte mais elevada das coberturas do prédio e bem assim, das edificações contíguas existentes num raio de 10 metros. As bocas não deverão distar menos de 1,50 m de quaisquer vãos de compartimentos de habitação e serão facilmente acessíveis para limpeza”.*
- 5.5. Refere uma área 169,11m² para a Fração A (R/Chão) e, no entanto, foram medidos apenas 149,11m² de área para a Fração A (R/Chão). Deverão ser anexados ao processo elementos com as áreas revistas.
- 5.6. O processo deverá integrar:
- 5.6.1. Autorização do segundo titular do prédio para a realização da presente operação urbanística considerando o descrito no n.º 3.1 supra;
- 5.6.2. Elementos que demonstrem o cumprimento do artigo 31.º - Logradouros - que permite impermeabilização dos logradouros até 60% e a restante área deve ser tratada como espaço verde privado;
- 5.6.3. Levantamento topográfico georreferenciado, em formato dwg ou dxf.
- 5.7. Existindo uma discrepância significativa entre a área total do prédio registada e a área verificada em levantamento topográfico, deve apresentar certidão do registo predial atualizada.
- 5.8. Mais pretende alterar a cobertura inclinada de 2 águas por um telhado de 4 águas idêntico aos existentes na envolvente, com telha de Santa Catarina e propõe o alteamento do telhado com aproveitamento para sótão (arrumos/zona técnica) de apoio à habitação.
- 5.9. A proposta configura uma intervenção nos termos das alíneas b) e c) do artigo 2.º da Portaria 304/2019 de 12/09, sendo esta aplicável a toda a habitação objeto de intervenção.
- 5.10. Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º — *“Nas obras de ampliação definidas na alínea c) do artigo anterior, quanto à parte preexistente da edificação, é aplicável o disposto na presente portaria para as obras de pequena ou grande reorganização espacial, consoante seja aplicável, e quanto à parte ampliada o disposto no RGEU”.*

- 5.11. Apresenta termo de responsabilidade de técnico Autor e Plano de Acessibilidades;
- 5.12. Anexou estimativa de custo total da obra conforme Proposta n.º 57/2019/CM de Tavira.
- 5.13. Do processo constam, ainda, os termos de responsabilidades de (técnico autor do projeto de) condicionamento acústico (RGR) e de SCIE e respetiva Ficha de SCIE.
- 5.14. Os elementos de especialidades deverão ser verificados pela DGUOP/Especialidades.

6. Alerta-se que:

- 6.1. Em obra deverão ser implementadas na piscina as normas de segurança da APSI, conforme regulamento municipal;
- 6.2. Na área urbana de valor arqueológico potencial, qualquer operação que afete o subsolo deve ser alvo de acompanhamento arqueológico, cujos resultados poderão implicar medidas de minimização em função da avaliação dos elementos encontrados.
- 6.3. Os trabalhos arqueológicos efetuados durante a operação urbanística devem ser efetuadas por arqueólogo devidamente credenciado e autorizado pela tutela, nos termos da legislação vigente.

- 7.** Nos termos do art. 20º do DL nº 136/2014 de 9/9 a apreciação do projeto de arquitetura incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspeto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto, pelo que, todas as restantes especificações e soluções de projeto encontram-se cobertas pelo Termo de Responsabilidade do seu autor, redigido nos termos legais.

8. Conclusão:

- 8.1. Face ao exposto a proposta é enquadrável no PU de Tavira, no entanto, para vir a merecer informação favorável deverá ser revista nos termos dos pontos 5.2a 5.6 supra para dar cumprimento.
- 8.2. Caso venha a reunir condições de aprovação, a pretensão carece de parecer da Divisão de Turismo, Cultura, Património e Museus (DTCPM) e da Direção Regional da Cultura (DRC).
- 8.3. Alerta-se para o referido no n.º 3.3 da presente informação.
- 8.4. Deverá ser, ainda, considerada a informação que vier a ser emitida pela DGUOP/Especialidades.
- 8.5. É quanto nos cumpre informar, remetendo-se à consideração superior.

Paços do Concelho, 09-02-2022

O/A Técnico Superior

MARIA TERESA TAVARES
Digitally signed by MARIA TERESA TAVARES
Date: 2022.02.09 15:56:09 +00:00

Maria Teresa Tavares



Informação n.º 3435/2022

Processo n.º 01/2021/124 - REQ. : 01/2022/9303

Assunto: Reabilitação / Ampliação de edifício multifamiliar e construção de piscina.

Requerente: Lars Christer Kjellstrom

Local: rua 31 de Janeiro, 39 - - União das freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)

INFORMAÇÃO TÉCNICA

À consideração Superior.

1. Pretensão:

1.1. Trata-se de junção de elementos ao pedido de licença, nos termos do n.º 2 do artigo 4º do DL 555/99 de 16/12 com a redação dada pelo DL 136/2014 de 9/9, relativa a **Reabilitação/Alteração e Ampliação** de edifício de habitação e construção de uma piscina, na Rua 31 de Janeiro, n.º39 na U.F. de Tavira.

1.2. Prazo previsto: 24 meses

2. Análise da proposta:

2.1. Veio juntar elementos em resposta ao ofício n.º 3235/2022 de 15/05 e dar cumprimento ao solicitado através da informação técnica n.º 1502/2022.

2.2. Apresenta elementos que permitem esclarecer o referido no n.º 3.3 da informação técnica n.º 1502/2022.

2.3. Em resposta ao descrito no n.º 5.3 da mesma informação, veio requerer a dispensa do cumprimento das dotações de estacionamento.

2.3.1. À pretensão pode ser aplicável a exceção definida nas alíneas a) e d) do n.º4 do artigo 61.º do RPU de Tavira. No entanto, remete-se para decisão superior, a aceitação do pedido de dispensa do cumprimento do artigo 61.º do RPU de Tavira e previsto no n.º 7 do artigo 43.º do RMUE.

2.4. Alerta-se que:

2.4.1. Em obra deverão ser implementadas na piscina as normas de segurança da APSI, conforme regulamento municipal;

2.4.2. Os elementos de especialidades deverão ser analisados pela DGUOP/Especialidades.

2.5. Nos termos do artigo 20º do Decreto – Lei nº 136/2014 de 9 de Setembro, a apreciação do projeto de arquitetura incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento do território e quaisquer outras normas legais e regulamentares, relativas ao aspeto exterior e à inserção urbana e

paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto, pelo que todas as restantes especificações e soluções de projeto encontram-se cobertas pelo Termo de Responsabilidade do seu autor, redigido nos termos legais.

3. Conclusão:

- 3.1. Face ao exposto, a proposta apresentada cumpre os parâmetros urbanísticos para o local, no entanto, deverá ainda, ser considerado o teor da informação que vier a ser emitida pela DGUOP/Especialidades.
- 3.2. Em razão da localização a pretensão carece de parecer da Divisão de Turismo, Cultura, Património e Museus (DTCPM) e da Direção Regional da Cultura (DRC), pelo que, sugere-se que o pedido seja remetido para consulta às entidades já referidas.
- 3.3. Remete-se para a decisão superior o pedido de dispensa nos termos do n.º 2.3.1 da presente informação.
- 3.4. É quanto nos cumpre informar, remetendo-se à consideração superior.

Paços do Concelho, 24-03-2022

O/A Técnico Superior

MARIA TERESA TAVARES
Digitally signed by MARIA TERESA TAVARES
Date: 2022.03.24 11:35:36 +00:00

Maria Teresa Tavares

ESTE DESENHO É PROPRIEDADE INTELECTUAL DOS AUTORES, NÃO PODENDO SER REPRODUZIDO, ALTERADO OU USADO PARA OUTRO FIM, A NÃO SER O PREVIAHENTE ACORDADO, SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DOS MESMOS



LEGENDA:



Prédio Urbano a Intervir

Requerente: LARS CRISTER KJELLSTADH
Anakozagan 6, SE - 26200 Madrid
Suécia

Projecto: de LICENCIAMENTO
REABILITAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR

Localização: RUA 31 DE JANEIRO, 39 - TYR
UF, TAVIRA

Designação: ORTOFOTOMAPA

Data: JUNHO de 2021

Escala: 1/2 000

Desenho:  02

Processo: _____

Código: 2016_0017

Técnica Responsável: ANA RODRIGUES, ARQUITETA

Colaboração: A. A.

Zwcad __ Dongle n865657659765 __ Lic.EB20FIA7

Atelier iDRAW

Atelieridraw@gmail.com / TELEMÓVEL 916745644

Requerente: LARS GIBSTER KJELLSTRÖM
 Andersgatan 4, SE - 2020 Malmö
 Suécia

Projecto: de LICENCIAMENTO
 REABILITAÇÃO/APLICAÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR
 E CONSTRUÇÃO DE PISCINA

Localização: RUA 31 DE JANEIRO, 39 - TIV
 UF: TAVIRA

Designação: EXISTENTE
 PLANTA RÉS DE CHÃO

Data: JUNHO de 2021

Escala: 1/100

Desenho: 05

Processo:

Código: 2021_039

Técnica Responsável: ANA RODRIGUES, ARQUITETA

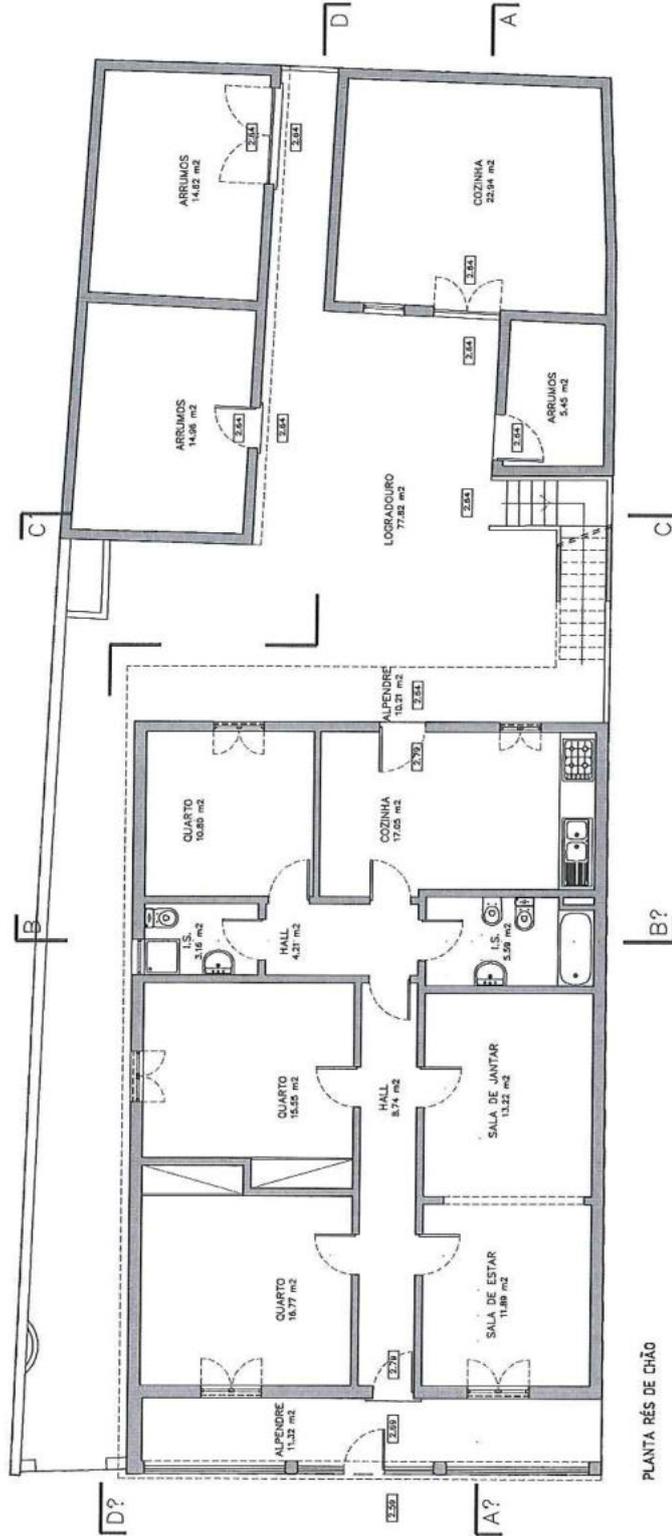
Colaboração: P. C.

Zwcad _ Dongle nº65657659765 _ LicEB20F1A7

Atelier
iDRAW

Handwritten signature

Ateliardraw@gmail.com / TELEFÓNICO 916745644
Handwritten initials



PLANTA RÉS DE CHÃO

LEGENDA

- Área Implantação R. Chão - 208.29 m²
- Área Bruta Construção R. Chão - 248.09 m²
- Área Útil R. Chão - 195.37 m²
- Área Habível R. Chão - 198.22 m²
- Área Logradouro - 97.74 m²

Requerente: LARS CRISTER KJELLSTRÖM
 Av. Mosagren 4, SE - 21621 Mauá
 São Paulo

Projecto: LICENCIAMENTO
 REABILITAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR
 E CONSTRUÇÃO DE PISCINA

Localização: RUA 31 DE JANEIRO, 35 - TYP
 UF: TAVIRA

Designação: ALTERAÇÃO
 PLANTA RÉS DE CHÃO

Data: JUNHO de 2021

Escala: 1/100

Desenho: 12

Processo:

Código: 202L_043

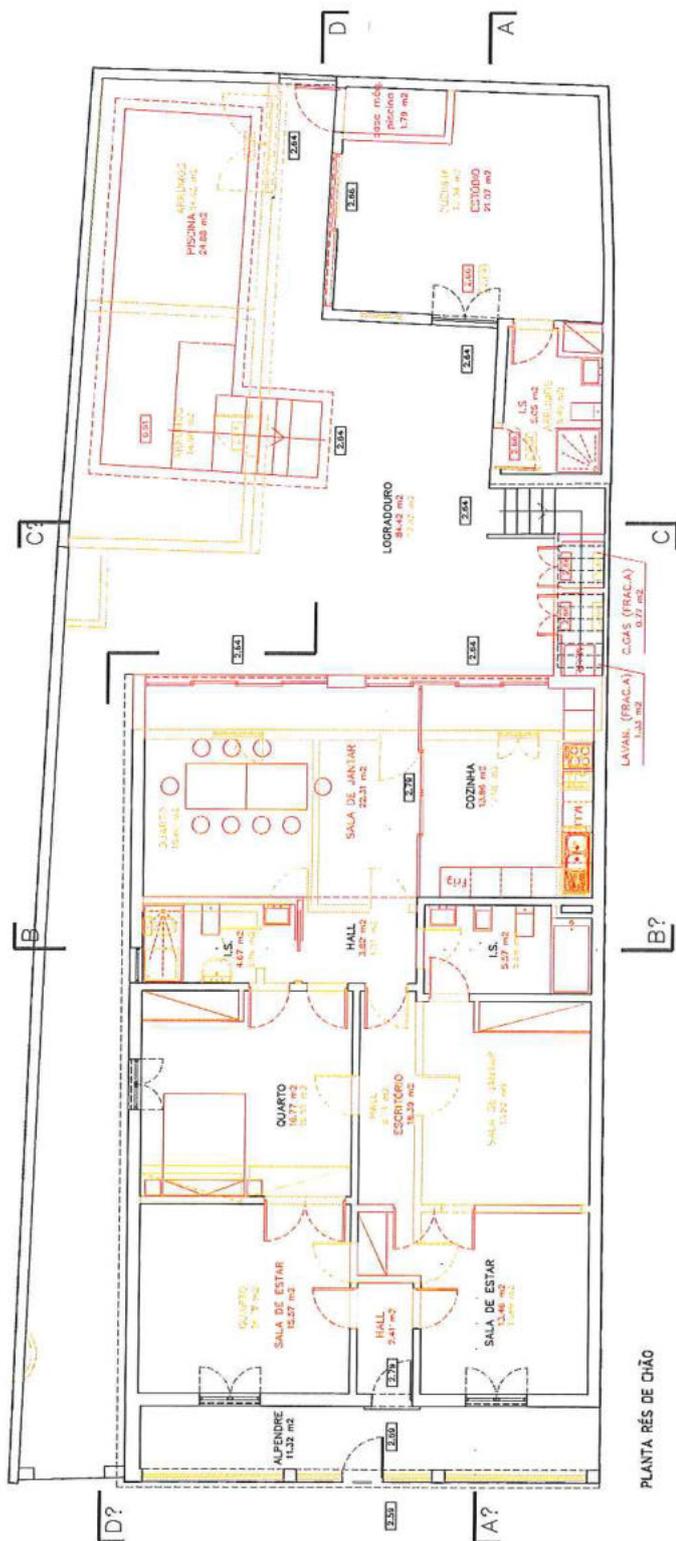
Técnica Responsável: ANA RODRIGUES, ARQUITETA

Colaboração: P. C.

Zwcad: ZwCAD - Dongle nº855657659765 - Lic.EB20FIA7

Atelier
iDRAW

- A MANTER
- A DEMOLIR
- A CONSTRUIR



PLANTA RÉS DE CHÃO

Requerente: LARS CRISTER KJELLSTRÖM
 Ambrósipalan 6, SE - 21520 Halmås
 Suécia

Projeto: de LICENCIAMENTO
 REABILITAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR
 E CONSTRUÇÃO DE PISCINA

Localização: RUA 31 DE JANEIRO, 39 - TVR
 UF: TAUBA

Designação: PROPOSTO
 PLANTA RÉS DE CÃO

Data: MARÇO de 2022

Escala: 1/100

Desenho: 20

Processo:

Código: 2023_003

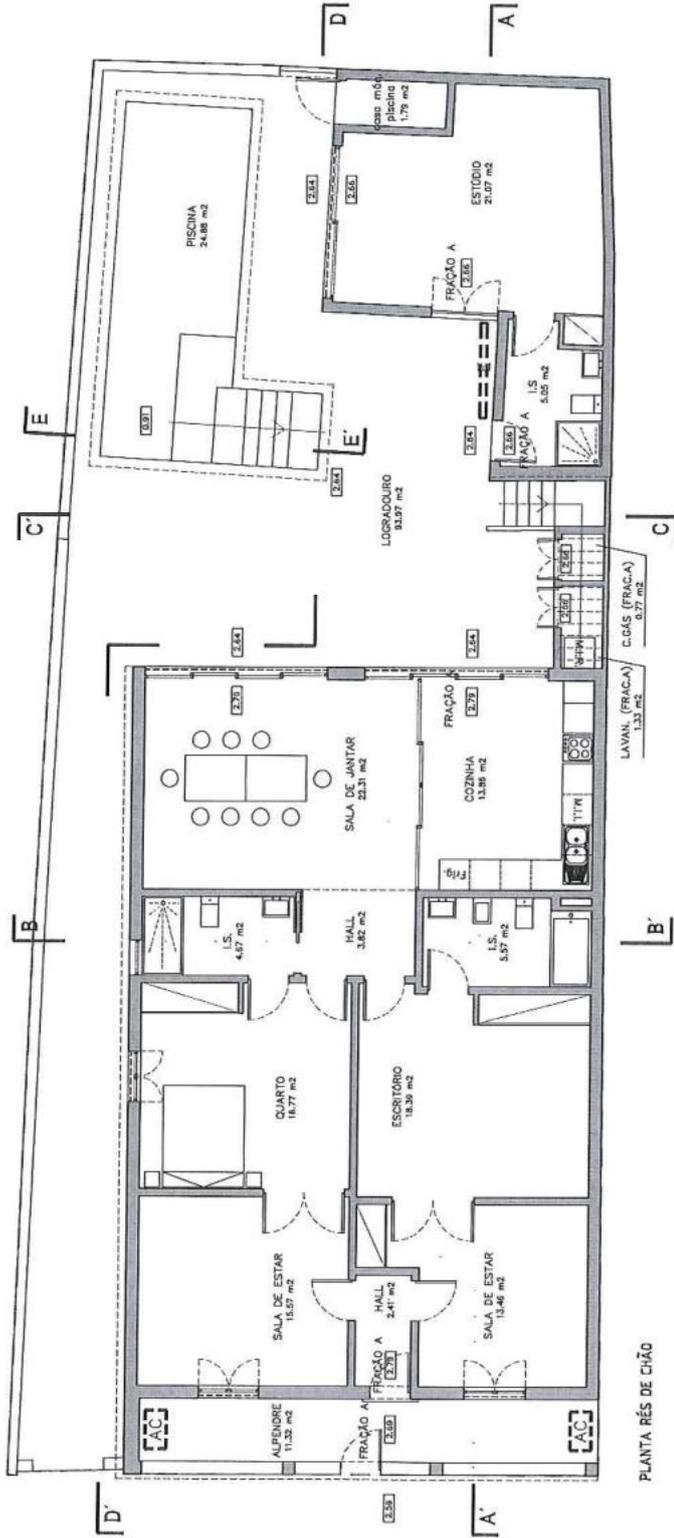
Técnica Responsável: ANA RODRIGUES, ARQUITETA

Colaboração: P. C.

Zircad __ Google 106565765765765 __ Lic:EB20F1A7

Atelier
idRAW

Ateliendraw@gmail.com / TELEFÔNICO 9167455644



LEGENDA

- FRAÇÃO A (R/Chão) 16,60 m²
- Área Bruta Construção - 181,17 m²
- Área Útil - 142,55 m²
- Área Habitável - 124,43 m²
- Área Lavandaria - 1,33 m²
- Área Casa Sêc - 0,77 m²
- Área Alpendre - 11,32 m²

- Área Implantação R. Chão -187,18 m²
- Área Bruta Construção R. Chão -183,15 m²
- Área Útil R. Chão -142,26 m²
- Área Habitável R. Chão -124,13 m²
- Área Logradouro - 93,97 m²
- Área Piscina - 24,88 m²
- Casa Máquina Piscina - 2,68 m²

[AC] - Máq. Ar Condicionado

[E] - Escada

[LAV.] - Lavandaria

[C.GÁS] - C. GÁS (FRAC-A)

[L.S.] - L.S.

[PISCINA] - Piscina

[CASA MÁQUINA] - Casa Máquina



Assunto: Concurso Público para a concessão de exploração dos estabelecimentos integrados no Parque de Campismo da Ilha de Tavira –Decisão de Adjudicação, Aprovação de Minuta de Contrato e Designação do Gestor do Contrato

Considerando:

- Que, por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 4 de fevereiro de 2022, sob a proposta n.º 13/2022/CM, e deliberação da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro do mesmo ano, foi aprovada a abertura de um procedimento, por concurso público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para a concessão de exploração dos estabelecimentos integrados no Parque de Campismo da Ilha de Tavira;
- Que, decorrido o prazo fixado para o efeito, foi apresentada uma única proposta, conforme o teor do Projeto de Decisão de Adjudicação elaborado pelo júri do procedimento;
- O disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), que determina que *“nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação”*.
- Que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), o contraente público designa o gestor do contrato, sendo que, nos termos da cláusula 20.ª do caderno de encargos, será definido antes da adjudicação

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar o Projeto de Decisão de Adjudicação elaborado pelo do júri do procedimento, em anexo, o qual consubstancia adjudicar a “Eduardo Vitorino Rosa Afonso”, NIF 164886753, a concessão de exploração dos estabelecimentos integrados no Parque de Campismo da Ilha de Tavira, pelo período de quatro meses, pela quantia de €9.440,00 (nove mil quatrocentos e quarenta Euros), a que acresce o IVA no montante de €2.171,20 (dois mil cento e setenta e um Euros e vinte cêntimos), o que totaliza o valor de €11.611,20 (onze mil seiscentos e onze Euros e vinte cêntimos), considerando o valor mensal constante na proposta de €2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta Euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;

2. Aprovar, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a minuta do contrato, em anexo, cabendo à Presidente da Câmara Municipal a representação na outorga do contrato, bem como aprovar as notificações relativas à decisão de adjudicação, apresentação dos documentos de habilitação exigidos e a caução;
3. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, designar, como gestora do contrato, Telma Maria da Conceição, cuja declaração de inexistência de conflitos de interesses se anexa.
4. Notificar o concorrente da decisão de adjudicação nos termos do disposto no artigo 77.º do CCP;
5. Notificar o concorrente para prestar caução, no valor de 2% do valor a pagar pela concessão de exploração, cento e oitenta e oito euros e oitenta cêntimos (188,80€), conforme estabelecido no artigo 15.º do Programa do Procedimento.
6. Aprovar a deliberação que recair sobre a presente proposta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 e para efeitos do preceituado no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Concelho, 11 de abril de 2022

A Presidente da Câmara Municipal,



Ana Paula Martins



município
tavira

PROJETO DE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

Procedimento por Concurso Público: **Processo 2022/300.20.400/1**

Concurso Público para a Concessão de Exploração dos Estabelecimentos Integrados no Parque de Campismo da Ilha de Tavira - 2022

Membros do júri:

- Presidente: Telma Maria da Conceição, Chefe da Divisão de Ambiente;
- Vogal: Maria Manuela Quadros, Técnica Superior da Divisão de Ambiente;
- Vogal suplente: Francisco Herculano Pessanha de Carvalho, Chefe da Divisão de Desporto, Juventude e Saúde;

Reunião efetuada em 15/03/2022, nos termos previstos no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio foi publicado no Diário da República n.º 39, II Série, Parte L, de 24/02/2022, com o objetivo de proceder à análise e avaliação da única proposta apresentada pela empresa “Eduardo Vitorino Rosa Afonso” que consta do processo.

1 – Proposta de adjudicação

Analisada a proposta, propõe-se que a concessão de exploração dos estabelecimentos integrados no Parque de Campismo da Ilha de Tavira seja adjudicado à empresa “Eduardo Vitorino Rosa Afonso”, pela quantia de €9.440,00 (nove mil quatrocentos e quarenta Euros), a que acresce o IVA no montante de €2.171,20 (dois mil cento e setenta e um Euros e vinte cêntimos), o que totaliza o valor de €11.611,20 (onze mil seiscentos e onze Euros e vinte cêntimos), considerando o valor mensal constante na proposta de €2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta Euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2 – Caução

De acordo com o previsto no caderno de encargos é exigida a prestação de uma caução correspondente a 2% do preço contratual, o que equivale a €188,80 (cento e oitenta e oito Euros e oitenta cêntimos), a prestar pelo adjudicatário no prazo de 10 dias úteis, conforme previsto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP.

O modo de prestação da caução é o referido no programa do concurso.

3 – Documentos de habilitação

Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado em 5 dias úteis, conforme previsto no programa do procedimento.

4 – Contrato escrito

Uma vez que a celebração do contrato implica a sua redução a escrito, propõe-se nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário:

- Da adjudicação;
- Para apresentação dos documentos de habilitação exigidos no prazo fixado;
- Para a prestação da caução;
- Da aprovação da minuta do contrato pela entidade adjudicante.

O Júri do Procedimento,

TELMA MARIA DA
CONCEIÇÃO

Assinado de forma digital por
TELMA MARIA DA CONCEIÇÃO
Dados: 2022.03.24 17:12:31 Z

MARIA
MANUELA
QUADROS

Assinado de forma
digital por MARIA
MANUELA
QUADROS
Dados: 2022.04.01
14:37:45 +01'00'

Assinado por: FRANCISCO HERCULANO
PESSANHA DE CARVALHO
Num. de Identificação: BI074739182
Data: 2022.03.25 08:53:58+00'00'



Anexo:

- Minuta do contrato



município
tavira

A
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Contrato para a concessão de exploração dos estabelecimentos integrados no Parque de Campismo da Ilha de Tavira – 2022/300.20.400/1

(MINUTA)

Contrato n.º .../22

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Tavira, pessoa coletiva de direito público com o número 501067191 de identificação, com sede na Praça da República, 8800-951 Tavira, neste ato representado por Ana Paula Fernandes Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, considerando ainda o disposto no n.º 3 do artigo 106.º do Código dos Contratos Públicos. -----

E

SEGUNDO OUTORGANTE: Eduardo Vitorino Rosa Afonso, contribuinte fiscal número 164886753, titular do cartão de cidadão número 07717600 6 ZY9, válido até 09 de dezembro de 2029, residente em Fonte do Bispo, Santa Catarina, Cx Postal 801-U, 8800-161, Tavira. -----

É celebrado o presente contrato, nos termos das seguintes cláusulas: -----

PRIMEIRA: -----

Objeto do contrato: -----

Pelo presente contrato o Município de Tavira, concede, ao Segundo Outorgante, o direito de exploração dos estabelecimentos existentes no Parque de Campismo da Ilha de Tavira - snack-bar e quiosque, quiosque/loja de conveniência e supermercado, conforme previsto no caderno de encargos e seus anexos, no programa do procedimento e nas condições da proposta adjudicada. -----

As atividades a desenvolver nos estabelecimentos objeto da presente concessão de exploração, destinam-se a todos os utentes da Ilha de Tavira, com exceção do snack-bar que funcionará exclusivamente para apoio/usufruto dos utentes do Parque de Campismo. -----

Nos espaços objeto da concessão de exploração apenas poderão ser desenvolvidas as atividades adjudicadas. -

SEGUNDA: -----

Preço da concessão, modo e condições de pagamento: -----

1. Pela concessão do direito de exploração dos estabelecimentos concessionados, o Segundo Outorgante pagará, ao Município de Tavira, a quantia mensal de dois mil, trezentos e sessenta euros, (2.360,00€), o que

perfaz, um valor total de nove mil, quatrocentos e quarenta euros (9.440,00€), em conformidade com a proposta adjudicada. -----

A estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. O preço a pagar pelo concessionário é devido a partir da data da celebração do contrato e será pago, mensalmente, até ao oitavo dia do mês a que respeita, na Câmara Municipal de Tavira – Edifício dos Paços do Concelho, conforme previsto na cláusula 4.ª do caderno de encargos. -----

3.- Constituindo-se o concessionário em mora, o concedente tem o direito de exigir, para além dos valores em atraso, uma indemnização, na percentagem que estiver, à data, em vigor na legislação portuguesa. -----

4.- A falta de pagamento, por período superior a um mês constitui causa de rescisão do contrato, procedendo-se à cobrança das importâncias em dívida pela forma prevista na lei. -----

TERCEIRA: -----

Prazo: -----

O prazo de vigência do contrato é de quatro meses e terá início em 01 de junho de 2022, ou no dia seguinte ao da sua outorga, caso esta ocorra em data posterior e terminará a 30 de setembro de 2022. -----

O prazo indicado poderá ser reduzido, caso o contrato venha a ser celebrado em data posterior ou o Parque de Campismo venha a ser encerrado durante alguns períodos devido às condicionantes da pandemia Covid-19, sendo que independentemente da data de outorga do contrato, ou de eventuais episódios de encerramento, o contrato não se prolongará para além de 30 de setembro. -----

Findo o contrato, o concessionário deverá retirar os equipamentos e demais mobiliário de sua pertença, ficando obrigado a restituir ao concedente os equipamentos por este cedidos, bem como restituir os estabelecimentos, em bom estado de conservação e sem direito a qualquer indemnização seja a que título for. -----

No final do contrato, o concedente ficará com os equipamentos, instalados pelo concessionário, nos estabelecimentos, caso este não os retire em prazo definido e comunicado, por escrito, pelo Município. -----

Finda a exploração, e no caso do concessionário não deixar o espaço, no prazo que lhe for fixado, livre e desocupado, o concedente procederá à desocupação do mesmo, não se responsabilizando por qualquer dano que possa causar aos bens que lá se encontrem, nem pagando qualquer indemnização ou compensação por eventuais danos ou desvio de bens, ficando o concessionário obrigado a reembolsar o concedente pelas despesas provocadas. -----

QUARTA: -----

Obrigações principais do concessionário: -----

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o concessionário as seguintes obrigações principais: -----

- a) Cumprir as normas de funcionamento estabelecidas para o Parque de Campismo da Ilha de Tavira; -----
- b) Executar todos os trabalhos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos, utilizando para o efeito materiais de boa qualidade e em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor; -----
- c) Adquirir todo o equipamento e apetrechamento que seja necessário ao perfeito desenvolvimento da

atividade a que se destina cada estabelecimento, para além do disponibilizado pelo concedente e que consta do anexo II ao caderno de encargos; -----

d) Responsabilizar-se pela manutenção dos bens/equipamentos cedidos pelo Município, constantes do referido anexo II ao caderno de encargos, bem como promover a sua substituição/reparação em caso de danificação; -----

e) Iniciar a exploração dos estabelecimentos concessionados, no prazo máximo de 5 dias, contados a partir da data da celebração do contrato; -----

f) Manter um bom nível de qualidade dos serviços prestados nos estabelecimentos; -----

g) Cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis à atividade concessionada e, nomeadamente as referentes à higiene e saúde pública e de saúde, segurança e higiene no trabalho, conforme legislação em vigor;

h) Pagar todas as despesas relativas ao consumo de gás e comunicações inerentes ao funcionamento dos estabelecimentos concessionados (o Município de Tavira assume as despesas inerentes ao consumo de água nos estabelecimentos); -----

i) Celebrar contrato de eletricidade e assumir as despesas dos respetivos consumos do supermercado (o Município de Tavira assume as despesas com eletricidade nos restantes estabelecimentos a concessionar); -----

j) Efetuar os seguros exigidos por lei, nomeadamente seguros contra acidentes de trabalho relativamente ao pessoal contratado e seguro de responsabilidade civil; -----

K) Manter em perfeito estado de limpeza, asseio e arranjo, as instalações objeto de exploração temporária; -----

l) Proceder à limpeza e recolha de resíduos sólidos de forma a manter a qualidade do serviço prestado dentro dos parâmetros legais e potenciando a separação e reciclagem; -----

m) Cumprir o horário de funcionamento de acordo com as normas do Parque de Campismo da Ilha de Tavira e definido na cláusula 5.ª do contrato; -----

n) Não armazenar material fora dos locais destinados para o efeito; -----

o) Respeitar e acatar as instruções e recomendações emanadas pelo concedente, relativamente à conservação, segurança e serviços existentes; -----

p) Não utilizar o espaço para atividades distintas das referidas na cláusula 1.ª do caderno de encargos; -----

q) Não proporcionar a terceiros o uso do local, exceto se tal for expressamente autorizado pelo Município de Tavira; -----

r) Não efetuar quaisquer obras no espaço concessionado, sem consentimento expresso e por escrito do Município de Tavira; -----

s) Pagar todas as licenças, impostos, multas e encargos que incidam sobre a exploração do estabelecimento. ---
O concessionário deverá submeter-se a todas as obrigações impostas por lei e pelos regulamentos inerentes ao exercício da atividade que é objeto da concessão de exploração, sendo da sua responsabilidade a obtenção de todas as licenças. -----

Compete ao concessionário toda a responsabilidade, em caso de incêndio, inundações, furtos, ou desaparecimento de qualquer bem ou valor nos estabelecimentos concessionados, não cabendo ao concedente qualquer responsabilidade, financeira ou outra, nessa matéria. -----

São da responsabilidade do concessionário todas as despesas inerentes à atividade concessionada, incluindo as relacionadas com o transporte de bens e dos seus trabalhadores. -----

O concessionário deverá exercer a sua atividade de forma regular e continuada, salvo casos de força maior, que deverão ser imediatamente comunicados ao concedente. -----

Finda a ocupação, os estabelecimentos devem ser entregues ao Município, no estado em que se encontram, salvo a deterioração inerente a um uso normal, devendo o concessionário providenciar a desativação do contador de energia e outros. -----

QUINTA: -----

Horário de funcionamento: -----

1. O concessionário deverá garantir a abertura dos estabelecimentos concessionados, aos utentes do Parque de Campismo da Ilha de Tavira, 7 dias por semana. -----

2. Os horários a praticar são os seguintes: -----

a) Snack-bar e quiosque anexo – diariamente das 8,00 às 24,00 horas; -----

b) Supermercado – das 9,00 às 21,00 horas, nos dias úteis de 2.ª a 5.ª feira, e das 9,00 às 23,00 horas às 6.ªs, sábados, domingos e feriados; -----

c) quiosque para loja de conveniência – diariamente das 9,00 às 19,00 horas; -----

3. O horário estabelecido na alínea a) do número anterior, poderá ser alargado, desde que tal seja requerido e aprovado pela Câmara Municipal. -----

SEXTA: -----

Caução: -----

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o concessionário prestou caução no montante de 2% do valor a pagar pela concessão do direito de exploração, no valor de cento e oitenta e oito euros e oitenta centimos (188,80€), mediante -----

SÉTIMA: -----

Comunicações e notificações: -----

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----

As notificações entre as partes devem ser efetuadas com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo. -----

Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. --

OITAVA: -----

Foro competente: -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

NONA: -----

Subcontratação e cessão da posição contratual: -----

A subcontratação pelo concessionário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, de acordo com o previsto na cláusula 17.ª do caderno de encargos e nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

DÉCIMA: -----

Penalidades: -----

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato o Primeiro Outorgante pode exigir ao Segundo o pagamento de uma pena pecuniária de acordo com o previsto na cláusula 11.ª do caderno de encargos. -----

DÉCIMA PRIMEIRA: -----

Gestor do contrato: -----

Para efeitos do disposto no artigo 290.º A do Código dos Contratos Públicos, foi designado como gestor do contrato, Telma Maria da Conceição, Chefe da Divisão de Ambiente (DAMB). -----

DÉCIMA SEGUNDA: -----

Disposições finais: -----

A representada do Segundo Outorgante compromete-se a cumprir as obrigações legais decorrentes da contratação de trabalhadores imigrantes, nos termos do artigo 198.º-A da Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto que alterou a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, assumindo única e exclusivamente todas as responsabilidades decorrentes do incumprimento de tais deveres, nomeadamente, o pagamento das respetivas coimas. -----

O concessionário deve cumprir e fazer cumprir pelo pessoal ao seu serviço, as disposições contratuais, o disposto no caderno de encargos e seus anexos, as condições da proposta adjudicada e as normas que regulam as atividades objeto do presente contrato; -----

Por deliberação da Câmara Municipal, de 4 de fevereiro de 2022, sob a proposta n.º 13/2022/CM, foi autorizada a abertura de procedimento de concurso público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, **processo n.º 2022/300.20.400/1**, considerando ainda a deliberação da assembleia municipal tomada em sessão de 17 de fevereiro de 2022; -----

O ato de adjudicação e a minuta do contrato foram aprovados, em simultâneo, por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de ... de de 2022, sob a proposta n.º/2022/CM; -----

Nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, fazem parte integrante deste contrato os seguintes documentos, que aqui se dão por reproduzidos e se encontram no processo: -----

a) o caderno de encargos e seus anexos; -----

b) a proposta adjudicada. -----

Os documentos anexos ao presente contrato, que fazem parte do processo de concurso, encontram-se assinados digitalmente e publicados na plataforma eletrónica de contratação pública, utilizada pelo município, em <https://www.acingov.pt>. -----

Em caso de divergência entre o contrato e os documentos que o integram a prevalência faz-se pela ordem prevista no Código dos Contratos Públicos. -----

Os casos omissos no presente contrato ou supervenientes, serão decididos de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos. -----

Disse o representante do Segundo Outorgante que aceita para a sua representada este contrato, nos precisos termos exarados, do qual tomou integral conhecimento assim como dos documentos a ele anexos. -----

Assim o disseram, outorgaram e aceitaram. -----

Foram-me presentes e arquivo no maço de documentos relativo a este contrato, os seguintes: -----

- 1.- Cópia da informação n.º 323/2022, que propõe a abertura do procedimento; -----
- 2.- Cópia da deliberação da Câmara Municipal, de 4 de fevereiro de 2022, sob a proposta n.º 13/2022/CM, que aprovou a abertura do procedimento, as respetivas peças e a constituição do júri; -----
- 3.- Cópia da deliberação da Assembleia municipal, que aprovou o referido no ponto anterior; -----
- 4.- Cópia do programa do procedimento; -----
- 5.- Cópia do caderno de encargos; -----
- 6.- Cópia da proposta adjudicada; -----
- 7.- Cópia da deliberação da Câmara Municipal, de de de 2022, que aprovou, sob a proposta n.º .../2022/CM, o ato de adjudicação e a minuta do contrato; -----
- 8.- Cópia de (caução); -----
- 9.- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos; -----
- 10.- Documento comprovativo de que o concessionário, não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; -----
- 11.- Cópia da declaração do Instituto da Segurança Social, comprovativa de que o concessionário tem a sua situação contributiva regularizada; -----
- 12.- Cópia da certidão da Autoridade Tributária e Aduaneira, comprovativa de que o concessionário tem a sua situação tributária regularizada; -----
- 13.- Cópia do CAE. -----
- 14.- Declaração de cumprimento das obrigações decorrentes da Lei, nos termos previstos no artigo 198.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, relativamente a trabalhadores imigrantes eventualmente contratados. -----

Para os devidos efeitos e por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, mediante aposição de assinaturas eletrónicas.

O Primeiro Outorgante

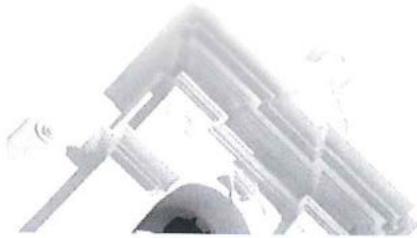
Ana Paula Fernandes Martins

O Segundo Outorgante

Eduardo Vitorino Rosa Afonso

O presente contrato considera-se assinado na data da última assinatura dos outorgantes.

Este contrato foi redigido por, na qualidade de oficial público, nomeada por despacho da Presidente da Câmara Municipal, n.º 219/2021, de 15 de outubro.



Assunto: Transferência financeira para a CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART - 2022)

Considerando:

- Que o PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) é um programa de financiamento das Autoridades de Transporte para a implementação de medidas de apoio à redução tarifária nos sistemas de transporte público coletivo de passageiros;
- Nos termos dos artigos 4.º, n.º2, alínea f) e do 40.º do RJSTP (Regulamento Jurídico do Serviço de Transporte Público de Passageiros), as autoridades de transportes são competentes para determinar e aprovar os regimes tarifários a vigorar no âmbito do serviço público de transporte de passageiros;
- Que nos termos do artigo 3.º da Portaria n.º 298/2018, de 13 de novembro, publicada no Diário da República I Série, de 19 de novembro de 2018, compete às autoridades de transporte o planeamento, a definição e aprovação, por instrumento legal, regulamentar, administrativo e contratual, dos títulos e tarifas de transportes e das regras específicas relativas ao sistema tarifário, incluindo as referentes à atualização, critérios de distribuição de receitas e de bilhética a vigorar nos serviços de transporte público de passageiros sob a sua jurisdição, bem como o pagamento das compensações de âmbito tarifário, quando a elas haja lugar;
- Que o Município, através do Contrato de delegação de competências celebrado com a CI-AMAL (Comunidade Intermunicipal do Algarve), no âmbito do RJSPTP, aprovado pela Lei n.º52/2015, de 9 de junho, delegou as suas competências de autoridade transporte referente ao serviço público de transportes de passageiros intermunicipais na CI-AMAL;
- Que a CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve informou o Município, através do documento com registo de entrada n.º 10025, de 14 de março de 2022, sobre a deliberação tomada na reunião do Conselho Intermunicipal de 04 de março de 2022, sobre a proposta n.º 21 em que foram aprovadas as comparticipações e respetivas distribuições dos Municípios para o financiamento PART, até 30 junho de 2022, calculadas com base na contribuição financeira dos Municípios para a CI-AMAL, correspondendo ao Município de Tavira o valor de 34.698,00€ (trinta e quatro mil e seiscentos e noventa e oito euros).

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1. Autorizar a transferência para a CI-AMAL (Comunidade Intermunicipal do Algarve) de 34.698,00€ (trinta e quatro mil e seiscentos e noventa e oito euros), a que corresponde o número sequencial de compromisso 28772, GOP 5 501 2022/4 Ac 3, para participar o projeto supra mencionado.
2. Aprovar a deliberação que recair sobre a presente proposta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 e para efeitos do preceituado no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Concelho, 11 de abril de 2022

A Presidente da Câmara Municipal,

Ana Paula Martins